

AVANÇOS EM

Ciências da Linguagem

Avanços em Ciências da Linguagem

1^a edição: Abril 2012

Petar Pretov, Pedro Quintino de Sousa, Roberto López-Iglésias
Samartim e Elias J. Torres Feijó (eds.)

Santiago de Compostela-Faro, 2012
Associação Internacional de Lusitanistas (AIL)
Através Editora

Nº de páginas: 532
Índice, páginas: 5-8

ISBN: 978-84-87305-65-8
Depósito legal: C 600-2012

CDU: 80 Linguística. Filologia
811.134.3 Português.

© 2012 Associação Internacional de Lusitanistas (AIL)

www.lusitanistasail.net

© 2012 Através Editora

www.atraves-editora.com

Diagramação e impressão:

Sacauntos Cooperativa Gráfica - www.sacauntos.com

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

ÍNDICE

NOTA DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS.....	9
NOTA EDITORIAL.....	11
REVISITANDO A GRAMATIQUINHA DE MÁRIO DE ANDRADE.....	13
Neusa Bastos	
MARCADORES DO DISCURSO COM FUNÇÃO CONJUNCIONAL FORMADOS PELO VERBO QUERER NA VERSÃO PORTUGUESA DA <i>VITA CHRISTI</i> (1495)....	27
José Barbosa Machado	
ESTUDO DA FONTE ENUNCIATIVA NA <i>GAZETA DE LISBOA</i> DE 1808.....	39
Janete dos Santos Bessa Neves	
DOIS TEXTOS PRECURSORES DOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS NO SÉCULO XIX.....	53
Ricardo Stavola Cavaliere	
A <i>PERSPECTIVA DO DESASTRE</i> : JOÃO PENHA E A QUESTÃO ORTOGRÁFICA (IMPLICAÇÕES EDITORIAIS).....	65
Elsa Pereira	
APRENDA BRINCANDO A NOVA ORTOGRAFIA: UMA PROPOSTA DE ENSINO PARA A ESCOLA BRASILEIRA	77
Kelly Priscilla Lóddo Cezar	
Edson Carlos Romualdo	
Geiva Carolina Calsa	
<i>DICCIONARIO BIBLIOGRAPHICO PORTUGUEZ</i> (1858-1958): CONTRIBUTOS E LIMITAÇÕES PARA A DISCIPLINA DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA PORTUGUESA.....	93
Rolf Kemmler	
UM OLHAR NO SÉCULO XIX- PROCESSO DE LUSITANIZAÇÃO SOBRE O PORTUGUÊS DO BRASIL.....	117
Verônica Lucy Coutinho Lage	
AS ESTRUTURAS PLEONÁSTICAS EN GALEGO NA LINGUA MEDIEVAL. O CASO DOS PRONOMES CLÍTICOS	133
Xosé Manuel Sánchez Rei	

MÉTODOS DE EXPRESSÃO NAS MENSAGENS ELETRÓNICAS EM PORTUGUÊS E EM POLACO.....	145
Edyta Jablonka	
O LUGAR DA AUTOTRADUÇÃO NO BILINGUISMO LUSO-CASTELHANO EM PORTUGAL.....	159
Xosé Manuel Dasilva	
PONTOS PARA UMA CARACTERIZAÇÃO DO PORTUGUÊS EM TIMOR-LESTE.....	177
Regina Helena Pires de Brito	
COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA EM PORTUGUÊS: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E OPÇÕES TERMINOLÓGICAS.....	199
Manuel Célio Conceição	
ASPECTOS SEMÂNTICO-DISCURSIVOS E INTERTEXTUAIS DA NEOLOGIA MIDIÁTICA.....	209
André Crim Valente	
O PREFIXO OPOSITIVO ANTI- EM UM CORPUS JORNALÍSTICO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO.....	227
Ieda Maria Alves	
OTHON MOACYR GARCIA: LÉXICO E ANÁLISE ESTILÍSTICA.....	243
André Nemi Conforte	
LÉXICO PRECOCE NO PORTUGUÊS EUROPEU: UMA JANELA SOBRE A LÍNGUA E A CULTURA.....	255
Rosa M. Lima	
IMPORTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE TERMINOLOGIAS DA ECOLOGIA EM LÍNGUA PORTUGUESA: ASPETOS TERMINOLÓGICOS.....	269
Rosa Maria Queirós Fréjaville	
MEMÓRIA REAL EM EMPRESAS E INSTITUIÇÕES PORTUGUESAS. UM ESTUDO ONOMÁSTICO.....	287
Rosa Lídia Coimbra	
Lurdes de Castro Moutinho	
PARA COMPRENDER O JOGO ASPECTUAL (INTERACÇÃO ENTRE OS DIFERENTES CONSTITUINTES DO ENUNCIADO).....	311
Barbara Hlibowicka-Weglarz	

PISTAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO EM NEGOCIAÇÕES DE CONTEXTO: UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA NO CONTEXTO INTERACIONAL FÓRUM DE DISCUSSÃO	331
Gisella Meneguelli de Sousa	
O CONCEITO DE ‘CASA’ EM PORTUGUÊS EUROPEU.....	343
Zuzanna Bułat Silva	
POLIFONIA E HETEROGENEIDADE: UMA ABORDAGEM CRÍTICA.....	359
Lúcia Regina Barcelos Só	
AS DIVERSAS VOZES NA CONSTRUÇÃO DO ETHOS: O CASO DA IMPRENSA PRAIEIRA.....	373
Rose Mary Fraga	
SOBRE A PARTÍCULA CA NO CORPUS DA LÍRICA PROFANA GALEGO- -PORTUGUESA: INTEGRIDADE FORMAL VS. ELISIÓN.....	391
Manuel Ferreiro	
LOCUCIÓNS CONECTORAS CONSECUTIVAS DE CARÁCTER PARENTÉTICO NO GALEGO MODERNO E CONTEMPORÂNEO.....	411
Xosé Ramón Freixeiro Mato	
O ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA NO PROJECTO AMPER. COMPARAÇÃO DE DADOS PROSÓDICOS DE DUAS INFORMANTES DO FUNCHAL (SANTA MARIA MAIOR E SÃO MARTINHO).....	429
Helena Rebelo	
VARIAÇÃO DA VOGAL [ɛ] EM DOIS DIALECTOS DO PORTUGUÊS EUROPEU.....	445
Luís Fernando Pinto Salema	
A FONOLOGIA DOS PRENOMES ESTRANGEIROS EM UMA ABORDAGEM HISTÓRICA: COMPARAÇÃO ENTRE PORTUGUÊS ARCAICO E PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO (BRASILEIRO E EUROPEU).....	457
Gladis Massini-Cagliari	
UM MODELO DE TRANSCRIÇÃO FONÉTICA PARA UM DICIONÁRIO.....	475
Luiz Carlos Cagliari	
ASPECTOS FONÉTICOS DO <S> NO PORTUGUÊS DE CORUMBÁ E LADÁRIO, MS/BRASIL: UMA ABORDAGEM SOCIOLINGUÍSTICA.....	491
Rosangela Villa da Silva	

DOCUMENTOS DO OURO: INVESTIGANDO O SISTEMA ORTOGRÁFICO DO SÉCULO XVII NO BRASIL.....	509
Kelly Priscilla Lóddo Cezar	
COMISSÃO CIENTÍFICA PARA O X CONGRESSO DA AIL.....	527

NOTA DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE LUSITANISTAS

A Associação Internacional de Lusitanistas quer oferecer ao público interessado um alargado conjunto de investigações que possam informar, em boa medida, do estado da arte na pesquisa em ciências humanas e sociais do âmbito da língua portuguesa. Os onze volumes que a AIL publica contam com mais de 250 estudiosas e estudiosos de mais de 100 Universidades e Centros de Investigação da Europa, Estados Unidos da América e o Brasil, prova da extraordinária vitalidade das nossas áreas.

Para este trabalho, foi imprescindível o labor de uma equipa de revisão científica, entre os quais, toda a Direção e o Conselho Directivo da AIL, de alta qualificação e especialidade nos diversos assuntos aqui focados, a quem agradecemos vivamente a sua incessante e rigorosa dedicação.

O X Congresso da AIL, celebrado na Universidade do Algarve, mediou neste processo como marco fundamental. Ele fica também como um fito na nossa vida associativa. Fique aqui o nosso muito obrigado para as entidades colaboradoras da AIL nesse evento. Esta nota toma a sua plena razão de ser como testemunho de sincero agradecimento a todo o grupo humano dessa universidade que o possibilitou e às pessoas que me acompanharam na Comissão Organizadora: Carmen Villarino Pardo, Cristina Robalo Cordeiro, Regina Zilberman e Petar Petrov. Quero, igualmente, estender esse agradecimento ao nosso novo Secretário Geral, Roberto López-Iglésias Samartim, polo seu excelente trabalho co-editorial e organizativo na Associação.

Para o Prof. Petrov e para o Dr. Pedro Quintino de Sousa, coordenador executivo e responsável técnico desse X Congresso, respetivamente, quero reservar as últimas e principais palavras de gratidão: o seu compromisso, trabalho e rigor ficam como inesquecíveis para a Associação Internacional de Lusitanistas.

NOTA EDITORIAL

O presente volume faz parte de uma série de 11 que a Associação Internacional de Lusitanistas oferece ao público e aos estudiosos do âmbito das ciências humanas e sociais na esfera da língua portuguesa.

Os contributos que os compõem são fruto de um trabalho e de um processo de seleção e debate intensos. Assim, os textos foram submetidos à sua avaliação por pares, a posterior discussão no X Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas organizado entre os dias 18 e 23 de julho de 2011 no Campus de Gambelas da Universidade do Algarve sob a coordenação executiva do Prof. Petar Petrov e, finalmente, à confirmação e revisão final, tendo em consideração os debates mantidos nas sessões do Congresso (em cujo site foram também previamente disponibilizados) e as propostas e críticas apresentadas por cada um dos leitores e ouvintes. De 350 propostas ficaram finalmente algo mais de 250, num processo que tenta garantir o rigor e prestígio académico precisos.

Na organização dos onze volumes agora publicados delineou-se uma tábuia temática e cronológica com uma subdivisão de géneros – distingue-se a prosa, a poesia, o teatro e, incluídos nos géneros em causa, a teoria, os estudos autorais e o comparativismo cultural. A cartografia textual apresentada conduz o leitor pelas literaturas e culturas de Portugal (da Idade Média ao século XX), volumes 1 a 5; do Brasil (séculos XV a XX), volumes 6 a 8; de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e África do Sul (século XX) juntamente com as da Galiza (séculos XVIII a XX) no volume 9; pela Cultura e o Comparativismo nas Lusofonias no volume 10 e pelas Ciências da Linguagem no volume 11 (lugar de grande destaque na produção ensaística do Congresso e onde foram abordadas temáticas distintas como o contacto de línguas, análise contrastiva, análise histórica, fonética e dialectologia, morfologia e léxico, análise textual e ensino).

REVISITANDO A GRAMATIQUINHA DE MÁRIO DE ANDRADE

Neusa Bastos

Universidade Presbiteriana MacKenzie PUC-SP

Você comprehende, Manuel, a tentativa em que me lancei é uma coisa imensa, enorme, nunca foi pra um homem só. E você sabe muito bem que não sou indivíduo de gabinete. Não posso ir fazendo no silêncio e no trabalho oculto toda um gramática brasileira pra depois atirar com isso na cabeça do pessoal. (...) Careço que os outros me ajudem pra que eu realize a minha intenção: ajudar a formação literária, isto é, culta da língua brasileira.

(Mário de Andrade, [s/d.]: 66)

Centrando-nos na produção do brasileiro Mário de Andrade – o poeta, o contista, o romancista, o crítico literário, o pesquisador, o epistógrafo –, que escreveu centenas de cartas tratando temáticas relacionadas à literatura e à estética, pretendemos considerar, neste artigo, uma obra com foco específico nas questões linguísticas de um momento em que o Brasil pretendia impor-se como o país lusófono em que já se desenhava uma “língua nacional”, a Língua Portuguesa – modalidade brasileira – tal qual antecipara, por exemplo, o escritor romântico José de Alencar no século XIX.

Procurando investigar em que medida o brasileiro Mario de Andrade confere importância à teorização sobre a Língua Portuguesa em suas anotações sobre a utilização da “língua nacional?”, selecionamos *A Gramatiquinha de Mário de Andrade: texto e contexto*, organizada e publicada

por Edith Pimentel Pinto (que traz o lado “gramático” de Mário, na inacabada *A Gramatiquinha da fala brasileira*), a fim de analisar o trabalho desse intelectual de tantas facetas, interessado, especificamente aqui, em conhecer profundamente a Língua Portuguesa, nela interferir e, ainda, sobre ela deixar considerações para a posteridade.

Na obra selecionada, Pinto (1990: 11) apóia-se:

... essencialmente nos originais de Mário de Andrade, expressamente destinados à composição da *Gramatiquinha*. Acessoriamente, vale-se de notas marginais suas, consignadas em obra de caráter lingüístico, em especial na *Gramática Secundária da língua portuguesa* de Said Ali; de alguns poucos escritos, do mesmo caráter; e, muito raro, de outros documentos especificados oportunamente.

Para abordarmos o *corpus* mencionado, fundamentamo-nos na Análise do Discurso de linha francesa, tomando como teóricos de base Bakhtin e Maingueneau para o desvendamento da postura do escritor sobre a Língua Portuguesa na primeira metade do século XX, e na Historiografia Linguística, Koerner e Swiggers, para atender a uma demanda de resgate histórico com vistas à preservação da memória brasileira, de extrema relevância para o espaço lusófono de língua oficial portuguesa, que conta neste momento com aproximadamente duzentos milhões de falantes dos quais cerca de cento e oitenta e três milhões são brasileiros.

Como situamos este texto no escopo dos estudos lusófonos, cabe um primeiro entendimento acerca da *lusofonia*: sistema de comunicação linguístico-cultural no âmbito da língua portuguesa e suas variantes (diatópicas, diastráticas e diafásicas), abarcando os países que adotam o português como língua oficial e as numerosas comunidades espalhadas pelo mundo, a chamada “diáspora”. No entanto, dada a diversidade de conceitos e discussões acerca da ideia de lusofonia assumimos que:

O conceito de lusofonia (Reis, 1997; apud Sousa, 2002: 306-7) pode, então, ser formulado tomando por base três princípios. O primeiro deles é o da globalização, entendendo que os problemas da lusofonia e a afirmação de uma

identidade comunitária que se funda na língua ultrapassam o fator lingüístico e convocam globalmente governos, ONGs, sociedade civil, etc. O segundo princípio é o da diversificação, reconhecendo a heterogeneidade de cada realidade nos países que compõem a comunidade lusófona e que, do ponto de vista português, são marcados por elementos que não têm origem portuguesa. A relativização é o último dos princípios, implicando que a comunidade lusófona, devido à diversidade de cada realidade, é desigual e muito pouco coesa. Como amálgama desses parâmetros, dir-se-ia que não é Portugal ou os países lusófonos que falam português, é a língua portuguesa que fala Portugal e esses países (Lourenço, 2001: 185). A idéia da lusofonia só faz sentido se a concebermos acima das nacionalidades, muito além de qualquer percepção mítica de uma nação, ou de responsabilidade de preservação por parte de outra. Ao entender que a língua é que nos diz a cada indivíduo lusófono, é que a lusofonia pode vir a ser, de facto: não somos 200 milhões de luso-falantes; somos a língua portuguesa que fala em cada um (Brito e Martins, 2004a).

(Brito e Bastos, 2006: 75)

Dessa forma, julgamos relevante iniciarmos nossas análises a partir do rastreamento do Brasil no início do século XX, estabelecendo o clima de opinião do período e situando o autor no contexto modernista para apontarmos os aspectos que levam ao estado atual em relação à lusofonia.

Época de conflitos entre gerações e classes sociais: conservadores e progressistas, dominadores (elite) e dominados (proletariado). Os grandes proprietários, plantadores de café mantêm a oligarquia cafeeira, estabelecendo uma “política de salvação” em que se busca a divisão entre nordeste e sudeste. As demais classes que compõem a sociedade constituem-se da burguesia e do proletariado crescente, massacrado e rico de reivindicações o que provoca graves crises, agitações sociais e anseio por mudanças.

A existência de movimentos armados e ideológicos (1922 – Os 18 de Copacabana, 1924 – Revolução em São Paulo, 1925 a 1927 – Coluna

Prestes) propiciou uma conscientização de nacionalidade que dirigiu os movimentos no sentido de oferecer ao Brasil uma política não apenas revolucionária mas também autenticamente brasileira. Sobre a Coluna Prestes é importante mencionar a frustrada tentativa de se levantar no Brasil um movimento revolucionário camponês semelhante ao russo que, apesar de não ter obtido sucesso, deixou marcas na formação de um movimento comunista no Brasil.

Esse clima revolucionário dominante no país somado à crise econômica do café, resultante do “*crack*” norte-americano de 1929 e demais desgastes disseminaram, no Brasil, um estado revolucionário que deu aos brasileiros esperanças de solucionar os problemas políticos, sociais e econômicos.

Embalados por essas aspirações revolucionárias, sobretudo as de esquerda, jovens intelectuais, progressistas e engajados nos movimentos sociais, filiando-se a eles, reagiram contra a influência estrangeira excessiva em busca de uma identidade nacional, o que se refletiu na quase totalidade das produções da época. Mario de Andrade, atento a essas manifestações e aos avanços tecnológicos e industriais – e consciente de sua naturalidade paulistana –, participa da modernização das artes na “locomotiva do Brasil”, durante a Semana da Arte Moderna.

Dessa maneira, a década de 20 foi um período de ansiosa busca de direções estéticas capazes de dar, à literatura e às demais manifestações do espírito brasileiro, um caráter moderno, autenticamente nacional, com tendências culturais lusófonas pautadas nas ideologias, nas representações, no poder, no discurso, na hegemonia e na identidade, pois, segundo Bastos, Brito e Hanna (2006: 6) tais elementos

são fatores constituintes na construção da Lusofonia, como uma comunidade multifacetada, cuja identidade se apresenta como um problema de ‘ser’, assim como de ‘vir a ser’ e que pertence ao futuro tanto quanto ao passado, não como algo que já existe, mas que transcende lugar, tempo, história e cultura

(Bastos; Brito e Hanna, 2006)

Nesse contexto, o papel ativo de Mário de Andrade no levantamento de polêmicas e discussões marcou sua obra e sua trajetória como escritor que materializou suas formações ideológicas e seus valores culturais em seu texto, considerado aqui como um lugar de manifestação consciente, em que o homem organiza, adequadamente, de acordo com a situação contextualizadora de seu discurso, os elementos de expressão que estão à sua disposição para veicular o seu discurso. Foi, por exemplo, no Posfácio da *Gramatiquinha*, que Mário rebateu a crítica tantas vezesposta de que pretendeu *criar* uma língua brasileira e responde aos que não o entenderam no projeto

Ninguém me tirará a convicção, arraigada já entre muitos dissabores, brinquedinhos depreciativos de amigos, os dizes e falar mal por trás e injustiças, que si muitos tentarem também o que eu tento (note-se que não digo “como eu tento”) muito brevemente se organizará uma maneira brasileira de expressar, muito pitoresca, psicologíquissima na sua lentidão, nova doçura e variedade, novas melodias bem nascidas da terra e da raça do Brasil.

(Pinto, 1990: 422)

Os elementos de expressão são organizados pelo sujeito de maneira experimental e criativa, ao deixar de lado a perfeição por acreditar na transitoriedade das coisas. Dessa forma, seu texto, lugar de subjetividade, e seu discurso, reflexo das condições de produção, revelam um imbricamento entre os temas e figuras das formações discursivas existentes na formação social em que está inserido: brasileiros e portugueses – os seus semelhantes que falam “brasileiro” e os outros por cuja gramática não se deve estar preso. Assim, na medida em que é determinado pelas formações ideológicas, cita outros discursos, o que nos leva a afirmar que o discurso não é único e irrepetível.

As concepções linguísticas vigentes no final do século XIX e início do século XX revelam-se no texto em tela, uma vez que as manifestações acerca da língua como instituição nacional que deve ser preservada pelos membros de uma sociedade e que permite a compreensão recíproca num presente de uso efetivo, apresentam-se

nos princípios estruturalistas saussureanos dos quais Mário de Andrade se vale, ao mesmo tempo em que se preocupa com o princípio da constância das mudanças fonéticas, método estabelecido pela gramática comparada que dominou os estudos linguísticos do século XIX, submetendo a língua, objeto físico, às leis da evolução fonética (Linguística Histórica).

Remetemo-nos, então, à questão da interdiscursividade como processo de reconfiguração incessante em que uma formação discursiva é levada a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela. Incorporaram-se, assim, nos comentários, nas observações, nas postulações de Mário de Andrade, as tendências de sua época, podendo-se citar anotações feitas, e já mencionadas, sobre a *Gramática Secundária da Língua portuguesa* de Said Ali na *Gramatinha* e que, de natureza linguística, se manifestam subjetivamente com marcas ideológicas reveladoras de que a “consciência individual é um fato sócio-ideológico” (Bakhtin, 1992: 35).

A produção de efeitos de sentido se dá nas formas de interação verbal ligadas às situações vivenciadas pelo grupo social dos intelectuais que, descompromissados com soluções anteriores, imprimiram às produções literárias um caráter moderno e nacionalista, objetivando, a cada passo, reforçar o sentimento de brasiliade e imprimir uma idéia modernista nas produções do período com comprometimento não com terminologias, mas com o seu próprio grupo de modernistas. Assim, afirma o sujeito-autor não serem as anotações técnicas, nem para técnicos, nem constituidoras de um livro científico, mas pertencentes às produções de seu grupo:

Este é um livro de ficção, e ninguém não aprende gramática nele, é lógico.

Mostrar que o perigo pra quem se mete numa coisa destas é principiar inventando coisas sem nenhuma ligação com a realidade existente. Embora tomado cuidado não me livrei desse defeito e é por isso que não apresento o meu trabalho como obra de técnica porém de ficção.

Não se trata de um livro técnico, nem para técnicos.
Assim fica entendido que isto não é uma obra científica.
É ainda e sempre uma obra de ficção.

(Pinto, 1990: 59-60)

A carga sócio-ideológica constante da obra de ficção revela a necessidade de se registrar o *falar brasileiramente*, dirigindo-se a outros sujeitos: “pra quem já sabe e não pra grupos escolares”. (Pinto, 1990: 59). Tais ditos referem-se a um conjunto de discursos possíveis a partir de inúmeras condições de produção semelhantes, o que significa afirmar que, desde a primeira gramática portuguesa produzida no século XVI, a estratégia sempre foi utilizada: dirigir-se aqueles que já sabem, pois aos que não sabem, devota-se o desprezo. Esse tipo de postura pode ser observado em outras tantas obras gramaticais dos séculos anteriores: Fernão D’Oliveira – século XVI, Amaro de Reboredo – século XVII, Reis Lobato, século XVIII, Pereira Coruja – século XIX, Said Ali, século XX (1^a metade).

De acordo com Bastos (2004) houve em séculos anteriores como no XVII, uma nova preocupação, voltada para os fidalgos, não nobres, mas privilegiados financeiramente:

a educação plebéia, isto é, a educação daqueles que não pertenciam às classes nobres, por obra das instituições religiosas, o que fez com que os burgueses passassem a dar educação aos seus filhos nas melhores escolas, como os colégios dos jesuítas, e aí, os filhos dos ricos plebeus conviviam com os filhos das famílias mais nobres e, dessa forma, igualavam-se, em cultura, aos nobres. Lembra-se, aqui, a sátira do ilustre beletrista português, D. Francisco Manuel de Melo, contida na peça *O fidalgo aprendiz*.

Percebe-se, no entanto, que o privilégio do estudo era daqueles que tinham uma posição de destaque, ou pela nobreza ou pela riqueza, e que aos pobres não era dado o direito do estudo. O Cardeal De Richilieu, no seu *Testamento político*, declara: “Assim como um corpo que tivesse

olhos em todas as suas partes seria monstruoso, da mesma forma um Estado o seria, se todos os seus súditos fossem sábios; ver-se-ia aí tão pouca obediência, quanto o orgulho e a presunção seriam comuns".

(apud Nunes [1981])

O sujeito-autor tem uma vocação totalizante que acaba por estabelecer uma relação de dominância de uma formação discursiva sobre as outras na constituição do texto em que sobressai o apego às manifestações linguísticas nacionais diferentes, em alguns aspectos, das manifestações linguísticas portuguesas. Portanto, cada sujeito inserido em uma determinada classe social tem uma visão de mundo, sendo essa a sua formação ideológica à qual corresponde sempre uma formação discursiva que materializa essa visão de mundo. Esse efeito ideológico pode ser percebido nas afirmações sobre a língua escrita e sua diferença em relação à falada, na tentativa de ressaltar a atitude nacionalista que deve ser buscada em todas as situações em que se pudesse ser nacionalista, isto é, ser culturalmente brasileiro: "Já não dissemos brasileiros. Eu fui. Eu não falei: Escrevemos brasileiro. Eu escrevi." (Pinto, 1990: 53).

Posição segura de um sujeito-autor identificado com o pensamento da época modernista em que o conjunto de movimentos culturais marcados por diversos estilos manifestaram-se em todas as produções estéticas, como as escritas, pictóricas, arquitetônicas. Dessa forma, a literatura, a pintura e a arquitetura encontraram pontos convergentes entre os vários movimentos, baseando-se na idéia de que o tradicional estava ultrapassado, havendo necessidade de se criar uma nova cultura, substituindo-se tudo o que representasse o antigo por novas formas "boas e belas" que os levariam ao progresso. Nada poderia impedir a livre criação.

A representação social do locutor como porta-voz da nação brasileira, em contexto determinado pelas idéias modernistas, leva-nos a afirmar a posição nacionalista moderada do sujeito-autor que pretende ser naturalmente brasileiro sem opor Portugal (o dono da voz) ao Brasil, pois, de acordo com sua posição revelada pelas marcas que atestam seu dizer, sua representação contextualizada e sua relação com a situação – aceitação

da Língua Portuguesa trazida pelos colonizadores e noção da atitude presencialista possível e necessária para um Brasil liberto e forte – apresentam-se da seguinte forma:

Não pensem que vou defender Portugal e me tornar simpático pros portugueses nacionalistas não. Não tenho por Portugal nenhuma ternura maior que a que tenho pelos Cochinchins ou norteamericanos.

Não se trata de reação contra Portugal. Trata-se duma independência natural, sem reivindicações nem nacionalismos, sem antagonismos, simplesmente, inconscientemente.

Ora aplicando o caso à língua o que a gente tem de fazer é isso: ter coragem de falar brasileiro sem si amolar com “a gramática de Lisboa”.

... não se trata de reagir, trata-se de agir que é mais nobre e viril.

(Pinto, 1990: 49)

O dever ser brasileiro manifesta-se no caráter interativo da atividade da linguagem, pressupondo sujeitos ocupando lugares de brasileiros que podem e devem ocupar posições nacionalistas, frente a outros sujeitos ocupando lugares de portugueses que podem e devem ocupar posições nacionalistas em terras européias: “Não falar nem uma vez em regras. Nem tão pouco em normas se possível! Falar só em Constantâncias...” (Pinto, 1990: 61).

Assim é que tocando em constâncias, percebemos que significam o repetir sonora e graficamente a língua brasileira apartada da *portuga*. Então o sujeito-autor manifesta-se no texto, assumindo várias posições ao mencionar o brasileiro falado no Ceará, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, com as diferenças vocabulares surgidas por necessidades de culturas locais: no Rio Grande do Sul – bovinos e equinos – e em São Paulo – café. Tais ditos revelam a sua relação com a situação contextualizadora e sua representação contextualizada.

Das posições assumidas pelo sujeito, surge o sentido determinado ideológica e culturalmente no processo sócio-histórico em que o discur-

so é produzido. Marcado pelas novas tendências linguísticas de um lado e pelas posições tradicionais dos gramáticos e comparatistas de outro lado, o sujeito-autor tece considerações acerca das questões fonético-fonológicas do português, apontando vários metaplasmos notados na língua brasileira, como por exemplo: 1) o encurtamento das palavras paroxítonas que sofrem uma síncope da vogal pós-tônica em abóbora > abobra, chácara > chacra; 2) a epêntese da vogal em advogado > adevogado, absolutamente > abisolutamente. Apontam-se, também, casos de aglutinação em pouco + bocadinho > poucadinho e de transformação de dissílabos em ditongos em fri-o > friu, ti-o > tiu. Dos casos apontados, convém salientar seu uso no século XXI.

O sujeito-autor, como observamos, utiliza as palavras, de caráter ideológico, com suas alterações fonéticas, mencionando a diversidade existente no Brasil, conforme os locais em que ele se encontra e as posições assumidas por ele que, exercendo papéis de acordo com as situações vivenciadas, produz em seu discurso marcas referentes àquele determinado momento, estabelecendo-se como produto histórico-social revelado como progressista à procura de firmar uma brasiliade que está ideologicamente comprometida pela força do povo brasileiro.

Em suas viagens de (re)descoberta do Brasil (1924, 1927 e 1928/1929) e nas ações do Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938), mostrou seu caráter pedagógico que visava à educação de sua gente, à construção de uma identidade nacional e de um acervo de brasiliade por meio da tarefa de inventariar e registrar os elementos constituidores da cultura brasileira. Viajou pelo Brasil, registrando os elementos culturais brasileiros, entre eles a Língua Portuguesa. Inicia sua busca por Minas Gerais (1919), Itanhaém, litoral sul de São Paulo (1921) e Norte e Nordeste brasileiros (1924), Rio Grande do Norte, Paraíba e Recife (1928 e 1929).

Rumo ao norte, de acordo com Nogueira (2007: 261), Mário-pesquisador vai ao encontro do popular

elemento constitutivo de uma estética e identidade nacionais ao lado das igrejas, pontes e chafarizes, registrou os sabores e cores do Brasil: sorvetes coloridos de

Belém, sucos, culinária; tipos brasileiros (a semos-tração da carioca, a beleza dos índios e dos mestiços, a fala cantada e a verve cômica do nordestino); as danças dramáticas; as melodias de boi; música de feitiçaria; religiosidade popular, crenças, superstições; poesia popular (cordel); formas de expressão; instrumentos musicais; modos de trabalhar, modos de morar, modos de festejar, etc.

As Viagens Etnográficas, como ficaram conhecidas, são reveladoras de momentos privilegiados em que podemos identificar no desejo do estudioso da cultura popular de coletar diretamente da fala do povo, a brasiliade manifesta.

A questão da brasiliade sempre presente o fez tomar consciência da alienação vivida pela cultura brasileira e ter certeza de que a construção de uma arte e de uma cultura nacionais passavam pelo resgate do passado como referencial. Nesse sentido, Mario de Andrade, conforme Pinto (1990: 63), afirma:

É incontestável que com a estilização da fala brasileira que é a minha contribuição pessoal prá codificação futura do brasileiro, ninguém não me pode pegar em erro. Basta ver as modificações (...) de estilo, de modismos vocabulares e de ortografia dum livro meu pra outro pra ver que tudo saiu assim porque eu quis. Mas também por outro lado, se não me podem acusar de erro, também é certo que não me deixei adormecer nos braços molengos da facilidade. Minha fala é dificílima até.

São, ainda, mencionadas por Mário de Andrade, as variantes encontradas nas citadas viagens pelo Brasil, de norte a sul, no contato com as pessoas comuns em situações comunicativas do cotidiano da época. Note-mos, por exemplo, dois comentários que nos levam a saborear suas teorizações sobre a Língua Portuguesa deixadas em anotações sobre a utilização da “língua nacional”:

Escutei em Santa Isabel, estado de S. Paulo, da boca dum caipira cantando modas. / Os ítalo-brasileiros falam coisas extraordinárias. Fiquei bem uns seis meses freguês dum barbeirinho ruim das Perdizes só pra escutar a fala dele que era uma gostosura imprevista com seus ‘sodisfeito’, ‘quatros dia’ etc. etc.

(Pinto, 1990: 65)

Ainda sobre o procedimento metodológico adotado na busca do registro da fala brasileira, observamos o sujeito-autor engajado em sua luta política na direção de preservar a nação brasileira firmemente apoiada em suas manifestações linguísticas identificadoras de um povo com identidade formada durante os quatro séculos de “descobrimento”:

As observações e pesquisas sobre a língua nacional não devem ser feitas exclusivamente entre as classes proletárias, entre analfabetos e pessoas rurais. Deve estender-se a todas as classes, até mesmo aos cultos, mas sempre na sua linguagem desleixadamente espontânea e natural. As observações só não devem se estender aos indivíduos que timbram em falar certo. Ou melhor: tem muita importância em verificar e apontar as regras e casos em que mesmo estas pessoas ‘culteranistas’, por desatenção momentânea pecam contra o português de Portugal ou das gramáticas.

(Pinto, 1990: 109)

O interesse em pontuar, por meio do caráter interativo da atividade da linguagem, revelando sujeitos que ocupam lugares de brasileiros conservadores e de brasileiros *brasileiros* que podem e devem ocupar posições, manifesta-se como um dever ser brasileiro na tentativa incessante de buscar a identidade nacional.

Nessa busca, vemos o trabalho do intelectual, Mário de Andrade, que, tecendo seus caminhos investigativos pela Língua Portuguesa, nela interferiu, procurando deixar heranças a seu respeito para todos nós, seus sucessores. Observamos a postura do escritor e desvelamo-la, na medida em que, com o objetivo de atender a uma demanda de resgate

histórico com vistas à preservação da memória brasileira, encontramos o autor brasileiro, conferindo extrema importância à teorização, a partir da prática, sobre a Língua Portuguesa em suas anotações sobre a utilização da “língua nacional” naquele contexto modernista de um Brasil do início do século XX.

Contexto este revelador de que, na luta entre conservadores e progressistas, o sujeito-autor apresenta suas posturas colocando-se ora como conservador para ironizar o desejo de preservação de uma língua pura, criticando a atitude de se misturarem outras línguas, como o italiano, à fala e o desejo de ser purista na escrita, ora como progressista para firmar-se na defesa da brasiliidade, criticando o purismo escrito e adotando a posição de ser brasileiro por seguir as constâncias linguísticas do falar nacional. Nesse sentido, de certa forma, também, os ideais de Mário aproximam-se da noção que adotamos de lusofonia, que busca reconhecer e respeitar múltiplas e distintas vozes para que se encontrem significados e direções comuns, lembrando que, num contexto geograficamente disperso, naturalmente multi e pluricultural, em que viscejam relações entre vários sistemas linguísticos e entre diferentes normas do português, somente é possível conceber uma comunidade lusófona legítima quando a entendemos múltipla e quando nela distintas vozes são reconhecidas e respeitadas (cf. Brito e Bastos, 2006)

Por fim, cabe destacar a contemporaneidade latente no sujeito-autor Mário de Andrade, especialmente no que tange ao sentimento da diversidade linguístico-cultural entre Brasil e Portugal. Como se percebe na *Gramatiquinha* (para não falar no todo da produção mariodeandradiana), o conceito de língua em uso perpassa seus textos e preocupações de pesquisador, revelando a necessidade do reconhecimento e da legitimação do uso linguístico para a compreensão da relação unívoca existente entre a língua e a vida.

Referências bibliográficas

- AMORA, A. S. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1967.
ANDRADE, Mário de. *Cartas a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCI-TEC, 1992.
- BASTOS, Neusa Barbosa. "Porta de Línguas de Amaro de Reboredo". In BASTOS, Neusa Barbosa & PALMA, Dieli Vesaro. *História entre-lacada: a construção de gramáticas e o ensino da língua portuguesa dos séculos XVI e XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BASTOS, Neusa Barbosa; BRITO, Regina Helena Pires de e HANNA, Vera Lúcia Harabagi. *Identidade Lusófona e Globalização*. In Anais do evento de Açores, 2006.
- BRITO, Regina Helena Pires de & BASTOS, Neusa Maria Barbosa. (2006) Dimensão semântica e perspectiva do real: comentários em torno do conceito de lusofonia. In: MARINS, M.L.; SOUSA, H.; CABECINHAS, R. (eds.) *Comunicação e lusofonia*. Porto, Campo das Letras.
- KOERNER, E. F. K. *Practicing linguistic historiography: select essays*. Amsterdan & Philadelphia: John Benjamins, 1989.
- SWIGGERS, P. "Histoire et Historiographie de l'enseignement du français: modèles, objets et analyses". *Études de Linguistique Appliquée*. Daniel Coste (ed.) nº 78, 1990.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.
- NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. "Inventário e patrimônio cultural no Brasil". In <http://www.scielo.br/pdf/his/v26n2/a13v26n2.pdf>. História, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 257-268, de 2007. Acessado em 23 de janeiro de 2011.
- NUNES, R.A. da C. *História da educação no século XVII*. São Paulo, EPU/EDUSP, 1981.
- PINTO, E. P. *A Gramatiquinha de Mário de Andrade: texto e contexto*. São Paulo: Duas Cidades: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

MARCADORES DO DISCURSO COM FUNÇÃO CONJUNCIONAL FORMADOS PELO VERBO QUERER NA VERSÃO PORTUGUESA DA VITA CHRISTI (1495)

José Barbosa Machado

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

1. Introdução

A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia foi impressa em quatro partes na cidade Lisboa em 1495¹ pelos impressores alemães Valentim Fernandes e Nicolau de Saxónia por ordem da rainha D. Leonor. A obra, segundo o colofon, teria sido traduzida do Latim por Bernardo de Alcobaça e Nicolau Vieira a pedido de D. Isabel de Urgel, duquesa de Coimbra e esposa do Infante D. Pedro. No entanto, estas duas personagens limitaram-se a fazer uma cópia da tradução já existente e realizada no tempo do rei D. Duarte (Cfr. Aires A. Nascimento, 2001).

Durante muito tempo, foi considerada a primeira obra impressa em Língua Portuguesa, até serem descobertos o *Sacramental* (1488) e o *Tratado de Confissão* (1489).

O autor da *Vita Christi*, Ludolfo de Saxónia, ou Ludolphus de Saxonia, foi monge no Mosteiro Cartusiano de Estrasburgo, onde faleceu em 1378 com cerca de oitenta anos. A *Vita Christi* é um comentário baseado nos quatro evangelhos, acompanhado de citações de autores patrísticos e medievais. A primeira edição impressa conhecida é a de Strassbourg de 1474. A edição portuguesa não é baseada nesta, mas em manuscritos an-

¹ Livro I: 14 de Agosto de 1495; Livro II: 4 de Setembro de 1495; Livro III: 20 Novembro 1495; Livro IV: 14 de Maio de 1495.

teriores. A obra teve dezenas de edições em toda a Europa, conhecendo-se versões em castelhano, catalão, francês, italiano, alemão, etc. A edição moderna *standard* é a de L. M. Rigolot (1878).

A versão portuguesa é um testemunho importante do chamado Português Médio, sendo de supor que teve um impacto importante na cultura e na língua escrita da época, por um lado devido ao número de exemplares que sobreviveram, e por outro devido às inúmeras referências que se conhecem da obra.

Neste nosso estudo, faremos uma análise contextualizada de alguns marcadores construídos com o verbo *querer* que aparecem no Livro I da *Vita Christi*. Daremos especial destaque aos marcadores com função conjuncional *como quer que*, *quando quer que* e suas variantes.

Sem nos determos na complexidade da problemática da definição do que são marcadores discursivos (MDs), utilizaremos no nosso estudo o termo *marcador discursivo*, ou *marcador do discurso*, para designar uma classe gramatical que inclui várias outras classes (advérbios, preposições, locuções conjuncionais e adverbiais, etc.) que actua como um operador dentro da significação textual e cuja função é a de codificar informação relacional por um lado e por outro a de realizar um valor instrucional².

2. Marcadores com função conjuncional

Os marcadores discursivos com função conjuncional formados pelo verbo *querer* estão assim distribuídos no Livro I da *Vita Christi*:

Marcador	Frequência	Valor
como quer que	33	adverbial concessivo
quâdo quer ergo que	1	adverbial temporal
quâdo quer que / quando quer que	19	adverbial temporal
Totais	53	

² Sobre o conceito de marcador discursivo, *vide* Laurel J. Brinton (1996: 29-40); Salvador Pons Bordería (1998: 20-69); Maj-Britt Mosegaard Hansen (1998: 77-85); e Diane Blackemore (2002: 151-183).

Estes marcadores são formados do seguinte modo: conjunção (*como, quando*) + forma do verbo *querer* + conjunção *que*.

2.1. *como quer que*

O marcador *como quer que* (33) ocorre três vezes em início de frase, com a significação de *embora, apesar de*, seguido de verbo no conjuntivo: «*Como quer que* deus fezesse todollos dias. pero singullarmēte se diz que este he o dia que fez por quanto este foy sagrado por a nasçença do senhor»; «*Como quer que* na contriçō seja perdoado o pecado. A confis- som pero da voz necessaria he para obra»; «*Como quer que* o filho soo fosse encarnado nō o padre nē o sancto spiritu. por tal que per aquella sábedoria per que deus o mūdo formara fosse feita a repairaçō».

Ocorre 15 vezes depois da conjunção e em início de frase. É seguido 14 vezes pelo verbo no conjuntivo: «*E como quer que* a brauezza do jmjigo e per a tépestade do mūdo a ygreja seja posta em trabalho e toca- da das ondas das tēptacoões empero nō se pode anegar»; «*E como quer que* algūos digam que a ssoo absoluçom primeira tem effectu per virtude das chaues e as outras nō porque nō acham cousa que ajam de soltar»; «*E como quer que* deus todas cousas podesse fazer: empero disse a seus discipollos. se vos persegueirē em húa cidade fugide para outra»; «*E como quer que* elle dissesse esto da partida da sua presença corporal. Em- pero moralmēte aquelles dias que sam da culpa ou ē que nós caemos e stamos ē culpa em aquelles he alonguado de nós Christo e partido quādo lançamos fora da casa da cōsciēcia o noyuo ou o sposo da alma Christo»; «*E como quer que* em esto se mostre declarar o grāde poder do senhor ē fazer este millagre. Nom se mostra pero ē elle menos humilde»; «*E como quer que* esta bēdita madre fosse oje hōrrada e rica douro que foy offereçido ao seu filho podemos creer piedosamēte que ella que era amador da pobreza e madre de misericordia»; «*E como quer que* este nō reçeba o que pede. pero reçebe outra cousa que melhor he .s. smolla spiritual e por tāto diz que se deue dar a todo aquelle que pede. mas todo quanto pede nō»; «*E como quer que* estes tres sacramentos por a em- pressom do carater nom se dobrēm sollamente. empero comūa cousa he a todos os sacramentos neom se dobrarem sobre húa meesma pessoa e

materia»; «E *como quer que* homem de nobre linhagem *sejam mester* certas cousas e officiaaes pera o seruirē»; «E *como quer que* muitas destas cousas se *cōtē* seerē feitas no tēpo passado. tu pero maginaras ellas assi como se todas fossē feitas agora de presente»; «E *como quer que* o spiritu *laue* de dentro empero necessario he o lauamento da agoa»; «E *como quer que* o verbo *seja* acerca de deus nō he algūa cousa defora nem de natura assi como he a nossa palaura mas he de natura diuinal a qual nō pode per algūa maneira seer se nam hūa porque indiuisiuel e muy simplez he»; «E *como quer que* segūdo Agustinho assy Maria como Joseph ante que fossem esposados *prometessem* guardar virgindade empero per reuelacō do spiritu santo cōsentiroem em no casamento e doutra guisa nom consentira alguū delles saluo porque per graça do spiritu sancto. huū soube o proposito do outro»; «E *como quer que* nō possa seer misturada razō em special porque leixe este: e tome aquelle». Num caso apenas, o marcador é seguido do verbo no pretérito-mais-que-perfeito com função de conjuntivo: «E *como quer que* Christo bē *podera* preegar dally donde staua. Empero quis sobir ao mōte pera dally ensinar em signal e demostraçō que aquelle que quer ensinar os outros deue sobir ē mōte e ē alteza de virtudes».

No interior de frase e antecedido da conjunção *e*, ocorre três vezes, sempre com o verbo no conjuntivo: «na justiça per cruidade. na misericordia per aafago. e *como quer que* per mujtas maneiras *tēpte*. empero per quatro guisas em special toma homē e ho enguana»; «porque nos māda o apostollo que per caridade seruamos huūs aos outros. e *como quer que* o euangello *ponha* sollamente tres tēptaçōes do senhor. empero segundo diz Bernardo. aquelle que nom lee a quarta tēptaçom do senhor nom sabe bem a scripture que diz que temptaçō he a vida do homē sobre a terra»; «Esta era muyto menor e fora criada nouamente no aar e ally era situada. e *como quer que* muyto pequena *fosse* em quantidade em fremosura de claridade ella sobrepojaua todallas outras».

No interior de frase, em contextos diversos, ocorre sete vezes seguido do verbo no conjuntivo: «e ēcobriaõ *como quer que* nō *soubesse* o mistério»; «E nō cōtamos agora por sabedores os homeēs que esto fazē *como quer que* façā cōtra a defesa do senhor»; «mas per virtude da diuijnidade ascōdida em elle fez esto *como quer que* elle fezesse outros mi-

lagres cõ palauras e cõ tocamento e algúas vezes cõ choro»; «mas por sua bôdade se nos offereçe graciosamête *como quer que* o padre e o filho e o spiritu sancto *ajā* huū meesmo poder saber e bôdade. empero por que acerca de nós o nome do padre representa mingoa de poder por seer antijgo»; «Nom sam sollamête bem aventurados aquelles que fazẽ e côplē a justiça per obras mas ajnda aquelles que a cobiçã de fazer *como quer que nō possam côpir* o que deseja pois que ja fazẽ o que em elles he. Onde Agustinho»; «Onde Agustinho. como se algúia cousa mjstura cõ a natureza baixa: logo se çuja *como quer que* a natureza baixa nō seja çuja em sua maneira e em sua geeraçom»; «perdooe assy *como quer que seja perdoado* a elle. bemauenturados som os misericordiosos».

Em quatro contextos no interior de frase, é seguido do verbo no indicativo, um no presente e os restantes no pretérito imperfeito: «E como o sol e o splendor *como quer que* de hūa sustancia nō *he* pero hūa pessoa. ca nom dizemos o esplendor seer sol. nem o sol splendor»; «(E prepoinha em seu coraçom leixalla) e nō a leuar a sua casa pera starē ambos *como quer que* esto nō *dizia* pubricamête. porque nō fosse deffamada»; «e porē nō conhoçera pessoalmente ante que viesse ao Jurdam. *como quer que* bem *conhoçia* elle o senhor Christo seer nascido da virgem»; «E os demonios lançaua fora dos corpos cõ palaura *como quer que* algúas vezes lhes *poynha* as maãos». Num contexto apenas, é seguido do verbo no infinitivo: «e os postumeiros som justos *como quer que seer* sem culpa parte he de justiça ou de seer justo. mas a fijm e perfeiçom della he acerca do humildoso».

Na oração seguinte à subordinada concessiva, que pode estar inserida ou não na mesma frase, os marcadores mais utilizados são *pero* (6) e *empero* (9), com valor adversativo. Com *pero*, os contextos são os seguintes: «*Como quer que* deus fezesse todollos dias. *pero* singullarmête se diz que este he o dia que fez»; «*Como quer que* na contriçõ seja perdoado o peccado. A confissom *pero* da voz necessaria he para obra quando o poder fazer»; «E como o sol e o splendor *como quer que* de hūa sustancia nō *he pero* hūa pessoa. ca nom dizemos o esplendor seer sol. nem o sol splendor»; «E *como quer que* em esto se mostre declarar o grâde poder do senhor ē fazer este millagre. Nom se mostra *pero* ē elle menos humil-

dade»; «E como quer que este nō receba o que pede. pero reçebe outra cousa que melhor he .s. smolla spiritual e por tāto diz que se deue dar a todo aquelle que pede. mas todo quanto pede nō»; «E como quer que muitas destas couosas se cōtē seerē feitas no tēpo passado. tu pero maginaras ellas assi como se todas fossē feitas agora de presente».

Com *empero*, em seis dos contextos, o marcador adversativo encontra-se na mesma frase: «E como quer que a brauezza do jmjigo e per a tēpestade do mūdo a ygreja seja posta em trabalho e tocada das ondas das tēptaçãoões *empero* nō se pode anegar»; «E como quer que deus todas couosas podesse fazer: *empero* disse a seus discipollos. se vos persegueirē em hūa cidade fugide para outra»; «E como quer que estes tres sacramentos por a empressom do carater nom se dobrēm sollamente. *empero* comūa cousa he a todos os sacramentos neom se dobrarem sobre hūa meesma pessoa e materia»; «E como quer que o spiritu laue de dentro *empero* necessario he o lauamento da agoa»; «e como quer que per muitas maneiras tēpte. *empero* per quatro guisas em special toma homē e ho enguana»; «E como quer que segūdo Agustinho assy Maria como Joseph ante que fossem esposados prometessem guardar virgindade *empero* per reuelaçō do spiritu santo cōsentiron em no casamento».

Em três contextos, o marcador *empero* encontra-se no início da frase seguinte: «E como quer que Christo bē podera preegar dally donde staua. *Empero* quis sobir ao móte pera dally ensinar em signal e demostraçō que aquelle que quer ensinar os outros deue sobir ē móte e ē alteza de virtudes. e que nō deue soltar seu coraçom nos desejos de baixo»; «E como quer que elle dissesse esto da partida da sua presença corporal. *Empero* moralmēte aquelles dias que sam da culpa ou ē que nós caemos e stamos ē culpa em aquelles he alonguado de nós Christo e partido quādo lançamos fora da casa da cōsciēcia o noyuo ou o sposo da alma Christo»; «E como quer que homem de nobre linhagem sejam mester certas couosas e officiaes pera o seruirē. *Empero* nem por-esto nom negara».

Com o marcador *porque*, encontramos dois contextos, introduzindo orações causais: «E como quer que algūos digam que a ssoo abso luçom primeira tem effectu per virtude das chaues e as outras nō porque

nō acham cousa que ajam de soltar»; «E *como quer que* nō possa seer misturada razõ em special *porque* leixe este: e tome aquelle».

Com o marcador *por tal que*, encontramos um contexto, introduzindo uma oração consecutiva: «*Como quer que* o filho soo fosse encarnado nō o padre nē o sancto spiritu. *por tal que* per aquella sabedoria per que deus o mûdo formara fosse feita a repaireçõ».

Nos restantes casos, o marcador *como quer que* não vem seguido de outro marcador conjuncional, ou porque a frase termina, ou porque a oração que se segue é uma subordinante ou uma infinitiva: «e ēcobriaõ *como quer que* nō soubesse o misterio»; «E nō cõtamos agora por sabedores os homeës que esto fazẽ *como quer que* façã cõtra a defesa do senhor»; «E *como quer que* o verbo seja acerca de deus nō he algãa cousa defora nem de natura»; «E os demonios lançaua fora dos corpos cõ palaura *como quer que* algãas vezes lhes poynha as maãos»; «e os postumeiros som justos *como quer que* seer sem culpa parte he de justiça ou de seer justo»; «e porẽ nō conhoçera pessoalmente ante que viesse ao Jurdam. *como quer que* bem conhoçia elle o senhor Christo seer nascido da virgem».

2.2. *quando quer que*

Este marcador tem as seguintes realizações: *quando quer que* (16), *quâdo quer que* (3); *quâdo quer ergo que* (1). Este marcador significa *sempre que* e introduz uma oração subordinada temporal. As formas *quando quer que* e *quâdo quer que* apenas diferem graficamente, tendo o mesmo valor gramatical.

Em onze contextos, o marcador *quando quer que* vem seguido do verbo no presente do indicativo: «Onde teemos aqui argumëto que *quâdo quer que* homê tem algãa cousa que pode fazer segundo camjinho e custume humanal e per conselho e razom e ajuda do homem pode scusarse do perigo nom deue aquello leixar»; «nē cessa *quâdo quer que* na ygreja se lee que elle nos ameaça e amoesta porque emtõ elle amoesta aquelles que na ygreja som como aquelles que elle reprehende»; «segûdo diz Ambrosyo propria cousa he das virgeës temerê e auer medo *quando quer que* os homës entrã onde ellas som

e auer vergonha de fallar cõ homẽ»; «Onde quando quer que per esta maneyra êtra na alma aparelhada. e que o ella demanda com desejo diz elle aquello do psalmista»; «e portâto oramos sempre quando quer que dizemos esta oraçõ»; segûdo este meesmo Agustinho muitas som as maneiras das smollas as quaaes quando quer que fazemos somos ajudados que nos sejã perdoados nossos pecados»; «E quando quer que elle justifica alguũ que maaao era dereytamête em tã alimpa elle ho guaffo»; «E todos os mouimentos semelhantes quando quer que se dizem de deus nom som signaaes que elle tem o coraçom toruado. mas som signaaes de meestre que ensina»; «Onde Origenes agora e quando quer que os sanctos e aceptos bispos e reitores das ygrejas entrâ em nossas moradas ally entra o senhor per elles»; «O demonio que a perdiçam sua era sayr do homem sem misericordia sam os demonios dos homês nõ ham compai-xam auendo que he a elles dãpno e que padeçẽ mal quando quer que os nõ podẽ atormêtar e anojar cõ têptaçoões (eu sey quẽ tu es)»; «e que buscassemos o secreto e assessegó da voôtade. quando quer que desejamos fallar cõ elle calladamête e aparte».

Em seis contextos, o marcador vem seguido do verbo no futuro im-perfeito do conjuntivo: «nembrate dos trabalhos e auersidades de Christo e quão quer que em algúia cousa te sentires agrauado logo te acorreras ao piedoso padre dos pobres»; «e seruillo de seu officio dando exéplo a nós homês que quando quer que ouuirmos algúia sancta doctrina da boca de nosso jrmaão ou côpanheiro ou nós meesmos nos renêbrâmos dentro nas voontades das couisas que som piedossas e boas que demos logo louvores a deus cõ o coraçõ e cõ a boca e per obra»; «Porém quando quer que te tocar ho alleuantamento toma logo a disciplina do arreprendimento de ty meesmo»; «Outra he em hábito .s. que quando quer que ouuer nembrâça do pecado. e for tempo: ou poder doer se delle que aja door a qual maneyra de door sempre o homẽ he theudo ajnda que ja aja perdoança perfeita do pecado»; «E nós quando quer que trouuermos aa memoria a passagẽ da encarnaçõ de Christo sejamos sollicitos de o rogar de coraçõ que tenha por bẽ mostrar nos a morada donde stá eternamente»; «E quando quer que ouuirẽ dizer que alguũ he doête na alma que se travallhẽ de seer com elle presente».

Há apenas um contexto em que o verbo está no presente do conjuntivo e um outro em que está no pretérito imperfeito do indicativo: «e que quando quer que faça algúia cousa nō tire o coraçō de deus»; «E quando quer que era apertado e aficado das cōpanhas acolhiase algúia destes».

O marcador vem antecedido cinco vezes pela conjunção *e* em início de frase ou início de oração: «E quando quer que era apertado e aficado das cōpanhas acolhiase algúia destes»; «E quando quer que ouuirē dizer que alguū he doête na alma que se travalhē de seer com elle presente»; «E quando quer que elle justifica alguū que maaō era dereytamēte em tā alimpa elle ho guaffo»; «nembrate dos trabalhos e auersidades de Christo e quādo quer que em algúia cousa te sentires agrauado logo te acorreras ao piedoso padre dos pobres»; «Onde Origenes agora e quando quer que os sanctos e aceptos bispos e reitores das ygrejas entrā em nossas moradas ally entra o senhor per elles».

Vem antecedido quatro vezes pelo pronome relativo *que* em interior de frase, dando início a uma oração temporal intercalada na oração relativa: «e que quando quer que faça algúia cousa nō tire o coraçō de deus»; «e seruillo de seu officio dando exēplo a nós homēs que quando quer que ouuirmos algúia sancta doctrina da boca de nosso jrmaão ou cōpanheiro ou nós meesmos nos renēbrāmos dentro nas voontades das couas que som piedossas e boas que demos logo louvores a deus cō o coraçō e cō a boca e per obra»; «Onde teemos aqui argumēto que quādo quer que homē tem algúia cousa que pode fazer segundo camjnhō e custume humanal e per conselho e razom e ajuda do homem pode scussarse do perigo nom deue aquello leixar»; «Outra he em hábito .s. que quando quer que ouuer nembrāça do pecado. e for tempo: ou poder doer se delle que aja door a qual maneyra de door sempre o homē he theudo ajnda que ja aja perdoança perfeita do pecado».

Vem antecedido uma vez pelo pronome relativo *as quaaes* em interior de frase, numa construção sintáctica pouco comum: «segūndo este meesmo Agustinho muytas som as maneiras das smollas *as quaaes* quando quer que fazemos somos ajudados que nos seja perdonados nossos pecados».

Vem antecedido também uma vez pelos advérbios *onde*, *sempre*, *porém* e pelo pronome pessoal *nós*: «*Onde quando quer que* per esta maneyra êtra na alma aparelhada. e que o ella demanda com desejo diz elle aquello do psalmista»; «*Porém quando quer que* te tocar ho alleuantamento toma logo a disciplina do arreprendimento de ty meesmo»; «e portâto oramos *sempre quando quer que* dizemos esta oraçõ»; «E *nós quando quer que* trouuermos aa memoria a passagẽ da encarnaçõ de Christo sejamos sollicitos de o rogar de coraçõ que tenha por bẽ mostrar nos a morada donde stá eternamente».

Nos restantes casos, vem antecedido de substantivos, adjetivos e verbos: «e que buscassemos o secreto e assessegó da *voôtade*. *quando quer que* desejamos fallar cõ elle calladamẽte e aparte»; «E todos os mouimentos *semelhantes quando quer que* se dizem de deus nom som signaaes que elle tem o coraçom toruado»; «nẽ cessá quādo quer que na ygreja se lee que elle nos ameaça e amoesta»; «padeçē mal *quando quer que* os nō podē atormêtar e anojar cõ tēptaçoões (eu sey quē tu es)»; «propria causa he das virgeẽs temerē e auer medo *quando quer que* os homẽs entrã onde ellas som e auer vergonha de fallar cõ homē».

O marcador *quando quer que* vem intercalado uma vez com o advérbio de origem latina *ergo*, com a significação de *assim, portanto, por conseguinte*: «*Quādo quer ergo que* se diz que Christo crescia e era cõfortado ou outra tal causa todo se entende quanto ao corpo».

3. Conclusão

Resumimos nas seguintes tabelas a relação contextual dos marcadores estudados.

Na primeira, podemos constatar que os mesmos, em mais de metade das ocorrências vêm seguidos ou antecedidos da conjunção *e*. Naquilo que classificámos por “contextos diversos”, incluem-se verbos, advérbios (*onde, sempre, porém*), adjetivos e pronomes (*que, as quais, nós*).

Início de frase	Depois de e	Antes de e	Em contextos diversos
3	15	3	12
1	-	-	-
-	5	5	9
4	20	8	21

Na segunda tabela, podemos constatar que o modo conjuntivo é o mais utilizado nas construções introduzidas por estes marcadores, havendo, no entanto, um número significativo de construções com o modo indicativo.

Marcador	Conjuntivo	Indicativo	Infinitivo	TOTAIS
como quer que	28	4	1	33
quâdo quer ergo que	-	1	-	1
quâdo quer que / quando quer que	7	12	-	19
TOTAIS	35	17	1	53

Os marcadores com função conjuncional formados a partir do verbo *querer* têm sido pouco estudados pelos linguistas até ao momento, talvez pelo facto de terem praticamente caído em desuso. Impõe-se, no entanto, o estudo destes e de muitos outros ainda não identificados com maior profundidade. A sua sistematização e a compreensão do modo como marcam ou modificam o discurso são fundamentais para percebermos com maior nitidez a estrutura da Língua Portuguesa.

Ficam de fora deste estudo os marcadores discursos com função relativa, também formados pelo verbo *querer*: *onde quer que* (18), *qualquer que* (33), *quaisquer que* (9), *quanto quer que* (4), *que quer que* (5), *quem quer que* (20), etc. Estes marcadores têm uma presença bastante significativa na versão portuguesa da *Vita Christi* e serão objecto de um tratamento à parte.

Bibliografia

- BECHARA, Evanildo (2002). *Moderna Gramática Portuguesa*. 37^a ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- BLAKEMORE, Diane (2002). *Relevance and Linguistic Meaning. The Semantics and Pragmatics of Discourse Markers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BRINTON, Laurel J. (1996). *Pragmatic Markers in English – Gramaticalization and Discourse Functions*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- CUNHA, Celso e Lindley CINTRA (1987). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 4^a ed., Lisboa: Edições Sá da Costa.
- HANSEN, Maj-Britt Mosegaard (1998). *The Function of Discourse Particles. A Study with Special Reference to Spoken Standard French*. Amsterdam: John Benjamins.
- NASCIMENTO, Aires A. (2001). “A *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia, em português: percursos da tradução e seu presumível responsável”, em *Euphrosyne*, n.º 29, pp. 125-142.
- PONS BORDERÍA, Salvador (1998). “Conexión y conectores. Estudio de su relación en el registro informal de la lengua”, Anexo nºXXVII da revista *Cuadernos de Filología*. Universitat de València.
- SAXÓNIA, Ludolfo de (2010). *Vita Christi – I*. Braga: Edições Vercial. Edição de José Barbosa Machado.

ESTUDO DA FONTE ENUNCIATIVA NA GAZETA DE LISBOA DE 1808

Janete dos Santos Bessa Neves
PUC-Rio/ CAPES / CLUNL¹

1. Introdução

O ano de 1808 foi particularmente importante para a história de Portugal e do Brasil. A invasão patrocinada por Napoleão Bonaparte provocou não apenas uma repercussão no aspecto político para esses países, mas embalou uma importante etapa do jornalismo no mundo da língua portuguesa. Em Portugal, a imprensa foi a veiculadora da oposição às ideias napoleânicas, através principalmente da *Gazeta de Lisboa*, postura igualmente adotada pelo o *Correio Braziliense*, primeiro jornal brasileiro, publicado em Londres, também em 1808.

A preocupação primordial não era somente noticiar as diferentes batalhas vencidas, mas sobretudo fazer frente às ideias de dominação com severas críticas ao regime que estava sendo implantado. Como já sabemos, a invasão a Portugal resultou na transferência da Família Real para o Brasil, o que proporcionou um grande avanço político, social e cultural a este país. É desse ambiente de guerra, de hegemonia francesa e de desenvolvimento brasileiro que se alimentam as notícias dos dois jornais.

¹ Integra o Grupo de Pesquisa “Linguagem, Cultura e Trabalho”, na PUC-Rio e é Doutoranda Colaboradora no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. A pesquisa que deu origem a este artigo foi financiada pela CAPES, no âmbito de uma Bolsa de Pós-doutorado (Proc. BEX 4074/10-6).

2. A proposta do trabalho

Em sequência à pesquisa já realizada no *Correio Braziliense* de 1808², a tarefa deste trabalho é a verificação de como jornalistas da época, na *Gazeta de Lisboa*, colhiam as informações sobre os fatos que ocorreram nessa fase conturbada da história de Portugal, e mesmo da Europa em geral, além do importante momento desenvolvimentista por que passava o Brasil; e como se apropriavam desses fatos nas suas manifestações linguísticas, se assumindo a responsabilidade pela veiculação ou se recorrendo a outra fonte enunciativa. A proposta inclui a sistematização das diferentes formas de distanciamento enunciativo, fundamentando-se nas formulações teóricas do mediativo.

Numa comparação com o jornalismo contemporâneo, constatamos que a construção da significação nesse discurso está fortemente dependente de algumas características inerentes ao jogo das relações, aos interesses dos responsáveis (jornalistas, editores, donos das empresas jornalísticas), às expectativas dos leitores, sem falar nas implicações de ordem judicial que podem ocorrer, atualmente, como consequência das palavras ou expressões veiculadas (Neves, 2010). Vejamos, por exemplo, o comentário de João Ubaldo Ribeiro (2005): “(...) tenho que usar 'suposto', 'alegado' etc., se não pode dar processo em cima de mim (...). Há, por isso, situações que requerem um distanciamento do sujeito em relação tanto aos fatos quanto às fontes da informação.

Zuenir Ventura, em *O Globo*, de 26/05/10, p. 7, sob o título “Os supostos”, aponta uma outra razão para o recurso ao distanciamento: uso obrigatório de ‘suposto’ antes do nome de um acusado que ainda não tenha sido condenado definitivamente pela justiça. Ventura critica esse recurso, considerando-o desnecessário, pois, em muitos casos, ‘os supostos’ são já assassinos confessos. Para preservar uma regra do adequado

² Comunicações sobre o tema foram apresentadas no Congresso do CIAD-2010 /UFRJ, sob o título “Estudo do mediativo no Correio Braziliense de 1808”, e no Congresso da ALED-2010 / UFP, sob o título: “Abordagem semântico-enunciativa da modalidade linguística no Correio Braziliense de 1808”. A comunicação do CIAD, publicada em versão eletrônica, está nas referências bibliográficas deste trabalho.

jornalismo, ou seja, ‘em nome da isenção’, ou do distanciamento linguístico, deve-se recorrer a esses expedientes.

Esse distanciamento exige uma manipulação dos recursos linguísticos e pode assumir diferentes formas. Muitas vezes, há mesmo um excesso, como denuncia o excerto do artigo do jornalista Manuel António Pina, publicado no *Jornal de Notícias*, de 05 de novembro de 2007, sob o título “Poderia ser jornalismo”:

Uma das características de algum jornalismo que hoje por aí se faz é que nada acontece, tudo “poderia ter acontecido” ou “poderá acontecer”. Outro dia pus-me a contar os futuros e condicionais de uma “notícia” de uns poucos de períodos publicada no “Correio da Manhã” sobre o desaparecimento de Maddie MacCann. Ao todo, contei 10 condicionais e futuros hipotéticos para um único e rigoroso “foram”. A “notícia”, assinada por uma jornalista de “investigação”, era só uma ociosa enumeração de suposições: as análises “podem ser” hoje enviadas para Portugal; um cão pisteiro “ter-se-á mostrado” nervoso, o que “poderia indicar” não sei o quê; a utilização de cães pisteiros “terão sido sugeridos” (sic) pelos ingleses ; um amigo dos MacCann “terá levantado” suspeitas; um inglês “poderá ser extorquido”; os MacCann “terão arrendado” uma casa; etc... Por outro lado, as raras vezes que, em tal jornalismo, algo acontece, acontece “alegadamente”: a mulher foi alegadamente arropelada, o sinal verde estava alegadamente aceso, o automobilista teria alegadamente 2 gramas de álcool no sangue. E tudo segundo fontes «próximas». É de qualquer coisa, pois os jornalistas, hoje, não afirmam nem confirmam, repetem.

(*Apud* Duarte, versão eletrônica)

Dessas questões do jornalismo contemporâneo advém nosso interesse em verificar como as questões ligadas ao distanciamento enunciativo eram concretizadas nos jornais do século XIX, mais particularmente na *Gazeta de Lisboa* de 1808.

3. Questões teóricas

A tarefa de quem realiza pesquisa em teorias da enunciação “deve ir além do domínio do imediatamente observável e tentar descrever os processos de produção (e de reconhecimento) subjacentes a uma sequência de signos fônicos ou gráficos com determinadas características, que habitualmente se designa por ‘enunciado’” (Campos, 1997: 21). E é essa a perspectiva deste trabalho, ou seja, apresentar uma sistematização de construções linguísticas que evidenciam o distanciamento e a desresponsabilização em relação aos enunciados construídos nas diferentes seções da *Gazeta de Lisboa* de 1808.

Na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culoli (1971, 1976, 1990), suporte teórico para esta investigação, a linguagem é uma atividade significante de produção e reconhecimento, em que o enunciador constrói, num polo, uma determinada significação, marcada no enunciado produzido, e o coenunciador, num outro polo, reconstrói a significação construída pelo enunciador. Ao construir um enunciado, o enunciador assinala seu ponto de vista em relação ao que enuncia, assumindo o conhecimento construído ou se distanciando dele, dependendo do valor modal que lhe vai atribuir. Trataremos, particularmente, das diferentes formas de que o enunciador se utiliza para marcar esse distanciamento, que caracteriza uma perspectivação modal designada ‘mediativo’, já mencionado acima.

O estudo do mediativo foi impulsionado por Jakobson (1957), que propôs chamar ‘evidential’ à categoria verbal que, entre outros aspectos, faz entrar em linha de conta a fonte de informação alegada relativamente ao processo do enunciado (Jakobson, 1963: 183).

Pesquisas têm sido realizadas nas línguas tupi-guarani, que identificam expressões de ‘evidencialidade’ a partir do termo “evidencial” – expressão linguística de atitude relativa ao conhecimento –, com base em Jakobson (1957) e Chafe & Nichols (1986). Podemos citar o estudo realizado por Cabral (2000) no qual essa autora destaca duas dessas expressões: o ‘constativo’, que indica que o locutor teve acesso ao conteúdo de uma informação por via direta, e o ‘mediativo’, que sinaliza que o locutor teve acesso ao conteúdo de uma informação por via indireta,

significando, em várias línguas, que a informação foi obtida através de um terceiro (Neves, 2004).

Cabral nos dá os seguintes exemplos de expressões de evidencialidade no tupi-guarani:

- **rakó* ~ *kó* (constatado pelo locutor);
- **ra' é* (não constatado pelo locutor);
- **je* (constatado por meio de outra entidade enunciativa); e
- **nipo* ~ **ipó* ~ **pó* (conhecimento obtido por recurso inferencial).

Outras investigações realizadas apontam também dados que contribuem para a compreensão e embasamento do contido no presente trabalho, como o estudo de Barnes (1984) sobre os termos evidenciais em Tuyuca, língua falada na Colômbia e no Brasil, a conferir:

- díigaapé-wi* “Ele jogou futebol” (Eu o vi jogar)
- díigaapé-ti* “Ele jogou futebol” (Eu ouvi o jogo e o ouvi,
mas não vi um nem o outro)
- díigaapé-yi* “Ele jogou futebol” (Eu vi evidências de que ele
jogou: a marca do sapato *dele no campo*. Mas não o vi jogar)
- díigaapé-yigi* “Ele jogou futebol” (Eu obtive a informação
de outra pessoa)
- díigaapé-hiyi* “Ele jogou futebol” (Há razões para o
enunciador assumir que ele o fez)

Desses exemplos em Tuyuca, verificamos que existe apenas uma forma em português (“Ele jogou futebol”) para representar as diferentes entidades enunciativas explicitadas naquela língua, o que caracteriza a necessidade de criar outros recursos, que não sejam os morfológicos, para dar conta dessa diversidade de informação que necessitamos construir na cadeia enunciativa.

Em línguas que não comportam marcas morfológicas de mediativo, como o português, este é veiculado, por exemplo, por advérbios de frase, do tipo *aparentemente*, *visivelmente*, *certamente*, *alegadamente*; construções como *parece que*; os verbos modais *dever* e *poder* com valor epis-

têmico; fórmulas introdutórias do discurso relatado (*de acordo com X, segundo X, para X*); as aspas de citação, entre muitos outros recursos à disposição do falante para indicar a fonte informativa.

Campos (2001: 338) sustenta a interação entre o mediativo e a modalidade, a partir da designação daquele como uma subcategoria desta, já que “o mediativo fornece à modalidade informação sobre a maior ou menor fiabilidade de uma informação, contribuindo para um valor modal epistêmico dentro de uma escala que vai da asserção estrita aos vários graus de probabilidade”. Neves (2006: 164) assevera que a “modalização epistêmica (que basicamente envolve uma atitude do falante) necessariamente se relaciona com a fonte do conhecimento, com o qual o falante pode não estar comprometido”.

O valor mediativo se constrói a partir de uma ruptura enunciativa, ou seja, “qualquer ocorrência de um enunciado mediativo introduz necessariamente uma situação de enunciação mediatizada Sit_M que está em ruptura com a situação de enunciação [origem] Sit_0 ” (Guentchéva, 1994). Assim, esse valor vai operar sobre uma ruptura, que quer dizer que Sit_M é referencialmente independente de Sit_0 e a ruptura pode ser global ou afetar apenas um dos parâmetros: os enunciadores ou os instantes. Um enunciador mediatizado (S_M), em ruptura com S_0 , é fundamentalmente indeterminado; um instante mediatizado (T_M), em ruptura com T_0 , surge como fictício (Guentchéva, 1994).

Num enunciado com o mediativo, há a construção de um conhecimento, ou seja, de uma asserção, mas a fonte enunciativa não é o sujeito enunciador e sim alguém a quem ele recorre para se distanciar totalmente do conhecimento a ser veiculado. Considera-se, assim, marcador mediático “uma expressão linguística que surge no enunciado e que indica se a informação transmitida nesse enunciado foi retomada pelo locutor a outrem ou se foi criada pelo próprio locutor, através de uma inferência ou de uma percepção” (Dendale & Tasmowski, 1994).

Esse distanciamento exige uma manipulação dos recursos linguísticos e pode assumir diferentes formas. Neves (2006: 165) mostra como pode dar-se essa manipulação:

(...) entende-se, por princípio, que a falta de marca indicativa da fonte (a falta de marca evidencial) implica que essa fonte seja o próprio falante, filtro natural das proposições por ele expressas: Quem diz:

A gente se habitua a tudo, que é só questão de vontade, ou melhor: de força de vontade.

é entendido como autor e mentor – ou pelo menos, compartilhador – da ideia de que “a gente se habitua a tudo (etc.)”. Se assim não for – e o falante quiser deixar isso registrado, eximindo-se da responsabilidade – ele indicará a fonte externa da ideia / informação. Na verdade, foi o que aconteceu no enunciado documentado:

Dizem que a gente se habitua a tudo, que é só questão de vontade, ou melhor: de força de vontade. (A)

Guentchéva (1994: 8-9) aponta três valores principais para o mediativo:

- 1) fatos relatados: ocorrem em duas situações:
 - a) conhecidos ou admitidos por todo mundo, como os contos populares, as lendas e os mitos;
 - b) fundados nas falas de outros em que se encontram as nuances de dúvida, ironia, indignação e rejeição;
- 2) inferências: são fatos enunciados reconstruídos a partir de traços ou indícios observáveis;
- 3) fatos de surpresa: ocorrem quando o enunciador apresenta fatos como uma descoberta inesperada e em contradição com o estado esperado, podendo, assim, recorrer ao mediativo nas línguas que conhecem essa categoria. O fato enunciado é, então, concomitante à situação de enunciação e esse valor aparece essencialmente com verbos estativos ou com predicativos qualificativos. É necessariamente acompanhado de uma entonação do tipo exclamativo.

3. Metodologia

A partir dos conceitos da Teoria Enunciativa, segundo os preceitos de Antoine Culoli, e da abordagem teórica do mediativo, conforme Guentchéva, foram sistematizados os fatos linguísticos que explicitam as diferentes fontes enunciativas na *Gazeta de Lisboa* de 1808.

Para dar conta da proposta, e consequentemente realizar a identificação e sistematização das diferentes fontes enunciativas, no periódico *Gazeta de Lisboa* de 1808, recorremos às formas de explicitação de disjunção enunciativa, que surgem nas notícias com muita produtividade e criatividade. Foram selecionadas 32 ocorrências em que o enunciador não assumiu a relação predicativa, transferindo a validação para outra fonte enunciativa, recorrendo à construção da impessoalização ou da alteridade enunciativa.

A *Gazeta de Lisboa* apresenta uma estrutura interna estável nos seus mais de cem anos de existência (1715 a 1820), com poucas interrupções de publicação. Identificam-se nesse periódico as seguintes seções: noticiário nacional e internacional; despachos ou notícias oficiais, necrologia, advertências, viagens, festas, estados de saúde, tendo por protagonistas figuras da família real, clero e nobreza. Para efeito de constituição do corpus, não foram consideradas as notícias das seções que se refiram a atos oficiais e informações sociais, já que não se mostraram relevantes para o cenário desta investigação, considerando que, como não se trata de notícias propriamente ditas, não há mecanismos de distanciamento enunciativo. Os enunciados foram colhidos em microfilmagem na Biblioteca Nacional de Lisboa.

4. A questão da fonte enunciativa na *Gazeta de Lisboa* de 1808

Existem, assim, recursos linguísticos para assinalar a disjunção enunciativa, marcando o não envolvimento com o conhecimento construído, como, por exemplo, com o uso da impessoalização, da atribuição direta a outra fonte enunciativa (mudança de enunciador) e dos ditos populares, estes últimos conhecidos ou admitidos por todo mundo, como os contos populares, as lendas e os mitos. É uma forma de apresentar fatos relatados, “mostrando que o enunciador não adquiriu diretamente o conhe-

cimento (...) mas sim indiretamente, através de uma fonte que lhe é exterior" (Campos, 2001: 328). Encontramos em nosso corpus exemplos de distanciamento enunciativo com recurso a outra fonte enunciativa, como a impessoalização e a atribuição do discurso a outro enunciador, que passamos a identificar e sistematizar. Os enunciados aqui elencados não são os únicos encontrados, foram apenas selecionados para dar conta da sistematização proposta.

4.1 Construção de fonte enunciativa não especificada

4.1.1 Impessoalização: no português, o distanciamento enunciativo pode ser gramaticalizado com verbo na terceira pessoa do singular, com o pronome ‘se’, ou com o verbo na terceira pessoa do plural, recorrendo assim a uma fonte enunciativa não explicitada claramente, como os dois exemplos destacados no enunciado:

(1) “**Dizem** agora que o General Miranda, chegado ha pouco a Londres, veio fazer proposições ilusorias ao Governo. **Assegura-se** que com 4 navios de guerra e 7 homens de desembarque promette ele por debaixo da protecção da Grã Bretanha todas as provincias Hespanholas do Novo-Mundo, tornadas em Estado federativo e independente”. (*Gazeta de Lisboa*, 16/02/1808)

Recorreu-se, primeiramente, ao verbo na terceira pessoa do plural (Dizem) para não identificar a fonte da enunciação, porque, além de não revelar a fonte explicitamente, parece que houve a intenção de realizar uma crítica ao que foi veiculado. A não assunção só ocorreu porque não há antecedente nominal que caracterize um sujeito no plural; dessa forma, a interpretação só pode ser de um distanciamento enunciativo. Não se sabe, então, a quem atribuir a origem da informação. Já a seguir, o enunciador, com o verbo na terceira pessoa do singular e com o pronome ‘se’ (Assegura-se), continua a garantir esse distanciamento. Ou seja, dizem que o General Miranda “veio fazer proposições ilusorias ao Governo” e, ao mesmo tempo, que essa fonte enunciativa indeterminada assegura que esse general promete proteção às províncias espanholas.

Como sabemos que quem está redigindo é gente francesa, sob o comando de Napoleão, percebe-se a ironia e a crítica na utilização de ‘proposições ilusorias’ e ‘por debaixo da proteção da Inglaterra’. Há jogo

enunciativo com o distanciamento na utilização da impessoalização, para omitir os autores da informação contra a soberania francesa e, simultaneamente, com a assunção de um posicionamento irônico e crítico, para descredenciar ou minimizar tal informação.

4.1.2 Outras expressões de impessoalização: podemos incluir neste caso ocorrências como nos exemplos a seguir, em que não há explicitamente a especificação da entidade enunciativa, ou seja, não há a gramaticalização do distanciamento, mas ele é marcado por expressões que denotam o fenômeno da impessoalização:

(2) “**Torna a correr voz** d'haver chegado ao Archipelagohuma expedião Ingleza de 12 a 15 mil homens; e segundo as ultimas noticias occuparaõ os Inglezes as principaes ilhas daquele mar. (*Gazeta de Lisboa*, 08/03/1808)

(3) “**Outra voz que torna a correr**he que hum corpo numeroso de tropas da Confederação do Rhim deve passar á Dalmacia”. (*Gazeta de Lisboa*, 22/03/1808)

(4) “**Aqui corre noticia** de que o General Dupont se embarcou em Cadis a 5 deste mez com os Officiaes do seu estado Maior em hum navio Ragusano, mas que 8 horas depois da sua partida foraõ todos apressados defronte de Rota por hum bergantim de guerra Inglez. Sabe-se que o Exercito de Aragaõ se vai postando nas fronteiras de Navarra e perto d'Egla de los Cabalheros.” (*Gazeta de Lisboa*, 18/10/1808)

Expressões semelhantes têm sido encontradas no jornalismo contemporâneo como no exemplo do *Público*:

(5) “Com o eng. Sócrates temporariamente afastado de cena, **ao que por aí consta** estudando Platão em Paris, o PS ficou sem o seu querido chefe e procura outro.” (Valente, 2011: 32)

Ressalte-se, contudo, que, quando construída nas diferentes seções dos jornais atuais, geralmente há um tom depreciativo, de subestimação do fato.

4.2. Atribuição direta a outra fonte enunciativa

O sujeito enunciado recorre à fonte enunciativa explicitada claramente para assim enunciar alguma coisa da qual deseja distanciar-se, ou não validar a re-

lação predicativa construída. Esse recurso se apresenta de forma produtiva e diversificada nos enunciados da *Gazeta de Lisboa* de 1808. As notícias veiculadas à época advinham de diferentes fontes, por isso, é previsível a diversificação. As principais eram os relatos orais e as cartas que chegavam de outras partes, tanto da Europa como do Brasil ou dos Estados Unidos.

Vejamos alguns exemplos:

4.2.1 Fonte enunciativa nominalmente identificada

(6) “S.M., **dizem os ministros**, fazia os maiores esforços por preencher a expectação do seu aliado”. (*Gazeta de Lisboa*, 05/02/1808)

(7) “**As noticias que diariamente se recebem do General Margara**, continuaõ a ser muito boas.” (*Gazeta de Lisboa*, 14/07/1808)

(8) “**Segundo o que relataõ alguns viajantes**, a proclamação que o General Buxhowdendirigio aos habitantes da Finlândia Sueca, declarando-lhes que esta seratratada como humaprovinciaRussiana, tem causado grande dissabor a El Rei de Suecia”. (*Gazeta de Lisboa*, 29/04/1808)

Nos três exemplos, a responsabilidade de assunção do conhecimento construído, ou da notícia veiculada, se transfere para fontes enunciativas identificadas como ‘os ministros’, ‘General Margara’ e ‘alguns viajantes’.

4.2.2 Fonte enunciativa advinda de cartas (com enunciador explícito ou não)

(9) “**As ultimas cartas de Corfu** fazem mençaõd'haver chegado ás aguas daquela ilha huma esquadra Ingleza, composta de 26 embarcações grandes e pequenas. Esta esquadra provavelmente se destinava para atacar a dita ilha; mas, como visse que estava bem defendida, retirou-se das aquas, naõ deixando ahi mais que algumas embarcações em observaçao”. (*Gazeta de Lisboa*, 25/03/1808)

(10) “**Referem as cartas de Constantinopla de 3 deste mez** que he de esperar que em breve haja mudança no Ministerio Turco, ficando despedidos alguns Ministros que se desconfia estarem peitados pela Inglaterra”. (*Gazeta de Lisboa*, 29/04/1808)

(11) “**Em huma carta escrita desta Cidade por hum sujeito digno de todo o credito**, que acabava de chegar de Barcelona (...).” (*Gazeta de Lisboa*, 08/10/1808)

(12) “**As cartas de alguns sujeitos do nosso Exercito**, que se acháraõ nos ataques da Corte até 3 deste mez, saõ inteiramente conformes ás noticias da parte referida, e asseguraraõ que aquelle povo heroico continuava a defender-se com a maior intrepidez, a pezar de achar-se vencido por alguns de seus Chefes, e ter entaõ mui poucas tropas que o socorressem.” (*Gazeta de Lisboa*, 23/12/1808)

Nos exemplos acima, a disjunção enunciativa foi construída a partir da ruptura entre o enunciador (S_0) e o enunciador mediatizado (S_M) e a validação da notícia veiculada foi atribuída aos enunciadores que escreveram as cartas.

4.2.3 Fonte enunciativa advinda de outro periódico

(13) “**Conforme as ultimas Gazetas de Londres**, pareceque a guerra continua na Ilha de S. Domingos entre os dous Chefes dos rebeldes Christophe e Petion”. (*Gazeta de Lisboa*, 04/03/1808)

(14) “**Relata a Gazeta de Çaragoça de 13 deste** que, por carta de D. Valentim Solanot, que fora a Gilbraltar com humacomissaõ do Governador e Capitaõ General do Exercito e Reino d' Aragaõ, consta haver o Major General Drummond assegurado á NaçaõHespanhola que tinha ordens positivas de S. M. Britanica para auxiliar os gloriosos esforços que faz a dita Naçaõ por vindicar a sua liberdade (...).” (*Gazeta de Lisboa*, 08/10/1808)

Nestes exemplos (13 e 14), as notícias foram reproduzidas de outros jornais, que se constituem, portanto, os S_{Ms} que validaram as relações predicativas construídas.

4.2.4 Fonte enunciativa fundada na reconhecida credibilidade

(15) “**Por noticia authentica de Belgrado**, consta haver-se concluído hum armisticio, a 17 do mezpassado, entre os Turcos e os servios, sem limite de tempo, estipulando em substancia, que antes de 29 deste mez todas as baterias e reductos construidos por ambos exercitos.” (*Gazeta de Lisboa*, 08/10/1808)

Esse exemplo (15) apresenta uma disjunção enunciativa, em que o enunciador transfere a validação da relação predicativa à fonte a que se atribui uma adjetivação avaliativa (*authentica*).

5. Conclusão

Falar em fonte enunciativa em jornais do século de XIX é constatar as diferentes vozes que contribuíram para a criação das notícias naquele período. As mais utilizadas, como pudemos constatar, eram as cartas, que possuíam diferentes enunciadores e vinham de diferentes partes do mundo. Destaque-se que as informações que os jornalistas ou editores desses periódicos colhiam muitas vezes eram parciais e não tinham a criteriosa seleção que possuem os jornais contemporâneos.

As fontes enunciativas que se gramaticalizam por verbos na terceira pessoa do singular com o pronome ‘se’ ou na terceira do plural, por exemplo, não são admitidas, normalmente, como forma de distanciamento enunciativo no discurso jornalístico contemporâneo. São consideradas sem credibilidade. Aliás, a credibilidade nesse período se traduziu com a expressão ‘notícia autêntica’ que nada revela de autenticidade. Assim, pelo que constatamos na identificação das diferentes fontes de enunciação, as informações orais, veiculadas nos meios políticos, sociais ou culturais podiam ser consideradas, com segurança, fontes das notícias.

Percebe-se, então, que os critérios para a eleição do informante eram duvidosos e pouco fidedignos. Eram cooptados a partir das conveniências das editorias. Isso pode ser constatado, por exemplo, no período em que representantes de Napoleão assumiram a *Gazeta de Lisboa*, tornando-se a Inglaterra o foco das críticas, uma vez que os ingleses eram os inimigos das intenções francesas de dominar a Europa da época.

Referências bibliográficas

- CAMPOS, Maria Henriqueta Costa (2001). “Enunciação mediatizada e operações cognitivas” in A.S. Silva (org.), *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: APL/UCP, 325340.

- CULIOLI, Antoine (1971). *Définitions de quelques termes en linguistique, Extraits de l'Encyclopédie Alpha*, Paris, Grange-Batelière.
- CULIOLI, Antoine (1976). *Recherche en Linguistique: Théorie des Opérations Énonciatives*.
- CULIOLI, Antoine (1990). *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations. Tome 1*. Paris, Ophrys.
- DUARTE, Isabel Margarida. "Futuro perfeito e condicional composto: mediativo no discurso jornalístico em Português Europeu e em Português Brasileiro". In: *Atas do Congresso da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN)*. Disponível em <http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/13504/2/congressoabralinisabelduarte000071277.pdf>
- GUENTCHÉVA, Zlatka (1994). "Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français". In: *Langue Française 102: Les sources du savoir*, 823.
- JAKOBSON, Roman (1963). "Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe". In: *Essais de Linguistique Générale I*, Paris: Les Éditions de Minuit, 176196.
- NEVES, Janete dos Santos Bessa (2010). "Estudo do mediativo no Correio Braziliense de 1808". In: Gouvêa Martins & Gomes Souza, Regina (orgs) *Anais do II Fórum Internacional de Análise do Discurso: Discurso, Texto e Enunciação CIAD- RIO / UFRJ*. [Online] URL: <http://www.letras.ufrj.br/ciadrio/>
- NEVES, Maria Helena de Moura (2006). *Texto e gramática*. São Paulo, Editora Contexto.
- RIBEIRO, João Ubaldo (2005). "Quem nasceu ontem?", *O Globo*, 19.06.05, p. 7.
- TASMOWSKI L. & DENDALE, P. (2001). "Pouvoir, un marqueur d'evidentialité". In: *Langue française. Vol. 102 N°1. Les sources du savoir et leurs marques linguistiques*. 41-55.
- VALENTE, Vasco Pulido (2011). "A sucessão no PS", *Público*, 14.06.2011, p.32.
- VENTURA, Zuenir (2010). "Os supostos". *O Globo*, 26.05.10, p. 7.

DOIS TEXTOS PRECURSORES DOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS NO SÉCULO XIX

Ricardo Stavola Cavaliere
Universidade Federal Fluminense

A segunda metade do século XIX faz eclodir nos estudos vernáculos das línguas românicas uma tendência de estudo e descrição da língua que já amadurecia desde os primeiros anos dos oitocentos no campo da Linguística Geral, cujas bases se apoiam na pesquisa sobre a história da linguagem humana pelo método comparativo. A Linguística do século XIX, decerto, mergulhou fundo na investigação das origens da capacidade que tem o homem de comunicar-se através da fala, valendo-se inicialmente, nesse mister, dos recursos que outras ciências com percurso já consolidado utilizavam no fazer científico. Não sem motivo, pois, as bases da Linguística erigiram-se no campo da Antropologia, da História Natural, da Biologia e, já na segunda metade do século, da Psicologia.

Os manuais teóricos, entretanto, mantiveram-se durante largo período afastados da atividade pedagógica no campo do ensino de língua materna. Naturalmente, criava-se, a partir de então, uma modalidade de investigação da linguagem humana sem compromisso pedagógico, uma dissociação entre pesquisa e ensino, que está, por assim dizer, na própria concepção de Linguística como ciência. Em outros termos, a nova ciência fundada por Bopp, Grimm, Humboldt, entre outros, abriu um caminho diverso, em que a pesquisa sobre a língua não tinha necessariamente uma feição pedagógica.

Assim, enquanto o estudo analítico, investigador dos fatos fonéticos, morfológicos e sintáticos, avançava célebre na área da Linguística,

por alguns denominada Glotologia¹, na didática das línguas vernáculas persistia a exposição da matéria em bases filosóficas, inspiradas no racionalismo tão bem representado pelos gramáticos de Port-Royal e, mais tarde, pelos trabalhos de Condillac na área da educação dos jovens. Esperava-se pelo momento em que os estudos vernáculos, inarredavelmente ligados ao ensino, afinal absorvessem as conquistas da nova ciência, de tal sorte que a didática das línguas pudesse moldar-se segundo a análise minuciosa e especulativa do fenômeno linguístico, sem compromisso com as teses metafísicas que a antiga ordem impunha.

Semelhante encontro do ensino com a ciência, por fim, viria a efetivar-se a partir da segunda metade do século XIX através da atividade empreendedora de grandes pesquisadores-professores, isto é, homens que efetivamente atuavam na área do desenvolvimento da ciência e, ao mesmo tempo, cuidavam da renovação dos métodos pedagógicos em prol de um ensino mais eficaz e produtivo nas classes elementares, beneficiando o aluno, senão necessariamente quanto à capacidade de produzir textos, ao menos quanto ao conhecimento empírico da língua como sistema. Interessa-nos, aqui traçar sucinto comentário sobre dois textos, um português, outro brasileiro, que se irmanam como precursores dessa novel atitude pedagógica no último quartel do século XIX: a *Grammatica portugueza elementar; fundada sobre o methodo historico-comparativo*, de Teófilo Braga, e a *Grammatica portugueza*, de Julio Ribeiro.

Em Portugal, deve-se a Francisco Adolfo Coelho a introdução nos meios acadêmicos da nova pesquisa linguística, de caráter científico. Sua atividade no cenário da Filologia lusitana abriu as portas da Glotologia aos que se dedicavam ao estudo do português, razão por que, após a chegada do volume *A língua portuguesa*, publicado por Coelho em 1868, uma gama intensa e qualificada de novos estudos sucedeu-o em profusão. No entanto, o caminho da investigação filológica nos moldes histórico-comparativistas não encontrou terreno plano de início, pois à clavidência fulgente de Coelho contrapunha-se uma ordem já consolidada em que professores e educadores em geral ainda mantinham laços firmes com as teses racionalistas.

¹ Os termos Lingüística e Glotologia aparecem no cenário acadêmico dos oitocentos em uma complexa teia de designações, cujo comentário excede o escopo deste trabalho.

De fato, o próprio Adolfo Coelho advertia, então, que Portugal ainda não conseguira formar especialistas de escol em línguas clássicas, sobretudo em sânscrito, que, como sabemos, constituía fonte de saber fundamental na Linguística Histórica dos oitocentos. Quando, em 1878, o deputado Júlio de Vilhena apresentou um projeto de lei que criava no curso superior de Letras uma cadeira de Linguística Indo-Européia, a proposta, como nos informa Serafim da Silva Neto, “foi calorosamente aplaudida pela fina flor da intelectualidade portuguesa” (SILVA NETO, 1957: 2), visto que finalmente dava oportunidade a que o país viesse a formar gente capaz e dedicada ao estudo científico da língua vernácula.

Dentre os intelectuais que exultaram com os novos rumos acadêmicos, encontrava-se Teófilo Braga, homem de formação polígrafa, em cuja personalidade a afeição extremada ao ideal positivista coexistia com um interesse profundo e sentimental pelas raízes culturais do povo português, razão por que sua extensa obra cuida de temário diverso no campo da Literatura, da Religião, da História, dos costumes e das artes em geral. No campo da Antropologia, sua atuação, aliada a de outros intelectuais de grande projeção como Rocha Peixoto, José Leite de Vasconcelos e Consiglieri Pedroso, é decisiva para consolidar as bases dos estudos sobre cultura portuguesa.

Foi, decerto, a face positivista do caráter de Teófilo Braga que lhe despertou o interesse em produzir um texto gramatical voltado para as primeiras letras, no qual já se incluísem as teses do cientificismo reinante nos compêndios de Glotologia. Nas primeiras palavras de sua obra, sob o título *Advertência*, Braga informa que alimentava o desejo de aplicar em um manual de gramática os novos ganhos auferidos pelo método histórico-comparativo no estudo das línguas românicas. A critica de Braga ao estado em que então se encontrava o ensino do português atinge nomes como Bento Pereira, que um século antes procedera a uma descrição do vernáculo sob inspiração da gramática latina, Reis Lobato, que “em nada levantou o estudo grammatical do portuguez” e Soares Barbosa, cuja *Gramática* construirá-se sob inspiração de Condillac (BRAGA, 1876: VIII). A critica a Soares Barbosa causou óbvia polêmica em face justamente da intensa aceitação de que desfrutou em Portugal e no Brasil sua *Gramática filosófica* ao longo de todo o século XIX, vindo inclusi-

va a fomentar uma série de obras que viriam a ser publicadas sob o império da concepção racionalista da linguagem humana

Em avaliação do panorama linguístico de seu tempo, Braga reconhece em Adolfo Coelho o mérito de haver introduzido em Portugal as bases da filologia românica e do comparativismo, mas ressentia-se de não se ter preocupado o velho mestre em redigir um volume elementar, que pudesse aplicar em sala de aula os novos princípios da investigação linguística, agora em bases empíricas e fundada nos fatos concretos que a análise gramatical revelava aos olhos do filólogo.

Foi, pois, “não com a auctoridade de philologo, mas com essa boa vontade que vence os maiores obstaculos” (BRAGA, 1876: VIII) que o notável humanista lusitano enveredou pelas páginas de uma gramática elementar, cuja finalidade maior, ao que se deduz de suas próprias palavras, era não só reformar o ensino da língua pátria, como também desmistificar o nome de Soares Barbosa no seio da comunidade intelectual portuguesa. Nesse sentido, a *Gramática* de Teófilo Braga efetivamente constitui um texto precursor dos estudos histórico-comparativos, já que é a primeira a cumprir essa árdua missão de deflagrar uma mudança de procedimento nas aulas de português em nível elementar. Considerando que, à época, o conceito de ensino eficiente implicava necessariamente o conhecimento do funcionamento da língua, decerto que a postura de Braga, como seria a de qualquer outro estudioso de seu tempo, pautou-se na construção de uma nova gramática, organicamente reformulada, em que a velha sinopse herdada à *Grammaire de Port-Royal*, dividida em *Etimologia, Sintaxe, Prosódia e Ortografia*, cede lugar à estrutura tridimensional *Fonologia, Morfologia e Sintaxe*.

Por sinal, saliente-se que essa proposta de sinopse da gramática revela-se bem mais adequada para o ensino das primeiras letras do que a usada pelos filólogos brasileiros dos oitocentos, dentre eles Julio Ribeiro, que preferiam uma quadro mais complexo, disposto em níveis hierárquicos. A rigor, a proposta de descrição tridimensional dos fatos gramaticais somente seria implementada em terras brasileiras com a publicação da *Gramática secundária*, de Manoel Said Ali, no inicio dos anos 20 do século passado, para posteriormente ser encampada pela *Nomenclatura Gramatical Brasileira* em 1959.

A leitura da *Gramática elementar* revela que, a rigor, o foco de interesse na descrição de Braga circunscreve-se à Morfologia, que logra ocupar 107 páginas, em confronto com as parcias 18 páginas da Fonologia e 17 da Sintaxe. Esse aparente contrassenso explica-se parcialmente em razão da verdadeira devoção dedicada à Morfologia no ultimo quartel do século XIX. A proliferada concepção de língua como organismo vivo, em permanente mutação, atraiu para os estudos linguísticos não só o método de investigação das ciências naturais, com notável ênfase na Biologia, como também sua nomenclatura. Muito, pois, se tinha a dizer sobre classificação de palavras (taxionomia), alteração de formas ou flexões, processo de criação lexical, enfim, a face da língua mais assemelhada ao estudo empírico dos seres vivos.

Por outro lado, não se pode negar certa negligencia de Braga na descrição dos outros níveis da gramática, sobretudo a sintaxe, reduzida a uma breve referência acerca das relações entre termos infraoracionais e entre orações (proposições). Suas referências aos fatos sintáticos mais relevantes para o ensino, segundo os padrões da época, dentre eles as regências, as concordâncias, a par da topologia nominal e pronominal, quase passam despercebidas aos olhos do leitor, fato que denota uma certa incapacidade de equilibrar os assuntos ordinários da Didática do português.

No Brasil, as teses histórico-comparativistas tomam vulto na mesma época em que começam a ocupar espaço em Portugal, não obstante tenham aqui seguido rumo levemente diverso. Isso porque, enquanto despontavam em Portugal o nome destacado de Adolfo Coelho, no campo da Linguística teórica, e o de Teófilo Braga, na aplicação das novas teses aos estudos elementares, em solo americano somente a vertente pedagógica logrou encontrar ambiente para florescer. Em outros termos, no Brasil frutificaram as sementes do método histórico-comparativo no que tange à aplicação segura da nova metodologia no estudo do português – de que, por sinal, resultou uma grande reforma no ensino de língua vernácula promovida por Fausto Barreto –, mas, quanto à produção de textos teóricos, o ambiente acadêmico parece não ter sido favorável.

Com Julio Ribeiro, portanto, filólogo e romancista, inaugura-se o estudo científico na seara gramatical. Digo na seara gramatical no senti-

do de que é efetivamente a *Gramática portuguesa*, publicada em 1881, o primeiro volume que trata sistematicamente da descrição do português. Alguns estudos anteriores, como o *Novo método teórico-prático de análise sintática*, de Antonio Estevão da Costa e Cunha, cuja segunda edição é de 1878, cuidam de temas isolados, não obstante sob as novas luzes da descrição analítica dos fatos da língua.

Júlio César Ribeiro Vaughan, nascido em Sabará, MG, em 16 de abril de 1845, e falecido em Santos, SP, em 1 de novembro de 1890, foi jornalista, filólogo e romancista, havendo notabilizado-se muito mais perante o grande público, e mesmo nas rodas intelectuais, nessa última atividade. É o patrono da cadeira n.º 24, da Academia Brasileira de Letras, por escolha do fundador Garcia Redondo. Filho de George Washington Vaughan e Maria Francisca Ribeiro Vaughan, professora pública, com quem fez os estudos de instrução primária, Ribeiro matriculou-se na Escola Militar do Rio de Janeiro em 1862. Após três anos, interrompeu o curso militar para dedicar-se ao jornalismo e ao magistério. Homem de sólida formação humanística, conhecia o latim e o grego, a par de algumas línguas modernas.

Embora tenha atuado com maior frequência no campo do jornalismo, em que inclusive exerceu o cargo de diretor proprietário de diversos jornais, como o *Sorocabano* (1870-72), em Sorocaba, *A Procelária* (1887) e *O Rebate* (1888), em São Paulo, tendo, inclusive, colaborado intensamente com artigos sobre Filologia no *Estado de São Paulo*, no *Diário Mercantil*, na *Gazeta de Campinas* e no *Almanaque de São Paulo*, Julio Ribeiro destacou-se mais no campo da Literatura, em que era conhecido pelas posições radicais, sobretudo no tocante à liberdade de expressão literária.

O romance *A carne* (1888), obra que até hoje o põe entre os autores obrigatoriamente referidos nos manuais de história da literatura brasileira, obteve grande aceitação nos anos derradeiros do século XIX, momento em que se respiravam profundamente os ares do Naturalismo e do Positivismo. Já sua obra gramatical é conhecida apenas dos que se aventuraram pelas trilhas da historiografia da Linguística no Brasil. No entanto, o cunho precursor que ordinariamente se atribui a Ribeiro nos rumos da Literatura Brasileira também se há de

reconhecer em sua *Gramática Portuguesa*, em face de sua aqui já mencionada relevância como volume introdutor das teses histórico-comparativas no mundo da Filologia.

Tome-se, a respeito desse caráter precursor, a definição de gramática com que Ribeiro abre as páginas de sua obra: “Grammatica é a exposição methodica dos factos da linguagem” (RIBEIRO, 1911: 1). Observe-se que a postura descritiva – não meramente normativa – com que trata a matéria grammatical já se pode abstrair do termo *exposição*, usado não só com o valor de *exibição*, como também de *arrazoado*. O emprego do termo *factos*, não *regras*, para designar o objeto da exposição também remete nitidamente à concepção de gramática pautada no descritivismo empírico, ainda que admitamos sejam fatos atinentes apenas do registro culto escrito. O próprio Ribeiro adianta-se em esclarecer melhor a questão:

A grammatica, (sic) não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruidas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente, sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica.

(RIBEIRO, 1911: 1)

Convém advertir que numa gramática descritiva no século XIX, a postura do gramático abrangia uma referência aos fenômenos da linguagem humana às leis gerais da língua, aplicando-os, numa perspectiva dual, a um tempo *sincrônica* e *diacrônica*, aos fatos que caracterizam uma dada língua em particular em sua modalidade escrita. Ordinariamente, portanto, a gramática descritiva era especializada em dada língua, daí surgindo designações como *gramática portuguesa*, *gramática francesa*, a *gramática inglesa* etc. O que temos, pois, nesse conceito de gramática, é uma descrição ou exposição do registro culto da língua escrita.

Nos oitocentos, a distinção de gramática em seus aspectos *universal* e *descritivo* pode delinear-se, assim, por alguns traços bem característi-

cos. Em sua feição universal, é atinente à linguagem humana; na descriptiva, a dada língua em particular. Também no aspecto universal trata das leis gerais da linguagem; no descriptivo, dos fatos de uma língua qualquer em uma época delimitada e ao longo de determinado período. Por fim, em seu teor universal, a gramática não tem fim pedagógico, razão por que normalmente se filia à *Ciência Linguística*, para alguns à Glotologia; já a gramática descriptiva tem evidente caráter pedagógico, razão por que normalmente era inscrita no terreno da *Arte*. Leiam-se, por elucidativos, estas palavras de Maximino Maciel, filólogo brasileiro de grande projeção na virada do século XIX:

A grammatica descriptiva considera-se *arte*, porque, tendo por fim escrever e falar uma língua, limita-se a classificar, definir e a estudar os factos, as anomalias e regras de uma língua qualquer, abstrahindo-se das relações que esta língua possa ter com outra e das suas diversas transformações no decurso dos tempos

(MACIEL, 1922: 1)

Cabe repisar, a bem da clareza, que *fatos*, nesse conceito de gramática, não inclui toda a sorte de características da língua em suas variáveis diatópicas, diastráticas e diafásicas, porém o conjunto de características atinentes de um dado registro *urbano*, *culto* e *escrito*. Desta maneira, há evidente feição normativa no conceito de gramática descriptiva, já que se elege como *descritível* um dos usos da língua em detrimento dos demais. Não há, contudo, uma postura *meramente normativa*, já que o fato descrito repousa sobre segura fundamentação linguística e é ordinariamente abonado mediante *corpus* extraído dos textos literários contemporâneos.

Em que sentido, pois, se podem diagnosticar os ganhos teóricos e metodológicos desse trabalho pioneiro? Considerando o desenvolvimento do pensamento filológico, a obra de Ribeiro, atua como elo inicial de uma já urgente conexão entre o fazer filológico brasileiro e as bases da investigação lingüística no mundo desenvolvido. Ribeiro, por sinal, não esconde o amparo teórico solicitado à escola europeia para elaborar a *Grammatica*. No prefácio da segunda edição, datado de

30.12.1884, o filólogo brasileiro alinha as bases conceituais do seu trabalho na trilha aberta sobretudo por Whitney, Becker, Bain, Mason e “todas as summidades da *grammaticographia saxonica*”.

De Bain absorve o minucioso modelo de apresentação da teoria grammatical, mediante divisão binária em *lexeologia* e *sintaxe*. A lexeologia é certamente, no projeto de descrição grammatical proposto por Ribeiro, a célula de onde reverberam todos os campos da investigação linguística. Isso porque é efetivamente a *palavra* que sintetiza o foco das atenções, seja como elemento monolítico isolado, seja enquanto conjunto de segmentos morfológicos, seja como item da organização frasal. A sintaxe, destarte, embora constitua autonomamente a segunda parte da descrição grammatical, na prática não vai além de um grande tentáculo da lexeologia, fato que se pode corroborar nas palavras do próprio Ribeiro: “A *syntaxe* considera as palavras como relacionadas umas com as outras na construção de sentenças, e considera as sentenças no que diz respeito á sua estructura, quer sejam simples, quer se componham de membros ou de clausulas” (RIBEIRO, 1911: 221).

Em sintonia com essa definição e na esteira da proposta descritiva de Becker e Whitney, Ribeiro subdivide a sintaxe em *léxica* e *lógica*, aquela atinente ao estudo das palavras inter-relacionadas na oração, esta ocupada do estudo da estrutura das orações. A princípio, poder-se-ia vislumbrar na *sintaxe lógica* uma concepção sistemática das relações sintáticas, sobretudo em face do uso do termo *estrutura*. A hipótese, contudo, não se confirma na exposição do assunto, já que Ribeiro vincula a *relação* sintática – não a *função* sintática – à palavra material, que lhe dá vida e sentido. Em síntese, na *estrutura* de Ribeiro não interagem *sintagmas*, porém *vocabulários*. Destarte, nela não se vislumbra um nível sintagmático abstrato; o que se tem é uma relação direta, termo a termo, na forma de *relação subjetiva* – a do sujeito com o predicativo –, *relação atributiva* – a da palavra que expressa a qualidade com a que expressa a coisa –, *relação adverbial* – a que vincula dada palavra a um adjetivo, verbo ou advérbio – *relação predicativa* – em que o predicado de uma sentença está para com seu sujeito – e *elação objectiva* – em que está para com um verbo de ação transitiva o objeto a que se dirige ou sobre que exerce essa ação.

Há que considerar-se, ademais, que na proposta descritiva da sintaxe Ribeiro deriva por uma rota absolutamente divorciada da tradição metafísica então reinante nos estudos do século XIX no Brasil. Tal fato é absolutamente relevante se considerarmos que filólogos posteriores e igualmente afinados com as diretrizes da nova ciência linguística que chegava da Europa nem sempre conseguiam desvincilar-se do conceptismo herdado da tradição greco-latina.

A lexeologia de Ribeiro agrupa um amplo e diferenciado segmento da gramática, em que se coordenam, em livros ou capítulos, a fonologia, esta subdividida em *fonética, prosódia e ortografia*, e a morfologia, ramificada em *taxeonomia, ptoseconomia* (ou *kampenomia*) e *etimologia*. Reitera-se que o vínculo da fonologia e da morfologia num mesmo segmento da gramática diz respeito ao conceito nuclear da análise filológica, que, conforme já aduzimos, se assentava na palavra. Mais tarde, já sob a influência dos estudos sincrônicos privilegiados pelo estruturalismo saussuriano, viria a sintaxe a ampliar seus domínios, mediante atrelagem dos mecanismos de flexão nominal e verbal (*ptoseconomia*) à área relacional da concordância, bem como das categorias gramaticais (*taxeonomia*) às funções sintáticas na sentença, berço da *morfossintaxe*.

Enfim, devemos bastante os que se dedicam ao ensino do português como língua materna a esses dois nomes, que revolucionaram a Didática de língua vernácula nos derradeiros anos do século XIX. Teófilo Braga e Julio Ribeiro, se não ocupam lugar de destaque entre os notáveis da Linguística Teórica dos oitocentos, decerto deixaram, com sua contribuição intelectual, um legado precioso de progresso e clarividência no campo da Filologia portuguesa.

Referências bibliográficas

- BRAGA, Theophilo. *Grammatica portugueza elementar; fundada sobre o metodo historico-comparativo*. Porto, Rio de Janeiro: Editora Livraria Portugueza e Estrangeira de João E. da Cruz Coutinho e A.A. da Cruz Coutinho, 1876.
- MACIEL, Maximino de Araujo. *Grammatica descriptiva*. 8.ed, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1922.

RIBEIRO, Julio. *Grammatica portugueza*. 10 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & C., 1911.

SILVA NETO, Serafim da. *Manual de filologia portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

A PERSPECTIVA DO DESASTRE:
JOÃO PENHA E A QUESTÃO ORTOGRÁFICA
(IMPLICAÇÕES EDITORIAIS)

Elsa Pereira,

Centro de Investigação Transdisciplinar

Cultura Espaço e Memória,

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

(SFRH/BD/41413/2007)

O título da comunicação de Vasco Graça Moura, na Audiência Parlamentar sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (MOURA, 2008), serve aqui para realçar a actualidade da discussão linguística que, mais ou menos intermitentemente, nos vem ocupando desde, pelo menos, meados do século XIX. Numa altura de transições, marcada pela implementação da nova ortografia no espaço lusófono, impõe-se também que reflitamos sobre as implicações que uma mudança desta natureza assume no âmbito da crítica textual.

O caso particular dos textos datados entre o último quartel do século XIX e o primeiro da centúria seguinte revela-se, neste aspecto, especialmente problemático, servindo por isso a Obra de João Penha (*1839 †1919) como boa base de reflexão. Isto porque, se é inegável a existência de um discurso normativo em Português desde pelo menos o século XVI¹, não é menos certo que, até 1911, não podemos falar, no nosso país, de uma ortografia oficial verdadeiramente única e normativa. Isso mesmo observava Cândido de Figuei-

¹ A este propósito, vd. KEMMLER (2001) e GONÇALVES (2003).

redo, a propósito da polémica gerada, no início do século XX, em torno da actualização da grafia queirosiana:

Ao passo que as [obras] clássicas representam geralmente a ortografia de uma época, e constituem, portanto, valiosos elementos de estudo linguístico, as obras modernas não podem, graficamente, representar uma época que não tinha ortografia, e só representam a grafia individual dos seus autores, visto que, numa dezena de escritores do século findo, dificilmente se nos depararão dois, que ortografem igualmente

(FIGUEIREDO, 1947: 188)

Efectivamente, tanto Eça de Queirós como João Penha viveram numa época de frágeis e oscilantes normas ortográficas; uma “terrível anarquia” (VASCONCELOS, BGUC, m 6, p 25) marcada por “contradições, dislates, caprichos e idiosincrasias pessoaes” (VASCONCELOS, 1977: 101), mas também por acesas discussões em torno da questão ortográfica, que se prolongaram muito para além de 1911. Em causa estava o debate – ainda hoje actual – entre a ortografia etimológica e a grafia tendencialmente fonética², que se impôs, “apesar de grande e emocional polémica, graças à dinâmica da proclamação da República” (LOPES, 1987: 129).

Na verdade, por volta de 1875, numerosas individualidades vieram a público defender uma reforma simplificadora de tendência sónica, destacando-se entre estas o nome de José Barbosa Leão. A controversa proposta nunca chegou a vingar, mas alertava já para a urgência de uma uniformização sistemática, que também Gonçalves Viana reiteraria mais tarde, nas *Bases da Ortografia Portugueza* (1885). Assim, até 1911, vai crescendo, na opinião pública, a necessidade de implementar uma ver-

² Além destas duas tendências, os filólogos oitocentistas referem ainda uma ortografia usual ou comum, assente na imitação dos principais escritores, e que tanto podia privilegiar a pronúncia como a origem dos vocábulos (vd. VALENTE e ALMEIDA, 1886: 3-4). Segundo Rolf Kemmler, esta seria aliás a corrente predominante na viragem do século e o sistema recomendado em duas portarias de 1897 e 1901 (KEMMLER, 2001: 251).

dadeira ortografia oficial nas escolas, documentos e publicações do Estado, nomeando-se, para o efeito, uma comissão reformadora, constituída por Carolina Michäelis, Gonçalves Viana, Cândido de Figueiredo, Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos.

Embora sem adoptar as excéntricas propostas de Barbosa Leão, o que a nova ortografia preceituava era de facto uma aproximação à “realidade dos factos constantes da sua pronúncia” (CASTRO e DUARTE e LEIRIA, 1987: 152), podendo assim concluir-se que a parte *substantiva*³ da língua portuguesa não ficou significativamente alterada com a Reforma de 1911 (depois revista nos Acordos de 1945 e 1990), na medida em que grande parte das alterações introduzidas se resumem a meras formas convencionadas de registar os mesmos sons⁴.

Neste sentido, a opção de modernizar a grafia das obras deste período emerge naturalmente como a solução mais previsível em (re)edições actuais, não só porque permitiria normalizar as contradições que marcaram a ortografia no período em causa, como até responderia a uma das obrigações usualmente reclamadas à crítica textual moderna:

Não é por as ortografias de Eça ou de Pessoa serem substancialmente diversas da que é norma em outros momentos históricos, como o nosso, que a sua recepção é inviabi-

³ Vd. distinção proposta por Walter W. Greg, entre componentes acidentais e substantivas de um texto (GREG, 1950-1951: 21).

⁴ Vd. “Bases da Reforma de 1911 [excerto do Relatório, publicado no Diário do Governo, n.º 213, 12 de Setembro de 1911]” (CASTRO e DUARTE e LEIRIA, 1987: 152-162). As mudanças introduzidas pelo relatório passavam pela eliminação das consoantes geminadas (exceptuando <rr>, <ss>, <mm> e <nn> mediais) e das mudanças etimológicas (excepto os casos em que <g>, <c> e <p> influenciavam o valor das vogais precedentes), bem como a substituição de <rh>, <th>, <ph>, <ch> por <r>, <t>, <f>, <c> ou <qu>. Preceituava ainda a substituição de <y> por <i> (para a vogal oral fechada anterior e respectiva semivogal), a representação da semivogal posterior através de <u> e a representação dos ditongos nasais através de <ãe>, <õe>, , <ens>, <ão>, <am>. A nova ortografia procurava estabelecer, por fim, uma acentuação mais rigorosa ao distinguir as palavras homógrafas, a supressão do apóstrofo na contracção de alguns pronomes e advérbios com preposições (e.g. *dèle*, *nèle*, *nesta*, *daí*, *daqui*), bem como a introdução do hifen, nas formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo *haver* unidas à preposição *de*.

lizada ou limitada. Comummente, a ortografia / grafia original destes e doutros escritores é actualizada e, nos casos de períodos histórico-literários em que são correntes realizações divergentes de um mesmo grafema, normalizada. A crítica textual funciona também como mediadora entre o momento de produção e os diversos momentos de receção, permitindo que o circuito de comunicação, literária neste caso, não seja interrompido. Com certeza que, assim, alguma informação se perde, mas informação que não tem a ver com aspectos fundamentais da língua do texto.

(MARQUILHAS, 1987: 128)

João Penha, no entanto, ao contrário de Eça de Queirós – que “nunca fez caso da ortografia”⁵ (FIGUEIREDO, 1947: 185) – sempre se mostrou cioso do “aspecto artístico” (PENHA, 1914: 169) desta, batendo-se publicamente contra a Reforma, cuja validade nunca reconheceu (à semelhança aliás de outras vozes dissonantes, que na mesma altura se levantaram contra a promulgação)⁶. As posições ortográficas de Penha diferiam, na verdade, em muito da corrente dominante (segundo a qual esses zelos constituíam apenas tropeços e obstáculos à aproximação entre escrita e pronúncia), chegando mesmo a proibir categoricamente qualquer actualização dos seus escritos. De resto, o poeta bracarense deixou-nos explícitas e sem margem para dúvida numerosas declarações de guerra à ortografia tendencialmente sónica, que considerava, a vários títulos, “ridicula” (PENHA, BPMP, M-AF-1184(1)) e “tôla, porque as palavras não representam sons: são desenhos convencionais que representam cousas ou ideias” (PENHA, BPMP, M-AF-1169(8)).

⁵ “[Eça] nunca fez caso da ortografia, e era o primeiro a confessá-lo, zombando. Era ele que dizia: ‘Eu sei que em retórica ha um h, mas nunca sei onde fica...’” (FIGUEIREDO, 1947: 185).

⁶ “Reaccionários rombos avessos a todo e qualquer progresso, aos quais as quarenta e tantas regras mostraram, pela primeira vez, quantas e quais são as dificuldades da ortografia nacional, entendem que fômos nós que as inventamos, baralhando e complicando tudo. Constou mesmo que esses descontentes iam angariar assinaturas afim de reclamar a revogação da portaria de 1 de Setembro” (VASCONCELOS, 197-: 122).

Esta manifesta hostilidade contra a “estupida reforma orthographica” (PENHA, BPMP, M-AF-1180(1)), que abundantemente surpreendemos, de modo mais ou menos informal, na correspondência do poeta⁷, terá mesmo dado origem a um artigo que o autor publicou em nota final ao livro *Echos do Passado* (1914).

Ao longo de sete páginas, João Penha expõe alguns argumentos contra as mudanças introduzidas pela Reforma, entre os quais destaca a ausência de um consenso geral e a perturbação que inevitavelmente se seguiu à entrada em vigor do Decreto, “resultando d'ahi o ficarem as cousas num estado peor que o anterior” (PENHA, 1914: 169):

d'aquelle iniciativa, aliás, sob diversos aspectos benefica, de Candido de Figueiredo, resultou que diversos escriptores, que, manifestamente se não quizeram dar ao trabalho de profundar as ideas d'aquelle sabio philólogo, passaram a exhibir em seus escriptos phantasias orthographicas.

(PENHA, 1914: 171)

Curiosamente, este que é um dos principais argumentos usados por Penha acaba invertendo-se numa reedição actual da sua Obra, na medida em que o poeta evoca o factor estranhamento provocado pela ortografia moderna para defender a manutenção da grafia etimológica. Aquilo a que o autor se mostra mais sensível é pois que “se lhes não altere o aspecto artistico, transformando-o n'uma cousa grotesca, que faça rir, e que, por vezes represente um enigma para o vulgar dos leitores, que estejam costumados á orthographia antiga” (PENHA, 1914: 169). Transpostas estas declarações para a actualidade, atrevo-me portanto a deduzir que João Penha poderia até concordar com uma adaptação dos seus textos àquilo que hoje é percepcionado como a natural grafia usada em textos eruditos. De resto, é ainda o próprio escritor quem admite, no mesmo artigo, que a grafia convencional de uma língua é fixada “por acordo geral”, podendo ser alterada “por outro acordo, tambem geral e secular, devido a circumstancias, por assim dizer, de ordem publica” (PENHA, 1914: 171).

⁷ Vd. e.g. carta de João Penha enviada a 13-VI-1912 para o director da revista *Limiana*, Júlio de Matos (PENHA, 1924: 140).

O certo porém é que, perante a transitoriedade da sincronia linguística que atravessamos hoje, devido à recente entrada em vigor do igualmente polémico Acordo Ortográfico de 1990⁸, os zelos de João Penha acabam mais legitimados e actuais do que nunca, pelo que ninguém de boa fé poderá ignorar um direito, que assiste ao autor, de fazer preservar a ortografia escolhida para os seus textos, de acordo com aquilo que eram as suas convicções e ideias linguísticas. Tanto mais que a declaração dos princípios ortográficos de Penha abria com este categórico e deveras esclarecedor parágrafo:

A propriedade litterária, comprehende não só as ideas d'aquelle que produziu a obra, mas tambem, e principalmente, a fórmā de que as revestiu. Os textos, comprehendendo essas duas cousas, são propriedade absoluta do autor, e, em vida d'elle, e de seus successores, a ninguem é lícito fazer-lhes qualquer alteração. A modificação, portanto, da orthographia que um autor adoptou para os seus escriptos, modificação feita sem sua autorisação, embora autorisada ou ordenada por decretos ou leis, importaria realmente uma offensa aos legítimos direitos de propriedade litteraria, e poderia até dar origem a acções de restituição e de indemnização de perdas e danos: de restituição á sua orthographia; e de indemnização, pelo descrédito que poderia advir ao autor, por lhe ter sido attribuida uma orthographia, que não julgasse própria de um verdadeiro philólogo

(PENHA, 1914: 167-168)

Em face do evidente antagonismo às reformas ortográficas em curso, e dado que os livros publicados em vida e sob controlo do autor adopta-

⁸ O Acordo Ortográfico de 1990 vigora em Portugal desde a ratificação do Segundo Protocolo Modificativo, pela Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008 de 16 de Maio de 2008 e pelo Decreto do Presidente da República n.º 52/2008, publicado no *Diário da República*, n.º 145, de 29 de Julho de 2008. No entanto, o art. 2.º da Resolução prevê um período de transição de 6 anos, durante o qual os falantes poderão optar entre a nova ortografia ou a anterior, fixada pelo Acordo Ortográfico de 1945 (com alteração de 1973).

ram um sistema que, a partir de certa altura, passou a divergir do que vigorava na época, julgo portanto não termos legitimidade para, numa edição crítica, modernizar o que o poeta deixou escrito à maneira «dos bons tempos antigos» (PENHA, 1914: 173). Parece-me pois incontornável o dever de respeitar a vontade expressa do autor, indirectamente reconhecida aliás pelo próprio Cândido de Figueiredo, um dos principais impulsionadores da Reforma Ortográfica de 1911 e acérrimo defensor da actualização de obras oitocentistas:

o autor falecido tinha o direito de ortografiar como queria ou entendia, e o seu direito transmitiu-se certamente a quem o ficou representando, – a família, os editores ou o Estado. E, assim, uma de duas: ou a família mantém o direito das reedições pelo prazo legal, e pode conservar, ou deixar de conservar, a grafia do autor, até porque ninguém poderá afirmar que o autor, se hoje fosse vivo, não alteraria os seus processos gráficos, pois é corrente que muitos escritores do nosso tempo, tendo sempre seguido os processos que lhe apraziam, seguem hoje e praticam a ortografia oficial; ou os editores adquiriram o direito das reedições, e esse direito não pode ser restrinrido pelas práticas que o autor seguia, e que bem pode ser que hoje não seguisse

(FIGUEIREDO, 1947: 188)

Naturalmente que o problema não reúne consenso alargado, e se, ao nível estritamente legal, o cumprimento dos direitos de autor está circunscrito a um prazo limitado⁹, não é menos verdade que, do ponto de

⁹ Entre as disposições legais que regem a ortografia própria de um escritor, poderá incluir-se o art. VI da Convenção de Berna: «1. Independentemente dos direitos patrimoniais do autor, e mesmo depois da cessação dos citados direitos, o autor conserva o direito de reivindicar a paternidade da obra e de se opor a toda a deformação, mutilação ou outra modificação dessa obra, ou a qualquer dano à mesma obra, prejudiciais à sua honra ou à sua reputação. | 2. Os direitos reconhecidos ao autor por força do parágrafo 1) antecedente mantêm-se, depois de sua morte, pelo menos até à extinção dos direitos patrimoniais e são exercidos pelas pessoas físicas ou jurídicas a que a citada legislação reconhece qualidade para isso». Cumulativamente, também as directivas europeias no âmbito dos direitos de autor (93/98/EEC e

vista teórico, seria também possível legitimar diferentes procedimentos com a argumentação divergente que, sobre o assunto, foi sendo desenvolvida por vários teorizadores da crítica textual.

Aqui, como no domínio dos textos medievais, os críticos continuam a dividir-se entre adeptos de duas tendências:

daquela que deseja uma edição textual absolutamente aderente ao original, até no plano gráfico, e daquela que quer um texto que seja inteligível ao leitor moderno, graças a recursos gráficos que não incidam no entanto na específica realidade fonética do texto transscrito. [...] Objectam os adeptos da primeira tendência à segunda: um texto vale como realidade histórica, simultaneamente fonética e gráfica; qualquer alteração é um arbítrio injustificado e injustificável. Contrapõem os segundos: no momento em que a técnica moderna nos permite reproduzir os textos mecanicamente, qual a vantagem de uma edição crítica que não se distingue praticamente de uma transcrição diplomática?

(PICCHIO, 1979: 250-251)

Pela minha parte – e à semelhança do que concluíram Joaquim Mendes e João Dionísio (MENDES e DIONÍSIO, 1988: 195-196), a propósito da edição pessoana –, creio que a atitude mais sensata passará pela edição dos textos tal como o autor desejou que fossem lidos, mesmo que dificilmente possamos falar, neste caso, de um sistema uniforme, e portanto de uma intenção completamente tangível¹⁰.

É que o inventário testemunhal da Obra penhiana – tal como acontece noutros poetas desta altura – comprehende não apenas autógrafos e edições devidamente revistas pelo autor (onde geralmente a grafia assume valor documental),¹¹ mas também versões publicadas na imprensa periódica que, se nalguns casos parecem submeter-se à vigilância do au-

2006/116/EC) vieram fixar as prorrogativas morais (incluindo o respeito pela integridade dos textos), por um período de 70 anos, após a morte do autor.

¹⁰ Para um enquadramento da *falácia da intenção*, no âmbito da moderna crítica textual, vd. SHILLINGSBURG, 2004: 29-39.

tor¹², noutras deverão escapar ao controlo de Penha, e portanto ao que era a sua prática pessoal¹³. De resto, deverá acrescentar-se ainda a esta circunstância, já de si perturbadora, o facto de o mesmo poeta (à semelhança aliás de Fernando Pessoa) entrar em contradição com os seus próprios critérios ortográficos, denunciando algumas das hesitações que desde sempre caracterizaram sincronias linguisticamente instáveis.

Diante disto, impõe-se talvez a recomendação já adoptada pelos responsáveis da Equipa Pessoa:

que o editor não siga a via da uniformização ortográfica, mesmo que ela seja levada sob o signo do pendor etimológico [...]. Evitando quer o respeito cego por uma determinada estratégia quer um pragmatismo deslocado, parece aconselhável que o editor adopte um texto-base do qual fará uma leitura diplomática, modificando-o de acordo com eventuais correcções [... do autor], se ele as produziu, noutras lugares.

(MENDES e DIONÍSIO, 1988: 196)

Mutatis mutandis, julgo portanto que, em momentos de transição (como os que paralelamente experimentámos no início dos sécs. XX e XXI), observando-se em certo autor uma declarada resistência à ortografia vigente, o modelo editorial mais recomendável, apesar de tudo, poderá assentar numa transcrição diplomática, até quando existam variantes entre testemunhos.

¹¹ Confronte-se, a este propósito, a tese da contaminação não-autoral em textos impressos, conforme defendida por Walter Greg, Fredson Bowers e G. Thomas Tanselle (MCGANN, 1985, max. 39-42). O conjunto dos éditos penhianos é aliás problemático, sob este aspecto, na medida em que comprehende dois livros impressos postumamente: *Últimas Rimas* (1919) e *O Canto do Cysne* (1923).

¹² A atenção do poeta era de facto apertada e cuidadosa, como aliás o próprio reconhece: “verso, porém, não o mando para jornal algum senão debaixo d'estas duas condições: de se me não alterar nem uma vírgula, e de se me mandar a prova para eu rever. Esta ultima condição é também aplicável á prosa” (PENHA, ADB, Ms. 546¹², fls. 13-14).

¹³ Refiro-me particularmente a uma série de textos que correram em circuito semiprivado, acabando plasmados na imprensa periódica, sem a devida autorização do autor.

A conclusão todavia está longe de ser pacífica e atrevo-me mesmo a auspiciar que, no início do próximo século, quando os críticos se ocuparem de um escritor como Vasco Graça Moura, idênticos debates serão ainda recuperados. Resta apenas saber se, nessa altura, estaremos também embalados em novos (des)acordos ortográficos...

Bibliografia

- _____. “Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas (Revisão de Paris, de 1971)”
[<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/02/cv_berna.pdf>](http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/02/cv_berna.pdf)
- _____. “Directiva 93/98/CEE do Conselho de 29 de Outubro de 1993 relativa à harmonização do prazo de protecção dos direitos de autor e de certos direitos conexos”. *Official Journal of the European Communities*. L 290 , 24/11/1993. <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31993L0098>>
PT:HTML >
- _____. “Directiva 2006/116/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006, relativa ao prazo de protecção do direito de autor e de certos direitos conexos”. *Official Journal of the European Union*. L 372, 27/12/2006. <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:372:0012:0018:PT:PDF>>
- CASTRO, Ivo e DUARTE, Inês e LEIRIA, Isabel (1987). *A Demanda da Ortografia Portuguesa: Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e Subsídios para a Compreensão da Questão que se Lhe Seguiu*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- FIGUEIREDO, Cândido de (1947). “Eça de Queiroz e a ortografia portuguesa”. In: AMARAL, Eloy do e MARTHA, M. Cardoso. *Eça de Queiroz: In Memoriam*. Coimbra: Atlântida.
- GONÇALVES, Maria Filomena (2003). *As Ideias Ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: FCG-FCT-MCES.

- GREG, W. W. (1950-1951). "The Rationale of Copy-Text". In: *Studies in Bibliography*, vol. 3. Virginia: The Bibliographical Society of the University of Virginia. <<http://etext.lib.virginia.edu/bsuva/sb/>>
- KEMMLER, Rolf (2001). "Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911". In *Lusorama: Zeitschrift für Lusitanistik*, n.º 47-48. Frankfurt am Main: Axel Schönberger Verlag.
- LOPES, Óscar (1987). "O Acordo Ortográfico". In: CASTRO, Ivo e DUARTE, Inês e LEIRIA, Isabel. *A Demanda da Ortografia Portuguesa: Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e Subsídios para a Compreensão da Questão que se Lhe Seguiu*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- MARQUILHAS, Rita (1987). "O acento, o hífen e as consoantes mudas nas Ortografias antigas portuguesas". In: CASTRO, Ivo e DUARTE, Inês e LEIRIA, Isabel. *A Demanda da Ortografia Portuguesa: Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e Subsídios para a Compreensão da Questão que se Lhe Seguiu*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- MCGANN, Jerome J. (1985). *A Critique of Modern Textual Criticism*. Chicago: University Press.
- MENDES, Joaquim e DIONÍSIO, João (1988). "A ortografia segundo Pessoa e opções editoriais: alguns elementos". In: *Revista da Biblioteca Nacional*, s. 2, vol. 3, n.º 3. Lisboa : BN.
- MOURA, Vasco Graça (2008). "Acordo Ortográfico: a perspectiva do desastre" (comunicação apresentada na audiência promovida pela Comissão de Ética, Sociedade e Cultura da Assembleia da República Portuguesa, a 7 de Abril de 2008). <<http://www.ciberduvidas.com/controversias.php?rid=1675>>
- PENHA, João (1914). *Echos do Passado*. Porto: Companhia Portuguesa Editora.
- PENHA, João (1924). "Carta inédita de João Penha". In: *Almanaque de Ponte-de-Lima*, ano VI. Ponte do Lima: [s.n.].
- _____. Arquivo Distrital de Braga, "Espólio de João Penha", Ms. 546, maço 12, fls. 13-14 (carta de João Penha para Alberto de Madureira, s.d.).

- _____. Biblioteca Pública Municipal do Porto, “Espólio de Antero de Figueiredo”, M-AF-1169(8) (carta de João Penha para Antero de Figueiredo, datada de 20-VIII-1904).
- _____. Biblioteca Pública Municipal do Porto, “Espólio de Antero de Figueiredo”, M-AF-1180(1) (carta de João Penha para Antero de Figueiredo, datada de 7-IX-1912).
- _____. Biblioteca Pública Municipal do Porto, “Espólio de Antero de Figueiredo”, M-AF-1184(1) (carta de João Penha para Antero de Figueiredo, datada de 26-IV-1913).
- PICCHIO, Luciana Stegagno (1979). *A Lição do Texto: Filologia e Literatura* (trad. Alberto Pimenta). Lisboa: Edições 70.
- SHILLINGSBURG, Peter L. (2004). *Scholarly Editing in the Computer Age: Theory and Practice*. Michigan: University of Michigan Press. (1^a ed., 1996).
- VALENTE, Santos e ALMEIDA, Francisco de (1886). *Ortografia Portugueza*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (197-). *Lições de Filologia Portuguesa: Segundo as Prelecções Feitas aos Cursos de 1911/12, 1911/12 e de 1912/13 Seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico*. Lisboa: Dinalivro.
- _____. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, “Espólio de Carolina Michaëlis”, maço 6, pasta 25 (manuscrito de Carolina Michaëlis de Vasconcelos).

APRENDA BRINCANDO A NOVA ORTOGRAFIA: UMA PROPOSTA DE ENSINO PARA A ESCOLA BRASILEIRA¹

Kelly Priscilla Lóddo Cezar
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Edson Carlos Romualdo
Universidade Estadual de Maringá

Geiva Carolina Calsa
Universidade Estadual de Maringá

Introdução

Atualmente a comunidade em geral vem discutindo os benefícios das modificações ortográficas propostas pelo Decreto 6583. São questionadas as mudanças, argumentando que se já havia dificuldade no domínio da ortografia antiga por parte da população brasileira, com as mudanças o aprendizado da ortografia da língua portuguesa pode se tornar mais confuso. O Novo Acordo Ortográfico também divide opiniões no âmbito acadêmico. Alguns linguistas (Neves, 2010; Cagliari, 2010) assinalam que as modificações trazem modificações superficiais na ortografia do que modificações profundas, destacando a provável “inutilidade” das mudanças; outros (Azeredo, 2008), por sua vez, asseguram que a unificação ortográfica permitirá a expansão da língua portuguesa no âmbito

¹ Os resultados apresentados fazem parte do Projeto em desenvolvimento “Aprender brincando: construção e aplicação de um jogo de regras para o ensino do novo acordo ortográfico” (Fundação Araucária/ Protocolo n.º 15289).

social e político ao abranger outros países de língua portuguesa e poderá promover simplificações no ensino deste conteúdo.

Com as novas modificações ortográficas, a língua portuguesa será a terceira língua ocidental mais divulgada, ficando somente atrás da língua inglesa e espanhola. Com as modificações propostas no Novo Acordo Ortográfico (DECRETO 6583) calcula-se que 1,6% do vocabulário de Portugal seja modificado, enquanto do Brasil será menos de 0,5% das palavras. Dentre estas, as principais ocorrerão na acentuação gráfica e no uso do hífen. Divergências à parte, as mudanças entraram em vigor a partir de janeiro de 2009 e os brasileiros têm três anos para adaptar-se a elas.

As reclamações por parte de alunos e professores sobre o ensino de ortografia não são novas e tampouco decorrentes apenas da implantação do Novo Acordo Ortográfico. A disciplina de língua portuguesa é uma das mais temidas pelos estudantes, no entanto, é a mais valorizada pelos pais e professores. Para muitos alunos, a aprendizagem formal dessa disciplina é equivalente à aprendizagem de uma língua estrangeira usada em ambientes restritos, escola e situações muito especiais, e que não fazem parte de sua vida cotidiana. Esse comportamento se explica em parte ao fato de os estudantes não compreenderem a função em sua vida da aprendizagem das variedades e modalidades linguísticas, como a oral e a escrita, tanto em seu registro coloquial como no culto ou padrão.

Além das dificuldades e resistências enfrentadas pelos alunos, a aprendizagem de língua portuguesa continua sendo uma das preocupações dos educadores brasileiros. Depoimentos de professores e pesquisadores têm mostrado o agravamento do desempenho dos alunos do Ensino Fundamental e Médio nesta disciplina. Segundo os dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, desde a implantação desta modalidade de exame, ano de 2002 até a mais recente, os alunos vêm apresentando defasagem cada vez maior entre a série em que se encontram e os conhecimentos de língua portuguesa que dominam (Brasil, 2010).

Resultados de pesquisas realizadas anteriormente pelos proponentes deste artigo Cezar, Calsa e Romualdo (2007, 2008, 2009) evidenciaram que a acentuação gráfica é um dos conteúdos de ortografia que apresen-

tam menos domínio por parte de alunos da Educação Básica. Ao mesmo tempo, tais estudos mostraram que o ensino deste conteúdo vem sendo realizado no sistema educacional brasileiro com vários equívocos, tanto do ponto de vista linguístico como do conhecimento dos professores sobre os procedimentos e variáveis que o tema envolve (identificação da sílaba tônica, classificação de palavras e regras ortográficas, entre outras). Os resultados de nossas pesquisas mostram que professores e alunos evidenciam o que denominamos de “confusão conceitual” quanto às diferenças entre oralidade (intensidade) e escrita (regras ortográficas) da língua portuguesa. O mesmo fenômeno foi observado nos livros didáticos de língua portuguesa utilizados na primeira etapa do ensino fundamental, momento de aprendizagem inicial e, por isso, de maior fixação e permanência entre os conhecimentos dos alunos.

Com esses dados em mãos desenvolvemos inicialmente um jogo de regras *Acentolândia* para uso nas séries iniciais do ensino fundamental. O jogo prioriza a compreensão das diferenças entre fala e escrita, assim como as variáveis que interferem na acentuação gráfica anterior ao Novo Acordo Ortográfico. Os resultados positivos obtidos na aprendizagem da acentuação gráfica por parte desses alunos nos levaram a criar um novo jogo de regras, agora, para alunos a partir da 4^a série do Ensino Fundamental com ênfase nas mudanças introduzidas pelo Novo Acordo Ortográfico.

Este artigo descreve a estrutura e o funcionamento do jogo de regras *Jogo das novas regras ortográficas*² em atendimento ao Novo Acordo Ortográfico para o ensino de alunos do Ensino Fundamental e Médio. Dados obtidos em discussão-piloto com professores de 4^a e 8^a séries do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio revelam que o jogo é favorável à aprendizagem das novas regras ortográficas e domínio dos conceitos linguísticos e não linguísticos envolvidos nesta reforma.

Novo Acordo Ortográfico

O Novo Acordo Ortográfico, nem tão novo assim, foi assinado em 1990 a fim de uniformizar o registro escrito dos oito países que tem

² Provisoriamente denominamos o jogo de regras produzido nesta pesquisa como: *Jogo das novas regras ortográficas*.

a língua portuguesa como oficial: Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, Timor Leste e São Tomé e Príncipe. Acordo esse que entrou em vigor em janeiro de 2009, depois de adiado em vários momentos.

O argumento principal dessa modificação é o de facilitar o processo de intercâmbio cultural e científico entre os países que têm a língua portuguesa como idioma oficial na garantia da divulgação do idioma. Segundo o Ministério da Educação brasileiro, a divergência entre a ortografia do português prejudica a divulgação e a prática de eventos internacionais. Esse argumento também é defendido pelo Instituto Antônio Houaiss (Azeredo, 2008: 20), “o fato de existirem duas grafias oficiais da língua acarreta problemas na redação de documentos em tentativas internacionais e na publicação de interesse público”.

Segundo Cagliari (2009: 02), esse argumento e as demais modificações ortográficas são absolutamente desnecessárias, uma vez que em matéria de reforma ortográfica “ninguém ganha e muitos perdem”. O grande problema dessas modificações, consideradas desnecessárias, afirma o especialista, é a falta de conhecimento da natureza e das funções e dos usos da ortografia. Ou seja, fala-se e modifica-se ortografia sem ter o conhecimento científico do que venha a ser ortografia. Os argumentos apresentados para implantação do Novo Acordo são, em geral, falhas, como evidenciaremos a seguir:

TABELA 1: Mitos e verdades sobre o Novo Acordo Ortográfico³

MITO	VERDADE
Facilita o uso da língua	Modificar a ortografia não facilita, uma vez que ortografia diz respeito à escrita e não à fala.

³ Por mito consideramos a confusão conceitual entre língua e ortografia que a mídia vem colocando sobre a eficácia do Novo Acordo Ortográfico juntamente com dúvidas que pairam professores e estudiosos de língua portuguesa no contexto educacional. Para contrapor as colocações de mito, utilizamos a sabedoria do estudioso Prof. Dr. Luiz Carlos Cagliari (especialista em fonética, fonoologia, sistemas de escrita, prosódia, ortografia e em história da ortografia da língua portuguesa) como base científica.

	Ortografia é uma representação gráfica que permite a leitura e não dita a forma de se ler.
Unificação Ortográfica facilita a comunicação diplomática	A língua inglesa tem uma ortografia britânica e outra americana, ambas tradicionais. Não apresentam problemas diplomáticos.
O novo acordo simplifica a ortografia	Nas modificações apresentadas, a única simplificação de fato é do trema, que ainda permanece nas exceções.
Mixer na ortografia facilita o uso	A ortografia não necessita ser alterada, ou seja, trocar regras por regras e mais regras. A ortografia precisa ser baseada na tradição do uso. A história da ortografia mostra que escrita se transforma de forma contínua. Mudar a ortografia não altera a leitura e nem facilita o uso, ao se deparar com ortografias anteriores, o leitor não encontra nenhuma dificuldade de compreensão.
Ortografia é lei	Infelizmente é lei. Mas, as regras ditas pela lei (DECRETO 6583) de nada vão adiantar ao uso. Quando o usuário apresentar alguma dúvida irá recorrer ao dicionário, uma vez que, mesmo tendo estudado no decorrer da escolarização, as regras não garantem (por suas exceções e um número exaustivo de regras) o acerto, mas sim o conhecimento etimológico e o de comparação.
Portugal resistiu à modificação porque teriam mais regras a serem alteradas	Acadêmicos e escritos portugueses, como Cagliari, consideram a modificação desnecessária, pois as modificações apresentadas não tomam a historicidade da ortografia como mudança, unificam (im-

	põem) a lei como se todas os países lusófonos fossem iguais.
A nova ortografia é mais próxima da fala	Os usuários precisam ter plena consciência de que a leitura não é transcrição fonética e nem semântica. A ortografia foi criada para neutralizar a variação linguística, não importando a forma como o usuário fala “tia” ou “tchia”, para ambos casos a escrita é uma só.

Fonte: Cagliari (2010: 02)

A partir dos argumentos apresentados, salientamos a compreensão histórica da ortografia a fim de observarmos que o Novo Acordo servirá somente para uma mudança política sem fins pedagógicos, sem tradição de uso e impositiva. Dessa maneira, consideramos que as mudanças ortográficas acirrarão o não entendimento dos fenômenos linguísticos sobre a língua portuguesa. Ou seja, manterá a concepção de erro e os altos índices de erros – forte em nossa sociedade – por parte dos usuários da língua. A falta de compreensão sobre os fatores históricos e sociais que interferem na organização das regras ortográficas de uma língua escrita pode levar a escola a um ensino puramente mecânico e sem consciência desses fenômenos, isto é, à cultura do erro escolar.

A publicação do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) e de manuais ortográficos atualmente em circulação seguem essa cultura o que continua dificultando a desmitificação e compreensão do que seja ortografia: “neutralizar as variações lingüísticas” (Cagliari, 2001: 52). Na visão de Faraco (2010), a publicação deste documento e suas edições prematuras, visto que o texto do Novo Acordo apresenta lacunas e imprecisões, além de ambiguidades. O linguista salienta ainda que a publicação pode vir a ser considerada unilateral, pois dadas essas condições do texto as decisões ortográficas nestes casos teriam de ser analisadas e decididas em conjunto com os países lusófonos. Nas palavras de Faraco (2010: 01), “a melhor solução para estes problemas deveria ser encontrada em conjunto e jamais por medidas unilaterais que, além de ferirem o espírito que preside a concertação política, econômi-

ca, cultural e linguística dos oito países, sugere, nas atuais circunstâncias, uma atitude eivada de autoritarismo e soberba”.

Com a unificação ortográfica a língua portuguesa não pode mais ser vista, modificada, alterada e pensada em nível nacional. Deverá ser pensada como uma língua internacional e de patrimônio de oito países que a tem como língua oficial. Dada forma de imposição ortográfica apontada pelo VOLP cabe salientar que a ortografia permanece sendo vista unicamente como a escrita correta das palavras – retrocesso linguístico – e continua sendo uma publicação periódica sem fins educacionais e linguísticos acarretando sérios problemas para sua implantação e compreensão.

Compreender ortografia de forma linguística é não mexer na ortografia, afirma Cagliari (2009), a ortografia de uma língua deve ser a mais estável possível, pois deve ser vista como fruto de uma tradição ortográfica. Com base nessas considerações, criamos um jogo didático cuja intenção é a de diminuir a memorização de regras e enfatizar o entendimento das variáveis que interferem nas regras ortográficas ora em vigência na língua portuguesa.

Jogo de regras na educação escolar

É indiscutível a eficácia de jogos de regras como recurso didático no processo de ensino-aprendizagem escolar. Estudos como os de Brenelli (1996) e Macedo (1994, 2000) mostram que o jogo enriquece o desenvolvimento intelectual, conceitual e social de alunos de diferentes idades.

De acordo com Macedo (1994), os jogos de regras, jogar e compreender o jogo implica a assimilação recíproca de esquemas de pensamento e de ação e a coordenação de diferentes pontos de vista sobre um mesmo tema. Essa coordenação permite o descentramento do sujeito e a possibilidade de reciprocidade interpessoal com seus parceiros de atividade.

Além disso, ao tentar resolver os problemas originados no desenvolvimento do jogo, o sujeito cria estratégias e as avalia em função dos resultados obtidos e das metas a alcançar na atividade. Brenelli (1996) destaca que, ao se deparar com um objeto desconhecido, o sujeito passa por perturbações cognitivas que podem ou não gerar desequilíbrio. Se o

sujeito fracassa diante dessa nova situação e a encara como uma situação-problema, essas ações originam conflitos e contradições por parte do indivíduo e desencadeiam mecanismos de equilíbrio cognitiva. Nesse momento, os mecanismos de regulação atuam buscando a re-equilíbrio do sistema cognitivo, compensando as perturbações resultantes da interação do sujeito com o objeto de conhecimento e promovendo sua adaptação à realidade. Esse processo apresenta um caráter construtivo, devido à construção de novos conceitos, procedimentos e estruturas mentais mais complexas, ou seja, o aprimoramento das estruturas mentais já existentes. Dessa forma, o desequilíbrio cognitivo permite ao sujeito ultrapassar o estado atual de conhecimento, realizando construções e reconstruções conceituais.

Brenelli (1996) e Macedo (2000) assinalam que, além do processo de equilíbrio, no jogo pode ser promovida a tomada de consciência, entre outros mecanismos responsáveis pelo desenvolvimento do pensamento. Na medida em que desencadeiam conflitos cognitivos, os jogos permitem aos indivíduos descobrir, inventar, compreender, antecipar, construir possibilidades de ação e de raciocínio, bem como tomar decisões sobre a alternativa de ação necessária para o sucesso do indivíduo em cada jogada.

Segundo a Brenelli (1996), uma intervenção com uso de jogos de regras precisa levar em consideração todo esse processo de aquisição do conhecimento para favorecer o desenvolvimento do pensamento e a aprendizagem de conceitos. Para obter êxito nos jogos é preciso compreender os desafios ou as perturbações que as situações-problema oferecem por meio da verificação de erros ou de lacunas para, finalmente, chegar à tomada de consciência necessária para a construção de novas estratégias de jogo. A tomada de consciência acontece por meio de regulações ativas que implicam reconstruções sucessivas e conscientes, fazendo que o sujeito compreenda todas as suas ações no plano do “fazer”, interiorizando-as e chegando à conceituação. O conhecimento dos meios utilizados para alcançar o objetivo do jogo, bem como da razão da escolha ou modificação dos procedimentos ocorre no plano da “representação”. Por essa razão, a tomada de consciência pode ser considerada

a passagem da ação prática para o pensamento ou, em outras palavras, a transformação dos esquemas de ação em conceitos.

De acordo com Macedo (2000), na situação de jogo, os participantes passam por quatro etapas: exploração dos materiais e aprendizagem das regras, prática do jogo e construção de estratégias, resolução de situações-problema e, por último, análise das implicações das jogadas. O caráter progressivo dessas ações no decorrer do jogo evidencia a ação construtiva do sujeito que toma o jogo como objeto de seu conhecimento.

Cabe ao educador observar esse processo, estimulando o sujeito a “pensar em voz alta” sobre suas jogadas com a finalidade de explicá-las, analisá-las e justificá-las. Esse tipo de intervenção permite que “o aluno adquira constantemente a possibilidade de generalizar suas conquistas para outros âmbitos (familiar, social e escolar)” (Macedo, 2000: 13). A forma de pensar e agir nos jogos de regras pode vir a ser aplicada em outras situações escolares ou da vida cotidiana. O autor lembra que o uso do jogo de regras como recurso escolar exige conhecimento de sua estrutura e clareza de seus objetivos por parte do educador. Vale lembrar que, como assinalado na introdução, a aplicação do jogo criado e a obtenção de seus benefícios conceituais e procedimentais por parte dos alunos pressupõem a atuação ativa do educador. Essa atuação envolve o conhecimento dos aspectos fundamentais para a utilização escolar de um jogo.

Segundo Macedo (2000), a atividade escolar com jogos pode exercer uma função preventiva em relação a dificuldades de aprendizagem ou de seu atendimento depois de instaladas. O jogo constitui-se importante fonte de informação acerca do pensamento dos sujeitos, observados nos gestos, nas palavras, nas hipóteses formuladas e na maneira como enfrentam os obstáculos e as dificuldades.

Metodologia

Para a criação do *Jogo das novas regras ortográficas* baseado no Novo Acordo Ortográfico utilizamos como referência o jogo *Acentolândia*, criado e aplicado anteriormente pelos pesquisadores. Para a organização de sua estrutura e funcionamento utilizamos como referencial teórico a

Epistemologia Genética e a Teoria da Ortografia. O conteúdo do jogo foi desenvolvido a partir da escolha de palavras que contemplassem todas as mudanças do Novo Acordo e, ao mesmo tempo, fossem de domínio dos alunos da faixa etária em foco. Para isto, realizamos um levantamento de palavras em manuais ortográficos em circulação (online e impresso) e nos livros didáticos adotados e distribuídos nas escolas do município em foco.

A discussão-piloto do jogo contou com a participação de cinco professores de final de ciclos - 4^a e 8^a séries do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública do município de Maringá/PR. A escolha foi realizada de acordo com o aceite em participarem da pesquisa. Explicar o que foi feito com estes professores: aplicação do jogo e discussão após sua aplicação.

Apresentação e discussão dos resultados

A construção do novo jogo de regras teve como ponto de partida o jogo *Acentolândia* (Cezar, 2009) criado cujos resultados evidenciaram que a intervenção de caráter psicopedagógico possibilitou a modificação dos conceitos e procedimentos sobre acentuação gráfica de alunos com desempenho insatisfatório nesse tema.

Ao tomarmos como aspectos positivos da intervenção pedagógica a ação dos alunos e sua tomada de consciência sobre o processo de acentuação gráfica pensamos na possibilidade agregar o aspecto lúdico a esses dois elementos. Tanto quanto no primeiro o jogo atual buscou evidenciar a importância de aprender conteúdos afins como: separação silábica, tonicidade das palavras, classificação das palavras e as próprias regras, necessários para se chegar às regras de acentuação gráfica. Nesse sentido, o jogo promove a sinergia desses conteúdos, evitando-se seu ensino mnemônico.

Além disso, levamos em conta os estudos de Kamii (2007) sobre os critérios de constituição de “um bom jogo”: 1) propor alguma coisa interessante e desafiadora para as crianças resolverem; 2) permitir que as crianças possam se auto-avaliar quanto a seu desem-

penho; 3) permitir que todos os jogadores possam participar ativamente do começo ao fim do jogo.

No jogo *Acentolândia*, o aprendizado pelo erro se constitui em um momento importante para se chegar à tomada de consciência e, em muitas circunstâncias, essa conduta gera uma atividade mais eficiente e permanente do que as construções que não passam por esse conflito cognitivo. Na pesquisa anterior, as crianças criavam pseudo-regras sobre algumas regras de acentuação e solicitava-se que pensassem em voz alta sua jogada e, em seguida, que explicassem e justificassem seu procedimento. Observou-se, durante as sessões, que, de forma imediata, na maioria dos casos, os demais alunos acabavam por corrigir o procedimento do outro ou sorriam sobre o acerto do colega antecipadamente. Kamii (2007) e Macedo (1994) assinalam que o jogo de regras com essa dinâmica propicia a criação de situações de observação e de troca de informações a partir do diálogo entre os pares. Juntamente a esses fatores, o jogo *Acentolândia* e o presente jogo de regras foram estruturados de maneira a levar em conta a diferença entre oralidade e escrita. Para tal, foram criadas as cartas de dicas, que privilegiam a coordenação das variáveis para se chegar à regra de acentuação gráfica. Essa forma de estrutura promove a tomada de consciência das regras de acentuação gráfica.

O *Jogo das novas regras ortográficas*, criado nesta pesquisa, segue a mesma estrutura de pensamento do jogo *Acentolândia*, mas se diferencia ao não ter como foco apenas a acentuação gráfica, mas o processo de modificação ortográfica. Por isso, apresenta maior quantidade de cartas, separadas por nível categorias ortográficas, e a dinâmica pelo dado. O jogo apresenta dois níveis: 1) até a 7^a série e 2) a partir da 5^a série. O primeiro nível apresenta três categorias: a) cartas brancas; b) cartas pretas e amarelas. Todas com a mesma quantidade de palavras, quarenta. Nas cartas brancas encontramos seguintes regras: supressão do trema, sem as exceções; letras maiúsculas e minúsculas, acréscimo das letras K, W, Y, no alfabeto. Na categoria das cartas pretas encontramos as regras de acentuação das palavras que não foram alteradas. As cartas amarelas abordam as modificações das regras de acentuação.

O segundo nível do jogo apresenta as mesmas cartas, no entanto com o acréscimo de mais três categorias de regras: 4) cartas ver-

des; 5) cartas azuis e 6) cartas vermelhas. As verdes tratam-se do emprego do hífen das palavras compostas, sem as modificações, já as cartas azuis encontram-se as modificações ortográficas do emprego do hífen. Para finalizar, nas cartas vermelhas estão todas as exceções de todas as modificações.

O funcionamento do jogo é simples, os alunos que estão em fase escolar da 4^a série a 7^a série jogam com o dado 1. Este dado apresenta seis faces, que a cada duas faces apresenta uma cor: um e quatro (cor branca), dois e cinco (cor preta) e três e seis (cor amarela). Cada número corresponde à quantidade de casa que o jogador da vez pode alcançar e a cor da quantidade revela que categoria de regra o mesmo terá que acertar a regra de ortográfica. O nível dois do jogo tem a mesma dinâmica, só que com o dado 2, no entanto, cada face do dado apresenta uma cor, ou seja, seis cores, seis quantidade de casas possíveis para avançar. A diferença se dá nas categorias: um (cor branca), dois (cor preta), três (cor amarela), quatro (cor azul), cinco (cor verde) e seis (cor vermelha). A escolha das categorias, do considerado regras mais simples para regras mais elaboradas, se deu pela análise das palavras presentes nos materiais didáticos da escola investigada.

As duas categorias de jogo apresentam a mesma dinâmica. Primeiramente o jogador da vez lança o dado e verifica a cor e quantidade, em seguida escolhe uma carta do monte e verifica se sabe a regra ortográfica da palavra escolhida. Se sim, verbaliza a regra. Se acertar anda as casas sorteadas se errar permanece na casa do tabuleiro. Se não souber a regra ou estiver em dúvida pode solicitar as dicas ao instrutor do jogo (o instrutor tem em posse o livro de dicas, nele constam as dicas e a regra da palavra). De acordo com a quantidade que tirou no dado possui a mesma quantidade de dicas, dessa forma o jogador da vez escolhe uma dica e instrutor a lê. O jogador pode utilizar quantas dicas quiser, no entanto a cada dica que utiliza diminui a quantidade de casas a ser avançada no tabuleiro, ou seja, quanto mais dicas usar menos casas andará. Essa forma de punição força o jogador a utilizar as dicas com moderação e pensar sobre a regra ortográfica em questão. Ganhá quem chegar primeiro na casa “Chegada”. O jogo é composto por um tabu-

leiro (40 casas), 6 peões, dois dados, 200 cartas de palavras, 1 manual de instruções e 1 livro de dicas.

No jogo criado, a ação prática das regras evolui para conceitos no momento em que, para que o jogador avance no tabuleiro, ele deve justificar a regra ortográfica, transformando sua prática ortográfica em conceito.

Na discussão-piloto realizada com cinco professores de língua portuguesa na qual jogaram algumas partidas do novo jogo e discutiram suas atividades e dificuldades constatamos que os docentes e suas respostas foram similares. Todos manifestaram respostas próximas de *P1: eu achei bem interessante, me senti uma criança e agora sei explicar "heroico" perde o acento agudo por que se trata de paroxítona acentuada e "herói" permanece acentuado por que é uma oxítona. Não tem nada a ver uma regra com a outra é somente o significado da palavra que são próximos.* A aceitação do jogo por parte dos professores e sua ênfase no entendimento das regras que o jogo permite nos sugerem que este pode vir a se constituir um instrumento didático importante para a aprendizagem do Novo Acordo Ortográfico.

Considerações Finais

Como o indicado anteriormente a criação do jogo de regras sobre as novas modificações ortográficas é parte de um projeto mais amplo que envolve sua aplicação em diferentes níveis de ensino desde o Ensino Fundamental (5as. à 8as. séries) até o Ensino Médio. Os resultados preliminares positivos decorrentes da aplicação e discussão do jogo com professores destes graus de ensino facilitam a hipótese de que esta atividade pode se constituir uma ferramenta importante para o ensino das novas modificações ortográficas em nossa rede de ensino e de outros países que envolvam a língua portuguesa.

Os dados fornecidos pelos docentes evidenciam que o jogo criado facilita o ensino e a interação entre os conteúdos modificados, bem como permite o desenvolvimento do processo de tomada de consciência acerca das regras ortográficas.

Consideramos que, dessa forma, ofereceremos subsídios para que os professores de língua portuguesa possam intervir satisfatoriamente no

processo de aprendizagem do Novo Acordo Ortográfico. Esse tipo de atividade afasta-se das características de uma aprendizagem mnemônica e sem consciência das regras ortográficas e favorece o contrário: a prática e a consciência das modificações ortográficas sem recorrer unicamente às avaliações e exercícios formais.

Referências bibliográficas

- AZEREDO, José Carlos de (2008). *Escrevendo pela nova ortografia: como usar as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss. 2. ed. São Paulo: Publifolha.
- BRASIL. Decreto n.º 6.583/2008, de 29 de setembro de 2008, Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6583.htm> acesso em 03/11/2008.
- BRASIL. Educação Básica/SAEB (2010). *Primeiros Resultados: médias de desempenho do SAEB/2010 em perspectiva comparada* Disponível em <http://www.inep.gov.br/download/saeb/2005/SAE-B1995_2005.pdf> Acesso em 13 abr. 2010.
- BRENELLI, Roseli Pallermo (1996). *O jogo como espaço para se pensar: a construção de noções lógicas e aritméticas*. Campinas: Papirus.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (2001). *Alfabetização & Linguística*. 10. ed. São Paulo: Scipione.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (2004). *Aspectos Teóricos Linguísticos da Ortografia*. Livro inédito.
- CASTRO, Fábio de (2010). Entrevista com o prof. Dr. Luiz Carlos Cagliari. *Linguasagem*, Especial: Acordo Ortográfico. Disponível em: <www.letras.ufscar.br/linguasagem>. Acesso em 10 jan. 2011.
- CEZAR, Kelly Priscilla Lóddo; CALSA, Geiva Carolina; ROMUALDO, Edson Carlos (2007). *Intervenção pedagógica sobre acentuação gráfica no ensino fundamental*. 48f. Relatório Final (Projeto de Iniciação Científica). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- CEZAR, Kelly Priscilla Lóddo; CALSA, Geiva Carolina; ROMUALDO, Edson Carlos (2008). Acentuação gráfica: criação e aplicação de

- um jogo de regras. *Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia*. Vol 10. n. 21. São Paulo; ABPp, p. 65-75.
- CEZAR, Kelly Priscilla Lóddo (2009). *Acentolândia: criação e aplicações de um jogo de regras sobre acentuação gráfica para séries iniciais do ensino fundamental*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR.
- FARACO, Carlos Alberto (2010). O vocabulário ortográfico (VOLP) da ABL. *Linguasagem, Especial: Acordo Ortográfico*. Disponível em: <www.letras.ufscar.br/linguasagem>. Acesso em 10 jan. 2011.
- INEP (2002). *Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais. Informe de resultados do SAEB 1995, 1997 e 1999*. Brasília, DF: Ministério da Educação.
- KAMII. Constance (2007). Bons jogos em grupo: o que são eles? In: KAMII.Constance; DEVRIES, Rheta. *Jogos em grupo na educação infantil: implicações da teoria de Piaget*. São Paulo: Trajetória Cultural.
- LETRAS, Academia Brasileira de Letras (2009). *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. 5. ed., São Paulo: Global.
- MACEDO, Lino de (1994). *Ensaios construtivistas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- MACEDO, Lino de (2000). *Aprender com jogos e situações-problema*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2010). O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e a meta de simplificação e unificação. *D.E.L.T.A.*, Vol 26. n. 1, 2010, p. 87-113. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v26n1/04.pdf>> Acesso em 10 jan. 2011.

**DICCIONARIO BIBLIOGRAPHICO PORTUGUEZ (1858-1958):
CONTRIBUTOS E LIMITAÇÕES PARA A DISCIPLINA DA
HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA PORTUGUESA**

Rolf Kemmler

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro,
Centro de Estudos em Letras

1. Introdução

Na senda do grande bibliógrafo setecentista Diogo Barbosa Machado (1682-1772), cujos quatro volumes in-folio da *Bibliotheca Lusitana* foram publicados por vários tipógrafos em Lisboa desde 1741 até 1759 (cf. Machado, 1741, 1747, 1752 e 1759), o lisboeta Inocêncio Francisco da Silva (1810-1872) publicou a partir de 1858 o seu monumental *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Inocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil*. Trata-se de uma bibliografia nacional que até à morte do autor viu a publicação dos primeiros nove tomos. Na ocasião da morte de Inocêncio, o seu testamenteiro Pedro Wenceslau de Brito Aranha (1834-1914) foi incumbido da continuação da obra, o que motivou a publicação de outros treze tomos suplementares.¹

Segundo o testemunho do próprio bibliógrafo, Inocêncio ter-se-á ocupado da bibliografia portuguesa desde finais dos anos trinta do século XIX:

¹ O vigésimo primeiro e vigésimo segundo tomos são póstumos, tal como acontece com a guia bibliográfica elaborada por Ernesto Soares em 1958.

Ha hoje mais de vinte annos que, podendo dar-me mais detidamente á lição e estudo dos nossos bons livros vernaculos; dedicando a esse estudo por natural pendor que desde a infancia me acompanhara, as horas livres do serviço publico, em que entrei por esse tempo, me propuz esquadriñhar pelo modo que em mim cabia, nossas riquezas litterarias, sem razão mal apreciadas dos que as desconhecem. À leitura dos livros, e exame tal qual de suas doutrinas, seguia-se naturalmente o desejo de travar conhecimento com os auctores: d'ahi a necessidade de recorrer ás fontes d'onde podia havel-o.

Comecei pois a consultar amiudadamente a BIBLIOTHECA LUSITANA do nosso douto e incansavel Abbade Diogo Barbosa Machado, thesouro opulento de variada erudição, conforme ao gosto do seu seculo, e repositorio abundante, posto que nem sempre exacto, de noticias e especies bio-bibliographicas; bem como esses outros poucos livros de que era possivel recolher algumas noções sobre o que particularmente me interessava. Vendo a falta quasi total que se dava entre nós desde o meiado do seculo passado de trabalhos de similhante genero, e reconhecendo por experiençia pessoal e observação propria as inexactidões, que a cada passo encontrava nos que d'estas cousas se occuparam; ocorreu-me o pensamento de ir lançando por escripto alguns apontamentos biographicos dos escriptores que floreceram depois do periodo indicado, e relacionar juntamente as obras de cada um, á proporção que d'elles e d'ellas havia conhecimento. Notava ao mesmo tempo as correcções que no curso de minhas leituras a oportunidade, e ás vezes o mero acaso me deparavam, com respeito aos pontos controversos ou deficientes que os meus guias me offereciam; e pondo a bom recado esses apontamentos, fructos então de simples curiosidade, e apenas destinados para uso proprio, consegui ao cabo de alguns annos achar-me de posse de um peculio, já consideravel, que em si incluia mui-

tas noticias biographicas de autores modernos, copiosas indicações das obras por elles publicadas, e bom numero de emendas e additamentos a outras de mais antiga data, que andavam inexactamente descriptas por nossos bibliographos

(Silva, 1858, I: IX-X)

Foi, portanto, com o desejo de emendar e aumentar, mas também de modernizar a lição do grande bibliógrafo setecentista que Inocêncio se meteu ao trabalho de anotar informações bio-bibliográficas relativas aos autores vernáculos de obras publicadas em Portugal e no mundo:

Consistia este em ordenar o inventario descriptivo de tudo o que dentro ou fora de Portugal se imprimira na lingua vernacula, desde esses poucos e preciosos monumentos, ou reliquias que ainda hoje restam das primitivas producções typographicas sahidas dos nossos prélos no seculo XV; percorrer successivamente a escala dos seguintes até o presente; e omittir apenas n'esta geral resenha o que por exame proprio, ou por legitima indução deduzida de informações alheias, mas fundadas em bom criterio, parecesse inteiramente reprovavel por superfluo e inutil no estado actual e progressivo dos conhecimentos humanos; salvas ainda as producções de mero interesse local que, por mais insignificantes que devam ser julgadas no tribunal da sciencia, têm sempre tal qual valor aos olhos dos bibliographos nacionaes, e não podem sem grave inconveniente ser preteridas n'uma bibliographia, que lhes é mais especialmente destinada

(Silva, 1858, I: XIII-XIV)

Para além do critério geral da exclusão de obras impressas em outras línguas que não a língua portuguesa (um critério que felizmente não chegou sempre a ser aplicado com toda a coerência), este parágrafo testemunha de alguma forma a dificuldade de decidir se uma obra deveria ser incluída ou excluída. Se esta decisão ficava ao critério de Inocêncio quando o próprio tinha acesso às respetivas obras, o mesmo não se pode

afirmar para os casos em que se tinha que basear em informações secundárias dos seus inúmeros colaboradores, pois nada garantia que os informadores seguissem os mesmos critérios que ele.

Tendo na altura sido redigida para narrar os principais aspetos bibliográficos relacionados com o passado 'recente' dos últimos 100 a 150 anos, hoje a obra monumental de Inocêncio serve como fonte primária para informações sobre autores portugueses e as suas obras desde os séculos XV até XIX. Parece óbvio que uma obra desta envergadura não podia ser absolutamente perfeita e sem falhas, pelo que julgamos conveniente dedicar-nos a seguir a alguns aspetos biográficos relacionados com alguns autores pertencentes à historiografia linguística.

2. As informações biográficas em Inocêncio e nos arquivos

A seguir, iremos basear-nos na apresentação das essenciais afirmações biográficas de Inocêncio sobre seis autores escolhidos para depois proceder à corroboração ou correção desses dados face à documentação arquivística.²

2.1 Diogo Barbosa Machado (1682-1772)

Mesmo que não faça propriamente parte dos autores pertencentes à historiografia linguística da língua portuguesa, o bibliógrafo Diogo Barbosa Machado chega a preencher um papel importante por ser o bibliógrafo que antes de Inocêncio veio a narrar aspetos biográficos relacionados com os autores dos séculos anteriores.

² As características gráficas (ortografia, pontuação) do texto manuscrito serão mantidas. Com a exceção de '&c' para 'etcetera', serão desdobradas quaisquer abreviaturas, sendo o respetivo texto inserido em letras itálicas. Qualquer intervenção nossa no texto manuscrito será devidamente marcada por parênteses retos []. Texto rasurado encontra-se em chaves { }, sendo identificado como tal quando seja ilegível. Qualquer texto adicionado no texto entrelinhas é sinalizado mediante o uso do chevron <>. Quaisquer negritos dentro de citações serão nossos. Dado que todos assentos costumam mencionar o nome do registando na margem ou por cima do texto, prescindiremos da reprodução destas informações quando não tiverem caráter de averbamentos.

DIOGO BARBOSA MACHADO, Presbytero secular, Abbade da igreja parochial de Sancto Adrião de Sever, no bispado do Porto, um dos primeiros cincoenta academicos da Academia Real da Historia Portugueza, etc. etc. - Foi natural de Lisboa, filho segundo do capitão João Barbosa Machado e de sua mulher D. Catharina Barbosa, teve por irmãos D. José Barbosa, mais velho, e Ignacio Barbosa Machado, mais novo que elle, ambos distintos escriptores, dos quaes faço a devida memoria em seus logares. - N. a 31 de Março de 1682, e depois de larga vida, consagrada ao exercicio e cultura das letras, faleceu na mesma cidade a 9 de Agosto de 1772, sendo sepultado o seu cadaver na igreja dos padres da Congregação da Missão, em Rilhafoles

(Silva, 1859, II: 144)

As informações de Inocêncio testemunham amplo conhecimento sobre alguns traços biográficos essenciais do bibliógrafo. Ao passo que a ascendência é confirmada, torna-se, no entanto, óbvio que o assento de batismo não chega a confirmar todos os elementos mencionados:

Aos doze dias do mez de Abril de mil, e seis centos, e oitenta e dous annos baptizei Diogo filho de Joaõ Barboza Machado, e de Sua mulher Catherina Barboza moradores na Rua Noua. Foi padrinho Dom Diogo de Faro, e D. Maria Henriques de que fis este assento que assiney.

O Padre Cura Domingos de Barros da Costa
(1682, abril 12)³

Assim, devemos constatar que não existe documentação a confirmar a data de nascimento em 31 de março de 1682 que o próprio Barbosa Machado refere no primeiro volume da sua obra (Machado, 1741, I: 634), o que pertinentemente é recordado por Costa (1992: 3). Ora, considerando que as constituições sinodais obrigavam ao batismo dentro de

³ Este assento já foi publicado, com ligeiros erros de transcrição, por Costa (1992: 3).

oito dias a seguir ao nascimento⁴, a data de batismo de 12 de abril de 1682 implicaria que o batizado deveria ter nascido de 5 até 11 de abril de 1682. Como se verificará mais adiante, um batismo tardio de um batizado que nascera há mais do que os oito dias legalmente previstos, ou seja no caso de Barbosa Machado o dia 31 de março de 1682, era uma irregularidade que por vezes se verificava, não sendo, aliás, documentada como tal no assento. Já que a data de nascimento não pode ser dada como certa, o assento de óbito serve para corrigir a data mencionada por Inocêncio:

Aos des de Agosto de mil sete centos setenta e douz faleceo com todos os Sacramentos o Reverendo Abbade Diogo Barboza Machado morador a Rilhafoles. Fes testamento, em que nomeou por seos Testamenteiros ao Reverendo Padre Francisco Joze da Serra, e a Diogo Jozé da Serra ambos Jrmaõs. Foy sepultado no Convento dos Padres de Rilhafoles; de que fis este assento, que assigney

O Cura Dionisio Joze de Mendonça
(1772, agosto 10)⁵

Se bem que a diferença em relação à afirmação de Inocêncio seja mínima, pode-se constatar, portanto, que Barbosa Machado não faleceu no dia 9 de agosto de 1772, mas sim no dia seguinte.

2.2 Pedro José da Fonseca (1736-1816)

No caso do retor, gramático e cofundador da Academia das Ciências de Lisboa, Pedro José da Fonseca, Inocêncio não menciona somente a fon-

⁴ Veja-se, por exemplo, o trecho em *Constituições* (1588: fl. 3 r) que estabelece o seguinte regime rígido de penas para qualquer atraso no batismo: “Por tanto estabalecemos & mandamos que do dia do nascimento de qualquer creatura: atee oito dias, seu padre ou madre ou otra qualquier pessoa: que della cargo tiuer, ha façam baptizar: em sua parrochial igreja, & num ho fazendo assi sem causa justa, paguem hum arratel de cera pera a dita igreja & se os sobreditos estiuerm mais outros oito dias sem ha fizer baptizar, paguem tres arratees de cera pera a dita igreja, & se mais estiuerm na dita negligēcia, ajam aquela pena que a nos & nossos officiaes bem parecer, saluo mostrando causa justa, que os excuse”.

⁵ Também este assento já foi publicado, com ligeiros erros de transcrição, por Costa (1992: 13).

te das suas informações biográficas, mas testemunha ter sérias dúvidas em relação às datas fornecidas por Figueiredo (1816):

Os unicos esclarecimentos biographicos, que até agora existem impressos acerca d'este laborioso professor e distinctissimo philologo, constam de um folheto que pouco tempo depois da sua morte se publicou com o titulo: *Agradecimento de um homem á memoria de outro homem virtuoso, sabio e philosopho.* Lisboa, na Impressão Regia 1816. 4.^o de 44 pag. Foi escripto pelo honrado velho Francisco Coelho de Figueiredo, que além de haver sido em 1751 condiscípulo de Fonseca na aula de rhetorica do collegio de Sancto Antão, lhe devêra ultimamente uma tamanha fineza, qual a de encarregar-se da revisão e correção typographica dos volumes do *Theatro* de Manuel de Figueiredo, que elle Francisco Coelho começara a dar á luz em 1804, e que Fonseca reviu do tomo IV em diante até quasi todo o XIV. (Vej. no *Diccionario*, tomo II, pag. 365.) Do referido folheto só se imprimiram cento e cincoenta exemplares, que não foram, segundo creio, expostos á venda, e dos quaes hoje difficilmente se encontra algum no mercado. Por elle consta, que Pedro José da Fonseca, natural de Lisboa, nascera em 1734 (Esta data é, quanto eu posso julgar, duvidosa, pois que o proprio Fonseca em uma de suas obras diz de si, que contava 22 annos no de 1759, e nesse caso devemol-o crer nascido em 1737.) Ahi se declara que falecera a 7 de Julho de 1816 (data que também não concorda com os assentos existentes na Academia; segundo elles, m. a 8 de Junho do dito anno)

(Silva 1862, VI: 419)

A consulta dos registos paroquiais da freguesia natal de Santa Justa prova que as reticências de Inocêncio eram pertinentes. A leitura do assento

de nascimento permite constatar que Pedro José da Fonseca nasceu no dia 29 de junho de 1736 e não em 1734 ou mesmo em 1737⁶:

Aos onze dias do mes de Julho de mil sete centos trinta e seis annos nesta paroquial Jgreja de Santa Justa, baptizei a Pedro, que nasceo a uinte, e noue do mes passado filho de Joseph da Fonseca baptizado na freguezia de Saõ Miguel do Juncal termo da Villa de porto de Mos, e de Anna do Espirito Santo baptizada na freguezia de Saõ Nicolao, onde forao recebidos, e moradores na Rua das portas de Santo Antaõ, foi padrinho Manoel Gomes de Brito; de que fis este assento que assinei.

[assinatura ilegível]

(1736, julho 11)

Devem-se, por isso, considerar como erradas as respetivas indicações em qualquer obra que se refere à data de nascimento desta personagem importante do século XVIII.

No que respeita à data de óbito, confirma-se que Fonseca veio a falecer na sua freguesia natal aos oitenta anos de idade no dia oito de julho de 1816, sendo residente da Rua de Poço do Borratém que fica a poucos metros da Praça Martim Moniz:

Em os outo dias do mes de Julho de mil oito centos e dezesseis faleceo com todos os Sacramentos, e Testamento Pedro Jozé da Fonseca, solteiro, filho de Jozé da Fonseca; e de Anna do Espirito Santo ja defuntos, foi sepultado nessa Igreja de Santa Justa como Parochiano della e morador ao Poço de Borratem, de que fiz este assento que assignei.

O Prior Manoel Joaquim d'Almeida
(1816, julho 8)

⁶ Já depois de termos escrito estas linhas em finais de 2010, tivemos o prazer de arguir a tese de doutoramento de Ana Margarida de Almeida Borges, intitulada *Pedro José da Fonseca e a sua obra lexicográfica* (defendida em 25 de março de 2011), em que se reproduzem os assentos de batismo (Borges, 2011: 16) e de óbito (Borges, 2011: 56-57), sendo, aliás de notar que as transcrições apresentam um número considerável de erros de transcrição.

O caso de Fonseca documenta a necessidade de acesso aos assentos de registo paroquial para confrontar as informações biográficas em que o próprio Inocêncio manifestava dúvidas.

2.3 Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816)

No que respeita ao retor e gramático Jerónimo Soares Barbosa, Inocêncio fornece bastantes informações que, aliás, não passam para além do que antes publicara o seu colaborador Francisco António Rodrigues de Gusmão (1843, 1844)⁷:

P. JERONYMO SOARES BARBOSA, Presbytero secular, Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, Professor de Rhetorica e Eloquencia no collegio das Artes da mesma Universidade, etc. - Foi natural da villa de Ancião, na diocese e comarca de Coimbra, e irmão mais novo de Antonio Soares Barbosa, do qual ja tractei em seu lugar. - N. a 24 de Janeiro de 1737, e foi educado no seminario episcopal da dita cidade, onde se ordenou presbytero em 1762. Quatro annos depois foi despachado Professor de Rhetorica e Poetica, e em 21 de Julho de 1768 tomou o grau de Bacharel em Canones. Nomeado Correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 1789, e promovido á classe de Socio livre em 30 de Novembro de 1803. Jubilado na cadeira de Rhetorica a 23 de Fevereiro de 1790, e nomeado visitador das escholas de primeiras letras e lingua latina da provedoria de Coimbra em 8 de Julho de 1792, sendo encarregado de promover e dirigir as edições dos auctores classicos para uso das escholas por aviso de 19 de Novembro de 1793. Em 11 de Novembro de 1799 foi nomeado Deputado da Junta da Directoria geral dos Estudos, creada na mesma occasião.

M. a 5 de Janeiro de 1816 (Silva, 1859, III: 276)

⁷ Estamos a preparar um estudo histórico-bibliográfico sobre toda a dinastia literário-científica dos quatro irmãos Soares Barbosa, no qual pretendemos aproveitar a documentação manuscrita dos arquivos portugueses consultados, confirmando ou retificando as informações de Rodrigues de Gusmão e de Inocêncio.

De forma semelhante ao que acontecera no caso de Barbosa Machado, também o assento de batismo de Jerónimo Soares Barbosa não menciona nenhuma data de nascimento:

Aos dous de fevereiro de mil e settecentos e trinta e sette
baptizei a Jeronimo filho de Manuel freire de Saõ Lazaro e
sua mulher Violante Roza desta⁸ Villa Neto paterno de La-
zaro freire e Maria Luis desta Villa e Materno de Francisco
Barboza e Mariana Soares da Freguezia de Pombeiro do
Arcebispado de Braga foraõ padrinhos⁹ o Padre D. Jeroni-
mo da Encarnaçam Parocho desta Villa e freguezia e Serafi-
na de Barros desta Villa de que fis este acento

D. Jeronimo da Encarnaçam (1737, fevereiro 2)

Dado que o padrinho e tio materno era também o pároco da vila e freguesia de Ansião, não estranha que este terá procedido logo ao batismo do afilhado, pelo que julgamos ser possível que tenha mesmo nascido no dia 24 de janeiro de 1737, apesar de esta data não se encontrar referida em qualquer documentação contemporânea.

Como se vê no respetivo assento, a data de óbito do gramático é consensual em todas as fontes biográficas:

Aos sinco dias do mes de Janeiro de 1816 annos nesta Ci-
dade de Coimbra falesceu da vida prezente o Reverendo Je-
ronimo Soares Barboza Professor Jubilado em Humanida-
des, Deputado da junta Literaria desta Universidade mora-
dor no Largo da Igreja desta freguezia de S. João de Alme-
dina recebeu os Sacramentos da Penitencia, e Eucarestia, e
naõ recebeu a Extrema unçaõ por descuido, fes testamen-
to, e está sepultado junto ao arco crozeiro desta Igreja de
que fis este assento no dia, mes, e era supra declarada

o Prior Joaõ de Moraes Coutinho (1816, janeiro 5)

⁸ Na margem esquerda encontra-se o seguinte averbamento: «declaro / que a madri / nha se cha / ma Sera / fina de / Jezus / Encarnaçam».

⁹ O texto manuscrito apresenta a abreviatura PP. para 'padrinhos'.

Consta, portanto, que Jerónimo Soares Barbosa faleceu na sua casa que se encontrava em frente da igreja de São João de Almedina em Coimbra onde foi sepultado¹⁰.

2.4 João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)

O terceiro elemento do nosso 'triunvirato linguístico' dos anos trinta do século XVIII é um 'ilustre desconhecido' que até à elaboração da nossa tese de doutoramento (cf. Kemmler, 2007) era o professor, ortógrafo e gramático lisboeta João Pinheiro Freire da Cunha. Inocêncio fornece as seguintes referências:

JOÃO PINHEIRO FREIRE DA CUNHA, Professor de Grammatica Latina e Portugueza em Lisboa, sua patria. Instituiu em 1772 uma sociede [sic!] com o titulo de Academia Orthographica, que durou por mais de trinta annos, e d'ella existe memoria em alguns trabalhos impressos. - N. a 23 de Abril de 1738, e ainda vivia em 1811, falecendo provavelmente n'esse anno, ou pouco depois.

- E (Silva, 1860, IV: 21)¹¹

De forma parecida como já vimos noutrios casos anteriores, o assento de batismo de Pinheiro menciona pouco mais do que a data de batismo e os nomes dos pais do batizado:

Aos tres dias do mes de Mayo de mil, e sete Centos, e trinta, e outto annos baptizey, epus os Santos oleos a Joaõ filho de Joaõ Pinheyro Freire, e de D. Jozepha Caetana da Cunha baptizada na freguezia de Santo Thomé desta Cidade, e elle na de Santa Maria Magdalena do Patriarchado Padrinho Francisco Ribeiro dos Santos.

Padre Phelippe Antonio que sirvo de Prior (1738, maio 3)

¹⁰ A casa de Soares Barbosa já não se conserva. O mesmo não pode ser afirmado para a igreja que hoje faz parte do complexo do Museu Nacional Machado de Castro.

¹¹ Em Silva (1883, X: 332) o bibliógrafo acrescenta o seguinte: "Morreu com setenta e dois annos em junho de 1811. – Encontram-se especies importantes para a sua biography nas *Memorias da academia orthographica portugueza*".

Acontece que a data de nascimento apenas se encontra referida num texto autobiográfico, redigido pelo próprio gramático¹², que reza o seguinte (cf. também Kemmler, 2007: 49):

Este naõ muito longe do meio do século passado no anno de
1738 a 23 de Abril nasceo nesta Corte, e no dia 3 de Maio se-
guinte foi baptizado na Freguezia de Santa Engrácia desta
mesma Cidade, sendo oriundo da Província Interamnense
(Cunha, 1804: 2)

Ao passo que o assento não constitui prova relativa à data de nascimento, vimos confirmada a data do batismo do ortógrafo, mencionada pelo próprio (Cunha, 1804: 2). De forma semelhante, é parcialmente confirmada a indicação de Inocêncio quanto ao óbito de Pinheiro:

Aos vinte seis dias do mez de Julho de mil oitto centos
e onze nesta Freguezia de Santa Maria Magdalena de
Lisboa faleceo com os sacramentos de Penetencia e Sa-
crado Viatico somente por não haver tempo para mais
Joaõ Pinheiro cazado com Ritta Marcellina moradores
em a Rua Nova da Princeza. E foi sepultado no Cemite-
rio Publico de Santa Anna desta cidade deque fis este
Assento que assignei no dito dia.

O Prior Joaõ Filipe Pereira da Silva (1811, julho 26)

Verifica-se, portanto, que João Pinheiro Freire da Cunha faleceu com 73 anos de idade em plena Baixa Pombalina da sua cidade natal aos 26 de julho de 1811 como residente da rua que hoje é conhecida como Rua dos Fanqueiros (cf. Kemmler, 2007: 77), tendo sido casado com D. Rita Marcelina de Campos (Kemmler, 2007: 57).

¹² Apesar de ter sido publicado com a indicação de ser da autoria do filho Francisco Pinheiro Freire da Cunha, conseguimos comprovar através da consulta do manuscrito original na letra de João Pinheiro Freire da Cunha, que o opúsculo foi na verdade redigido pelo próprio gramático e não pelo filho (cf. Kemmler, 2007: 272-273).

2.5 Pedro José de Figueiredo (1762-1826)

No caso do gramático e académico Pedro José de Figueiredo, Inocêncio mostra ter conhecimentos biográficos bastante amplos, baseados obviamente em fontes fidedignas contemporâneas:

PEDRO JOSÉ DE FIGUEIREDO, nascido em Lisboa a 29 de Junho de 1762, na antiga freguezia de Sancta Marinha (hoje reunida á de Sancto André), em cuja egreja parochial foi baptizado a 13 de Julho do mesmo anno. Teve por paes Caetano José de Figueiredo, cirurgião da camara da rainha D. Maria I, e D. Gertrudes Margarida de Figueiredo. Cursou em Lisboa os estudos de humanidades, aprendendo a grammatica latina no collegio irlandez de S. Patricio, a lingua grega com o professor regio José Januário Lombardi, a philosophia e rhetorica com os professores Agostinho José da Costa de Macedo e Francisco de Sales, ambos mencionados n'este *Diccionario*. Estas disciplinas professou depois elle proprio durante alguns annos, no Seminario do patriarchado, então como agora estabelecido na villa de Santarem. [...] Depois de longa e dolorosa enfermidade, supportada com resignação philosophica e christã, m. a 11 de Fevereiro de 1826, na travessa de S. Francisco de Paula (chrismada actualmente com o nome de travessa da Palmeira) na freguezia das Mercês, em um quarto que occupava desde muitos annos no primeiro andar da casa, que então tinha o n.º 23. Affirma-se que pouco tempo antes de falecer queimára uma parte dos seus manuscripts, «afim de evitar o precipicio da sua publicação, ou por uma irreflectida diligencia, ou antes por effeito de intenção sinistra». Foi sepultado o seu cadaver no extinto convento de Sancto Antonio dos Capuchos, transformado mais modernamente em Asylo da Mendicidade. Um amigo e admirador compoz, e dedicou á sua memoria o seguinte epitaphio, que todavia não consta chegasse a gravar-se na campa funeraria para a qual se destinava

(Silva, 1862, VI: 415-416)

O assento de batismo de 13 de julho de 1762 confirma tanto o nascimento do batizado no dia 29 de junho de 1762 como a ascendência mencionada por Inocêncio:

Aos Treze dias do mes de Julho de mil sette centos e secenta e dois annos nesta Parochial de Santa Marinha Baptizou e pos os Santos oleos de licenca do Prior desta Jgreja o Reverendo Padre Luiz da Costa Barbeida Prior da Parochial de Santa Engracia a Pedro, que naseo a vinte e noue de Junho deste prezente anno filho de Caetano Joze de Figueiredo natural baptizado na de Nossa da Asumpcão do Lugar de Luzinde Bispado de Vizeu e de Gertrudes Margarida Joaquina natural baptizada na freguezia de Saõ Thome desta cida de e recebidos na freguezia de Santa Engracia da dita cidade de Lixboa Netto por parte Paterna de Manoel de Figueiredo e Anna Monteira do mesmo Lugar, e por parte Materna de Antonio Nugueira e de Thereza de Jezus; foi Padrinho o Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Luiz Vas Pinto e Madrinha Threza de Jesus sua avó por procuraçao ao Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Esteuaõ Luiz de Magalhais de que fis este asento dia era ut supra

O Padre Antonio Joze Baptista (1762, julho 13)

Verifica-se que o Padre Luís da Costa Barbeida, o prior da igreja paroquial de Santa Engrácia que chegou a batizar o jovem Pedro é o mesmo religioso que já celebrara o casamento dos pais Caetano José de Figueiredo e de D. Gertrudes Margarida Joaquina de Jesus no ano anterior ao nascimento do filho (1761, abril 5). Observa-se ainda que o mesmo pároco já tinha casado o futuro professor de gramática latina João Pinheiro Freire da Cunha com a sua mulher D. Rita Marcelina de Campos (1760, maio 31; cf. Kemmler, 2007: 57). O assento de óbito de Pedro José de Figueiredo, a que só recentemente tivemos acesso, fornece as seguintes informações:

Aos Doze de Fevereiro de mil oito centos e Vinte seis, fallecêo com todos os Sacramentos: o Beneficiado Pedro Joze de Figueiredo, morador na Travessa de S. Francisco de Paula N 23, Sepultado no Convento de Sancto Antonio dos Capuchos: Fez Testamento.

O Prior Joaõ Camillo (1826, fevereiro 12)

Tanto na referência à residência do gramático na Travessa de São Francisco de Paula, 23 (hoje Travessa da Palmeira, a poucos metros da Academia das Ciências de Lisboa) como na informação que terá sido sepultado no Convento de Santo António dos Capuchos (no espaço hoje ocupado pelo Hospital Santo António dos Capuchos) o assento vai de encontro aos detalhes fornecidos por Inocêncio.

Para além de mencionar que terá dado aulas no seminário do Patriarcado de Lisboa, assim como no seminário de Santarém, o trecho de Inocêncio não chega a fazer nenhuma referência explícita a uma pertença de Figueiredo ao clero. No entanto, o título de 'Beneficiado', que lhe atribui o prior da paróquia das Mercês no assento de óbito, leva a crer que o gramático tenha sido presbítero secular, cuja categoria eclesiástica lhe facultava os rendimentos a que tinha direito por estar vinculado a uma igreja.

Finalmente, é de constatar que a data de óbito indicada pelo bibliógrafo diverge da data no assento: segundo o documento paroquial, Pedro José de Figueiredo terá falecido no dia 12 de fevereiro de 1826 e não no dia anterior.

2.6 João Albino Peixoto (1803-1891)

Se pudemos verificar que as informações biográficas de figuras públicas mais conhecidas podem ser bastante elaboradas, o mesmo não acontece com todos os autores, especialmente quando vindos de terras mais remotas, como, por exemplo, o ribeira-grandense João Albino Peixoto:

JOÃO ALBINO PEIXOTO, natural da ilha de S. Miguel, onde se emprega no exercicio da arte da Pintura, cultivando as letras no tempo que lhe fica livre de suas obrigações.

- E (Silva, 1859, vol. III: 283)

Fica evidente que tanto Inocêncio como Brito Aranha não dispunham de mais informações sobre este poeta açoriano de atividade marcadamente regional. A consulta dos livros de registo paroquial na Ponta Delgada fornece as seguintes informações:

João Filho Legitimo de Jgnacio Manoel Peixoto natural da Parochial do Apostolo Saõ Pedro da Ribeira Seca desta Villa da Ribeyra Grande; e de sua mulher Eugenia Thomazia Joaquina natural desta Parochial de Nossa Senhora da Conceýção desta mesma Vila; nasçeo aos Sinco dias do mes de Agosto de mil outo Sentos e tres annos; e foi baptizado nesta mesma Jgreýa da Senhora da Conceýção Parochial de Seus Pais por mim Francisco de Assis Tauares Gomes Cura della aos uinte dias do dito mez e anno, foi Padrinho Jgnacio Manoel Monis Tauares freguês da Sobredita Parochial de Saõ Pedro per procuração que me apresenta Manoel Dias Azedo fregues da Matrix da Senhora da Estrella desta mesma Villa ambos cazados, e por testemunhas Manoel de Jezus e Joze da Ponte Bulhaõ tambem Cazados e freguezes desta Jgreýa e para a todo tempo Constar fis este termo e o asignei dia mes e era ut supra

(1803, agosto 20)

Casado com D. Maria Ricarda Botelho (1818-1893) desde 7 de março de 1844, João Albino Peixoto foi pintor e dourador, possuindo uma oficina de dourador em Ponta Delgada. Desde 1865 deteve o cargo de chefe do posto fiscal do porto de Santa Iria da Ribeira Grande na costa do norte de São Miguel, vindo durante alguns anos a exercer o cargo de redator do semanário ribeira-grandense *A Estrella Oriental*. Para além da sua atividade de poeta clássico que dedicava as suas obras sobretudo a várias pessoas de interesse local, João Albino Peixoto deixou uma tradução parcial manuscrita de alguns trechos do primeiro tomo da *Grammaire Générale* (1767) do francês Nicolas Beauzée (cf. Kemmler, no prelo), tendo falecido em 12 de julho de 1891:

Aos doze dias do mez de Julho do anno de mil oito centos e noventa e um, ás seis horas da tarde, em uma casa da rua de San Francisco, d'esta freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho da villa da Ribeira-grande, diocese d'Angra, falleceu, tendo recebido o sacramento da Extrema-Uncião, um individuo do sexo masculino por nome Joaõ Albino Peixoto, casado com dona Maria Ricarda Botelho, chefe do posto fiscal reformado, de edade de oitenta e sete annos, natural e sua mãe d'esta freguesia, morador na dicta rua, filho legitimo de Ignacio Manuel Peixoto, proprietario, natural da freguezia de San Pedro, no logar da Ribeira-Secca, d'esta villa, concelho e diocese, e de Eugenia Thomasia Joaquina, ocupada no governo domestico; o qual não fes testamento, deixou filhos e foi sepultado no cemiterio publico. E para constar lavrei em duplicado este assento que assigno. Era ut supra. O cura Egas Moniz
(1891, julho 12)

3. Conclusão

A comparação entre os dados biográficos mais essenciais dos seis autores estudados permite várias conclusões sobre o contributo do *Diccionario Bibliographico Portuguez* para estudos com finalidade historiográfico-linguística. Contrariamente ao que talvez se possa afirmar para disciplinas que não carecem necessariamente de informações sobre os autores, é inegável que esta disciplina linguística é fomentada de alguma forma por informações adicionais que permitem enquadrar as obras metalinguísticas dentro da sociedade e do sistema educativo da respetiva época. É neste sentido que o *Diccionario Bibliographico Portuguez* dá um contributo valioso, tendo-se tornado num meio de trabalho indispensável para todos os investigadores que se dedicam à histriografia linguística portuguesa.

Na nossa breve confrontação entre as informações fornecidas por Inocêncio e os elementos arquivísticos consultados, pudemos

confirmar as datas relativas ao nascimento de Pedro José de Figueiredo e de óbito de Jerónimo Soares Barbosa. Quanto ao mesmo Soares Barbosa, como a Barbosa Machado, devemos constatar que as respetivas datas de nascimento, referidas por Inocêncio – as quais podem ter entrado na tradição biográfica por iniciativa dos próprios autores – não podem ser confirmadas pelos assentos que, como muitos assentos de batismos da primeira metade do século XVIII, não mencionam a data de nascimento do batizado.

Contudo, no que concerne às datas de óbito de Diogo Barbosa Machado, Pedro José da Fonseca e Pedro José de Figueiredo, estas devem ser corrigidas, por divergirem da lição dos assentos correspondentes. O mesmo se dá com a data de nascimento de Pedro José da Fonseca: em confirmação da suspeita manifestada pelo próprio Inocêncio, este importante autor setecentista nasceu efetivamente em 1736, pelo que se devem corrigir as referências biográficas que lhe dizem respeito! Quanto, enfim, a João Albino Peixoto, as datas de vida tinham passado desapercebidas aos dois grandes bibliógrafos portugueses.

Resumindo, julgamos poder confirmar a utilidade do *Diccionario Bibliographico Portuguez*, no qual as informações biográficas foram fornecidas com o grau máximo de fidelidade que era possível ao autor na condição de compilador oitocentista dessas informações. São, no mesmo instante, manifestas as limitações da obra, pois nem sempre as informações oferecidas estão certas, podendo as informações biográficas apresentar divergências na ordem de dias ou mesmo de anos. Daí resulta que a consulta indispensável da monumental obra que Inocêncio nos deixou obriga de certo modo à consulta paralela dos registos paroquiais¹³, dos róis de confissões, das listas dos eletores e de outra documentação arquivística pertinente para que possamos obter informações biográficas verdadeiramente fidedignas.

¹³ Note-se que um número considerável dos antigos registos paroquiais portugueses já pode ser consultado on-line.

Referências bibliográficas

- 1682, abril 12 – Lisboa, *Assento de batismo de Diogo, filho de João Barbosa Machado e de D. Catarina Barbosa*, A.N.T.T., Arquivo Distrital de Lisboa, Registros Paroquiais, Concelho de Lisboa, Freguesia da Conceição Nova, Registo de batismos, livro n.º B2, Caixa 4 (1663-1684), fl. 197 r.
- 1736, julho 11 – Lisboa, *Assento de batismo de Pedro, filho de José da Fonseca e de Ana do Espírito Santo, nascido aos 29 de junho de 1736*, A.N.T.T., Arquivo Distrital de Lisboa, Registros Paroquiais, Concelho de Lisboa, Freguesia de Santa Justa, Registo de batismos, livro n.º B4, Caixa 2 (1733-1742), fl. 97 v.
- 1737, fevereiro 2 – Ansião, *Assento de batismo de Jerónimo, filho de Manuel Freire de São Lázaro e de Violante Rosa*, Arquivo Distrital de Leiria, Registros Paroquiais, Concelho de Ansião, Freguesia de Ansião, Registo de batismos, livro 2, Dep. IV-28-A-40, fl. 75 v.
- 1738, Maio 3 – Lisboa, *Assento de batismo de João, filho ilegítimo de João Pinheiro Freire e de Josefa Caetana da Cunha*, A.N.T.T., Arquivo Distrital de Lisboa, Registros Paroquiais, Concelho de Lisboa, Freguesia de Santa Engrácia, Registo de batismos, livro n.º B 7, Caixa 5 (1735-1741), fl. 152 v.
- 1760, maio 31 – Lisboa, *Assento de casamento referente a João Pinheiro Freire da Cunha e Rita Marcelina de Campos*, A.N.T.T., Arquivo Distrital de Lisboa, Registros Paroquiais, Concelho de Lisboa, Freguesia de Santa Engrácia, Registo de casamentos, livro n.º C7, Caixa 43 (1756-1764), fl. 103 r.
- 1761, abril 5 – Lisboa, *Assento de casamento referente a Caetano José de Figueiredo e de Gertrudes Margarida Joaquina de Jesus*, A.N.T.T., Arquivo Distrital de Lisboa, Registros Paroquiais, Concelho de Lisboa, Freguesia de Santa Engrácia, Registo de casamentos, livro n.º C7, Caixa 43 (1756-1764), fol. 124 r.
- 1762, julho 13 – Lisboa, *Assento de batismo de Pedro, filho de Caetano José de Figueiredo e de Gertrudes Margarida Joaquina de Jesus, nascido aos 29 de junho de 1762*, A.N.T.T., Arquivo Distrital de Lisboa, Re-

- gistros Paroquiais, Concelho de Lisboa, Freguesia de Santa Marinha, Registo de batismos, livro n.º B2, Caixa 2 (1754-1767), fol. 53 v.
- 1772, agosto 10 – Lisboa, *Assento de óbito referente a Diogo Barbosa Machado*, A.N.T.T., Arquivo Distrital de Lisboa, Registros Paroquiais, Concelho de Lisboa, Freguesia de Pena, Registo de óbitos, livro n.º 8, Caixa 29, fl. 93 v.
- 1803, agosto 20 – Ribeira Grande, *Assento de batismo de João, filho de Inácio Manuel Peixoto, também conhecido como Inácio José Peixoto, e de Eugénia Tomásia Joaquina, nascido aos 5 de agosto de 1803*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registros Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registros de batizados, livro n.º 11 (1796-1805), fl. 155 v.
- 1811, Julho 26 – Lisboa, *Assento de óbito referente a João Pinheiro [Freire da Cunha]*, A.N.T.T., Arquivo Distrital de Lisboa, Registros Paroquiais, Distrito de Lisboa, Concelho de Lisboa, Freguesia da Madalena, Registo de óbitos, Livro O-2 (1786-1850), fl. 145 v.
- 1816, janeiro 5 – Coimbra, *Assento de óbito referente a Jerónimo Soares Barbosa*, Arquivo da Universidade de Coimbra, Registros Paroquiais, Concelho de Coimbra, Freguesia de São João de Almedina, Registo de óbitos, Livro 2 (1803-1855), fl. 33 r.
- 1816, julho 8 – Lisboa, *Assento de óbito referente a Pedro José da Fonseca*, A.N.T.T., Arquivo Distrital de Lisboa, Registros Paroquiais, Concelho de Lisboa, Freguesia de Santa Justa, Registo de óbitos, livro n.º 6, Caixa 27, fl. 256 r.
- 1826, fevereiro 12 – Lisboa, *Assento de óbito referente a Pedro José de Figueiredo*, A.N.T.T., Arquivo Distrital de Lisboa, Registros Paroquiais, Concelho de Lisboa, Freguesia de Mercês, Registo de óbitos, livro n.º O5, Caixa 34 (1821-1836), fol. 51 v.
- 1891, julho 12 – Ribeira Grande, *Assento de óbito de João Albino Peixoto*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, Registros Paroquiais, Concelho de Ribeira Grande, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Registros de óbitos de 1891, n.º 45, a fólios 12 v – 13 r.

BORGES, Ana Margarida de Almeida (2011). «Pedro José da Fonseca e a sua obra lexicográfica». Tese de doutoramento inédita, apresentada à Universidade de Aveiro.

Constituições (1588) = ¶CONSTITVIÇÕES / DO ARCEBISPADO DE LISBOA / assi as antigas como as extrauagantes primeyras & / segundas. Agora nouamente impressas / por mandado do Illustrissimo & Re / uerendissimo senhor dō Migel / de Castro Arcebispo / de Lisboa. / Com licença da mesa geral do santo officio / & ordinario. // Impressas em Lisboa por Belchior Rodrigues impressor / anno de 1588. / ¶Vendense na rua noua em casa de Ioam Lopez liureiro do / Senhor Arcebispo. / Esta taxado em papel a reis.

COSTA, Mário Alberto Nunes (1992). «Em Torno da Correspondência de Diogo Barbosa Machado». Em *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* 41, págs. 1-104.

CUNHA, Francisco Pinheiro Freire da [= Cunha, João Pinheiro Freire da] (1804). *MEMÓRIAS / DA / ACADEMIA ORTHOGRÁFICA / PORTUGUEZA / DE / PINHEIRO / ESCRITAS / POR / FRANCISCO PINHEIRO FREIRE DA CUNHA / Professor Público de Grammática Portugueza, e Sub- / stituto da mesma Academia. / Absque docente docens // LISBOA. M. D. CCCIV. / NA OFF. DE ANTONIO RODRIGUES GALHARDO, / Impressor do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca. / Com Licença da Meza do Desembargo do Paço. / Vendem-se na Sala da Academia Orthográfica na Rua / Nova do Almada N.º 76.*

[Figueiredo, Francisco Coelho de] (1816). *AGRADECIMENTO / DE / HUM HOMEM / A' MEMORIA / DE / OUTRO HOMEM / VIR TUOSO, SABIO E FILOSOF. / Labitur ex oculis nunc quoque gutta meis. / Ovid. Trist. Eleg. III. vers. 4. // LISBOA. / NA IMPRESSÃO REGIA. / ANNO 1816. / Com Licença.*

GUSMÃO, [Francisco] [Antonio] R[odrigues] de (1843). «Apontamentos para a Continuação da Bibliotheca Lusitana: Os Senhores Jeronymo Soares Barbosa e Antonio Soares Barbosa». Em *Revista Litteraria: Periodico de Litteratura, Philosophia, Viagens, Sciencias e Bellas-Artes* 6 (11. ano), págs. 287-295.

GUSMÃO, [Francisco] [Antonio] R[odrigues] de (1844). «Comemorações: O Sr. Jeronymo Soares Barbosa, 5 de Janeiro de 1816». Em *Revista Universal Lisbonense: jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios por uma sociedade estudiosa* 20 (Quinta-feira, 6 de Janeiro de 1844; vol. III 1843-1844), págs. 236-237.

KEMMLER, Rolf (2007). *A Academia Orthográfica Portugueza na Lisboa do Século das Luzes. Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea (Beihefte zu Lusorama; 1. Reihe, 12. Band).

KEMMLER, Rolf (no prelo). «Para a Receção da Gramática Geral em Portugal: a tradução portuguesa da Grammaire Générale de Nicolas Beauzée». Em Casanova, Emili (ed.) (no prelo). *Actes du XXVI^e Congrès Internationale de Linguistique et Philologie Romanes*.

MACHADO, Diogo Barbosa ('1741). *BIBLIOTHECA / LUSITANA: / Historica, Critica e Chronologica. / NA QUAL SE COMPREHENDE A NOTICIA DOS AUTHO- / res Portuguezes, e das obras que compuseraõ desde o tempo / da promulgaçao da Ley da Graça, até o tempo presente. / OFFEREIDA / À AUGUSTA MAGESTADE / DE / D. JOAÕ V. / NOSSO SENHOR / POR / DIOGO BARBOSA / MACHADO / Ulyssipoñense Abbade da Parochial Igreja de Santo Adriaõ de Sever, e Academico do Numero da Academia Real. / TOMO I. // LISBOA OCCIDENTAL, / Na Officina de ANTONIO ISIDORO DA FONSECA / Anno de M. D. CC. XXXXI. / Com todas as licenças necessarias.*

MACHADO, Diogo Barbosa ('1747). *BIBLIOTHECA / LUSITANA: / Historica, Critica e Chronologica. / NA QUAL SE COMPREHENDE A NOTICIA DOS AU / thores Portuguezes, e das Obras que compuzeraõ desde o tempo / da promulgaçao da Ley da Graça, até o tempo presente. / OFFEREIDA / AO EXCELLENTISSIMO E REVERENDISSIMO SENHOR. / D. FR. JOZE V. / MARIA DA FONSECA, E EVORA / Bispo do Porto do Conselho de Sua Magestade / POR / DIOGO BARBOSA / MACHADO / Ulyssiponense Abbade Reservatorio da Paroquial Igreja de Santo Adriaõ de / Sever, e Academico do Numero da Academia Real. / TOMO II. // LISBOA: /*

Na Officina de IGNACIO RODRIGUES. / Anno de M. D. CC.
XLVII. / *Com as licenças necessarias.*

MACHADO, Diogo Barbosa (1752). *BIBLIOTHECA / LUSITANA: / Historica, Critica e Chronologica. / NA QUAL SE COMPREHENDE A NOTICIA DOS / Authores Portuguezes, e das Obras que compu-
raõ des- / de o tempo da promulgaçaõ da Ley da Graça, até o tem- / po
presente. / POR / DIOGO BARBOSA / MACHADO / Ulyssipo-
nense Abbade Reservatorio da Paroquial / Igreja de Santo Adriaõ
de Sever, e Academico / do Numero da Academia Real. / TOMO
III. // LISBOA: / Na Officina de IGNACIO RODRIGUES. /
Anno de M. D. CC. LII. / Com as licenças necessarias.*

MACHADO, Diogo Barbosa (1759). *BIBLIOTHECA / LUSITANA: / Historica, Critica e Chronologica. / NA QUAL SE COMPRE-
HENDE A NOTICIA / Dos Authores Portuguezes, e das Obras que
compozeraõ / desde o tempo da promulgaçaõ da Ley da Graça, até /
o tempo presente. / POR / DIOGO BARBOSA / MACHADO /
Ulyssiponense Abbade Reservatorio da Paroquial / Igreja de San-
to Adriaõ de Sever, e Academico / do Numero da Academia
Real. / TOMO IV. / QUE CONSTA DE MUITOS AUTHORES
NOVAMENTE / collocados na Bibliotheca, e de outros illustrados, e
emendados, impressos / nos tres Tomos precedentes. // LISBOA, /
Na Officina Patriarcal de FRANCISCO LUIZ AMENO. / M. D.
CC. LIX. / Com as licenças necessarias.*

SILVA, Inocêncio Francisco da (1858, I). *Diccionario Bibliographico
Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Por-
tugal e ao Brasil. Tomo I.* Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1858.
Obra reeditada em reprodução fac-similada. Lisboa: Imprensa Na-
cional-Casa da Moeda, 1987.

SILVA, Inocêncio Francisco da (1859, II). *Diccionario Bibliographico
Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Por-
tugal e ao Brasil. Tomo Segundo.* Lisboa: Na Imprensa Nacional,
1859. Obra reeditada em reprodução fac-similada. Lisboa: Impren-
sa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

SILVA, Inocêncio Francisco da (1859, III). *Diccionario Bibliographico
Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Por-*

tugal e ao Brasil. Tomo Terceiro. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1859. Contém ainda *O Diccionario Bibliographico Portuguez julgado pela Imprensa contemporanea nacional e estrangeira.* Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1860. Obra reeditada em reprodução fac-similada. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d.

SILVA, Inocêncio Francisco da (1862, VI). *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Tomo Sexto.* Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1862. Contém ainda *O Diccionario Bibliographico Portuguez julgado pela Imprensa contemporanea nacional e estrangeira (Segunda Serie).* Lisboa: Imprensa Nacional, 1861. Obra reeditada em reprodução fac-similada. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d.

SILVA, Inocêncio Francisco da (1883, X). *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil, Continuados e ampliados por Brito Aranha, em virtude de contrato celebrado com o governo portuguez. Tomo Decimo (Terceiro do supplemento).* H-J. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1883. Obra reeditada em reprodução fac-similada. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d.

UM OLHAR NO SÉCULO XIX- PROCESSO DE LUSITANIZAÇÃO SOBRE O PORTUGUÊS DO BRASIL

Verônica Lucy Coutinho Lage
Universidade Federal de Juiz de Fora

A análise de peculiaridades do Português do Brasil na modalidade escrita-literária dentro da obra *O Ateneu* de Raul POMPÉIA pertencente ao século XIX, traz resultados instigantes e comprobatórios das caracterizações e mudanças nas modalidades da linguagem escrita e falada sofridas tanto pelo PP quanto no PB.

Formar-se-ão, como texto-base para tal, alguns pressupostos teóricos apresentados no estudo *O Português do Brasil*, de Ataliba T. de Castilho, que apresenta comparações entre o Português do Brasil e o Português de Portugal (doravante PB e PP), além de inúmeras outras abordagens entre língua falada e língua escrita.

Com o intuito de conscientizar da importância de se registrar, analisar e estudar os mais diversos fenômenos lingüísticos presentes em uma língua, o autor Castilho conduz o leitor, através de exemplos comprobatórios, a entender as causas para tais peculiaridades.

Esta análise se deterá, principalmente, no estudo da modalidade escrita, em que se destacarão apenas alguns dos aspectos do texto-base, sem a mínima pretensão de reduzi-lo a tais, e, sim, ao contrário, tentar-se-á demonstrar a riqueza do teor de informações nele contidas e sua aplicabilidade na análise de uma obra literária.

A razão de primeiro nos depararmos com uma apresentação rápida e sucinta do autor e suas obras torna-se cada vez mais compreensível, na medida em que se avança a análise do romance escolhido.

A partir da apresentação, passa-se a primeira parte que se destina a apresentar alguns fenômenos lingüísticos no período da implantação do PB. A segunda, por sua vez, concentrar-se-á nas principais diferenças entre língua escrita e língua falada, e a intercomunicação entre ambas. Nesta etapa, além dos conceitos encontrados no texto-base, outros tantos defendidos pela estudiosa Mary A. Kato serão também apresentados por serem relevantes ao objetivo proposto.

Ler *O Ateneu* é ir ao encontro de um mundo de informações linguísticas, históricas, sociais, psicológicas educacionais, além de caminhar-se perante uma obra literária tão apaixonante

1. Raul POMPÉIA– Autor e Obra

Raul d'Avila POMPÉIA nasceu em Jacuecanga, município de Angra dos Reis, estado do Rio, no dia 12 de abril de 1863. Em 1873 transfere-se com a família para o Rio de Janeiro. Matricula-se como interno no Colégio Abílio, dirigido pelo Barão de Macaúbas. Seis anos mais tarde transfere-se para o colégio Pedro 11, onde completa os estudos secundários. Um ano depois publica seu primeiro romance, *Uma Tragédia no Amazonas*.

No ano de 1881, entra para a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Participa de movimentos abolicionistas e republicanos, ao lado de Luís Gama. Transfere-se, com mais de 90 colegas, para a Faculdade de Direito do Recife, onde termina o curso no ano de 1885.

Publica em folhetim na *Gazeta de Notícias*, seu romance *O Ateneu*.

No ano de 1894 é nomeado diretor da Biblioteca Nacional. Sob a acusação de desacato ao Presidente da República, é demitido do cargo um ano mais tarde. Suicida-se em 25 de dezembro de 1895. É o patrono da Cadeira nº 33, da Academia Brasileira de Letras.

Quanto ao seu romance *O Ateneu*, trata-se da história de um internato onde seu diretor, Aristarco, carrasco, autoritário e dominador, se veste de uma imagem de pai acolhedor e sincero. Como um dos internos, o autor, como o personagem, Sérgio, passa dois anos de sua vida nesse internato, experienciando todas as mais diferentes adversidades

inerentes a 'O Ateneu, de menino que entra no internato para um "homem", ainda adolescente, porém consciente do mundo no qual inserido.

2. O português do Brasil – alguns pressupostos teóricos analisáveis na obra *O Ateneu*

Dentro do período da implantação do PB, há que se considerar três abordagens: a lusitanização do Brasil, a mudança do PB e as hipóteses interpretativas sobre o PB.

Quanto à lusitanização, a ocupação efetiva do Brasil se deu a partir de 1532, com a distribuição de quinze capitâncias hereditárias. Há informações de que a colonização exclusiva e por conta dos portugueses se deu entre os séculos XVI e XVII, porém, a partir do século XVIII, os bandeirantes paulistas exerceram uma tarefa incisiva na ocupação das Minas Gerais e do Mato Grosso e de terras do Sul. Segundo Houaiss, a população de Portugal e a do Brasil se equivaleram em 1808.

Até o século XVIII os portugueses tiveram de aprender o tupinambá, numa situação de bilingüismo, devido a superioridade da população indígena. A partir de então, o português se sobrepôs às línguas indígenas, em consequência, não só da fragmentação do quadro linguístico ameríndio, como também por outras razões. Atualmente há dois grandes troncos: o Tupi e o Macro-Jê, com diversas famílias.

Duas línguas foram descritas durante o Brasil-Colônia: o tupinambá, falado no litoral, de São Paulo ao Maranhão, e o Kariri, do tronco Macro-Jê, falado no Sergipe e em parte da Bahia e de Pernambuco. As contribuições léxicas indígenas provêm do tupi-guarani, do qual o PB herdou cerca de dez mil vocábulos, distribuídos nos campos da toponímia e onomástica, além de alguns nomes de vegetais e animais.

Exemplificando a influência existente no PB, citaríamos as seguintes passagens em *O Ateneu*:

... Chegamos ao *capinzal*...
(POMPÉIA, 1980: 52)

... que viveis de plantão na *palmeira*...
volteando espirais de *urubu* sobre...
(POMPÉIA, 1980: 102)

... prosperidade melancólica de *salgueiros*...
(POMPÉIA, 1980: 76)

... filho de um criador abastado do Paraná...
(POMPÉIA, 1980: 91)

... tomaram a palavra os *sabiás*...
(POMPÉIA, 1980: 102)

... houve revoadas de *juritis*, de *beija-flores*...
(POMPÉIA, 1980: 102)

... de vocábulos indígenas e assinada—*Aimbiri*...
(POMPÉIA, 1980: 71)

... Ele, como um deus *caipora*...
(POMPÉIA, 1980: 149. Grifos nossos)

No entanto, o português seria mais fortemente exposto à influência das línguas africanas, uma vez que, de 1538 a 1855 foram trazidos 18 milhões de escravos negros, submetidos a contato mais estreito com a população branca.

Os negros brasileiros integravam duas culturas: a primeira, **Cultura Banto**, originária do Congo, Angola, Moçambique, Tanganika e Região dos Lagos, exerceu sua maior influência no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco e Alagoas, regiões onde se fixaram.

A segunda, **Cultura Sudanesa**, compreende os negros originários da costa oeste africana: Sudão, Senegal, Guiné, Costa do Ouro, Daomé e Nigéria. Fixaram-se principal mente na Bahia, dois séculos mais tarde e em número menor.

Estimativas demonstram serem em número de 300 os vocábulos africanos incorporados ao PB. Da **Cultura Banto**, as palavras são encontradas nas diversas áreas lexicais como se exemplifica a seguir: cacunda, caçula, fubá, angu, jiló, carinho, dengo, samba, formosura, mimosa, sagu, aconchego, ninho, bamboleio, bunda, encanto, zumbido, etc. N'O *Ate-neu*, entre outras, temos:

... às vezes por gracejo *carinhoso*...
(POMPÉIA, 1980: 141)

... Eu me sentia pequeno deliciosamente naquele
círculo *de conchego* como em um *ninho*...
(POMPÉIA, 1980: 142)

...Tão boa, tão boa, no seu *carinho* de enfermeira, de mãe. ...
(POMPÉIA, 1980: 142)

... a colherinha de *sagu*...
(POMPÉIA, 1980: 143)

... passar o herói mineiro, calmo... barba *abundante*
(POMPÉIA, 1980: 36)

... desapareceu com o andar de *bamboleio*.
(POMPÉIA, 1980: 66)

... no meio uma espécie de gaiola ou *capoeira*
(POMPÉIA, 1980: 129)

... mais longe, muito mais em zumbido *indistinto*...
(POMPÉIA, 1980: 88. Grifos nossos)

Passando ao estudo da mudança do PB, Serafim da Silva Neto assinala três fases na história do PB.

A primeira, compreendendo o período de 1533 a 1654, destaca a situação de bilingüismo, e, a língua predominantemente falada seria aquela já mencionada, a do tupinambá.

A segunda abrange o período de 1654 a 1808, praticando-se falares crioulos índios e africanos no interior do país, e o português disseminado pela costa.

A terceira, a partir de 1808, período ao qual pertence *O Ateneu*, se caracteriza pela intensa “relusitanização” do Rio de Janeiro, consequência da vinda de cerca de 18 mil portugueses que fugiam à invasão francesa, dobrando a população da nova capital e, por conseguinte, difundindo o português, só nas cidades, como no interior, porém, distinguindo-se os falares rurais dos urbanos. Dentro do estudo do PB nos diversos momentos históricos pelos quais passou, várias teorias e hipóteses foram abordadas, com o intuito de se estudar as características do PB.

Dentre tantas, serão abordadas aqui as hipóteses interpretativas, por serem elas as de maior consonância com o objetivo proposto do trabalho.

Duas posições antagônicas procuram interpretar o PB. Por um lado, como uma modalidade conservadora, refletindo o falar quinhentista trazido pelos colonizadores; por outro, como modalidade inovadora afastando-se rapidamente do PP.

Algumas das características fonéticas e gramaticais apresentadas primariamente como provas de “brasiliade” do PB foram posteriormente reanalisadas, comprovando-se tratarem de fenômenos do português quinhentista. Dentre as características gramaticais, já que o enfoque é sobre a língua escrita, destacar-se-ia o emprego de **ter** por **haver** nas construções existenciais, corroborado pelos exemplos d'*Q Ateneu*: “... Depois da leitura percebi que tinha lágrimas nos olhos...” (POMPÉIA, 1980: 51) e ainda “Ponderando que tinha no futuro tempo de sobra para a vingança...” (POMPÉIA, 1980: 94).

Em segundo, a construção dos verbos de movimento com a preposição **em**, como se constata ao lermos: “... íamos à missa **nos** domingos...” (POMPÉIA, 1980, p.57)

Em terceiro, a colocação do pronome pessoal átono em posição predo-minantemente proclítica, presença constante n'*O Ateneu*:

... foi ocasião de dobrado ensino que muito **me** interessou...
(POMPÉIA, 1980: 37)

... Quanto a mim, o que sobretudo **me** maravilhava...
(POMPÉIA, 1980: 42)

... E juntos, eu e ele, porque eu lhe aceitara o convite...
(POMPÉIA, 1980: 52)

... Ao passo que **nos** elevávamos...
(POMPÉIA, 1980: 37)

A seguir, citaríamos o uso europeu da construção estar + a + r.

... Eu estava a esperar que...
(POMPÉIA, 1980: 15)

... Estava ali a ouvir...
POMPÉIA, 1980: 91)

... Apostava-se a ver quem primeiro causava...
(POMPÉIA, 1980: 99)

... e continuou, na guarita, a falar.
(POMPÉIA, 1980: 103)

Uma outra influência do PP seria o uso dos pronomes oblíquos antepostos ou pospostos ao verbo, exemplificado na obra consecutivamente:

... quando o vimos cair de bruços...
(POMPÉIA, 1980: 64)

... Palavra que **os** apanhei sozinhos...
(POMPÉIA, 1980: 89)

... que Rômulo a seguisse cabisbaixo.
(POMPÉIA, 1980: 92)

... eu a fazia torcer-se, calçando-a.
(POMPÉIA, 1980: 121)

... A energia para afrontá-las é a...
(POMPÉIA, 1980: 123)

Até que um grande, mais estouvado, fê-lo caçar...
 (POMPÉIA, 1980: 51)

No que tange ao PB como modalidade inovadora, observa-se que, apesar de pertencente a uma época de relusitanização, a característica fonológica de timbres abertos e fechados da vogal **a** seguida de nasal, para o presente e para o pretérito consecutivamente, presentes no PP, não permaneceu no PB, como pode ser demonstrada na obra:

... quando nos tornamos a ver, nenhum teve...
 (POMPÉIA, 1980: 114)

... Ficamos a um banco, lado a lado,...
 (POMPÉIA, 1980: 174)

... e juntos, eu e ele, porque eu lhe aceitara o convite com...
 galgamos um canto
 de muro que havia no pátio e saltamos para o jardim...
 (POMPÉIA, 1980: 52)

Em relação às características gramaticais, observam-se duas delas. A negação dupla, observável nas seguintes passagens:

... nenhum direito, nem mesmo o de não prestar para nada.
 (POMPÉIA, 1980: 94)

... depois da interrupção de Aristarco, não sei mais nada...
 (POMPÉIA, 1980: 116)

... Franco respondia com aspereza: não tinha nada!...
 (POMPÉIA, 1980: 129)

e o uso da construção estar + ndo correspondente ao uso estar + a + r. do PP.

... Andava agora mostrando à família...
 (POMPÉIA, 1980: 139)

Desde muito, andava querendo ver um cadáver...
 (POMPÉIA, 1980: 149)
 a mão felpuda envolvendo o queixo...
 (POMPÉIA, 1980: 129)

... eu tinha por vezes tentado dar boa conta, estudando um
pouco e rezando muitíssimo...
(POMPÉIA, 1980: 59)

3. A modalidade escrita no português do Brasil sob a influência do português de Portugal dentro da obra

Ao observarmos as línguas naturais, percebemos estarem elas sujeitas ao fenômeno da variação. As línguas variam em função de condicionamentos situacionais que influenciam os falantes, como, por exemplo, o momento histórico no qual se encontram, os espaços geográfico, sócio-cultural e temático dentro dos quais se movem, e o canal lingüístico que escolhem para comunicar-se.

As variações se colocam diferenciadas segundo o canal que utilizam (daí o português falado e o português escrito); a condição sócio-cultural (onde o português escolarizado e o português não-escolarizado); e a variação temática (daí o português escrito corrente e o português escrito literário).

Dentro da variação segundo o canal, abordar-se-ão as principais diferenças entre língua falada versus língua escrita, a fim de esclarecer o porquê da maior intensidade de certas formas lingüísticas presentes ora num, ora outro.

Mary A. Kato defende que as diferenças formais geralmente observadas entre a fala e a escrita se nos apresentam, nada mais, como consequências das condições de produção e de uso da linguagem. Corroborando com Kato, outro estudioso da língua, Britton e colaboradores, aponta para o fato de ser a escrita expressiva muito diferente da fala, uma vez que, na fala tem-se uma situação cara a cara, possível de se observar a reação imediata do ouvinte. Por outro lado, a escrita é um ato solitário, no qual o escritor terá que se preocupar com o seu leitor virtual. Daí, as diferenças lingüísticas entre os códigos usados se apresentarem em intensidades diversas. Conseqüentemente, a estrutura para um código elaborado comparado ao restrito se caracterizará por um maior número de orações subordinadas, maior número de locuções verbais e construções

verbais incomuns, uso dos clíticos em mesóclise, próclise, ênclise, imperativos, mudanças das funções gramaticais das palavras, além da topicalização dos sintagmas nominais, demonstrando uma elaboração lingüística mais complexa. Some-se a todos os aspectos já mencionados, à obediência à concordância e à regência.

Em relação à obra escolhida para ser analisada, é extremamente fácil de se concluir o grau do código usado, principalmente se levado em consideração o momento histórico vivido pela língua.

Mantendo-se o propósito deste trabalho, tentaremos apresentar os fenômenos linguísticos supra-citados, paripasso aos momentos literários d'*Q. Ateneu*. A obra se apresenta com extensivos exemplos de subordinação, como:

... Não havia mais a mão querida para acalentar-me o primeiro sono, nem a oração, tão longe nesse momento, que me protegia à noite.

(POMPÉIA, 1980: 31)

... chegamos ao capinzal a um dos cujos lados...

(POMPÉIA, 1980: 31)

... Era depois a vez dos jogos de corrida, entre os quais figurava.

(POMPÉIA, 1980: 85)

Adoção de normas desconhecidas cuja eficácia...

(POMPÉIA, 1980: 21)

... feita de sensibilidade e brandura, contra quem o mal.

(POMPÉIA, 1980, 114)

Voltando o olhar agora para as construções verbais mais elaboradas, e locuções verbais, pode-se constatar nas passagens com grifos nossos: ‘... compareceram senhoras em grande número, o que não sucedera [...] “Aproveitando-se do escarcéu, o advogado *ousara...*” (POMPÉIA, 1980: 77). Além dessas, a presença de partículas apassivadoras como “... Modulava-se a harmonia em suave... gorjeio” (POMPÉIA, 1980: 51), “... De-

clarando-se-lhes precoce a propensão” (POMPÉIA, 1980: 52)... Ocorre também o uso de indeterminação do sujeito “partia -se ao domingo...” (POMPÉIA, 1980: 70), “como se absorvêssemos um pouco...” (POMPÉIA, 1980: 73), “... cumpre que se institua, que se desenvolva” (POMPÉIA, 1980: 129). No caso das locuções verbais como “... que *hão de arborescer* depois...” (POMPÉIA, 1980: 128), “... teremos esboçado...” (POMPÉIA, 1980: 12), “... me ia invadindo...” (POMPÉIA, 1980: 35) “... que *habitava* a digestão a *segurar-se* no...” (POMPÉIA, 1980: 39), entre outros.

Quanto ao uso dos clíticos, há que se observar a grande influência do PP, pois, neste, mantém-se a ampla aplicação dos mesmos “... porque eu lhe aceitara o convite ...”, “... E eu, cúmplice, que o permitiria...” (POMPÉIA, 1980: 51), “... Recusei-me a dar crédito...” (POMPÉIA, 1980: 104).

Podem ser detectados ainda o extenso uso de imperativos, “... *Adianta-te, Franco...*” (POMPÉIA, 1980: 50), mudança das funções gramaticais das palavras, “... *Pensar* era impacientar-me...” (POMPÉIA, 1980: 122), topicalização dos sintagmas nominais nessa perspectiva, “... *Em certo ponto* a água cobria um homem...” (POMPÉIA, 1980: 32).

Caminhando para uma conclusão dos estudos feitos até aqui, ressaltamos que em relação à escrita, as concordâncias e regências são mantidas e respeitadas ao máximo.

Senão vejamos:

... Estrelas era com ele...
(POMPÉIA, 1980: 41)

... Eram os pobres novatos que os veteranos.
(POMPÉIA, 1980: 29)

.... Mudas as calças?...
(POMPÉIA, 1980: 30)

... Havia, porém, saídas extraordinárias...
(POMPÉIA, 1980: 59)

... Eu resistia ao riso...
(POMPÉIA, 1980: 57)

... Recordo-me também de um dulcíssimo cofre...
(POMPÉIA, 1980: 105)

... A chamado do diretor,
(POMPÉIA, 1980: 107)

... A representação é o motim reduzido à expressão.
(POMPÉIA, 1980: 109)

Assistia o Mestre com atenção do costume à reza.
(POMPÉIA, 1980: 50)

Finalizando, sem se esgotar o assunto, observa-se a tendência do PP em omitir o sujeito (fenômeno pro-drop), como se pode constatar: "... Bastante experimentei depois a verdade..." (POMPÉIA, 1980: 11), "... Quando saímos do pavilhão..." (POMPÉIA, 1980: 84), "... Guiou-me ao canto nono, como a uma rua suspeita..." (POMPÉIA, 1980: 89), "... Andava agora mostrando à família..." (POMPÉIA, 1980: 139), "... Tenho a alma triste..." (POMPÉIA, 1980: 104).

4. A modalidade escrita d'*O Ateneu* influenciada pela linguagem falada

Através de todos os exemplos mencionados até então, pode-se dizer que a escrita sofre imposições de ordem comunicacional e funcional, além de imposições de ordem normativa e convencional.

Porém, Mary P. Kato vai mais além, quando afirma ser impossível definir-se a linguagem escrita como sendo "um conjunto de propriedades formais invariantes e distintas da linguagem falada". Justifica sua afirmação ao declarar que as duas linguagens apresentam uma isomorfia parcial, uma vez que, fazem suas seleções a partir do mesmo sistema gra-

matical e pode expressar as mesmas intenções. O que determinaria suas diferenças seriam as condições de produção, ou seja, “a dependência contextual, o grau de planejamento, a submissão consciente às regras prescritivas convencionalizadas para a escrita”.

O próximo passo seria a possibilidade de encontrarmos influências da língua falada numa obra literária sob o período histórico no qual se encontra a nossa em estudo. E afirmaríamos essa intercomunicação, já que, por inúmeras vezes nos deparamos com o uso do im-perfeito, forma típica da língua falada, em substituição ao futuro do pretérito, podendo ser observável em: “... Iam começar os hinos pela manhã”, “... Que ia fazer o Franco? Aonde ia ele?...” (POMPÉIA, 1980: 52) “... Venâncio ia falar: coragem!..”.

Destacamos também o uso da construção ir + infinitivo substituindo-se a forma mais literária infinitivo + desinência verbal (rei/ré): “... onde se vão sofrer...” “... Vão pensar...”, “... Vai presidir as matemáticas...”. (POMPÉIA, 1980: 9).

Outro uso comum na escrita literária é a adequação da linguagem feita por parte do autor, em relação aos seus personagens. No caso em questão, Aristarco, diretor de um internato, se nos apresenta em uma linguagem formal:

Mas por que meus amigos, não formularam uma representação?
A representação é o motim reduzido à expressão ordeira e papiliforme! Qual a necessidade da representação por assuadas?

(POMPÉIA, 1980: 109)

Enquanto que os internos são descritos por Pompeia através de uma linguagem mais informal, em alguns casos mesmos, idêntica. Compare-se

... O melhor é que o Crisóstomo não vai para a rua... Que diabo, nem tanto vale o grego, que se pague a beijocas descontadas pela mulher... Tenho para mim que o negócio ainda acaba mal e porcamente, ...

(POMPÉIA, 1980: 89)

... Não há nada neste mundo como ser safado! Que canalha!...

(POMPÉIA, 1980: 90)

... Melica, a altiva e requebrada Amélia lambisgóia, proporções de vareta, fina e longa, ...

(POMPÉIA, 1980: 91)

... Batista Carlos, o bugre das setas, bomba!

(POMPÉIA, 1980: 94)

... Não sei que diabo de expressão notei-lhe...

(POMPÉIA, 1980: 106)

... Que diabo! Aquele sujeito queria tratar-me como um bebê!

(POMPÉIA, 1980: 106)

Há que se observar outra estratégia usada pelo autor, quando coloca seu leitor perante um diálogo entre Aristarco e um dos seus internos, onde ocorre uma troca de informalidade nas falas:

... Insolente”! rugiu o diretor... Desgraçado! Desgraçado, tor-ço-te o pescoço! Bandolhinho impudente! [...] E modicando o tom, falou: “Sérgio! ousaste tocar-me!”

– Fui primeiro tocado! repliquei fortemente.

– Criança! feriste um velho!

– Fui vilmente injuriado, disse.

– Ah! meu filho, ferir ...

(POMPÉIA, 1980: 106)

Para além do apresentado até aqui, há, ainda, o extenso uso do diminutivo, ora num tom de menosprezo, ora num tom de suspeita de algum ato às escondidas, ora numa maneira mais carinhosa. Observemos:

Que linguinhas... Safa!

(POMPÉIA, 1980: 90)

E a academiazinha de investigadores...

(POMPÉIA, 1980: 90)

... repousando na trégua da oração das miserazinhas da hora comum...

(POMPÉIA, 1980: 91)

... Eu fizera o meu sucessozinho

(POMPÉIA, 1980: 95)

... Um cearensezinho, de cabelo à escova...

(POMPÉIA, 1980: 91)

... Palavra que os apanhei sozinhos, juntinhos, conversando, a distancia de um beijo

(POMPÉIA, 1980: 96)

... Sedutoras rolinhas...

(POMPÉIA, 1980: 96)

... Tantas pancadinhas, tal letra; ...

(POMPÉIA, 1980: 87)

... Parecia-lhe ter na face a cocegazinha sutil...

(POMPÉIA, 1980: 122)

... despenhava os cachos deliciosos anjinhos... agitando os minúsculos pés e as mãozinhas.

5. Conclusão

Com base no propósito apresentado no início desse trabalho, constata-se a demonstração de que o Português do Brasil realmente se revela, ora

como uma língua conservadora em relação ao Português de Portugal, ora como uma língua inovadora, afastando-se do mesmo.

Foram analisados alguns pressupostos de Ataliba T. de Castilho, ao mesmo tempo em que os mesmos foram comprovados através da obra escolhida de Raul Pompéia, *O Ateneu*.

Mary A. Kato e alguns dos conceitos por ela defendidos foram incluídos, estudados e corroborados através dos inúmeros exemplos citados da obra em questão.

Embora não se tenha esgotado o assunto dado o alto teor de informações ainda por serem analisadas, o alcance dos objetivos contidos nesse olhar linguístico do Português do Brasil do século XIX fica registrado.

Bibliografia

- CASTILHO, Ataliba T. de. "O Português do Brasil" In: *Lingüística Romântica*. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1975, p. 236 a 269.
- COUTINHO, Ismael de Lima. "O Português do Brasil" In: *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971. p. 322 a 326.
- KATO, Mary A. "A natureza da linguagem escrita" In: *No Mundo da Escrita*. São Paulo: Ed. Ática, 1990, p. 12 a 40.
- POMPÉIA, Raul. *O Ateneu: crônicas de saudades*. São Paulo: Ed. Ática, 1980.

AS ESTRUTURAS PLEONÁSTICAS EN GALEGO NA LINGUA MEDIEVAL.

O CASO DOS PRONOMES CLÍTICOS*

Xosé Manuel Sánchez Rei
Universidade da Coruña

1. Introdución

Os pronomes persoais singularízanse no marco das restantes unidades pronominais por se organizaren en dous inventarios, un tónico e outro átono. Do mesmo xeito, tamén se caracterizan por posuíren restos do sistema declinacional latino, o que non acontece nos demais elementos identificados como pronomes (referenciais precisos e referenciais imprecisos). No tocante ás unidades átonas, tamén chamadas “pronomes clíticos” ou simplemente “clíticos”, son morfemas que sofren o control do verbo e que dependen fonética e sintacticamente deste. Por tal motivo, circúndano, normalmente en posicións posnucleares (énclide) e, ás veces, debido a condicionantes de diversa índole (pragmáticos, morfosintácticos), en posicións prenucleares (próclise). As funcións que son capaces de desenvolveren son tan complexas como variadas e entre elas cómpre destacarmos as seguintes:

1. En ocasións, desempeñan responsabilidades sintácticas (CD, CI) no sentido de anaforizaren unha frase, cláusula

O presente traballo insírese no marco do proxecto de investigación intitulado *Glosario crítico da poesía medieval galego-portuguesa. I. Cantigas de amor e cantigas de amigo* (código FFI2009-08917) e dirixido na Universidade da Coruña polo Prof. Dr. Manuel Ferreiro. Agradezo os comentarios do Prof. Dr. Stephen Parkinson (Univ. Oxford) a unha primeira versión deste traballo.

ou mesmo un texto enteiro: *Comeu unha mazá en dous bocados* → *Comeuna en dous bocados*. É por isto que dentro dos mecanismos textuais de cohesión referencial ou grammatical, os clíticos, xuntamente co resto dos pronomes, vi- ran unidades dunha relevancia certamente notábel, xa que axilizan poderosamente o ritmo discursivo do texto ao fa- ceren con que non haxa que reiterar de modo cansativo certas unidades frásicas intra ou interclausais (*Comprou unha mazá, cociñou a mazá e partiu a mazá co coitelo* → *Comprou unha mazá, cociñouna e partiuna co coitelo*).

2. Sen saírmos do plano sintáctico, serven para marca- ren a concordancia entre o verbo e os seus complemen- tos nas estruturas pleonásticas e nas coñecidas estru- turas de redobro de clítico consoante Matos & Duarte (1984) ou Cidrás Escáneo (1992), o cal redunda no seu carácter elementarmente morfemático a respecto do predicado verbal (*Telefonoume ao saír da facultade / A min telefonoume ao saír da facultade / *A min telefo- nou ao saír da facultade; Entregou ao público un esque- ma da palestra / Entregouelle ao público un esquema da palestra; O raposo_[AX] comeu a galiña_[PAC] / A galiña_[PAC] comeuna o raposo_[AX] / *A galiña_[PAC] comeu o raposo_[AX]*).

3. Xa no eixo pragmático-sintáctico, son capaces de marcaren a persoa que axe de receptora no acto ilocutivo, conforme acontece co chamado dativo de solidariedade (*O cinema está aí abaixo* → *O cinema está chevos aí abaixo*). Igualmente, poden deixar entrever certa sorte de interese ou implicación emocional no desenvolvemento da predicación lingüística por parte do emisor, segundo se dá coas estruturas en que se acha o dativo de interese (*Este rapaz non estuda nada* → *Este rapaz non me estuda nada*). E tamén permiten, en ocasións, seren em-

pregados con contidos semánticos que sinalan matices de pose, en cuxo caso se fala normalmente do dativo posesivo (*Morreua a súa avoa* → *Morreulle a súa avoa*).

Ao nos centrarmos nas esferas sintácticas recollidas en (1) e en (2), no presente traballo pretendemos facer un achegamento contrastivo ás estruturas en que o clítico desenvolve responsabilidades de marcación de concordancia, en particular no contexto dun CI representado mediante unha FN (embora tamén se detecten para o CD, frecuentemente coa orde de elementos da cláusula alterados). Non se trata, por tanto, dun clítico con función sintáctica, mais cunha responsabilidade cohesiva no interior intraclausal, seguindo aquí o exposto en Cidrás Escáneo (1992) ou en Posner (1998: 215-216). Repárese, aliás, en que a presenza destas construcións con clíticos “associados a uma posición argumental com realización lexical” (Matos & Duarte 1984: 481) incide no feito de os pronomes átonos teren unha responsabilidade sintáctica menos importante do que puider parecer. Por este motivo, hai autores, conforme salienta Posner (1998: 216), que manteñen que os antigos clíticos están hoxe gramaticalizados como afixos verbais, non faltando romanistas, como continúa a sinalar esta autora, que se refiren a eles en termos de “conxugación obxectiva”. Esta singularidade non tería a súa importancia de non repararmos en que os actualmente coñecidos como morfemas de número e persoa (MNP) foron, nalgún tempo, pronomes que se aglutinaron ao predicado para marcaren xustamente un determinado tipo de concordancia en relación ao SUX. E esta, subsecuentemente, se ben é certo que é moito máis evidente no plano morfolóxico, non deixa de se manifestar a respecto do verbo e os complementos.

A situación no galego actual a respecto destas construcións pleonásticas, conforme expuxemos noutro traballo (Sánchez Rei 2009: 285-289), é complexa e pódense marcar diferentes comportamentos canto á necesidade desa duplicación. Así as cousas, contando coas tendencias que parecen verificarce actualmente e coa opción preferencial da maior parte das linguas románicas nas súas variedades cultas ou estandardizadas, en especial a portuguesa, poderíamos distinguir tres contex-

tos para clasificarmos cando deben ou poden aparecer as estruturas pleonásticas en condicións normais:

1. Presenza obrigatoria cos pronomes tónicos oblicuos con función de CD e de CI (*A nós viunos sempre traballando / *A nós viu sempre traballando; Comentoulles a elas o filme? / *Comentou a elas o filme?*; etc.).
2. Presenza obrigatoria cos pronomes referenciais precisos cuantificadores (*Escribiullas a todas un postal desde París / *Escribiu a todas un postal desde París*; etc.).
3. Presenza optativa con FN lexicalmente realizadas (*Entregou os exames aos alumnos na hora sinalada / Entregoullas os exames aos alumnos na hora sinalada*; etc.). Neste sentido, de nos guiamos pola documentación medieval, polos usos maioritarios do portugués moderno e pola constatación destas opcións no galego contemporáneo mesmo en rexistros populares¹, a opción preferencial, non prescritiva, talvez debería ser a ausencia do clítico agás en casos de alteración da lineraridade sintáctica (*A mazá comeuna el*) e/ou de necesidade de desambiguación sintáctico-semántica (*A reitora saudouna a decana na sáu facultade*).

¹ Repárese, neste sentido, nos seguintes versos provenientes do cancioneiro tradicional, en que se documenta esta hipótese de construcción: *non debo carto a home / nin á muller d'esta terra* (CPG, I 50); *entreguéi o corazón / a quen non m'o merecía* (CPG, I 207); *non teño á quen dar as queixas / para dar ó meu rapás* (CPG, III 20-21) *O secreto d'ó teu peito / Non contes ó teu amigo* (LPG 67); *Vou dicir a miña nai / Que andan as vacas n-a chousa* (LPG 99); *Unha vella dixo a outra / Polo burato d'a porta* (LPG 195); etc. Sobre a documentación destas estruturas nos falares dialectais e populares galego-portugueses, véxase tamén Sánchez Rei (2006: 209-210; 2008: 261, 269, n. 15).

2. A situación da lingua medieval

Porén, esta aproximación para a lingua contemporánea acha na época medieval construcións que, nalgúns casos, hoxe serían praticamente imposíbeis, ao paso que noutras situacions coincidirían co uso actual. Aínda que ulteriores pesquisas serán quen de aprofundaren nalgúns das cuestiós que se van desenvolver neste contributo, un dos criterios adoptados foi concedermos atención ás diferentes modalidades de textos conservados, como a prosa literaria e a notarial, embora unha notable parte do exemplario parta da lírica a teor do marco do proxecto en que se desenvolve este traballo. A necesidade de traballarmos cun determinado tipo de verbos en que se puidesen atestar construcións con formas pronominais átonoas obrigounos a concedermos preferencia a aqueles en que, á parte do SUX ou A₁, tamén se estruturaban cun CD ou A₂ e/ou cun CI ou A₃. Así pois, sintetizando os datos de que dispomos, pódense marcar os seguintes tipos de estruturacións para o caso de verbos bivalentes e trivalentes do tipo *dar, outorgar, matar, peitar* etc.:

HIPÓTESE 1. Dáse a presenza das formas clíticas cos pronomes tónicos oblicuos, os cales desenvolven, conforme corresponder, responsabilidades sintácticas de CD ou de CI: *A rem que mh-a mi mays valer / devya contra mha senhor / essa mi faz a mi peyor / serviç'*, é muy grande bem querer (LP, I 115); *e ali me lançaron a min a falcatrua* (LP, I 124); *E quen vos a vós esto conselhou / mui bem sei [eu] ca vos conselhou mal* (LP, I 382); *E, se mi a mi guisar Nostro Senhor / aqueste preito, será mui gran ben* (LP, I 615); *e se mi a mi a abadessa der / madeira nova, esto lhi faria* (LP, II 88); *Mais que pouco que mi-a min val!* (LP, II 691); *Se m'el a min amase, muy gran dereyto faria* (LP, II 755); *et ja mays nō au[er]emos bon tempo ata que lle a ela praza ende* (CT 286); *Et quando me estes estraños andan a mī tā sen arte, teño que moyto mays o deuedes vós facer* (CT 335); *ante lle darey ajuda cada que lle a el for mester* (CT 343); *Et segundo me a mī semella, tempo era de folgar algūus dias*

(CT 410); *ca se uos a vos vençer o nojoo ou doo que del ave-des, comelo ey eu todo* (MS 43); etc. Neste tipo de secuencias son especialmente recorrentes as estruturas con interpolación, conforme sinalamos noutro traballo (Sánchez Rei 1999: 114-115); na liña do exposto nese contíbuto, son más abondosos os casos en que a función sintáctica corresponde a un CI que a un CD².

HIPÓTESE 2. Non se detecta pleonasmo e aparece o pronome tónico oblicuo sen o clítico, o que resulta ser unha posibilidade moito documentada, contrariamente ao que acontece na actualidade, en que é de regra o pronome átono; nestes casos, é a FN a que desenvolve a función sintáctica pertinente: *A min dan preç'*, e non é desaguisado (LP, I 75); *nen voss'amor nunca foy meu, / e, poi'lo Deus a min non deu* (LP, I 77); *-Amiga, estad[e] ora calada / um pouco, e leixad'a min dizer* (LP, I 178); *Amor faz a min amar tal señor / mais fremosa de quantas og'eu sei* (LP, I 126); outra viña de Janrozo que nos *deramos a uos Martin Perez en duas partes* (HGP 48); *arrendamos a uos, Loppo Rrodriguez de Caldelas, caualeyro, por en uossos dias tan sola(m)ente a nossa grania de Queyrogáá* (HGP 50); *outorgo para senpre a uos Loppo Pelaez, canbeador, morador na rua da Moeda Uella et a uossa moller Costança Uaasquez et a uossas uozes todolos herdamētos, casas, casares de herdades, casaes chantados, cō todas suas pertēēças et dereyturas que a mī pertēēcē* (HGP 57); *et se alguu for asy de mia parte como d'estraya que a uos queyra cōtrastar seja maldito et peyte a uos mill y CCC.^{os} soldos* (HGP 73-74); *nos donna Giomar Mendez, ona do moesteyro de Ramiráás, et óó conuento dese lugar afo-*

² Na lingua contemporánea voltan a ser estruturas documentadas, ainda que cunha frecuencia de atestación moito menor que na época medieval. Véxase, a este respecto, o sinalado en Sánchez Rei (1999: 133-135).

ramos a uos *Johan Domingues, morador nas Quintáás d'Eyres et a uossa moller Maria Lourença et a quatro uozes apus uos húa outra que ssei uossas ssemellauiles, húa leyra d'erdade* (HGP 163); **A uos Aras Perez e a uosa molier Maria Mêdiz. uēdemos** *quanta herdade auemos en Uerāde en todos seus terminos [...] asi como a nos auemos asi a uendemos a uos que a aiades uos et toda uosa uoz* (DGP 123); **vēdemos essa herdade a uos e a tuda uossa uoz que á ágades pur erdamentu sempre** (DGP 131); **uēdemulas á uos cō todas suas dereituras por precio nomeado** (DGP 134); *eu Aldara García outorgo a uos Ffernā Pedreç dito d'Arçeo caualeyro a doaçō que a uos feço dona Sancha Fferndeç* (DGP 229); **dou a vos Johā Perez dito macho caualeuro en uoz et en nume de Don Stephano Fernandez en doaçon. entre uiuos. a meyadade de toda a erdade que ey en Sequeyros** (DGP 229); etc.

HIPÓTESE 3. Dáse a presenza do clítico con FN explicitada lexicalmente, ainda que se trata dunha construción con moita menos documentación que outras; enténdese normalmente que o pronome átono axe como unha marca de concordancia entre a FN e o tipo de complementación que o verbo exixe: *queria traer o reino de Galiza, et o queria tirar a el re et darlo aos ingreses e normanos* (CI 73); *Deus dalle vida escarnida ao que sse deserda cō sua mão* (CT 249); etc.

HIPÓTESE 4. Non se detecta pleonasio e aparece a FN proxectada lexicalmente sen a concordancia do pronomé clítico: **Deu ora el-Rei seus dinheiros / a Belpelho** (LP, I 87); **E ao demo vou encomendar / prez deste mundo e armas de lidar** (LP, I 145); **e diss'a ūa à outra: – Naci en grave dia, / e nunca casarei** (LP, I 148); – **Pos ydeuos et dizede a Calrros que me atëda** (MS 94); **Et quando o diserō a Ca-**

Irros, volueuse a França (MS 98); Item aforā a Martin Fernandez, clérigo de Senorim, et quatro uoses as vinas (HGP 175); diserō ao ospede que se quisese ou podesse que o levase aa igleia (MS 12); Et entoncēs el rei, et a raina et os infantes deron grandes dadivas et joias, así à santa séé e igleja como aos bispos (CI 61); Et fazendo a dita oraçon, dava a proves todo quanto podia por amor de Deus (CI 63); et traxia a pelle que ella dera ao pobre sacerdote por sua alma (CI 68); tomou húa vaca a húa vella viuba que tiina oito fillos que mantina con o leite daquella vaca (CI 64); Et escripveu ao santo padre [...]. Et o papa escripveu a el rei por suas leteras [...]. Et aquí poden veer fermosas leteras et de boa retorica, que o papa escripvia a el rei et à clerezia do reino (CI 80-81); et despois de comer declarou ao abbade a causa da sua ida a Roma (CI 83); O dito obispo encomendou a garda da dita moëda de Santiago a seus oficiaes (CI 89); diseron ao bispo que se fose para sua pouada (CI 91); disserō a Vespasiano como o fezerā enperador (MS 40); et cōprou aos outros herdeiros toda a sua parte (MS 59); et matarō y o caualo a Calrros (MS 90); Si algū omme assi da nossa parte como da uossa como da estranea cōtra esta carta de cōcanbiazō quiser uíjr, sea maldito et quantu demādar peite otro tanto ááquel a que demādar (HGP 69); et quē contra ista carta uéér et nū créér sega maldito et pectet altera parte C.^m soldos (HGP 71-72); et sse alguē uéér cōtra esta carta per britar pecti áá parte du rei .c. Morabitinos e ao querelāte .x. Morabitinos (DGP 114-115); em cujo lugar odeu Deus a seu padre Adam (GE 25); etc.

HIPÓTESE 5. O pronome tónico oblicuo aparece sen preposición e sen o reforzo do clítico a desenvolver funciōns de CD ou de CI segundo corresponder, posibilidade hoxe totalmente agramatical: *Mha senhor, quen me vos guarda /*

guarda myn e faz pecado (LP, I 103); **leixade min que vos quero ben** (LP, I 105); **Que mal matei os meus olhos e min / que non tornei a mia senhor veer** (LP, I 326); **E por esto que me disso, cuydou / min a guarir, que ia moiro** (LP, II 711); **Quand'eu perdi aquela que amar / sabia mays que mim nem outra rem** (LP, II 761); **deuedes uos mī amar bem et fielmente** (HGP, 44); etc.

HIPÓTESE 6. Aparece unicamente o pronomé clítico, en cuxo caso, do mesmo xeito que na actualidade, desenvolve unha verdadeira función sintáctica: **Pero a vejo, non lh'ousoso dizer / a mui gran coita que me faz aver** (LP, II 699); **Ei eu tan gran medo de mia senhor / que nunca lh'ousoso nulha ren dizer** (LP, II 703); **O meu amigo, que mi dizia / que nunca mais migo viveria, / par Deus, donas, aquí é já** (LP, II, 731); **Ua ren vus juraria / e devede'lo crer** (LP, 704); **Aynda de seu citolar / vus direy que quanto lh'oy [...]. / E eu que lh'o consello dou / que leix'est'a que sse filhou** (LP, II 739); **En esto, hūu seu criado et consello, a que dizian don Gonçalvo, deronlle poçoia como treedor** (CI 67); **E, meu amor, eu vos venho rogar / que non creades nen hūu dizedor** (LP, II 763); **Que o recebades mui ben, / filha, quand'ante vos veher, / e todo quanto vus disser / outorgade-lh'o** (LP, II 765); **Os bastardos partírosse de aquel lugar hu lles Éytor auja mādado que estouessen** (CT 340); **Et alý fezeron grāde ardimento et fezérónlles muy grā dāno** (CT 351); **Et leixarō correr os caualos a ssy, et dérōsse tā grādes feridas per çima dos escudos que tragā que ja tā fortes nō poderō [...] seer que lles a fortaleza podesse prestar** (CT 371); **Et esta estoria que oydes, vos cōtamos aqui segundo cōta o liuro do Flors Sanctorum onde foy sacado de latī en rromāço** (MS 58); **Et o ospede quanto esto entēder, yra aa rayna et diralle en**

*coñó trajedes a cabeza de Santiago (MS 65); et **doules** campanas moito bōas, et libros, et ornamentos (CI 87); etc.*

En síntese, pode apreciarse como as exixencias do clítico como elemento de concordancia cos complementos do verbo mudaron notablemente, nomeadamente no caso das construcións de (3), que, ao contrario da época medieval, contan no galego contemporáneo cunha grande presenza, e das de (2), que hoxe o uso do pronome átono é de regra. Convén sinalarmos aquí que na variedade lusitana do dominio lingüístico galego-portugués, as atestacións equivalentes ás de (3) son consideradas presentemente estruturas populares ou dialectais, detectadas en rexistros coloquiais, locais ou en textos de proveniencia tradicional-popular. O seguinte cadro resume de forma esquemática a situación da lingua medieval e a da contemporánea:

Construcción	Idade Media	Época actual
1	+	+
2	+	-
3	(+)	+
4	+	(+)
5	+	-
6	+	+

3. Conclusións

Como se pode verificar ao compararmos a situación da Idade Media coa actualidade, houbo modificacións substancials nas estruturas con redobro de clíticos. En primeiro lugar, o percurso diacrónico favoreceu unha redución no número de posibilidades de construcións cos pronomes átonos. En segundo lugar, tamén se constata o mantemento a través do tempo doutras hipóteses de estruturación. E en terceiro lugar, unha posibilidade na altura pouco representada (3) puido secundarizar o seu carácter de marxinalidade e pasar, nos nosos días, a gozar dunha grande

presenza de aparecemento, ao paso que outra disposición (4) sofreu o proceso inverso, pois de se detectar con normalidade nos textos medievais evoluí para un uso menos frecuente, ainda que lexítimo.

Por último, no referente ao tipo de textos, un primeiro achegamento dá conta de como as tales estruturas se acham en calquera xénero dos conservados, isto é, prosa, lírica ou documentos notariais. Isto non obsta para que certos predicados verbais, como *aforar, arrendar, comprar, outorgar, peitar* ou *vender* pertenzan ao léxico máis específico da linguaxe xurídico-administrativa e, subsecuentemente, que as estruturas en que se fan acompañar de clíticos sexan tamén más comúns nesa tipoloxía de textos que en obras literarias.

Textos literarios citados

- CI = Souto Cabo, J. A. (ed.) (2001): Rui Vasques, *Crónica de Santa María de Íria* (Santiago de Compostela & Sada-A Coruña: Cabido da S.A.M.I. Catedral de Santiago & Ediciós do Castro).
- CPG = Pérez Pallesteros, J. (ed.) (1979) [reproducción facsimilada da edición de 1885-1886]: *Biblioteca de las Tradiciones Populares Españolas. Tomos VII, IX, XI: Cancionero Popular Gallego.* 3 vols. (Madrid: Akal).
- CT = Lorenzo, R. (ed.) (1985): *Crónica Troiana* (A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza).
- DGP = Souto Cabo, J. A. (ed.) (2008): *Documentos Galego-Portugueses dos Séculos XII e XIII* (A Coruña: Área de Filoloxías Galega e Portuguesa & Departamento de Galego-Portugués, Francés e Lingüística da Universidade da Coruña).
- GE = Martínez-López, R. (ed.) (1963): *General Estoria. Versión galega del siglo XIV.* Ms. O. I. 1. del Escorial (Oviedo: Universidade de Oviedo).
- HGP = Maia, C. de Azevedo (ed.) (1997) [1986]: *História do Galego-Português. Estado Linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o Século XIII ao Século XVI (Com Referência à Situação do Galego Moderno)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica).
- LP = Brea, M. (coord.) (1996): *Lírica profana galego-portuguesa. Corpus completo das cantigas medievais con estudio biográfico, análise*

retórica e bibliografía específica. 2 vols. (Santiago de Compostela: Centro de Investigacións lingüísticas e literarias “Ramón Piñeiro” & Xunta de Galicia).

LPG = Saco Cid, J. L. (ed.) (1987) [1910-1924]: *Literatura Popular de Galicia. Colección de coplas, villancicos, diálogos, romances, cuentos y refranes gallegos*. Recogidos por D. Juan Antonio Saco y Arce (Ourense: Deputación Provincial de Ourense).

MS = Pensado, J. L. (ed.) (1958): *Miragres de Santiago*. Anejo LXVIII da *Revista de Filología Española* (Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas).

RT = Fontes, M. da Costa (ed.) (1987): *Romanceiro da Província de Trás-os-Montes (Distrito de Bragança). Coligido com a Colaboração de Maria-João Câmara Fontes*. 2 vols. (Coimbra: Universidade de Coimbra).

Referencias bibliográficas

- CIDRÁS ESCÁNEO, F. A. (1992): “Sobre a función da concordancia. Consideracións a propósito das concordancias verbais anómalias”, *Verba* 19, 41-53.
- MATOS, G. & DUARTE, I. SILVA (1984): “Clíticos e sujeito nulo no português: contribuições para uma teoria de *pro*”, *Boletim de Filologia* 29, 479-538.
- POSNER, R. (1998): *Las lenguas romances* (Madrid: Cátedra).
- SÁNCHEZ REI, X. M. (1999): *Se o vós por ben teverdes. A interpolación pronominal en galego* (Santiago de Compostela: Laioveneto).
- SÁNCHEZ REI, X. M. (2006): *A lingua galega no cancionero de Pérez Ballesteros* (Ames: Laioveneto).
- SÁNCHEZ REI, X. M. (2008): “O português popular europeu dos séculos XVI-XIX e a sua importânci para o estudo do Galego Médio”, *Revue Romane* 43/2, 248-272.
- SÁNCHEZ REI, X. M. (2009): “Para unha sintaxe do galego”, en Rei-Doval, G. (ed.), *A lingüística galega desde alén mar*: 273-292 (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela).

**MÉTODOS DE EXPRESSÃO
NAS MENSAGENS ELETRÓNICAS
EM PORTUGUÊS E EM POLACO**

Edyta Jablonka

Departamento dos Estudos Portugueses,
Instituto de Filologia Romântica
Universidade Maria Curie Skłodowska

Introdução

O objetivo principal do presente estudo é o de analisar os meios de expressão nas mensagens eletrónicas em português e em polaco. Ocupar-nos-emos dos textos das mensagens escritas (SMS) e dos *chats* de Internet. Tendo em conta que durante os últimos anos o desenvolvimento dos novos meios de comunicação tais como os telemóveis e a Internet tem sido muito rápido, pretendemos contribuir para o estudo de uma nova linguagem, a linguagem do século XXI.

Sem dúvida alguma, através dos empregos de meios eletrónicos vai-se formando uma linguagem específica e diferenciada, resultante do progresso técnico e científico, e também das mudanças sociais, do contacto entre as pessoas que falam diferentes idiomas, mas encontram-se no mesmo espaço – no mundo virtual, dos *chats*. No caso das mensagens eletrónicas, o que resulta ser muito importante, é a rapidez e a fluidez da conversa. Para que o intercâmbio das informações seja mais rápido, os utilizadores quebram as regras de ortografia e de gramática, ao mesmo tempo mantendo o texto compreensível. São utilizadas distintas abreviaturas, combinações, mu-

danças de ordem da frase, aparecem vários neologismos, estrangeirismos – sobretudo anglicismos. Um dos fenómenos mais frequentes é o uso dos *emoticons* e dos símbolos aritméticos.

Decidimos dividir este estudo em duas partes principais. Na primeira, vamos falar da comunicação humana de uma maneira geral, descrevendo brevemente diferentes modelos de comunicação elaborados por vários linguistas e depois concentrar-nos-emos na evolução dos novos meios de comunicação, com enfoque especial na Internet e na sua história. Na segunda parte, tentaremos classificar as regras de mudanças ocorrentes nas mensagens e nos *chats* portugueses e polacos. Vamos comparar os textos escritos em português e em polaco para verificarmos se nestas duas línguas de diferentes origens, é possível falarmos das mesmas mudanças e das mesmas estratégias dos utilizadores no caso do mundo virtual.

1. Comunicação humana

A língua tem um papel muito importante no processo de comunicação graças ao seu caráter mais direto, universal e pessoal e por poder expressar as ideias abstratas. Com o desenvolvimento da humanidade, a necessidade de comunicar existe entre os seres humanos desde o princípio e o aparecimento de diferentes meios de comunicação tem sido um processo muito extenso. No início, este processo foi bastante lento, portanto, a partir do século XIX, podemos falar do verdadeiro *boom* comunicativo, que atinge o seu auge com o aparecimento da Internet, do telemóvel e de outros fenómenos relacionados com estes meios, tais como p.ex. o *Skype*, o *Messenger*, o *Facebook* ou, na Polónia, *Nasza Klasa*.

Expliquemos primeiro o que significa “comunicar.” As definições do processo chamado “comunicação” são diferentes, mas todas frisam que é um fenômeno complexo, estudado pelos especialistas de muitas áreas – linguistas, psicólogos ou sociólogos. Existem vários modelos de comunicação e achamos importante lembrar alguns deles, começando por L. Bloomfield (1935), que propôs um modelo simplificado no qual aparece o locutor, o discurso e a resposta do ouvinte. Alguns anos depois, H. D. Laswell (1948) propôs uma versão mais desenvolvida – é o

modelo aristotélico de “quem diz o quê, através de que canal e a quem”, que o autor aumentou tendo em conta os efeitos da comunicação (*feedback*).¹ Alguns anos depois, R. Braddock (1958) ainda desenvolveu este modelo acrescentando elementos tais como “objetivos do comunicador” e “circunstâncias da mensagem.” Os linguistas C. E. Shannon e W. Weaver (1949) focalizaram a sua atenção na transmissão dos sinais, contribuindo desta maneira para o estudo behaviorista da língua. Inspirado pela teoria de três funções de linguagem de K. Bühler (1934)², R. Jakobson (1960) propôs o modelo clássico de funções da linguagem, associadas com cada elemento do processo de comunicação.³ Para termos mencionados, mencionemos mais um modelo, chamado SPEAKING, da autoria de D. Hymes (1974), segundo o qual existem oito fatores principais do processo de comunicação.⁴ O último modelo que queríamos mencionar é o de J. Carey (1975), que sublinha a importância das relações sociais mantidas graças à comunicação; neste caso não se trata somente da troca de informações, mas da integridade da comunidade social.

Depois desta breve apresentação do conceito de comunicação, passemos aos novos métodos de comunicar entre as pessoas. Falaremos da Internet e das mensagens escritas tendo em conta o caráter específico da

¹ Quem (emissor) diz o quê (mensagem) através de que meio (medium) a quem (receptor) com que efeito (impacto).

² K. Bühler, discípulo de F. de Saussure, tinha em consideração três funções da linguagem – *Darstellung, Appell, Kundgabe* (representação, atenção, expressão). Esta classificação foi desenvolvida pelo linguista inglês Gardiner na sua teoria de Orações Declarativas, Imperativas e Exclamativas. (Câmara, 1975: 116).

³ A função emotiva é centrada no remetente enquanto a referencial – no contexto. A função fática relaciona-se com o canal, e a metaliguística, com a identificação do código utilizado. A função poética concentra-se na própria mensagem e a função co-nativa no efeito da mensagem no destinatário.

⁴ (*Setting/Scene* – tempo e lugar do ato comunicativo, *Participants* – participantes do ato comunicativo, *Ends* – intenções e objetivos do ato comunicativo, *Act sequence and characteristics* – a forma e o conteúdo, *Key* – aspectos emocionais do discurso, *Instruments* – meios de comunicação, *Norms of interactions and interpretation* – as normas sócio-culturais que influem nas reacções dos participantes no ato comunicativo, *Genre* – género do discurso e vento comunicativo). É um modelo mais complexo por ser constituído de elementos pertencentes a várias categorias.

linguagem virtual. Na comunicação eletrónica, a língua limita-se à versão escrita e para compensar as lacunas de comunicação, desenvolve-se um sistema de símbolos que substituem a entoação, então expressam as emoções, assim com uma série de comportamentos na rede que substituem os comportamentos extraverbais.

1.1. Meios de comunicação – Internet, chat, SMS

Os meios de comunicação podem ser diferentes, distinguimos por exemplo: as línguas naturais, as línguas artificiais, os códigos convencionais como p. ex. o alfabeto Morse), as gravações nas cassetes ou nos CD's e DVD's, os meios de comunicação de massas – a televisão, a rádio, o telefone, a imprensa, a Internet. Porém, como o nosso estudo se concentra nas mensagens escritas e na Internet, estes dois meios de comunicação vão ser descritos com especial incidência.

A Internet é uma rede internacional que junta os computadores do mundo inteiro, é um fenómeno social à escala mundial, um lugar onde se encontram várias realidades e onde as pessoas podem comunicar, procurar informações, entretenimento, aprender e verificar os saberes adquiridos. É um fenómeno bastante recente cujas origens remontam aos anos 60 do século XX. No início, foi acessível apenas aos profissionais, atualmente, permite a todos o acesso a todos os tipos de informação. Contudo, não vamos concentrar-nos nos dados técnicos, pois os nossos objetivos são enfocados na linguagem virtual. Para os fins pretendidos, decidimos determinar o perfil dos internautas, pois eles têm a maior influência na linguagem usada na rede.

A *Internet World Stats* publicou as estatísticas segundo as quais 1 966 514 816 de pessoas no mundo inteiro tinham acesso à Internet em junho de 2010, o que representa 28,7 % da população mundial.⁵ Se se trata da idade dos usuários, segundo J. Grzenia (2006) a maioria deles pertence à faixa etária de 16 a 30 anos. Segundo este autor, todos os estudos da Internet confirmam que é o meio das pessoas jovens. Os utilizadores em geral vivem em cidades grandes e mais de 30 % tiveram acesso ao ensino superior. Quais são as conclusões que podemos tirar destas estatísticas? Ora parece-nos que o comportamento das pessoas jovens é

⁵ <http://www.internetworldstats.com/stats.htm>

muito mais espontâneo e a língua deles é influenciada pela linguagem coloquial, pelo uso do inglês e das abreviações, o que em conjunto forma uma espécie de código ou de jogo linguístico. Naturalmente estamos a falar nos *chats*, foros ou comunicadores e não nas páginas oficiais da rede, que são redigidas conforme a norma linguística.

Para que este estudo seja mais completo, decidimos apresentar uma breve definição do *chat*. Podemos determinar o *chat* como comunicação escrita através da Internet. A sua história começou em 1988 com a criação do IRC (*Internet Relay Chat*). Este programa, muito popular entre os internautas, deu origem à aparição dos outros programas, como o *Messenger*, ou o *Gadu Gadu*. Atualmente, são oferecidos mais serviços que facilitam a comunicação entre as pessoas (p. ex. conversas com câmaras, envio dos ficheiros). Com o desenvolvimento dos *chats* apareceu a “Netiqueta” – um conjunto de regras formado para os internautas evitarem mal-entendidos durante as discussões.

Se se trata de SMS (*Short Message Service*), é um meio de comunicação recente, que existe desde 1982, mas no início era utilizado apenas para enviar informações imprescindíveis para o funcionamento da rede GSM. A primeira mensagem foi mandada em dezembro de 1992 na Grã-Bretanha. Atualmente, este serviço permite mandar textos entre telemóveis, telefones fixos, entre computadores e telefones, em resumo, por diferentes canais. A popularidade deste tipo de comunicação tem crescido imenso e os utilizadores têm agora mais possibilidades de contacto graças ao novo tipo de mensagem – MMS (*Multimedia Messaging System*) que permite enviar e receber não somente os textos, mas também filmes, fotos, gravações, etc.

Depois desta breve apresentação dos meios de comunicação contemporâneos, vamos tentar descrever a linguagem que se tem desenvolvido no mundo virtual nos últimos anos.

2. Alterações na linguagem eletrónica

Nesta parte gostaríamos de apresentar as alterações mais frequentes ocorrentes na língua na versão electrónica. É uma língua que começa a fazer parte do nosso quotidiano e em que se confrontam duas tendên-

cias: a de manter o *status quo* da língua e outra de adaptar esta língua às novas exigências, as exigências do utilizador moderno, que apostava na rapidez da comunicação e utiliza a língua simples, mas ao mesmo tempo se destaca pela criatividade. Estes dois aspetos podem parecer contraditórios, mas podemos supor que contribuirão para o desenvolvimento desta língua virtual. As transformações realizam-se em vários níveis da linguagem e tentaremos enumerar as mais frequentes.

Uma das primeiras e das mais frequentes modificações é a redução de letras. Como se trata da língua escrita e o fator principal é a rapidez da comunicação, torna-se então imprescindível escrever a mensagem o mais depressa possível. Por isso, podemos observar a tendência de suprimir as vogais no início, no meio e no final da palavra (aférese, síncope, apócope) ou a queda das sílabas inteiras.

Para exemplificar, apresentaremos algumas abreviações em português:

abs – abraços
alg – alguém
ans – anos
bj – beijo
bm – bem
cm – como
cmg – comigo
msm – mesmo
mt – muito
nd – nada
oj – hoje
pa – para
pr – por
qnt – quantos

Este fenómeno existe também na linguagem eletrónica polaca, o que testemunham estes exemplos de abreviações em polaco:

cze – cześć (olá)
dowi – do widzenia (adeus)
info – informacja (informação)

- nara – *na razie* (até logo)
 odp – *odpisz* (responde)
 pzdr – *pozdrowienia* (cumprimentos)
 sorki – do inglês *sorry* – *przepraszam* (desculpa)
 skl – do inglês *school* – *szkoła* (escola)

Estas listas não pretendem ser completas, pois as abreviações podem ser numerosas e é impossível enumerá-las todas. Portanto, é possível afirmar que esta modificação é muito comum em português e em polaco.

O fenómeno seguinte que gostávamos de abordar, é o uso de vogais para expressar os sentimentos. O emprego das vogais repetidas para exprimir as emoções é muito frequente nos *chats*. Podemos dizer que são onomatopeias que substituem as exclamações existentes na língua falada. Na nossa opinião, vê-se neste tipo de palavras um fator emocional muito forte.

- aaa – grito ou entusiasmo
 eee – dizer que não ou que não se gosta de algo
 ooo – admiração ou surpresa
 uuu – admiração ou desgosto
 yyy – quando não se percebe alguma coisa

Podemos encontrar em geral as repetições de três letras, mas aparecem as versões mais compridas e a regra comum é que quanto mais compridas são, mais emocionados estão os usuários.

Mencionemos ainda o uso de numerais e de símbolos. Na Internet, reparar-se que algumas sílabas são substituídas pelas cifras, o que é devido à aceleração da troca de mensagens.

- 1wszy – *pierwszy* (primeiro)
 3msie – *trzymaj się* (fica bem)
 4u – *dla ciebie* (para ti)
 6 – *cześć* (olá)
 w8 – *czekaj* (espera)
 7ubal – Setúbal

Como podemos ver, nestes exemplos aparece a influência do inglês – a língua cujo papel na linguagem cibernética é indiscutível. Sendo um idioma mais usado na Internet, não nos parece estranho que nas mensagens e nos *chats* apareçam numerosos anglicismos. Nos outros exemplos que apresentaremos mais adiante também se vê a influência muito forte do inglês.

Os símbolos são, ao lado dos números, o meio preferido dos internautas para tornar a comunicação mais rápida. Podemos citar os exemplos tais como:

+ – mais;

- – menos;

@ – para marcar o género masculino e feminino ao mesmo tempo (tod@s refere-se a todos e todas);

% – na 100 % nie moge (na sto procent nie mogę – não posso, a cem por cento);

\$ – o símbolo do dólar substitui o Ś polaco;

£ – o símbolo da libra substitui o Ł polaco.

Outro assunto que se devia ter em consideração falando da linguagem virtual são as abreviaturas em inglês. Esta temática é muito complexa por concentrar diferentes aspectos do mundo cibernético: a influência do inglês, o emprego de abreviaturas e a substituição das letras pelas cifras. A lista destas abreviaturas é muito longa, por isso achamos conveniente citar só algumas.⁶

2DAY – *today* – hoje

4EVER – *forever* – para sempre

L8 – *late* – tarde

ASAP – *as soon as possible* – o mais cedo possível

BTW – *between* – entre

HAND – *have a nice day* – que tenha bom dia

HRU, how RU – *how are you* – como estás?

⁶ As listas de abreviaturas são disponíveis na Internet, p.ex. na página http://pl.wiktionary.org/wiki/Indeks:Angielski_-_Slang_internetowy

IMO – *in my opinion* – na minha opinião

LOL – *laughing out loud* – gargalhada

NP – *no problem* – não há problema

OMG – *oh my God* – meu Deus

PCM – *please call me* – telefona-me, por favor

Como o inglês é a língua mais usada na Internet, é natural que a maioria de abreviações provenha deste idioma, o que não quer dizer que não existam várias abreviaturas em português e em polaco:

PAD – pelo amor de Deus

SDS – só Deus sabe

KC (M) – *kocham cię (mocno)* – amo-te (muito)

Os internautas preferem também usar as letras específicas, que não formam parte do seu alfabeto ou cujo uso na língua é muito reduzido. Em português e em polaco é normal os usuários empregarem as letras geralmente pouco frequentes nestas línguas, p. ex. em português *k*, *w*, em polaco *q*, *x*, ou introduzir os elementos ingleses tais como *sh*, *oo*.

q – qrcze

x duzo – bardzo dużo

text – tekst

sh – musish – musisz

oo – kolorowych senkoof – kolorowych senków

ke – que

kal - qual

O emprego dos signos diacríticos é em geral evitado pelos utilizadores dos *chats* pois permite poupar algum tempo. Os polacos costumam escrever “e” em vez de “ę”, “a” em vez de “ą”, “c” em vez de “ć”, “s” em vez de “ś”, z em vez de “ż” ou “ź”, o em vez de “ó”. Os portugueses omitem os acentos sobre “a”, “o” ou “e”:

Era xo pa xaber x vaix oj a noit a disk.

Ta bue transito. Vou xgar +tard. Bj.

*Oi. Td bem? Oj cinema ax 5.30?*⁷

Prosze cie (proszę cię) – peço-te

As maiúsculas têm o lugar muito importante na rede. Segundo a “Netiqueta”, é preciso evitá-las porque expressam emoções muito fortes, são o símbolo do grito. Por isso, às pessoas que começam a comunicar nos *chats* é pedido para não as usarem porque ninguém gosta das pessoas violentas e agressivas.

O último fenómeno que queríamos comentar neste estudo é o uso dos *emoticons*. Os *emoticons*, ou *smileys*, são uma sequência de caracteres tipográficos ou umas imagens, que representam a cara humana e expressam as emoções, o estado psíquico dos participantes no processo de comunicação. A incapacidade de dar à oração a entoação adequada, de usar os gestos, a mímica, todos os elementos que pertencem à comunicação não-verbal, inexistentes na realidade virtual, levou os internautas a criarem os símbolos com os meios disponíveis no teclado. Os *emoticons* empregam-se muito frequentemente nas mensagens escritas, no correio eletrónico, nos foros e *chats*. Existe uma grande variedade de imagens e por isso é impossível enumerarmos todos neste estudo. Devemos também ter em conta que os *emoticons* podem possuir significados diferentes em diversas línguas. Além disso, os programas de conversas cibernéticas oferecem aos usuários distintos *emoticons* com variantes gráficas adequadas, das mais simples às mais sofisticadas⁸. Os *emoticons* mais frequentes são p. ex. :) ou :(. Mencionemos ainda que estes símbolos se tornaram tão frequentes que entraram nas esferas de sexualidade e erotismo na rede e servem aos usuários para expressar com maior liberdade as suas experiências ou expectativas.

⁷ Os exemplos provêm do manual *Português XXI 3*, de A. Tavares (Lidel: Lisboa, 2005).

⁸ Os *emoticons* são disponíveis p. ex. em http://www.google.pl/images?hl=pl&client=firefox-a&rls=org.mozilla:pl:official&q=emotikony&revid=1895900488&um=1&ie=UTF-8&source=univ&ei=FDNQTDhSgpc61-r1QA&sa=X&oi=image_result_group&ct=title&resnum=1&ved=0CCoQsAQwAA&biw=1016&bih=596

Tendo em consideração as descrições da língua virtual apresentadas no nosso estudo, parece-nos possível afirmar que os portugueses e os polacos partilham numerosos comportamentos no espaço eletrónico. O português e o polaco são escritos da maneira mais próxima da fonética destas duas línguas. O uso de *emoticons* é comum, assim como grande número de abreviaturas. O papel do inglês é inegável, é a língua predominante na Internet e em geral os usuários polacos e portugueses sabem comunicar nesta língua. O mundo global facilita a troca de informações e mensagens, para os internautas é normal que possam comunicar com as pessoas que vivem em diferentes continentes. Ultimamente, também reparamos na influência muito forte dos portais sociais, p. ex. do *Facebook* no qual os usuários criam uma espécie de gíria, não compreensível para as pessoas estranhas ao serviço. A comunidade polaca do *Facebook* torna-se específica nos seus comportamentos na rede e na linguagem utilizada. Todos aqueles que não fazem parte desta comunidade podem sentir-se até frustrados por não perceberem as mensagens tipo: *Alucard rocks! Starzy nie mają pengi, </3, W razie Niemca*⁹.

Uma vez encontrámos a comparação da linguagem virtual a um prato instantâneo, rápido e fácil de preparar. Portanto, ficando com esta metáfora culinária, perguntemos se, depois de consumirmos muitos pratos deste tipo, não temos saudades da cozinha das nossas mães e avós? Não tentamos elaborar pratos mais sofisticados e saborosos? Então, talvez o mesmo aconteça no caso da língua da Internet. Será ao mesmo tempo a mais simples possível, mas por outro lado, encontrará novos caminhos para enriquecer a sua forma.

Considerações finais

Terminando o nosso estudo, podemos afirmar que o aparecimento da Internet e dos telemóveis trouxe novas expressões e palavras, palavras em geral abreviadas e por isso tão transformadas que, às vezes, são difíceis de descodificar. São as formas que se distanciam da etimologia e se aproximam da fonética. A influência desta linguagem torna-se tão forte

⁹ Komputer i Świat, nr 2, 2011, p. 65.

que começa a preocupar os professores do ensino básico e não só, pois os alunos frequentemente não são capazes de distinguir dois registos diferentes e usam a linguagem cibernetica nos trabalhos escritos. Por outro lado, os professores e educadores devem reconhecer que a informatização é um processo em constante evolução. Os jovens constituem uma grande parte de utilizadores dos novos meios de comunicação e por isso eles têm uma influência considerável na forma da linguagem eletrónica. Portanto, é provável que este grupo consiga, da maneira intuitiva, guardar as estruturas adequadas da língua. Apresenta-se então uma questão importante: deve-se tratar a linguagem da Internet e das mensagens como um fenómeno positivo e enriquecedor ou antes pelo contrário, como algo que empobrece as nossas línguas? Já agora, quando escrevemos uma mensagem, não costumamos desenhar uma pequena cara redonda sorridente ou triste, ou colocar os símbolos :-) ou :-(para que o destinatário da nossa mensagem perceba melhor as nossas emoções? Afinal, o que é mais importante, é o ato de comunicação, a comunicação do século XXI, moderna, rápida e sempre em vias de desenvolvimento.

Bibliografia

- BAJEROWA, I., (1980): *Wpływ techniki na ewolucję języka polskiego*, Wrocław-Warszawa-Kraków-Gdańsk, Zakład Narodowy im. Ossolińskich.
- BENEDITO, J., (2003): *Dicionário da Internet e do telemóvel*, Lisboa, Centro Atlântico.
- BLOOMFIELD, L., (1935): “Linguistic aspects of science”. In: *Philosophy of Science*, vol.2.
- BOARDMAN, M., (2005): *The language of websites*, Routledge.
- BURSZTA, W. J., (2003): “Internetowa polis w trzech krótkich odsłonach”. In: *Ekran, mit, rzeczywistość*, Burszta, W. J. (red.), Warszawa, Twój Styl.
- CÂMARA, J. Mattoso Jr. (1975): *História da Linguística*, Petrópolis, Editora Vozes.
- FISKE, J., (1999): *Wprowadzenie do badań nad komunikowaniem*, Wrocław, Wydawnictwo Astrum.

- GRZENIA J., (2007): *Komunikacja językowa w Internecie*, Warszawa, PWN.
- LUBINA, E., FURGOŁ, S., "Język Internetu – językowe i psychologiczne aspekty rozwoju języka komunikacji internetowej." Disponível em formato WORD na Internet: furgol.googlepages.com/jezyk_mediow_1.doc
- MARCONATO, S., *A revolução do internetês*, texto disponível em <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11061>
- RIBAS, E., "A influência da linguagem virtual na linguagem formal de adolescentes," publicado em formato PDF www.cinted.ufrrgs.br/ciclo9/artigos/8dElisangela.pdf
- SZPILA, G., (2004): *Język trzeciego tysiąclecia*, Kraków, Tertium.
- WALLACE, P., (2001): *Psychologia Internetu*, Poznań, Dom Wydawniczy REBIS.
- WOLAŃSKA, E., (2006): *Szybko Mobilnie Skrótnie Skrótnie i Właściwości komunikacyjne, tekstowe i stylistyczne krótkiej wiadomości tekstowej*, Warszawa, Elipsa.
- Páginas web
- <http://tmvc2000.no.sapo.pt/Dicionario%20do%20Internotes.htm>
- <http://homepage.esoterica.pt/~amcf/internotes.html>

O LUGAR DA AUTOTRADUÇÃO NO BILINGUISMO LUSO-CASTELHANO EM PORTUGAL

Xosé Manuel Dasilva
Universidade de Vigo

De forma incontestável, a autotradução possui cada vez mais relevo dentro do quadro geral dos estudos tradutológicos. Referida também com a designação de *tradução de autor*, trata-se de um fenómeno que até há pouco tempo não recebia a atenção necessária por parte dos especialistas, os quais em alguns casos opinaram inclusivamente que é uma prática pouco habitual¹. De uma perspectiva histórica, com abundantes exemplos, Santoyo demonstrou em vários estudos, todavia, que a autotradução representa um facto que, antes pelo contrário, está longe de ser excepcional².

Nos países de expressão portuguesa, em Portugal e no Brasil nomeadamente, a autotradução não parece, ao menos de início, uma actividade tradicional derivada do contacto entre línguas. Quanto ao segundo território, cumpre mencionar algum exemplo isolado, como o do narrador João Ubaldo Ribeiro, que verteu várias obras para inglês, tal é o caso de *Viva o Povo Brasileiro –A Invincible Memory–* e *Sargento Getúlio –Sergeant*

¹ Este estudo faz parte do projecto “A autotradución en Galicia e Portugal a través da historia”, INCITE09 302 005 PR, da Xunta de Galicia.

² Eis o pensamento de Santoyo: “Lejos de ser un *caso marginal*, como también se la ha denominado, la traducción de autor es hoy en día uno de los fenómenos culturales, lingüísticos y literarios más frecuentes e importantes en nuestra aldea global, y desde luego merecedora de mucha más atención de la que hasta ahora se le ha concedido” (Santoyo, 2002: 32). O mesmo autor, em trabalho ulterior, mostrava o mesmo parecer: “Ni la autotraducción es harto infrecuente, ni estamos ante excepciones ni, por lo mismo, son pocos los autores que han traducido su propia obra a otro idioma. Es, justamente, lo contrario” (Santoyo, 2003: 2).

*Getúlio*³. Curiosamente, o próprio escritor fez referência a esta tarefa de pôr noutro idioma a sua obra, que descreveu como esforçada e cansativa, ao ponto de renunciar a levá-la a cabo alguma outra vez no futuro⁴.

Relativamente a Portugal, por outro lado, pode citar-se sobre-tudo o conhecido caso de Fernando Pessoa, que traduziu uma parte d'*O Banqueiro Anarquista* para inglês sob o título *The Anarchist Banker*, tendo o projecto, ao que parece, de realizar uma versão completa nesta língua. Também há que indicar, embora com as necessárias reservas devido à sua especificidade, a tradução inglesa que Pessoa levou a efeito do poema “Ode Marítima”, escrito originalmente pelo heterónimo Álvaro de Campos.

Mais modernamente, no mesmo âmbito português, torna-se preciso fazer alusão a algumas experiências avulsas de outros autores, particularmente no género poético (Longland, 1986). É o que acontece, em primeiro lugar, com David Mourão-Ferreira, responsável por uma versão francesa, intitulada “Les dernières volontés”, do poema “As últimas vontades”. Egito Gonçalves apresenta, por sua vez, um outro exemplo interessante de autotradução, no que diz respeito a um texto dedicado ao militante comunista espanhol Julián Grimau. O mesmo pode afirmar-se, de resto, de Alberto Lacerda, que fez uma versão para língua inglesa, “You arrive late”, do poema “Chegas tarde”.

De início, é surpreendente que Portugal, designadamente, não seja um país que conte com um alto número de autotraduções, por quanto a Península Ibérica configura-se como um cenário evidentemente propício, dada a proximidade geográfica e cultural das línguas que a ocupam. Conforme Santoyo asseverou, “nunca ha sido la Península Ibérica ajena a este particular fenómeno” (Santoyo, 2003: 3). Com efeito, na área peninsular não há muitos assuntos, dentro dos es-

³ A bibliografia sobre as traduções realizadas pelo próprio João Ubaldo Ribeiro das suas obras não é, a dia de hoje, pouco ampla (Myers, 1994; Costa, 1996; Antunes, 2008; Cardoso de Camargo, 2008).

⁴ Veja-se as palavras de João Ubaldo Ribeiro: “Numa ocasião, estive envolvido em outros projectos, como a tradução para o inglês de *Viva o Povo Brasileiro*, que me tomou mais tempo que a escrita original. Ou a tradução do *Sargento Getúlio* para a mesma língua (agora, voltar a traduzir meus próprios livros, só se for por condenação judicial)” (Batella, 2009).

tudos tradutológicos, se calhar com uma repercussão global comparável à da autotradução (Dasilva, 2010: 265). Não seria exagerado até falar da existência de uma autotradutologia ibérica como possível disciplina de perfis próprios.

A ausência de uma quantidade numerosa de autotraduções lusas resultaria tanto mais inesperada quanto a literatura portuguesa, através da sua história, exibe um dilatado período de bilinguismo. Como é sobejamente conhecido, o uso do português e o castelhano foi frequente nas letras lusitanas durante quase quatrocentos anos, desde o século XV até ao século XVIII. Tem-se dito que o ponto inicial é a obra em castelhano do Condestável D. Pedro de Portugal, enquanto foi evocado alguma vez o nome de Francisco Botelho como último autor português que utilizou o idioma vizinho (Navarro González, 1975). Do ponto de vista cronológico, segundo Valeria Tocco estabeleceu, seria possível fixar duas fases centrais nesse longo período: uma primeira de 1450 a 1580, por uma parte, e uma segunda de 1580 a 1640, por outra (Tocco, 1993). Quanto à primeira fase, a mesma autora propôs diferenciar duas épocas: desde 1450, data da composição mais antiga inserida no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, até 1536, ano de publicação da primeira gramática portuguesa redigida nesta língua; e, a seguir, desde este último ano até 1580, fim da independência da coroa portuguesa. A escassa distância linguística favoreceu, com certeza, a utilização do castelhano. No entanto, é factível determinar a influência de factores de outra índole, em especial históricos e políticos (Lemos; Martínez Almoyna, 1959: 13-24).

Obviamente, o número de produções literárias vinculadas ao bilinguismo luso-castelhano não foi regular através desses quatro séculos. Ivo Castro concluiu a esse respeito que, em termos estatísticos, foi superior o conjunto de escritores portugueses em castelhano nos séculos XVI e XVII, em coincidência com a União Ibérica, e consideravelmente mais baixo nos séculos XVIII e XV (Castro, 2002: 16-17). Em meados da centúria oitocentista, o intelectual e político espanhol Antonio Romero Ortiz, no prólogo do volume *La literatura portuguesa en el siglo XIX*, enfatizava a relevância histórica do convívio das línguas portuguesa e castelhana na literatura lusa:

Hubo un tiempo en que los escritores lusitanos cultivaban con preferencia nuestro idioma. (...)

No ya durante el gobierno de los tres Felipes, sino mucho antes de la batalla de Alcacer-Kevir y mucho después de la insurrección que no acertó a precaver la Duquesa de Mantua, ningún ingenio lusitano dejaba de publicar algunas de sus elucubraciones en la lengua de Solís y de Cervantes.

(Dasilva, 2006: 65-66)

Vázquez Cuesta assinalou, de maneira acurada, que o bilinguismo luso-castelhano compreende três tipos de manifestações na literatura portuguesa (Vázquez Cuesta, 1988: 49-50; 1981). Como é lógico, torna-se ineludível consignar, em primeiro lugar, as obras originais criadas por escritores portugueses em castelhano⁵. A lista de autores que empregaram esta língua é muito profusa, não por acaso já uma sétima parte dos textos recolhidos no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende aparecem em castelhano ou são bilíngues. Não se pode deixar de mencionar, além de incontáveis escritores de entidade menos notável, os nomes de Gil Vicente, Sá de Miranda, Camões, Diogo Bernardes, Bernardim Ribeiro, Pêro de Andrade Caminha, André Falcão de Resende e Jorge de Monte-mayor. A conclusão de Vázquez Cuesta não permite dúvidas:

Enfim, o cultivo do castelhano generalizara-se tanto em Portugal por essa época que resulta verdadeiramente excepcional encontrarmos escritores que não tenham sucumbido alguma vez à tentação de usá-lo. Prova disso é como António Ferreira se vangloria da sua fidelidade à língua vernácula.

(Vázquez Cuesta, 1988: 48-49)

⁵ Ivo Castro distinguiu dois tipos de escritores bilíngues portugueses, caso residissem em Portugal ou em Espanha (Castro, 2002: 14-15). Outra classificação muito útil foi criada por Grutman, que separa os conceitos de “bilinguisme d’écriture exogène” e “bilinguisme d’écriture endogène” (Grutman, 2007). No mais, sobre o processo de mudança de língua na criação literária, é imprescindível lembrar a tríplice proposta já clássica de Siebenmann (1993).

Em segundo lugar, deve registar-se o caso de autores lusitanos que traduziram originais de outras línguas não para português, mas para castelhano. Neste idioma estão, por exemplo, a versão do francês intitulada *Crónica llamada: el triunfo de los nueve preclaros de la fama* (Lisboa, 1530), de António Rodrigues Portugal, e a versão do italiano *De los sonetos, canciones, madrigales y sextinas de Petrarca* (Veneza, 1567), de Salusque Lusitanis, para lá de várias edições da Bíblia feitas por tradutores lusos⁶. Quanto a este tipo de manifestação do bilinguismo luso-castelhano, Vázquez Cuesta reproduz oportunamente um passo, em elevada medida eloquente, de Nuno Fernandes de Cano, responsável pelo volume *Proverbios de Salomón y espejo de pecadores*, versão em castelhano de textos bíblicos. No prefácio desta obra, escrito paradoxalmente em português, o tradutor lamentava, sem rodeios, ter usado uma língua para ele inferior à sua:

Podia-se ser com razão perguntado qual era a causa que, sendo eu português, me conduziu a interpretar em outra e não na nossa portuguesa e materna linguagem; a resposta está em pronto: por aquilo do filósofo, que a privação é causa de apetito, porque, como quer que a castelhana nos não seja tão familiar, paresce-nos que para o fastio é mais apetitosa que a nossa, o que a mim assim não paresce ... A nossa em eufonia, acento e ortografia é mais conforme à latina ... Polo que consta que quis eu mais satisfazer a gen-

⁶ Sousa Viterbo achega mais exemplos, no seu contributo *A Litteratura Hespanhola em Portugal*, de tradutores portugueses de outras línguas para castelhano: “Não contentes os nossos escritores em competir em espanhol, ainda faziam na mesma língua as traduções tiradas de outros idiomas, o latim, o francês, o italiano. (...) Os *Cantos* de Jacopone da Todi e as *Sentencias* são traduções anónimas, mas fundamentadamente, em nosso conceito, de autor português. (...) Em 1551 publicaram-se em Coimbra os *Tratados da vida espiritual* de João Taulero e no prólogo do intérprete (anónimo) lê-se a seguinte declaração: *y porque el provecho que sus autores pretendieron en estas obras y que sin duda podían hallar los que con humildad y atención las leyesen, sea común a los fieles ignorantes de lenguas extrañas, trasladelas en lenguaje común de estos reinos.* Jerónimo Lopes, escudeiro de el-rei D. João III, declara ter traduzido do alemão a segunda parte do *Clarian de Landanis*, mas esta maneira de dizer era costume da maior parte dos componedores de histórias novelescas e romances de cavalaria” (Dasilva, 2008: 96).

te plebea que a minha opinião, o que assim foi necessário
pela que mais limpamente podesse per mãos dos calcógra-
fos (que doutra maneira não queriam) ...

(Vázquez Cuesta, 1988: 49-50)

Por último, a terceira manifestação do bilinguismo luso-castelhano vem dada, justamente, pela autotradução. Com efeito, não é um facto fora do comum a existência de escritores portugueses que, na altura, escrevem os textos primeiro na sua língua e mais tarde elaboram uma versão em castelhano. Apenas como amostra, Vázquez Cuesta refere Frei António de Portalegre, director espiritual da princesa D. Maria, futura mulher de Filipe II. Em 1547 publicava, em Coimbra, a obra *Meditação da Inocentíssima Morte e Paixão de Nossa Senhor em Estilo Metrificado*, estampada em castelhano, um ano depois, em versão própria sob o título *Meditación de la Pasión de Cristo N. S. metrificada por un fraile portugués de la provincia de la Piedad*.

Ora, deve haver dessa época, mais do que casos esporádicos, uma verdadeira nascente de autotraduções, visto que as condições eram bastante adequadas. É estranho, embora só de forma aparente, que até agora não tivesse sido destacada a importância do espaço cultural português no estudo da autotradução dentro do contexto da Península Ibérica. Poder-se-ia conjecturar, contudo, que as autotraduções portuguesas em castelhano foram vítimas do mesmo esquecimento, e porventura com mais razão, que experimentaram as obras originais em castelhano de escritores lusos, as quais não costumaram ser objecto de atenção tanto em Portugal como em Espanha.

Certamente é inegável a participação de inveterados motivos ideológicos para tal coisa acontecer⁷, a originarem uma atitude de proposita-da ignorância em território português e um sentimento de voluntário desdém do lado espanhol. A reacção lusitana resulta até certo ponto pa-

⁷ Branderberger notou o enfoque nacionalista aplicado em Portugal: “En la gran mayoría de los casos, el cambio lingüístico de los literatos (del portugués al español y no al revés) o su bilingüismo fueron notados con mayor o menor admiración y, desde la historiografía literaria portuguesa, a veces con alguna indignación naciona-lista” (Branderberger, 2007: 92).

radoxal, porque não é possível desvendar razões restritamente políticas para que a mudança de língua por parte de muitos escritores se tivesse produzido. Uma prova suficientemente tangível é que o castelhano foi utilizado mesmo no discurso político dos defensores da nova dinastia portuguesa, após a recuperação da independência em 1640⁸.

Nesse sentido, sob um ângulo ideológico tem de ser interpretada a tese exposta por Hernani Cidade de modo afincado na monografia *A Literatura Autonomista sob os Filipes*, onde defendia o florescimento, mormente durante o período da União Ibérica, de uma assinalável literatura portuguesa de resistência perante o domínio castelhano (Cidade, 1948). Tal tese foi contestada imediatamente por Eugenio Asensio, quem considerava, apoiado em copiosa documentação, que a argumentação principal esmiuçada nessa obra nem sempre se ajustava à realidade (Asensio, 1949)⁹. Há que lembrar que Cidade, além de outros juízos, preconizava a existência de uma *idade de ferro* portuguesa, em oposição à idade dourada da literatura de expressão castelhana durante aquele tempo¹⁰.

Seja como for, uma tarefa primordial é, em nosso entender, emprestar atenção ao lugar específico que as autotraduções ocupam no conjunto da produção literária que surgiu como fruto do bilinguismo

⁸ Buescu interpretou assim a escolha da língua castelhana neste caso: “A apreciação deste elemento deve, no entanto, obviar a uma interpretação unilateral e mecanicista dessa opção, ou seja, uma identificação simplista da utilização do castelhano com a adesão ao domínio filipino, e a escolha do português como *bandeira* de afirmação da nacionalidade. Ambas as situações se verificam, é certo, mas não pode estabelecer-se um paralelismo rígido entre a opção linguística e a lógica das fidelidades políticas” (Buescu, 2000: 59-60).

⁹ Asensio terminava o seu artigo com esta reflexão: “Uno de los riesgos más sutiles del patriotismo intransigente es que, en su afán de depuración, empobrece el tesoro espiritual de su patria. ¿Habrá un historiador que trate de salvar para Portugal algunas de sus más nobles figuras tachadas de filipinismo, como de un vergonzoso sambenito?” (Asensio, 1949: 109).

¹⁰ Um outro sintoma da confluência de alguns preconceitos, agora no âmbito da tradução, pode ser a reintegração à língua portuguesa que Afonso Lopes Viera executou, nas primeiras décadas do século XX, de obras escritas originalmente em castelhano por alguns escritores lusos, como Gil Vicente e Jorge de Montemayor. Lopes Viera não só pretendia restituir essas obras ao património linguístico português, mas também reconstituir o discurso de partida, adaptando a ficção com critério pessoal ao espírito lusitano mais castiço (Dasilva, 2002-2003).

lusó-castelhano em Portugal. Desde há anos, felizmente, algumas fontes bibliográficas fornecem informações preciosas no concernente a isso. Deve mencionar-se, primeiro que tudo, o vastíssimo *Catálogo razonado biográfico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano*, de Domingo García Peres, vindo a lume nos últimos anos do século XIX, em que aparecem referências às obras em castelhano de quase quinhentos autores portugueses (García Peres, 1890)¹¹. A segunda fonte que cumpre não omitir é o tomo *La lengua española en la literatura portuguesa*, de Julio Martínez Almoyna e Antero Vieira de Lemos, em concreto o extenso capítulo sob a epígrafe “Relación bibliográfica de obras escritas en español por autores portugueses” (Martínez Almoyna; Lemos: 1968).

Nestes volumes torna-se possível encontrar dados de inegável utilidade no que diz respeito a diversos autotradutores ligados ao bilinguismo lusó-castelhano. Entre eles, o primeiro nome que há que recordar é, com toda a justiça, o do Condestável D. Pedro de Portugal. A sua obra *Sátira de felice e infelice vida*, guardada no seu manuscrito principal na Biblioteca Nacional de Madrid e dada a conhecer, na segunda metade do século XIX, por Amador de los Ríos na sua *Historia crítica de la literatura española*, constitui parcialmente uma autotradução, conforme o parecer de García Peres, já que o autor começou a escrevê-la em português, mas depois verteu o texto para castelhano, língua em que acabou de redigir o original:

¹¹ No correspondente prólogo, sob o título “Advertencia”, García Peres declarava este objectivo para o volume: “Cual fuese el influjo que ejerció en un país contiguo, de casi la misma lengua, de una misma religión e igual origen, es lo que nos propusimos e intentamos averiguar; en este modesto trabajo, que ofrecemos a la nación española, ganosos de aliviar nuestro pecho del peso de la gratitud, pagándole el tributo que le debemos por toda nuestra educación literaria, que como a propio hijo nos dio generosa en su regazo” (Dasilva, 2006: 124). Na altura, Sousa Viterbo sugeriu já o interesse de ampliar este catálogo de autores e obras: “Com o seu *Catálogo*, o Sr. García Peres revelou, por um lado, a pujança da nossa cultura, por outro lado, a parte importante, com que Portugal contribuiu para aumentar os tesouros intelectuais da Espanha. Estimamos que se faça, se desenvolva, e se complete esta estatística, nos seus variados e numerosos aspectos, não por uma rivalidade mesquinha, mas por uma emulação sincera e generosa” (Dasilva, 2008: 98).

Nosotros tenemos por más probable que fuese escrita en Castilla, cuando despojado de títulos y cargos, y expulso de la Corte, allí se recogió y vivió entre tanto que la Reina no recabó del marido la restitución de dones y gracias que le habían quitado. Allí tratando familiarmente con su compañero de armas el Marqués de Santillana, y con otros poetas de aquel tiempo, la terminó toda en castellano, cuando la había dado principio en portugués (...).

(Garcia Peres, 1890: 449)¹²

Outro autotradutor digno de destaque é Frei António de Portalegre, acima já citado. Garcia Peres ministrou alguns pormenores da sua biografia:

Natural de la ciudad de su apellido. Religioso menor de San Francisco. Fue nombrado por D. Juan III, confesor de su hija la Princesa Doña María, cuando casó con Felipe II de España; cargo que desempeñó durante la vida de dicha Señora; á su muerte regresó a Portugal, y en su convento de San Antonio de Coimbra murió en 1593.

(Garcia Peres, 1890: 469)

¹² Por seu turno, Deyermond conjecturou acerca da elaboração do livro: “El original portugués se habrá redactado entre 1445 y 1449, o sea cuando Dom Pedro tenía entre 16 y 20 años, y es probable que la versión castellana se hizo entre 1450 y 1453. Dom Pedro no dice nada, en su carta dedicatoria, de la naturaleza de la traducción – si amplificó algunas partes y abrevió otras, como Villena, o si se ciñe estrictamente al original– y no nos queda ni siquiera un fragmento del texto portugués que nos permitiera una comparación. Es muy posible que Dom Pedro destruyera el original portugués después de realizar la traducción. Sin embargo, se puede formular una hipótesis no muy atrevida: si la traducción se realizó pronto (por ejemplo, texto portugués 1449, traducción castellana 1450) es muy posible que el original no se cambiara mucho en el proceso de la traducción; si al contrario media la máxima distancia cronológica que nos permiten los datos (1145 y 1453) es casi seguro que el autor habrá modificado el original al traducirlo, ya que un hombre de 24 años no estaría muy contento de todos los pormenores de lo que escribió a los 16” (Deyermond, 1992: 142). É preciso ter em conta, além disso, o interessante trabalho de Maria de Lourdes Crispim sobre o Condestável D. Pedro de Portugal (Crispim, 2002).

Martínez Almoyna e Vieira de Lemos completaram esse retrato vital de Frei António de Portalegre com mais notícias:

Religioso franciscano, natural de la ciudad de su apellido. Por sus dotes de piedad, prudencia y madurez de juicio, el rey D. João III lo eligió como confesor de su hija la infanta doña María, a la que acompañó cuando fue a desposarse con Felipe II, y en cuya corte permaneció mientras aquélla vivió. Al fallecimiento de ésta, regresó a Portugal, residiendo en el convento de Valverde, cerca de Évora, para dedicarse durante largos años al estudio y la oración.

Pasó luego al convento de Santo António de Coimbra, donde falleció con fama de gran virtud en el año 1593.

Compuso en portugués y tradujo al castellano la historia de la Pasión de Jesucristo, publicándola sin su nombre, “com o estilo mais devoto que elegante”, como dice Barbosa Machado.

(Martínez Almoyna; Lemos, 1968: 290)

Mais um autotradutor que merece ser apontado é Pedro Nunes, que trasladou para castelhano, por volta de 1564, o *Livro de álgebra*, redigido originalmente em português trinta anos antes (Santoyo, 2003: 14-15)¹³. Mencionado por Garcia Peres (1890: 426), vários detalhes da sua trajetória intelectual foram proporcionados por Martínez Almoyna e Vieira de Lemos:

Geómetra, astrónomo y cosmógrafo, Pedro Nunes es una de las mayores glorias científicas de Portugal. Vinculado estrechamente a la gran obra geográfica de los portugueses de los siglos de los descubrimientos, a él se debe en gran parte el impulso del progreso que entonces tuvieron las ciencias náuticas y matemáticas. (...)

¹³ De acordo com a dupla tipologia proposta por Grutman, este seria um caso de “delayed auto-translations”, não de “simultaneous auto-translations” (Grutman, 1998: 17-20).

En la Universidad de Salamanca hizo sus primeros estudios de Artes y de Matemáticas, lo cual le dio también motivo para adquirir un perfecto conocimiento de la lengua castellana, en la que, con algunos de sus lusitanismos, escribió su *Libro de Álgebra*.

(Martínez Almoyna; Lemos, 1968: 259)

Os autotradutores expostos até aqui são unicamente uma pequena parte representativa. Sob o nosso ponto de vista, um trabalho inadiável consiste em realizar um levantamento sistemático, o mais exaustivo possível, dos autores portugueses que traduziram eles próprios as suas obras para castelhano. Como já foi dito, os repertórios bibliográficos de Garcia Peres, por um lado, e de Martínez Almoyna e Vieira de Lemos, por outro lado, são uma ferramenta de inestimável valor para esse fim, mas a pesquisa deverá levar em conta muitas outras fontes de informação.

É interessante aprofundar no estudo destas autotraduções, em primeiro lugar, por razões históricas. Mas, além disso, as versões de autor materializadas como consequência do bilinguismo luso-castelhano constituem, sob uma perspectiva teórica, um domínio de análise de elevado potencial, a fim de serem estabelecidos confrontos com outras situações que se produziram posteriormente dentro da Península Ibérica, como a autotradução do catalão, o vasconço e o galego para castelhano na época contemporânea.

No que diz a esse respeito, não há que deixar de ponderar, como ponto de partida, que a autotradução de português para castelhano é um reflexo da assimetria que se percebe na relação entre as duas línguas naquele tempo. Como se sabe, o bilinguismo luso-castelhano suscitou uma valoração nem sempre positiva por parte de alguns autores. Taxativamente assim o exprimiu, por sinal, Ricardo Jorge no seu livro *A Intercultura de Portugal e Espanha no Passado e no Futuro*, dado à luz em 1921: “Ao tempo que o castelhano, desbastado e amoldado por mãos de mestres, adquirira a plenitude mórfica e estética, o vernáculo jazia em relativa bruteza, rude e desacepilhado” (Dasilva, 2006: 195)¹⁴. Mas foi

¹⁴ O bilinguismo luso-castelhano granjeou, todavia, não poucas opiniões favoráveis. Apenas como amostra, é oportuno transcrever este ditame de Afonso Lopes Viera: “Quan-

Vázquez Cuesta, de novo, que sublinhou com perspicácia os perigos de carácter diglóssico a que conduziu o “processo de colonização linguística”, conforme a opinião desta estudiosa, vivido em Portugal (Vázquez Cuesta, 1988: 49-50).

A diglossia perceptível na autotradução desenvolvida durante o bilinguismo luso-castelhano espelha-se, antes de mais, na própria direccionalidade das versões. Sem qualquer classe de hesitação, são muito mais normais as autotraduções de português para castelhano do que em sentido inverso, como Sousa Viterbo ressaltou¹⁵. A essa circunstância não foi alheia a falta de prestígio do português em Espanha, em comparação com o apreço de que o castelhano desfrutava em Portugal¹⁶. Deve atentar-se, aliás, para a posição marcante do castelhano naquela altura dentro do contexto internacional, por indubitáveis razões políticas¹⁷.

do Jorge de Montemor escreveu a *Diana*, a língua achava-se já tão pujante que nada tinha que temer dos caprichos do bilinguismo, praticado por quase todos os quinhetistas, os quais achavam agora no idioma do planalto –o português com ossos, segundo Cervantes– a docura e riqueza que os castelhanos, até ao século XV, haviam encontrado no português para língua poética da Península” (Vieira, 1924: XXII-XXIII). E prosseguia Lopes Vieira: “Em última análise, o bilinguismo deu-nos a glória rara de possuirmos escritores clássicos em Castela (...)” (Vieira, 1924: XXIV).

¹⁵ “Alguns escritores espanhóis também publicaram livros em português, mas foram poucos, e alguns deles supomos até que dariam os seus manuscritos a traduzir, ou quando escrevesssem originariamente na nossa língua os dariam a limar, antes de estampados, a escritores portugueses. Citamos Ortiz de Villegas, autor do *Catecismo pequeno*, Frei Luis de Granada, Pero Domeneco e, nos tempos modernos, Urcullu, que compôs um extenso tratado de geografia” (Dasilva, 2006: 96). Maria Francisca Xavier frisou precisamente a ausência de simetria no uso do castelhano por parte de autores portugueses e do português por parte de autores espanhóis (Xavier, 1979: 122-123).

¹⁶ Este aspecto foi salientado por Branderberger: “Desde muy pronto, es el castellano el que gana terreno en Portugal, siendo usado por los hablantes cultos y socialmente elevados, lo que lo marca en sentido positivo como código. Mientras tanto, el portugués no disfruta de ningún prestigio especial en tierras españolas” (Branderberger, 2007: 92). Não é fácil determinar as causas dessa situação dissemelhante. Para lá de outras considerações, Luciana Stegagno Picchio pôs em destaque algumas dificuldades intrínsecas do português: “D'autant plus qu'il ne s'agissait pas seulement de diffusion et d'universalité, mais de compréhension. Dès la fin du XVI^e siècle nombreux sont ceux qui affirment que le portugais est une langue obscure et d'intelligence difficile” (Picchio, 1982: 306).

Outro indício da falta de equilíbrio na prática da autotradução de português para castelhano tem a ver com as motivações alegadas para justificar a mudança de língua. Faz-se possível enxergar um móbil de tipo biográfico neste testemunho do Condestável D. Pedro de Portugal relativamente à obra autotraduzida *Sátira de infelice e felice vida*:

E si la muy insigne magnificencia vuestra demandare cuál fue la causa que a mí movió dexar el materno vulgar e la siguiente obra en este castellano romance proseguir, yo responderé que, como la rodante fortuna con su tenebrosa rueda me visitase, venido en estas partes, me di a esta lengua, más costreñido de la necessitat que de la voluntad. E traído el testo a la deseada fin, e parte de las glosas en lengua portuguesa acabadas, quise todo transformar e lo que restaba acabar en este castellano idioma. Porque, segund antiguamente es dicho e la esperien- cia lo demuestra, todas las cosas nuevas aplacen, e aunque esta lengua non sea muy nueva delante la vuestra real e muy virtuo- sa magestad, a lo menos será menos usada que la que conti- nuamente fiere en los oídos de aquélла.

(Serés, 2008: 76)

Nas justificações de outros autotradutores portugueses, entretanto, não é difícil descortinar a presença de argumentos de conotações di- glóssicas, os quais insistem propriamente na difusão superior do caste-

¹⁷ Ricardo Jorge reparou nesse posto conceituado do castelhano: “Quaisquer que fossem as suas excelências escriturais, gozava o castelhano duma superioridade indisputável, a preeminência de língua mundial, assegurada pelo imperialismo político da Espanha, na posse directa ou no contacto íntimo dos centros de cultura –o italiano, o flamengo, o francês e o germânico. Tinham largo âmbito de difusão e leitura as suas obras, e maior ainda pela vulgarização das traduções que delas se faziam à flux nas línguas predominantes. Vertia do espanhol o alemão, o inglês, o mesmo italiano, e sobretudo o francês” (Dasilva, 2006: 196). Alguns anos atrás, Garcia Peres tinha advertido o mesmo: “Cuando en los dominios españoles no se ponía el sol, aun eran más extensos los horizontes por donde se dilataba la lengua castellana, crecida y robustecida por la savia con que la italiana, después del Renacimiento, se había desarrollado vigorosa” (Garcia Peres, 1890: XI).

lhano. Eis o que Pedro Nunes aduz sobre a autotradução para esta língua do *Livro de álgebra*:

E primeiramente a escrevi em nossa língua portuguesa (...), mas depois considerando que o bem quanto mais comum e universal, tanto é mais excelente e porque a língua castelhana é mais comum em toda Espanha que a nossa, por esta causa a quis trasladar em língua castelhana, para nela se haver de imprimir, porque não careça dela aquela nação tanto nossa vizinha, com a qual tanto comunicamos e tanta amizade temos.

(Dasilva, 2006: 15)

É análoga a explicação apresentada por Pedro Teixeira com o intuito de fundamentar a versão castelhana, feita por ele mesmo, sob o título *Relaciones de Pedro Teixeira del origen, descendencia y sucesión de los reyes de Persia y de Harmus...*:

Primero escribí estas relaciones en mi lengua materna portuguesa, y sólo el primer libro hasta la entrada de los árabes en la Persia, y queriendo imprimir por licencia que ya para ello tenía mudé de parecer, obligado de la instancia y consejo de amigos, púselo en lengua castellana añadiendo hasta nuestros días, juzgando que en esta lengua quedaba más comunicable y mi patria antes recibía servicio que ofensa; no dudo que como ya escrito en lengua no propia lleve el estilo y habla muchas impropiedades que tú, candido lector, corregirás con tu prudencia y saber.

(Dasilva, 2006: 33)

Perto já do fim, é indispensável destacar, mais uma vez, a necessidade de investigar largamente a autotradução no bilinguismo luso-castelhano em Portugal, porquanto nela se nos depara um campo fértil dentro da Península Ibérica. Estamos a pensar tanto nas autotraduções que dispõem de um original paratextualmente expresso –“autotraduções transparentes”, segundo a nossa terminologia– como nas autotra-

duções que carecem de qualquer referência ao texto de partida –para nós, “autotraduções opacas”.

Bibliografia

- ANTUNES, Maria Alice Gonçalves (2008). “Tradução e adaptação. O caso de *Sargento Getúlio / Sergeant Getúlio*”, *Abralic. Revista Brasileira de Literatura Comparada*, 13, pp. 235-250.
- ANTUNES, Maria Alice Gonçalves (2009). *O Respeito pelo Original: João Ubaldo Ribeiro e a Autotradução*. São Paulo: Annablume Editora.
- ASENSIO, Eugenio (1949). “España en la época filipina (Al margen de un libro de H. Cidade)”, *Revista de Filología Española*, XXXIII, pp. 67-109.
- BATELLA, Juva (2009). “Um Ubaldo azul e errante”, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 4-XI.
- BRANDERBERGER, Tobías (2007). “Antagonismos intraibéricos y literatura áurea. Algunas reflexiones metodológicas ejemplificadas”, *Iberoamericana*, VII, 28, pp. 79-97.
- BUESCU, Ana Isabel (2000). “*Y la Hespañola es facil para todos. O bilínguismo, fenómeno estrutural (séculos XVI-XVIII)*”, em *Memória e Poder. Ensaios de História Cultural (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Edições Cosmos, pp. 51-66
- CARDOSO DE CAMARGO, Diva (2008). “Diferenças estilísticas entre o autor e o autotradutor em *Viva o Povo Brasileiro e An Invincible Memory*”, *Estudos Lingüísticos*, 37, 2, pp. 135-144.
- CASTRO, Ivo (2002). “Sur le bilinguisme littéraire castillan-portugais”, em VV. AA., *La littérature d'auteurs portugais en langue castillane. Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, 44, pp. 11-23.
- CIDADE, Hernani (1948). *A Literatura Autonomista sob os Filipes*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- COSTA, Luiz Angélico da (1996). “João Ubaldo Ribeiro, tradutor de si mesmo”, em John Milton et al., eds., *Anais do V Encontro Nacional de Tradutores – Proceedings of the V Brazilian Translator's Forum*. São Paulo: Humanistas Publicações, pp. 181-190.
- CRISPIM, Maria de Lourdes (2002). “Le Connétable D. Pedro: écrire en castillan... Et pourquoi pas?”, em VV. AA., *La littérature d'au-*

- teurs portugais en langue castillane. Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, 44, pp. 41-58
- DASILVA, Xosé Manuel (2002-2003). “Afonso Lopes Vieira: actividade traductora e reintegração cultural”, *Revista de Letras*, série II, 1, pp. 173-200.
- DASILVA, Xosé Manuel (2006). *Babel ibérico. Antología de textos críticos sobre la literatura portuguesa traducida en España*. Vigo: Universidade de Vigo.
- DASILVA, Xosé Manuel (2008). *Babel ibérico. Antología de textos críticos sobre a literatura espanhola traduzida em Portugal*. Vigo: Universidade de Vigo.
- DASILVA, Xosé Manuel (2010). “La autotraducción vista por los escritores gallegos”, en Enric Gallén, Francisco Lafarga e Luis Pegenau-te, eds., *Traducción y autotraducción en las literaturas ibéricas*. Berna: Peter Lang, pp. 265-279.
- DEYERMOND, Alan (1992). “Notas sobre diglosia literaria y autotra-ducción en el siglo XV hispánico”, em Nelson Cartagena e Christian Schmitt, eds., *Miscellanea Antverpiensis*. Tübingen: Niemeyer, pp. 135-157.
- GARCIA PERES, Domingo (1890). *Catálogo razonado biográfico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano*. Madrid: Imprenta del Colegio Nacional de Sordo-mudos y de Ciegos.
- GRUTMAN, Rainier (1998). “Auto-translation”, em Mona Baker, ed., *Roudletge Encyclopedia of Translation Studies*. London & New York: Roudletge, pp. 17-20.
- GRUTMAN, Rainier (2007). “L'écrivain bilingue et ses publics: une perspective comparatiste”, em Axel Gasquet e Modesta Suárez, eds., *Écrivains multilingues et écritures métisses. L'hospitalité des langues*. Clermont Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, pp. 31-50.
- LEMOS, Antero Vieira de e MARTÍNEZ ALMOYNA, Julio (1959). *A Obra Espanhola de Camões*. Porto.
- LONGLAND, Jean R. (1986). “Three Portuguese Poets in Self-trans-lation”, *Translation Review*, 21-22, pp. 21-26.
- MARTÍNEZ ALMOYNA, Julio e LEMOS, Antero Vieira de (1968). *La lengua española en la literatura portuguesa*. Madrid: Imnasa.

- MYERS, Robert (1994). “Translating History and Self-Translation: João Ubaldo Ribeiro’s *Viva o Povo Brasileiro*”, *Brasil / Brazil: Revista de Literatura Brasileira / A Journal of Brazilian Literature*, 12, pp. 29-38.
- NAVARRO GONZÁLEZ, Alberto (1975). “Francisco Botello, el último escritor portugués de la literatura castellana”, *La Estafeta Literaria*, 566, pp. 16-19.
- PICCHIO, Luciana Stegagno (1982). “La question de la langue au Portugal”, em *La méthode philologique. Écrits sur la littérature portugaise*, vol. II. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, pp. 281-313.
- SANTOYO, Julio-César (2002). “Traducciones de autor: una mirada retrospectiva”, *Quimera. Revista de Literatura*, 210, p. 32
- SANTOYO, Julio-César (2003). “De Nebrija a Sor Juana Inés de la Cruz: Apuntes someros para una historia de las traducciones de autor (autotraducciones) en España y Portugal, 1488-1700”, em José Antonio Sabio Pinilla e Mª Dolores Valencia, eds., *Seis estudios sobre la traducción en los siglos XVI y XVII (España, Francia, Italia, Portugal)*. Granada: Editorial Comares, pp. 1-49.
- SERÉS, Guillermo (2008). *Sátira de infelice e felice vida de Pedro de Portugal*. Alcalá de Henares: Centro de Estudios Cervantinos.
- SIEBENMANN, Gustav (1993). “Observaciones sobre el plurilingüismo literario”, em *Literatura y bilingüismo. Homenaje a Pere Ramírez*. Kassel: Edition Reichenberger, pp. 385-393.
- TOCCO, Valeria (1993). “Osservazioni sul bilinguismo in Portogallo (sécs. XV-XVII)”, *Il Confronto Letterario*, 20, pp. 319-334.
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar (1981). “O bilinguismo castelhano-português na época de Camões”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, XVI, pp. 807-827.
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar (1988). *A Língua e a Cultura Portuguesas no Tempo dos Filipes*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- VIEIRA, Afonso Lopes (1924). “Prefácio”, em *A Diana de Jorge de Montemor*. Lisboa: Sociedade Editora Portugal-Brasil, pp. III-XXXVII.
- XAVIER, Maria Francisca (1979). “Contacto entre línguas na História da Língua Portuguesa (1)”, *Letras Soltas*, 1, pp. 119-127.

PONTOS PARA UMA CARACTERIZAÇÃO DO PORTUGUÊS EM TIMOR-LESTE

Regina Helena Pires de Brito

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Preliminares

Compreendemos a lusofonia como um *espaço simbólico* linguístico e, sobretudo, cultural (Martins, 2006; Brito e Bastos, 2006) no âmbito da língua portuguesa e das suas variedades que, no plano geo-sócio-político, abrange os países que a têm como língua materna (Portugal e Brasil) e a adotam como língua oficial (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe – os *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)* – e Timor-Leste. Nesse modo de conceber a lusofonia, há que se considerar, ainda, as comunidades espalhadas pelo mundo e que constituem a chamada “diáspora lusa” e as localidades em que, se bem que nomeiem o português como língua de “uso”, na verdade, ela seja minimamente (se tanto) utilizada: Macau, Goa, Ceilão, Cochin, Diu, Damão e Málaca. Além disso, a lusofonia é inconcebível sem a inclusão da Galiza (Lourenço, 2001). Somemos a isso outras regiões de presença portuguesa no passado e/ou onde, relativamente, se fala português ainda hoje: na África – Annobón (Guiné Equatorial), Ziguinchor, Mombaça, Zamzibar; na Europa - Almedilha, Cedilho, A Codoseira, Ferreira de Alcântara, Galiza, Olivença, Vale de Xalma (Espanha). Essa síntese do chamado “mundo lusófono” – que se procura reunir na noção de lusofonia (mesmo que miticamente) – pretende conciliar diversidades e afinidades linguísticas e culturais com a unidade que estrutura o sistema linguístico do português.

Tem-se, nessa breve descrição, a dimensão geográfica da língua portuguesa a se espalhar por espaços múltiplos, numa área extensa e descontínua e, que, como qualquer língua viva, se apresenta internamente caracterizada pela coexistência de várias normas e subnormas. Estas divergem de maneira mais ou menos acentuada num aspecto ou outro, numa diferenciação que, embora não comprometa a unidade do sistema linguístico, possibilita-nos reconhecer diferentes usos dentro de cada comunidade.

Assim, hoje, se reconhece, por exemplo, o “Português Europeu” e o “Português Brasileiro” (e diversas variedades em cada um), da mesma forma que já se esboçam, felizmente, estudos descritivos acerca do português nos demais espaços da CPLP: “se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense” (Lourenço, 2001: 112). É necessário, portanto, ter clareza quanto aos papéis distintos que a língua portuguesa forçosamente cumpre em cada localidade; pensar a lusofonia é, igualmente, pensar na função que o português desempenha em cada um dos contextos de sua “oficialidade” – é, por exemplo, língua materna no Brasil, mas, ao mesmo tempo, é totalmente desconhecida em muitos espaços moçambicanos ou timorenses.

Antes de prosseguir, contudo, a fim de compreender um pouco da situação atual da língua portuguesa em qualquer dos pontos do que se denomina “espaço lusófono” (e no caso deste artigo, a situação em Timor-Leste), é preciso recorrer a informações acerca da entrada do português nas diferentes colônias (Cf. Brito, 2010). Como se sabe, ao contrário do que fizeram outros colonizadores europeus, nunca houve por parte de Portugal uma relação entre expansão marítima e expansão linguístico-cultural. A história é transparente nesse sentido, revelando a ausência de uma “política de implantação linguística” e mostrando que a difusão que a língua portuguesa alcançou deveu-se, sobretudo, à presença de mercadores, marinheiros, navegadores, aventureiros, deportados e missionários os quais, por motivos e circunstâncias dos mais diversos, chegaram às novas terras.

Os compêndios relatam sobre a grande massa emigratória de portugueses (principalmente a partir da conquista de Ceuta) para as terras recém-descobertas, mas que ocorreu de modo um tanto assistemático. Foi de tal forma intensa a dispersão dos portugueses pelo mundo, que há referências preocupadas com o esvaziamento populacional do reino português. Apesar disso, indicações oficiais quanto à atividade de colonização de terras africanas apenas ocorrem no século XIX, às vésperas da Independência do Brasil: “nas críticas circunstâncias em que nos achamos, é necessário dar uma particular atenção aos nossos estabelecimentos de África e ilhas adjacentes a Portugal” - assinala o *Relatório sobre o Estado e Administração do Reino*, de Fernandes Tomás, apresentado às Cortes em 1821. Com iminente ruptura com o Brasil, “recomendava-se uma concentração de todos os esforços e de todos os meios em Portugal e nas possessões da África e Ásia que lhe restariam” (Alexandre, 1998: 61).

O início do século XX será marcado por divergências acerca de um “programa” a ser adotado nas províncias de ultramar, que culminará com a elaboração de um novo projeto de política colonial.

É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhes é adstrita pelo Padroado do Oriente.

(Acto Colonial - Art. 2º)

Assim determina o artigo 2º. do *Acto Colonial* (1930), no qual Salazar apresenta o projeto político para as colônias e recupera a ideia da vocação e do direito histórico de Portugal às atividades colonialistas: os “domínios ultramarinos e Portugal denominam-se colônias e constituem o Império Colonial Português” (art. 3º.). De maneira centralizadora, as colônias passam a estar totalmente integradas e subordinadas às necessidades, às decisões administrativas e aos interesses da metrópole. No aspecto educativo e cultural, o artigo 24º. Do referido *Acto* considera como *instituições de ensino* as missões religiosas, que atuariam como instrumento de civilização e de influência nacional. Essas considerações, referentes ao *Acto Colonial*, ajudam a ilustrar o fato de que apenas nesta

época é que começam a se delinear preocupações (especificamente de ordem econômica) da metrópole para com as colônias não-americanas.

Nessa linha de (re)conhecimento, descrição e validação das muitas modalidades da língua portuguesa é que sintetizamos, em seguida, um pouco de nossas experiências no contexto de uso da língua portuguesa em Timor-Leste, almejando, para um futuro próximo, a legitimação do *português timorense*.

Timor-Leste – elementos para caracterização

Foi a Língua Portuguesa que os nossos dirigentes usaram para contactar um ao outro, no interior e no exterior; isto é, nos países amigos da língua oficial portuguesa para convocar a SOLIDARIEDADE. Por isso, não há razão nenhuma de rejeitar a adopção da Língua Portuguesa como nossa língua oficial porque não estamos a andar sozinhos.¹

(timorense, 45 anos, 2001)

A ilha de Timor – dividida em Timor Oeste (parte legítima da Indonésia) e Timor-Leste – é uma das mais orientais do arquipélago indonésio, no grupo das ilhas Sunda – situa-se entre o sudoeste asiático e o Pacífico sul, a 500 km da Austrália. Timor-Leste tem em si uma área de quase 19.000 km², constituído pelo enclave de Oe-Cusse (na costa norte de parte ocidental), pela ilha de Ataúro, o ilhéu de Jaco (separado por canal da ponta leste) e a metade oriental da ilha de Timor.

Tendo sido colônia portuguesa desde o século XVI, Timor-Leste esteve sob ocupação japonesa durante três anos, na altura da 2^a Grande Guerra Mundial, e foi invadido pela Indonésia em 7 de dezembro de 1975, numa incursão que se espalhou até 1999. Ao longo desses 24 anos de dominação indonésia, com a tolerância da comunidade internacional, como é sabido, a população foi vítima de repressão, violação de direitos humanos e exploração; em decorrência disso, calcula-se que cerca de 300 mil timorenses foram mortos. Além disso, como parte estratégica de

¹ Os depoimentos de cidadãos timorenses são transcrições exatas dos originais manuscritos.

sua dominação, os invasores indonésios forçaram o ensino da língua indonésia, proibiram a comunicação em língua portuguesa e desprezaram o uso da língua de coesão nacional, o tétum.

Em maio de 1999, instalou-se ali a Missão de Assistência das Nações Unidas ao Timor-Leste (UNAMET); em 30 de agosto realizou-se um plebiscito junto à população, que votou majoritariamente a favor da independência: 78,5% dos 97% de comparecimento às urnas). As milícias pró-anexação à Indonésia, inconformadas com o resultado da consulta popular, executaram timorenses, incendiaram casas, perseguiram e mataram funcionários do órgão de representação da ONU em Timor-Leste. O relato de Forganés, primeira jornalista brasileira a lá chegar, em setembro de 1999, impressiona:

O resultado foi a destruição quase total do país. Durante dias e noites sem fim, o exército indonésio e as milícias – formadas e pagas pelos generais – mataram, violaram, pilharam, queimaram. A violência, que tinha começado muito antes das eleições, ficou incontrolável a partir do dia 4 de setembro, quando os estrangeiros começaram a ser evacuados. Os últimos funcionários das Nações Unidas saíram no dia 14. Até 23 de setembro, quando as tropas internacionais desembarcaram em Díli, todo o país ficou entregue à violência. Sem testemunhas.

(Forganés, 2002: 11)

Logo depois, entraram no país as forças multinacionais da ONU para restabelecer a paz, tendo sido instituída uma administração transitória (UNTAET – United Nations Transitory Administration East Timor), a fim de propiciar, na medida do possível, uma agenda segura de independência e de reconstrução para o país. Inúmeras são as preocupações de uma terra na qual se busca a reconstrução: habitação, saúde, alimentação, emprego, economia, educação... No caso de Timor-Leste, ainda há outro detalhe – o português, uma língua *adormecida*:

Durante o 24 anos de ocupação de imperialistas Indonésia aqui em timor Leste, durante nestes tempos que nós não

falamos a língua portugues. Portanto que nós podemos recuperar outra vez com esta língua de portugues como a língua oficial para este novo país de Timor Leste, é óptimo para o nosso futuro.

(timorense, 43 anos, 2001)

Nesse sentido, não se pode, também, ignorar que a língua portuguesa não é a língua da maioria da população timorense (em algumas localidades, como no enclave de Oe-Cusse e Lautem há quem não a conheça). Pode-se afirmar que é a segunda língua (depois do tétum, a língua nacional e veicular) e até, para alguns, a terceira língua, depois da língua local e do tétum (além, é claro, da língua indonésia). Entretanto, na perspectiva de Thomaz (2002), é a língua portuguesa, ao lado da religiosidade, um dos fatores capazes de viabilizar a concretização da unidade nacional timorense:

a difusão de uma cultura luso-timorensa, fruto de uma aculturação paulatina ao longo de quatro séculos e meio de contacto. Através dessa cultura mestiçada (de que o catolicismo e a língua portuguesa são talvez os dois elementos-chave) a população timorense em geral e a sua classe dirigente em especial integram-se num universo cultural mais amplo, o da civilização lusófona.

(Thomaz, 2002: 143)

Para alcançar a relevância da questão linguística no contexto timorense, é preciso conhecer um pouco da história das muitas vozes desse país. As dezenas de línguas originais do país pertencem à família das línguas austro-nésias ou à família das línguas papuas, diversidade que se explica principalmente por Timor ter sido parte de rotas de migrações de vários povos. Como língua integradora das línguas locais (o que já acontecia desde a chegada dos portugueses, no século XVI), fala-se o tétum, língua que se apresenta de duas formas: *língua materna* de algumas regiões e *forma veicular* em praticamente todo o território.

A adoção do tétum como língua oficial da Igreja Católica de Timor também auxiliou na propagação, adoção e efetiva utilização pelos

timorenses. Desta forma, o tétum funciona como língua de intercomunicação, por exemplo, nos momentos em que pessoas de procedências diversas conversam informalmente, a língua utilizada é sempre o tétum – daí ser reconhecida como língua de coesão nacional. Com relação ao uso efetivo das, hoje, duas línguas oficiais, convém destacar que, antes do período indonésio, em termos de difusão territorial e entre pessoas de línguas maternas diferentes, a Língua Tétum era usada em quase todas as situações cotidianas, enquanto a Língua Portuguesa se restringia à escrita ou às atividades relativas a determinados fins de ordem cultural ou administrativa.

Língua Portuguesa e Timor-Leste – particularidades e relatos de experiência

A variedade do português observada em Timor-Leste (cf. parâmetros propostos por Vilela, 1999: 176) parece sofrer interferências das demais línguas ali faladas (sobretudo do tétum, da bahasa indonésia e das dezenas de línguas locais), já que é perceptível que muitos enunciados são realizados numa língua (o português) segundo o modelo de outra (normalmente, o tétum ou a língua indonésia). Verifica-se, também, uma segmentação de usos de acordo com a situação comunicativa, por exemplo, na escola ministra-se a norma do português europeu; em casa, fala-se o tétum; entre os alunos adolescentes utiliza-se a bahasa indonésia. Presenciamos esta situação de diglossia entre adultos que participavam do curso de capacitação de alfabetizadores: com os brasileiros procuravam se expressar em português; quando dialogavam com indivíduos vindos do seu Suco, utilizavam a língua local; quando de origens diversas, conversavam em tétum ou bahasa indonésia (observamos que poucas vezes o português era utilizado em tais circunstâncias).

No dizer de Vilela (1999: 197) seria uma língua exógena – no caso, o português – que filtra as múltiplas e díspares culturas em Moçambique. Em Timor-Leste, esse papel integrador nacional cabe ao tétum – língua local que já funcionava por quase todo o território antes mesmo da chegada dos portugueses, pois era falada pela tribo dos beloneses, a mais poderosa do lugar.

Algumas datas ajudam a revelar o lento caminhar da presença do português em Timor-Leste, iniciada em 1562, com a instalação dos dominicanos. O ano de 1834, com a extinção das ordens religiosas (e, portanto, com a redução da presença portuguesa na colônia), assinala um retrocesso na instrução e no uso do português, ainda que em Díli continue a ser de uso mais ou menos corrente. Convém mencionar que no final do século XIX muito pouco do território timorense tinha sido ocupado pelos portugueses: além de Díli, a presença portuguesa limitava-se a sete comandos militares na costa norte e três na sul, que se reduziam a

Uma paliçada [...] sem consistência nem condições defensivas de valor, a uma casa para o oficial, outra para o sargento, e barracas para cinco ou seis soldados europeus que constituíam a guarnição, conjuntamente com dez ou quinze moradores ou soldados [timorenses] de segunda linha. Não indo a sua ação além da área contígua ao forte, todo o interior, sem um comando, sem um posto que marcassem a soberania portuguesa, se encontrava entregue ao domínio dos régulos dos respectivos reinos, com os quais o poder colonial fazia alianças de circunstância.

(Duarte, 1944: 26-8 *apud* Bethencourt, 1998: 203-4)

A administração direta do território acontecerá com Celestino da Silva, governador de 1894 a 1908, que, com a *mobilização dos arraiais dos reinos aliados para submeter os régulos rivais* (Bethencourt, 1998: 204), tenciona ocupar militarmente o interior, instalando postos ligados por linhas telegráficas e por estradas. Deste modo, ainda que as localidades estivessem sob o controle das autoridades tradicionais, o controle efetivo estaria nas mãos dos chefes de posto. Em decorrência dessa forma de administração, algumas revoltas ocorreram e foram reprimidas com intervenção armada.

A reorganização das missões católicas em 1877 e a criação, em 1898, do Colégio de Soibada (dirigido por jesuítas até 1910) contribuiu para a formação de professores-catequistas, cujo intuito era o de alfabetizar e doutrinar as populações rurais. Em 1938, planeja-se criar em Díli um colégio-liceu semi-oficial, que foi arruinado pelos

japoneses durante a Segunda Grande Guerra (1942-1945), e que só volta a funcionar em 1952.

É de se destacar, ainda, a presença dos chineses em Timor-Leste: via de regra os homens dominavam o português nas modalidades oral e escrita, mas utilizavam o tétum como língua de comunicação cotidiana com a população local. Mantinham escolas pelo país (18 primárias e 1 secundária), mesmo com a administração portuguesa que exigia, apenas, a inclusão das disciplinas língua e cultura portuguesas. Certo é que a língua portuguesa nunca chegou a se tornar língua de comunicação oral, nem língua de contato entre etnias diferentes – papel que sempre coube ao tétum. Manteve o caráter de língua clerical, administrativa e de cultura; embora sua função seja relevante no plano interno, articulando a unidade cultural por meio de uma pequena elite de letrados nativos e, no plano externo, procurando associar a cultura local ao universo lusíada.

Vale lembrar que o modelo de colonização portuguesa, em que se destacam o processo de miscigenação com os timorenses (que levou à assimilação de hábitos) e a conversão ao catolicismo, dentre outros aspectos, contribuíram para a incorporação natural de algumas estruturas morfossintáticas e de muitos elementos lexicais portugueses ao tétum. É evidente que a administração colonial privilegiava o português como língua de instrução, ensinada nas escolas, veiculando conteúdos da cultura lusa, e que se empregava na modalidade escrita, em atividades culturais ou administrativas. Contudo, em termos de comunicação espacial e entre pessoas de línguas maternas diferentes, o tétum era usado nas situações cotidianas.

Antes da invasão indonésia ocorrida em 1975, a situação linguística apresentava-se assim distribuída: (1) *línguas locais* ou regionais – veículos de comunicação nas diversas localidades, como o bunak, o kemak, o galole, etc.; (2) *língua veicular* – o tétum, funcionando como elemento de integração; (3) *língua administrativa* – o português – única língua normalmente escrita. O português também exercia certa função integradora, pelo menos na camada dirigente e no ambiente letrado². Diversamente do que ocorreu em muitos países na época de descolonização, em

² Para mais detalhes ver Thomaz, 2002: 140-4.

1975, Timor-Leste tinha certa unidade linguística, garantida pelo uso do tétum. Além disso, apesar de criticar o colonialismo salazarista, tanto a Fretelin (Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente) quanto a Apodeti (Associação Popular Democrática Timorense, favorável à anexação pela Indonésia) continuaram a *valorizar a língua portuguesa como elemento ancestral e integrado na cultura nacional* (Hull, 2001: 37).

Como referimos, durante o domínio indonésio, Timor-Leste sofreu um processo de “destimorização” em diversos planos e que, no âmbito comunicativo, incluiu uma nova forma linguística, traduzida na *imposição de uma variante do malaio*, a bahasa indonésia, como língua do ensino e da administração, na *minimização do uso do tétum* e na *proibição da expressão em língua portuguesa*. A partir de 1999, com a chegada das forças de paz da ONU, novas línguas – em especial, e com sua força natural, o inglês (também língua da vizinha Austrália) – começam fortemente a fazer parte do dia-a-dia timorense. Como resultado, atualmente, o país apresenta um complexo mosaico linguístico: além do tétum e das dezenas de outras línguas locais, os timorenses falam a bahasa indonésia, procuram recuperar a memória do português ou aprendê-lo (caso das novas gerações) e tentam expressar-se em inglês.

Timor-Leste saiu, faz pouco, é verdade, de um período em que falar português poderia significar a morte e, neste novo momento de país em reconstrução, não foi por acaso que, por decisão do Congresso do Conselho Nacional de Resistência Timorense, em 29 de agosto de 2000, o português foi declarado língua oficial. Na ocasião, disse o então líder da Resistência Xanana Gusmão³: “Tendo em mente a nossa história, nós devemos fortalecer a nossa língua materna, o tétum, disseminar e aperfeiçoar o domínio da língua portuguesa e manter o ensino da língua indonésia”. Mais adiante, como Presidente eleito, ao ratificar esta declaração, acaba conferindo, oficialmente, à língua portuguesa um papel de resgate de valores sócio-culturais:

³ Alexandre Kay Rala “Xanana” Gusmão foi o primeiro Presidente eleito, governando de 2002 a 2007 (sucedido pelo Nobel da Paz José Ramos-Horta), quando passou a exercer o cargo de Primeiro-Ministro de Timor-Leste.

A opção política de natureza estratégica que Timor-Leste concretizou com a consagração constitucional do Português como língua oficial a par com a língua nacional, o tétum, reflecte a afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs ao mundo e, em particular, na nossa região onde, deve-se dizer, existem também similares e vínculos de carácter étnico e cultural, com os vizinhos mais próximos. Manter esta identidade é vital para consolidar a soberania nacional.⁴

Apesar desse papel que parece lhe caber, ainda muito pouco se tem sistematizado acerca das peculiaridades do português falado em Timor-Leste – o que se configura como mais um desafio para o momento atual de planificação da educação do país: que português será esse que uma parcela do povo timorense traz na memória e que modalidade é a que se está configurando no espaço timorense?⁵

Nossa oportunidade inicial de atuar junto à realidade timorense se deu em 2001, como linguista do Programa brasileiro Alfabetização Comunitária em Timor-Leste: a primeira, em junho, participando do processo de seleção dos timorenses que atuariam como os alfabetizadores de jovens e adultos; a segunda, em agosto, para ministrar aulas no Curso de Capacitação desses alfabetizadores. Nas duas ocasiões, coletamos diversos materiais escritos produzidos por timorenses (homens e mulheres) representantes das principais localidades do país, cuja faixa etária era normalmente superior aos 40 anos. Esse material serviu para vários estudos, como o desenvolvido com o linguista timorense Benjamim Corte-Real (Brito e Corte-Real, 2003), para verificar em que medida dificuldades ortográficas encontradas nos textos produzidos pelos alfabetizadores timorenses revelariam uma tendência a uma representação orto-

⁴ Alocução do Presidente Xanana Gusmão, proferida em Brasília, no dia 1 de agosto de 2002, durante a IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. www.cplp.org/noticias/ccegc/di7.htm [acessado em 03/08/10].

⁵ Essa indagação foi um dos motes que levou ao desenvolvimento do *Projeto Universidades em Timor-Leste*, do qual se falará adiante.

gráfica pautada na expressão fonética – em outros termos, procuramos mostrar aspectos da expressão oral dos indivíduos refletidos na sua produção escrita em língua portuguesa. Trata-se de uma análise de alguns elementos de natureza fonético-fonológica encontrados nesses textos, levantando aspectos como:

1. *Troca de Grafemas*: (1) quando um mesmo segmento fônico (“sonoro”) pode ser representado por diferentes grafemas, gerando confusão gráfica: Brazileiros, por brasileiros; Concien-cia, por consequência; Corajem, por coragem. (2) quando há transcrição da própria fala com trocas de fonemas motivados, provavelmente, pela interferência das línguas locais: Biços, por bichos; Essistem, por existem; Fuziu, por fugiu.
2. *Troca de Letras* – quando a troca de grafemas não se apóia nas possibilidades de uso das letras prevista no sistema de escrita – ou seja, a escolha de uma letra não tem relação com a sonorida-de que pretende representar: Lilierdade, por liberdade; Portug-cesa, por portuguesa.
3. *Supressão de Sílabas ou de Letras* – quando se verifica a ausênci-a de sílabas (normalmente em palavras com três ou mais sílabas) ou de letras, provavelmente, reflexo da oralidade: Afabetição, por alfabetização; Aprendar, por apresentar; Granto, por garanto.
4. *Juntura ou Segmentação de Palavras* – quando o texto reflete os critérios que o indivíduo utiliza na fala, duas situações podem ser verificadas: (1) juntura ou junção de palavras: Afim de, por a fim de; Demanhã, por “de manhã”; (2) segmentação indevida de palavras: A Cima, por acima; Em Frentar, por enfrentar.

A partir da leitura efetuada, elaboramos uma tabela em que constam as turmas, os alfabetizadores e os Distritos a que pertencem, os textos pro-duzidos e os quatro aspectos fonético-fonológicos avaliados, assinalando a quantidade de ocorrências em cada aspecto, por alfabetizador. A aná-lise do cruzamento desses dados oferece subsídios para uma descrição da variante do português usado por timorenses dos diversos Distritos e, posteriormente, para uma verificação das influências/interferências que as línguas locais provocam no uso da Língua Portuguesa. Além disso,

proporcionou uma visualização localizada por Distrito (e, eventualmente, por alfabetizador) de dificuldades fonético-fonológicas, o que possibilita, caso se deseje, a realização de um trabalho linguístico direcionado às especificidades de cada localidade.

Entre 2001 e 2003 dedicamo-nos a estudos envolvendo a questão linguística leste timorense, o que definitivamente nos fixou no âmbito dos estudos do chamado espaço lusófono. A segunda experiência “in loco” viria em 2003, com a delinearão do *Projeto Universidades em Timor-Leste*⁶, que se realizaria em 2004, numa ação conveniada entre três Universidades brasileiras (Universidade de São Paulo – USP, Pontifícia Universidade Católica PUC – SP e Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM) e a Universidade Nacional de Timor-Leste, com financiamento da INFRAERO – Empresa Brasileira Aeroportuária e apoio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Apoiando-se em pesquisa de natureza sociolinguística o Projeto Universidades em Timor-Leste foi submetido à aprovação de instâncias governamentais, educacionais e linguísticas timorenses e define-se como um programa pedagógico-cultural para difundir e sensibilizar os timorenses para a comunicação e a expressão em português, em conformidade com a política nacional de cooperação entre os países de língua portuguesa, utilizando-se, neste caso, da canção popular brasileira como motivação didática. Convém assinalar que, situando-se no domínio da cultura brasileira, se, por um lado, o Projeto não objetiva o ensino da gramática normativa, por outro, não deixa de contribuir como meio auxiliar do processo de reintrodução da língua portuguesa no país, apoiado em música popular brasileira e em textos literários, visando especialmente a um público até então não contemplado por outros programas de cooperação: timorenses, com idade entre 12 e 25 anos. Na prática, contudo, além desse público-alvo, o curso atingiu timorenses dos 8 aos 60 anos.

O Projeto envolveu a preparação, o deslocamento e a fixação, pelo período de um semestre, de um grupo de alunos (graduação e pós-graduação, ligados, sobretudo, às áreas de Letras, Comunicação, Artes e

⁶ Projeto de autoria de Regina Helena Pires de Brito (UPM) e Benjamin Abdalla Junior (USP).

Educação) que reuniam competência musical e linguística para a realização das oficinas linguístico-musicais, numa divisão por módulos e que compõem o “descritivo das atividades módulo a módulo”⁷, que serviu de guia para uso diário com a explicitação básica das atividades a serem desenvolvidas.

Os primeiros relatórios das atividades didáticas enviados pelos monitores brasileiros demonstravam o entusiasmo de ambos os lados – de brasileiros e de timorenses – destacando-se a acolhida e a receptividade dos timorenses. Trechos de um desses relatórios ilustram os primeiros contatos em sala de aula:

Depois [da apresentação] perguntamos o porquê de quererem fazer o curso e o que esperavam dele (...). Um [aluno] contou sobre a influência do professor que havia falado que o curso seria dado por universitários brasileiros e teria como estratégia de ensino a utilização da música brasileira; o outro falou que o português é a língua oficial do país, por isso era importante aprendê-la, e o último falou que era preciso para Timor poder se integrar à CPLP e assim ampliar o seu comércio. Cabe observar que esse último foi calorosamente aplaudido pelos demais.

(Sub-equipe Nara, Alexandre e Rodrigo Santos)

A seleção dos temas dos módulos permitiu reflexões sobre a Língua Portuguesa e sobre o próprio Projeto:

Para mim, a língua portuguesa é muito bonita, muito importante e assim como os nosso herança (riquesa) que a gente tem que desenvolver. Então quem amar do seu país tem que amar da sua Língua oficial, por isso que eu queria estudar muito com língua português com vocês.

(depoimento de timorense, aluno do Curso)

⁷ Material publicado por Brito, Faccina e Busquets em 2006.

A discussão com a turma foi muito produtiva e mostrou-nos o quanto os alunos timorenses estão preocupados e conscientes da situação política e linguística de seu país. Alguns ainda têm muitas dificuldades para se expressar em Língua Portuguesa, por isso, formulavam as questões em tétum e um aluno que falava bem Português traduzia para nós e vice-versa. Começaram perguntando sobre a possibilidade de continuação do projeto, uma vez que este só tem duração de três meses. (...) Expuseram suas dúvidas e angústias em relação à importância da Língua Portuguesa para Timor, ainda mais porque, segundo nos disseram, a partir de 2008, terão que produzir trabalhos de conclusão de curso em Português, mas estão preocupados, pois os próprios professores não sabem falar a língua em que terão que avaliar as teses. Além disso, embora a Língua Portuguesa tenha sido instituída, ao lado do Tétum, como língua oficial, há muita deficiência de material e de pessoas capacitadas para ensiná-la.

(Sub-equipe Alexandre, Nara e Rodrigo Silva)

Outro aspecto relevante, discutido ao longo do processo e relatado nos relatórios, foi o da relação entre língua e visão de mundo, numa abordagem comparativa entre a língua tétum, a língua portuguesa e, eventualmente, a língua Indonésia. Procuramos mostrar que cada língua delimita as experiências particulares de cada povo, refletindo seus valores, sua vivência e sua história, as quais não coincidem, necessariamente, de região para região. Vivenciar a realidade da língua portuguesa – ainda que, no caso, a variedade brasileira – levou a muitas situações de enriquecimento mútuo.

Em breves linhas, cabem comentários acerca das modalidades oral e escrita, observadas tanto nos relatórios, quanto nos registros escritos e orais de que dispõe o acervo do Projeto.

As dificuldades articulatórias, possivelmente devidas à estrutura fonética das demais línguas faladas no país, acabam por provocar problemas quando se passa do oral para a escrita. Neste ponto, ao se rela-

cionar fala e escrita, é preciso destacar que, do lado da fala, consideramos a variedade do português europeu como modelo e, do lado da escrita, temos a “convenção ortográfica” dimensionando a realização gráfica. As dificuldades encontradas na produção textual revelam uma forma ortográfica que se baseia na expressão fonética, ou seja, as ocorrências verificadas não são fatos aleatórios, pois surgem em contextos regulares e refletem a pronúncia (ou a “realidade fonética”) de indivíduos que utilizam, pelo menos, outros dois sistemas fonéticos: o da língua tétum e o da bahasa Indonésia.

A morfologia, quase sem flexões, e uma sintaxe simples (com predominio da justaposição) da língua tétum, parece interferir na estruturação morfológica do uso da língua portuguesa. Assim, é comum encontrar construções em que o verbo se mantém invariável ou em que é inadequadamente flexionado em tempo, modo, número e/ou pessoa. A flexão nominal de gênero e de número também se constitui num problema que merece atenção, já que os textos produzidos demonstram forte tendência a não flexionar as palavras no feminino e/ou no plural. Alguns problemas tanto na fala quanto na escrita estão relacionados à estruturação sintática, especialmente no tocante à ordenação dos termos da frase, à regência e à concordância (verbal ou nominal).

Quando à produção de texto, percebemos dificuldades tanto no nível da macroestrutura (coerência) quanto no da microestrutura (elementos de coesão) – em geral, decorrentes da falta de contato com textos em língua portuguesa. A questão da leitura e da recepção de textos merece ser contemplada noutra oportunidade, levando em conta aspectos como o desconhecimento vocabular e semântico.

Quanto aos resultados gerais do *Projeto Universidades em Timor-Leste*, destacamos: (a) a sistemática e a dinâmica desenvolvidas que se mostraram inovadoras e eficazes para atingir os objetivos no contexto timorense; (b) o material didático que foi elaborado especificamente para a situação timorense e se revelou instrumento fundamental para o sucesso das atividades de sala de aula, garantindo a homogeneidade de conteúdo na sua aplicação nas diversas turmas; (c) a idéia de uma equipe constituída de jovens universitários foi um diferencial, facilitando o entrosamento pela horizontalidade; (d) após momentos iniciais de certo

estranhamento em relação à proposta, os timorenses, paulatinamente, passaram de uma posição tímida, submissa e retraída, para uma atitude mais participativa, entusiasmada, ativa, altamente receptiva; (e) o número (oficial) de timorenses beneficiados chegou a 594 alunos, excluindo-se deste total os que assistiam às aulas esporadicamente, os que participavam sem estarem regularmente inscritos e, ainda, os timorenses que tiveram nossos próprios alunos como multiplicadores das atividades do Projeto, numa atitude natural do convívio cotidiano.

Quanto ao grande objetivo da empreitada, ou seja, à comunicação em língua portuguesa, o fato de a equipe ter tido alunos com diferentes níveis de conhecimento, domínio e uso da língua portuguesa não influenciou no resultado geral observado, no que diz respeito a: aproximação com a Língua Portuguesa; simpatia pela expressão nessa língua; interesse pelo aprendizado da língua; curiosidade pela cultura brasileira e pelas semelhanças com a timorense e com a portuguesa; certa desinibição para a expressão oral em português; notável esforço para o registro escrito em português:

Iniciamos a aula mostrando, no mapa-múndi, Brasil e Timor, e apontando a identidade de tropicalidade que envolve os dois países. Logo começamos a comparar os dois e o que os caracterizavam países tropicais. (...) Passamos então a mostrar o que diferenciava os países; logo pontuaram a questão das vestimentas e nós falamos dos porcos nas praias de Timor. A briga de galo, que é tão comum e que faz parte dos costumes timorenses, também foi citada e por último falamos da mão de direção que é diferente. Levamos um longo tempo para explicar essa diferença, precisamos desenhar na lousa, interpretar, interpretar junto com um aluno, apontar para a rua, mas alguns ainda continuaram com olhares de dúvida. Então passamos revistas sobre o Brasil e logo identificaram a diferença da mão de direção. Ficaram muito curiosos com todas as fotografias, os animais, a vegetação etc. Essa atividade nos tomou bastante tempo da aula, queriam saber sobre a vegetação, o

que era a escalada e ficaram espantados com uma catarata,
pois só conheciam uma pequenina que existe em Timor.

(Sub-equipe Alexandre, Nara, Rodrigo Silva)

Do ponto de vista dos resultados linguísticos, percebe-se, nitidamente, uma alteração na postura de muitos frente à língua portuguesa que, afinal, “não é tão difícil assim” – como registram relatórios dos participantes e de autoridades e depoimentos de alunos timorenses. Além disso, seguramente, chegou a Timor-Leste uma maneira diferente de se pensar a disseminação da língua portuguesa, uma nova forma de “fa-zer-querer-saber”, uma outra possibilidade de acesso à educação formal em português, um enriquecimento cultural mútuo, conforme atestam trechos extraídos do relatório elaborado pela Universidade Nacional de Timor-Leste:

[...] de carácter informal e recreativo, além do usufruto do material pedagógico seleccionado para adequar ao gosto do público-alvo, o projecto conseguiu relaxar uma tensão que nem deveria existir, mas que subsistiu por muito tempo no seio da juventude e a larga população não-escolar. O projecto, através da sua seriedade científica e dos seus excelentes actores, conseguiu conquistar novos espaços fora das paredes do ensino formal, abrindo canais auxiliares para o florir efectivo e afectivo da língua na larga sociedade timorense. A música e a poesia permitiram ao aprendente informal o empolgar do conceito do espaço lusófono e das mais valias que lhe são inerentes.

Deve-se notar que um dos factores importantes do sucesso do projecto foi o facto de o público timorense adorar as músicas brasileiras. Estas possuem um poder cativante, donde brota toda uma curiosidade que pode levar à voluntária busca da compreensão dos dizeres.

Finalizando

Nos últimos anos, quando a solidariedade internacional se voltou, nos vários setores, para essa meia ilha no sudeste asiático, questões sobre a legitimidade dessa ajuda se colocam. Uma delas envolve a “reintrodução” da língua portuguesa. Seria uma nova forma de colonialismo? Por que, sobretudo, portugueses e brasileiros, de diferentes maneiras, têm se dirigido para lá? Despertar o português significaria ameaçar as línguas locais? Representaria o auxílio no resgate ou a perda da identidade timorense? Na verdade, a função e a necessidade da revitalização da língua portuguesa em Timor-Leste são temas constantemente discutidos pelos timorenses. Compreende-se o português como elemento capital tanto para a salvaguarda das línguas nacionais, quanto para a preservação da identidade nacional, conforme acentua Hull:

Timor Leste deseja manter uma relação com seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos, e Timor Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as coisas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na gênese da cultura nacional.

(Hull, 2001: 39)

e que também se pode entrever em depoimentos da população timorense:

- *A língua portugues é um caminha para comunicarmos outras nacoes amigas*
- *Durante 24 anos que a língua portuguesa nunca se perde no meu coração.*
- *A língua portuguesa vai ser a língua oficial e como um caminho que liga os países que falam Português, nas relações diplomaticas e negócios. A lingua portuguesa desenvolve em Timor contribui no desenvolvimento e progresso e combater a Ignorancia e a pobreza.*

Após o período em que a voz da língua portuguesa teve que se calar em Timor-Leste, atividades como as aqui relatadas procuraram propiciar um espaço de interação em que foi garantido o direito à expressão em português e em que o sujeito foi protagonista de seu aprendizado. Para outras atividades semelhantes que venham a se concretizar futuramente, os aspectos aqui tratados desejam contribuir para o bom desenvolvimento de programas sócio-culturais e educativos que objetivem a motivação para a aprendizagem de uma língua. Nesse contexto, o futuro do português, língua de cultura, como língua oficial “de”/“em” Timor-Leste, dependerá muito da política educacional e cultural, da mobilização dos vários setores da sociedade, da disposição da comunidade e, sem dúvida, do apoio dos países lusófonos.

Referências bibliográficas

- ALEXANDRE, V. (1998) A viragem para a África. In: BETHENCOURT, Francisco et CHAUDHURI, Kirti. (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. 4. p. 61-88.
- BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. (dir.) (1988) *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol. 4.
- BRITO, R.H.P. (2010) Temas para a compreensão do atual quadro linguístico de Timor-Leste. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 48, jul./dez, p. 175-194.
- BRITO, R.H.P.; BASTOS, N.M. (2006) Dimensão semântica e perspectivas do real: comentários em torno do conceito de lusofonia. MARTINS, M. et al. (Eds.) *Comunicação e lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras. p. 65-75.
- BRITO, R.H.P.; CORTE-REAL, B. (2003) Língua portuguesa em Timor-Leste: análise de algumas especificidades fonético-fonológicas. *Actas VIII Simposio Internacional de Comunicación Social*. Santiago de Cuba, Centro de Linguística Aplicada e Ministerio e Ciência, Tecnología y Medio Ambiente.
- BRITO, R.H.P.; FACCINA, R.; BUSQUETS, V.L. (2006) *Sensibilizando para a comunicação em língua portuguesa: uma experiência em Timor-Leste*. São Paulo: MackPesquisa.

- FORGANES, R. (2002) *Queimado queimado, mas agora nosso! Timor: das cinzas à liberdade.* São Paulo: Labortexto editorial.
- HULL, G. (2001) *Identidade, língua e política educacional.* Lisboa, Instituto Camões.
- LOURENÇO, E. (2001) *A nau de Ícaro.* São Paulo: Cia das Letras.
- MARTINS, M.L. (2006) A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. MARTINS, M. et al. (Eds.) *Comunicação e lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos media.* Porto: Campo das Letras. p.79-87.
- THOMAZ, L.F. (2002) *Babel Loro Sa'e. O problema linguístico de Timor-Leste.* Lisboa: Instituto Camões.
- VILELA, M. (1999) A língua portuguesa em África: tendências e factos. *Africana Studia*, no. 1. Porto: Fundação Eng. António de Almeida. p. 175-195.

COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA EM PORTUGUÊS: POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E OPÇÕES TERMINOLÓGICAS

Manuel Célio Conceição
Centro de Estudos em Ciências da Linguagem
da Universidade do Algarve
Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa

O conhecimento é o domínio de um conjunto de informações reutilizáveis em contextos diferenciados e que, além das estruturas cognitivas que o organizam, apenas se pode considerar perene por ser expresso e fixado de forma linguística. A verbalização do conhecimento é uma das funções das línguas. Este texto parte, assim, destas premissas, que correspondem a um posicionamento teórico-metodológico sobre a relação entre a língua e a ciência em que se postula que: a ciência existe na e pela língua; as escolhas das línguas e dos termos para atualizar a ciência em sociedade, por via da comunicação, correspondem a escolhas terminológicas e a perspetivas de políticas linguísticas. Se o conhecimento, e o saber, ostentam a sua existência pela estruturação verbal dos conceitos que organizam, não será possível fazer ciência (usamos aqui o termo ciência no sentido lato, em que se não esquece o significado etimológico) sem, em simultâneo, refletir acerca da forma de transmitir os seus processos, métodos, resultados, por exemplo. Como escreve Gutiérrez Rodilla (1998), “la ciencia empieza en la palabra”.

A relação entre a ciência e a língua tem sido vista sob dois prismas distintos. Num primeiro, é atribuído à língua um papel totalmente passivo, sendo considerada apenas o veículo do conhecimento, uma mera formalização, uma codificação que é transportada de um emissor para um receptor. Concebe-se o papel da língua, no quadro da teoria da informação, como apenas um código. Segundo um outro prisma, poderíamos dizer

que, no quadro da teoria da comunicação, se concebe a língua e os intervinientes no ato comunicativo como elementos constitutivos da mensagem. As escolhas linguísticas e terminológicas permitem que o emissor e o receptor elaborem em permanência, durante o ato comunicativo, o significado do conhecimento que está a ser transmitido. Por isso, se pode entender a comunicação como uma negociação em que os intervenientes têm que partilhar partes de quadros sociocognitivos que permitam que a comunicação se estabeleça com algum grau de eficiência. Fauconnier (1985), no quadro da sua proposta dos espaços mentais, defendia que, em tese, não é possível comunicar nada a um recetor que ele não saiba. Partilhamos parte desta asserção, sugerindo uma hipotética reformulação para que se diga que não é possível comunicar nada a um recetor que ele não esteja predisposto (por vontade ou por conhecimento) para percecionar.

A condição primeira da predisposição é a partilha do código em que se comunica o conhecimento, a ciência, sem o qual não pode existir a negociação atrás referida. Não carecendo de discussão a necessidade de internacionalização da ciência e da divulgação *urbi et orbi* dos seus resultados, a(s) língua(s) em que os mesmos são comunicados merece, no entanto, discussão e reflexão. A ideia do “all in English”, em que o inglês ora é concebido como *lingua franca* ora designado como língua de ciência, associa-se à conceção da língua como tendo um papel passivo em relação à ciência e como mera codificação da ciência. Entendendo os conceitos de conhecimento e de ciência como atrás expusemos, e sendo os mesmos resultantes das condicionantes socioculturais, económicas, políticas e religiosas, não pode a sua comunicação ser feita por uma *lingua franca* e não pode haver apenas uma língua da ciência. A língua franca é, muito sinteticamente, um código partilhado sem suporte cultural comum aos intervenientes. Uma língua para a ciência refutaria a relação entre esta e os diferentes contextos das suas produção e transmissão, pois todas as línguas naturais podem verbalizar processos, metodologias e resultados do conhecimento. Não sendo este o fórum para discutir o lugar do inglês (que inglês?) na ciência, não pretendemos, no entanto, desmerecer nem a sua relevância na disseminação do saber, nem os valores social, económico e curricular (entre outros) que lhe são atribuídos.

Se a ciência é uma atividade, antes de tudo, cognitiva com impacto social, a comunicação feita no seu seio é um processo de permanente construção e reconstrução conceptual e verbal (qualquer que seja o posicionamento acerca da relação entre língua e pensamento). A hipótese de apenas haver uma língua para a ciência, além da promoção do monolingüismo por vezes imperceptível, validaria, ainda, a perda de especificidades conceptuais, semânticas, culturais, etc., pois usar várias línguas é ver o mundo sob vários pontos de vista. Ainda que haja conceitos e denominações que viajam entre as línguas sem alteração ou com poucas alterações denominativas, ocorridas, essencialmente, por adaptação ao sistema fonomorfológico (de que se pode dar como exemplo os incotermos), poucos são os conceitos verdadeiramente universais por a construção conceptual depender de mapas e conceções contextualmente afeitas e por o processo de verbalização ser muito sensível às ancoragens e à indexicalidade do ato comunicativo.

Associado ao acima afirmado e retomando o cariz social da atividade científica, os seus resultados, sendo intrinsecamente especializados, devem ser comunicados a especialistas mas também devem ser vulgarizados/banalizados para serem difundidos junto de não especialistas. Este aspecto vem refutar a possibilidade de a ciência ser monolingüe. Considerando a universidade como um dos locais de excelência para a aprendizagem e a produção de ciência, podemos verificar que esta nossa abordagem tem correspondência nos perfis de saída dos diferentes ciclos de estudos dos alunos universitários. Os descriptores de Dublin, que apresentam o que se espera que um licenciado, um mestre e um doutor saibam à saída das respetivas formações, revelam que:

1. à saída do primeiro ciclo (licenciatura) um estudante deve poder comunicar informações, ideias, problemas e soluções que para especialistas quer para não especialistas;
2. à saída do segundo ciclo (mestrado), um estudante deve poder comunicar as suas conclusões, os seus conhecimentos e justificá-los clara e sem ambiguidade a audiências de especialistas e de não especialistas;

3. concluído o doutoramento (terceiro ciclo), supõe-se que um estudante deve poder comunicar com os seus pares, com a comunidade académica e com a sociedade em geral acerca das suas áreas de especialização.

Em síntese, diremos, então, que a ciência não pode ser comunicada numa única língua e pode/deve, por exemplo, também ser feita em português.

Quer se trate da transmissão de conhecimentos para especialistas quer para não especialistas a mais valia do uso de diferentes línguas é inegável e ainda que se diga que o inglês tem determinados propósitos indiscutíveis, não sendo esta língua de uso tão generalizado quanto por vezes se dá a entender, não há acesso a informação (qualquer que seja o nível de especialização, como atrás se afirmou) sem que a mesma seja estruturada numa língua partilhada. Não quer isto dizer que se defende a hipótese dualista e de impossível (ou muito difícil) gestão que consistira em usar o inglês nos níveis de grande especialização da comunicação e outras línguas – assim vistas como menores – tais como português, nos níveis de fraca especialização ou de vulgarização / banalização do conhecimento.

O dualismo acima apenas se refere à etapa de difusão da ciência, da comunicação dos resultados. Vejamos, agora, as etapas prévias, as que se relacionam com a produção do saber, as etapas de discussão interna nos grupos de investigação, de conceptualização e em que há evolução do conhecimento. Nestas etapas é onde ocorrem as decisões de recorte conceptual e as respetivas nomeações. A distinção entre conceitos carece da verbalização para se efetuar de forma a revelar a verbalização fina e minuciosamente adequada à ostentação discursiva e comunicativa da espessura dos conceitos (na terminologia de Berthoud, 2003). A precisão do recorte conceptual do “ato de saber” será mais elevada se resultar da síntese da análise contrastiva da organização verbal em várias línguas, por um lado, e, por outro lado, dependerá, acima de tudo, da competência linguística e da especialidade que os produtores desse discurso (logo desse saber) têm na língua usada. O que nos leva a dizer que, sendo desejável o contraste entre denominações em várias línguas, a denomi-

nação final será mais apropriada se for fixada num sistema em que o emissor/autor tem uma competência elevada. Caso assim não seja, e se a apropriação do processo de verbalização nascer ferida de alguma imprecisão, como conceber atos comunicativos de qualidade e, sobretudo, como esperar que o destinatário receba/adquira conhecimentos qualitativamente válidos e corretos?

Os argumentos acima expostos sublinham a necessidade de a comunicação da ciência de fazer também na língua do contexto social, no nosso caso em português, e evidenciam uma determinada conceção de língua. A referida conceção, abaixo discutida, enforma traços de política de língua que ligaremos com a questão das escolhas terminológicas numa relação biúnivoca de causa-consequência.

A língua portuguesa, sendo uma das mais faladas no mundo é também uma das dez línguas com maior influência global, de acordo com o modelo *engco* (proposto por Graddol, 1^a versão em 1997) e que mede a influência respeitando os fatores económicos, os fatores demográficos e o índice de desenvolvimento humano. Este modelo permitiu apresentar em 2010 dados prospetivos para 2050 segundo os quais o número de falantes da língua portuguesa como primeira língua é um dos que mais cresce no mundo, tendo apenas à sua frente o chinês, o urdu e o espanhol. Refira-se que, de acordo com dados do Internet World Stats¹, a língua portuguesa, entre 2000 e 2010, cresceu 989,6% na internet (é o quarto valor mais elevado, sendo precedido pelo árabe, o russo e o chinês). Tendo em conta estes dados e ainda os resultados do estudo de coordenado por Esperança (2010), que afirmam que a língua portuguesa vale cerca de 17% do nosso PIB, devemos, ainda assim, realçar que a relevância e o valor de uma língua não são adquiridos apenas por questões de:

- poder político – “A language becomes an international language from one chief reason: the political power of its people” (Crystal, 1997: 7);
- de poder económico – “[it] depends on the economic power of its speakers” (Grin, 2001: 68).

¹ <http://www.internetworldstats.com/>

Essa relevância e esse valor são, sobretudo, devidos ao seu uso contínuo e variado nas diferentes situações de comunicação que incluem as expressões artísticas e culturais e sobretudo pelo seu uso na atividade científica e técnica. Sem esta última, as perdas de domínios são inevitáveis e até mesmo irreversíveis, o que afeta o prestígio da língua e a sua capacidade de verbalizar o conhecimento.

Não sendo aqui o objetivo a discussão dos modelos que têm permitido a classificação relativa das línguas e que atribuem ao português as denominações de língua pluricêntrica (Clyne, 1992), língua pivot (Calvet, 1999) ou língua supercentral (Swaan 1993, referido e reformulado por Calvet 2001), mas considerando a afirmação de Saramago, numa entrevista feita por Luis Pereira Junior (2005), não há uma língua portuguesa, mas línguas em português, certo é que todas estas apreciações são positivas e realçam o lugar do português no mundo. São, também, assim, argumentos que justificam a manutenção da produção científica e da sua comunicação em português.

As classificações acima reforçam uma representação muito abrangente do que é uma língua e levam-nos a salientar que, dados os contactos com outras línguas em contextos geográficos, económicos, culturais, etc, tão díspares, a variação denominativa / discursiva / comunicativa em português é indiscutível e inultrapassável. Entende-se, pois, a língua portuguesa como plural e como multicultural. Deste entendimento decorrem medidas políticas que regulam as relações estratégicas com as outras comunidades, em particular as que usam outras normas ou variedades da língua portuguesa, e medidas de política linguística sobre o lugar do português na relação com as outras línguas em presença. O valor da língua portuguesa no mundo enquanto medida de política genérica é reconhecido institucionalmente, sendo disso exemplo facto de página do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal referir que “a promoção da língua portuguesa no mundo é um dos sete vectores de acção internacional da diplomacia portuguesa”. É-lhe comummente reconhecido um poder simbólico de união dos diferentes lugares da lusofonia, o que também abona em favor da necessidade da comunicação da ciência em português, ainda que em função das variações diatópicas, diastráticas e diafásicas se re-

conheça que existe uma permanente negociação (com ganhos e perdas) de especificidades denominativas, discursivas e comunicativas.

No que respeita a definição de medidas destinadas a promover a língua e o seu uso nos diferentes contextos, nomeadamente no discurso científico, e sem que se queira defender um estatuto específico de língua internacional, língua franca, é, no entanto, de considerar a existência de uma sobrenorma, no sentido de Lodge (1998), que vem dar garantias de um grau de partilha entre as diferentes comunidades e que permite a comunicação efetiva e eficiente. Esta questão, que é um aspeto de política linguística e que se associa à negociação permanente da constituição identitária em contextos multilingues, é relevante para a decisão de estratégias de comunicação que se concebem, obviamente, em função da intencionalidade e da receção esperada para os respetivos atos comunicativos. É neste enquadramento que se defende que a comunicação da ciência, em acordo com políticas linguísticas conscientes, consistentes e coerentes, decorre da percepção de que a língua, o respetivo uso, assim como o seu estudo, se atualizam naquilo a que Calvet (2007) chamou a linguística da desordem e da complexidade; «le désordre est partout : dans les «langues» (désordre interne, fruit de la variation) et entre les «langues» (désordre externe, babélien, lié en partie mais pas seulement à la mondialisation)» (Calvet, 2007: 3).

Conscientes da necessidade de problematizar estas asserções à luz das problemáticas da globalização (ou da mundialização) e ainda de que o português poderá ter sido a primeira língua da história dessa mesma globalização, sublinhemos ainda que o lugar da língua portuguesa decorre do peso geoestratégico e político dos países em que tem o estatuto de oficial e que “a globalização aumenta a complexidade do processo de definição estratégica dos países que tendem para a condição de países exógenos, isto é, facilmente submetidos aos efeitos de decisões em que não participam” (Moreira, 2005: 246). Apesar desta aparente falta de liberdade e da imposição de uma relação de poder que decorre de fatores extralingüísticos, existem lugares para o português, como para todas as outras línguas, enquanto língua da e para a comunicação da ciência. Ressalve-se que na gestão dos diferentes contextos linguísticos e culturais e das diferentes tipologias de contactos das variedades do português entre

si e dos contactos com outras línguas é até possível que, em casos específicos, a língua portuguesa seja chamada a assumir um estatuto semelhante ao de *lingua franca* para permitir, por exemplo, a partilha de saberes (e de ciência, em sentido lato) verbalizados em línguas de origem africana, como as línguas banto, e ameríndias, como o tupi.

A manutenção da comunicação da ciência em português, além das questões relacionadas com as representações das línguas e dos respetivos poderes e das questões de natureza política deve-se ainda, e, talvez, acima de tudo, a decisões de escolha terminológica tomadas no processo de verbalização dos saberes. Numa altura em que claramente a economia domina as regras da informação, a língua adquire, explicitamente, mais do que nunca, a competência de guardiã da diferença e das identidades no discurso globalizado. É precisamente a perspetiva ecológica do uso da língua, também para a comunicação da ciência mas não só, que obriga a opções terminológicas. A referência a estas opções terminológicas assenta numa abordagem da terminologia enquanto domínio de interseção entre as ciências da linguagem e as especialidades cujo conceito denomina e ajuda a organizar de um ponto de vista ontológico e discursivo. A terminologia não pode ser vista apenas com processo de denominação de conceitos estruturados, pois os critérios que fundamentam as decisões de denominação são linguísticos e cognitivos e o processo denominativo é, em simultâneo, um processo de organização conceptual. Como atrás se disse, a língua não veicula apenas a ciência mas também a estrutura. É neste vai e vem permanente entre a cognição e verbalização, feita em português, no caso presente, e que não se limita a reproduzir processos semelhantes feitos em outras línguas, que ocorrem aquilo a que chamamos opções terminológicas. Consequência destas opções (que são também vestígios de medidas de política de língua, ainda que a um nível micro ou meso, pois deixamos o nível macro para classificação das políticas estatais), é, por exemplo, o estabelecimento de critérios de uso de neologia terminológica, de empréstimos internos e do uso regrado e justificado de empréstimos externos.

Em todos os casos, os processos denominativos são condicionados pelo contexto, pelas competências linguísticas e do domínio dos falantes e pelos conhecimentos de outras línguas e das relações entre elas. A comunicação da ciência em português requer, então, a existência de para-

digmas de criação neológica devidamente testados, que permitam certificar sobretudo os empréstimos entre variedades e a relação entre variantes, facilitando a criação de redes de significação de que podem mesmo fazer parte estruturas de natureza quase-sinonímica. Será necessário também que se proceda à avaliação criteriosa da neologia por empréstimo externo, sendo que é muito relevante o facto de diferentes variedades poderem importar de diferentes línguas termos ou formantes de termos que criam depois entre si variantes terminológicas em que nem sempre o utilizador, qualquer que seja o seu grau de conhecimento especializado, consegue estabelecer relações, constituindo-se a variante, nesses casos como ruído para a comunicação e não como elemento de poliedricidade do objeto científico.

No ato de encenação dos significados em discurso (metáfora que analisámos em Conceição, 2005), em que se comunica a ciência em português, é visível a carência de políticas linguísticas e de trabalhos de investigação aprofundada em terminologia para que o valor, o rigor e a correção do mesmo sejam reconhecidos e respeitados. É ainda imprescindível um incremento do respeito pela própria língua, em detrimento do deslumbramento pelo inglês, sempre e erradamente visto como única forma de internacionalização e solução para o almejado desenvolvimento.

Bibliografia

- BERTHOUD, Anne-Claude (2003), “Autonymie et construction interactive des objets de connaissance”, in J. Authier-Revuz et alii (ed), *Parler des mots: le fait autonymique en discours*, Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, pp. 137-150
- CALVET, Louis Jean (1999), *Pour une écologie des langues du monde*, Paris: Plon
- CALVET, Louis Jean (2001), “De l’inégalité des langues” in Chaudenson, R. E L-J Calvet (ed.), *Les langues dans l'espace francophone: de la coexistence au partenariat*, Paris: L’Harmattan, pp. 71-82
- CALVET, Louis Jean (2007), “Pour une linguistique du désordre et de la complexité, in *Cahier d’Atelier de Sociolinguistique*, Paris: L’Hamattan, nº1, pp. 3-71

- CLYNE, Michael (ed.,) (1992), *Pluricentric languages, differinf norms in differents nations*, The Hague: Mouton de Gruyter
- CONCEIÇÃO, Manuel Célio (2005), *Concepts, termes et reformulations*, Lyon: Presses Universitaires de Lyon
- CONCEIÇÃO, Manuel Célio (2010), “Des langues pour les savoirs ou une langue pour la science”, in Karer, Mojca e Humar, Marjeta (ed.), *National Languages in higher Education*, Ljubljana: Zalozba ZRC, pp. 95-97
- CRYSTAL, David (1997), *English as a global language*, Cambridge: Cambridge University Press
- EGGINGTON, William (2004), “Rhetorical influences. As Latin was, English is?”, in Moder, Carol e Aida Martinovic-Zic (ed.), *Discourse across languages and cultures*, Amsterdam, John Benjamins, pp. 251-266
- ESPERANÇA, João Paulo (2010), “Uma abordagem eclética ao valor da língua: o uso global do português”, in http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/search_result.html [consultado a 22/7/2011]
- FAUCONNIER, Gilles (1985), *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*, Bradford, MIT Press
- GRADDOL, David (2007), *English next*, London: British Council
- GRADDOL, David (2010), *English next - India*, London: British Council
- GRIN , François (2001), “English value: facts and fallacies”, in *World Englishes*, nº 20 (1), pp. 65-78
- GUTIERREZ RODILLA, Bertha (1998), *La ciencia empieza en la palabra, análisis e historia del lenguaje científico*, Barcelna: Ediciones Península
- LODGE, Anthony. (1997) *Le Français, histoire d'un dialecte devenu langue*, Paris: Fayard
- MOREIRA, Adriano (2005). “Desafios estratégicos”, in *Res-PUBLICA, revista lusófona de ciência política e relações internacionais*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, I, 245-249
- PEREIRA JUNIOR, Luis, (2005), “Um português de sons e pausas, entrevista a José Saramago in <http://revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=11005> [consultado a 20/7/2011]

ASPECTOS SEMÂNTICO-DISCURSIVOS E INTERTEXTUAIS DA NEOLOGIA MIDIÁTICA

André Crim Valente
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Considerações iniciais

O trabalho aqui apresentado parte da integração das disciplinas Língua Portuguesa e Linguística e tem por meta analisar, numa abordagem léxico-discursiva, a inventividade vocabular em textos midiáticos, principalmente das linguagens jornalística e publicitária. Cabe destacar que o processo de renovação lexical sempre esteve presente na linguagem literária, de Camões a Manoel de Barros. Já na linguagem da mídia, só mais recentemente, nos últimos 30 anos, tal processo se fez mais presente. Encontram-se, hoje, várias criações neológicas na imprensa brasileira, nos seus mais diversos níveis: dos chamados jornalões até os jornais ditos populares. Partindo-se da premissa de que a variação é inerente às línguas, o estudo dos neologismos aí se insere e deve-se somar às pesquisas sobre variantes diatópicas, diastráticas e diafásicas. Ao abordá-los com base na dinamicidade linguística, abre-se outra perspectiva: o reestudo dos processos de formação de palavras.

Neologismos literários ou estilísticos

Diferem dos neologismos da língua (ou denominativos). Os neologismos midiáticos, que são neologismos da língua, têm repercussão distinta dos neologismos literários.

Ex: “mumumudos” e “equiparados” de Guimarães Rosa, em “Famigerado”, têm grande expressividade, mas ali se esgotam junto aos leito-

res da obra. Já “Sambódromo” e “Sem-terra” tiveram grande alcance social e político e repercussão muito maior – assim como permanência – na sociedade.

Às vezes, o neologismo literário e o neologismo midiático ficam para sempre associados aos nomes dos autores que os inventaram ou lhes deram visibilidade.

Ex:

Avalovara – Osman Lins

Sagarana – Guimarães Rosa

Imexível – Antonio Rogério Magri

Caetanear – Djavan

Registre-se, ainda, o uso estilístico, com valor discursivo, em certos empregos na linguagem midiática. Aldir Blanc, em entrevista ao *Canal Brasil*, apresentou vários neologismos para os maridos da atualidade.

Ex:

Marinete – marido marionete

Mariúdo – marido teúdo e manteúdo

Análise do *corpus*

Prefeitar

O neologismo utilizado pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro revela seu orgulho de governar a cidade maravilhosa, em início de mandato, querendo mostrar serviço à população com o mote “choque de ordem”. O processo de criação do termo “prefeitar” remete ao recurso apontado por Mário Barreto (*apud* CUNHA & CINTRA, 1985) para o reconhecimento de primitivos e derivados em relação a verbos e nomes, ou vice-versa. Segundo ele, se o substantivo não denota ação, é o primitivo e o verbo, o derivado sufixal; se contém ação, é o derivado regressivo e o verbo, o primitivo. Assim, *conversa* é derivado regressivo de *conversar* e *ancorar*, derivado sufixal de *âncora*.

Festa antecipada pelos 444 anos do Rio

Comemoração na Rua da Carioca teve presença de Eduardo Paes e Alcione

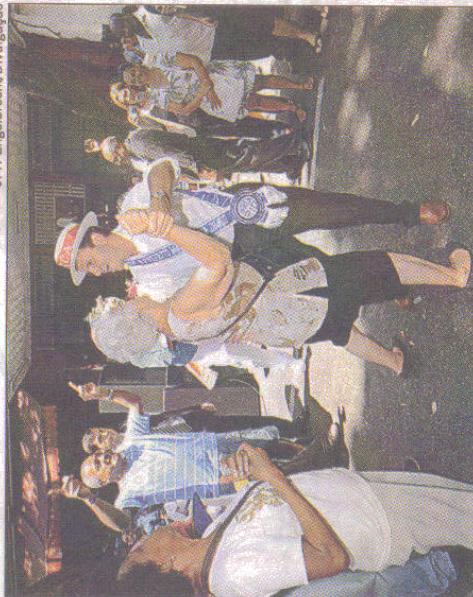
Isabela Bastos

• Numa festa com direito à valsa no meio da rua e a desfile círio de música de Alcione, o prefeito Eduardo Paes participou ontem da comemoração antecipada pelos 444 anos de fundação da cidade do Rio e pelos cem anos do Cine Ibis, promovida pela Sociedade de Amigos da Rua da Carioca e Adjacências (Sarca), no Centro. Centenas de pessoas prestigiaram o evento, que começou às 11h, ao som da Banda da Sarca. Um palco foi montado em frente ao Bar Luiz para a apresentação da Orquestra Bianchini, e dez bolas, somando 15 metros, foram feitos para festear o aniversário da cidade. Centenas de pessoas disputaram pedacos da guloseima.

Homenageado pela Sarca com uma faixa azul e branca com a frase "O mais carioca do Rio", Paes comandou parte da festa, pedindo músicas à orquestra, acendendo as velas de um dos bolas e empolando o "Paraléns pra você". Empolgado, o prefeito pediu e ganhou uma pocket show de Alcione, que lhe dedicou a música "Garoto maroto".

— Meu sonho de consumo é ter Alcione, em praça pública, cantando "Garoto maroto" para mim. Alcione é maranhense, mas incorporou o espírito do Rio, esta cidade maravilhosa que tenho a honra de

J. P. Engelbrecht/Divulgação



"prefeitar" — disse Paes.

A cantora, por sua vez, recebeu a condecoração de "A mais carioca do Rio" e em retribuição fez a festa da plateia, cantando alguns de seus sucessos. O prefeito puxou a secretária aposentada Margarida Castelheiro, de 75 anos, para dançar a "Valsa de uma cidade" de Ismael Netto e Antônio Maria. A dança, porém, lhe custou um pito de Margarida.

— Disse a ele que os postos de saúde precisam de remédios e de médicos. E que ele precisa parar de falar que os médicos não têm vergonha, como fez no início do ano. Eles estavam sem receber seus salários — disse ela.

Amanhã a Sarca fará uma nova festa pelo aniversário da cidade, com uma apresentação da Banda da Carioca aos pés do Cristo Redentor, às 11h.

O GLOBO NA INTERNET

GALERIA Veja fotos da festa

O GLOBO 28/02/09

oglobo.com.br/rj/090228/28/02/09

Margarita Correia e Lúcia S. P. de Lemos (2006) reconhecem que nem sempre é fácil a identificação dos derivados regressivos, “dado que, por um lado, este processo não envolve a presença de um afixo (...) e, por outro, existe em português o processo derivacional de sentido inverso...” (p. 34). Indagam como distinguir o sentido do processo derivacional em casos como:

entreg(ar) V → entrega N
combat(er) V → combate N
dígito N → digitar V
óleo N → ole(ar) V

Sugerem que se deva atentar ao significado do nome ou substantivo. Como M. Barreto, afirmam que “o nome resultante de derivação regressiva é sempre um nome de ação”, mas observam que, em outra perspectiva, tal fenômeno, visto como nominalização deverbal ou verbalização denominal, pode ser considerado, consoante abordagens mais recentes, como caso de conversão. O radical verbal assume a categoria de substantivo, adquirindo, apenas, uma vogal, que é a sua desinência (o seu marcador de gênero) ou o radical nominal passaria a radical verbal, “assumindo, em consequência, as desinências próprias de verbos” (idem, p. 35).

Comparando os pares *prefeito/prefeitar* e *governo/governar*, com base na proposta de identificar o derivado regressivo como substantivo abstrato que contém ação, somente no 2º caso ocorre tal fato. Já o neologismo *prefeitar* faz-nos lembrar outros cognatos – *prefeitáveis* e *prefeituráveis* – criados pela mídia por analogia a *ministeráveis*. O termo expressava os problemas no processo eleitoral por via indireta (na ditadura militar). Uma vez que não se podiam eleger, diretamente, prefeitos, governadores e presidentes, especulava-se sobre nomes de candidatos aos ministérios.

ALTA GASTRONOMIA | PREÇOS ACESSÍVEIS

Bom para o paladar e o bolso

Roberta Sudbrack leva o conceito da **bistronomia** ao restaurante do Jardim Botânico

Renata Ramos

A alta gastronomia pode até estar associada a preços elevados. Mas o público que lota os restaurantes mais refinados da cidade não é o único almejado por profissionais como a chef Roberta Sudbrack. Recentemente, ela decidiu seguir os preceitos do francês Yves Camdeborde que, cansado de trabalhar numa cozinha estrelada, porém apreciada por poucos, optou por comandar um bistrô mais democrático, o Le Comptoir, em Paris. Antenada com os movimentos que ocorreram primeiro na França, depois na Espanha e agora nos Estados Unidos, Roberta – que já serviu reis e rainhas quando comandava a cozinha do Palácio da Alvorada, em Brasília – incluiu no cardápio diário do restaurante que leva o seu nome no Jardim Botânico a ideia da bistronomia, palavra que significa uma gastronomia mais acessível. Lançou o menu a R\$ 69 (sem bebida).

– Ampliar o acesso à minha cozinha era uma necessidade pessoal. Não fazia mais sentido encontrar pessoas pela rua que me cumprimentavam e diziam que admiravam meu trabalho, mas não imaginavam como poderiam entrar em contato com ele – explica Roberta.

A palavra bistronomia é uma tradução para os termos franceses *bistrot*, *gastronomie* e *économique* e designa uma cozinha rápida e de qualidade com a vantagem de ser econômica.

– Eu acho que a palavra acessibilidade é das mais modernas e significativas na gas-



ACESSO – É a palavra de Roberta em 2009

tronomia atual – defende a chef. – O desafio de fazer uma comida de qualidade e possível de ser degustada por um número maior de pessoas, com criatividade, entusiasmo e competência e, acima de tudo, sem abrir mão do ritual, é hoje a grande tendência da cozinha moderna.

A primeira movimentação da chef – nascida em Porto Alegre e que escolheu o Rio para desenvolver seu talento na cozinha – foi a criação do projeto chamado Terça-básica. Nesses dias, o cliente podia escolher o menu do dia e saborear uma entrada e um prato principal a R\$ 49. A ideia deu tão certo que Roberta estendeu seu menu bistrônomico. Agora todos os dias, no

jantar, o restaurante oferece um menu composto de entrada e prato principal, sempre elaborado a partir dos ingredientes mais frescos.

– Sem dúvida o sucesso da Terça-básica fez com que nos empolgássemos mais com a possibilidade de dar a oportunidade ao cliente de um primeiro contato com uma maneira de pensar e expressar a cozinha moderna brasileira – defende.

Os pratos variam todos os dias. Além de o restaurante receber um público mais diversificado, pode funcionar como parte do programa da noite:

– O menu bistrônomico é algo mais informal, apesar de não dispensar o ritual, mas permite outras possibilidades. Muitos clientes diziam querer ir ao restaurante antes ou depois do teatro para jantar, então o menu bistrônomico atende também a esse desejo, sem perder a marca autoral e artesanal da nossa cozinha.

A casa continua com o cardápio principal e completo, com as opções de menus degustação com cinco (R\$ 165) ou oito pratos (R\$ 195).

– São conceitos diferentes, mas a qualidade dos ingredientes, as técnicas de preparo e o rigor com o frescor estão presentes da mesma maneira – comida a chef.

Bistronomia é aqui

Roberta Sudbrack – Av. Linha de Paula Machado, 616, Jardim Botânico (3874-0139; 3^a a 5^a, das 19h30 a meia-noite; 6^a, das 12h às 15h e a partir das 19h30; sáb., a partir das 19h30). Capacidade: 54 pessoas.

Jornal do Brasil, 27/02/2009

Bistronomia

Inicialmente, o neologismo remete, por analogia, à composição presente em termos como “astronomia” e “gastronomia”. No desenvolvimento da matéria jornalística da repórter Renata Ramos, surge a definição do termo, visto como um conceito, pela chef Roberta Sudbrack: “A palavra bistronomia é uma tradução para os termos franceses *bistrot*, *gastronomie* e *économique* e designa uma cozinha rápida e de qualidade com a vantagem de ser econômica”.

A definição revela-nos, então, que o neologismo *bistronomia* é uma forma resultante de três palavras, processo que vem sendo chamado pe-

los estudiosos da neologia de palavra-valise, cruzamento vocabular, contaminação, combinação ou amálgama.

Correia & Lemos (op. cit.) afirmam que as amálgamas (também conhecidas como *mot-valises* ou *blends*) “são unidades lexicais constituídas como partes de outras palavras que se juntam, formando uma palavra gráfica (p. 44). Apresentam *setora* como forma amalgamada de *se(nhora) + (dou)tora*.

Tal processo de criação neológica recebe, ainda, as denominações de *palavra portmanteau* ou *palavra-mala* (em Portugal) como destaca Olívia Figueiredo (2002) em *ficcionario* (ficção + dicionário) ao analisar construções neológicas em “O último voo do Flamingo”, de Mia Couto.

Ieda M. Alves observa que, em tal processo vocabular, também se manifesta um tipo de redução já que “duas bases são privadas de parte de seus elementos para constituírem um novo item léxico: uma perde sua parte final e outra, sua parte inicial” (p. 69).

Design-se

O Centro de Design do Senac Rio tem o curso ideal para você.

PROGRAMAÇÕES NAS SEGUINTE ÁREAS:

- Design de Interiores**
 - Técnico em Design de Interiores
- Informática para Desenvolvimento de Projetos**
 - Revit Architecture
 - Autocad 2D
 - Autocad 3D
- Paisagismo**
 - Paisagismo sobre Lajes
 - Paisagismo para Pequenos Espaços
- Jóias**
 - Design de Jóias
 - Ourivesaria
- Design de Produto**
 - Design de Mobiliário

INSCRIÇÕES ABERTAS

Confira nossa programação completa no site: www.rj.senac.br/design

Centro de Design do Senac Rio
Av. Ayrton Senna, 2.150 b – E. 3º andar - ZonaShopping | Bairro da Tijuca
Informações: (21) 2108-8216 ou 2108-8219 | Disque Senac: (21) 4002-2002

senac rio

Design-se

O neologismo tem um processo de formação híbrido dado que combina uma base da língua inglesa com uma forma pronominal da língua portuguesa. Observe-se que a identificação da forma infinitiva do verbo apresenta um problema que decorre dos aspectos gráfico e fonético. Qual seria o infinitivo? *Designar* não pode ser por uma questão de bloqueio, como já apontou Luiz Carlos de Assis Rocha (1999), com base no estudo de Aronoff (1976), que considera bloqueio a não ocorrência de uma forma devido à simples existência de outra. Assim, não se criaram as palavras *denteiro* e *maquineiro* por já existirem *dentista* e *maquinista*. A outra possibilidade, a partir da pronúncia do termo em inglês, seria “desainar”, o que estaria em consonância não só com a adaptação gráfica ao português, mas também com o processo de entrada de formas verbais neológicas na nossa língua: pela primeira conjugação.

Não é a primeira vez que se percebe construção neológica de tal natureza na linguagem midiática. A manchete FUNK-SE ZONA SUL (*Veja Rio*, 01/02/95) apresenta o termo estrangeiro *funk*, entretanto a estrutura frasal, que inclui a forma pronominal *se*, pertence à língua portuguesa. A provável forma infinitiva do verbo seria *funkar* ou *fancar*. Quanto à presença de termos de língua estrangeira no Português, convém recordar a consideração de Gladstone Chaves de Melo (1975), em *A língua do Brasil*. Para ele, em “O boy flertava com a girl no hall”, não obstante haver três termos em língua inglesa e um com radical do inglês (*flirt*), a frase pertence, nitidamente, à língua portuguesa devido ao uso de artigos, preposições e elementos estruturais do verbo próprios da nossa língua.



O Globo, 27/02/09

Os sem-grife

A partir de *sem-terra*, surgiram várias criações neológicas por analogia a esse termo: *sem-teto*, *sem-universidade*, *sem-emprego*, termos já usados na linguagem midiática. Constata-se a alta produtividade no uso do elemento *sem*, visto com valor prefixal por Nelly de Carvalho (2000). Fora os prefixos essenciais, há, segundo a autora, emprego de preposições ou advérbios “que podem assumir este papel como não, em ‘não-agressão’”

[sic] e sem, muito produtiva atualmente em ‘sem-terra’, ‘sem-teto’ etc.” Pelo novo acordo ortográfico, as expressões com *sem* vêm com hífen; já com *não*, sem hífen: *não linear*, *não alinhamento* etc.

O neologismo *sem-grife* apresenta, discursivamente, um questionamento em relação a restaurantes considerados mais elitistas – com grife – numa área nobre e caríssima da cidade do Rio de Janeiro: o bairro do Leblon. O repórter destaca que os bares e restaurantes *sem-grife* também têm o seu charme e ficam muito mais em conta para os consumidores.

Neologia intertextual

Os estudos lexicológicos ignoraram, durante certo tempo, os aspectos discursivos da linguagem. De outra parte, os trabalhos sobre discurso nem sempre deram a devida atenção à seleção lexical. Atualmente, tem-se valorizado a integração de lexicologia e discurso na leitura e na produção de textos vários, quer literários, quer não-literários. Destes, merecem especial atenção aqueles produzidos pela mídia, especialmente quando se busca uma prática de natureza didático-pedagógica.

Os textos midiáticos constituem importante objeto de pesquisa não só por atingirem milhões de brasileiros, mas também por constituirão um padrão médio de linguagem da nossa sociedade. É fundamental, portanto, que, na análise de tais textos, se identifiquem os recursos linguístico-discursivos utilizados e se comentem tanto os que têm valor expressivo como aqueles que servem como instrumentos de manipulação. Afinal, nos meios de comunicação, nenhum autor/produtor/enunciador é neutro, isento ou inocente. É certo que ele se posiciona ideologicamente – a serviço de quem manda no veículo – e constrói sua mensagem com embasamento sociopolítico. Alertamos Charaudeau (1996) que um mesmo enunciado numa situação comunicativa dada testemunhará de um sujeito que terá, simultaneamente, “uma certa **intenção discursiva**, um certo **comportamento de proteção**, vários **implícitos** a deixar entender, e uma certa **identidade social** a manifestar (voluntariamente ou não).”

Nos estudos neológicos, a combinação de léxico e discurso também se materializa na neologia intertextual. O neologismo com base nela criado pressupõe, em princípio, a existência de um outro neologismo a que se seguiram, em muitos casos, algumas criações neológicas

com a mesma estrutura mórfica. No corpus já analisado, enquadra-se na neologia intertextual a expressão sem-grife, pelos motivos apresentados na análise.

A neologia semântica

Guilbert (1975) chama de neologia semântica “toda mudança de sentido que se produz em um dos três aspectos significantes do lexema sem que intervenha simultaneamente uma modificação na forma significante deste lexema”. O autor francês apresenta três tipos de neologia semântica:

- A primeira forma de neologia semântica situa-se no campo da Retórica e aparece como sinédoque, comparação, metáfora, etc.
- A segunda forma é a que afeta a categoria gramatical do lexema. É chamada, às vezes, de neologia por conversão. Convém destacar que o caráter semântico continua presente na modificação categorial.
- A terceira forma de neologia semântica é qualificada como sociológica. Ocorre com termos técnicos que passam para o vocabulário geral. Neste caso, pode-se pensar em termos próprios de um jargão que são adotados por boa parte da comunidade linguística.

Com base no estudo de Guilbert, são exemplos de neologia semântica:

Aquele ator é um mala
Que bela palavra é um não!
Vou deletar aquele sujeito da minha vida.

Análise de neologismos intertextuais

OS ENVELHECENTES

Pela primeira vez, uma geração chega aos 60 anos desfrutando de liberdade emocional, sexualidade plena e segurança financeira. Como esta segunda adolescência virou um novo jeito de viver

RODRIGO CARDOSO

Julião e Mauro fazem parte de uma nova tribo: os envelhecentes. Quem convive com esses jovens de cabelos brancos passa a achar inconcebível a figura do idoso de antigamente, da vovó de coque na cabeça fazendo tricô ou do vovô no sofá da sala vendo TV. (*Isto é*, 11/6/2008).

O neologismo “envelhecentes” remete-nos, de imediato, ao termo “adolescentes” que, por sua vez, já tinha gerado a forma neológica “aborrecentes”. Observe-se que os dois neologismos estão ligados a bases verbais: “envelhecer” e “aborrecer”. O termo que lhes serve de referência – “adolescentes” – também tem base verbal: “adolescer”, de uso raro na língua. Cabe, ainda, destacar o aspecto semântico-discursivo de “envelhecentes”. O termo sintetiza uma mudança comportamental ocorrida principalmente nas duas últimas décadas. Percebe-se nele um valor positivo por ressaltar virtudes de determinada faixa etária, o que não ocorre com o neologismo “aborrecentes”, cujo valor é nitidamente pejorativo.

a)

Paes gosta da ideia de criar os ‘urinódromos’
Prefeito quer reunião para ouvir detalhes da proposta
de Ziraldo

Paula Autran

O projeto de Ziraldo de instalar ‘urinódromos’ nas duas do Rio pode virar realidade. Segundo a assessora de imprensa do prefeito Eduardo Paes, ele gostou da ideia e quer marcar uma conversa com o cartunista para conhecer detalhes. Como adiantou ontem Joaquim Ferreira dos Santos, em sua coluna no *GLOBO*, o “urinódromo” consistiria em um muro de azulejo, com água e algum tipo de detergente escorrendo o tempo todo, onde os homens poderiam urinar protegidos por uma tapadeira (espécie de biombo, que deixa à mostra apenas cabeças e pés) (...)

(*O Globo*, 19/3/2009)

Na neologia intertextual, a analogia é bastante utilizada no diálogo estabelecido entre o termo original e os que se seguiram. Um dos exemplos mais emblemáticos desse processo é a sequência criada a partir de “sam-

bódromo”, neologismo surgido em meados dos anos 1980. Por analogia a ele, criaram-se, como observei em *A linguagem nossa de cada dia* (VALLENTE, 1997), “namoródromo”, “fumódromo”, “camelódromo”, “macumbódromo” “sexódromo”, “beijódromo”, “cheiródromo” etc. Na composição de tais neologismos, o radical grego *-dromo* já tinha perdido a ideia de “lugar de corridas”, presente em “hipódromo” e “autódromo”. Nas criações neológicas, *-dromo* aparece com o significado de “espaço destinado a”. No jogo intertextual, pode-se afirmar que, em certa medida, “urinódromo” está mais próximo de “fumódromo” do que de “sambódromo”, pois este ainda apresenta a ideia de movimento pelo fato de haver um desfile naquele espaço, conhecido como “Passarela do samba”.

b)

Motociclistas contra a violência
Manifestantes pedirão ação contra ladrões de motos;
médico baleado em Ipanema está em coma

Motociclistas cariocas farão um protesto no próximo dia 13 contra a violência no Rio. Revoltados com o aumento de 28% no número de roubo de motos no estado nos primeiros cinco meses deste ano, eles vão se concentrar no Posto 6, em Copacabana, e seguirão em “motociata” até a Tijuca, onde farão um ato cobrando mais ações da polícia.

O neologismo “motociata” estabelece diálogo imediato com outros neologismos ligados a meios de transporte: “carreata” e “bicicleata”. Destacam-se na criação deles uma base substantiva que nomeia o transporte – carro, bicicleta e motocicleta – e a presença do sufixo *-ata*, com ideia de ação, como registra Bechara (2001), ao incluí-lo entre os principais sufixos formadores de substantivos, no item “formação de nomes de ação ou resultado de ação...: *-ata*: passeata”. Já o dicionário Aurélio define “passeata” como “Pequeno passeio; volta, giro” ou “Marcha coletiva realizada em sinal de regozijo, reivindicação ou protesto cívicos, ou de uma classe; caminhada”. Pode-se constatar que se perdeu a ideia diminutiva e

o significado de “ação” passou a predominar nos termos criados com o sufixo *-ata*. Dos três neologismos ligados a meio de locomoção, somente “carreata” já aparece registrado na edição eletrônica do dicionário Aurélio Século XXI.

c)

O ‘laranjal’ da contravenção

Mais de 300 pessoas emprestam CPFs para bicheiros explorarem bingos e caça-níqueis

(...) A investigação consta do processo da Operação Furacão, que foi dividida em quatro partes, em virtude do volume de informações e do número de pessoas processadas: 84 em 29 denúncias, mas nenhuma delas presa. Todos eles tiveram o sigilo financeiro quebrado, e os dados foram cruzados com informações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), da Receita Federal e do Banco Central, o que permitiu que o Ministério Público Federal chegasse a centenas de “laranjas”. O que mais intrigou os procuradores foi descobrir que boa parte deles morava em casas humildes, em bairros menos nobres.

(*O Globo*, 13/7/2008)

O neologismo semântico “laranja” já vem sendo utilizado na linguagem midiática há mais de uma década, como se comprova no registro do termo como gíria no dicionário Aurélio Eletrônico: “Ao depor na CPI... admitiu que sua empresa havia tido participação nas admissões irregulares, porém na condição de laranja.” (*Gazeta Mercantil*, 21/2/1997). A definição de “laranja”, no mesmo dicionário, é: “agente intermediário, esp. no mercado financeiro, que efetua, por ordem de terceiros, transações ger. irregulares ou fraudulentas, ficando oculta a identidade do verdadeiro comprador, ou vendedor”. Já o neologismo semântico “laranjal” ainda aparece entre aspas e não vem sendo utilizado pela mídia na mesma proporção de “laranja”. Apresenta uma particularidade no seu emprego no campo semântico-discursivo, dado que a presença do sufixo

-al ressalta a ideia de “abundância, conjunto”, com o intuito de denunciar a prática irregular exercida não por uma pessoa (um “laranja”), mas sim por trezentas (um “laranjal”). Até então, não havíamos registrado, em nossas pesquisas neológicas, tal uso na linguagem midiática.

d)

Mailbox não é sinônimo de lixeira

Agora vejam só vocês como sofre quem padece: há alguns dias, chegando à redação, abrindo minha mailbox e constatando a quantidade de lixo, comentei com a Elis e com o André que, para mim, o email estava definitivamente morto e sepultado.

– Gozado – disse o André. – No outro dia mesmo ouvi alguém falando que também não aguenta mais... Quem foi?

Seja lá quem tenha sido, foi, provavelmente, algum netsauro da minha espécie, que entrou na rede quando – acreditem! – a gente ficava na rua sonhando com o momento de voltar para casa só para descobrir o que havia na mailbox.

(Cora Rónai, *O Globo*, 10/11/2008)

O neologismo “netsauro” foi criado por associação tanto formal quanto semântica com o termo “dinossauro”. Este já vinha sendo usado, metaforicamente, para designar pessoas consideradas antigas, “velhas”, em relação a práticas, atividades ou comportamentos. O termo também aparece numa espécie de autocrítica. Em “netsauro”, fica mantida a mesma ideia no que respeita ao uso da Informática, particularmente da Internet. O elemento de composição “-sauro”, em “dinossauro”, significa “lagarto”. Como forma abreviada de “dinossauro”, perde tal valor em expressões como “Petrossauro”, designação pejorativa para a Petrobras, e “netsauro”. Nos dois casos, “sauro” mantém a ideia já presente no uso conotativo de “dinossauro”.

e)

Revista Rio Show

‘Domingayra’

No fim de semana da Parada do Orgulho LGBT,
conheça shows, festas e bares que animam os domingos
na cena gay carioca

(*O Globo*, 10/10/2008)

O neologismo “domingayra” faz-nos lembrar a palavra “domingueira”, que significa, segundo o Aurélio, “reunião festiva, desportiva, etc., realizada aos domingos”. Nos dois termos, a base é o substantivo “domingo”. O jogo intertextual é construído de forma inusitada uma vez que o significante gráfico de “domingayra” é distinto do significante gráfico de “domingueira”, mas o significante sonoro é o mesmo. Para a homonímia homófona, contribui a pronúncia do termo da língua inglesa – *gay* – inserido no neologismo. Neste caso, não existe um neologismo anterior que tenha possibilitado a criação de “domingayra”.

Considerações finais

As pesquisas sobre a linguagem midiática cada vez mais se tornam presentes na descrição e no ensino da Língua Portuguesa. O estudo aqui apresentado procurou explorar recentes criações neológicas e abordá-las numa perspectiva linguístico-discursiva. O processo de renovação lexical, sempre presente na linguagem literária, agora aparece intensamente na mídia, principalmente na impressa. Considerando-se que a variação é inerente à evolução linguística, faz-se necessário estudar os neologismos, que constituem uma das materializações do processo de mudança linguística.

Mais recentemente, vem-se trabalhando com o conceito de neologia intertextual no estudo de criações neológicas midiáticas. Tal conceito combina um aspecto da lexicologia com outro da textualidade. No estudo clássico de Beaugrande & Dressler, A intertextualidade se insere entre os sete aspectos da textualidade e sua aplicação sempre esteve presente na abordagem da linguagem literária e, atualmente, vem aparecendo no estudo da linguagem da mídia.

A utilização do conceito de intertextualidade para análise de neologismos midiáticos, neste artigo, procurou valorizar aspectos de natureza semântica combinados com valores discursivos. Há muito que se explorar neste campo de estudo e aqui se apresenta uma contribuição inicial para os que pretendem analisar neologismos sob tal perspectiva.

Referências bibliográficas

- ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.
- ARONOFF, Mark. *Word formation in generative Grammar*. Cambridge: MIT Press, 1976.
- BEAUGRANDE, R. & DRESSLER, W.V. *Introduction to Text Linguistics*. Londres: Longman, 1981.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- CARVALHO, Nelly de. *Neologismos, informação, criatividade*. In: AZEVEDO, José Carlos de (org.). *Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Para uma nova análise do discurso*. In: CARNEIRO, Agostinho Dias. *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CORREIA, Margarita & LEMOS, Lucia San Payo de. *Inovação lexical em português*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2006.
- Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI. Versão 3.0. 1999.
- FIGUEIREDO, Olívia Maria. *O ficcionário de O último Voo do Flamingo, de Mia Couto*. Porto: Revista da Faculdade de Letras, II série. Volume IX, 2002.
- GUILBERT, M. Louis. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1975.
- ROCHA, Luís Carlos A. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

- VALENTE, André. *A linguagem nossa de cada dia*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- VALENTE, André. *A produtividade lexical em diferentes linguagens*. In AZEREDO, José Carlos de (org.). *Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *Produtividade lexical: criações neológicas*. In PAULIUKONIS, Maria Aparecida L. & GAVAZZI, Sigrid (orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

O PREFIXO OPOSITIVO ANTI- EM UM CORPUS JORNALÍSTICO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Ieda Maria Alves

Universidade de São Paulo

Considerações iniciais

Desde a criação do primeiro observatório de neologismos, o *Observatoire du français contemporain*, junto ao *Laboratoire d'analyse lexicologique* do *Centre d'étude du vocabulaire français* da Universidade de Besançon (Besançon, França), pelo Prof. Bernard Quemada, no início da década de 60, tem-se constatado uma série de criações de observatórios relativos às línguas românicas em que se assiste a uma observação sistemática e regular da neologia, baseada em *corpora* jornalísticos. Com a criação desse observatório da língua francesa, outros foram criados, inicialmente para o estudo de variantes do francês (do Canadá e da Bélgica), e, em seguida, de outras línguas românicas: o espanhol, o catalão, o italiano, o galego, o romeno e o português europeu.

Em 1988, demos início ao Projeto *Observatório de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo* (Projeto TermNeo), com a finalidade de coletar, analisar e difundir aspectos da neologia geral e da neologia científica e técnica do português contemporâneo do Brasil. Além da coleta, análise e difusão de neologismos, o Projeto “Observatório” tem também a finalidade de produzir glossários e dicionários terminológicos com base nos materiais registrados. Para estudar a neologia do português brasileiro em um *corpus* jornalístico, demos início, em janeiro de 1993, à *Base de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo*, um subprojeto do projeto “Observatório”. Concebida de maneira

análoga aos observatórios de neologismos já citados, essa *Base* tem o objetivo de coletar e analisar a neologia do português brasileiro contemporâneo por meio de um *corpus* jornalístico, buscando observar os processos de formação e os afixos mais utilizados e a entrada de estrangeirismos no léxico do idioma.

Aspectos metodológicos

No âmbito do Projeto *TermNeo*, o conceito de neologia tem caráter sociolinguístico, conforme foi apresentado por Guilbert na obra clássica *La créativité lexicale* (1975). A neologia, nessa perspectiva sociolinguística, representa a possibilidade de criação de novas unidades lexicais e, com exceção das criações lúdicas ou literárias, manifesta uma forte vinculação com o caráter social do léxico, que é estreitamente vinculado ao movimento do mundo e da sociedade, como salienta Guilbert:

A neologia lexical é definida pela possibilidade de criação de novas unidades lexicais, em função das regras de produção incluídas no sistema lexical. Pode-se, assim, conceber tal estudo como a definição dessas virtualidades. /.../ Mas o léxico não consiste somente no sistema de criação lexical, ele se volta às unidades de língua ligadas ao universo das coisas, às modalidades do pensamento, a todo o movimento do mundo e da sociedade.¹ (Guilbert, 1975: 31)

Assim, a maior parte dos neologismos criados em um idioma resulta de uma necessidade contínua de nomeação de fatos ligados aos avanços técnico-científicos e de fatos que ocorrem em um determinado momento da história da sociedade.

Desde a implantação dos primeiros observatórios, a questão do caráter neológico ou não neológico de uma unidade lexical tem sido colo-

¹ La néologie lexicale se définit par la possibilité de création de nouvelles unités lexicales, en vertu des règles de production incluses dans le système lexical. On pourrait donc concevoir cette étude comme la définition de ces virtualités. /.../ Mais le lexique ne consiste pas seulement dans le système de création lexicale, il débouche sur des unités de langage liées à l'univers des choses, aux modalités de la pensée, à tout le mouvement du monde et de la société.

cada. Cabré (1993) lista alguns critérios que têm sido propostos para a determinação do caráter de neologicidade de uma unidade lexical:

- a) *a diacronia*: uma unidade é neológica se apareceu em um período recente;
- b) *a lexicografia*: uma unidade é neológica se não está registrada em dicionários;
- c) *a instabilidade sistemática*: uma unidade é neológica se apresenta signos de instabilidade formal (morfológicos, gráficos, fonéticos) ou semânticos;
- d) *a psicologia*: uma unidade é neológica se os falantes a sentem como uma unidade nova.²

(p. 445)

De maneira geral, o critério mais seguido para a determinação do caráter neológico de uma unidade lexical, nos observatórios de neologismos, tem sido o de um *corpus de exclusão*, termo cunhado por Boulanger (1979).

Em geral, o *corpus* de exclusão adotado é representado por um filtro lexicográfico, pelo fato de os dicionários de língua costumarem registrar novos neologismos em novas edições. A adoção de um *corpus* de exclusão lexicográfico tem sido muito criticada, pois os dicionários não registram todas as palavras efetivamente usadas em uma comunidade linguística. Entretanto, com os avanços da Informática e da Linguística de Corpus, o *corpus* de exclusão tem podido abranger não apenas os dicionários de língua mas também *corpora* textuais.

A metodologia empregada na *Base de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo* foi seguindo a evolução da Informática no Brasil. Ao ser implantada, em janeiro de 1993, bolsistas de Iniciação Científica procediam à leitura do *corpus* jornalístico inicial do projeto: jornais *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Globo* (G) e revistas *IstoÉ* (IE) e *Veja* (V), ana-

² a) la diacronía: una unidad es neológica si há aparecido en un período reciente;
 b) la lexicografía: una unidad es neológica si no aparece en los diccionarios;
 c) la inestabilidad sistemática: una unidad es neológica si presenta signos de inestabilidad formal (morfológicos, gráficos, fonéticos) o semántica;
 d) la psicología: una unidad es neológica si los hablantes la perciben como una unidad nueva.

lisados segundo um sistema de amostragem (um veículo por semana): jornal *O Globo* – primeiro domingo do mês; revista *IstoÉ* – segunda semana do mês; jornal *Folha de S. Paulo* - terceiro domingo do mês; revista *Veja* - quarta semana do mês. Nesse período, o *corpus* de exclusão utilizado como parâmetro para a determinação do cunho neológico dos candidatos a neologismos era constituído por dicionários de língua e pelos vocabulários ortográficos da Academia Brasileira de Letras, que registram um grande número de unidades lexicais novas em suas edições:

- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1 ed. 1975. (para o *corpus* correspondente ao período de 1993 a 1999)
- _____. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. (para o *corpus* coletado em 2000)
- MICHAELIS: *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998. (para o *corpus* coletado em 1999 e 2000)
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Bloch, 1981. (para o *corpus* correspondente ao período de 1993 a 1998)
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Academia, 1998. (para o *corpus* coletado em 1999)
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1999. (para o *corpus* coletado em 2000)

A disponibilização dos veículos analisados pela Internet, a partir de 1997, possibilitou que a leitura do *corpus* fosse sendo paulatinamente substituída por edições informatizadas.

Os dados coletados a partir de 2001 puderam ser submetidos a uma nova metodologia, que resultou de uma parceria estabelecida em 2006 com pesquisadores do NILC (Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional), da Universidade de São Paulo, campus de São Carlos, a Profa. Sandra Maria Aluísio e o Prof. Thiago A. S. Pardo. Dessa parceria

resultou o desenvolvimento de um extrator de neologismos que realiza a coleta semiautomática dos candidatos a neologismos, disponível em www.nilc.icmc.usp.br/~thiago/neologismo.html.

Esse extrator apoia-se em um *corpus* constituído por quarenta milhões de palavras, que representam quarenta textos em prosa (textos corrigidos, textos não corrigidos e textos semicorrigidos). O *corpus* compreende o projeto ReGra (Revisor Gramatical do Português Brasileiro: <http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/projects/regra.htm>, os dados do Projeto Unitex-PB: <http://nilc.icmc.usp.br:8180/unitex-pb/index.html>, que integra o Projeto Unitex (França) e os dados do REPENTINO: <http://www.linguateca.pt/repentino>, que constitui um repositório de nomes próprios do português europeu e do português brasileiro, elaborado pela Linguateca (<http://www.linguateca.pt/>).

Os textos são submetidos ao extrator de neologismos em formato .txt, que descarta imagens e trabalha apenas com textos. Como algumas unidades lexicais que já integram o acervo lexical da língua portuguesa podem não estar presentes nos repertórios constituídos pelo NILC, a coleta semiautomática de neologismos é ainda complementada por um *corpus* de exclusão lexicográfico constituído pelas versões eletrônicas dos dicionários citados e também pelos seguintes:

HOUAISS, A.; VILLAR, M. *Dicionário HOUAISS da língua portuguesa*.

Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. (para o *corpus* coletado a partir de 2002)

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2004. (para o *corpus* coletado de 2005 a 2009)

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*. 5 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2009. (para o *corpus* coletado a partir de 2010)

Essa nova metodologia, que permite a coleta de textos de forma rápida, tem possibilitado a ampliação do *corpus* de análise, que passou a ser constituído por todas as edições online das revistas *IstoÉ*, *Veja* (desde janeiro de 2001) e *Época* (E) (desde janeiro de 2003) e também por duas

edições semanais do jornal *Folha de S. Paulo* (a partir de janeiro de 2001) e do jornal *O Estado de S. Paulo* (ESP) (desde janeiro de 2008)³.

Análise do prefixo *anti-*

Os dados até agora registrados na *Base de Neologismos do Português Brasileiro Contemporâneo* demonstram que os derivados prefixais, que correspondem a 28% dos neologismos coletados, representam o processo de formação de palavras mais utilizado no *corpus* estudado. Os demais processos vernaculares são, por ordem decrescente de emprego: compostos (24%), compostos sintagmáticos (13%), derivados sufixais (10%), semânticos (4%), palavras-valise e outros processos como formações com siglas, truncações (2%), fonológicos (2%). Os estrangeirismos correspondem a 17% dos neologismos registrados.

No âmbito da derivação prefixal, os prefixos intensivos (*super-*, *mega-*, *hiper-*, *mini-*, *micro-*, *nano-*...) são os mais empregados, seguindo-se os de caráter negativo e opositivo. Segundo os dados até agora obtidos, os prefixos de caráter negativo e opositivo mais empregados são *não-* (968 ocorrências) e *anti-* (772 ocorrências), seguidos de *des-* (269 ocorrências), *contra-* (45 ocorrências), *in-* (52 ocorrências), *sem-* (226 ocorrências) e *a-* (3 ocorrências).

Neste estudo, focamos nossa análise no prefixo *anti-*, que apresenta algumas características não encontradas em outros morfemas prefixais.

De origem grega, origina-se do formante grego *ant(i)*-, de *antí* “contra, diante de, em vez de”, conforme Cunha (1982: 53). É classificado como prefixo pelos autores das gramáticas e dos dicionários do português, embora Machado (1989, vol. 1: 266), contrariamente à maioria dos autores, considere-o um elemento de composição. Segundo Maurer Jr. (1951: 123), o prefixo introduziu-se nas línguas românicas por meio de compostos como *antiasmático*, *anticristo* e *antidiabético*, sobretudo a partir do período renascentista.

C. Michaëlis de Vasconcelos, em *Lições de filologia portuguesa* (1946: 87), observa que *anti-* se integrava apenas a palavras eruditas, a

³ As diferentes datas representam os períodos a partir dos quais tem sido possível a coleta dos veículos na Internet.

exemplo de *antídoto*. Os primeiros dicionários de língua do português registram *anti-* prefixado sobretudo a unidades lexicais – substantivos e adjetivos – das línguas de especialidade. Bluteau, no *Vocabulario*, registra o adjetivo *antifebril* seguido da rubrica *termo de médico* (1712-28, vol. 1: 404). (cf. Alves, 2000: 228-229)

Do ponto de vista morfológico, *anti-* se prefixa a bases nominais, majoritariamente substantivas, e adjetivas.

Os substantivos a que o prefixo se associa constituem sobretudo substantivos comuns (*antidistorção*) mas não raro o formante associa-se também a substantivos próprios, que designam antropônimos (*antiFord*, *antiGates*) e designações de diferentes instituições, como o Fundo Monetário Internacional (*antiFMI*):

Comércio exterior

Afirma que vai combater a competição desleal de produtos de outros países, criando uma “comissão <antidistorções>”.

(FSP, 16-01-00)

Lay será lembrado como um <anti-Ford> ou <anti-Gates>.

(V, 12-12-01)

Acabou a demagogia <anti-FMI> e todo o velho besteirol.

(FSP, 18-08-96)

Anti- prefixa-se também a substantivos comuns derivados de nomes próprios, sufixados com *-ista*, a exemplo de *antibrizolista*, derivado do nome do ex-presidente brasileiro Leonel Brizola e *antichavista*, derivado do nome do presidente venezuelano Hugo Chávez:

Enquanto dava entrevistas, Miro foi interrompido por um homem que disse que ele era um ótimo candidato, mas estava no partido errado, o PDT de Brizola. Miro Teixeira pediu ao homem que procurasse conhecer suas propostas

de governo e deu um tapinha no peito do eleitor que tentava conquistar.

– Não bate no meu peito, porque tem marcapasso – gritou o <antibrizolista>.

(G, 04-08-96)

Imagine-se o que pode acontecer se um chavista e um <anti-chavista> se encontram num elevador, que é menor ainda.

(V, 22-01-03)

Os dados analisados mostram que a maior parte dos substantivos a que *anti-* se prefixa constituem unidades lexicais que, integradas em um sintagma nominal, exercem função de adjetivo no âmbito desse sintagma:

A outra opção é arrumar uma boa aposentadoria do governo, adotar um <discurso anti-renda, antijuro, antiacumulação de riqueza>, sem se preocupar com o futuro do câmbio, da economia, muito menos com o futuro do Brasil.

(V, 13-06-07)

Observa-se que, nos sintagmas *discurso anti-renda*, (*discurso*) *antijuro*, (*discurso*) *antiacumulação de riqueza*, os substantivos *anti-renda*, *antijuro* e *antiacumulação de riqueza* exercem função adjetival, podendo ser parafaseáveis por “discurso contrário à renda”, “discurso contrário ao juro”, “discurso contrário à acumulação de riqueza”, respectivamente.

Esse fato já é observado no português brasileiro desde 1961, por Hampeys, que, ao analisar um *corpus* de jornais cariocas publicados em 1960, menciona os sintagmas: “*o rebelde anti-Castro*”, “*líder antifidel*”, “*o candidato anti-Jânio*”, “*luta antipetróleo*”, “*manobras anti-URSS*”... (p. 68-69). No português de Angola, o fenômeno é igualmente observado e estudado por Endruschat (1986: 67-68), que apresenta exemplos extraídos da imprensa angolana: “*movimento anti-imigração*”, “*posição anti-MPLA*”.

No português europeu, essa função recategorizadora de *anti-* é estudada por Correia (1992: 30-38), que apresenta também alguns exemplos em que o substantivo prefixado por *anti-*, em função adjetival, oco-

rre em função predicativa, a exemplo de: “Dizia-se que a imprensa é anti-Poder”; e em construções em que o substantivo em função adjetival é intensificado por um advérbio: “Num país profundamente atravessado pela xenofobia, ele /Jean Marie Le Pen/ é o único claramente anti-imigrante” e “O Governo mais anti-25 de Abril de sempre”.

No *corpus* que estudamos, observamos também esse uso, em que o substantivo prefixado por *anti-*, em função adjetival, exerce função predicativa:

O senador Calheiros é modelar: foi Collor, <anti-Collar>, FHC, <anti-FHC>, e agora é Lula.

(V, 10-03-04)

ou é intensificado por um advérbio, em uma comparação:

Foi o que Von Trier fez em Dançando no Escuro – nada mais <anti-Dogma> do que um musical.

(V, 14-01-04)

Ele tem de agir – e nada é mais <anti-Garfield> do que a ação.

(V, 14-07-04)

Pode-se ainda constatar que a função adjetival exercida pelo substantivo prefixado por *anti-* conhece restrições morfossintáticas, pois a concordância nominal de número nem sempre é observada, fato que faz o *Dicionário HOUAISSE da língua portuguesa* considerar essas formações como quase-adjetivos: “o que é tb. form. para fins apositivos (isto é, quase-adjetivos, mas sem concordância gramatical): *anticalor*, *antidoping*, *antidumping*, *antiguerrilha*, *antifadiga*, *antigripe*, *antiferrugem*, *anti-radiação*”.

No *corpus* analisado, são também observados alguns exemplos em que não há concordância de número entre o substantivo determinado e o substantivo em função adjetival:

Inconformadas com o resultado, <milícias antiindependência> – muitas vezes ajudadas pelos soldados in-

donésios – estão praticando uma política de terra arrasada no país.

(IE, 15-09-99)

O relógio de pulso vem com barômetro, altímetro e bússola, e as capas de chuva passaram a ser fabricadas com <tecnologia “antiventos”>.

(V, 19-07-06)

As bases adjetivais a que *anti-* se prefixa correspondem a adjetivos qualificativos (*antiofuscante*) e, majoritariamente, a adjetivos classificadores ou relacionais (*antipetista, antirretroviral*), que têm um caráter preciso, não vago:

Em ambos os casos, o tratamento <antirretroviral> foi interrompido enquanto as vacinas eram ministradas.

(E, 07-02-03)

Entre os fatores da conquista de 187 prefeituras no país, os petistas ressaltam a unidade partidária, além da questão ética e da maior experiência. Dirceu, porém, contesta a análise de Novaes sobre a desoneração dos candidatos, afirmando que em várias capitais, como Belém e Porto Alegre, ficou patente a campanha <antipetista> e o papel de oposição ao Governo Fernando Henrique.

(G, 05-11-00)

Neves (2000: 193) considera que certos prefixos, dentre os quais o prefixo *anti-*, “dão força predicativa a adjetivos classificadores”, citando os exemplos: “Os **ANTI-HISTAMÍNICOS**, atropínicos e inúmeras outras drogas podem apresentar ação anestésica local. (FF)”, “O sabonete Johnson’s (agora em novo formato) é neutro e ideal para as peles sensíveis; perfume agradável e **ANTI-ALÉRGICO**. (REA)”, “O plano **ANTI-INFLACIONÁRIO** do governo Collor, que diminuiu a liquidez da economia, não prejudicou o comércio de animais leiteiros. (AGF)”.

Do ponto de vista do valor semântico, *anti-* imprime o caráter de “oposição” e “ação contrária”, conforme já expresso nas gramáticas e dicionários do português, às unidades lexicais a que se prefixa, a exemplo do substantivo *antiobesidade* (contrário, que se opõe à obesidade) e do adjetivo *antioccidental* (contrário, que se opõe ao que é ocidental):

Os autores ressaltam que a descoberta poderá ajudar no desenvolvimento de drogas <antiobesidade>. Afinal, interromper a fabricação dos locais onde o excesso de gordura se deposita já é um bom começo.

(IE, 16-08-00)

Boa parte da mídia do mundo muçulmano ganha dinheiro com o sentimento <antioccidental>.

(V, 26-12-01)

No entanto, como adequadamente assinala Cunha, é na área da política que a oposição e a contrariedade se manifestam especialmente por meio de *anti-*:

De extraordinária potencialidade na língua portuguesa, ele é fonte quase inesgotável de um sem-número de compostos, tanto na terminologia das ciências e das artes, como na linguagem dos esportes e dos espetáculos em geral, mas é principalmente na política que ele vem sendo realmente produtivo.

(Cunha, 1982: 53)

Citamos alguns exemplos do *corpus* estudado, em que a oposição expressa por *anti-* transparece contra políticos, como em *antiMaluf*:

ISTOÉ - Como o sr. recebeu a decisão dos tucanos de votar em Marta, integrando uma frente <anti-Maluf>?

(IE, 11-10-00)

contra partidos políticos, a exemplo de *antiPSDB*:

Se não fossem o mensalão, os dólares na cueca, o caixa dois, o valerioduto e o escândalo do caseiro, para ficar apenas nas histórias mais marcantes, a tentativa de compra de documentos <anti-PSDB> por parte de petistas certamente teria tido menos impacto.

(V, 11-10-06)

contra atitudes que refletem um comportamento político por parte dos cidadãos, que exemplificamos com *antidiscriminação*:

A maioria dos 12.000 delegados em Durban acha que os governos devem fazer mais pelos negros. Não apenas com leis <antidiscriminação>, mas também criando cotas nas universidades e favorecendo empresas de proprietários negros em concorrências públicas.

(V, 12-09-01)

A oposição expressa pelo prefixo *anti-* também representa uma forma de precaução em relação a atitudes da sociedade, o que é manifestado por *antipichação*:

Entre o Portão de Brandemburgo e o local do antigo bunker subterrâneo de Adolf Hitler foram instalados blocos de concreto semelhantes a lápides, revestidos de um material <antipichação> fabricado pela mesma empresa que forneceu o gás de extermínio usado nos campos de concentração nazistas.

(V, 18-05-05)

em relação a algo que se desgasta, como um produto que combate a corrosão:

– O galvanizado é um aço nobre, <anticorrosão>, e está sendo cada vez mais usado pela indústria automobilística, pela indústria de eletrodomésticos e até pela construção

civil. O aumento do uso deste produto significa também um aumento da qualidade dos produtos.

(G, 02-04-00)

e em relação à prevenção de doenças, como em *antiAlzheimer* e *antilepra*:

Suquinho <anti-Alzheimer> (tít).

Uma arma saudável e gostosa contra o mal de Alzheimer: suco de frutas ou de vegetais. A proposta surge a partir de uma pesquisa publicada no American Journal of Medicine.

(E, 18-09-06)

1741 – A primeira lei <anti-lepra> foi escrita por três médicos portugueses. Nos leprosários, os pacientes eram separados por sexo e classe social.

(E, 11-09-06)

Além do significado de oposição e de ação contrária, *anti-* pode também manifestar características contrárias, ou, no dizer de Sandmann (1989: 15), “não-bom, ruim”. Desse modo, *antihomenagem* é “o que não tem características de homenagem”, *antiutopia* é “o que não tem características de utopia”:

<Anti-homenagem> (subt.). No memorial para os 19 sem-terra mortos, há uma inscrição lembrando que, no dia do massacre, 17 de abril, FHC era presidente. E Almir Gabriel, governador do Pará.

(FSP, 21-07-96)

O próprio George Lucas estréia no cinema, em 1971, com “THX-1138”, uma <antiutopia> futurística na qual um cidadão discordante é perseguido até o limite de créditos da polícia.

(FSP, 20-06-99)

Considerações finais

Apesar de não formar derivados verbais, podemos observar que o prefixo *anti-* é bastante frequente no português brasileiro, sendo, após *não-*, o prefixo de caráter negativo e opositivo que mais deriva novas unidades lexicais.

O emprego estilístico de *anti-* é também observado, em formações que apresentam a unidade lexical formada pelo prefixo em oposição à base, desprovida de prefixo. Assim, *antifórum* opõe-se a *fórum*:

Arc, o marciano, andou nesta semana acompanhando o fórum e o <antifórum> da globalização.

(V, 07-02-01)

O prefixo também é usado de maneira reiterada, em várias formações, o que contribui para acentuar seu caráter opositivo:

E palavras que explicitavam o sentido da campanha que se iniciava: “Não é o candidato que vai percorrer o país. É o <anticandidato>, para denunciar a <antieleição>, imposta pela <anticonstituição> [...]”.

(V, 23-03-05)

Bibliografia

- ALVES, Ieda Maria (1994). *Neologismo. Criação lexical*. 2 ed. São Paulo: Ática.
- _____(2000). *Um estudo sobre a neologia lexical: os microssistemas prefixais do português contemporâneo*. Tese (Livre-Docência em Lexicologia e Terminologia) – São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BLUTEAU, D. Raphael (1712-1728). *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 8 vol. 2 suppl.
- BOULANGER, Jean-Claude (1979). *Néologie et terminologie. Neologie en Marche*, vol. 4, p. 5-128. Série b: langues de spécialités.

- CORREIA, Margarita M. Ferreira (1992). *A formação dos adjetivos em anti- em português*. Dissertação (Mestrado) – Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CUNHA, Antônio Geraldo da (1982). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ENDRUSCHAT, Annette (1986). Crédit lexicale en portugais parlé dans la République Populaire d'Angola. *Linguistische Arbeits-Berichte*, vol. 53, p. 60-77.
- HAMPEYS, Zdenek (1961). Para o estudo da linguagem da imprensa brasileira contemporânea. *Revista Brasileira de Filologia*, vol. 6, p. 51-114.
- MACHADO, José Pedro (1989). *Dicionário etimológico da língua portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos e estudos*. 5 ed. Lisboa: Livros Horizonte. 4 vol.
- MAURER JR., Theodoro Henrique (1951). A unidade da România Ocidental. *Boletim de Filologia Românica*, vol. 126, n. 2.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP.
- SANDMANN, Antonio José (1989). *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor / São Paulo: Ícone.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1932). Sources du lexique portugais: les éléments français. *Bulletin des Etudes Portugais*, vol. 2, n. 3, p. 136-53.

OTHON MOACYR GARCIA: LÉXICO E ANÁLISE ESTILÍSTICA

André Nemi Conforte
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

No Brasil, o nome de Othon Moacyr Garcia é, no mais das vezes, imediatamente associado a sua obra capital *Comunicação em prosa moderna* (primeira edição de 1967), livro indispensável a todos os que estudamos e ensinamos a Língua Portuguesa, dado seu pioneirismo e originalidade na abordagem das questões de natureza textual.

O que este trabalho pretende, no entanto, é chamar a atenção para uma faceta menos conhecida de O. M. Garcia: a crítica literária, ou, mais exatamente, a Análise Estilística, corrente a que bem cedo ele se filiou. Nossa objetivo específico é demonstrar como o trabalho com o léxico foi fundamental para as análises por ele empreendidas. Os seis principais ensaios estilísticos de Othon M. Garcia foram reunidos em 1996 pela editora Topbooks (Garcia, 1996), do Rio de Janeiro. Eram estudos ligados à Nova Crítica no Brasil, e os escritores cujas obras analisou foram Carlos Drummond de Andrade (*Esfinge clara*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1955), Gonçalves Dias (*Luz e fogo no lirismo de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956), Augusto Meyer (*A janela e a paisagem na obra de Augusto Meyer*. Separata da Revista Brasileira de Filologia. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958), João Cabral de Melo Neto (*A página branca e o deserto. Luta pela expressão em João Cabral de Melo Neto*. Separata da Revista do Livro, do Instituto Nacional do Livro, 1958-1959), Raul Bopp (*Cobra Norato: o poema e o mito*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1962) e Cecília Meireles (*Exercício de numerologia poética: paridade numérica e geometria*

do sonho num poema (“Canção excêntrica”) de Cecília Meireles. Separata da Revista de Cultura Vozes, 1978).

Desses seis, escolhemos os quatro primeiros por serem os estudos onde mais se mostrou presente o método seguido por Othon.

Antes de demonstrar a regularidade do caminho analítico de Garcia, é importante situar seu trabalho crítico no contexto histórico: quando da publicação de seu primeiro livro, *Esfinge clara* (de fato, o primeiro livro sobre a poética de Drummond), ocorria um acalorado debate entre os principais críticos literários brasileiros, representados, de um lado, pela chamada *crítica impressionista*, ou crítica de rodapé, que tinha como seu expoente máximo Álvaro Lins, e, de outro, pela *Nova Crítica*, influência do *New Criticism* americano. Afrânio Coutinho foi o responsável pela introdução no Brasil dessa nova tendência crítica, caracterizada por um novo olhar sobre o texto, em que se deixam de lado os aspectos biográficos do autor e se dirige a atenção aos aspectos linguísticos da obra literária – o chamado *close reading*.

Sem se envolver diretamente nessa polêmica, mas deixando clara sua posição, Othon Moacyr Garcia adotou um método até então original de análise da poética drummondiana, detectando na obra do escritor mineiro o “processo poético” a que denominou *associação semântica e paronomástica ou jogo de palavra-puxa-palavra*:

O sistema consiste, em linhas gerais, no encadeamento de palavras, quer pela afinidade ou parentesco semântico, quer pela semelhança fônica (paronímia, homofonia, aliteração, rima interna), quer, ainda, pela evocação de fatos estranhos à atmosfera do poema propriamente dito (frases-feitas, elementos folclóricos, reminiscências infantis, circunstâncias de fato, resíduos de leitura)

(Garcia, 1996: 15)

O autor nos lembrava que essa técnica não consistia novidade absoluta, mas que poderia, por outro lado, ser uma boa chave para decifrar a esfinge que se erguia, até então intransponível, frente à poesia de Drummond:

Trata-se de recurso não inteiramente novo na poesia contemporânea – e mesmo na de todos os tempos –, mas habilmente aproveitado pelo autor de *Brejo das almas*, para com ele, até certo ponto, compensar as naturais deficiências da linguagem poética

(*idem, ibidem*)

O “sistema” foi esquematizado por Garcia da seguinte maneira:

A: sugeridor inicial explícito / a: sugeridor inicial implícito
 B, B¹, B²...: sugeridos explícitos / b, b¹, b²...: sugeridos implícitos

Em que os termos *A* e *a*, de modo explícito e implícito, respectivamente, “puxam” outras palavras, também explícita ou implicitamente (*B* e *b*) ao longo do poema. Assim, em um poema como *Desfile*,

O rosto no travesseiro,
 escuto o tempo fluindo
 no mais completo silêncio.
 Como remédio entornado
 em camisa de doente;
 como dedo na penugem
 de braço de namorada;
 como vento no cabelo,
 fluindo: fiquei mais moço. (...)
 A montanha do colégio.
 Colunas de ar fugiam
 das bocas, na cerração

Empreende Garcia a seguinte análise:

O primeiro elo da corrente, isto é, a ideia sugeridora inicial é *travesseiro*, implicitamente associado à de *cama*, pois ambos são termos contíguos da mesma área semântica; mas desse elemento subentendido, passa o poeta ao segundo elo, *remédio*, reversivamente sugerido por *doente*, no 5º verso, ou,

mais certamente, evocado pela situação total reconstituída,
vale dizer, a do enfermo no silencio do seu quarto

(*idem*, pp. 16-17)

Ou seja:

A (travesseiro) → b (pena) → B (doente) → B¹ (remédio)

O mesmo procedimento é adotado ao se analisar *O amor bate na aorta*:

O amor bate na porta
 O amor bate na aorta,
 Fui abrir e me constipei,
 Cardíaco e melancólico,
 O amor ronca na horta
 Entre pés de laranjeira
 Entre uvas meio verdes
 E desejos já maduros.

À primeira vista, avverte Othon, a associação seria apenas paronomástica (*porta*, *aorta*, *horta*) e contrastante (*verdes/maduros*). Mas Garcia acusa outras relações de sentido, esquematizadas da seguinte forma:

A (amor) → b (coração) → B (cardíaco) →
 {B¹ (aorta) / B¹ (ronca)}

Nas palavras de Garcia “o poeta associou no plano linguístico elementos que, no plano real, são materialmente interdependentes ou contíguos: *coração* (idéia latente em cardíaco) e *aorta*.

O jogo de “palavra-puxa-palavra” permite, então, que o poema alterne dois campos semânticos por meio da polissemia evocada pelo signo linguístico *coração*. Um de ordem mais espiritual, outro de ordem mais concreta. Do mesmo modo, a associação paronomástica *porta/aorta/horta* permite também a incursão em campos semânticos ligados ao terceiro termo: *pés de laranjeiras*, *uvas meio verdes*, já que, implicitamente (b¹), o termo *horta* é sugerido:

A (porta) → B (aorta) → B¹ (horta)
 → b (pomar) → B² (pé de laranjeira)

E assim por diante, exaustivamente, Othon demonstra-nos as ocorrências de *palavra-puxa-palavra* em diversos poemas do *gauche* mineiro, até concluir mais adiante que

sob a aparente desordem formal, sob o alogismo característico da poesia de Drummond de Andrade, subsiste uma estrutura íntima, rígida e ordenada, que sustenta e amalgama os elementos arquitetônicos do poema, pois a lógica do poeta não é a da língua gramaticalizada, é a da intuição, é a lógica das imagens

(*idem*, p. 30)

Já no ensaio *Luz e fogo no lirismo de Gonçalves Dias*, Garcia examina a impressionante ocorrência do que ele chamou de *termos catalisadores* e *constantes vocabulares* referentes ao campo semântico ígneo-luminoso. Segue uma pequena amostra da “coleta” realizada pelo crítico:

Quando nasce o silêncio envolto em **trevas**,
 Quando os **astros** derramam sobre a terra
 Merencório **luzir** (Minha Musa)
 É doce ver entre as sombras
 A **luz** do templo a **luzir** (Soldado espanhol)
 E ela era como a rosa matutina
 Formosa e bela
 Como a **estrela** que à noite ao mar se inclina,
 Saudosa era ela. (Triste do trovador)
 És pura como uma **estrela**
 Doce e bela,
 Que treme incerta no mar; (A leviana)
 E depois que meus olhos a perderam,
 Como se perde a **estrela** em céus infindos (Sempre ela)

Vem tu como a **estrela** da noite sombria (Se queres que eu sonhe)

Oh, que bela tu és, quando assentada

No teu balcão ao **refulgar** da lua (O ciúme)

Inútil **chama** ressecou meus lábios (O amor)

Comenta Garcia:

O autor parte desses vocábulos repetidos, que agem como prismas, para que neles se refletem ou refratem, em imagens, o pensamento e a emoção. Funcionam ao mesmo tempo como *símbolos insistentes*, sem os quais o poeta parece não poder ou não querer expressar-se, pois não é de crer que dispusesse de reservas temáticas e metafóricas (e também léxicas) relativamente tão limitadas, para um campo semântico em que a língua portuguesa é riquíssima
(*op. cit.*, p. 81)

É importante notar que não se trata de mero “recenseamento vocabular”, como acentuou o próprio Garcia. Há uma motivação por trás dessa recorrência constante a termos de um campo semântico em obra poética tão vasta como a de Gonçalves Dias. Na opinião do crítico, essas constantes vocabulares “denunciam certo automatismo expressional, certa tendência à estereotipação sintagmática na caracterização da paisagem tropical luminosa e escaldante” (p. 83). Afinal, “é sabido que a paisagem crepuscular constitui um dos aspectos dominantes do lirismo romântico. Gonçalves Dias, entretanto, levou ao extremo essa particularidade, caldeando-a de um subjetivismo ingênuo e doce” (p. 96).

Garcia conclui o ensaio lembrando que “dados concretos da expressão verbal, quando criteriosamente arrolados, metodicamente classificados e *pari passu* interpretados à luz do texto, contribuem mais eficazmente para a compreensão da obra de um porta do que simples julgamentos subjetivos e impressionistas” (p. 137). O trecho citado serve, para além de deixar clara a filiação de Garcia a uma vertente não impressionista da crítica, demonstrar a importância do trabalho com o léxico na análise acurada do texto literário.

Garcia trabalhará de modo análogo ao estudar a obra de Augusto Meyer, no ensaio intitulado *A janela e a paisagem na obra de Augusto Meyer*. À surpreendente recorrência dos referentes *janela* e *paisagem*, ele chamará de *signos de indício*:

Serão para nós signos de indício todos os elementos particulares e objetivos, constantes de expressão verbal ou dos temas, que nos permitam reconstituir, por assim dizer, a atmosfera poética ou estados de espírito característicos e predominantes em determinada obra ou poema

(Garcia, *op. cit.*, p. 146)

Uma vez mais, o crítico faz questão de associar seu “método lexical” a uma nova forma de fazer crítica:

(...) Ora, o que nós queremos ver é a medida, o modo, a intensidade, a peculiaridade com que a paisagem e a infância impregnam a obra de Augusto Meyer. Para isso, temos de partir de dados concretos e não de informações impressionistas

(*idem, ibidem*)

Alguns dos numerosos exemplos arrolados por Garcia:

Janelas cegas, taperas

Onde arde o incêndio do ocaso (Últimos poemas)

Lá no alto uma **janela** abriu-se com barulho, e Idalina gritou para os dois guris que marchavam de mão dada, muito tesos:- Olha o pão! Psst! O pão! (Segredos)

Velha casa conhecida, com três **janelas** de cima olhando para a rua, onde ainda ontem

a gente brincava sem pensar na escola. (*idem*)

Foi o outro quem o obrigou a voltar-se ao fim da rua, a olhar para a **janelinha** do sótão, onde a irmã acenava um adeus. (*idem*)

Minha mãe entrava no quarto, abria as **janelas** e o sol vinha bater em cheio na cara do dorminhoco. (*Segredos*)

Novamente, a missão do crítico é demonstrar que tal constância vocabular não é gratuita:

Poderíamos dizer que “janela” é uma espécie de moldura a que se ajusta uma dupla paisagem: a da natureza e a de frequentes estados de espírito do poeta, cuja sensibilidade, por se ter impregnado de uma através da outra, fundiu ambas num cenário único

(p. 152)

Por fim, o ensaio *A página branca e o deserto. Luta pela expressão em João Cabral de Melo Neto* é considerado um dos estudos mais importantes da obra do poeta pernambucano. A segunda parte deste estudo, intitulada *A faca-lâmina e o termo exato*, é onde Garcia associa, pioneiramente, as constantes vocabulares de aspereza, precisão, agudeza, à poética da precisão de João Cabral:

O desejo de ser preciso é tal, que ele se vê forçado a servir-se de um instrumental lingüístico em condições nem sempre ortodoxas. (...) Se o propósito é encontrar a expressão precisa e legítima, urge recorrer a um sistema de símbolos verbais que evite, tanto quanto possível, a desfiguração da idéia. (...) Essa necessidade da exatidão, precisão ou agudeza leva-o ao emprego de vocábulos predominantemente **concretos**, vocábulos que, já por si mesmos, vêm com uma carga tal de nitidez, de eficácia evocadora tão inconfundível, que, pela simples presença no verso, bastam para catalisar o complexo de impressões que o poeta procura traduzir em linguagem

(Garcia, *op. cit.*, p. 200)

Alguns exemplos dos tantos garimpados por Garcia (grifos nossos):

De um homem que se fez
memória tão **precisa**
que pode conservar
treze anos na palma
o peso feminino
de uma mão apertada
são úteis o **relógio**
a **bala** e, mais, a **faca** (Uma faca só lâmina)
Pois esta **faca** às vezes
por si mesma se apaga.
É a isso que se chama
maré baixa da **faca**.
Talvez que não se apague
e somente adormeça
Se a imagem é **relógio**,
a sua **abelha** cessa. (Duas águas)
a voz que então percebi
no vento da parameira
era aquela voz final
de Miguel, **rouca** de guerra
(Talvez ainda mais **aguda**
No sotaque da **poeira**.
Talvez mais dilacerada
Enquanto o vento a interpreta).

(Encontro com um poeta)

Quanto à inclusão de signos surpreendentes como “abelha”, utiliza-se Othon dos mesmos argumentos utilizados na interpretação da poética drummondiana, ou seja, a associação de idéias que também é um dos fundamentos do palavra-puxa-palavra: dessa forma, logra interpretar a potencialidade polissêmica do signo linguístico em todas as suas possibilidades, sem perder a coerência:

Ora, *abelha* desperta-nos prontamente a ideia de “pica-da”, “mordida” (em Valéry, mais de uma vez “morsure”,

“picure”, com esse mesmo sentido), sendo assim também sugeridora de “agudeza” tanto quanto “faca” ou “lâmina”. Mas a ideia de inquietação espiritual, de criação intelectual, também lhe está implícita, já que aquele diligente inseto, na sua faina incessante, tira de si mesmo, na sua *oficina*, o produto do seu trabalho. E o bater incansável das suas asas, no zunzum da tarefa criadora, não nos lembra, por acaso, a atividade diuturna do relógio, cujo cabelo e pêndulo, estão em constante vibração como numa oficina do tempo?

No seu já citado clássico *Comunicação em prosa moderna*, Othon M. Garcia dedica especial atenção ao estudo do léxico, em diversos momentos da obra, mas especialmente na segunda parte, *O vocabulário* (pp. 171-215). De especial importância é o capítulo III dessa parte do livro, intitulado *Famílias de palavras e tipos de vocabulários* (p. 195). No item 3.2, *famílias ideológicas e campo associativo*, o autor lembra que

as palavras se associam também por uma espécie de imantação semântica: muito frequentemente, uma palavra pode sugerir uma série de outras que, embora não sinônimas, com elas se relacionam, em determinada situação ou contexto, pelo simples e universal processo de associação de ideias, pelo processo de palavra-puxa-palavra ou de ideia-puxa-ideia. É o agrupamento por afinidade ou analogia, que poderíamos chamar de “campo associativo” ou “consciência semântica”

(Garcia, 1967: 197)

Doze anos depois da publicação de seu aclamado ensaio estilístico sobre a poesia de Carlos Drummond de Andrade, Othon M. Garcia mantém seu método, agora não com fins de análise literária, mas sim de produção textual, o que, assim cremos, apenas denota a coerência que permeia toda sua obra.

Um estudo lexical abrangente pretende olhar todos os diálogos possíveis. A integração língua-literatura, mormente no campo da crítica

literária, deve, portanto, receber atenção cuidadosa por parte dos estudiosos dessa importante vertente dos estudos linguísticos. Foi justamente essa integração que intentamos promover neste breve artigo.

Referências bibliográficas

- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa Moderna*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1967.
- _____. *Esfinge clara*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1955.
- _____. *Luz e fogo no lirismo de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.
- _____. *A janela e a paisagem na obra de Augusto Meyer*. Separata da Revista Brasileira de Filologia. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
- _____. *A página branca e o deserto. Luta pela expressão em João Cabral de Melo Neto*. Separata da Revista do Livro, do Instituto Nacional do Livro, 1958-1959.
- _____. *Cobra Norato: o poema e o mito*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1962.
- _____. *Exercício de numerologia poética:paridade numérica e geometria do sonho num poema (“Canção excêntrica”) de Cecília Meireles*. Separata da Revista de Cultura Vozes, 1978.
- _____. *Esfinge Clara e outros enigmas*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LÉXICO PRECOCE NO PORTUGUÊS EUROPEU: UMA JANELA SOBRE A LÍNGUA E A CULTURA

Rosa M. Lima

Investigadora do Centro de Estudos da Criança
Universidade do Minho

Nas redes interdisciplinares em torno das línguas, os cruzamentos entre Linguística e estudo da linguagem infantil são bidireccionais. Ao mesmo tempo que a descrição estrutural de uma dada língua elucida sobre a variabilidade interlingüística nos percursos de acesso à linguagem, a observação desses mesmos percursos traz pistas sobre a descrição estrutural da língua. Um exemplo paradigmático desta última direcção pode ser encontrado nos trabalhos associados à gramática generativa de Chomsky (Chomsky, 1959, 1969, 1975, 1981). Neles encontramos uma expressão clara das formas segundo as quais a linguagem infantil, na hierarquia dos seus primeiros passos, permite observar os parâmetros que governam a especificidade de uma dada língua (Meisel, 1996). Esses parâmetros existem enquanto opções locais, subordinadas à grelha universal de princípios que é anexada à linguagem.

Apesar de situados nesta interface entre Linguística e linguagem infantil, não é na profundidade teórica da obra de Chomsky, ou nas suas derivações, que situamos o motivo desta comunicação. É, antes, na reflexão suscitada por um trabalho empírico: um trabalho de adaptação, do Inglês Americano para o Português Europeu, de um inventário destinado a avaliar as habilidades comunicativas de crianças entre os 16 e os 30 meses (MacArthur Communicative Development Inventory, Fenson et al., 1993).

Foi no processo de construção e, sobretudo, no processo de pilotagem de uma tradução do instrumento para a nossa língua, que encontrámos pistas capazes de suscitar questões acerca de possíveis dinâmicas diferenciais, asso-

ciadas às duas línguas. Concretamente, após a obtenção de uma tradução/adaptação definitiva do instrumento de avaliação, centrámo-nos em dois aspectos. Em primeiro lugar, inquirindo a estrutura da língua, analisámos o balanço entre itens de classe aberta e itens de classe fechada. Comparámos este balanço, bem como os factores da sua alteração, na versão original (Inglês Americano) e na versão resultante da nossa adaptação. Em segundo lugar, considerámos o perfil de adaptações necessárias ao plano dos referenciais semânticos, perspectivando-as como possíveis marcadores de distância cultural e, no limite, de identidade cultural.

Contexto teórico subjacente: para além das estruturas formais

Apesar de fortemente interactivos na construção de conhecimento, os instrumentos teórico-operacionais da Linguística e das ciências da linguagem infantil nem sempre beneficiam de total sobreposição. Um dos aspectos que se tem revelado mais crítico diz respeito à suficiência de grelhas puramente formais na descrição de uma gramática. Enquanto a Linguística opera sobre categorias que dividem as palavras em classes abstractas, vinculadas à definição das dinâmicas sintácticas (nomes, verbos, adjetivos, advérbios, etc.), as ciências da linguagem infantil requerem uma aproximação maior às profundas promiscuidades que a sintaxe estabelece com a semântica, ao longo do desenvolvimento. A criança que aprende a língua é também a criança que aprende a realidade em seu redor. A criança que aprende as palavras, aprende também as coisas.

Neste sentido, necessidades como a de definir uma gramática semântica (Bloom, 1970), mais adaptada ao percurso real de aquisição da linguagem que uma gramática puramente formal, foram marcos essenciais na aproximação ao estudo da linguagem na criança. Na década de 70, a colocação da ênfase na comunicação foi ainda mais longe e procurou continuidades entre o gesto à palavra, entre o pré-verbal e o verbal (Bates et al., 1979; Bates, Bretherton & Snyder, 1988). A tendência para considerar os contextos comunicacionais como estruturantes das aquisições sequenciais na linguagem integrrou também esta abordagem. Destas duas tendências – a de adaptar as categorias gramaticais formais à emergência real da língua na criança, e a de considerar o uso da língua enquanto continuidade face a outras formas de comu-

nicação, nascem perspectivas e instrumentos de avaliação, como os inventários MacArthur, que permitem satisfazer necessidades de ordem diversa no que diz respeito ao conhecimento e intervenção sobre a linguagem em desenvolvimento. Num plano nem sempre lembrado, a adaptação desses instrumentos a várias línguas vem também elucidar sobre as estruturas próprias de cada uma (a sua morfo-sintaxe), e, não menos, sobre os referenciais ou objectos dominantes numa dada comunidade (a sua cultura, construtora de uma *semântica relevante*).

Racional e estrutura do inventário, versão ‘Palavras e Frases’

Os inventários de desenvolvimento de habilidades comunicativas de MacArthur surgem, na década de 90, na sequência de décadas de investigação que conceptualizam a emergência da linguagem a partir da esfera comunicacional. O instrumento propõe-se cobrir o percurso de emergência da linguagem a partir de uma idade tão precoce como os 8 meses, e desdobra-se em três versões: uma versão denominada ‘gestos e palavras’, destinada a crianças entre os 16 e os 30 meses; uma versão para a faixa etária entre os 8 e os 16 meses (versão ‘palavras e frases’) e, finalmente, uma versão para a faixa entre os 30 e os 36 meses. Ao nível do formato, o instrumento corresponde ao inventário parental. De acordo com este formato, o pai, mãe, educador ou responsável pela criança descreve as competências linguísticas da criança cujo desenvolvimento acompanha, respondendo a questões fechadas.

Após a publicação do instrumento original, baseado em normas para a população de falantes do inglês norte-americano, foram desenvolvidas adaptações para dezenas de línguas (e.g., Pérez-Pereira & Sotto, 2003; Caselli et al., 2006; Kovacevic et al., 2006; Tulviste, 2006). À autora desta comunicação foi concedida a autorização integral para adaptação. O trabalho até agora feito foi essencialmente centrado na versão para crianças entre os 16 e os 30 meses: a versão ‘palavras e frases’.

Em termos estruturais, o inventário correspondente à versão ‘palavras e frases’ comprehende duas partes. Elas contemplam, precisamente, os universos do léxico (parte I, Palavras) e da morfo-sintaxe (parte II, Morfologia e Sintaxe). A primeira comprehende um primeiro bloco (A) de avaliação de vo-

cabulário, e um segundo bloco (B), destinado a avaliar fenómenos semânticos característicos na expressão, tais como a sobregeneralização ou a subgeneralização. A segunda parte inclui cinco blocos, destinados a avaliar o domínio de (A) marcadores morfológicos, (B) formas de verbos, (C) morfologias irregulares, bem como níveis de complexidade na estrutura da frase (D e E).

A lista de vocabulário (quadro 1) está organizada em categorias que justapõem domínios semânticos (animais, brinquedos, etc.), contextos comunicacionais (rotinas e saudações, por exemplo), e categorias formais-abstractas (quantificadores e artigos, por exemplo).

Categorias da lista de vocabulário (parte 1, A)		
1	Interjeições, sons de animais e objectos	16 Palavras sobre o tempo
2	Animais	17 Pronomes
3	Veículos	18 Palavras para perguntar
4	Brinquedos	19 Preposições e advérbios de lugar e modo
5	Alimentos e bebidas	20 Quantificadores e artigos
6	Roupa, calçado e acessórios	21 Verbos auxiliares
7	Partes do corpo	22 Palavras conectivas
8	Utensílios de casa	
9	Móveis e constituintes da casa	
10	Coisas de fora	
11	Lugares onde ir	
12	Gente e pessoas	
13	Palavras e frases para rotinas e saudação	
14	Processos, acções e estados	
15	Palavras qualificativas	

Quadro 1. Categorias da lista de vocabulário

Focos da análise: dicotomia classe aberta/classe fechada e referenciais culturais

Uma forma possível de agregar as categorias de vocabulário, presentes no inventário, consiste em classificar os itens como itens de classe aberta (ou lexicais em pleno direito) ou como itens de classe fechada (itens funcionais). Esta é uma dicotomia que reúne consenso e apoio empírico em domínios tão variados como a Linguística teórica, o estudo da linguagem infantil, o estudo do processamento linguístico adulto ou o estudo das lesões que afectam a linguagem (Shi, Morgan & Allopenna, 1998). Aos itens de classe aberta está associada a possibilidade de expansão e geração continuada no desenvolvimento da língua. Tradicionalmente, nomes, verbos e adjetivos são itens de classe aberta: novas realidades ou necessidades geram novas palavras. Ao contrário, os itens de classe fechada são estruturantes de um sistema de relações sintácticas. Descrevem a estrutura profunda, o funcionamento de uma língua enquanto ‘máquina’ dotada de regras próprias. Determinantes, artigos ou verbos auxiliares são exemplos de itens dominantemente associados a uma função. Não estão sujeitos a mudança nem expansão (Hirst, 2004).

Sobrepor esta dicotomia aberto/fechado às categorias da lista de vocabulário pode passar, grosso modo, pela agregação das categorias 1 a 15 num sistema de itens de classe aberta, e na agregação das restantes (16 a 22) num sistema de classe fechada.

A adaptação de uma lista de vocabulário desta natureza para uma outra língua vincula-se a um conjunto de requisitos. Os dois principais requisitos passam pela preservação de um número semelhante de itens em cada categoria, após a tradução, e, claro, pela escolha de itens que correspondam à realidade do que as crianças falantes do Português Europeu efectivamente produzem. Para satisfazer este segundo requisito, impõe-se a recolha empírica de dados, partindo-se de uma base alargada, e chegando-se a uma adaptação final, mais circunscrita e, idealmente, quantitativamente próxima da dimensão da lista original.

Uma vez chegados à adaptação final, guiada por procedimentos múltiplos de controlo da decisão sobre ‘o que incluir’, é possível comparar o produto final (adaptação) com o ponto de partida (original). Faze-

mos aqui essa comparação, centrando-nos em dois aspectos: o balanço entre vocabulário de classe aberta vs. fechada; as transformações no plano do vocabulário de classe aberta que são passíveis de revelar distâncias culturais entre o contexto de origem e a cultura portuguesa actual.

Método

A construção de uma versão definitiva do inventário de habilidades comunicativas, versão ‘palavras e frases’, para o português europeu, partiu da análise e tradução dos itens constantes da versão original. Foi também consultada a versão galega, já disponível.

Uma primeira fase redundou, assim, na geração de uma base alargada de itens, a submeter posteriormente a teste empírico. Já nesta primeira fase, fez-se a *exclusão, apriorística*, de itens sem tradução (o pronome ‘it’, por exemplo), bem como de itens que, apesar de passíveis de tradução, eram claramente presos a realidades culturais (por exemplo, manteiga de amendoim). Com referência à versão galega, foram gerados e propostos itens para cada categoria, adicionando-se à base obtida a partir da versão original.

Numa segunda fase, todos os itens foram submetidos a teste empírico. Foram recolhidos dados relativos a 40 crianças. Os níveis de sucesso da totalidade desta amostra piloto, em cada item, foram quantificados em termos de percentagem. Foi aplicado um critério segundo o qual, para ser incluído na versão final, cada item deveria ter gerado pelo menos 20% de sucesso na totalidade da amostra.

Feita esta filtragem, comparou-se a versão original com a versão portuguesa no que diz respeito à quantidade de itens por categoria. Casos particulares de desequilíbrio, no sentido de existirem muito menos itens na versão portuguesa do que na original, foram reajustados por admissão de itens que haviam apresentado níveis de sucesso insuficientes para inclusão. Estes défices foram, sobretudo, observados nas categorias de preposições, verbos auxiliares, formas irregulares de verbos e de outras palavras.

Recolha empírica de dados

As crianças sobre as quais obtivemos dados eram oriundas de instituições diversas na zona norte. Tinham idades entre os 15 e os 30 meses. A média de idades foi de 22 meses, com desvio-padrão de 4.6 meses.

O preenchimento foi feito pela educadora infantil, mediante instruções e acompanhamento de um técnico.

Foram recolhidas observações e sugestões por parte das educadoras participantes, vindo estas a ser integradas na versão final.

Resultados: a lista de vocabulário obtida

A adaptação final do inventário reflecte os factores de controlo de natureza diversa, atrás descritos, que permitem de algum modo tomar a configuração final obtida como reflexo do comportamento das crianças portuguesas face às categorias propostas na versão original. Sobre este pressuposto, analisamos alguns indicadores quantitativos da relação adaptação/original.

Número de itens por categoria

O quadro 2 documenta a distribuição quantitativa dos itens incluídos na lista de vocabulário da versão final do inventário e sua comparação com a distribuição na versão original. Os valores da última coluna indicam, quando inferiores a 1, uma redução da quantidade de itens face ao original. Os valores superiores a 1 apontam, ao contrário, uma ampliação.

Versão PE final	Versão original	PE/original
6	21	0.285714
3	6	0.5
14	25	0.56
4	7	0.571429
38	63	0.603175
19	31	0.612903
10	14	0.714286
75	103	0.728155

Versão PE final	Versão original	PE/original
25	33	0.757576
17	22	0.772727
53	68	0.779412
15	18	0.833333
10	12	0.833333
43	50	0.86
15	17	0.882353
38	43	0.883721
26	29	0.896552
26	26	1
27	25	1.08
32	27	1.185185
37	28	1.321429
18	12	1.5
551	680	0.810294

Quadro 2. Número de itens por categoria na versão obtida e versão original; relação numérica (3ª coluna) entre itens finais e itens da versão original.

Itens de classe aberta vs. itens de classe fechada em cada versão

Na versão original, a relação classe aberta/classe fechada é de 83% para 17%. No Português Europeu, o balanço vai na direcção do aumento do peso dos itens de classe aberta (86% para 14%).

	Inglês	Português
Classe aberta	566 (83%)	473 (86%)
Classe fechada	114 (17%)	78 (14%)
Total vocabulário	680	551

Quadro 3. Balanço entre itens de classe fechada e itens de classe aberta na versão original e na adaptação

No sentido de perceber que factores contribuíram para esta reconfiguração, seguimos as fases de exclusão apriorística e de testagem empírica.

Itens de classe aberta vs. classe fechada que foram alvo de exclusão apriorística

Considerámos a percentagem de itens que, face ao número original, não foram sequer testados, quer por inexistência de tradução, quer por alta probabilidade de distância cultural.

	% itens excluídos
Classe aberta	38%
Classe fechada	40%

Quadro 4. Percentagem de itens excluídos, à partida, da versão original

Verifica-se que o grau de exclusão afectou, de forma semelhante, itens de classe aberta e classe fechada. Não houve, portanto, um viés a este nível.

Itens de classe aberta vs. classe fechada que foram alvo de rejeição empírica

Parte dos itens da versão original que foram submetidos a teste desencadearam um sucesso inferior a 20% na amostra piloto. A distribuição destes itens rejeitados revela, aqui sim, um viés no sentido de serem os itens de classe fechada aqueles que sofreram maior rejeição.

	% itens rejeitados
Classe aberta	16%
Classe fechada	25%

Quadro 5. Percentagem de itens rejeitados por teste empírico

Redução do número de itens de classe aberta vs. itens de classe fechada

Relidos os dados do quadro 2 no sentido de avaliar as tendências de redução vs. expansão do número de itens em cada categoria, partindo do original inglês, verificamos que os itens de classe aberta são reduzidos em menor grau (84%), que a média de toda a lista de vocabulário (3% acima de 81%), enquanto que os itens de classe fechada sofrem maior redução (68%, 13% abaixo de 81%).

Número relativo de itens	
Classe aberta	84%
Classe fechada	68%
Total	81%

*Quadro 6. Percentagem de itens sobreviventes,
face à versão original*

Categorias semânticas de maior e menor sobrevivência

Uma nova inspecção dos dados do quadro 2 evidencia a hierarquia de sobrevivência nas 22 categorias do vocabulário.

Entre as categorias de classe aberta que expandiram a versão original, ou seja, aquelas em que o número de itens aprovados foi superior ao original encontramos as de palavras para rotinas e saudação, corpo, roupa e interjeições. Ao contrário, as categorias de qualificativos, coisas de fora, veículos, acções, lugares, alimentos, brinquedos, casa, animais, gente e pessoas, foram sucessivamente contraídas na sua dimensão.

Nenhuma categoria de classe fechada sofreu expansão. Atrás da categoria das preposições, que manteve uma relação de total equivalência numérica face ao original, em parte à custa da admissão de itens com sucesso inferior ao critério estabelecido, ficam todas as demais categorias de classe fechada. A categoria mais afectada foi a dos verbos auxiliares que, mesmo após admissão de itens com sucesso inferior ao limiar estabelecido, se manteve numa relação de 29% da dimensão original. As ra-

zões para este facto são óbvias, prendendo-se com as diferenças entre o funcionamento sintáctico do Inglês e do Português relativamente à dependência de verbos auxiliares para conjugação de tempo e modo.

Discussão

Ao usar o resultado da adaptação de um instrumento de avaliação da linguagem infantil como possível contributo para definir a identidade do Português Europeu, mantivemo-nos longe do propósito de trazer conclusões. Ao contrário, lançámos apenas um olhar que, na sua própria falta de ortodoxia, fosse passível de levantar pistas menos comuns ao nível do trabalho científico interdisciplinar que considera a língua como elemento central da cultura de um povo.

De uma forma geral, verificamos que a versão portuguesa do instrumento sofreu um corte mais acentuado nas palavras de classe fechada que nas palavras de classe aberta. Essa redução não se deveu, aparentemente, a factores de brecha lexical (*lexical gap*, Hirst, 2004), segundo os quais realidades lexicalizadas numa língua não são lexicalizáveis noutra. Não foram as palavras intraduzíveis as responsáveis por esta redução. No entanto, o teste empírico revelou que as crianças falantes do Português Europeu têm mais dificuldade em atingir um determinado limiar de sucesso para palavras de classe fechada do que para palavras de classe aberta. Existem inúmeras hipóteses explicativas. Em primeiro lugar, não sabemos se a pilotagem da versão original seguiu o mesmo tipo de lógica de controlo por nós seguida, isto é, se foi adoptado um só critério para fazer a selecção final de todas as palavras, ou se os itens de classe fechada foram aceites mesmo tendo sucesso inferior no teste piloto. Mesmo que isto não tenha acontecido, é possível que tenha ocorrido um efeito de múltiplos factores, incluindo a incompreensão por parte do respondente. Contudo, imaginando que, de facto, o percurso realizado reflecte, realmente, um controlo exercido por pressões imanentes à própria língua, cumpre perguntar: o que significa um acesso mais tardio, no Português Europeu às palavras de classe fechada? Indicia isto uma dinâmica estrutural que permite, em Português mais que em Inglês, a sobrevivência de um discurso mínimo, telegráfico que satisfaça requisitos básicos de co-

municação? Significa isto que a língua Portuguesa é menos densa que o inglês em termos de dependências sintácticas? Ficam as questões.

No plano dos objectos culturalmente relevantes, tal como são assinalados pela hierarquia de expansão/compressão nas 16 categorias de classe aberta, verificamos uma interessante concentração da expansão em categorias do foro da relação interpessoal: as expressões para rotinas e saudação e as interjeições são categorias eminentemente ligadas a contextos de interacção pelo diálogo. Curiosamente, e de forma ainda mais especulativa, as categorias ‘partes do corpo’ e ‘roupa’ integram também a lista das categorias expandidas. Será este um espelho de uma especial ênfase na imagem pessoal e apresentação perante o outro, possivelmente característica de uma cultura portuguesa? Deixamos a provocação.

Finalmente, não podemos deixar de lembrar o reverso deste problema. Embora seja mais imediato assumir que os itens dominantes numa língua reflectem a cultura de um povo, não esquecemos que a língua, ela própria, condiciona o pensamento e a percepção da realidade: o léxico não é uma ontogenia (Hirst, 2004), mas pode ajudar a configurá-la, tornando certas coisas possíveis, porque têm palavras, e outras coisas impossíveis. Ficam por reflectir as implicações, na visão da realidade, que as diferenças estruturais possivelmente associadas ao balanço diferencial classe aberta/classe fechada poderão ter, naquilo que será um pensamento lusófono.

Referências bibliográficas

- BATES, E., BENIGNI, L., BRETHERTON, I., CAMAIONI, L., & VOL-TERRA, V. (1979). *The emergence of symbols. Cognition and communication in infancy*. New York: Academic Press.
- BATES, E., BRETHERTON, P.S., & SNYDER, D. (1988). *From first words to grammar. Individual differences and dissociable mechanisms*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BLOOM, L. (1970). *Language development: Form and function in emerging grammars*. Cambridge, MA: MIT Press.
- CASELLI, M. C., STEFANINI, S., & PASQUALETTI, P. (2006). The MacArthur-Bates CDI in Italy: developmental trends, variability

- and clinical application. In M. Eriksson (Ed.), *Proceedings from the First European Network Meeting on the Communicative Development Inventories*, 2006, 51-61. Laboratory for Psycholinguistic Research, POLIN University of Zagreb, Croatia & Department of education and Psychology University of Gavle, Sweden.
- CHOMSKY, N. (1981). *Lectures on Government and Binding. The Pisa Lectures*. Mouton de Gruyter.
- CHOMSKY, N. (1975). *Reflections on Language*. New York: Random House.
- CHOMSKY, N. (1959). A Review of B. F. Skinner's "Verbal Behavior." *Language*, 35, 26-58.
- CHOMSKY, N. (1969). *Acquisition of Syntax in Children from 5 - 10*. Cambridge, MA: MIT Press.
- FENSON, L., DALE, P., REZNICK, S., THAL, D., BATES, E., HARTUNG, J., PETHICK, S., & REILLY, J. (1993). *MacArthur Communicative Development Inventories: User's guide and technical manual*. San Diego, CA: Singular Publishing.
- HIRST, G. (2004). Ontology and the Lexicon. In: Staab, Steffen and Studer, Rudi (editors), *Handbook on Ontologies*, Berlin: Springer, 209-229.
- KOVACEVIC, M., KRALJEVIC, J., & CEPANEC, M. (2006). Sex differences in lexical and grammatical development in Croatian. In M. Eriksson (Ed.), *Proceedings from the First European Network Meeting on the Communicative Development Inventories*, 2006, 5-15. Laboratory for Psycholinguistic Research, POLIN University of Zagreb, Croatia & Department of education and Psychology University of Gavle, Sweden.
- MEISEL, J. (1996). *Parameters in acquisition*. In P. Fletcher & B. MacWhinney (Eds.). *The Handbook of Child Language*, pp 11-34. London: Blackwell.
- PÉREZ-PEREIRA, M., & SOTO, X.R.G. (2003). El diagnóstico del desarrollo comunicativo en la primera infancia: adaptación de las escalas MacArthur al gallego. *Psychotema*, 15 (3), 352-361.

- SHI, R., MORGAN, J., & ALLOPENNA, P. (1998). Phonological and acoustic bases for earliest grammatical category assignment: a cross-linguistic perspective. *Journal of Child Language*, 25, 169-201.
- TULVISTE, T. (2006). Variation in vocabulary development among Estonian children as a function of child's gender, birth-order, child-care, and parental education. In M. Eriksson (Ed.), *Proceedings from the First European Network Meeting on he Communicative Development Inventories*, 2006, 16-22. Laboratory for Psycholinguistic Research, POLIN University of Zagreb, Croatia & Department of education and Psychology University of Gayle, Sweden.

IMPORTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE TERMINOLOGIAS DA ECOLOGIA EM LÍNGUA PORTUGUESA: ASPECTOS TERMINOLÓGICOS

Rosa Maria Queirós Fréjaville
Universidade Jean Monnet de Saint-Etienne- França

Introdução

A Ecologia nasceu oficialmente em 1866 com a criação do termo *oekologie* por E. Haeckel e a sua evolução deve-se essencialmente aos trabalhos de investigadores europeus¹. Dezoito anos mais tarde, a comunidade científica adotou o termo *ecology* abrindo assim o caminho a uma nova revolução científica, marcada por uma crescente comunicação científica e consequente produção terminológica própria ao domínio², veiculadores do novo paradigma. Mas é no século XX graças, sobretudo, aos trabalhos de investigadores ingleses e americanos que a Ecologia se afirma totalmente como ciência, com objeto e método de estudos próprios, tornando emergentes as disciplinas específicas da área.

A partir de 1960, surge o conceito de meio ambiente e com ele o aparecimento de uma consciência ecológica: o ecologismo. São cria-

¹ Sobretudo, franceses, ingleses e alemães. Nos finais do século XIX, a Europa continuava a ser o bastião do conhecimento científico. A ciência britânica dominava o mundo, a França esforçava-se por conquistar a ciência pela Razão, a Alemanha já tinha criada toda uma dinâmica científica, a Holanda era reconhecida através de um viveiro muito produtivo de físicos; e os EUA tinham criado as primeiras universidades, setecentos anos depois da Europa, mas mostrando com força a emergência das ciências mesmo se estas não passavam de uma imitação do pensamento científico europeu.

² O conceito/termo de ecologia é produtor de novos conceitos/termos como, por exemplo : climax, noosfera, biocenose e biótopo na origem do conceito/termo ecossistema, etc.

dos os primeiros programas dos governos em favor da proteção do ambiente³ e surgem os primeiros movimentos ecologistas. A gestão política do ambiente e os programas de planificação terminológica surgem apenas dez anos depois. Os problemas do ambiente são verdadeiramente integrados na gestão política dos estados com uma nítida implicação europeia nas questões de normalização terminológica. Referimo-nos, por exemplo, à criação dos primeiros Ministérios do Ambiente⁴ e aos primeiros programas de âmbito mundial, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUE).

Na verdade, o conhecimento adquiriu facetas diferentes de acordo com as necessidades de cada época. A ciência foi-se aproximando das instituições, fazendo hoje parte integrante dos programas políticos, transformada numa atividade institucionalizada, submetida às regras e aos interesses financeiros dos Estados e a toda uma diversificada gama de planos de estruturação tecnológica e terminológica. O conhecimento tornou-se, portanto, o núcleo do poder económico e político-militar, neutralizando assim a distinção entre saberes e suas aplicações.

Na realidade, as indústrias que cresceram nos últimos quarenta anos só o conseguiram porque se reestruturaram à volta do saber e da informação – a siderurgia, por exemplo, está a ficar obsoleta, e mesmo nos países com quotas reduzidas não consegue competir com as mini-cirurgias, que mais não são do que produtores organizados preferencialmente à volta da informação em vez do calor. (...) Se o cavaleiro feudal era a sociedade na Alta Idade Média e se o burguês desempenhava esse papel no capitalismo a pessoa instruída será a sociedade no pós-capitalismo, no qual o saber se tornou o recurso fundamental.

(Drucker, 1993: 125)

³ Nomeadamente, com o apoio à criação de laboratórios e de sociedades científicas.

⁴ Em França em 1971.

O domínio da poluição no contexto português: para uma abordagem terminodiacrónica e terminológica em português

Um panorama, ainda que breve, sobre o perfil da ciência em Portugal, é deveras útil para o terminólogo que quer empreender um trabalho sobre domínios tão recentes como o da poluição. Setor interdisciplinar⁵, multidisciplinar⁶ e transdisciplinar⁷, a poluição⁸ erigiu-se em programa de investigação graças ao progresso de ciências como a física, a química, a termodinâmica, a biologia e mais recentemente a ecologia, à qual está intimamente ligada.

Se a imagem do mundo projetada pela Ciência não depende de uma língua em particular, a difusão e a transferência de conhecimentos fazem-se, pelo contrário, por meio de uma língua natural. O domínio da poluição, com uma longa história científica e editológica em países anglo-saxões e na França, também se integrou mais tarde em todo este processo de construção de conhecimento, circulação de um saber, sistema de comunicação especializada e de aplicações tecnológicas, construindo-se em paradigma tecnológico detentor de uma metalínguagem que se aplica a objetos presentes num mundo em que o conhecimento, a prática e a produção são a síntese da extrema complexidade das interrelações existentes na sociedade contemporânea.

⁵ Um campo de conhecimentos é interdisciplinar quando é produzido por uma combinatoria seletiva de elementos, de ideias e de conceitos a partir de outros campos do conhecimento.

⁶ A poluição é também um campo multidisciplinar na medida em que inclui a intervenção de outras disciplinas, nomeadamente a bioquímica sem que isso influencie as suas especificidades de domínio.

⁷ A poluição é um campo de conhecimentos caracterizado pela transversalidade porque pode ser analisado a partir de perspetivas diferentes. Quando a poluição é analisada numa perspetiva científica, jurídica, política, etc., constitui um objeto de estudo transdisciplinar.

⁸ A poluição é atualmente um ramo da Alteralogia, ciência das alterações do ambiente.

A questão do ambiente e da poluição em Portugal⁹ é, numa perspetiva termino-diacrónica, importante no contexto histórico do fim do salazarismo, do 25 de Abril e da integração de Portugal na Comunidade Europeia.

A problemática do ambiente em Portugal liga-se estruturalmente ao contexto sócio-económico de um país que ainda no início do século XX não tinha realizado a sua revolução industrial. Durante o Estado Novo, o desenvolvimento económico seguiu três tendências. De 1926 a 1933, a economia portuguesa vivia em autarcia, alimentada por uma indústria doméstica, estruturada em torno das PME. Nos anos quarenta houve um certo desenvolvimento industrial e a partir de 1960, a economia portuguesa teve uma certa abertura, com a adesão à EFTA e com a introdução de capitais estrangeiros.

A partir de 1974, Portugal aplicou um programa de nacionalização das empresas mas, devido às exigências internacionais e à recente restruturação sócio-económica portuguesa, essa política orientou-se para uma economia de mercado controlada pelas ações do FMI. A adesão à Comunidade Económica Europeia em 1986, ano europeu do ambiente, fortaleceu a economia de mercado com o desenvolvimento de privatizações, nascimento de grupos económicos e financeiros, desenvolvimento estruturado das PME, entrada de fundos comunitários e de novos capitais estrangeiros.

A partir de 1980, Portugal foi empreendendo esforços para modernizar o sistema científico utilizando estruturas existentes, chefiadas pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia e financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. A investigação universitária encontrava-se em franca progressão, apoiada por organismos do Estado existentes ou recentemente criados. Alguns desses centros têm como principal missão a investigação aplicada, como resposta aos desafios lançados à economia portuguesa. Este avanço foi possível, nomeadamente, graças ao desenvolvimento internacional da investigação produzida e, economicamente, graças aos meios postos à disposição pela UE. Desta forma, Portugal re-

⁹ Não contemplamos neste artigo o Brasil por óbvia falta de espaço. O Brasil é, no entanto, um elemento importante para a compreensão da introdução e desenvolvimento terminodiacrónico do setor de experiência da poluição em português.

duziu a distância que o separava dos três grandes sistemas de investigação da Europa Ocidental¹⁰.

O contexto mundial preconiza a interdisciplinaridade e uma verdadeira interação entre a investigação e o meio sócio-económico. O mundo é um “mercado do conhecimento”, consequência do aumento dos recursos consagrados à produção, à transmissão e à gestão do saber (educação, formação, I&D, gestão) e ao aparecimento das tecnologias da informação que interferem, naturalmente, nos processos de codificação e de distribuição do conhecimento e da informação. Portugal também se integrou neste novo paradigma, coordenando as atividades de investigação científica e desenvolvimento experimental (I&D), e as outras atividades científicas e técnicas (OAC&T), como o controlo da qualidade e do circuito completo da comunicação especializada.

Antes de 1986 o meio ambiente não era uma prioridade e a investigação científica em ecologia tinha pouca relevância, apesar de existirem já embriões de problemas ambientais. No entanto, existem algumas iniciativas que nos levam a considerar que as questões sobre a ecologia, o ambiente e a poluição em Portugal se inscrevem, com força, no quadro das ações e das preocupações do Estado português. Assim, em relação à proteção dos espaços naturais, a Rede Nacional das zonas protegidas apareceu em 1976, a Reserva Agrícola Nacional (RAN) em 1982 e a Reserva Ecológica Nacional (REN) em 1983.

Logo após o 25 de Abril, perante a falta de uma investigação moderna e de um verdadeiro desenvolvimento tecnológico, a comunidade científica empenhou-se na procura de fundos públicos comunitários a fim de criar as infraestruturas, e os recursos humanos necessários para se poder integrar plenamente no espaço científico europeu e ter voz na comunidade científica internacional¹¹.

¹⁰ A Alemanha, a Inglaterra e a França. Portugal consagra à investigação 1% do PIB e a França 1,9%. A investigação industrial representa um terço da despesa nacional em I&D.

¹¹ Em 1988, o Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) criou o Centro de Investigação Científica Interdisciplinar com o apoio dos fundos europeus e do Banco Mundial com a finalidade de se alinhar com os demais países da UE.

Por esse facto, Portugal empenhou-se não só na aquisição das novas tecnologias mas também na importação de novas terminologias. Foi neste contexto que, no discurso inaugural do *Colóquio Ciência como Cultura*, o ex-presidente Mário Soares se referiu à vontade política de valorizar a investigação científica a favor do desenvolvimento de Portugal

A ideia de realizar este Colóquio surgiu da vontade política de contribuir para a criação no nosso país, de uma consciência cada vez mais profunda, exigente e rigorosa do valor insubstituível da Ciência, no tempo presente, e do seu papel fundamental para a criação de uma nova mentalidade, imprescindível no lançamento de uma acção coerente e determinada, em favor do desenvolvimento de Portugal

(Soares, 1992: 9)

Neste movimento de dinâmica de modernização científica, destaca-se, em primeiro lugar, uma nítida coordenação institucional e universitária na criação, por exemplo, de cursos direcionados para as áreas da Ecologia e do Ambiente. Em segundo lugar, com a entrada na CEE, Portugal passou a tomar parte nas grandes decisões de estruturação ambiental: elaboração de um quadro jurídico sobre o meio ambiente, criação de políticas do ambiente e aplicação de medidas regulamentares e de concertação a favor da proteção do ambiente.

Portugal lançou, assim, os fundamentos de uma verdadeira política do ambiente a partir de 1987 com a sua Lei de Bases do Ambiente (LBA)¹², que estabelecia os princípios, as definições e as ferramentas de base necessários à realização de uma lei-quadro¹³, sendo pioneira a nível europeu por possuir bom quadro teórico de política sobre o ambiente. Seguiu-se depois a promulgação da lei de bases de ordenamento do território e de urbanismo e o grupo de estudos de ordenamento do território (LBOTU).

¹² Trata-se de um quadro jurídico com normas para a constituição de um direito nacional sobre o meio ambiente de acordo com os objetivos europeus.

¹³ Uma “adaptação” criativa do modelo francês.

O aparecimento das associações de defesa do ambiente surgiram em 1986¹⁴ (Quercus e Giota¹⁵) e a Liga para a Proteção da Natureza (LPN), criada em 1948 como um organismo de vocação científica passou a ter vocação pública e política, marcando o início do ecologismo em Portugal.

Considerando que as questões sobre o ambiente fazem parte de um circuito organizado de comunicação especializada, as realizações são diversas: congressos, seminários, conferências, artigos de imprensa, diversos meios de divulgação e de banalização. O ano de 1987 é uma data pioneira para os congressos sobre a qualidade do ambiente, a questão dos eucaliptos, as áreas protegidas, o turismo e a cultura. A opinião pública é, desde 1988, regularmente informada e solicitada pelo caderno dedicado aos temas do ambiente no jornal *Expresso*; e alguns acidentes graves são difundidos, como a instalação da lixeira de Aldeavilla e a maré negra de Sines em 1989.

Foram também criadas infraestruturas de política e de gestão do ambiente em substituição do CNA e da SEA criadas respetivamente em 1971 e em 1979¹⁶. Em 1990 foi criado o Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais (MARN) apoiado por órgãos encarregados, sobretudo, da “educação ambiental”, como o Instituto Nacional do Ambiente (INAMB), hoje, Instituto de promoção ambiental (IPAMB), o Instituto da água, o Instituto de meteorologia, o Instituto de conservação da Natureza, de promoção ambiental e do consumidor.

¹⁴ Enquanto as primeiras associações surgiram em Inglaterra em 1824 e nos EUA em 1892.

¹⁵ Estas duas associações foram as que melhor souberam gerir e difundir os problemas do ambiente. São a prova da existência de um movimento ecológico. Entre 1986 e 1988, a ação da LPN e a Geota (Grupo de estudos de ordenamento do Território e Ambiente) especializaram-se nos estudos de impacto, na gestão dos resíduos e no ordenamento do território, no direito do ambiente e produziram ações de formação.

¹⁶ A Comissão Nacional do Ambiente, organismo integrado no seio do INICT, foi criada para preparar a Conferência de Estocolmo de 1972 foi a primeira a elaborar o Atlas do Ambiente e a realizar os primeiros estudos sobre a área... A Secretaria de Estado do Ambiente, organismo integrado no Ministério da qualidade de vida, transformou-se, em 1985 na Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais (SE-ARN) dependente do Ministério do Plano e da Administração do Território.

Assim, as infraestruturas de política e gestão do ambiente foram criadas com um certo atraso em relação, por exemplo, à França. Mas re-alce-se que Portugal aplicou fielmente, e sem restrições, no plano legislativo, as diretivas impostas pela comunidade europeia.

No entanto, o discurso jurídico da poluição tinha já tradição em Portugal. No século XIX, o Decreto Real de 1892 sobre o regulamento dos serviços hidráulicos consignava normas para a utilização da água e decretava sanções contra a poluição das águas inquinadas. No século XX, os Decretos de 1957 e de 1967 tratavam dos pesticidas e dos produtos farmacêuticos. Todas estas leis disseminadas não contribuiram, porém, para a verdadeira promoção de uma política do ambiente. Foi, pois, no contexto específico de 1987, que um conjunto coerente de normas e diretivas foram postas em prática: normas para a constituição de um direito nacional sobre o ambiente em coordenação com os objetivos europeus; normas sobre as atividades humanas; e normas para a proteção do ambiente e a preservação dos recursos naturais.

Comparando os sistemas legislativos sobre proteção do ambiente em Portugal e em França, verifica-se que esta possui umas das legislações mais completas e coerentes mas é deficiente na participação do público sobre os estudos de impacto. Portugal tem uma legislação nova e moderna mas não controla, por exemplo, a poluição industrial.

Consideramos pois que na aplicação das normas europeias para o ambiente, Portugal permanecia ainda numa fase de harmonização legislativa e de criação de infraestruturas para o ambiente. E é por essa razão que multiplicou os planos diretores¹⁷, mostrando-se assim que o ambiente é fiscalizado e administrado por órgãos centrais, nacionais e regionais.

A nível institucional, o estado português submeteu-se voluntariamente à tradição dos relatórios sobre o ambiente, publicados regularmente pela maior parte dos países europeus¹⁸. O relatório português

¹⁷ Planos diretores municipais (PDM), Plano nacional da Política do ambiente (PNPA), Planos de ordenamento da orla costeira (POOC), Plano nacional de ordenamento do território (PNOT), Plano de desenvolvimento económico e social (PDSE), Plano de combate à desertificação (PCD), Rede natura 2000, Plano litoral 98.

¹⁸ Pode-se considerar o texto americano da National Policy Act (NEPA) de 1969 como o primeiro relatório. A França publicou o seu primeiro relatório em 1978 e Portugal em 1987.

de 1994 trata assuntos relacionados com a água, o ar, os resíduos, os compostos químicos, a proteção da saúde e do ambiente, o impacto ecológico, a indústria, a conservação da Natureza, o património cultural e as catástrofes naturais.

Em relação aos riscos tecnológicos e aos problemas gerais do ambiente em Portugal, a única fonte temática e terminológica disponível é o *Livro Branco do Ambiente* (1998, 1991) que recolheu elementos sobre a utilização do solo, a poluição da água, as águas residuais não tratadas, a produção de dejetos urbanos e domésticos sem tratamento (depósitos em lixeiras), os resíduos industriais e hospitalares sem gestão integrada ou com gestão integrada inadaptada às situações e ao ambiente.

Em relação à qualidade do ambiente, o país defrontava-se com problemas de poluição da água, poluição sonora e resíduos¹⁹. Alguns balanços positivos são relevantes no que diz respeito as áreas protegidas, o tratamento de resíduos, os diferentes controlos e, sobretudo, a sensibilização do público para os problemas ambientais e os estudos de impacto.

A implantação da terminologia da poluição em português

O estudo diacrónico de um domínio e a descrição do seu circuito de comunicação especializada contribuem para a descrição do seu campo conceptual e para a sua estruturação terminológica. Antes de se fazer o levantamento dos termos da área, é pois importante compreender o contexto em que a terminologia se insere de forma a poder analisar-se o

¹⁹ Alguns números sobre a poluição do ar em Portugal: 96% de dióxido de enxofre (SO₂) emitido pelas indústrias, 62% de óxido de azoto (NO₂) pelos transportes e as indústrias de solventes, 32% de compostos orgânicos voláteis. Sobre os resíduos a poluição é sólida. Os resíduos são fonte de poluição do solo e das águas continentais subterrâneas (primeiros textos jurídicos a partir de 1957) que são geralmente depositados em lixeiras ou em aterros sanitários (lixeiras não controladas). Uma política dos resíduos foi levada a cabo pela Direção dos Serviços de Resíduos e Reciclagem (DSRR) em 1993. Sobre a água as convenções foram assinadas em 1954 (poluição pelos hidrocarbonatos, os navios, a poluição costeira e do mar, poluição por descarga no mar). Sobre o ar, foram assinadas convenções a partir de 1979 sobre as poluições transfronteiras. Portugal recebeu aproximadamente 75% do custo total das despesas empregadas na gestão do ambiente.

seu sistema de conceitos nas suas atualizações socioterminológicas e nas características intrínsecas da sua terminologia.

M. Cardoso publica *A Poluição do Meio Ambiente* em 1976, primeira obra de divulgação do setor da poluição, e no ensino secundário é adotado o manual *Ecologia* de Knapic. Mas é efetivamente, a partir de 1986 que as publicações sobre o ambiente se tornam relevantes (cf. Anexo 1). A par destas, algumas obras estrangeiras sobre as áreas da ecologia e do meio ambiente são traduzidas em português (cf. Anexo 2), com destaque para as traduções vindas do francês, representativas de um maior caráter terminológico. A amostra evidencia uma maior influência não só da ergonomia francesa para as questões do ambiente como também a importância do empréstimo.

Ao efetuar-se a análise terminológica do setor da poluição, no período referido, tendo em conta a perspetiva temática e, portanto, comparativa, verifica-se que o acervo existente em francês é nitidamente superior ao português. Assim, contam-se 14 obras lexicográficas em francês e 7 em português, 40 obras sobre ecologia/ambiente em francês e 21 em português; 46 obras sobre poluição e ambiente em francês e 12 em português; 5 programas sobre problemas da poluição/ambiente contra 1 em português; e 9 relatórios em francês contra 5 em português. Desta amostra verifica-se que as obras em português são muitas delas uma adaptação conceptual e terminológica das congêneres francesas. Portugal foi importador direto de teorias ecológicas e de direito ambiental vindas do francês.

A terminologia da poluição em português: casos de transferência e calque

O campo da poluição é constituído pelo conjunto de textos e de discursos marcados por uma história, uma conjuntura internacional e uma cultura. A organização dos campos terminológicos e a representação formal do seu sistema conceptual são o resultado desta análise. A partir daí é possível construir o quadro sinóptico do conjunto terminológico, determinando a organização, a delimitação e a articulação dos diferentes ra-

mos do domínio. De acordo com a dupla classificação ontológica e lógica²⁰ o domínio da poluição aparece da seguinte maneira:

- um grande genérico: poluição²¹;
- um sub-conjunto composto por: poluição atmosférica²², poluição da água²³, poluição dos solos²⁴, poluição sonora²⁵, “poluição olfativa”²⁶, poluição industrial;
- conjunto de classificadores: poluentes e resíduos²⁷;
- conjunto de elementos transversais: contaminação, bio-cumulação, concentração²⁸; catástrofes.

Esta esquematização serve para delimitar e distinguir os campos terminológicos do domínio. Para Kocourek (1982: 68), um campo terminológico designa o conjunto dos termos recortados de maneira objetiva e estruturada, ligados por relações formais e/ou semânticas. O campo terminológico deve ser o reflexo do campo conceptual. O sistema concep-

²⁰ Baseada numa rede de relações de superordenação, de subordinação, de coordenação, respeitando as regras de análise em compreensão e em extensão (características genéricas e específicas de conceitos que engendra categorizações e funcionalidades do conjunto).

²¹ Domínio de experiência com as variantes poluição ambiental ou poluição do meio ambiente ou poluição do ambiente. O domínio da poluição é um termo subordinado à Ecologia e à Alteralogia (termo somente atestado em francês).

²² Ou poluição do ar. Campo muito desenvolvido no discurso jurídico. A sua história terminológica é recente, nomeadamente no que diz respeito os setores de controlo e de gestão tecnológica. O mesmo caso para a terminologia da poluição da água.

²³ Ou poluição hídrica.

²⁴ Ou poluição da terra.

²⁵ Ou poluição acústica com lugar de destaque em todo o circuito da comunicação especializada porque se trata de uma questão importante para o bem-estar da sociedade portuguesa. No entanto, é um campo terminológico mais vasto em francês. Em português é deficitário em terminologia de aplicações tecnológicas.

²⁶ Sem termos aferentes em português.

²⁷ Os poluentes dependem das experimentações químicas e podem ser organizados em taxonomias: natureza do agente poluente, tipo de meio poluído (poluentes físicos, poluentes químicos, poluentes biológicos). Os resíduos dependem da gestão económica institucional: questões de nomenclatura, classificação dos resíduos, métodos, controlo, gestão e tratamento dos resíduos nos setores ecológico, económico, político e jurídico (com uma terminologia ainda muito instável).

²⁸ São importantes para compreender os fundamentos da poluição e as suas imbricações com outras disciplinas.

tual é, com efeito, constituído por vários campos conceptuais representados por vários campos terminológicos.

Estabelecidos assim os campos terminológicos da poluição, resta descrever a natureza das unidades terminológicas características da sua linguagem de especialidade em português.

Em primeiro lugar, trata-se de uma terminologia que é fruto dos trabalhos de harmonização e de gestão terminológica europeia. Como exemplo, pode-se referir a regulamentação e a normalização de termos relativos aos tipos de poluição, à nomenclatura dos resíduos e à tipologia dos poluentes. A transferência linguística reflete aqui não só os fenómenos de interdisciplinaridade e de transdisciplinaridade como também a influência científica e socio-económica que uma nação ou uma cultura tecnológica podem exercer sobre outra. A procura de equivalência total encontra-se, neste caso, ao serviço de uma política de planificação linguística das linguagens de especialidade.

Em segundo lugar, e na sequência da análise de corpora de poluição em diferentes línguas, verifica-se que a linguagem da poluição em português foi claramente criada, no período iniciado em 1986, a partir de empréstimos ao francês que, devido às afinidades eletivas que ligam as duas línguas, foi de fácil integração²⁹. Por essa razão ao ser introduzido na língua, por transferência total ou por calque, tornou-se unidade lexical produtiva dentro do sistema linguístico português.

A terminologia da poluição, como se referiu, é resultante da harmonização e de gestão terminológica europeia. A implantação deu-se em português por via do empréstimo com relevância para os fenómenos de equivalência total e de calque que são duas formas de empréstimo. A equivalência total e o calque são, pois, dois tipos de neologia de transferência³⁰.

A equivalência total consiste na importação do conceito e da designação. Por exemplo, a nomenclatura dos poluentes, criada pelo método da categorização, apresenta classificações sistémicas dependentes de regras de formação e de utilização, convencionais, muito

²⁹ Além dos empréstimos externos existem em menor número empréstimos internos, importados de domínios conexos e da língua corrente.

³⁰ Ato voluntário, seletivo e ponderado.

motivadas, a partir de elementos como números, símbolos, classes e sub-classes, formalizadas a partir de sistemas de derivação rigorosos, estruturados com base em valores semânticos bem determinados, facilitando a criatividade léxica. Por exemplo:

	Francês	Português
poluente atmosférico	les CFC les COV	os CFC os COV
poluente do solo	les PCB le DDT	os PCB o DDT
poluente da água	Le DCO	o DCO
pesticidas	L'aldicarbe	o aldicarbe
	Le malathion	o malation

No entanto, da análise comparativa do domínio da poluição em francês e em português, verifica-se que existe anisomorfismo entre os dois sistemas terminológicos. A equivalência total não se dá devido à distância que os separa a nível do discurso tecnológico, mais precisamente, no que diz respeito aos métodos, análises e medidas em poluição e às técnicas de despoluição, conceptual e terminologicamente mais representativos em francês. Além disso, a terminologia da poluição atmosférica e da poluição da água são mais vastas em francês devido a uma maior tradição de investigação que lhe confere uma maior maturidade de análise e de conceptualização.

O calque não é uma transferência total pois consiste na importação do significado com transformação por tradução ou adaptação fonológica e morfológica do significante. A forma de adoção em português foi direta e indireta.

Os termos ligados à política e gestão do ambiente e aplicações tecnológicas foram adotadas de forma direta, como atestam no quadro seguinte, os exemplos de importação da tipologia de poluentes:

Francês	>	Português
antipolluant		antipoluentes

Francês	>	Português
pollution diffuse		poluição difusa
pollution ponctuelle		poluição pontual
pollution bactériologique		poluição bacteriológica
pollution accidentelle		poluição accidental
pollution chronique		poluição crónica
polluants primaires		poluentes primários
polluants secondaires		poluentes secundários
effluent		efluente
effluent industriel		efluente industrial
effluent radioactif		efluente radioactivo
décharge sauvage		descarga selvagem
principe du pollueur-payeur		princípio do poluidor –pagador
Effet de serre		efeito (de) estufa

A adoção pode ser indireta quando o empréstimo tem uma ou mais línguas intermediárias entre a língua exportadora e a língua de importação. Trata-se de termos oriundos de influências mais antigas ligadas às teorias ecológicas. A título de exemplo:

Inglês	>	Francês	>	Português
Ecology (1866)		écologie		ecologia
animal ecology (1949)		écologie animale		ecologia animal
ecosystem (1935)		écosystème		ecossistema
aerosol		aérosol		aerossol/aerosol

Considerações finais

A análise temática é deveras útil para a comparação dos domínios de especialidade porque abre perspetivas terminológicas que facilitam a análise conceptual, revela as possíveis omissões, garante a qualidade e a coerência da indexação dos termos assim como as relações de equivalência entre línguas.

A análise terminológica, na sua orientação mais moderna (TCT), aplica-se naturalmente ao caso português permitindo a deteção de especificidades diacrónicas e sincrónicas pertinentes para a caracterização da estrutura conceptual, da terminologia e dos diferentes discursos da poluição em português.

A implantação das terminologias da Ecologia, Meio ambiente e Poluição em Portugal relata a apropriação de novas tecnologias e representa a adoção do modo de viver europeu com uma nítida influência da cultura científica do francês. Trata-se pois de uma terminologia cultural, servindo finalidades de desenvolvimento tecnológico do país.

Os processos de neologia utilizados favoreceram a organização rápida do sistema de termos, facilitando a integração do país na organização e gestão do meio ambiente europeu e internacional.

A dependência dos termos franceses deve-se à afinidade entre as duas línguas que possuem modos de formação lexical vizinhos e utilizam os mesmos modelos de formantes, e devem-se à hegemonia tecnológica e à importância da comunicação especializada francesa com tradução em português.

Referências bibliográficas

- ARSAC, Jacques (1993). *La science et le sens de la vie*. Mesnil-sur-l'Espresso: Fayard.
- DRUCKER, Peter (1993). *Sociedade pós-capitalista*. Lisboa: Difusão Cultural.
- KOCOUREK, Rostilav (1982). *La langue française de la technique et de la science*. Paris: La Documentation Française / Wiesbaden: Brandschetter Verlag.
- SOARES, Mário (1992). *A Ciência como Cultura*. Colóquio promovido pelo Presidente da República. Lisboa: INCM.

Anexo 1: Amostra de fontes temáticas disponíveis em português por ordem de publicação

-
- SEARN (1987). *Ambiente 87* (Relatório).
- MANTAS, António (1991). *Dicionário de Agricultura*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PENA, António e CABRAL, José (1991-1992). *Roteiros da Natureza*. 5 vols. Lisboa: Círculo de Leitores.
- BORREGO, Carlos et al. (1991). *Livro Branco sobre o ambiente*. Lisboa: MARN.
- Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (1991). *Livro Branco Sobre O Estado do Ambiente Em Portugal*. Abril.
- DE MELO, João Joanaz e PIMENTA, Carlos (1993). *Ecologia e Ambiente*. Lisboa: Difusão Cultural.
- FIGUEIREDO, Eurico (1993). *Angústia Ecológica e o Futuro*. Lisboa: Gradiva.
- Direcção Geral do Ambiente (1993) . *Relatório do Estado do Ambiente e Ordenamento do Território*.
- SCHMIDT, Luísa (1993). *O Verde- Preto no Branco*. Lisboa: Gradiva.
- VALADAS e GOIS (1994). *Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas*. Corinair 90: Portugal. Lisboa : DGA.
- CARAPETO, Cristina (1994) *Ecologia : princípios e conceitos*. Lisboa: Universidade Aberta.
- AIP (1995). *Ambiente*, 1.
- Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. *Relatório do Estado do Ambiente 1994*. Lisboa: DGA, 1995.
- APARÍCIO, Maria Jesus (1999). *Guia Básico de Ecologia*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SCHMIDT, Luísa (2000). *Portugal Ambiental: casos & causas*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Anexo 2: Amostra de obras traduzidas em português das áreas da ecologia e do meio ambiente (1986-1994)

a) obras traduzidas do inglês

GILPIN, Alan (1992). *Dicionário de Ecologia*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

ODUM, Eugene (1988). *Fundamentos da Ecologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PORRITT, Jonathon (1992). *Salvemos a Terra*. Itália: Livraria Civilização Editora.

b) obras traduzidas do francês

FRIEDEL, Henri (1987). *Dicionário de Ecologia e do Meio Ambiente*. Porto: Lello & Irmão.

DELÉAGE, Jean Paul (1993). *História da Ecologia –uma ciência do Homem e da Natureza*. Lisboa: D. Quixote.

ACOT, Pascal (1990). *A História da Ecologia*. Brasília:Editora Campus.

DUVIGNEAUD, Paul (1977). *A síntese ecológica*. Lisboa: Socicultur.

VERNIER, Jean (1994). *O meio Ambiente*. Campinas: SP.

DAJOZ, Roger (1983). *Ecologia Geral*. Petrópolis: Vozes.

MEMÓRIA REAL EM EMPRESAS E INSTITUIÇÕES PORTUGUESAS. UM ESTUDO ONOMÁSTICO

Rosa Lídia Coimbra & Lurdes de Castro Moutinho
Universidade de Aveiro

1. Introdução

Os nomes que identificam empresas e instituições¹, especialmente nos ramos da hotelaria, alimentação/restauração, saúde e educação, funcionam como sendo a sua identidade perante o público e também como uma forma de captação da sua atenção e retenção do nome na sua memória, como acontece com um slogan publicitário.

O nosso interesse por estes estudos onomásticos de nomes comerciais e institucionais originou já trabalhos anteriores (Moutinho & Coimbra, 1997; Moutinho & Coimbra, 1998). Num estudo mais recente (Coimbra & Moutinho, 2009), deu-se conta das estratégias linguísticas utilizadas em nomes de lojas e empresas portuguesas, a fim de avaliar a presença de uma ligação com a portugalidade, quer nos nomes, quer nos adjetivos, na sua forma integral ou abreviada (siglas, acrónimos e abreviaturas). Nesse estudo, verificámos que o elemento lexical mais frequente no nosso *corpus* era *Portugal*, seguido de *Português*, sendo também estes os elementos que maior variabilidade de formas abreviadas apresentavam. Nestas formas destacavam-se as amalgamas. Quanto às siglas e acrónimos surgiam apenas referindo *Portugal*, *Português* e *Nacio-*

¹ O *corpus* de trabalho inclui nomes de empresas (serviços, comércios e indústrias) e instituições (as outras categorias referidas), aqui tratadas em conjunto, uma vez que, para este estudo, essa distinção não é relevante.

nal. Os tipos de empresa cujo nome mais parecia revelar uma necessidade de apego à portugalidade eram os ligados a bens de primeira necessidade, como farmácias e estabelecimentos na área da restauração.

Partindo destas observações, ficou-nos a curiosidade de fazer uma extensão desta pesquisa tanto mais que, no decorrer da constituição do *corpus* anterior, constatámos a ocorrência de vários nomes ligados à História de Portugal.

No presente artigo, dada a extensão e a diversidade de tais nomes, centrámo-nos apenas nos nomes próprios de reis e rainhas portugueses nos nomes empresariais. Por nome empresarial entende-se “o modo pelo qual o empresário individual ou sociedade se identifica perante os demais e sob o qual realiza as suas actividades no mundo dos negócios. Do mesmo modo como as pessoas físicas, cada qual tem um nome próprio, as pessoas jurídicas também necessitam de um nome para a prática das suas actividades empresariais” (Bortoli, 2006: 83).

O estudo linguístico dos nomes próprios, especialmente os antropónimos² e os topónimos, constitui o campo de pesquisa da onomástica, a qual tem recentemente voltado a sua atenção para áreas menos tradicionais como é o caso da crematonímia³ (Rzetelska-Felesko, 2005: 41). Os nomes que pesquisámos cruzam o campo da antropónímia e da crematonímia, já que se referem a designações de empresas/instituições que adoptaram um antropónimo referente a um monarca português.

2. Corpus e metodologia de análise

A primeira tarefa em que nos empenhámos na prossecução do nosso objectivo foi a constituição do *corpus* de análise. Com esse fim, começámos por elaborar um quadro com o nome de todos os reis e rainhas

² No site da Societat d'Onomàstica podemos ler que “Anthroponomy is the branch of Onomastics that studies Personal names; their origin, motivation and meaning. It focuses on the first names, surnames and lineages, as well as nicknames.” <<http://www.onomastica.cat/en-US/anthroponomy>>

³ No site do ICOS (International Council of Onomastic Sciences), encontramos a seguinte definição: “chrematonym: name of a politico-economic or commercial or cultural institution or thing; a catch-all category.” <<http://www.icosweb.net/terminology.htm>>

portugueses, desde a fundação da nacionalidade com D. Afonso Henriques até ao último rei de Portugal, D. Manuel II. Estes nomes constam da primeira coluna do quadro do anexo I e estão organizados cronologicamente dentro das respectivas dinastias.

Seguidamente, procurámos nomes de empresas e instituições que incluíssem estes antropónimos na sua designação, em directórios online especializados. No presente estudo, consultámos as bases de dados: <<http://www.empresaslista.com>> e <<http://www.directorio.iol.pt>>. E o levantamento ocorreu em Setembro de 2010.

A consulta foi exaustiva, nome por nome, tendo atingido um total de 396 itens, sobre os quais incide todo o nosso estudo. No entanto, dadas as limitações de espaço, apenas incluímos no anexo I uma amostragem deste *corpus* na segunda coluna. Assim, quando se verificava um grande número de ocorrências para o mesmo rei, decidimos apenas apresentar, nesse quadro, a título exemplificativo, um máximo de 10 ocorrências por rei.

Aqui incluímos o nome comercial tal como constava nos directórios, mas eliminámos as abreviaturas L.da por não serem relevantes para os propósitos deste trabalho. Foram também consideradas as variantes ortográficas para o mesmo nome, pelo que, na nossa procura, tivemos em conta as grafias Dinis/Diniz, Filipe/Felipe, Manuel/Manoel. No caso do título honorífico real, pesquisámos as formas D. e Dom. Na organização do *corpus*, considerámos ainda que, quando o nome do rei não era seguido do número romano indicativo da ordem sucessória, se tratava do primeiro detentor do respectivo nome, por exemplo D. Sancho seria outra designação para D. Sancho I.

No decorrer deste levantamento, colocou-se-nos a questão da possível homonímia entre D. Henrique, o infante navegador, e D. Henrique o casto, o último rei da dinastia de Avis. Com o objectivo de esclarecermos esta ambiguidade, procurámos todos os sites das empresas/instituições com o nome D. Henrique, tendo verificado, quer pela referência ao epíteto navegador, quer pela presença de imagética alusiva, que todos os casos encontrados se referiam ao Infante D. Henrique. Visto o objectivo deste estudo apenas se centrar nos nomes de monarcas portugueses, não o incluímos no *corpus*.

Por se revelar importante para a nossa pesquisa, retirámos, dos directórios acima mencionados, outras informações. Para além do nome, interessou-nos guardar informações acerca da localização geográfica da empresa/instituição. Assim, à frente de cada nome no quadro do anexo I, colocámos, dentro de parênteses, a localidade e o distrito referentes à respectiva localização. Outro dado importante é o ramo de actividade a que cada um dos nomes se refere. Quando tal não se afigurava óbvio na designação, incluímos essa informação adicional no quadro, separada do nome por um travessão. Em alguns casos, o logótipo associado também remetia para o mesmo rei. Estes elementos pictóricos não foram, no entanto, considerados no presente estudo.

O tratamento dos dados assim obtidos passou pelo cruzamento de diferentes parâmetros. Considerámos relevante analisar a distribuição das frequências por nome de rei/rainha, a sua distribuição geográfica, ou seja, a relação entre estes nomes e as localidades e distritos nos quais ocorrem. Estudou-se também a eventual motivação histórica para esta distribuição e finalmente o agrupamento dos nomes por ramos de actividade. Nesse sentido, efectuámos contagens exaustivas de todas as ocorrências de acordo com estes parâmetros, tendo os dados sido tratados em folha de cálculo excel, a partir da qual foram elaborados os gráficos constantes do ponto seguinte.

3. Apresentação e discussão dos resultados

3.1. Nomes mais frequentes

O primeiro e talvez mais importante resultado da nossa pesquisa é o que dá conta da frequência com que em Portugal, incluindo continente e ilhas, as lojas, indústrias, escolas e demais instituições e organizações da nossa sociedade incluem na sua designação oficial o nome de um rei ou rainha da História de Portugal. São muito evidentes as discrepâncias, em termos numéricos, destas escolhas. As assimetrias visíveis no quadro 1 são muito notórias, havendo nomes claramente preferidos, em geral no país e em particular em determinadas localidades, e outros que não apresentam uma única ocorrência no nosso levantamento.

O nome mais frequente é o de D. Dinis, o qual integra um total de 77 nomes empresariais, o que significa 19,4 % de todos os itens do *corpus*. Em segundo lugar encontramos D. Pedro I, cujas 43 ocorrências representam 10,9% do *corpus*. D. Afonso Henriques é o terceiro nome mais utilizado, com 27 ocorrências, ou seja, 6,8%. Importa também salientar o facto de que 11 destes 36 nomes apresentam apenas uma ou mesmo nenhuma ocorrência, por razões históricas diversas, entre as quais salientamos a ausência da família real portuguesa e da sua corte para o Brasil entre 1808 e 1820 e o caso da dinastia filipina, constituída por três reis espanhóis, presente entre 1580 e 1640 em Portugal, período conturbado da História de Portugal.

D. Dinis I	77	19,4%
D. Pedro I	43	10,9%
D. Afonso Henriques	27	6,8%
D. Duarte I	26	6,6%
D. Pedro V	24	6,1%
D. Carlos I	23	5,8%
D. Manuel I	22	5,6%
D. Sancho I	20	5,1%
D. Fernando I	15	3,8%
D. José I	14	3,5%
D. João IV	11	2,8%
D. Luís I	11	2,8%
D. Afonso III	10	2,5%
D. Maria I	9	2,3%
D. João I	8	2,0%
D. Manuel II	8	2,0%
D. Sebastião I	7	1,8%
D. Sancho II	5	1,3%
D. Afonso V	5	1,3%
D. João V	5	1,3%
D. Pedro IV	5	1,3%
D. João II	4	1,0%
D. João III	4	1,0%
D. Maria II	4	1,0%
D. Filipe I	3	0,8%
D. Afonso II	1	0,3%
D. Afonso IV	1	0,3%
D. Pedro II	1	0,3%
D. Pedro III	1	0,3%
D. Miguel I	1	0,3%
D. Fernando II	1	0,3%
D. Henrique I	0	0,0%
D. Filipe II	0	0,0%
D. Filipe III	0	0,0%
D. Afonso VI	0	0,0%
D. João VI	0	0,0%

Tabela 1 – Frequências absolutas e relativas por nomes de rei/rainha no *corpus*

A tabela 1 dá-nos uma perspectiva destes levantamentos, estando os resultados ordenados por frequências (absolutas e relativas). O gráfico 1

apresenta os mesmos resultados, embora ordenados pela sequência cronológica dos monarcas na nossa História.

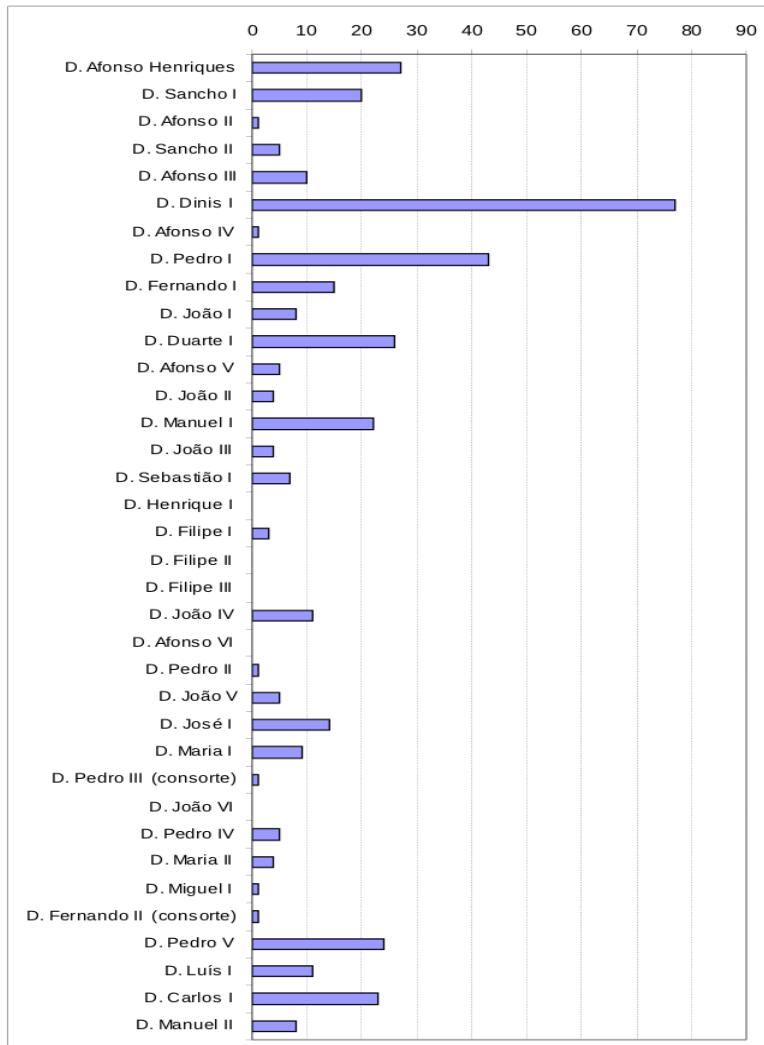


Gráfico 1 – Distribuição das ocorrências (ver anexo I) em frequência absoluta por nome de rei/rainha

Os resultados mostram de um modo muito claro que estas escolhas espelham uma preferência popular por certos monarcas em detrimento de outros. Os nomes mais escolhidos correspondem a reis que ficaram certamente no imaginário português ligados a acontecimentos positivos ou determinantes na História.

D. Dinis, o rei poeta, recorda aos portugueses um período de prosperidade e paz a nível económico, político, religioso e cultural, como bem sumaria Oliveira Marques na seguinte passagem:

De 1297 a 1320 um período de paz interna e externa caracterizou o apogeu do reinado de D. Dinis e provavelmente o apogeu da Idade Média portuguesa. As querelas civis tinham sido apaziguadas. Com o clero, D. Dinis assinara a concordata em 1289 que pôs fim a uma longa fase de disputas. Em 1288 fundara-se em Lisboa a primeira universidade. O português tornou-se língua oficial do país. A corte régia era um centro de cultura, com o próprio monarca distinguindo-se pelos seus méritos de poeta. Portugal prosperava mercê do desenvolvimento do comércio e do artesanato.

(Oliveira Marques, 1978: 175)

Quanto a D. Pedro I, ficou igualmente no imaginário colectivo português uma lembrança que, mesmo não correspondendo totalmente à verdade nua dos factos, explica o grande número de homenagens que o nosso *corpus* de pesquisa atesta:

Foi amado do povo e temido dos grandes. Fernão Lopes (...) não regateia louvores: alegre, magnânimo, liberal, justo popular e cavalheiro. (...) Os historiadores modernos têm visto D. Pedro I com outros olhos e outros critérios. Um homem agressivo. De uma agressividade constitucional, patológica. (...) Gostou mais de ser algoz do que juiz. (...) Chamaram-lhe o *Cru*, ou cruel – e foi. Mas foi-o castigando crimes, os mais variados, nas mais variadas pessoas, “democraticamente”. Por conseguinte, cha-

maram-lhe ainda o *Justiceiro* – e realmente foi-o também.

Não o *Justo*, mas o *Justiceiro*, o corregedor-mor, o executor.

(Mattoso, 1993, vol. II: 488)

Poderão ainda estar na base desta popularidade os relatos que se fazem da história de Pedro e Inês em vários textos literários portugueses.

O terceiro lugar da nossa lista é ocupado por D. Afonso Henriques, o que se explica, desde logo, por ter sido o primeiro rei de Portugal, fundador da nacionalidade, bem como pelas suas inúmeras realizações, a diversos níveis, que estiveram na génese deste país:

Como é que Afonso Henriques e os seus conselheiros administraram o território que assim foi formando o novo reino de Portugal? Podemos distinguir neste campo três grandes vectores da política afonsina: a acção que comumente se designa “repovoadora”, a implantação de órgãos da administração central e a política eclesiástica.

(Mattoso, 1993, vol. II: 80)

Através da consulta das mais diversas obras sobre a História de Portugal, encontramos referências que poderão explicar todas estas escolhas, bem como as dos nomes que se seguem a estes nas preferências atestadas na tabela 1 e gráfico 1.

Teria sido muito interessante associar estas opções onomásticas com a época em que as empresas/instituições foram fundadas, ou seja, com a localização temporal da escolha do nome. Infelizmente estes dados não se encontram disponíveis nas bases de dados que consultámos e, dado o elevado número de itens do *corpus*, não se revelaria exequível obtê-los de outra forma.

3.2. Distribuição geográfica dos nomes

Quanto à distribuição das ocorrências por localização geográfica, apresentamos no gráfico 2 as frequências absolutas por distrito. Ao grande destaque dos distritos de Lisboa (88 itens, 22,2% do *corpus*) e Porto (56 itens, 14,1% do *corpus*) não são seguramente alheias razões de ordem demográfica que explicam a grande quantidade de lojas, empresas e ou-

tras instituições nestes distritos, cujas cidades capitais são as maiores cidades do país, rodeadas de áreas metropolitanas. Assim, o facto de eles concentrarem a maioria dos nomes do *corpus* não significa necessariamente que nestes distritos haja uma apetência especial por esse tipo de homenagem, mas tão simplesmente que são os distritos que mais nomes registam nas bases de dados consultadas. Uma leitura mais precisa destes dados implicaria um tratamento estatístico relativo à totalidade dos nomes empresariais alocados a cada distrito, dado de que não dispomos.

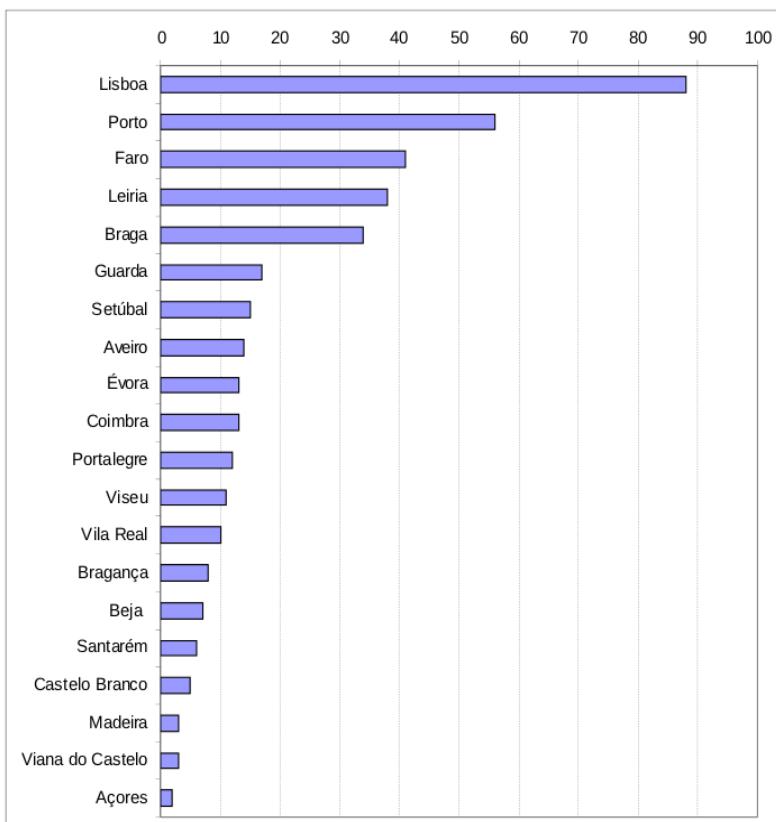


Gráfico 2 – Distribuição das ocorrências (ver anexo I) em frequência absoluta por distrito

Logo a seguir a Lisboa e Porto, três distritos se destacam, no gráfico 2 como os maiores concentradores destes nomes reais. São eles Faro (41 itens, 10,4% do *corpus*), Leiria (38 itens, 9,6% do *corpus*) e Braga (34 itens, 8,6% do *corpus*). Todos os restantes distritos apresentam totais de ocorrências substancialmente inferiores, que vão de 17 a apenas duas. Estes números, mesmo não considerando então as percentagens em relação à globalidade do universo empresarial de cada distrito, mostram-nos que nos distritos mais próximos da base do gráfico 2 não haverá certamente uma tradição de homenagear este tipo de figuras históricas nas designações empresariais.

Paralelamente à distribuição da totalidade dos nomes por distrito, de que demos conta no gráfico 2, procedemos ao cruzamento destes resultados com os do gráfico 1, tendo verificado algumas consistências ao nível da distribuição de certos nomes por certas localidades, fruto de alguma relação histórica arreigada no imaginário das respectivas populações locais. De entre os resultados mais interessantes podemos salientar os seguintes:

Das 27 referências a D. Afonso Henriques, 10, ou seja, 37% localizam-se no distrito de Braga e, dentro deste distrito, a maioria apresenta-se no concelho de Guimarães. Factos históricos sobre-jamente conhecidos, que ligam o primeiro rei a esta localidade, explicam esta distribuição:

Ainda antes da batalha de São Mamede [perto de Guimarães], em Abril de 1128, ao confirmar o foral de Guimarães dado por seu pai, Afonso Henriques declarava pretender favorecer os burgueses que com ele tinham suportado *male et pena*. Referia-se, evidentemente, às atribulações sofridas pela população durante o cerco de Guimarães por Afonso VII. Só se pode compreender o acto de confirmação e esta alusão se fosse o próprio Afonso Henriques a organizar a defesa da cidade.

(Mattoso, 1993, vol. II: 56)

D. Sancho I, por sua vez, é acarinhado preferencialmente no distrito da Guarda, onde ocorrem 35% dos nomes empresariais seus homónimos. A este facto não será alheia, tal como no caso anterior, a concessão dos forais. Neste caso e socorrendo-nos uma vez mais da *História de Portugal* coordenada pelo professor José Mattoso, verificamos a ligação de Sancho I a estas localidades:

Na fronteira oriental, Sancho I também concedeu privilégios aos povoadores que queriam guarnecer os castelos face aos leoneses. São, com efeito, posteriores a 1190 os forais de São Vicente da Beira (1195), Penedono (1195), Belmonte (1199), Guarda (1199), Penamacor (1209) e Pinhel (1209).

(Mattoso, 1993, vol. II: 101)

Já o nome de D. Afonso III é preferencialmente adoptado no distrito de Faro, onde contabiliza 70% das suas ocorrências, explicáveis pelo seu papel na conquista definitiva do Algarve:

A expedição de conquista, se de conquista se tratou, parece ter sido rápida. Em 25 de Fevereiro de 1249, Afonso III estava ainda em Ourém, e em Março, não sabemos em que dia, já datava de Faro, decreto com a cidade já ocupada, um diploma solene em que figuram vários membros da corte. Depois disso, em Abril e no princípio de Maio, ocupou provavelmente outros castelos do Algarve, como Portões e Albufeira, que, no ano seguinte, estando de novo no Algarve, haveria de conceder à ordem de Avis.

(Mattoso, 1993, vol. II: 134)

O seu sucessor, D. Dinis, por sua vez, sendo o nome mais frequente do *corpus*, como já apontámos, apresenta em primeiro lugar o distrito de Leiria como aquele que mais o escolhe. Este rei, para além do facto de ter sido o primeiro da nossa lista (ver quadro 1) é também aquele cujo nome apresenta uma maior dispersão geográfica por distrito. De entre os 18 distritos de Portugal continental, as bases de dados consultadas registaram ocorrências deste nome em 15 distritos, com um especial destaque para os de Leiria (20 ocorrências) e Lisboa (15 ocorrências), re-

gistando cada um dos restantes entre 1 e 5 ocorrências. Tratando-se de distritos com dimensões populacionais díspares, as 20 ocorrências de Leiria são ainda mais significativas, por este facto, do que as 15 de Lisboa. Esta distribuição mostra, mais uma vez, que a associação do nome a certas localizações geográficas e a sua história provoca assimetrias de certo modo espectáveis:

[D. Dinis] facilitou a circulação e distribuição da propriedade, atraiu as classes elevadas aos trabalhos agrícolas, mandou proceder a importantes trabalhos de enxugo, como os do paul de Ulmar, alargou a plantação do pinhal de Leiria, protegeu a instituição de feiras e de feiras francas, concedeu privilégios para exploração de minas, (...) procurou por todos os modos desenvolver a marinha, construindo navios e adestrando marinheiros.

(Pimpão, 2001: 379)

No caso de D. Duarte, sendo ele natural de Viseu, onde nasceu a 31 de Outubro de 1391, é nesta localidade que se encontra a maior percentagem de empresas/ instituições com o seu nome.

Da pesquisa efectuada para avaliarmos da relação de Luís I à cidade do Porto, já que é esta cidade que detém a maior percentagem de estabelecimentos com o seu nome, apurámos que durante a vigência do seu reinado foi construído o Palácio de Cristal e a Ponte Luís I, assim chamada e não D. Luís, como se pode ver na placa alusiva. Sem podermos documentar tal facto, conta-se que isso terá sido por uma decisão dos portuenses, como manifestação do seu descontentamento face à ausência do rei na cerimónia de inauguração.

Para os restantes monarcas, não nos foi possível encontrar qualquer elemento que justificasse a sua ligação preferencial a certas localidades. Após termos cruzado a informação sobre os nomes das empresas/instituições e os nomes das ruas em que estas se localizam, identificámos apenas um caso – D. Pedro V, Braga – em que todos os estabelecimentos constantes do *corpus* se encontram na rua D. Pedro V.

3.3. Relação entre nome e ramo de actividade

O último aspecto que nos parece interessante ressaltar é a relação entre o nome e o ramo de actividade em que se insere a empresa/instituição⁴.

É facilmente observável no gráfico 3, onde se apresenta a distribuição das ocorrências em frequência absoluta por ramo de actividade, que é o da alimentação/restauração aquele que mais se evidencia, perfazendo um total de 39,6%. Dentro desta categoria, contabilizámos as seguintes empresas: bar, café, pastelaria, restaurante, snack-bar, cafeteria, casa de pasto, cervejaria, churrascaria, grill, hamburgueria, comércio de conservas, confeitoria, charcutaria, pastelaria, congelados, frutas, gelataria, indústria de produtos alimentares, peixaria, padaria, pizaria, restaurante.

Podemos também observar que a categoria que ocupa o segundo lugar em termos percentuais, com 14,4%, é o ramo hoteleiro, seguido do da educação com 11,6%. No ramo da hotelaria, foram contados os estabelecimentos do tipo: albergaria, apartamentos e investimentos turísticos, hospedaria, hotel, pensão, pousada, residência e residencial. Já na categoria educação tivemos em conta instituições do género: colégio, conservatório de música, escola (básica, profissional, secundária), escola de condução, externato, instituto de ensino e jardim de infância.

As categorias “saúde” e “automóveis” apresentam, respectivamente, totais de 8,8% e 3,5%. As instituições constantes da categoria saúde incluem: centro médico, clínica de reabilitação, clínica dentária, clínica veterinária, clínica, policlínica, hospital, ervanária, farmácia e óptica. As do ramo automóvel abarcam stands e garagens.

Na categoria que denominámos “outros”, incluímos itens referentes a ramos de actividade variados que atingiam um máximo de 6 ocorrências como, por exemplo, lavandarias, agências funerárias, cabeleireiros, papelarias, etc.

⁴ Outros estudos mostram que podemos encontrar uma ligação entre determinadas estratégias linguísticas nos nomes das lojas e os tipos de loja que preferencial ou exclusivamente as escolhem. Toolan (2005), por exemplo, analisa nomes de lojas humorísticos e afirma que, no seu *corpus*, estes se encontram sobretudo em lavandarias, cabeleireiras, cafés, serviços de desentupimento e lojas de novidades e brincadeiras, não se encontrando praticamente nenhum exemplo de nome humorístico em estabelecimentos do tipo funerárias, bancos, seguradoras, agências de viagens ou consultórios médicos.

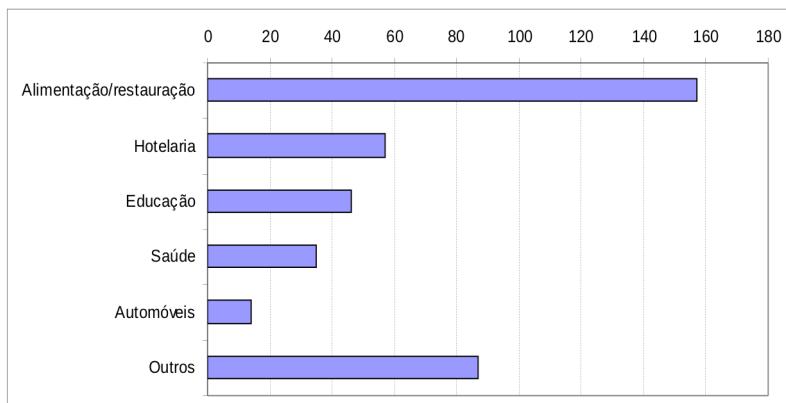


Gráfico 3 – Distribuição das ocorrências (ver exemplos no anexo I) em frequência absoluta por ramo de actividade

Note-se a predominância de empresas/instituições ligadas a serviços de primeira necessidade (de facto, a categoria alimentação/restauração associada à hotelaria representa mais de metade do *corpus*), o que corrobora os resultados obtidos num estudo anterior (Coimbra & Moutinho, 2009: 246-247) sobre nomes empresariais que incluem palavras, prefixos ou outros elementos remetendo para a ideia de portugalidade.

4. Conclusões

Este trabalho partiu de um *corpus* constituído por crematónimos empresariais e institucionais portugueses que incluem antropónimos de monarcas da nossa História.

O estudo agora apresentado baseou-se num *corpus* recolhido em bases de dados disponíveis online. Após selecção do que se nos afigurou relevante, procedemos a um reagrupamento desses dados por localização geográfica e ramo de actividade.

Após a análise do *corpus*, os resultados foram explicados à luz de factos da História de Portugal. Os dados apontam para a existência de grandes discrepâncias em termos quantitativos na escolha dos nomes e também percen-

tagens diversas destes nomes em certos ramos de actividade económica e cultural. Averiguou-se ainda, embora não se tenha revelado tão significativa em termos estatísticos, a relação nome/ localidade.

Em termos de futuras pesquisas, seria interessante estendermos esta análise a outras figuras da História de Portugal, já que, no levantamento efectuado para este estudo, encontrámos empresas/instituições com nomes de navegadores, nobres, guerreiros, entre outros.

Referências bibliográficas

- BORTOLI, Elio de (2006). «Nome empresarial». *Letras e Artes*, 14(2), 83-91.
- COIMBRA, Rosa Lídia & MOUTINHO, Lurdes de Castro (2009). “É uma empresa portuguesa com certeza. Um estudo onomástico”. in: FERREIRA, António Manuel (coord.) *Lusofilia*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 235-254.
- MATTOSO, José (coord.) (1993). *História de Portugal* (6 volumes). Círculo de Leitores.
- MOUTINHO, Lurdes de Castro & COIMBRA, Rosa Lídia (1997). «VEJAKY sobre desvios linguísticos nos nomes das lojas». *Revista da Universidade de Aveiro. Letras*. 14, 127-141.
- MOUTINHO, Lurdes de Castro & COIMBRA, Rosa Lídia (1998). «O nome é a alma do negócio: Estudo linguístico dos nomes das lojas em Portugal». *Actas do XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. II vol. Lisboa: Colibri, 93-104.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. (1978). *História de Portugal. Vol. I. Das Origens às Revoluções Liberais*. Lisboa: Palas Editores.
- PIMPÃO, A. J. Costa (2001). «D. Dinis». *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura Edição Século XXII*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, Vol. 9, 379.
- RZETELSKA-FELESZKO, Ewa (2005). «Proper names of shops and firms in postcommunist countries». *European Retail Digest*, 47, 41-44.
- TOOLAN, Michael (2005). «Joke shop names». *Journal of Literary Semantics*, 34(2), 165-179.

Anexos

Anexo I

Parte do corpus de análise (apresentamos uma amostragem de um máximo de 10 exemplos por cada nome de rei/rainha)

Reis e rainhas portugueses	Nomes De Empresas Portuguesas
1ª DINASTIA – de Borgonha	
D. Afonso Henriques	Café Dom Afonso Henriques (Braga – Braga) Churrasqueira Dom Afonso Henriques (Guimarães – Braga) Clínica De Reabilitação Dom Afonso Henriques (Guimarães – Braga) Confeitoria Dom Afonso – Manuel Martins & Irmãos (Guimarães – Braga) Congelados Dom Afonso (Fafe – Braga) Externato Dom Afonso Henriques (Resende – Viseu) Hotel Residencial Dom Afonso Henriques (Lisboa – Lisboa) Restaurante El - Rei Dom Afonso (Guimarães – Braga) Sociedade Imobiliária Dom Afonso Henriques (Lisboa – Lisboa) Tabacaria Havaneza Dom Afonso Henriques (Lisboa – Lisboa)
D. Sancho I	Bar Dom Sancho (Sabugal – Guarda) Centro Médico e de Enfermagem Dom Sancho I (Guarda – Guarda) Confecções D. Sancho I (Vila Nova Famalicão – Braga) Construções D. Sancho (Guarda – Guarda) D. Sancho, Ensino (Vila Nova De Gaia – Porto)

	Móveis Dom Sancho I (Guarda – Guarda) Panificadora Dom Sancho (Guarda – Guarda) Pastelaria D. Sancho (Torres Novas – Santarém) Pensão Dom Sancho I (Lisboa – Lisboa) Restaurante D. Sancho (Sortelha Sabugal – Guarda)
D. Afonso II	Pousada Dom Afonso II (Alcácer do Sal – Setúbal)
D. Sancho II	Casa de Móveis Dom Sancho II (Guarda – Guarda) Escola Básica do 1.º Ciclo D. Sancho II (Vila Nova de Cacela, Vila Real de Santo António – Faro) Escola do Ensino Básico 2/3 D. Sancho II (Alijó – Vila Real) Escola Secundária D. Sancho II (Elvas – Portalegre) Hotel Dom Sancho II (Elvas – Portalegre)
D. Afonso III	Apartamentos Afonso III (Portimão – Faro) Clínica Medicina Dentária Afonso III (Faro – Faro) Escola E B 2/3 Dom Afonso III (Faro – Faro) Garagem Dom Afonso III (Montalegre – Vila Real) INUAF - Instituto Superior Dom Afonso III (Loulé – Faro) Mini Mercado Afonso III (Faro – Faro) Padaria Pastelaria Afonso III (Lisboa – Lisboa) Residencial Afonso III (Faro – Faro) Residencial Afonso III (Portimão – Faro) Restaurante D. Afonso III (Mirandela – Bragança)
D. Dinis I	Agência Funerária Dom Dinis (Redondo – Évora)

	Café D. Dinis (Vila Real – Vila Real) Centro Médico Dom Dinis (Lisboa – Lisboa) Confeitoria Dom Dinis (Estremoz – Évora) Faianças Dom Dinis (Pataias, Alcobaça – Leiria) Frutas Dom Dinis (Boavista – Leiria) Lavandaria D. Dinis (Trancoso – Guarda) Papelaria Dom Dinis (Odivelas – Lisboa) Residencial Dom Dinis (Leiria – Leiria) Tapetes de Arraiolos Dom Dinis (Arraiolos – Évora)
D. Afonso IV	Móveis Afonso IV (Ferreiras, Albufeira – Faro)
D. Pedro I	Cabeleireiro Dom Pedro (Trofa – Porto) Churrasqueira Dom Pedro (Vila Franca de Xira – Lisboa) Dom Pedro - Investimentos Turísticos (Lisboa – Lisboa) Escola de Condução Dom Pedro (Gafanha da Nazaré – Aveiro) Estúdios Dom Pedro (São Romão, Seia – Guarda) Externato Infante D. Pedro (Lisboa – Lisboa) Hotel Apartamento Dom Pedro Portobelo (Quarteira, Loulé – Faro) Hotel Dom Pedro Lisboa (Lisboa – Lisboa) Ourivesaria Dom Pedro (Vila Nova de Gaia – Porto) Restaurante Dom Pedro (Sintra – Lisboa)
D. Fernando I	Bar Típico Dom Fernando (Senhora da Hora, Matosinhos – Porto) Café Dom Fernando (Porto – Porto) Clínica Médica Dom Fernando (São João da Talha, Loures – Lisboa) Grill Dom Fernando (Lisboa – Lisboa) Hospedaria Dom Fernando (Loulé – Faro) Hotel Dom Fernando (Évora – Évora)

	<p>Restaurante Dom Fernando (Gafanha da Encarnação, Ílhavo – Aveiro)</p> <p>Restaurante Dom Fernando (Sintra – Lisboa)</p> <p>Snack-Bar Dom Fernando (Viana do Castelo – Viana do Castelo)</p> <p>Stand Dom Fernando (Porto – Porto)</p>
2ª DINASTIA – de Avis	
D. João I	<p>Café Restaurante D. João (Fafe – Braga)</p> <p>Casa Pasto Dom João I (Guimarães – Braga)</p> <p>Clínica de Medicina Dentária Dom João I (Porto – Porto)</p> <p>Ourivesaria D. João I (Guimarães – Braga)</p> <p>Residência Dom João I (Urgeses, Guimarães – Braga)</p> <p>Restaurante Dom João I (Batalha – Leiria)</p> <p>Restaurante Dom João I (Lisboa – Lisboa)</p> <p>Tabacaria Dom João I (Rio Tinto, Gondomar – Porto)</p>
D. Duarte I	<p>Agência Funerária Dom Duarte (Viseu – Viseu)</p> <p>Bar Galeria Dom Duarte (Évora – Évora)</p> <p>Café Dom Duarte (Coimbra – Coimbra)</p> <p>Clínica Dentária Dom Duarte (Viseu – Viseu)</p> <p>Escola Secundária Dom Duarte (Coimbra – Coimbra)</p> <p>Externato Dom Duarte (Porto – Porto)</p> <p>Papelaria Dom Duarte (Águeda – Aveiro)</p> <p>Pastelaria Dom Duarte (Viseu – Viseu)</p> <p>Residencial Dom Duarte (Viseu – Viseu)</p> <p>Restaurante Dom Duarte (Aveiro – Aveiro)</p>
D. Afonso V	<p>Colégio Dom Afonso V (Sintra – Lisboa)</p> <p>Escola Preparatória Dom Afonso V (Gondomar – Porto)</p> <p>Hotel Afonso V (Aveiro – Aveiro)</p> <p>Papelaria Dom Afonso V (Mem Martins, Sintra – Lisboa)</p>

	Residencial Dom Afonso V (Santulhão, Vimioso – Bragança)
D. João II	<p>Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos D. João II (Santarém – Santarém)</p> <p>Hotel Pestana Dom João II (Alvor, Portimão – Faro)</p> <p>Jardim de Infância Dom João II (Lisboa – Lisboa)</p> <p>Sociedade de Investimentos Hoteleiros Dom João II (Porches, Lagoa – Faro)</p>
D. Manuel I	<p>Albergaria El Rei D. Manuel (Marvão – Portalegre)</p> <p>Bar D. Manuel (Tavira – Faro)</p> <p>Café Dom Manuel (Almada – Setúbal)</p> <p>Clínica Dom Manuel I (Alcochete – Setúbal)</p> <p>Externato Dom Manuel I (Lisboa – Lisboa)</p> <p>Hotel Dom Manuel I (Lisboa – Lisboa)</p> <p>Móveis Dom Manuel (Setúbal – Setúbal)</p> <p>Ourivesaria Dom Manuel Jóias (Porto – Porto)</p> <p>Pizzaria Restaurante Dom Manuel (Lousã – Coimbra)</p> <p>Restaurante Dom Manuel (Porto – Porto)</p>
D. João III	<p>D. João III, Sociedade de Mediação Imobiliária (Leiria – Leiria)</p> <p>Hotel Dom João III (Leiria – Leiria)</p> <p>Hotel Dom João III (Portalegre – Portalegre)</p> <p>Salão Dom João III – Cabeleireiro (Leiria – Leiria)</p>
D. Sebastião I	<p>Auto Dom Sebastião, Reparação de Automóveis (Almada – Setúbal)</p> <p>Auto Dom Sebastião, Reparação de Automóveis (Barreiro – Setúbal)</p> <p>Barbearia Dom Sebastião (Aveiro – Aveiro)</p> <p>Grill Dom Sebastião (Lisboa – Lisboa)</p> <p>Pub Dom Sebastião (Pombal – Leiria)</p>

	Restaurante D. Sebastião (Esposende – Braga) Restaurante Dom Sebastião (Lourinhã – Lisboa)
D. Henrique	Não se registaram ocorrências.
3ª DINASTIA – filipina	
Filipe I	Gelataria Dom Filipe (Fanzeres, Gondomar – Porto) Residencial Dom Filipe I (Porto – Porto) Restaurante Dom Filipe (Oliveira de Azeméis – Aveiro)
Filipe II	Não se registaram ocorrências.
Filipe III	Não se registaram ocorrências.
4ª DINASTIA – de Bragança	
D. João IV	Chaves Dom João IV (Porto – Porto) Confeitaria Dom João IV (Guimarães – Braga) Escola Básica do 2.º Ciclo de D. João IV (Vila Viçosa – Évora) Garagem Dom João IV (Porto – Porto) Laboratório de Prótese Dentária Dom João IV (Porto – Porto) Pastelaria Dom João IV (Guimarães – Braga) Pousada Dom João IV (Vila Viçosa – Évora) Residência Dom João IV (Guimarães – Braga) Restaurante Dom João IV (Vila Viçosa – Évora) Sociedade Agro-Pecuária Dom João IV (Arronches – Portalegre)
D. Afonso VI	Não se registaram ocorrências.
D. Pedro II	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de D. Pedro II (Moita – Setúbal)
D. João V	Agência de Viagens Dom João V (Pombal – Leiria) Café Dom João V (Amadora – Lisboa) Cervejaria Dom João V (Moita – Setúbal) Clínica Médico-Dentária Dom João V (Lisboa –)

	Lisboa) Farmácia D. João V (Lisboa – Lisboa)
D. José I	Centro Médico Dom José I (Amadora – Lisboa) Galerias Dom José – Antiquários (Lisboa – Lisboa) Garagem Dom José (Castelo Branco – Castelo Branco) Hotel Dom José (Fátima, Ourém – Santarém) Hotel Dom José (Quarteira, Loulé – Faro) Lavandaria Dom José (Moscavide, Loures – Lisboa) Residencial Dom José (Lisboa – Lisboa) Restaurante Dom José (Bombarral – Leiria) Restaurante Dom José (Matosinhos – Porto) Restaurante Dom José (Requião, Famalicão – Braga)
D. Maria I	Cabeleireiro Dona Maria I (Queluz, Sintra – Lisboa) Café Dona Maria (Assafarge, Coimbra – Coimbra) Café Pastelaria Dona Maria (Cacém, Sintra – Lisboa) Cozinha Dona Maria (Covilhã – Castelo Branco) Dona Maria – Publicidade (Ponta Delgada – Açores) Dona Maria Come (Lisboa – Lisboa) Hospedaria Dona Maria (Odeceixe, Aljezur – Faro) Móveis Dona Maria (Portimão – Faro) Restaurante Dona Maria (Lisboa – Lisboa)
D. Pedro III (consorte)	Centro Comercial Dom Pedro III (Queluz, Sintra – Lisboa)
D. João VI	Não se registaram ocorrências.
D. Pedro IV	Dom Pedro IV, Pastelaria e Snack Bar (Queluz,

	<p>Sintra – Lisboa)</p> <p>Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos D. Pedro IV (Mindelo, Vila do Conde – Porto)</p> <p>Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos D. Pedro IV (Massamá, Sintra – Lisboa)</p> <p>Fundação Dom Pedro IV (Lisboa – Lisboa)</p> <p>Galerias Dom Pedro IV, Café Pastelaria (Vila Real – Vila Real)</p>
D. Maria II	<p>Centro de Apoio Pedagógico Dona Maria II (Almada – Setúbal)</p> <p>Centro de Cópias Dona Maria II (Cacém, Sintra – Lisboa)</p> <p>Óptica Dona Maria II (Cacém, Sintra – Lisboa)</p> <p>Policlínica Dona Maria II (Cacém, Sintra – Lisboa)</p>
D. Miguel I	<p>Albergaria Residencial El Rei D. Miguel (Castelo de Vide – Portalegre)</p>
D. Fernando II (consorte)	<p>Escola Básica 2,3 D. Fernando II (Sintra – Lisboa)</p>
D. Pedro V	<p>Asilo de Mendicidade de Dom Pedro V (Vila Praia da Vitória – Açores)</p> <p>Cabeleireiros Dom Pedro V (Braga – Braga)</p> <p>Café Dom Pedro V (Braga – Braga)</p> <p>Escola Secundária Dom Pedro V (Lisboa – Lisboa)</p> <p>Garagem Dom Pedro V (Porto – Porto)</p> <p>Lavandaria Dom Pedro V (Braga – Braga)</p> <p>Livraria Dom Pedro V (Lisboa – Lisboa)</p> <p>Peixaria Dom Pedro V (Braga – Braga)</p> <p>Pneus Dom Pedro V (Trofa – Porto)</p> <p>Sapataria Dom Pedro V (Braga – Braga)</p>
D. Luís I	<p>Café Dom Luís (Baguim do Monte, Gondomar – Porto)</p> <p>Café Restaurante Dom Luís (Mirandela – Bragança)</p>

	<p>Hospital Dom Luís I (Peso da Régua – Vila Real)</p> <p>Hotel Dom Luís (Coimbra – Coimbra)</p> <p>Hotel Dom Luís (Elvas – Portalegre)</p> <p>Lar da Terceira Idade Dom Luís (Colmeias, Leiria – Leiria)</p> <p>Loja Filatélica Dom Luís (Porto – Porto)</p> <p>Meson D. Luís, Restaurante (Cascais – Lisboa)</p> <p>Restaurante Dom Luís (Fafe – Braga)</p> <p>Restaurante Dom Luís (Vila Nova de Gaia – Porto)</p>
D. Carlos I	<p>Antiquário Dom Carlos (Estoril, Cascais – Lisboa)</p> <p>Café Dom Carlos (Porto – Porto)</p> <p>Clínica Dentária Dom Carlos I (Lisboa – Lisboa)</p> <p>Hotel Dom Carlos (Lisboa – Lisboa)</p> <p>Lar Dom Carlos I (Lisboa – Lisboa)</p> <p>Museu do Mar Rei D. Carlos (Cascais – Lisboa)</p> <p>Pastelaria Dom Carlos (Funchal – Madeira)</p> <p>Residencial D. Carlos (Vila Viçosa – Évora)</p> <p>Snack-Bar D. Carlos I (Lisboa – Lisboa)</p> <p>Stand Dom Carlos I (Lisboa – Lisboa)</p>
D. Manuel II	<p>Café Dom Manuel II (Maia – Porto)</p> <p>Café Dom Manuel II (Porto – Porto)</p> <p>Clínica Médica Dentária Dom Manuel II (Porto – Porto)</p> <p>Clínica Veterinária D. Manuel II (Maia – Porto)</p> <p>Fundação Dom Manuel II (Lisboa – Lisboa)</p> <p>Instituto de Ensino Dom Manuel II (Lisboa – Lisboa)</p> <p>Solar Dom Manuel II – Café Pastelaria (Sintra – Lisboa)</p> <p>Solar Dom Manuel II, Café Pastelaria (Mem Martins, Sintra – Lisboa)</p>

PARA COMPRENDER O JOGO ASPECTUAL

(INTERACÇÃO ENTRE OS DIFERENTES CONSTITUINTES DO ENUNCIADO)

Barbara Hlibowicka-Weglacz

Universidade Marie Curie Skłodowska

Introdução – enquadramento teórico

O presente estudo tem como objectivo demonstrar a grande complexidade que existe na rede das relações semânticas representadas por diferentes constituintes do enunciado na expressão de um valor aspectual. Para conseguir esse objectivo, propomos, em primeiro lugar, concentrar-nos na análise semântica dos predicados verbais a fim de demonstrar a maneira como as propriedades semânticas inerentes aos predicados controlam a estrutura formal do enunciado. Na etapa seguinte, propomos analisar como é que as outras propriedades, evidenciadas no nível do enunciado, podem condicionar os contornos aspectuais da situação descrita.

Para verificar se além do predicado existem outros factores que podem concorrer para a “constituição interna da situação analisada”¹, vamos analisar a influência semântica dos argumentos de predicado na construção do valor aspectual de toda a relação predicativa, a função de adverbiais aspectuais que ocorrem nos enunciados, e a influência de tais formas aspectuais, como: as construções perifrásicas e os morfemas de tempos gramaticais.

No presente artigo partimos da definição do valor aspectual apresentada em Mateus *et alli* (1983: 125): em que a autora diz: “O valor as-

¹ Aspect are different ways of viewing the internal temporal constituency of a situation (Comrie, 1976: 3).

pectual de um dado enunciado é função da classe aspectual a que pertence o predicador que nele ocorre e da forma aspectual deste". A definição citada, muito simples na sua forma, engloba uma vasta problemática que achamos interessante analisar com mais detalhe.

No que se refere à terminologia, na nossa apresentação, além do termo *aspecto* que definimos como uma categoria semântica, servimos-nos de dois termos: *aspecto lexical* e *aspecto gramatical* que se referem a diferentes marcas formais do mesmo aspecto semântico.

Quanto à metodologia utilizada, o artigo enquadrar-se teoricamente nos trabalhos de Maria Henriqueta Costa Campos (1984 e seguintes), linguista que deu um considerável desenvolvimento aos estudos sobre o aspecto em Portugal, assim como nos estudos sobre o aspecto verbal de Comrie (1976), Mateus *et alii* (1983), Oliveira (1991, 1992 e seguintes), Castilho (1967), entre outros.

Para podermos apresentar, de maneira sistemática, os valores aspectuais expressos por diferentes constituintes do enunciado, propomos partir da análise das classes aspectuais a que os predicados pertencem, para depois acrescentarmos o número de parâmetros que entram no jogo aspectual no interior do enunciado.

2. Classes aspectuais do predicado

1.1 No que respeita à análise semântica de predicados, várias classificações têm sido propostas, revelando a dificuldade da tarefa. Embora existam várias tipologias denominadas de "tipologias de verbos ou de predicados" muitas delas constituem de facto caracterização de situações em que os verbos ocorrem, e podem ser consideradas como verdadeiras tipologias de *Aktionsart*².

Das numerosas classificações com base no modo de acção associado a cada verbo, escolhemos para a nossa análise a tipologia proposta em 1967 por Zeno Vendler para os verbos do inglês. Embora esta classificação não seja única, nem aceite por todos os linguistas, decidimos utilizá-la porque é bastante disseminada nos estudos sobre o aspecto, apresenta uma

² O *Aktionsart* é considerado como uma lexicalização de diferenças semanticamente relevantes.

coerência interna, assim como permite uma classificação controlável dos verbos através de toda uma série de testes³. A classificação semântica dos verbos de Vendler integra quatro classes aspectuais:

States – estados⁴: [± estativo], [+ durativo], [- télico]

Activities – actividades: [- estativo], [+ durativo], [- télico]

Accomplishments – eventos prolongados: [- estativo], [+ durativo], [+ télico]

Achievements – eventos instantâneos: [- estativo], [- durativo].

É preciso sublinhar que a adesão de um predicado a uma dada classe aspectual caracteriza este predicado através dos seus traços semânticos, e sujeita, automaticamente, a estrutura do enunciado a toda uma série de condições.

Tomando como modelo a proposta de Vendler para os verbos do inglês, tentaremos agora aplicá-la à língua portuguesa. Analisaremos um conjunto de descrições globais das classes aspectuais acima designadas, exemplificando-as com as construções do português europeu.

Começaremos por distinguir quatro diferentes tipos de situações a que correspondem predicados verbais, integrando quatro classes aspectuais de Vendler. Para a classificação correcta de cada predicado utilizaremos testes linguísticos desenvolvidos com a base nos trabalhos de Vendler (1979) e Dowty (1979). Vejam-se então quatro enunciados em português:

1. *O Pedro adoeceu.*
2. *O António almoçou.*
3. *O João cantou.*
4. *A Maria está doente.*

³ Os testes propostos por Dowty (1977) e a partir de Dowty. Vamos aplicar alguns dos referidos testes nas análises posteriores.

⁴ Utilizamos as traduções portuguesas dos termos ingleses propostas por Campos e Xavier (1991: 320).

Entre os linguistas portugueses não existe unanimidade quanto à tradução dos termos ingleses. Alguns traduzem *accomplishments* por verbos de realização (Mendes 1994: 18), Oliveira propõe para esta classe de verbos a tradução de verbos de conclusão, e para a classe de *achievements* – a de verbos de consecução.

Se nós analisarmos os traços semânticos inerentes aos predicados representados nos enunciados (1) – (4), classificaremos o predicado *adoecer* na categoria de *achievement* de Vendler, o predicado *almoçar* na classe de *accomplishment*, o predicado *cantar* na *activity*, e o predicado *estar doente* na categoria de *state*.

Repare-se que as quatro categorias de Vendler poderiam ser reduzidas a duas, segundo um traço pertinente que as opõe, a saber, a existência na definição do próprio predicado do traço transitacional ou de um limiar semântico⁵. Veja-se que a definição semântica do verbo *adoecer* contém o traço (+télico), a transição do “estado de não doente” ao “estado de doente”. Também em (2), o verbo *almoçar* significa passar do “estado de não almoçado” ao “estado de almoçado”. Não se pode dizer o mesmo das definições semânticas dos predicados representados em (3) e (4). Os predicados *cantar* e *estar doente* não implicam a existência de uma transição que corresponde à passagem de um limiar semântico. Eles podem ser prolongados indefinidamente, são atéticos. *Estar doente* não significa pois “passar do estado de não doente” ao “estado de doente”, nem *cantar* não exprime a passagem entre “não cantar” e “cantar”.

De acordo com o que já foi dito, podemos resumir que os predicados que incluem na sua definição um limiar semântico (p. ex: *nascer*, *morrer*, *cair*, *chegar*, *entrar*, *sair*, etc) integram a classe aspectual que representa eventos (*achievements* e *accomplishments* de Vendler). Os que não incluem esta passagem (p. ex.: *amar*, *viver*, *estar*, *andar*, *ter*, *chover*, etc) integram a classe que representa actividades (*activities*) e estados (*states* de Vendler).

Nas nossas análises, vamos considerar os verbos não-transitórios (atéticos) como os verbos que se caracterizam pelo aspecto imperfectivo do lexema verbal, e os verbos transitórios (télicos) – os que se caracterizam pelo aspecto perfectivo do lexema verbal.

1.2 Vejamos, com mais detalhe, os exemplos (1) e (2) que representam eventos. Reparemos que *almoçar*, em oposição a *adoecer*, exige na vida

⁵ Cf. Campos (1991: 314). Co Vet (1980, 1981) distingue só dois tipos de situações: situações transitacionais (*transitionnelles*), em que há transição de um estado para um outro estado, e situações não-transitacionais (*non-transitionnelles*). Garey (1957) distingue verbos télicos e atéticos.

real um espaço temporal inerente que *adoecer* não exige. É o traço (\pm durativo) que diferencia os dois tipos de eventos. No caso de *adoecer* trata-se do tempo inerente com muito pouca duração em que não se pode distinguir nem a fase inicial nem a fase terminal. Por isso, *achievements* são incompatíveis com as construções: *começar + a + infinitivo* e *terminar + de + infinitivo*⁶. Veja-se a este propósito:

5. *O Pedro começou a adoecer.
6. *O Pedro terminou de adoecer.

É também pela mesma razão que os predicados que pertencem à categoria de *achievements* são incompatíveis com a pergunta *durante quanto tempo?*, teste considerado por Co Vet (1980) como crucial para distinguir uma situação durativa e uma não-durativa.

7. *Durante quanto tempo o Pedro adoeceu?

Ao contrário, os eventos prolongados (*accomplishments*) são durativos, mas como transicionais, têm uma duração temporal determinada. Estes predicados correspondem à pergunta *quanto tempo demorou a?* Como são durativos podem sempre distinguir três fases na sua realização: o início do evento (expresso pela perifrase *começar + a + infinitivo*), o decurso do evento (expresso pela perifrase *estar + a + infinitivo*), e o final do evento (expresso pela forma perifrásica *acabar + de + infinitivo*).

1.3 Vejam-se agora os exemplos (3) e (4) que representam as situações não-transicionais, atéticas, que não têm um limite temporal bem definido. Os predicados *cantar* e *estar doente* caracterizam-se por um traço semântico (+durativo), e, por isso, podem coocorrer com adverbiais durativos. Comparemos:

8. O João cantou durante três horas.
9. A Maria está doente há cinco dias.

Nos exemplos (8) e (9) não reparamos em nenhuma incompatibilidade entre os adverbiais durativos e os predicados que podem prolongar-se indefinidamente.

Os predicados transicionais (*states* e *activities*) distinguem-se dos predicados não-transicionais não só pelo seu carácter durativo, mas tam-

⁶ Cf. Hoepelman e Roher (1980).

bém porque apresentam a “propriedade de subintervalo”⁷. Obedece à propriedade de subintervalo toda a frase que, sendo verdadeira em determinado intervalo de tempo I, seja também verdadeira em todos os subintervalos de tempo de I. Se nós podemos dizer que o *Pedro cantou durante três horas* (p. ex.: das 15.00 horas até às 18.00 horas), podemos dizer também que o *Pedro cantou* durante qualquer subintervalo de I (p. ex.: às 15.15; às 16.45, etc). Igualmente, se nós podemos dizer que a *Maria está doente há cinco dias* (p. ex.: da segunda-feira à sexta-feira), podemos dizer também que ela *está doente* durante qualquer subintervalo de I (quer dizer: na terça, na quarta, etc).

Repare-se agora que é o único traço semântico (\pm estativo) que opõe a actividade, representada por *cantar*, do estado, representado por *estar doente*. O predicado *estar doente*, como os outros predicados estativos, como não implicam um FAZER, não aceitam o modo imperativo, nem respondem às perguntas *o que fez ele?*, ou *o que lhe aconteceu?* Veja-se a este propósito os seguintes exemplos:

10. *A Maria esteja doente!

11. *O que fez a Maria? → *A Maria está doente.

O traço semântico (\pm estativo) bloqueia também a compatibilidade dos predicados estativos com a forma progressiva:

12. *A Maria está a estar doente.

1.4 O objectivo do presente parágrafo foi o de apresentar a diversidade semântica de predicados verbais que integram as diferentes classes aspectuais, e demonstrar qual é a influência das propriedades inerentes que caracterizam cada classe na estrutura formal da língua portuguesa.

Na análise que iremos apresentar, vamos tentar caracterizar como os argumentos do predicado, os adverbiais aspectuais, as construções perifrásicas em que os verbos ocorrem, e o tempo gramatical, podem contribuir para determinar a classe aspectual a que uma expressão pertence.

⁷ Esta propriedade foi apresentada por Bennett & Party (1978).

2. Argumentos do predicado e a sua quantificação

Para analisar como os argumentos do predicado (em função de complemento directo e em função de sujeito) podem condicionar a classe aspectual da relação predicativa, vamos tratar os verbos com os seus complementos como conjuntos semânticos.

2.1 Comecemos a nossa análise pelos argumentos que desempenham a função de objecto directo:

13a. *A Maria correu toda a tarde.*

13b. *A Maria correu os 100 metros.*

Analizando os exemplos acima citados constatamos que o predicado *correr* permanece atélico (representa uma situação não-transicional que não inclui na sua definição um limiar semântico). É também um predicado dinâmico, durativo (responde à pergunta *durante quanto tempo?*) e goza da propriedade de subintervalo (se é verdade que *ela correu toda a tarde*, então também é verdade que *ela correu às três horas, às quatro horas*, etc, até ao fim da tarde). O predicado *correr* pode ser utilizado também nos enunciados com a forma progressiva *estar a correr*. Todas estas observações (testes aplicados) permitem classificar o predicado *correr* como uma actividade (*activity* de Vendler).

Em (13b), o complemento *os 100 metros* põe um termo à actividade, e assim influi no valor aspectual de toda a relação predicativa. Estamos perante uma configuração de dois valores aspectuais: aspecto atélico, representado pelo predicado *correr*, e aspecto télico, representado pelo complemento *os 100 metros*. Enquanto *correr* exprime uma actividade, *correr os 100 metros* exprime um evento prolongado (*accomplishment* de Vendler). O sintagma *correr os 100 metros* não goza da propriedade de subintervalo, representa uma situação dinâmica com certa duração temporal em que podemos distinguir três fases (o que caracteriza todos os eventos prolongados): o início, o decurso e o final do evento.

Se nós compararmos agora duas expressões: *correr* e *correr os 100 metros*, podemos reparar que é o complemento directo (argumento do verbo *correr*) que traz a todo o sintagma um limiar semântico, e provoca a passagem do predicado *correr* da categoria de *activity* (- télico) para à categoria *accomplishment* (+ télico) do sintagma *correr os 100 metros*. O

traço semântico (+ télico) do complemento do verbo completa o conjunto de traços semânticos característicos de *activity* para passar à categoria de *accomplishment* de toda a construção.

Podemos apresentar esta passagem da seguinte maneira:

ACTIVITY [-estativo, +durativo, -télico] + complemento
télico = *ACCOMPLISHMENT*

Correr + os 100 metros = correr os 100 metros

Vejamos agora em que consiste a diferença na interpretação semântica dos enunciados acima citados e os que seguem em que o complemento do verbo não contém na sua definição um limiar semântico:

- 14a. *O Manuel toca bem.*
- 14b. *O Manuel toca música clássica.*
- 15a. *A Maria estuda muito.*
- 15b. *A Maria estuda português.*

A primeira constatação que se pode fazer é que os predicados dos exemplos citados, quer dizer: *tocar* e *estudar* representam actividades, o que se pode verificar aplicando os testes já usados. Repare-se agora que os complementos que aparecem nas versões (b) dos nossos exemplos não põem termo às actividades, não as limitam, só completam a informação semântica sobre estas, caracterizando-as. Os complementos atéticos, tais como: *música clássica* ou *português* confirmam a atelicidade representada pela forma verbal, não alterando o conjunto dos traços semânticos característicos da categoria *activity*, e não provocando nenhuma passagem de categoria de todo o sintagma. O esquema abaixo ilustra o que foi dito:

ACTIVITY [-estativo, +durativo, -télico] + complemento
atético = *ACTIVITY*
Tocar + música clássica = tocar música clássica

Garey (1957: 107), como um dos primeiros linguistas, chamou a atenção para a interacção entre o verbo e o complemento. Quanto à in-

fluência da natureza dos argumentos do verbo sobre o aspecto de uma relação predicativa, aquele autor diz: “Se existe um objecto e se esse objecto designa qualquer coisa que tem uma estrutura temporal a que lhe está subjacente um terminus, a expressão verbo + objecto é télico. Caso contrário, se o complemento do verbo é atélico ou se não existe objecto a expressão é atélica”⁸. Os exemplos por nós citados confirmam as observações de Garey sobre a influência da natureza dos argumentos do verbo sobre o aspecto de uma relação predicativa, e, ao mesmo tempo, convidam a continuar o mesmo tipo de análise para verificar as passagens eventuais entre as outras categorias de Vendler.

Tendo-se partido do princípio teórico que os argumentos podem completar o conjunto de traços semânticos inerentes aos predicados, e assim influir na construção do valor aspectual, podemos pressupor teoricamente, além da possível passagem entre as categorias de *activity* e *accomplishment*, as passagens eventuais entre as categorias seguintes:

Activity [-estativo, +durativo, -télico] → *State* [+estativo, +durativo, -télico]

Achievement [-estativo, -durativo, +telico] → *Accomplishment* [-estativo, +durativo, +télico].

Até ao momento não sabemos ainda se os traços semânticos que faltam para provocar estas passagens podem ser codificados nos argumentos que desempenham a função de objecto directo. Entretanto verificámos que estas passagens se realizam através de outros meios de expressão dos quais vamos falar nas páginas seguintes.

O quadro abaixo sugere as passagens teoricamente possíveis:

	ESTATIVO	DURATIVO	TELICO
STATES	+	+	-
ACTIVITIES	-	+	-
ACCOMPLISHMENTS	-	+	+
ACHIEVEMENTS	-	-	+

⁸ As primeiras observações de Garey (1957) sobre a influência da natureza dos argumentos do verbo, além da natureza do próprio verbo, foram discutidas em trabalhos posteriores sobre o aspecto (Cf. Dowty 1979, Co vet 1980, Mittwoch 1982, Brinton 1988).

2.2 Antes de passarmos à análise dos argumentos que desempenham a função de sujeito, chamemos a atenção para a pertinência da quantificação do verbo para a classe aspectual de todo o sintagma verbal. Analisemos, para isso, os seguintes exemplos:

- 16a. *O João leu ontem.*
 - 16b. *Ontem o João leu um livro.*
 - 16c. *Ontem o João leu o livro.*
 - 16d. *Ontem o João leu livros.*
-
- 17a. *O Pedro bebeu muito.*
 - 17b. *O Pedro bebeu água.*
 - 17c. *O Pedro bebeu um copo de água.*

Note-se que *ler* e *ler livros* do exemplo (16a) e (16d) representam actividades. À pergunta *o que fez o João ontem?*, poder-se-ia responder *o João leu ontem* e *o João leu livros ontem*. Se as relações predicativas *o João leu ontem* e *o João leu livros ontem* são válidas para o intervalo I (*ontem*), são também válidas para qualquer subintervalo de I. No entanto, *ler um livro* do exemplo (16b) e *ler o livro* de (16c) representam eventos prolongados. Verifica-se uma certa duração temporal (com a possibilidade de distinguir três fases desta duração) e um atingir de um objectivo.

Todos os exemplos acima citados representam, uma vez mais, a oscilação entre a categoria semântica de *activity* de Vendler e a categoria de *accomplishment*. Esta passagem é realmente a mais frequente e resulta da proximidade semântica entre ambas as classes. É também uma das distinções que coloca mais problemas em diferentes classificações. Para Mittwoch (1982), as categorias *activity* e *accomplishment* de Vendler integram os verbos de processo que se diferenciam entre eles pelo tipo de argumento que tomam. Para a distinção de diferenças, aquele autor propõe os seguintes critérios: a natureza do artigo que precede o nome (definido ou indefinido), a forma singular ou plural dos nomes, a existência de numerais e outros quantificadores (p. ex.: *algum*, *muito*, *tudo*, etc.), o facto dos objectos serem ou não contáveis ou massivos. Mittwoch conclui que a distinção entre os dois tipos de verbos, que chama actividades

e realizações, depende da presença ou da ausência de um SN objecto e das suas características quando presente. O autor mencionado diz: "Um verbo de processo sem um objecto ou um SN objecto ao qual falta um quantificador, i.e., que consiste num nome plural ou num nome massivo, constitui uma actividade; um verbo de processo com um SN objecto quantificado constitui uma realização⁹. Resumindo tudo isso que foi dito e exemplificado, podemos dizer que uma actividade pode ser representada por um verbo sem objecto ou um objecto que não é quantificado, uma realização – por um SN objecto quantificado.

Ao definirmos a influência da quantificação do argumento interno de verbo na classe aspectual da relação predicativa encontramos a razão que nos faz compreender porque é que a classificação de Vendler, inicialmente proposta para verbos, foi alargada a sintagmas verbais.

2.3 Vejamos agora que o sintagma nominal que desempenha a função de sujeito sintáctico pode também condicionar a natureza aspectual da relação predicativa. Consideremos, para isso, seis enunciados, citados por Campos e Xavier (1991: 321):

- 18a. *O soldado chegou às duas horas.*
- 18b. *Os soldados chegaram às duas horas.*
- 18c. *Chegaram soldados às duas horas.*

e

- 18d. **O soldado chegou durante duas horas.*
- 18e. **Os soldados chegaram durante duas horas.*
- 18f. *Chegaram soldados durante duas horas.*

Os exemplos citados impõem várias observações. A primeira delas confirma a incompatibilidade entre os adverbiais durativos (*durante duas horas*) e os predicados que exprimem eventos (*chegar*) – o que evidenciam os enunciados (18d) e (18e). A segunda observação reside na quantificação do SN sujeito. O plural indefinido (*soldados*) provoca a re-categorização do evento prolongado em actividade. A autora explica que em (18f) estamos perante uma “construção de um número indefinido

⁹ Mittwoch (1982) citado por Mendes (1994: 40).

de eventos instantâneos que se vão sucedendo, homogeneamente, ao longo de duas horas”¹⁰.

2.4 As diversas observações que fizemos até agora têm como objectivo mostrar que o aspecto não depende exclusivamente da classe semântica do predicado. É efectivamente a totalidade do sintagma verbal que define a natureza aspectual de toda a relação predicativa. A análise de vários exemplos evidenciou que os argumentos do verbo podem condicionar a construção do valor aspectual de um enunciado através das propriedades inerentes aos argumentos e através da quantificação.

3. Construções perifrásticas

Passemos agora ao papel das construções perifrásticas na construção do valor aspectual. Vejamos, para isso, alguns casos:

- | | |
|---|----------------------|
| 19a. <i>Ela almoçou.</i> | (evento prolongado) |
| 19b. <i>Ela começou a almoçar.</i> | (evento instantâneo) |
| 20a. <i>Ele é egoista.</i> | (estado) |
| 20b. <i>Ele está a ser egoista.</i> | (actividade) |
| 21a. <i>Ela lavou a roupa.</i> | (evento prolongado) |
| 21b. <i>Ela continua a lavar a roupa.</i> | (actividade) |

As duas versões do exemplo (19) evidenciam a passagem da categoria de *accomplishment* de Vendler à categoria de *achievement*. A construção *começar + a + infinitivo* que descreve a situação do ponto de vista do seu início, por referência à fronteira inicial do tempo da sua ocorrência, exprime um valor aspectual inceptivo. Seja qual for a classe aspectual do predicado, desde que ocorra na construção perifrásica *começar + a + infinitivo*, torna-se recategorizado em evento.

A construção *estar + a + infinitivo* transforma um estado, representado por *ser egoista* (em 20a), numa actividade, representada por *estar a ser egoista* (em 20b). Para verificarmos se o exemplo (20b) pertence à categoria de actividade podemos parafraseá-lo por:

¹⁰ Campos (1991: 321).

20c. *Ele está a proceder de forma egoista* – o que confirma a nossa classificação prévia.

O exemplo (21) ilustra a passagem da classe de *accomlishment* à classe de *activity*, através da construção *continuar + a + infinitivo*. Esta construção que exprime um valor aspectual permansivo, atribui ao evento *lavar a roupa* um carácter durativo subintervalar, transformando-o numa actividade.

Como vimos, os verbos que entram nas construções perifrásicas estão sujeitos à semântica dos verbos auxiliares que constituem o elemento central de toda a construção. A passagem de uma categoria semântica para uma outra que resulta desta transformação, conduz os predicados, independentemente da categoria a que pertençam, à classe semântica do predicado constituinte de toda a perífrase.

4. Tempo verbal

Nesta parte do nosso estudo vamos ver a maneira como o tempo gramatical pode influir no sentido inerente dos predicados, como pode determinar a integração de um mesmo predicado verbal em diferentes classes aspectuais.

Consideremos, para isso, quatro enunciados que se opõem pelo tempo verbal do mesmo verbo *conhecer* que neles ocorre:

22. *Tu conheces bem esta família que vive naquela casa.*
23. *Ele conhecia a Ana quando vivia lá.*
24. *Ela conheceu o seu futuro marido em Lisboa.*
25. *Quando eu encontrei o Senhor Manuel, lembrei-me onde o tinha conhecido.*

Em todos os exemplos acima citados ocorre o verbo *conhecer* em contextos linguísticos diferentes, combinado com os morfemas de diferentes tempos verbais: em (22) – com os morfemas do presente, em (23) – do imperfeito, em (24) – do pretérito perfeito simples, e em (25) – do pretérito mais-que-perfeito. O que resulta deste facto?

Em (22) e (23) o verbo *conhecer*, combinado com os morfemas do presente e do imperfeito – significa ‘ter conhecimento’, e representa um predicado estativo. Os dois enunciados citados representam as situações sem limites (nem inicial, nem final), sendo atéticas. Estas situações, como estativas, caracterizam-se também por um traço (+durativo). O presente e o imperfeito – marcadores do imperfectivo – mantêm a natureza homogénea do predicado o que é considerado como uma totalidade não segmentável.

Não se pode dizer o mesmo dos enunciados (24) e (25). Nestes exemplos o verbo *conhecer* significa ‘tomar conhecimento’ e corresponde a um evento, isto é a uma situação télica. O verbo *conhecer*, combinado com os morfemas do pretérito perfeito simples e do pretérito mais-que-perfeito, adquire, na sua definição, uma passagem de um limiar semântico que podemos caracterizar por *ainda não conhecer* vs *já conhecer*. Daí vem a alteração da natureza aspectual de *conhecer*, e a mudança de não-transitório (estado) de *conhecer* a transitório (evento) de *conhecer* ou de *tinha conhecido*. O pretérito perfeito simples e o pretérito mais-que-perfeito – marcadores do perfectivo – atribuem ao predicado as novas características semânticas (+télico).

Comparando os exemplos (22) e (23) com os exemplos (24) e (25), constatamos que, enquanto em (22) e (23) o processo é considerado como uma totalidade sem limites (visão sintética), em (24) e (25) estamos perante uma visão analítica do processo num certo momento do discurso.

Os exemplos citados (24) e (25) confirmam também a opinião de Bache (1982) sobre a combinação da perfectividade com os verbos estativos. O autor mencionado diz a este propósito: “Combination of perfectivity and strictly stative verbs, when formally possible, often express a different Aktionsart, especially inception of the state in question”¹¹. Reparemos que a perfectividade marcada pelo pretérito perfeito simples no exemplo (26) e pelo pretérito mais-que-perfeito em (27), transformou o estado (*conhecer* - ‘ter conhecimento’) no evento (*conhecer* - ‘tomar conhecimento’), o que pode ser representado por um ponto, e

¹¹ Bache (1982: 69) citado por Campos (1984: 17).

corresponde à passagem da fronteira *não conhecer/já conhecer*, indicando o início do novo estado.

Como vimos, o tempo gramatical pode, em certos contextos linguísticos influir na natureza aspectual do predicado. Torna-se claro que um mesmo predicado pode constituir o núcleo de uma série de situações que, por sua vez, podem conduzir a diversas formas aspectuais.

5. Adverbiais aspectuais

Para terminar, consideremos a influência dos adverbiais que ocorrem nos enunciados para analisar como eles podem interagir na natureza aspectual do predicado. Veja-se, para isso, os seguintes enunciados:

26a. *A Maria leu o livro numa hora.*

26b. *A Maria leu o livro durante uma hora.*

Em (26a) o sintagma *ler o livro* exprime um evento prolongado, caracterizando-se pelos seguintes traços semânticos: (- estativo, + durativo, + télico). Este evento realiza-se completamente, tem três fases da sua realização (começa, desenrola-se e termina no tempo expresso por *numa hora*). No fim do tempo associado a este evento (ao fim de uma hora) pode-se dizer que *o livro está lido*, o que corresponde a um estado resultante do evento analisado.

A situação descrita em (26b) é diferente. O adverbial durativo (*durante uma hora*) influi na natureza aspectual de todo o enunciado. Já não se pode distinguir três fases do decurso desta situação. Com toda a certeza, *a Maria começou a ler o livro*, mas, não sabemos nada sobre o resultado deste trabalho. Sabemos que, durante uma hora, *a maria esteve ocupada a ler o livro*, mas ao fim dum hora não podemos constatar se o livro está lido ou não. Assim, os exemplos (26a) e (26b) evidenciam a recategorização da categoria de *accomplishment*, representada por (26a) em *activity*, categoria representada por (26b).

Fátima Oliveira (1992) num dos seus artigos sobre o aspecto cita os exemplos que nós agora retomamos:

- 27a. *A Rosa Mota correu na Foz.*
- 27b. *A Rosa Mota correu a maratona em duas horas.*
- 27c. *A Rosa Mota correu a maratona durante 45 minutos.*
- 27d. *A Rosa Mota correu a maratona durante 45 minutos todos os dias.*

Nos exemplos (27a-d), o predicado *correr* constitui o núcleo de uma série de situações que conduzem a diversas distinções aspectuais. A autora diz que, *correr* é um processo¹² (actividade), mas, *correr a maratona em duas horas* é um processo ao qual se acrescentou a culminação (evento prolongado). No entanto, *correr a maratona durante 45 minutos* volta a ser um processo uma vez que só ocorreu temporariamente, e não tendo concluído a corrida, foi retirada a culminação. No caso de (27d), trata-se de “um processo que se transforma num ponto relativamente ao qual há iteração, e temos assim um novo processo” (Oliveira, 1992: 7).

Como vimos, os adverbiais, através do seu conteúdo semântico intrínseco, trazem à forma verbal com a qual coocorrem as informações aspectuais suplementares, especificando a estruturação dos acontecimentos descritos no interior de tempo que lhes é associado.

6. Conclusões

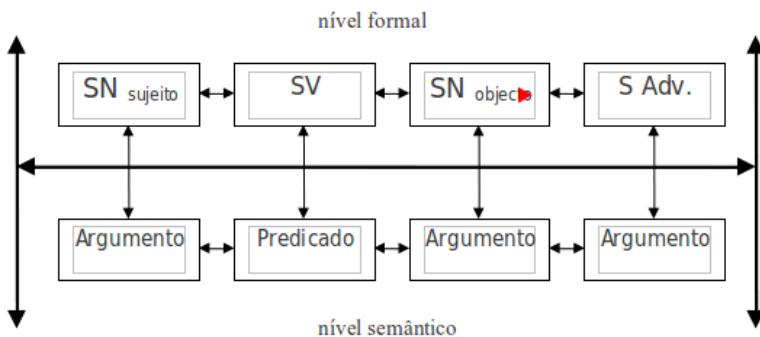
Todas as nossas análises puseram em evidência o facto dos factores mencionados poderem contribuir para determinar a classe aspectual à qual uma expressão pertence, afastando mais ou menos, os contornos aspectuais do predicado das propriedades inerentes à sua classe. Tendo em conta o que antes ficou dito, podemos concluir que:

- o aspecto verbal não depende exclusivamente da classe aspectual do predicado,
- os diferentes contextos linguísticos podem determinar a integração de um mesmo predicado verbal em diferentes classes aspectuais,

¹² Oliveira baseia-se na proposta de Moens (1987).

- para abordarmos uma qualquer forma aspectual, temos de analisar todas as propriedades que concorrem para a definição desta forma ao nível do enunciado, e não só ao nível do verbo,
- o valor aspectual de uma situação é estabelecido pela integração de todos os constituintes que participam na sua definição.

Da nossa parte, propomos o gráfico que parece demonstrar todos os factores que influem no valor aspectual da relação predicativa nos dois níveis da análise linguística: no nível semântico e no nível formal.



As nossas considerações evidenciaram o carácter combinatório dos valores aspectuais representados por todos os constituintes do enunciado. O valor global de todo o enunciado constitui sempre uma configuração dos valores expressos por todos os seus elementos constitutivos.

Bibliografia

- BACHE, C. (1982): "Aspect and Aktionsart: toward a semantic distinction", in: *Journal of Linguistics* 18, pp. 57-72.
- BENNETT, M., PARTEE, B.H. (1978): *Towards the logic of tense and aspect in English*, Bloomington, Indiana University Linguistics Club.

- BRINTON, L.J. (1988): *The development of English Aspectual System*, Cambridge, Cambridge University Press.
- CAMPOS, M.H.C. (1984): "Pretérito Perfeito Simples – Pretérito Perfeito Composto: uma oposição aspectual e temporal", in: *Letras Soltas*, nº 2, pp. 11-53.
- CAMPOS, M.H.C., XAVIER, F. (1991): *Síntaxe e semântica do português*, Lisboa, Universidade Aberta.
- COMRIE, B. (1976): *Aspect: an introduction to the study of verbal aspect and related problem*, Cambridge, CUP.
- CASTILHO, A.T. (1967): *Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa*, separata de *Alfa* 12, Marília 1968, (Coleção de teses, 6).
- DOWTY, D. (1979): *Word meaning and Montague Grammar*, Dordrecht, D. Reidel.
- GAREY, H.B. (1957): "Verbal Aspect in French", (in:) *Language*, vol. 33, pp. 91-110.
- HOEPELMAN, J., ROHER, C. (1980): "Déjà et Encore et les Temps du Passé du Français", in: DAVID, J., MARTIN, R., (eds.) *La notion d'aspect*, pp. 119-143.
- HLIBOWICKA-WEGLARZ, B. (1998): *Processos de expressão do aspecto na língua portuguesa*, Lublin, Wydawnictwo UMCS.
- MARTIN, R. (1971): *Temps et aspect. Essai sur l'emploi des temps narratives en moyen français*, Paris, Klincksiek.
- MATEUS, M.H.M *et alli* (1983): *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra, Livraria Almedina.
- MENDES, A.Q. (1994): "A referência temporal na linguagem da criança", in: *Revista Internacional da Língua Portuguesa*, vol. 11, pp. 13-48.
- MITTWOCH, A. (1982): "On the Difference between Eating and Eating Something: Activities versus Accomplishments", in: *Linguistic Inquiry*, vol. 13, nº 1, pp. 113-122.
- MOENS, M. (1987): *Tense, aspect and temporal reference*, Doctoral Dissertation, Edinburgh.
- OLIVEIRA, F. (1991): "Alguns aspectos do aspecto", in: *Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, pp. 288-303.
- OLIVEIRA, F. (1992): *Algumas questões sobre tempo e aspecto*, Cadernos de Semântica, Lisboa, FLUL.

- VENDLER, Z. (1967): "Verbs and time", in: *Linguistic and Philosophy*, Ithaca, Cornell University Press, pp. 97-121.
- VET, C. (1980): *Temps, aspects et adverbes de temps en français contemporain. Essai de sémantique formelle*, Genève, Librairie Droz.

**PISTAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO
EM NEGOCIAÇÕES DE CONTEXTO:
UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA
NO CONTEXTO INTERACIONAL FÓRUM DE DISCUSSÃO**

Gisella Meneguelli de Sousa¹

Universidade Federal de Juiz de Fora

Neste trabalho, buscamos analisar as interações estabelecidas no tipo de atividade **fórum de discussão** de uma disciplina do curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal Integrada, oferecido pela Universidade Federal de Juiz de Fora na modalidade de educação à distância. O nosso foco de análise concentra-se nas pistas de contextualização utilizadas pelos atores envolvidos nesse processo interacional, os quais são: o professor da disciplina, a coordenadora de tutoria, a tutora e os estudantes.

Guiar-nos-emos pelas propostas de John Gumperz (1999) sobre convenções de contextualização e pistas de contextualização; sobre noções de contexto de Duranti e Goodwin (1992); e sobre a noção de tipo de atividade de Levinson (1992) para tentarmos mostrar com esta análise que os fenômenos sociolinguísticos baseiam-se em evidências empíricas de cooperação social e que um enunciado pode conter várias pistas de contextualização, uma vez que as pessoas interpretam-no com base em suas definições do que está acontecendo no momento da interação.

Para atingirmos o fim proposto neste trabalho, apoiar-nos-emos, inicialmente, no artigo seminal de Levinson intitulado *Tipos de atividade e linguagem*. Para Levinson (1979), os tipos de atividade são uma categoria globalmente definida e socialmente constituída. Os eventos de interação são delimitados pela atuação de participantes, por sua

¹ Trabalho orientado pela Profª Drª Patrícia Nora.

configuração, etc., mas acima de tudo pelos tipos de contribuição admissíveis em uma dada atividade interacional. Se os participantes de um tipo de atividade não estão cientes da gama de situações em que certas formas linguísticas podem ocorrer, são mais suscetíveis a cometerem mal-entendidos. Por isso, Levinson celebra o papel da inferência em contexto, com especial referência à função de perguntas em uma variedade de encontros institucionais.

No livro *Discourse strategies* (1982), o sociolinguista John J. Gumperz denomina *convenções de contextualização* como pistas de natureza sociolinguística utilizadas para sinalizar intenções comunicativas ou para inferir as intenções conversacionais do interlocutor. Essas pistas podem ser de natureza linguística, paralinguística, prosódica e não vocal. Neste estudo, analisamos apenas as pistas linguísticas, uma vez que no tipo de atividade fórum de discussão os participantes interagem via modalidade escrita, restringindo a possibilidade de serem observadas as demais pistas sem gravações em vídeo e áudio.

Vale destacar que para Gumperz o processo inferencial é baseado em construções hipotéticas, pois o conhecimento pressuposto ou “conhecimento de mundo” é reinterpretado na conversa, sendo construído social e interacionalmente. Logo, ele é culturalmente situado. O autor privilegia na análise do discurso o processo de inferência conversacional, colocando como nucleares os traços linguísticos contextuais, que até então ficavam à margem do sistema linguístico e da própria tradução da ciência linguística.

O conceito desenvolvido por Gumperz sobre pistas de contextualização diz respeito aos traços presentes na estrutura da superfície das mensagens, os quais os falantes sinalizam permitindo aos seus interlocutores interpretar qual é a atividade que está ocorrendo, como o conteúdo semântico deve ser entendido e como cada elocução se relaciona com a que precede ou segue.

Para Gumperz (1982),

O termo tipo de atividade não é usado para representar uma estrutura estática, mas para refletir um processo dinâmico que se desenvolve e sofre alterações à medida

em que os participantes interagem. Além disso, a base do seu significado reflete algo que está sendo feito, algum propósito ou objetivo que os participantes estão tentando atingir.

(GUMPERZ, 1998: 99)

Considerando a definição de Levinson (1979) sobre tipos de atividade como uma categoria globalmente definida e socialmente constituída, o significado das elocuções emergem não só da construção linguística dos enunciados como também das inferências neles contidas, as quais só podem ser reveladas pelos participantes durante o processo interacional.

Passemos à análise das pistas de contextualização observadas no tipo de atividade **fórum de discussão**, as quais são extremamente úteis na interpretação da interação subjacente ao processo de ensino-aprendizagem em tela. O fórum de discussão na Educação a Distância (EaD) é uma importante ferramenta dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), porque permite uma permanente interação-ação-reflexão-transformação entre os atores envolvidos nesse processo de aprendizagem, caracterizando-se como espaço pedagógico, de socialização, de construção de conhecimento e de cooperação.

Além disso, o fórum de discussão, por ser uma ferramenta assíncrona – ou seja, realiza-se em tempos diferentes e não exige a participação simultânea (em tempo real) dos envolvidos, que não precisam estar reunidos no mesmo local ou ao mesmo tempo –, facilita a aprendizagem colaborativa, pois todos os participantes se expressam e as intervenções de todos ficam publicadas para visualização dos demais, permitindo o acompanhamento do debate de forma independente, a fim de identificar a assimilação e a reelaboração do conteúdo.

Vejamos como esses conceitos estão presentes no **Fórum 1: Importância dos Sistemas de Informação para a Gestão Pública Municipal**, que é iniciado pela coordenadora de tutoria, quem direciona a discussão proposta para o fórum com as seguintes proposições:

(1) Neste fórum serão abordados a importância e o papel dos sistemas de informação para a Gestão Pública Municipal, tendo como eixos norteadores as seguintes questões:

- Quais as diferenças fundamentais entre dados, informação e conhecimento. Como são aplicados estes conceitos no seu município? O que podemos considerar como dados de alta qualidade?
- Quais os componentes de um sistema de informação? Em que nível de desenvolvimento se encontram os sistemas de informação no seu município e qual a abrangência deles? Qual a contribuição dos sistemas de informação na gestão do seu município?

O esperado é que os estudantes atenham-se a esses comentários da coordenadora de tutoria para direcionar as suas respostas. Entretanto, percebe-se que muitos deles ativam pistas de contextualização que permitem aos interlocutores analisar o conhecimento pressuposto ou “conhecimento de mundo” envolvido na interação, reinterpretando-o na conversa.

A gestão pública municipal abrange vários setores, como educação, saúde, transporte, administração central etc., por isso a análise das questões propostas pela tutora envolvem todas as áreas da gestão pública, não tendo sido especificada uma em particular.

Todavia, os estudantes utilizam pistas de contextualização que permitem inferir em quais setores da administração pública eles trabalham ou já tiveram algum tipo de vínculo. A partir das respostas de alguns estudantes, demonstradas a seguir, podemos inferir a área em que eles atuam e, em decorrência, a experiência em gestão que eles têm pelas pistas de contextualização utilizadas em suas respostas²:

- (2) Como gestor vejo a informática como uma ferramenta importante para toda atualidade. Vejamos em uma **escola**:
- * Serviços deixam de ser colocados em papel para serem colocados em computadores.
 - * Comunicados chegam mais rápidos através de email.
 - * **Economizamos** telefones, utilizando msn ou orkut para comunicação entre SREs e Escolas.

² As transcrições das respostas dos estudantes foram retiradas do fórum, preservando a linguagem que eles adotaram. Portanto, essas respostas não passaram por revisão textual.

* As informações chegam com mais rapidez.

Então a tecnologia foi importante para que a comunicação chegassem aos seus destinos com mais rapidez. **Verificamos** também que a tecnologia é um instrumento para as aulas que das maiorias das vezes são giz e palavras.

O estudante O. não centralizou sua resposta apenas nas questões colocadas pela coordenadora de tutoria, que eram a análise de dados, informação e conhecimento e a contribuição dos sistemas de informação na gestão do município onde os discentes residem. O. sinaliza que tem conhecimento de um setor específico da administração municipal, uma vez que restringe a sua análise à gestão escolar, através de pistas de contextualização que remetem a esse ambiente, como quando diz **Vejamos em uma escola; economizamos; verificamos**.

Em seguida a esse comentário, O. corrobora a sua análise anterior:

(3) Primeiro acho que **as escolas deveria** ter mais autonomia para gerenciar este processo. Que **deveríamos** ter verba própria para administrar toda parte de tecnologia na escola. Pois como não **temos** o processo é muito complicado.

Poço citar como funciona na minha escola: Primeiro **tenho** que comunicar a SRE para poder chamar os técnicos da SRE para ir ver qual o problema da tecnologia na escola. Se o problema é o computador **não poderei** fazer nada pois não **tenho** verba para o concerto. No caso da internet tenho que esperar a operadora aparecer para poder arrumar pois são muitas escolas. A questão toda é a falta de autonomia da escola. Mas como gestor iria buscar parceria para que pudesse resolver a questão.

Primeiramente, o estudante utiliza uma pista que o distancia do ambiente escolar, que é o uso do verbo na 3^a pessoa do plural **deveria** (morfologicamente o verbo está categorizado no *singular*, mas semanticamente a referência é o plural). Durante a interação, O. passa a usar verbos na 1^a pessoa do plural e, depois, na 1^a pessoa do singular: **deveríamos**, **tenho** que comunicar, **não poderei**, **tenho** que esperar; e o pronome possessivo

vo **minha**. Essas pistas sinalizam um envolvimento do estudante com a situação descrita, tendo ele elaborado um movimento discursivo de **distanciamento-aproximação**, em sua atividade de fala, com o ambiente organizacional no qual trabalha. Considerando Duranti e Goodwin (1992), a linguagem deve ser conceitualizada como um modo de prática social, em vez de um mero reflexo do pensamento interno, abstrato. Ela é um modo de ação, e não um mero instrumento de reflexão.

Esse exemplo mostra que o estudante se distancia do objeto de discussão proposto no fórum, uma vez que projeta a sua experiência pessoal no âmbito da administração pública. Percebendo que as discussões dos alunos estão se desviando das proposições solicitadas pela coordenadora de tutoria, a tutora F. busca, então, captar a atenção dos estudantes para o ponto central da discussão:

(4) Pessoal, o professor M. fez considerações importantes...vamos refletir e debater. Pensando como gestores, como tirar proveito da tecnologia colocada a disposição???

F. não faz menção explícita a esse desvio (ela não diz explicitamente que os alunos não estão refletindo e debatendo – o que, aliás, estão fazendo na interação), mas o uso da pista **vamos refletir e debater** gera a construção dessa inferência.

De acordo com Duranti e Goodwin (1992), qualquer ato de interpretação é, na realidade, um ato social, no qual os participantes devem continuamente negociar o que está sendo dito e qual é a interpretação apropriada ou aceitável. Professor, tutora e alunos estão em contínuos processos de negociação de significados, principalmente se considerarmos ainda, segundo esses autores, que um mesmo enunciado pode ter diferentes significados quando encaixado em diferentes tipos de atividade.

Observemos a resposta da aluna E.:

(5) Como gestora investiria em cursos de capacitação, treinamentos de pessoal nessa área.

Novamente, a tutora F. utiliza uma estratégia para chamar a atenção dos estudantes para o foco da discussão e, sobretudo, para fazê-los desenvolver um raciocínio sobre a gestão pública:

(6) Excelente E.

Vamos pensar como gestores... quais propostas nesse setor você faria?

Além disso, percebemos o apoio pedagógico contido na interferência da tutora, a fim de ajudar E. a canalizar a sua reflexão sobre o tópico do fórum, uma vez que a estudante mostrou dificuldades em desenvolver uma análise crítica, como é esperado dos participantes desse tipo de atividade.

A mesma estratégia de apoio é agora utilizada pelo professor da disciplina:

(7) Costumo usar uma frase bem conhecida para colocar num contexto apropriado os conceitos de “dados”, “informação” e “conhecimento”: “quem tem a informação tem o poder”.

Se assumirmos esta frase literalmente, poderíamos dizer que os encarregados das bibliotecas tem um poder enorme... Será isto verdade? Naturalmente não! O poder consiste em saber utilizar a informação, não em apenas tê-la. Tradicionalmente temos associado a ideia de poder com o domínio pelas armas. No entanto, nos dias de hoje assusta pensar no poder de empresas como Google... O poder do Google não está apenas no fato de terem reservatórios inesgotáveis de dados e informações, mas pelo fato de saberem usar tudo isso para ganhar dinheiro. A cada busca que fazemos o Google vai se apropriando do que fazemos na Internet. De repente até nos parece estranho que numa busca específica apareça tanta informação relacionada... Não é por acaso! O Google sabe o que nós estamos procurando; o que nós queremos. Tudo isso ele aprende a partir das nossas buscas, mas também a partir do nossa conta no Gmail ou no Orkut. Toda essa informação vale bilhões para os anunciantes que querem vender seus produtos, pois nos dados que nós postamos em cada um dos espaços que assinamos está a informação sobre os nossos perfis... O Google sabe como usar. Conhece muito bem seu negócio.

É o poder das ferramentas para processar trilhões de dados a cada segundo... Na maioria dos casos nossa realidade é bem mais modesta, pois temos poucas ferramentas para os nossos propósitos. Mas, **se pensarmos melhor**, poderemos ver que, na verdade, nos falta conhecimento. As ferramentas estão ai. Na Internet. **Nos falta pensar melhor** nos nossos problemas e ver a forma como as ferramentas que estão ai podem nos ajudar. **Precisamos pensar** no que necessitamos para tirar proveito da tecnologia em nosso benefício.

A intromissão do professor deve-se, provavelmente, à sua percepção sobre a dificuldade dos alunos em fazer um elo entre dados, informação e conhecimento, pois durante todo o curso do processo interacional os estudantes pareceram ter dificuldade em estabelecer essa correlação. Nas ocorrências em que o professor utiliza o verbo **pensar**, ele “solicita”, através dessa pista, o pensamento crítico dos alunos para o assunto em debate.

O professor também sinaliza para os alunos o tópico de discussão do fórum não de forma explícita, mas a partir da pista utilizada com a retomada dos conceitos de “dados”, “informação” e “conhecimento” através da elocução “quem tem a informação tem o poder”. Vejamos o caso a seguir:

(8) Olha F., o problema é complexo, a Prefeitura de Juiz de Fora realmente carece de um sistema unificado de informações, **temos** como falei sistemas isolados que unificam informações até um certo ponto, porém sempre fica faltando uma maior integração. O SIAFEM é hoje o que mais integra a Prefeitura na parte orçamentária e financeira, porém não é gerencial. A PJF trabalha hoje junto com a MRS logística para implantar o ERP, porém não acho este sistema confiável para a gestão pública, até mesmo pelo grande universo de informações que o setor publico gera e necessita. Existe hoje um trabalho muito interessante entre a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e a Secretaria de Atividades Urbanas, através dos setores de geoprocessamento e o cadastro imobiliário

respectivamente, de unificar as informações do cadastro imobiliário como sistema de geoprocessamento espacial, onde teríamos a informações cadastrais do terreno juntamente com uma visão espacial através de foto área do local que se deseja verificar. Muito bom este trabalho!! No mais acho a melhor solução é na maioria das vezes a caseira, entendo que os esforços deveriam se concentrar na Subsecretaria de Tecnologia e Informações desenvolvendo sistemas próprios para a PJF.

O aluno R. apresenta um problema que diagnosticou por ser um servidor municipal, dado que pode ser inferido não só pelo conhecimento que ele tem do sistema de informação empregado pela Prefeitura de Juiz de Fora, mas pelo uso da pista de contextualização **temos**, que sinaliza ser ele integrante da equipe administrativa dessa entidade.

Analisemos, agora, a resposta que a tutora F. dá a essa colocação de R.:

(9) Pessoal, vamos ler as informações que o R. colocou sobre o sistema de Juiz de Fora...são interessantíssimas!

R., você diz que Juiz de Fora o sistema de dados não são unificados. Você teria um posicionamento do por que isso acontece? Diagnosticado isso, qual a solução?

F. estimula uma análise crítica de R. para fazê-lo pensar como gestor, e não apenas como um funcionário da administração pública encarregado de executar uma tarefa. Como o objetivo do curso é capacitar gestores públicos, a tutora tenta fazer com que o estudante tenha uma visão macro do gerenciamento de informações que uma prefeitura precisa desenvolver. Entretanto, ela não diz isso através de marcas textuais explícitas, mas sim pelas pistas de contextualização sinalizadas em **Você teria um posicionamento do por que isso acontece? Diagnosticado isso, qual a solução?** F. utiliza essas pistas para direcionar a resposta de R. ao que é delimitado no fórum de discussão pela coordenadora de tutoria, que é abordar a importância e o papel dos sistemas de informação para a Gestão Pública Municipal, de acordo com os eixos norteadores propostos.

As pistas de contextualização só podem ser entendidas de forma situada. Não entendê-las pode resultar em problemas de compreensão entre os participantes da interação. Como diz Gumperz (1982), “os significados das pistas são implícitos. Geralmente não nos referimos a eles fora do contexto. O seu valor sinalizador depende do reconhecimento tácito do seu significado por parte dos participantes”.

Todos esses exemplos mostram também a relevância da intersubjetividade no processo comunicacional, além das pistas de contextualização, que são importantes sinais para a inferência situada. Conforme afirma Schiffrin (1994):

O conhecimento do recipiente de uma mensagem pode levar a uma interpretação que diverge do que foi pretendido por seus produtores. O único lugar onde a intersubjetividade desempenha um papel é no campo do conhecimento lingüístico prévio: conhecimento partilhado que permite a decodificação da informação lingüística. Mas pelo fato do modelo interacional situar mais ênfase em como a informação é situada, ele é menos código-dependente e, portanto, menos dependente da intersubjetividade assumida para subjazer um código compartilhado.

(SCHIFFRIN, 1999: 401)

Os exemplos utilizados neste trabalho mostram que, na verdade, dizemos muito mais do que aquilo que realmente **dizemos**, ou seja, as pistas de contextualização sinalizam além do que é dito na interação. Além disso, o tipo de atividade em questão não define o significado do que é dito, mas restringe as interpretações, canalizando as inferências de forma a ressaltar ou tornar relevantes certos aspectos do conhecimento prévio e de forma a diminuir a importância de outros (por isso é um conceito dinâmico, pois está em processo na interação).

Tentamos mostrar com esta análise que os fenômenos sociolinguísticos baseiam-se em evidências empíricas de cooperação social, a partir de pistas que o professor e a tutora da disciplina utilizam com os estudantes. Por outro lado, uma elocução pode ser compreendida de várias maneiras e as pessoas decidem interpretá-la com base em suas de-

finições do que está acontecendo no momento da interação, apresentando a informação como situada. Isso mostra que o processo inferencial é baseado em construções hipotéticas e é negociado na conversa, sendo construído social e interacionalmente.

Em atividades educacionais realizadas à distância, a percepção por parte de tutores e professores das pistas de contextualização ativadas pelos alunos na interação pode contribuir sobremaneira no desenvolvimento não só de habilidades comunicativas como da aprendizagem dos estudantes.

Referências bibliográficas

- GOODWIN, Charles e DURANTI, Alessandro (1992). Rethinking context: an introduction. In: DURANTI, A.; GOODWIN, C. (orgs.) *Rethinking context: language as an interactive phenomenon*. New York: Cambridge University Press.
- GUMPERZ, John. Convenções de contextualização (1998). In: RIBEIRO, Branca Telles; GARCEZ, Pedro M. (Orgs.) *Sociolinguística interacional: antropologia, lingüística e sociologia em análise do discurso*. Porto Alegre: AGE.
- GUMPERZ, John (1999). On Interactional sociolinguistic method. In: SARANGI, Srikant; ROBERTS, Celia (Eds). *Talk, work an institutional order*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter.
- LEVINSON, Stephen (1992). Activity types and language. In: DREW, Paul; HERITAGE, John. (Orgs.), *Talk at work: interactions and institutional settings*. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press.
- OLIVEIRA, Lívia Miranda de (2009). *A co-construção de identidades em interações face-a-face entre pessoas com e sem afasia de expressão*. 155 f. Dissertação (Mestrado em Linguística. Área de concentração: Sociolinguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- OLIVEIRA, Cristiane. *Avaliação de aprendizagens por meio de fóruns de discussão*. Disponível em: <<http://eadcristiane.blogspot.com>>. Acesso em: 23 mai. 2010.

SARANGI, Srikant (2000). Activity types, discourse types and interactional hybridity: the case of genetic counseling. In: SARANGI, Srikant; COULTHARD, Malcolm. (Eds.) *Discourse in social life*. London: Pearson. <<http://www.uab.ufjf.br/course/view.php?id=2802>>. Acesso em: 22 mai. 2010.

O CONCEITO DE ‘CASA’ EM PORTUGUÊS EUROPEU¹

Zuzanna Bułat Silva

Instituto de Filologia Românica

Universidade de Wrocław

Introdução

Queria começar a minha comunicação com as palavras da Professora Diana Brydon, a Directora do Centre for Globalization and Cultural Studies na Universidade de Manitoba, no Canadá, que actualmente investiga a casa, home, nos imaginários nacionais e globais. Ela diz: “A casa interessa-me porque parece tão simples. Mesmo a criança percebe a sua força emotiva. Todos sentimos intuitivamente que sabemos o que significa a palavra casa. Não precisamos de procurá-la no dicionário”² (Brydon, 2007: 2). Concordo com ela – é verdade que todos sabemos o que significa a palavra casa – mas acho que vale a pena verificar como está explicada nos dicionários da língua portuguesa, para ver que não sabemos tudo³.

Vou falar aqui do lexema *casa*, olhar para todos os seus significados e como estão relacionados entre si e depois concentrar os meus pensamentos nos seus dois significados básicos: ‘lugar onde vi-

¹ O presente estudo faz parte do projecto EUROJOS, IS PAN, Varsovia (veja-se: Bartmiński & Chlebda 2008, Chlebda 2010).

² *Home interests me because it seems so simple. Even a child understands its emotive force. Everyone feels instinctively that we know what it means. We don't need to look up home in a dictionary.*

³ Queria agradecer a todas as pessoas que participaram na minha sessão “O conceito de ‘casa’ em português europeu” durante o X Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, Faro 2011, cujas sugestões e críticas me ajudaram a melhorar este texto.

vem pessoas' e 'pessoas que vivem juntas'. Baseando-me nos dados lexicais e culturais, quero descobrir como é a imagem linguística (Bartmiński, 1999) de casa na cultura portuguesa e dar a sua definição na Metalíngua Semántica Natural (NSM, de inglês Natural Semantic Metalanguage, veja-se: Goddard & Wierzbicka, 2002). Mas primeiro vale a pena explicar a base teórica.

A Metalíngua Semántica Natural

A Metalíngua Semántica Natural (NSM) é um método decompositivo de descrever o significado lexical e não só. Baseia-se em paráfrasis reductora (*reductive paraphrase*), que consiste em explicar o significado com os 63 elementos básicos, chamados *primes*, e as regras da minigramática, similar à gramática das línguas naturais. Os elementos básicos são universais – parece que existem em todas as línguas do mundo, mas têm formas diferentes. Podem ser palavras, morfemas ou frazemas e ter diferentes qualidades morfosintácticas. Os primitivos semânticos existem como unidades lexicais – cada palavra tem um só significado (Wierzbicka, 1996; Goddard&Wierzbicka, 2002).

1. EU, TU, ALGUÉM, ALGUMA COISA, PESSOAS, CORPO
2. ESTE, O MESMO, OUTRO
3. UM, DOIS, ALGUNS, MUITO, TUDO
4. BOM, MAU, GRANDE, PEQUENO
5. PENSAR, SABER, QUERER, SENTIR, VER, OIR
6. DIZER, PALAVRA, VERDADE
7. FAZER, ACONTECER, MOVER-SE, TOCAR/CONTATO
8. SER, TER
9. VIVER, MORRER
10. NÃO, TALVEZ, PODER, POR CAUSA DE, SE
11. QUANDO, AGORA, MOMENTO, DEPOIS, ANTES, MUITO TEMPO, POUCO TEMPO, ALGUM TEMPO
12. ONDE, AQUI, DEBAIXO, EM, LONGE, PERTO, LADO, DENTRO
13. MUITO, MAIS

14. TIPO, PARTE

15. (TAL) COMO

Tabela 1. NSM – os primitivos semânticos⁴

Apesar dos elementos básicos, os assim chamados primitivos ou átomos de sentido, nas explicações na NSM usa-se também as moléculas de sentido, que são unidades lexicais compostas, úteis nas definições doutras palavras. Para dar algum exemplo das moléculas do sentido podemos enumerar os lexemas como *mulher*, *homem*, *animal*, *planta* ou *matar*. Penso que também a palavra *casa*, de que me vou ocupar aqui, é uma molécula do sentido que pode ser útil quando queremos explicar as palavras como *família*, *pertencer*, *hospitalidade* ou *privacidade*.

Como sublinha Anna Wierzbicka (2009), a explicação em termos da NSM há-de exprimir um ponto de vista comum, dum homem vulgar, e não um ponto de vista científico. Não é pois uma notação técnica do sentido, mas a transcrição da imagem comum da realidade, própria dum nativo falante. É muito parecida, especialmente em relação aos supostos teóricos, à etnolinguística cognitiva polaca (Bartmiński, 1999). Dentro desta corrente lingüística, a imagem lingüística do mundo, adquirida com a língua, baseia-se na experiência sensual do mundo (Bartmiński, 2009), é concreta e obvia para um falante comum.

Casa nos dicionários

Na entrada casa nos dicionários da língua portuguesa (DIC, 2001; Machado, 1985; DLP, 1996), surpreende a grande quantidade de significados atribuídos a esta palavra. Vamos ver como estão relacionados entre si os seus significados diferentes.

⁴ A tradução portuguesa da NSM foi feita por mim a base da sua versão polaca (Wierzbicka, 2005: 39). Para consultar a versão portuguesa da NSM segundo Farrell, ver Farrell (2006).

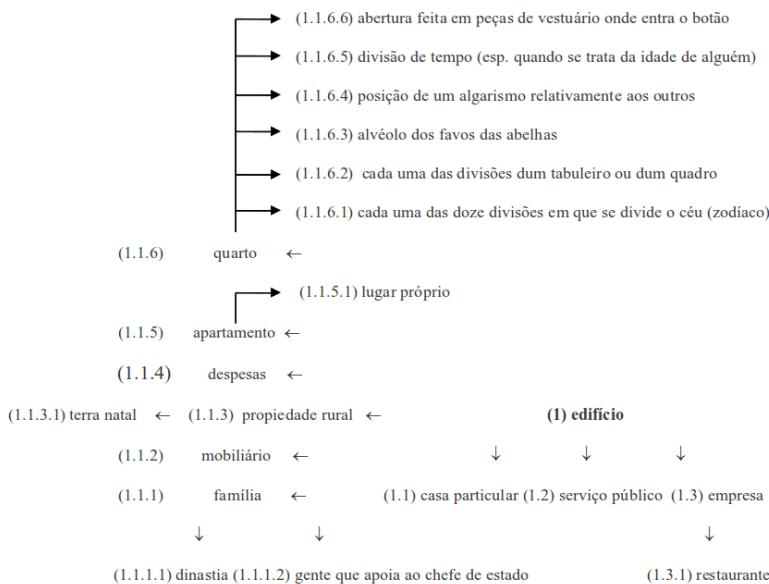


Figura 1. Rede radial do lexema casa

Penso que o centro daquela rede radial é o sentido mais geral (1) ‘edifício’. Este sentido pode ser restringido de três modos: como (1.1) ‘casa particular’, como (1.2) ‘serviço público’ (nas expressões *Casa da Moeda*, *Casa da Câmara*, *casa de saúde*, *casa de correção*, *casa pia*, *casa de reclusão*, *casa de repouso*⁵), e como (1.3) ‘firma’, ‘empresa’. Este último significado aparece nas expressões tais como *casa mãe*, *casa bancária*, *casa funerária* ou *casa comercial*⁶. O significado (1.3) pode ser restringido mais, dando o significado (1.3.1) ‘restaurante’ (embora os dicionários não o reconheçem). A prova lingüística daquele fato é um grande número das expressões nas quais a palavra *casa* aparece no sentido ‘lugar onde

⁵ Margaret Atwood acha este uso um abuso, dizendo que as instituições estatutárias pretendem deste modo “abrandar a dimensão carcerária daquelas eufemisticamente chamadas casas – para os idosos, os órfãos ou os inválidos”, “soften the carceral dimensions of those euphemistically-named homes – for the aged, the orphaned or the differently-abled” (citado em Brydon, 2007: 5).

⁶ Em polaco há uma expressão equivalente: *dom handlowy*, ‘centro comercial’.

a gente come e bebe', tais como *casa de chá*, *casa de comes e bebes*, *casa de pasto*, *casa típica*, ou mesmo *casa de fados*.

A relação de contigüidade une os significados (1.1) 'casa particular' e (1.1.1) 'familia', noutras palavras 'pessoas que vivem juntas em casa'. Vale a pena mencionar que a palavra *família* no Dicionário da língua portuguesa contemporânea (DIC, 2001: 1688) está explicada como 'conjunto de pessoas (...) que vivem na mesma casa'. Este significado (1.1.1) pode ser restringido mais como (1.1.1.1) 'dinastia', 'família real', p.e. *Casa de Bragança* e também como (1.1.1.2.) 'conjunto de pessoas civis ou militares que asseguram o serviço de apoio a um chefe de estado ou a um rei'.

Os significados seguintes estão relacionados com o significado (1.1) também por metonímia ou contiguidade: (1.1.2) 'mobiliário', 'bens'; (1.1.3) 'propriedade rural' – que por extensão metonímica pode criar o significado não atestado nos dicionários (1.1.3.1) 'terra natal'⁷; (1.1.4) 'despesas domésticas', como na frase *O ordenado vai todo para alimentação, casa e vestuário*; (1.1.5) 'apartamento', 'espaço interior dumha habitação' – que serve como base à extensão metafórica dando o significado (1.1.5.1) 'lugar próprio'; (1.1.6) 'quarto', 'sala', por exemplo como na expressão *casa de banho* ou na frase *A cozinha era uma casa espaçosa com varanda sobre o rio*. Este último significado, deu lugar a (1.1.6.1) 'cada uma das doze divisões em que se divide o céu (zodíaco)'; (1.1.6.2) 'cada uma das divisões dum tabuleiro ou dum quadro', *casas pretas e casas brancas*; (1.1.6.3) 'alvéolo dos favos das abelhas'; (1.1.6.4) 'posição de um algarismo relativamente aos outros que com ele formam um número', por exemplo *casa das unidades*, *casa das dezenas*; (1.1.6.5) 'divisão de tempo', 'dez anos' (especialmente quando se trata da idade de alguém), tal como na frase *É um homem ainda novo, aí na casa dos quarenta*, e finalmente (1.1.6.6) 'abertura feita em peças de vestuário onde entra o botão', *Na carcela do casaco fez casas para cinco botões*.

⁷ Este significado de *casa* como 'terra natal' foi-me sugerido durante o X CAIL, Faro 2011. Certamente a palavra *lar* possui este significado (como no exemplo citado em DIC (2001): "Essa casa é de um casal de emigrantes que regressou ao *lar*").

Genera próxima de casa

Todos os significados da palavra casa podem dividir-se em três categorias superiores: COISAS, LUGARES e PESSOAS. Estas categorias não são separáveis, mas têm partes comuns.

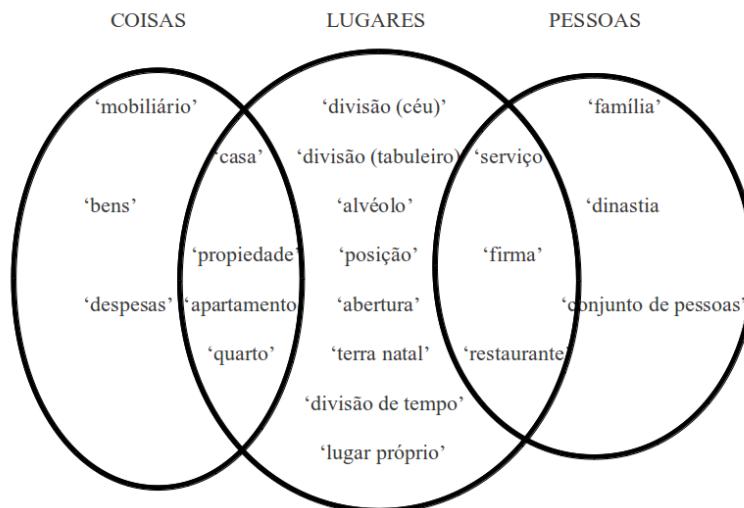


Figura 2. Genera próxima de casa

Porque é que é assim? Pois é o resultado da perspectiva que tomamos. Quando definimos um conceito sempre podemos fazê-lo dum ou outro ponto de vista, escolhendo assim genera proxima diferentes. Centáurea, por exemplo, pode ser definida como uma ‘planta’, como uma ‘flor’ ou como uma ‘erva daninha’ (Barmiński, 1999). E assim casa no seu sentido (1.1) ‘casa particular’ pode ser concebida como COISA (como afirma Grzegorczykowa, veja-se abaixo) e como LUGAR. Quando pensamos no (1.2) ‘serviço público’ ou na (1.3) ‘empresa’ podemos ter a ideia dum LUGAR onde se realiza alguma actividade ou das PESSOAS que realizam este negócio⁸. É normal para nós que o nome duma instituição

⁸ Ao construir a rede radial assumi que tanto os nomes das instituições como dos edifícios pertencem à categoria de LUGARES.

seja ao mesmo tempo o nome do edifício onde esta instituição se localiza. Esta transferência metonímica, embora completamente lógica nas línguas indoeuropeias, não é universal. Por exemplo, na língua hopi, esta metonimia não ocorre⁹. Em hopi, o edifício, independentemente do seu destino, é simplesmente a 'casa', ki-he (Whorf, [1940]1962: 205).

Enquanto a parte comum dos LUGARES e das COISAS, esta parece ser o resultado da *objectificação da realidade* que impõe a vista dos LUGARES como OBJECTOS e não é nada universal (Whorf, 2002: 322-323). Tanto (1.1) 'casa' como (1.1.6) 'quarto' podem ser concebidos como artefactos tais como 'mesa', 'cadeira' ou 'prato' (Grzegorczykowa, 2010). Mas acho que no seu sentido primitivo 'casa' é ESPAÇO ou LUGAR mais que COISA, e pensar sobre a 'casa' como objecto pode ser visto como um sinal dos nossos tempos, nos quais 'ter' é mais importante do que 'ser'.

'Casa' e 'família'

Tendo descrito dumha maneira geral os significados diferentes da palavra *casa*, gostaria de concentrar-me em dois deles. São os significados que considero mais importantes e mais interessantes no contexto de investigar a imagem cultural e lingüística da *casa* como valor. São os significados (1.1) 'casa particular' e (1.1.1) 'família', por outras palavras, *casa* como 'um LUGAR para viver', e como 'PESSOAS que vivem juntas e querem fazer coisas boas umas para outras'. Todas as considerações abaixo concentrar-se-ão nestes dois significados.

Vamos ver os sinónimos de *casa* no significado (1.1). De entre os seus sinónimos tais como *domicílio*, *habitação*, *moradia*, *residência*, *vivenda*, a mais interessante parece a palavra *lar*, que vem de 'fogão' em latim. O mesmo ocorre em polaco, a palavra *dom*, 'casa' também tem o sinónimo *ognisko domowe*, que literalmente significa 'fogo doméstico'¹⁰. Tal conceptualização, presente em ambas línguas, mostra que, tanto os pola-

⁹ "The Hopi mind automatically separates the 'occupancy' or spot of ground or floor on which the occupancy occurs from the use to which the occupancy is put, whereas the speaker of English tends to merge these, as where 'school' is thought of as both an institution and a building" (J.B. Carroll, em: Whorf, [1940]1962: 18).

cos como os portugueses, associam a casa com calor e luz (e também com a preparação da comida). O fogo era sempre o centro da casa para o homem, dando calor e luz, e fornecendo-lhe assim o sentido da segurança (Bielińska-Gardziel, 2009: 125). No dicionário na internet lemos que o termo *lar* “apresenta uma conotação mais afectiva e pessoal: é a casa vista como o lugar próprio de um indivíduo (ou seja, aquilo, que constitui sua propriedade), onde este tem a sua privacidade e onde a parte mais significativa da sua vida pessoal se desenrola” (<http://dicionario.sensagent.com/casa/pt-pt/>).

O sinónimo da casa no seu significado (1.1.1) é *família*. Esta transformação por contiguidade, LUGAR por PESSOAS, é vulgar nas línguas europeias. Tanto em polaco, como em inglês podemos chamar a gente com quem vivemos e nos sentimos bem a nossa ‘casa’. Birdwell-Pheasant e Lawrence-Zúñiga (1999: 3-4) no volume *House life: space, place and family in Europe* escrevem: “a casa define um lugar que ‘pertence’ a um grupo específico de pessoas, e define também, através da co-residência e uso comum, o grupo de pessoas que ‘pertencem’ a um lugar particular”¹¹.

Dados culturais

Há um fado, muito conhecido, que fala duma casa portuguesa, em que “fica bem pão e vinho sobre a mesa”, em que há muito amor e “fartura de carinho”. É uma casa branca, cheia de luz, com jardim e azulejos¹².

Quatro paredes caiadas,
um cheirinho a alecrim,

¹⁰ Em Loulé vi uma loja que se chamava *Tudo para o lar*. Na Polónia existem lojas *Wszystko dla domu*, ‘Tudo para a casa’, mas o emprego da expressão *ognisko domowe* não seria possível neste contexto. Parece que o uso de *ognisko domowe* é antiquado e restrinido só a linguagem literária.

¹¹ *The house defines a place that “belongs to” a particular set of people and also defines, through co-residence and shared usage, the set of people that “belongs to” a particular place.*

¹² Veja-se também Lino (1992: 96) que fala das “casitas [portuguesas] sorridentes, sempre alegres na sua varia da caiação; casas dum branco radiante como o da roupa corada ao sol”.

um cacho de uvas doiradas,
 duas rosas num jardim,
 um São José de azulejo
 mais o sol da primavera,
 uma promessa de beijos
 dois braços à minha espera...
 É uma casa portuguesa, com certeza!
 É, com certeza, uma casa portuguesa!

Este motivo da espera e do regresso para casa é vinculado com a história dos descobrimentos portugueses. E só enumerar Vasco da Gama, Fernão de Magalhães ou Pedro Álvares Cabral para ver que em Portugal nasceram os mais conhecidos navegadores do mundo. Os portugueses sempre olharam para o oceano sonhando com os outros mundos. Hoje também muita gente deixa Portugal, sobretudo por razões económicas. Emigram para realizar os seus sonhos de possuir uma casa própria. Uma casa portuguesa situada em Portugal, na sua terra onde mora a família e os amigos¹³. Andrea Klimt no seu artigo *Returning "home": Portuguese migrants notions of temporariness, permanence and commitment* escreve:

Portuguese migrants' preparations for the future dominate the landscape of rural Portugal. Along every road one sees ornate, imposing new single-family dwellings; construction sites dot the countryside; in the remotest of villages, modern two-story structures stand among the traditional modest stone houses. These casas de emigrantes, or "migrant houses", are the future homes of people currently working in France, Germany, and the other countries of Western Europe. They are manifestations of dreams of those migrants (...). Many of these houses come to life only during the summer months, when Portugal's migrants return for holidays. The rest of the year they lie vacant while their owners work abroad to pay for the next load of

¹³ O mesmo fenómeno ocorre nos últimos anos na Polónia. Muita gente jovem emigra para a Grã-Bretanha para poupar dinheiro, voltar para a Polónia e montar uma casa própria.

bricks or the new living room couch. Occupied or empty, they stand as visible reminders of the rewards of emigration and of the migrants' continuing commitment to return "home"

(Klimt, 1989: 47)

Os emigrantes portugueses na Alemanha contrastam o isolamento e a família nuclear alemã com o sentido da comunidade e a multigeracional família portuguesa (Klimt, 1987: 58). Klimt afirma que a mesma identidade dos emigrantes baseia-se nesta vontade de voltar "para casa", a Portugal, e em tratar a sua estadia no estrangeiro como temporal - inclusive mente se essa dura mais de dez anos (Klimt, 1989: 63). As opiniões parecidas podem encontrar-se também no artigo de Wenona Giles que escreve sobre a emigração portuguesa no Canadá.

Segundo Pina Cabral (citado em Brettell, 1999: 6) a casa para os portugueses é "um composto da terra, edifícios, animais, pessoas, pais, filhos, e até os mortos da família"¹⁴. O autor afirma que mesmo as casas nas cidades, que muitas vezes não são mais que apartamentos pequenos, servem como âncoras. "[Aquelhas casas] são pontos de referência e por isso são tão importantes como marcadores da identidade e da família"¹⁵ (Pina Cabral, 1997: 99). Junto a essas casas há toda uma rede de relações sociais.

Casa em provérbios e expressões idiomáticas

A imagem da casa que surge dos provérbios concorda com as observações de acima. A casa portuguesa deve ser branca, cheia da luz (*casa em que não entra o sol, entra o médico; casa sem luz, tumba de vivos*), estar aberta para o mundo (*em casa escura não entra alegria; casa fechada, casa estragada,*) e para os outros (*casa amiga, boa casa*).

¹⁴ (...) a compound of land, buildings, animals, people, relatives, and even the dead of the household.

¹⁵ (...) they are reference points and thus they assume a major importance as markers of individual identity and family belonging.

A casa é um valor muito importante na cultura portuguesa – *casa própria é tesouro, não se paga nem com ouro*. Não deve ser grande, mas tem que ser feliz (*a casa não importa ser pequena, importa que tenha alegria*). Casa é um lugar onde a gente se sente a vontade – *em sua casa, cada um é rei*. A expressão *sentir-se em casa* significa que alguém sente-se bem, seguro, tal como na frase *Em questões de números, sentia-se em casa*¹⁶. A casa boa tem que fornecer calor, comida e refúgio (*casa sem fogo, corpo sem alma* e também *na casa em que falta o pão, todos gritam e ninguém tem razão*), na casa educam-se os filhos (*casa do pai, escola do filho*). Compartindo a casa com alguém, compartimos com essa pessoa também a nossa privacidade – vejam-se as expressões *estar de casa* e *pucarinho* que significa uma intimidade grande e *ser da casa*, ‘ser da família’, ‘gozar de trato familiar’.

A explicação do conceito *casa* em termos da NSM

Os elementos básicos necessários para definir a palavra *casa* em NSM são LUGAR, PESSOAS, VIVER, FAZER e CORPO, que servem para descrever o aspecto físico da casa, ‘um lugar onde vivem as pessoas’, e SENTIR, QUERER, PENSAR, BOM, que mostram que ‘casa’ é um conceito ideológico, em que as emoções, e sobretudo ‘boas emoções’ são muito importantes.

casa

- a) lugar onde vivem as pessoas
- b) quando as pessoas estão neste lugar, sentem uma coisa boa no seu corpo
- c) quando as pessoas estão neste lugar, pensam:
 - nenhuma coisa má me vai acontecer aqui
 - posso fazer o que quero
- d) quando as pessoas estão neste lugar, sentem uma coisa boa muitas vezes,
- e) as pessoas que vivem neste lugar são como partes duma coisa,

¹⁶ Existe uma expressão parecida em polaco, *jestem w domu*, literalmente ‘estou em casa’ que quer dizer ‘agora comprehendo’.

- querem fazer coisas boas para outras pessoas que vivem neste lugar,
 - querem estar com outras pessoas neste lugar no mesmo tempo,
 - querem fazer umas coisas com outras pessoas neste lugar,
 - porque assim todas as pessoas neste lugar sentem uma coisa boa
- f) quando as pessoas estão noutro lugar, pensam muitas vezes:
- é bom ter um lugar assim,
 - há tempo quando vivia neste lugar por muito tempo
 - dentro dum tempo quero estar lá
- g) por isso sentem uma coisa boa

Casa pois primeiramente é um lugar para viver (a), onde a gente se sente descansada ('sente uma coisa boa no seu corpo', b), segura ('nenhuma coisa má me vai acontecer aqui', d) e à vontade ('posso fazer o que quero', e). Este lugar é vinculado a família, 'pessoas que são como partes dumha coisa' (g). Estas pessoas querem estar juntas e 'fazer coisas boas um para o outro' (h-j), porque assim sentem-se bem (k). Este sentido da comunidade é importante para eles. A 'casa' para os portugueses tem um valor muito positivo, 'é bom ter um lugar assim' (m), é um lugar difícil de mudar, onde se mora 'por muito tempo' (n), e para o qual a gente sempre quer voltar (o). É um lugar de que se pensa e se tem saudades (l-p).

Conclusões

Esta análise introdutória do significado léxico-cultural da palavra *casa* em português europeu mostra principalmente que 'casa' é um valor essencial em Portugal. *Casa* é um ponto da referência importante, lugar que se deixa por muito ou pouco tempo, mas sempre para lá voltar. *Casa* está unida a família, concebida não só como um conjunto de pessoas que vivem juntas, mas como uma rede das relações e obrigações multigenerationais. *Casa* é mais do que um lugar no espaço físico, é também um lu-

gar metafórico no coração, um lugar onde nascem as emoções boas, necessárias para o homem funcionar bem.

Para ver se a imagem linguística da palavra *casa* que surgiu da análise de dados lexicográficos e culturais, é valida para o português europeu falado actualmente, é imprescindível fazer os inquéritos entre os jovens portugueses, perguntando-lhes o que significa *casa* para eles¹⁷. Seria interessante também verificar se esta imagem de *casa* é valida para outras variantes de português, nomeadamente o português do Brasil, da África e da Ásia. É de supor que existem grandes diferenças entre a imagem de *casa* nessas variantes devido a distâncias geográficas e culturais. Vale a pena comparar ainda a imagem linguística de *casa* em português e em polaco. Apesar da distância geográfica entre essas duas culturas, surpreendem as semelhanças que se podem observar, mas que, contudo, saem fora do âmbito imediato do presente estudo.

Referências bibliográficas

- ACADEMIA DAS CIENCIÂS DE LISBOA (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Verbo. [=DIC]
- BARTMIŃSKI, Jerzy (ed.) (1999). *Językowy obraz świata*. Lublin: Wydawnictwo UMCS.
- BARTMIŃSKI, Jerzy (2009). *Aspects of cognitive ethnolinguistics*. London: Equinox.
- BARTMIŃSKI, Jerzy, CHLEBDA, Wojciech (2008). *Jak badać językowo-kulturowy obraz świata Słowian i ich sąsiadów?*. Etnolinwistyka, 20, pp. 11-27
- BIELIŃSKA-GARDZIEL, Iwona (2009). *RODZINA i jej profile we wczesnej polszczyźnie*. Etnolinwistyka, 21, pp. 121-138.
- BIRDWELL-PHEASANT, Dona e LAWRENCE-ZÚÑIGA, Denise (eds.) (1999). *House life: space, place and family in Europe*. Oxford-New York: Berg.
- BRETELL, Caroline B. (1999). *The casa of José dos Santos Caldas: family and household in a northwestern Portuguese village, 1850-1993*. Em:

¹⁷ É um projecto que planeio para o futuro mais próximo.

- D. Birdwell-Pheasant e D. Lawrence-Zúñiga (eds.). *House life: space, place and family in Europe*. Oxford-New York: Berg, pp. 39-72.
- BRYDON, Diana (2007). *Canadian writers negotiating home within global imaginaries*. Adelaide.
- BUŁAT SILVA, Zuzanna (2008). *Fado - podejście semantyczne. Próba interpretacji słów klucznych*. Wrocław: ATUT.
- CHLEBDA, Wojciech (2010). *Wstępne założenia analizy słownikowej w projekcie badawczym EUROJOS*. Em: Wojciech Chlebda (ed.). *Etnolingwistyka a leksykografia*. Opole: Wydawnictwo Uniwersytetu Opolskiego, pp. 219-226.
- Dicionário da Língua Portuguesa (1996). version 1.0. Porto: Porto Editora. [=DLP]
- Dicionário de Português-Inglês (1996). version 1.0. Porto: Porto Editora.
- FARRELL, Patrick (2006). *Portuguese saudade and other emotions of absence and longing*. Em: Beert Peeters. *Semantic primes and universal grammar. Empirical evidence from the Romance languages*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 235-258.
- GILES, Wenona (1997). *Re/memorying the Portuguese household in Toronto: culture, contradictions and resistance*. Women's Studies International Forum, 20, pp. 387-396.
- GODDARD, Cliff e WIERZBICKA, Anna (eds.) (2002). Meaning and universal grammar. Theory and empirical findings. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 2 vols.
- GRZEGORCZYKOWA, Renata (2009). Punkty dyskusyjne w rozumieniu pojęcia językowego obrazu świata – widziane z perspektywy badań porównawczych, *Etnolingwistyka*, 21, pp. 15-29.
- KLIMT, Andrea (1989). Returning “home”: Portuguese migrants notions of temporariness, permanence and commitment. *New German Critique*, pp. 47-70.
- LEVINSON, Steven (2003). *Space in language and cognition*. Cambridge: CUP.
- LINO, Raul (1992). *Casas Portuguesas*. Lisboa: Livros Cotovia.
- MACHADO, José Pedro (1981). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Amigos do Livro Editores.

- PINA-CABRAL, João (1997). *Houses and legends: family as community of practice in urban Portugal*. Em: Marianne Gullestad e Martine Segalen (eds.). *Family and kinship in Europe*. London: Pinter, pp. 77-102.
- WHORF, Benjamin Lee (1962). *Language, thought and reality*. Massachusetts: MIT Press.
- WIERZBICKA, Anna (1996). *Semantics: primes and universals*. Oxford: Oxford University Press.
- WIERZBICKA, Anna (1999). *Język-umysł-kultura*. Warszawa: PWN.
- WIERZBICKA, Anna (2005). *W poszukiwaniu lepszego zrozumienia słów eucharystycznych Chrystusa*. Znak, 9, pp. 33-55.
- WIERZBICKA, Anna (2009). *Reciprocity. An NSM approach to linguistic typology and social universals*. Studies in Language, 33, pp. 103-174.

POLIFONIA E HETEROGENEIDADE: UMA ABORDAGEM CRÍTICA

Lúcia Regina Barcelos Só
Faculdade Porto-Alegrense

1. A construção do sentido

As pessoas quando escrevem transmitem idéias através da linguagem oral ou escrita. Por meio dessas, incorporam-se ideologias¹ que são o resultado das suas experiências e do lugar estabelecido por/para o sujeito no grupo social. Toda essa bagagem de história, cultura, traços étnicos fazem com que o sujeito marque o seu discurso.

A linguagem escrita eleva o caráter do signo ao seu ponto mais alto de significação, pois mais do que portador de um *significante ou significado*, o signo compromete-se com algo inerente ao sujeito estabelecido por sua própria condição social. Nessa perspectiva, no âmbito social existe sempre a idéia já pré-concebida do real.

Quando nos referimos ao discurso, percebemos que este vai ter valor no momento em que os participantes do processo possuem competência que lhes permita contextualizar o que está sendo dito. A competência nesse sentido vai além daquela definida por Chomsky, mas é do ponto de vista da interação verbal.

Segundo Van Dijk (1992), a interação é dada no momento em que os participantes do discurso contextualizam o discurso, através de suas estrutu-

¹ Segundo Althusser (1967), sistema (que possui sua lógica e seu vigor próprios) de representações (imagens, mitos, idéias e conceitos) dotados de uma existência e de um papel histórico no seio de uma sociedade dada.

ras internas conhecimentos, crenças, propósitos e intenções. Portanto o sujeito é constituído como enunciador através dessas marcas intertextuais.

Perelmann (1992) já definiu que o discurso é como um espiral que vai se abrindo à medida que o sujeito institui o seu espaço e daí vai se reconstituindo o seu entendimento.

Vogt (1997) quando falou dos intervalos semânticos referiu-se diretamente ao preenchimento dos espaços, sem os quais a compreensão do que está sendo dito fica incompleta. E, ao mesmo tempo em que são preenchidos, eles devem existir, pois a cada um cabe o preenchimento de acordo com suas ideologias. Na teoria da heterogeneidade, posterior à teoria polifônica, o sujeito é constituído a partir do outro. O que já prevê a heterogeneidade do discurso apresentada por Authier-Revuz (1990). Na mesma linha Orlandi (1999) colocou que *As produções linguísticas do tipo de discurso políticos e também de outros tipos, adquirem valor se realizadas no contexto social e cultural apropriado.*

2. A polifonia

A idéia de polifonia foi introduzida por Bakhtin para caracterizar o romance de Dostoiévski. Para Bakhtin, *a palavra é produto da relação recíproca entre falante, ouvinte, emissor e receptor. Cada palavra expressa o "um" em relação ao outro. Eu me dou forma verbal a partir do ponto de vista da comunidade a que pertenço. O Eu se constrói constituindo o Eu do outro e por ele é constituído.*

Ducrot (1980) trouxe para o interior da pragmática a teoria polifônica. Inicialmente ele distingua “locutor” e “enunciador”. Dessa forma o “locutor” é aquele que produz as palavras no momento da enunciação e por elas se responsabiliza. Freqüentemente coincide com o falante do discurso, sendo marcado pela primeira pessoa. Para distinguir o locutor das outras vozes que aparecem no discurso, Ducrot introduziu o conceito de enunciador. Enunciador é aquele a quem é atribuída a responsabilidade dos atos ilocutórios veiculados pelo enunciado do locutor. Assim, o enunciado consiste em uma representação (no sentido teatral) de sua enunciação; os personagens então se apresentam em dois níveis:

- a) locutor – responsável pelo enunciado (Ducrot distinguiu ainda entre locutor enquanto tal e locutor enquanto pessoa).
- b) enunciadores (E1. E2)- encenações de pontos de vista, de perspectivas diferentes no interior do enunciado.

Há diversos mecanismos lingüísticos que servem para mostrar diferentes vozes no interior de um texto, demarcando nitidamente os diferentes pontos de vista. Um deles é a negação, pois nela estão implicadas duas vozes: uma que afirma e a outra que refuta a afirmação anterior. Dessa forma, ilustrando com uma passagem literária teríamos em Memórias Póstumas de Brás Cubas – *não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado de nossa miséria* – Machado de Assis deu-nos um exemplo de dois tipos de negação. A primeira *não tive filhos* é chamada de negação descritiva, pois aparentemente nega um dado da realidade, mas, na verdade rejeita o que poderia ser a visão de alguém sobre ela (no caso, teve filhos); a segunda negação é mais polêmica *não transmiti a nenhuma criatura o legado de nossa miséria*. Nesta última, o Machado expressa uma oposição a um ponto de vista da sociedade: *ter filhos é transmitir a alguma criatura o legado da miséria da humanidade*. Portanto, fica claro que as vozes do discurso, independentes de serem marcadas ou não, carregam toda a historicidade que deve ser compartilhada pelos sujeitos envolvidos no processo.

Ducrot (1984) considerou, além das já mencionadas, outro tipos de polifonia:

- 1) quando num mesmo enunciado se tem mais de um locutor - corresponde a intertextualidade explícita (discurso relatado, citações, referências, argumentos por autoridade, etc.);
- 2) quando, no mesmo enunciado, há mais de um enunciador recobrindo, em parte, a intertextualidade implícita, sendo, porém, mais ampla: basta que se representem, no mesmo enunciado enunciadores que representem perspectivas diferentes, sem necessidade de se servirem de textos efetivamente existentes. Essa é para o autor a encenação atribuída por enunciadores virtuais ou reais que se posicionam.

Oswald Ducrot, ainda com vistas na teoria, explicita o “posto” e o “pressuposto”. Esses ficam a cargo dos enunciadores (E1 e E2), pois o locutor identifica-se com o E2 e realiza o ato de afirmação. Enquanto o E1 identifica-se com a opinião pública responsabilizando-se por seu discurso formulando pressupostos. Assim o pressuposto ganha dimensão discursiva.

3. A heterogeneidade (Ht)

O discurso polifônico passou a ser tratado como “discurso heterogêneo”, no qual diferentes sujeitos e/ou posições de sujeito estabelecem uma interlocução capaz de demonstrar que discursos se constroem sobre discursos, que mais do que se somarem, constituem-se através das marcas de historicidade.

Na linha de análise discursiva filiada aos estudos de Pêcheux (1990) houve uma maior preocupação com a historicidade, pois não há como dissociá-la da polifonia. Nessa nova visão da análise do discurso, a Ht segue com os trabalhos de Jacqueline Authier-Revus. *As vozes do enunciador podem ser a voz do outro* (Authier-Revus, 1990). A autora colocou que a Ht pode ser de dois tipos: a constitutiva e a mostrada. A autora parte sempre da análise de que a Ht é sempre mostrada, pois a constitutiva “já está denegada” em todo o enunciado, sendo a denegação a condição essencial da enunciação.

A Ht constitutiva refere-se a um nível inconsciente que determina os sentidos do dizer. A Ht mostrada é considerada como sendo uma negociação com o sujeito do primeiro tipo (Ht constitutiva). Partindo desses dois tipos, podemos dizer que na Ht constitutiva o discurso é marcado pelo que se considera como ideologias, crenças, etnias e tudo o que pode ser recuperado do sujeito como elemento instituído pelo grupo social. Dessa maneira, esse tipo de Ht apóia-se, de um lado, na problemática do dialogismo bakhtiniano que toma o discurso como produto da intersubjetividade, e de outro, na releitura que Lacan faz da obra de Freud, no que diz respeito à relação do sujeito com a linguagem; articula a Ht do discurso ao descentramento do sujeito, apresentando-o como efeito de linguagem e, por consequência, dividido, clivado, cindido. Segundo a

autora, *o sujeito não é uma entidade homogênea, exterior à língua, que lhe serviria para traduzir em palavras um sentido do qual seria a fonte consciente* (1982). Em 1990 recorre a Freud para dizer que no sujeito dividido não há centro fora da ilusão e do fantasmagórico – não há um centro de onde emanaria, em particular, o sentido da fala. Fala, ainda que a função deste sujeito (que é o eu) é portador desta ilusão necessária (no imaginário do sujeito dividido reconstrói-se a imagem do sujeito autônomo).

A autora propôs dois tipos de enunciados – aqueles que mostram a Ht com marcas explícitas e aqueles cujas marcas não são mostradas. Como exemplo de Ht mostrada e marcada temos as glosas enunciativas; como exemplo de Ht mostrada, mas não marcada temos a ironia, a imitação,etc. que retomam “outro sentido” sem explicá-lo.

4. Análise do corpus – uma crônica de David Coimbra

O critério de seleção do texto foi aleatório. Inicialmente eu tinha a idéia de apresentar várias crônicas, no entanto parece-me mais fiel e criteriosa a análise de uma só. A decisão pela crônica teve com objetivo único o de analisar a subjetividade do texto e as marcas denunciadoras de um discurso carregado de ideologia. A leitura detalhada das crônicas do jornalista e comentarista esportivo David Coimbra sempre me chamou a atenção, pois acredito que o seu texto é marcado por uma historicidade. O curioso do texto é que sempre o autor começa por uma história. Esse início que pode, num primeiro momento, não ter relação com o que vai ser dito. Mas, no final, percebe-se o quanto à introdução contribuiu para a compreensão do todo do texto. Este pode ser um conto ou fragmentos dele, pode ser uma crônica, motivada por algum encontro causal, ou até mesmo fatos em que o autor participa como protagonista. Assim, com as marcas do discurso vamos analisando ou imaginando o tipo de pessoa, suas crenças e atrevemo-nos a comentar as suas ideologias. As suas palavras e as “aparentemente suas” representadas no discurso dos outros vão tecendo a heterogeneidade do texto.

“Aos vencedores, as batatas!”

Nesta crônica David Coimbra começa contando a história das batatas:

A história das batatas é uma história de paixão, de sexo, de traição. Uma história que deveria interessar ao mundo, porque o mundo ama as batatas. Não conheço ninguém que não adore batata, apesar de, você já sabe, a batata ser perfeitamente substituível pela mandioca, o popular aipim. Mas voltemos à batata. Os europeus não a conheciam. Os Incas, encastelados nos píncaros andinos, esses, sim, comiam batata havia mais de mil anos. Ai chegou o conquistador Francisco Pizarro e deve ter sido ele o primeiro europeu a se repimir com um prato feito com batata. Só que Pizarro estava ocupado demais chacinando os Incas e pilhando o seu ouro para se preocupar com culinária. Quem de fato descobriu a batata para a mãe Europa foi um inglês, o famoso Francis Drake.

Essa história de Francis Drake e a batata, a tal história da paixão, sexo e traição, eu a li num livro escrito pelo jornalista Silvio Lancellotti. “Cozinha Clássica” chama-se o livro lançado há pouco em formato de bolso pela L&PM. Contá-la-ei, e prometo não usar mais mesóclises para tanto.

Bom, Drake tinha sido incumbido pela rainha Elisabeth I de solapar o quanto pudesse os espanhóis em sua tentativa de fundar colônias na América. Chegou ao império incaco mais ou menos ali pela cidade de Cartagena, na Colômbia. Foi bem recebido pela população local, tanto que resolveu dar uma parada para descansar, recompor as forças, reabastecer-se de água e de mantimentos.

Nesse interregno, um dos marinheiros e grande amigo de Drake, um certo Malcom Marsh, envolveu-se com a filha do chefe da aldeia, uma linda princesa que atendia pelo nome de Potato. Marsh empregou a velha e boa lábia inglesa. Seduziu a jovem com promessas, olhares lânguidos

e, quiçá, uma ou outra prenda. A ponto de Potato concordar em conceder os seus favores ao rapagão.

Assim, os dois passaram semanas no idílio, até que Drake anunciou que partiria com toda a sua tripulação. O pai da moça, evidentemente, não gostou.

– Vai ter que casar – exigiu o chefe, casmurro e ameaçador.

Marsh, safado, era como o Professor Juninho: a palavra casamento deixava-o todo embolotado. Procurou o amigo Drake, torcendo as mãos de angústia:

– Não quero casar!

Drake o tranqüilizou. Tinha um plano. Que era o seguinte: eles esperaram, esperaram. Uma noite, quando os índios dormiam, os ingleses correram todos para os navios e zarparam. Algum vigia deve ter dado o alarme, porque o pai ultrajado e seus soldados saíram em perseguição aos fujões. Atiraram-lhes flechas, lanças, pedras, pedaços de pau. Quando a munição tinha acabado, jogaram-lhes... batatas! Os navios ingleses ficaram com os conveses cheios de batatas.

Drake, Marsh e seus asseclas conseguiram fugir e, depois de mais algumas tropelias sul-americanas, voltaram à Inglaterra. Lá, foram recebidos com júbilo e pompa pela rainha, que, diziam as línguas ferinas do século 16, era amante de Drake. Durante o banquete de recepção, os lobos-do-mar instruíram os cozinheiros reais a preparar as batatas da forma como tinham visto os incas fazer: assando-as na brasa. Elisabeth provou a primeira batata de sua vida emitiu um oh! De admiração. Perguntou a Drake como se chamava aquela iguaria. O pirata, divertido, virou-se para Marsh, o protagonista da aventura:

– Como é o nome disso mesmo?

Marsh, entre envergonhado e afliito, disse o primeiro nome que lhe veio à cabeça. Que não era senão:

– Potato!

E Potato ficou sendo pelos séculos vindouros, convertendo-se em na corruptela portuguesa, eternizando de alguma forma a infeliz princesinha inca.

A batata, pois, foi para a Europa e lá se requintou, virada em suflês diáfanos, tortas delicadas, bolinhos celestiais. A Europa amassou a batata para transformá-la em purê, untou-a com azeite de oliva na concepção do bacalhau à Gomes de Sá, fritou-a para acompanhar o chope. A Europa fez com a batata, arrancada das terras férteis da América, o que fez com o nosso ouro, a nossa prata, o nosso pau-brasil, a nossa fauna e a nossa flora. Durante cinco séculos consumimos, encantados, os produtos que os europeus processavam com arte e saber inigualáveis. Nem que fossem produtos confeccionados com matéria-prima extraída daqui mesmo, dessa triste América católica.

Pois bem. Depois de todo esse tempo, demos o troco. O futebol, nós trouxemos de lá e aqui o sublimamos, o elevamos à quintessência, o tornamos um produto muito mais nobre e refinado. E cada vez que eles levam um dos nossos expoentes, surgimos com outro. Levaram-nos Os Ronaldos, estão importando o Kaká, mas agora temos o Nilmar, temos Robinho e Diego, e temos esse Dagoberto rutilante, pronto para encher aqueles ricaços de gols e admiração. Europeus, fiquem com as batatas! O futebol nos vingou.

(ZH, domingo 17/08/2003)

5. Análise da crônica

A história das batatas é uma história de paixão, de sexo, de traição.

Na passagem, o locutor relaciona de forma metafórica a paixão entre pessoas com a paixão pelas batatas. Como a relação de paixão é sempre

algo controverso podemos notar que essa paixão pelas batatas também pode ser controversa. E ele continua...

Não conheço ninguém que não adore batata

A negação reforçada por “não” e “ninguém” coloca à mostra que o locutor inclui-se nesse grupo (o de amantes da batata), fazendo parte deste junto com os interlocutores.

E, o locutor faz referência a várias civilizações:

Os europeus não a conheciam...

Os Incas encastelados nos píncaros andinos...

... os espanhóis em sua tentativa de fundar colônias na América.

No momento em que o sujeito do discurso menciona povos ou civilizações, principalmente antigas e historicamente evoluídas, ele garante o seu discurso sustentado pelo discurso do outro. As referências são formas de marcar a heterogeneidade.

Essa história de Francis Drake e a batata, a tal história da paixão, sexo e traição, eu li num delicioso livro escrito pelo jornalista Silvio Lancellotti, “Cozinha Clássica”, lançado há pouco pela L&PM.

Nesta passagem temos a glossa “a tal história da paixão” remetendo os interlocutores a algo que já foi dito, mas que, ao mesmo tempo, remete a um sentido que estaria no universo do interlocutor. Após, quando coloca o autor do livro o locutor insere o seu discurso no discurso do outro. Isso acontece para reafirmar o seu discurso sustentado pelo discurso do outro.

Nesse interregno, um dos marinheiros e grande amigo de Drake, um certo Malcom Marsh, envolveu-se com a filha do chefe da aldeia uma linda princesa que atendia pelo nome de Potato. Marsh empregou a velha e boa lábia inglesa. Seduziu a jovem com promessas, olhares lânguidos

e, quiçá, uma ou outra prenda A ponto de Potato concordar em conceder os seus favores ao rapagão.

A passagem nos remete ao que o locutor havia falado no início sobre a história das batatas ser de paixão, de sexo e de traição. O que há de interessante são as inferências feitas sobre o povo inglês como sendo um povo com fama de sedutor. Neste caso a historicidade aflora, pois nem todos conhecem o povo inglês e muito menos sua fama. A informação só é recuperada se todos compartilharem da mesma filosofia. É a busca do que está externo ao texto. O locutor parece querer denunciar algo que não está implícito na intertextualidade.

... Drake anunciou que partiria com toda a sua tripulação...
O pai da moça, evidentemente, não gostou.
– Vai ter que casar – exigiu o chefe, casmurro e ameaçador.

No trecho acima mais uma vez podemos notar uma marca forte, pois do discurso que era direto, passa-se para o indireto. Nesse momento o locutor insere no seu discurso o discurso do outro. Isso acontece também quando o locutor parafrasea o discurso do outro. Há aqui marcas sociais, como por exemplo, a idéia de casar em circunstâncias nas quais a jovem tenha sido seduzida por alguém.

Marsh, safado, era como o Professor Juninho: a palavra casamento deixava-o todo embolotado. Procurou o amigo Drake, torcendo as mãos de angústia:
– Não quero casar!

Quem é o Professor Juninho? O locutor remete o seu discurso para algo que vai além do efeito interdiscurso, pois é uma formulação que constitui num saber próprio. Somente seleciona aqueles que têm a informação. E após, novamente, o discurso indireto.

... correram todos para os navios e zarparam... o pai ultrajado e seus soldados saíram em perseguição aos fujões...

Quando a munição tinha acabado, jogaram-lhes batatas!
Os navios ingleses ficaram cheios de batatas.

E, continua a história das batatas...

Elizabeth provou a primeira batata de sua vida e emitiu um oh! de admiração. Perguntou a Drake como se chamava aquela iguaria. O pirata, divertido virou-se para Marsh, o protagonista da aventura:

– Como é o nome disso mesmo?

Marsh envergonhado e aflito, disse o primeiro nome que lhe veio à cabeça. Que não era outro senão:

– Potato!

Assim, o locutor conta a história das batatas com toques de excentricidade, mas que de alguma forma chega aonde ele quer chegar haja vista a continuação do texto.

Pois bem. Depois de todo esse tempo, demos o troco.
O futebol, nós trouxemos de lá e aqui o sublimamos, o elevamos à quintessência, o tornamos um produto muito mais nobre e refinado.

... O futebol nos vingou!

Então termina o seu texto, como sempre falando em futebol. O que nos leva a crer que, segundo o locutor este também é recheado de surpresas, intenções não explícitas e vingativo.

6. Considerações finais

A abordagem da crônica de David Coimbra nos mostra o quanto um texto pode carregar as marcas de toda a nossa historicidade. Por isso, mesmo sem conhecer o locutor, podemos traçar algumas linhas sobre o seu perfil, porque nenhum discurso é impessoal. Por mais subjetivo que ele seja, não há como disfarçar o que existe na concepção já pré-estabelecida. Até porque quem institui o sujeito é o outro e por ele é instituído. Tudo o que for instituído pela sociedade como lugar do sujeito é fator

constituinte de seu discurso. Os acordos feitos direta ou indiretamente com o grupo social são fundamentais para que o discurso tenha força. Todas as ideologias, crenças, etnias, etc não formam um sujeito único e responsável pelo seu discurso. Mas, mais do que comprometê-lo, licencia-o para outros dizeres. O “auditório social” é o júri capaz de autorizar ou refutar toda a força do discurso.

A análise proposta está longe de ser um modelo para outras, pois cada discurso é próprio e para tal deve ser analisado de forma imparcial. Ele é sim, uma mostra do quanto grande é a diversidade de crenças e saberes. E, mesmo assim neste mundo diverso consegue-se estabelecer o que é comum entre os falares. Porque pertencemos a um grupo social e por ele somos configurados.

A heterogeneidade não quer mostrar mais quantas vozes estão envolvidas no discurso, mas sim as diferentes posições em que o sujeito ocupa no discurso. É um jogo polifônico, ou mais do que isso é uma marca.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, L. (1967). *La revolucion teórica de Marx*, México, Síglo XXI.
- AUTHIER-REVUS, J. (1990). Heterogeneidade (s) Enunciativa (s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 19, p.25-42, jun./dez.
- BAKHTIN, M. (1992). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec.
- DUCROT, O. (1980). *Les mots du discours*. Paris, Minuit.
- _____ (1984). *Le dire et le dit*. Paris, Minut.
- GIMENO, M.H.L.(1986). A Nova retórica. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, v. 10,p. 59-8.
- ORLANDI, E. (1999). *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo, Pontes.
- PÊCHEUX, M. (1990). *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. bras. Campinas, Pontes.
- PERELMAN, C. (1992). Argumentação. In *Enciclopédia Einaudi*. v. 11. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 234-265.

- VAN DIJK, T.A. (1992). *Cognição, discurso e interação*. São Paulo, Contexto.
- VOGT, C. (1977). *O Intervalo Semântico*. São Paulo, Ática (Ensaios nº 26).

AS DIVERSAS VOZES NA CONSTRUÇÃO DO ETHOS: O CASO DA IMPRENSA PRAIEIRA

Rose Mary Fraga

Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRPE

Introdução

O contexto da Rebelião Praieira

Para que possamos discorrer com um pouco mais de propriedade sobre a Rebelião Praieira, é indispensável uma contextualização, mesmo que breve, das questões sociais, políticas e filosóficas que agitavam o Brasil na primeira metade do século XIX. Comecemos, pois, por informações triviais: o Brasil ainda fazia parte do Império Português; a Corte havia se transferido para o Rio de Janeiro em 1808, fugindo dos franceses liderados por Napoleão Bonaparte. Neste mesmo ano, a imprensa é inaugurada no Brasil por determinação oficial e, poucos anos depois, escapa do controle da Corte, multiplicando-se em variados periódicos de diferentes orientações políticas. O fato de a imprensa ter conseguido ultrapassar os muros da Corte provocou uma significativa circulação de novas ideias vindas da Europa que começavam a influenciar o pensamento e a ação política no Brasil colônia. Estávamos a um passo da independência, o que veio a ocorrer em 1822.

É nesse contexto que a imprensa é inaugurada no Brasil. E a despeito de estarmos numa sociedade em sua grande maioria analfabeta, a imprensa se multiplica em variados jornais e pasquins e, de certo modo, populariza-se (Fraga, 2001), chegando às praças, inflamendo os espíritos com as ideias liberais, conquistando adeptos para as novas facções políticas. Para atestar o importante papel que teve a

imprensa na divulgação do espírito das Luzes e sua influência nos movimentos políticos do Brasil, tomamos de empréstimo o que afirma Neves (2001: 79), para quem

Os folhetos e panfletos políticos, de caráter didático e polêmico, escritos sob a forma de comentários aos fatos recentes ou de discussões sobre as grandes questões de época, procuravam expor em linguagem acessível os temas fundamentais das idéias liberais e do constitucionalismo. Muitas vezes, encadeavam-se uns aos outros, ou a alguma publicação de outro gênero, como os jornais, enquanto resposta às posições assumidas, chegando a formar uma “rede de polêmicas”. [...].

Em Pernambuco, os partidos políticos Liberal e Conservador eram representados pelas famílias Cavalcanti e Rego Barros, respectivamente. No entanto, não havia muita clareza sobre os limites entre o grupo conservador e o liberal, já que eram constantes os acordos políticos entre essas famílias. Tanto assim que, em 1837, através de um acordo com os Rego Barros, Francisco de Paula Cavalcanti torna-se presidente da província de Pernambuco e, em 1840, assume o cargo Francisco Rego Barros – Barão da Boa Vista –, numa clara demonstração de acordo entre cavalheiros, fazendo valer um dito popular da época: *Nada mais conservador que um liberal no poder.*

Desde então – 1837 – forças políticas reacionárias, lideradas pelas famílias Rego Barros e Cavalcanti, dominaram a província de Pernambuco. Essa dominação oligárquica foi, social e politicamente, nefasta para Pernambuco. Como afirma Quintas (1982: 27), havia aqui “uma nobreza rural, possuidora de vastas extensões territoriais, exercendo um domínio completo no nosso meio político-social.”

Assim, essa concentração de propriedades improdutivas nas mãos de poucas famílias faz com que o movimento da Praia não seja visto, na opinião de Quintas, apenas como uma disputa entre dois grupos políticos na busca pelo poder: **a oligarquia Rego Barros- Cavalcanti – os ga-**

birus – e o **partido da Praia**¹, mas como um movimento com significativa ressonância popular, devido às insatisfações sociais provocadas pelos abusos da política conservadora dos *gabirus*.

Para Quintas (1982), havia em Pernambuco, na primeira metade do século XIX, um terreno fértil à rebeldia; havia uma inquietação política e uma insatisfação das massas decorrentes das desigualdades provocadas pela concentração fundiária e pelo monopólio do comércio pelos portugueses.

Lançando outras luzes para compreendermos melhor esse movimento rebelde, Carvalho (2003) afirma que a história da Praieira tem início em 1840 com uma dissidência do Partido Liberal em Pernambuco. Eram os chamados *liberais radicais* que em 1842 fundam o Partido Nacional de Pernambuco, conhecido como Partido da Praia. As razões para essa dissidência, no entanto, não eram de todo nobres. De acordo com Carvalho (2003) a dissidência ocorreu porque o presidente da província – Rego Barros – partilhava os cargos administrativos com o Partido Conservador e com os Cavalcanti, que representavam a cúpula do Partido Liberal. Diante do fato, parte da base do Partido Liberal, numa demonstração de insatisfação, rebelou-se e deu início a uma acirrada disputa em Pernambuco.

Na visão de Carvalho (2003), o movimento praieiro tinha um caráter elitista, pois tinha o apoio e o envolvimento de proprietários rurais. Segundo o autor esse elitismo pode ser “confirmado pelo deputado praieiro Urbano Sabino, que enfatizou que a intenção primordial dos rebeldes era defender sua propriedade.” (p. 201).

No entanto, o autor não desconsidera a presença da *população*, de grupos subalternos na Praieira embora relativize o discurso passional de Quintas, que considerou a Praieira uma genuína revolução popular. O fundamental é entender que quando os liberais pernambucanos falavam do povo na rebelião, “nele não estavam incluídos os escravos, os mendigos, os índios, os livres e libertos que nada tinham de seu. [...].” (Carvalho, 2003: 223). Participavam do movimento, segundo Carvalho

¹ O grupo político representado pela oligarquia Rego Barros-Cavalcanti era vulgarmente chamado de *os gabirus* pelos praieiros, que os consideravam ladrões (Quintas, 1982).

(2003), pequenos negociantes do Recife e do interior, funcionários públicos, militares, padres, professores de primeiras letras, porteiros, guardas de repartições, artesãos, alfaiates etc. Esse era o povo da Praieira de que falam Amaro Quintas e Joaquim Nabuco, por exemplo, exaltando a praieira como uma revolução popular.

Vale ressaltar, porém, que na disputa entre praieiros e gabirus em Pernambuco a presença marcante da imprensa na divulgação dos ideais da *Praia*, desde o seu nascimento, é a razão de nosso interesse por esse movimento rebelde. Os praieiros tinham seus próprios jornais, por meio dos quais difundiam suas idéias: **eram antilusitanos, pregavam o voto livre, a liberdade de imprensa, o trabalho com garantia de vida para os brasileiros, o comércio a retalho para os brasileiros, a extinção do poder moderador etc.** Nosso objeto de investigação é, pois, os discursos gerados pela recente imprensa brasileira nesse ambiente de disputa política: suas práticas linguístico-discursivas na construção das identidades sociais, suas manifestações ideológicas, enfim, sua constituição discursiva num período de extrema relevância na disseminação da escrita, com a consolidação da imprensa, e num suporte de gêneros textuais do século XIX ainda pouco investigado: o jornal.

Dentre os jornais responsáveis pela exposição da *verdadeira situação da província* está o *Diario Novo*², considerado um ícone na representação dos ideais praieiros. Fundado em 1842, mesmo ano da fundação do Partido da praia, o jornal ganha esse nome em oposição ao *Diario de Pernambuco*, chamado pelos líderes da Praia de *diario velho* por representar “a voz” dos conservadores, dos senhores de engenho, dos barões, das poderosas famílias Cavalcanti e Rego Barros que concentravam o poder econômico em Pernambuco.

Mas a imprensa praieira não contava apenas com o *Diario Novo*. Havia ainda, por exemplo, *A Voz do Brasil*, *O Nazareno*, *A Guarda Nacional*, *O Praieiro* e *O Foguete*. Estes três últimos jornais (*A Guarda Nacional*, *O Praieiro* e *O Foguete*) eram impressos nas oficinas do *Diario Novo*, instaladas na Rua da Praia, no Recife, de onde vem o

² O *Diario Novo*, desde a sua fundação em 1842, contou com a colaboração do *soldado, escritor, historiador e jornalista* José Inácio de Abreu e Lima (Sodré, 1999: 147).

nome do movimento, atestando o relevante papel que cumpria a imprensa junto aos rebeldes.

Interdiscursividade e *ethos*

Em nosso trabalho, a concepção bakhtiniana de enunciado como sendo essencialmente dialógico é imprescindível para compreendermos a construção do *ethos*. Como veremos na análise, as imagens sociais, constitutivas do discurso e ao mesmo tempo nele constituídas, são fundamentalmente elaboradas no diálogo, na ação consciente de incorporação de outras falas. Ou seja, os sujeitos sociais constroem imagens de si e do outro no entrecruzamento de *vozes*, de formações discursivas presentes na sociedade, de variados pontos de vista que se sabe ou se supõe. Nessa direção, Bakhtin (2000: 291) assinala que

O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (a palavra “resposta” é empregada aqui no sentido lato): refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles.

No tocante ao fenômeno do *ethos*, tomamos de empréstimo as palavras de Amossy (2005: 9), para quem

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. [...]. Seu estilo, suas competências lingüísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si.

Fairclough (2001) refere-se ao fenômeno da sobreposição de *vozes* como intertextualidade manifesta e constitutiva. A primeira refere um tipo de intertextualidade que “recorre explicitamente a outros textos

específicos” (Fairclough, 2001: 114). A intertextualidade constitutiva, poderíamos dizer, é um princípio da língua, seu caráter essencialmente dialógico que, independentemente da inserção de um intertexto, está presente no processamento discursivo indiciada por diversas “pistas” que configuram a pluralidade de sujeitos. O autor assinala também que utilizará o termo **intertextualidade** para referir ambas as manifestações polifônicas e, quando necessário, fará uso de **interdiscursividade**, referindo-se à intertextualidade constitutiva a fim de salientar-lhe especificidades.

Recorrendo a Kristeva (1986a), Fairclough (2001) salienta que a intertextualidade confere historicidade aos textos ao mesmo tempo em que inscreve os textos na história. Isto porque muitos textos anteriores entram na composição de um novo, e este na construção de um outro. Temos assim, uma rede de intertextos que vão se imbricando no discurso, cuja superfície anuncia ou simplesmente sugere a presença de mais de um locutor.

Neste trabalho, analisamos a sobreposição de *vozes* no discurso partindo do pressuposto de que *todos os enunciados são povoados* (Fairclough, 2001: 134). Isto quer dizer que em todos os textos habitam outras fala, outros discursos, sejam eles retomados ou antecipados. O que pretendemos demonstrar em nossa pesquisa é que o caráter polifônico dos textos constitui um importante aspecto discursivo da construção do *ethos*. Assim, verificamos que, na construção das identidades sociais, o locutor inscreve em seu discurso a *voz* do outro, traz à baila fragmentos de outros textos, reafirmando-os, contestando-os ou refletindo sobre eles. E mesmo quando não há presença de um texto anterior, o locutor oferece pistas de que não fala sozinho. Desse modo, o *ethos* discursivo vai se constituindo em função de um *ethos* prévio que se sabe – com menção a textos anteriores – e de um *ethos* prévio que se supõe – com base em possíveis textos subsequentes. Vejamos os seguintes exemplos:

(01)

Muito se teem exasperado estes dias os homens do partido da ordem: a imprensa Baronista tem redobrado de desafetos, e todos os dias multiplicaõ-se as injurias, e os insultos à o digno Presidente da Provincia, e ao Governo

de S. M. o Imperador, à quem já não respeita o excelso barão ex Presidente!

Alguns homens estranhos à Provincia, e absolutamente ignorantes da nossa historia periodiqueira teem acusado de forte, e virulenta a Imprensa da Praia, mas é em quanto não sabem que nós os praieiros temos sido constantemente provocados, que o prelo guabirú ainda não respeitou a nenhum de nós, nem ainda mesmo os mortos, para os quaes se deve guardar o preceito do – parce sepultis –, e que nossos filhos, nossos pais, nossas proprias familias teem sido objecto do vexame, da critica, dos apodos, e das mais insultuosas acusações feitas por os membros os mais preeminentes do partido ordeiro!

(*O Praieiro*. 14/12/1845, p. 1)

No exemplo (01), verificamos que a *voz* do outro é introduzida por meio de uma ação metadiscursiva. Na esteira de Fairclough (2001: 157), entendemos o metadiscocurso como “uma forma peculiar de intertextualidade manifesta que implica que o(a) falante esteja situado acima ou fora de seu próprio discurso e esteja em uma posição de controlá-lo e manipulá-lo”. Esta manipulação é verificada no exemplo anterior em que o sujeito produtor (*O Praieiro*) volta-se para o discurso do outro (a imprensa Baronista) construindo uma avaliação sobre este discurso, como podemos constatar em **a imprensa Baronista tem redobrado de desafors e multiplicaõ-se as injurias, e os insultos à o digno Presidente da Provincia, e ao Governo de S. M. o Imperador.**

Estes fragmentos são reveladores da avaliação que o locutor faz do discurso da imprensa baronista, principalmente pelo uso de expressões que a categorizam, como *desafors, injurias e insultos*. Por sua vez, essa ação metadiscursiva-avaliativa constrói uma imagem da imprensa praieira – a de vítima, a de quem está sendo insultada – em função de uma imagem já construída pela imprensa baronista, e o faz sobrepondo *vozes*, encadeando palavras de locutores diversos. É o caso da *interdiscursividade*, descrita por Fairclough (2001), ou intertextualidade constitutiva. Não se trata de um texto de *outrem* inserido em um novo texto, mas de indícios textual-discursivos de que o locutor não fala sozinho: seu dis-

curso é pautado em outros discursos, que estão agora sujeitos a alterações, julgamentos, avaliações, etc.

Ainda no exemplo (01), o locutor insere uma avaliação sobre o discurso da imprensa praieira construída por **alguns homens extranhos à Província**. Nessa avaliação, o discurso dos praieiros é visto como forte e virulento – **teem acusado de forte, e virulenta a Imprensa da Praia** –. Verificamos aqui um *ethos* prévio que os praieiros pretendem modificar discursivamente. Para tanto, o locutor volta-se para o discurso de seus opositores, a imprensa *guabirú*, construindo para eles uma imagem social desfavorável, de desrespeito. Com apelo a questões ético-religiosas, os praieiros constroem um discurso moralizante em que, paralelamente a uma imagem desfavorável ao partido da ordem, constroem para si uma identidade em consonância com os valores sociais/morais predominantes na época, introduzindo em seu discurso um *coro de vozes* que veicula esses valores, como se verifica em **o prelo guabirú ainda não respeitou a nenhum de nós, nem ainda mesmo os mortos, para os quaes se deve guardar o preceito do parce sepultis**. Temos, então, um *ethos* discursivo construído no sentido de anular, ou ao menos minimizar, a eficácia do *ethos* prévio.

Observemos agora:

(02)

Entaõ para rebater tanta infamia foi mister apresentar em campo o valente Guarda Nacional, e depois de muito tempo o Cometa, João Pobre, Marmota, Gazeta do Povo, e &c. Ora pergunta-se, queririaõ accaso o Sr. Barão de Boa-vista, e seos parentes, e amigos descompor à salvo todo Pernambuco sem que se lhe retorquisse com voz forte, e enérgica? [...].

(*O Praieiro*. 14/12/1845, p. 2)

(03)

O Foguete pede licença aos tomantes do jornalismo, e aos *soi disant* amigos da monarquia, pede licença a esses partidos e facções que se combatem com jus exclusivo

cada um de ordeiro, para também soltar algumas faiscas n'esse campo de Agramante, cujos possuidores unicos se apregoam, e espera que o recebam como quizerem, porque ele está rezolvido a festejar os snrs. Santos Antonio, João, e Pedro, como lhe é costume, e como se o tem consentido de tempos imemoriais. [...].

(*O Foguete*. 29/06/1844, p. 1)

Nos exemplos (02) e (03), o encadeamento de enunciadores se mostra na *atitude respsiva*, usando um termo bakhtiniano, com que os locutores – redatores de *O Praieiro* e *O Foguete* – elaboram seu discurso, como podemos verificar em **para rebater tanta infamia** e **para também soltar algumas faiscas n'esse campo de Agramante**. Os referidos redatores rebatem abertamente discursos anteriores de jornais que lhes fazem oposição justificando possíveis insultos e agressões aos membros do Partido da Ordem. Essas justificativas podem ser percebidas por meio de pistas deixadas pelos locutores na atividade de referenciação em que estes transformam os objetos do mundo em objetos do discurso. O jornal *O Praieiro*, por exemplo, não responde às acusações de seu opositor, mas sim a *tanta infamia*; e também não usou de agressão com o Barão da Boa Vista, e sim **voz forte, e enérgica**. Já *O Foguete*, respondendo no mesmo tom, pede licença para *também soltar faíscas*, mas são apenas *algumas faiscas*. Este modo de categorização dos objetos da realidade é o que conhecemos como metonímia, um fenômeno já estudado pelos gregos antigos, que o enxergavam como uma das principais figuras do discurso, como operações retóricas responsáveis pelo jogo de sentido dos termos no interior dos enunciados. Neste jogo metonímico, as acusações de uns são interpretadas como infâmia e as de outro, como faíscas ou voz forte e enérgica, o que evidentemente resulta na construção de imagens sociais. Sobre esta questão, vale salientar que, neste trabalho, entendemos a metonímia como um fenômeno que ultrapassa o interior do enunciado, elaborando sentidos interdiscursivamente.

Vê-se, então, no exemplo anterior, que a metonímia é um recurso utilizado na ação que produz o sujeito de voltar-se para o discurso do outro e para o seu próprio, produzindo o metadiscurso. Além disso, é

um importante fenômeno que está presente na introdução de outras *vozes* no texto. Assim, a designação dos objetos da realidade, que é uma atividade do processo de referenciamento, também contribui para a construção das imagens sociais, tendo em vista um *ethos* prévio – a imagem de uma imprensa violenta – que os locutores tentam desconstruir discursivamente, configurando o aspecto polifônico na construção do *ethos* por meio do processo de referenciamento.

No exemplo seguinte, duas estratégias de inscrição da *voz* do outro nos chamam a atenção, a saber, a **modalização categórica**, baseada numa afirmação tida como consensual, uma verdade universalmente aceita e uma **modalização de proteção de face** na qual o locutor orienta a compreensão do interlocutor para o sentido desejado. Vejamos:

(04)

A primeira qualidade de cidadão é ser respeitador das leis, probo, e honrado: querer pois governar sem titulos taes é pretensão redicula, é loucura rematada.

Quando assim fallamos não se entenda que excluímos do lado que nos é opposto todos o homens de bem, todos os cidadãos honestos; não, já dissemos em nosso 1º. n. que o exclusivismo é injusto, e perigoso, mas força é confessar que a maioria d'esse lado, a quase totalidade é de homens, com quem a Policia teria muito que fazer [...]

(*O Praieiro*. 03/11/1845, p. 3)

No exemplo (04), a afirmação categórica **A primeira qualidade de cidadão é ser respeitador das leis, probo, e honrado** representa uma cadeia de locutores. Não é apenas a *voz* do redator de *O Praieiro* que nela está inscrita, e sim o conjunto da sociedade que aceita esses valores, já que ser honrado e respeitador das leis são qualidades enaltecidas universalmente. Sendo assim, esse discurso moralizante faz parte de um repertório esparsa reproduzido por toda a sociedade. Temos, então, a construção de uma imagem apoiada em valores ideológicos compartilhados por muitos atores sociais que, por sua vez, materializam esses valores em seus discursos.

Em seguida, a afirmação categórica é modalizada numa ação metadiscursiva em que o locutor se volta para o próprio discurso a fim de explicá-lo. Nesta ação, o locutor protege sua face, pressupon-do um discurso que lhe é oposto: **Quando assim fallamos não se entenda que excluímos do lado que nos é oposto todos os homens de bem, todos os cidadãos honestos.** A proposição negativa, como assinala Fairclough (2001), instaura a polêmica no discurso, o que só é possível na consciência de uma outra voz, sendo, portanto, uma forma de manifestação polifônica. Como podemos verificar, é no interdiscurso que as identidades sociais são construídas, e, desse modo, o *ethos* prévio que a outra voz inscreve é alterado num jogo reflexivo de imagens que se contrapõem.

No exemplo a seguir, o interdiscurso aparece por meios de diferentes estratégias, dentre elas, a recorrência ao conhecimento de mundo na inserção do interdiscurso:

(05)

Attenção.

Quando as nações incultas imperavão,
Os ladrões nas cruzes se penduravão;
Hoje, que só reinão séculos de luzes,
Pendentes aos ladrões estão as cruzes.

E assim parece-nos que he, porque vemos aqui um d'esses chumbeiros comendadores vender carne podre aos brasileiros com a maior usura e ladroeira, que se pôde imaginar, outro furtar terras de marinha, outro sedulas falsas, outro africanos, outro pão brasil, outro todas as coisas, e eis aqui uma chusma de cavalheiros (ou cavalos) de carne podre, fidalgos cavalheiros de africanos, fidalgos cavalheiros de cofre militar, em fim fidalgos cavalheiros da pata que os poz, e do diabo que os carregue.

(*A Voz do Brasil*. 15/06/1848, p. 2)

No fragmento (05), é importante destacar, inicialmente, a referência ao pensamento iluminista, denunciando sua influência nos grupos políticos

brasileiros do século XIX. Assim, o interdiscurso é introduzido por meio de uma estratégia cognitiva em que o sujeito produtor calcula que seu interlocutor reconheça as outras *vozes* presentes: o discurso da justiça na história antiga (**Quando as nações incultas imperavão**) e o discurso do período da filosofia das Luzes. Desse modo, e num tom jocoso, o locutor do jornal *A Voz do Brasil* constrói uma imagem bastante depreciativa para seus opositores, a quem chama mais adiante de **chumbeiros comendadores**. E, indireta e simultaneamente, constrói para si uma imagem oposta.

Outro aspecto que merece atenção em (05) é a escolha da expressão **africanos** para designar o objeto da realidade. Esta forma de categorização materializa não apenas a *voz* do locutor, mas toda uma formação discursiva de um grupo político contrário à escravidão. Temos, então, um conjunto de “eus” na constituição do discurso que seleciona o referente **africanos** (e não escravos) em resposta a discursos de outros sujeitos, defensores da manutenção da escravidão.

Ainda no exemplo (05), percebemos o interdiscurso pela introdução do intertexto **fidalgos cavalheiros da pata que os poz, e do diabo que os carregue**. Aqui temos o que Koch (2004: 149) chama de intertextualidade por acréscimo, já que temos a inserção de um dito popular acrescido de outras expressões. Essas falas populares, segundo a autora, pertencem a uma coletividade, não sendo possível identificar-lhes uma autoria primeira. De todo modo, representam textos reconhecidos como parte de um repertório popular, o que garante sua pertinência e eficácia retórico-discursiva.

Na visão de Fairclough (2001: 137), “a intertextualidade implica uma ênfase sobre a heterogeneidade dos textos e um modo de análise que ressalta os elementos e as linhas diversos e frequentemente contraditórios que contribuem para compor um texto.”

Nos exemplos seguintes, destacamos a interdiscursividade materializada em proposições negativas, cuja *voz* de *outrem* é inscrita sob polêmica. Vejamos:

(06)

Ao Diario de Pernambuco

É falso, falsissimo que se tenha espalhado um só boato aterrador nesta cidade, nem a menor idea de transtorno desde o dia 27 de junho para cá. É falso e falsissimo, que o governo tenha tido uma só denuncia formal, nem queixa nem susto; tudo parte de uma pequena orla, que cerca o vice-presidente em sua secretaria ou em sua casa. Nada diríramos ácerca do artigo de fundo do Diario de Pernambuco, se aquillo se limitasse a nós, que sabemos o fim dessa especie de triste homenagem: falar do Sr. Barata, do Sr. Antonio Carneiro!

(Diario Novo. 10/07/1848, p. 1)

(07)

O Brasil naõ está em estado de ser fundo d'alguem, e Pernambuco, que faz uma parte em importante do Brasil naõ quer, e naõ pode por forma alguma ser governado por uma familia. O governo d'aqui naõ é de mandões, naõ é a olygarchia: o povo quer intervir pelos meios que a constituiçaõ garante na confeiçaõ das leis, e naõ se ha de mais sugeitar á votaçaõ da fabrica de Monjope, e as falsificações das actas de Iguarassú.

(O Praieiro. 13/11/845, p. 2)

(08)

Naõ ha, ou quase naõ ha uma só pernambucano livre, que naõ esteja prevenido, pelo menos com uma claviaa, e concoenta cartuxos embalados, e para que isto? Para em ultimo cazo fazerem uso d'essas armas, a fim de conquistarrem seus fúros e garantias, supplantadas de ha muito, por um governo centralizador e perverso, que entendeu em

seu besunto, que os pernambucanos eraõ um povo de selvagens, e que naõ deviaõ ter garantias!

Convensão-se pois esses governos passados, e seus adeptos, que debaixo da cortina esperaõ ainda massacrarnos, que jamais o conseguirão; porque nós naõ cessaremos de bradar a esse generoso, e patriotico povo que naõ se curvem a mandões, e fidalgos improvisados, que, conluiados com os portuguezes governão-nos com o – punhal, e bacamarte –, extorquindo-nos o suor, para rodarem em ricas berlindas!

(*A Voz do Brasil*. 27/06/1848, p.1)

Nos exemplos (06), (07) e (08), percebemos a interdiscursividade por meios de proposições com valor negativo. Embora os enunciados presentes em (06) não apresentem o elemento de negação (*não, nunca* etc.), a expressão **é falso, falsissimo** corresponde a “não é verdade”. Assim, tomamos a primeira como proposição negativa, considerando sua atitude responsiva a outro discurso, afinal, só se pode afirmar que um dado é falso a partir de um discurso em que se afirme esse mesmo dado como verdadeiro. Ainda em (06), o locutor revela a autoria do discurso que contesta: o *Diario de Pernambuco*, que, na versão de *O Praieiro*, publica falsidades que precisam ser negadas. Já em (07), aparecem enunciados como: **O Brasil naõ está em estado de ser fundo d'alguem, e Pernambuco, que faz uma parte importante do Brasil naõ quer, e naõ pode por forma alguma ser governado por uma familia. O governo d'aqui naõ é de mandões, naõ é a olygarchia.** Essa organização discursiva com proposições negativas atesta, conforme assinala Fairclough (2001), a presença de outros discursos. Isto não quer dizer que o locutor de *O Praieiro* esteja respondendo a um texto concreto, real, mas a acirrada disputa político-ideológica travada em Pernambuco entre praieiros e gabirus, disseminada pela imprensa da época, remete-nos a formações discursivas que nos fazem compreender esses enunciados como resposta. Podemos reconhecer, por exemplo, os discursos de oposição dos praieiros à oligarquia que governava Pernambuco. Verificamos, assim, que a **ne-**

gação também representa um aspecto que materializa o discurso de *outrem*, inscrevendo no texto *vozes* que serão contestadas.

Considerações finais

Como podemos verificar, várias estratégias estão presentes no processamento discursivo para a construção do *ethos*. Aqui destacamos o fenômeno da interdiscursividade como um aspecto bastante presente na projeção das imagens de si e do outro, alargando nossas observações para além do intertexto concreto, a intertextualidade *stricto sensu*, mostrando como a sobreposição de *vozes* é multifacetada, complexa, pois envolve estratégias variadas como metadiscursos, formulações de negativas, estratégias de modalização, atividades inferenciais de conhecimento de mundo etc. Além disso, discorrer sobre aspectos interdiscursivos da imprensa do século XIX, não colabora apenas para a compreensão de seus aspectos linguístico-discursivos, mas contribui, sobretudo, para revelar uma parte da história do Português brasileiro, que ainda carece de muitos capítulos.

Referências bibliográficas

- AMOSSY, Ruth. *Da noção retórica de ethos à análise do discurso*. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso – a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BLOMMAERT, Jan. *Discurso – a critical introduction*. London: Cambridge University Presss, 2005.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. *Os nomes da revolução: lideranças populares na insurreição praieira, Recife, 1848-1849*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 23, nº 45. 2003.
- CASTILHO, A . T. *O português do Brasil*. In: ILARI, R. *Lingüística Romântica*. São Paulo: Ática, 1992.
- EISENSTEIN, Elizabeth. *A revolução da cultura impressa – primórdios da cultura moderna*. São Paulo: Ática, 1998.

- FAIRCLOUGH, Norman. *Media discourse*. Londres: Edward Arnold, 1995.
- _____. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- FOWLER, Roger. *Language in the news: discourse and ideology in the press*. Londres: Routledge, 2003.
- FRAGA, Rose Mary do N. *Cartas de leitores em jornais do século XIX: marcas de envolvimento*. Dissertação (Mestrado) – UFPE. Recife, PE, 2001.
- _____. *A Praieira em jornais do século XIX: constituição discursiva e identidades sociais*. Tese (Doutorado) – UFPE. Recife, PE, 2008.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- KOCH, I. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2007.
- LEITE, G. L. *Pernambuco: 1824*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1989.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- _____. *Ethos, cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso – a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MARCUSCHI, L. A. *Aspectos lingüísticos, sociais e cognitivos na produção de sentido*. Recife, UFPE (mimeo), 1999.
- _____. *O papel da atividade discursiva no exercício do controle social*. Recife, UFPE (mimeo), 2003.
- PEDRO, Emilia Ribeiro (Org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997.
- PESSOA, Marlos de Barros. *A formação de uma variedade e Semioralidade na primeira metade do século XIX. O caso do Recife, Brasil*. Tübingen. Dissertation, 1997.
- _____. *A imprensa do Recife no século XIX*. Recife, UFPE (mimeo), 1997.

- QUINTAS, Amaro. *O sentido social da revolução praieira*. Recife: Massangana – Fundação Joaquim Nabuco.
- SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- VAN DIJK, Teun A. *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona-Buenos Aires-México: Ediciones Paidós, 1996.
- _____. *Ideología y discurso*. Barcelona: Ariel, 2003.

SOBRE A PARTÍCULA CA NO CORPUS DA LÍRICA PROFANA GALEGO-PORTUGUESA: INTEGRIDADE FORMAL VS. ELISIÓN*

Manuel Ferreiro

Universidade da Coruña

É teoría tradicional, exposta desde hai ben anos, que as conxuncións *que* (tamén pronomé relativo), *ca* e *se* non presentan crase na lírica trovadoresca galego-portuguesa, do mesmo modo que, en principio, tamén non permiten sinalefa co vocábulo seguinte, feito que tamén afectaría á conxunción copulativa *e*.

Foi o ilustre investigador Celso Cunha quen, de modo máis sistemático, a partir do estudo da produción literaria de Paio Gomez Charrinho, estableceu que, como *e*, *que* e *se*, a conxunción *ca* mantén sempre a “autonomía silábica”, sendo inelidíbel, áinda que matiza levemente o discurso, indicando que constitúe unha “norma que poucas exceções parece ter sofrido na versificación trovadoresca” (Cunha, 1982: 72), mais sempre defendendo o

hiatismo sistemático das vogais da conjunção e do pronomé *que* e das conxuncións *e*, *ca* e *se* com uma vogal subseqüente. Os trovadores non podiam elidir nem iodataz as vogais desses monossílabos por uma razão de ordem mecânica: a apreciábel tonicidade com que eram

Este traballo inscríbese no proxecto de investigación FFI2009-08917, subsidiado polo “Ministerio de Ciencia y Tecnología. Dirección General de Investigación. Subdirección General de Proyectos de Investigación”. O presente artigo é continuación dos traballos sobre *que* (Ferreiro, 2009a) e *se* (Ferreiro, 2009b).

pronunciadas na fase arcaica do idioma, ou seja, na própria língua que eles falavam

(Cunha, 1982: 168)

A pesar de a súa primeira observación semellar un bocado vacilante (cf. “poucas exceções” *supra*) e a pesar da crítica de Rodrigues Lapa na recensión á obra cunhiana (Lapa, 1954), o estudoso brasileiro reafirmase na inexistencia de elisión e, mesmo, de sinalefa, ao tempo que xeneraliza para todo o período da lírica galego-portuguesa tal principio:

Esta a conclusão a que já havíamos chegado em 1950, depois de paciente exame no texto de mais de um milhar de cantigas de amigo e de amor. Os argumentos em contrário, colhidos pelo professor Rodrigues Lapa nas cantigas de escarnho e de maldizer, longe de infirmarem-na, robusteceran-lhe os alicerces, porque nos permitiram, ao contraditálos, estender o nosso campo de pesquisa a mais algumas dezenas de cantares e mostrar, ainda uma vez, com exemplos concretos, que, até fins da primeira metade do século XIV, pelo menos, não precisamos de recorrer à elisión ou à sinalefa nos encontros en tela para darmos aos versos em que eles aparecem o número de sílabas que verdadeiramente lhes compete

(Cunha, 1982: 168)

A partir dos estudos de Cunha (1961 e 1982), os diversos editores actuaron contraditoriamente perante o comportamento de *ca*; unhas veces confirmase a teoría sistematizada por Cunha, como acontece no estudo dos encontros vocálicos das primeiras cincuenta cantigas do Cancioneiro da Ajuda, da autoría de Mariña Arbor: “no que atinxo á convención *ca*, no *corpus* considerado, [...] documentamos como resultado único, ante vogal tónica, a dialefa”, ánta que despois matiza prudentemente o principio: “No que atinxo aos exemplos de elisión, cabe pensar que a vogal elidida é, e á espera dunha análise exhaustiva do *corpus*, a segunda do encontro, tal e como sostiña Cunha” (Arbor Aldea, 2008: 23). Noutras

ocasións, as más, acóllese con reservas o principio de integridade formal de *ca* e a “tendencia” ao hiatismo da connexión:

De todas formas, un recorrido por los apógrafos italianos *B* y *V* refleja que el hiato con la conjunción *ca* no era una norma consagrada, pues el análisis textual muestra –aunque con un índice de frecuencia escaso– el empleo de la sinalefa con la conjunción ante vocal átona (sobre todo si ésta era del mismo timbre), siempre que así lo exija el patrón métrico del texto

(Lorenzo Gradín, 2009b: 499)¹

Estas posicións son mostra do receo que as teorías de Cunha encontrarán no momento da publicación dos *Estudos de Versificação Portuguesa*, en liña coa actitude reticente de Lapa á formulación cunhiana a respecto do comportamento métrico de *ca*, afirmando que “debemos guardarnos de emitir conceptos de rigor absoluto en cuanto al hiatismo” (Lapa, 1954: 85).

En calquera caso, estamos convencidos de que, como xa dixemos, só un estudo de todo o corpus permitirá establecer bases sólidas para o comportamento métrico-morfolóxico da connexión *ca*, así como das connexións *que*, *se* e a copulativa *e*, tal como pedía Rodrigues Lapa: “Nosotros, sin embargo, creemos que un problema como el de los encuentros vocálicos ganaría mucho si se le investigara en mayor número de cantigas, cuando no en todas” (Lapa, 1954: 82). É por isto que neste relatorio pretendemos estudar con exhaustividade o comportamento da connexión *ca* en todo o corpus trobadoresco profano no que di respecto aos encontros vocálicos e a posibilidade de crase fonética desta partícula. Para isto, partimos do convencemento de que, efectivamente, o principio formulado amplamente por Cunha se cumpre basicamente en todo o corpus, ainda que na práctica, tal e como o texto das cantigas se encontra editado, imos achar casos problemáticos que esixen unha atención particular.

¹ Similares afirmacións aparecen noutros traballos da mesma autora: “Porén, os trobadores –aínda que de maneira esporádica– recorren á sinalefa con *ca* se así o esixía o patrón métrico da cantiga” (Lorenzo Gradín, 2009a: 268).

A partícula *ca* no corpus das cantigas

As observacións e correccións de Cunha non foron incorporadas á compilación máis recente do corpus da lírica profana galego-portuguesa, coordinado pola profesora Mercedes Brea, que, en 1996, reuniu a producción trobadoresca profana a partir basicamente das edicións críticas dos trobadores, xunto co recurso ás edicións de xénero de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1904), José Joaquim Nunes (1928 e 1932) e Manuel Rodrigues Lapa (1970) para aqueles cancioneiros que áinda non foran editados individualmente na altura.

As características da elaboración desta vulgata explican, pois, que, para alén de numerosos contextos de aparente sinalefa, no corpus se detecten bastantes elisión na conxunción *ca*. A revisión sistemática – que pretendemos exhaustiva– de todo o corpus profano galego-portugués mostra que a conxunción *ca*, polo feito de presentar tres funcións diferentes (causal, integrante e comparativa) é amplisimamente documentada no corpus, onde rexistramos 2.228 ocorrencias da conxunción². En consecuencia, son moitos os contextos en que a conxunción vai seguida de palabra iniciada por consoante. Seguida de vogal com-putamos por volta de 300 ocorrencias, que permiten afirmar que a integridade formal, isto é, a inexistencia de elisión, e a dialefa é a norma xeral³, pois documentamos 295 casos de hiato⁴. Con esta simple constatación, semella confirmarse, de inicio, o principio enunciado por Celso Ferreira da Cunha, o mesmo que xa aconteceu con *que* e *se* (Ferreiro, 2009a e 2009b).

² Manexamos os datos tirados das concordancias elaboradas para a primeira parte do proxecto *Glosario crítico da poesía medieval galego-portuguesa*.

³ O estudo da posibilidade de sinalefa de *ca*, *que*, *se* e mais e será obxecto doutro traballo particularizado.

⁴ Esta contaxe está feita a partir de texto do corpus trobadoresco profano revisado e confrontado cos manuscritos, xa que en numerosas crases que se documentan nalgunhas edicións introducimos modificacións editoriais que as evitan.

O errores dos editores

Establecida, de principio, a integridade gráfica (e eventual hiatismo) da conxunción *ca*, chegou a hora de rever con ollos críticos os casos anómalos que detectamos na vulgata editorial de 1996, presentando elisión directa – ou indirecta, a través da utilización das parénteses – na devandita conxunción.

Nalgúns cantigas, o texto que nos é presentado establece crases da conxunción que son derivadas dunha deficiente interpretación das leccións transmitidas polos manuscritos. Existe un conxunto de textos en que é perfectamente posíbel corrixir as edicións presentes na vulgata dun modo ecdoticamente fundamentado, de modo que se confirma a integridade da conxunción *ca*. O primeiro caso localizado⁵ aparece na histórica edición de Don Dinis, da autoría de Lang, incorporada na vulgata de 1996 (Brea, 1996: 188):

..., e pero nozir
nom mi devia desamor,
c' al que no bem nom a melhor.

(503 / 25,25 Den [B505/V88], v. 24)

Sen dúbida, o texto establecido por Lang procede da lección <cal> de V, que debe ser emendada conforme a correcta lección transmitida por B (<tal>), tal como Nunes fixo no seu momento (Nunes, 1972: 76) e confirmou Cunha (1982: 65):

... *mais quero-lh'eu maior]*
mal que poss', e pero nozir

⁵ Para as referencias ás cantigas, utilizamos o sistema de Jean Marie D'Heur, coas correccións incorporadas por J. M. Montero Santalla (2001: 55-101), acompañada da numeración de Tavani. Os criterios de edición utilizados son os propostos en FERREIRO, M., MARTÍNEZ PEREIRO, C. P. e TATO FONTAÍNA, L. (2007). Canto á lectura dos manuscritos, manexamos as edicións facsimilares dos cancioneiros: *Cancioneiro da Ajuda*. Edición Fac-similada do códice existente na Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Edições Távola Redonda, 1994; *Cancioneiro da Biblioteca Nacional (Collocci-Brançuti)*. Cód. 10991, Lisboa, Biblioteca Nacional / Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982; *Cancioneiro Português da Biblioteca Vaticana (Cod. 4803)*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos / Instituto de Alta Cultura, 1973.

non mi devia desamor
tal que no ben non á melhor.

As seguintes documentacións anómalas de *ca* localizadas afectan a unha crase *c'assi* en secuencias que deben ser interpretadas, na nosa opinión, de maneira diferentes. O primeiro caso rexístrase na edición de Airas Veaz, onde Giulia Lanciani fixa o texto seguindo a opción <casfy> de V (Brea, 1996: 138), emendando, por súa volta, a lección *ca assy* de Nunes (1972: 38):

Seede muy ben sabedor:
 des que vos eu primeiro vi,
 sempre muy gran coita sofri,
c' assi quis nostro Sen[h]or:
que nunca vos ousey dizer
o que vos [queria dizer].

(425 / 17,4 AiVeaz [B444/V56], v. 16)

Mais a lección de B (<eaffy>) demostra que a opción certa debe ser *e assi*, evitando, deste xeito, a hipometría derivada do erro do copista do Cancioneiro da Vaticana:

Seede mui ben sabedor:
 des que vos eu primeiro vi
 sempre mui gran coita sofri,
e assi quis Nostro Sen[h]or
que nunca vos ousei dizer
o que vos [queria dizer].

O segundo caso é máis problemático por canto supón unha modificación da lección <Caffy> B, <casfy> V dos manuscritos. Na cantiga 1364 de Lopo Lias, Silvio Pellegrini segue fielmente os apógrafos italianos para o refrán (Brea, 1996: 591-592):

Ao lançar do pao,
ena sela,
 deu do cuu mao

*e quebrou-lh'a sela;
c'assy diss'a bela:
“Rengeu-lh'a sela!”.*

Porén, o sentido exixe a consideración dun erro, absolutamente frecuente nestas secuencias⁶, tal como xa foi establecido na edición do cancionero satírico realizada por Lapa (1970: 396), de xeito que estariamos perante un refrán anisosilábico (3'5'6'4')⁷, moi frecuente neste trobador (vid., por exemplo, as cantigas 1359, 1363, 1365, 1366 e 1367)⁸:

Ao lançar do pao,
ena sela,
deu do cuu mao
e quebrou-lh'a sela;
e assi diss'a bela:
“Rengeu-lh'a sela!”.

(1364 / 87,6 LoLias [B1347/V954], r3)

Outro problema de edición en que aparece unha crase de *ca* pode verse no verso final da cantiga 1598 de Afons'Eanes do Coton a partir da edición lapiana incorporada á vulgata (Brea, 1996: 77):

Id' adubar vossa prol, ai, senhor,

⁶ Véxanse os significativos errores, entre outros posíbeis, que localizamos, para alén do xa visto en V na cantiga 425: 270 JSrzCoe? [A162], r1 (I): *ca <ea> A*; 284 JSrzCoe [A177/B328], v. 13: *Ca <E a> A*; 336 PMaf [B374], v. 14: *e as[s]i <Cafy> B*; 649 VaFdzSend [B633/V235], r: *e, amigo <Camigo> B, <camigo> <ca migo> V*; 506 Den [B508/V91], v. 12: *e assi <e assy> B, <cafsy> V*; 767 JGarGuilh [B750/V353], r: *e a <Ca> B, <ca> V*; 1003 RoiMrzUlv [B999/V588], v. 7: *Ca <E a> B, <Ca> V*; 1114 Lopo [B1112/V703], v. 4: *e á <ca> B, <ea> V*; 1160 JServ [B1147°/V750], v. 3: *ca <Ea> B, <ca> V*; 1231 PAmigo [B1215/V820], v. 7; *ca 'ssi <E assy> B, <Casfy> V*; 1388 MartSrз [B1370/V978], v. 20: *e a <E a> B, <ca> V*; 1465 PG-mzBarr [B1445/V1056], v. 5: *ca <c> B, <ea> V*; 1645 PPon [B1633/V1167], v. 15: *E a <Ca> BV...*

⁷ Frente ao esquema 3'5'5'5' (85:4) para o refrán establecido por Tavani no seu *Repertorio* (Tavani, 1967: 103).

⁸ Se se quixese a nivelación métrica dos vv. 2 e 4 do refrán, tamén se podería considerar unha episinalefa da conxunción *e* (3'4'4'6').

c' avedes, grad'a Deus, renda na terra.

(1598 / 2,8 AfEaCot [B1588/V1120], v. 28)

Na realidade, Manuel Rodrigues Lapa altera a lección coincidente dos códices (<ca ued's grada d's Rey a na terra> B, <cauedes grada d's rey a naterra> V), de modo que é posíbel (e probábel) unha lectura alternativa (presente en Machado, 1958, VI: 294; Gaspar Porras, 1995: 92), cunha diferente interpretación do segmento inicial, tal como Cunha confirmou tamén neste caso (1982: 65):

Id'adubar vossa prol, ai sen[h]or,
ca vedes: grad'a Deus, rei á na terra.

Finalmente, nunha cantiga de Juião Bolseiro rexístrase unha aparente crase de *ca* nun verso hipométrico conforme a lección dos manuscritos, conservada en Reali (1964: 34), que foi solucionado en Nunes dun modo certamente discutíbel (Brea, 1996: 583):

*com' ousastes [vós] viir ant' os meus
 olhos, amigo, por amor de Deus?
 C' a vós ben vos devia [a] nembrar
 en qual coita vos eu já por mi vi,
 fals', e nembra[r]-vos qual vos fui eu i*
 (1187 / 85,17 JuBol [B1170/V776] <399>), v. 7)

Fronte á solución de Cohen (2003: 404), que resolve a hipometría dun modo máis interventivo (*Ca vós ben vos devia<des> nembrar*), propomos unha mínima restauración da prep. *a*, segmentando dun modo diferente a perífrase verbal, considerando unha omisión frecuente nos manuscritos, de que se poden localizar varios exemplos no corpus (91 JSrzSom [A25/B118], v. 3: **ca a** tod'ome aven assi <ca \a/> A, <ca> B; 108 NuEa-Cer [B135], v. 7: **ca, [a]** meu grad', u m'eu d'aqui partir; 960 JAI [B958/VS45], v. 22: **ca [a]** El dias nunca minguará[n]):

*com[o] ousastes viir ant'os meus
 olhos, amigo, por amor de Deus?*

Ca [a] vós ben vos devi' a nembrar
 én qual coita vos eu ja por mí vi,
 fals', e nembra[r]-vos qual vos fui eu i

Noutros casos en que aparece a crase de *ca*, coidamos que estamos perante erros de interpretación na edición dos textos trobadorescos. O primeiro deles, en Pero Garcia d'Ambroa, a partir da edición de Carlos Alvar presenta unha elisión certamente anómala (fronte ao texto correcto en Michaëlis, 1990: 704), pois a presenza dunha preposición *a* é desnecesaria desde calquera punto de vista na pasaxe en cuestión (Brea, 1996: 842):

..., e mais temi
 de vos pesar én **c'** a morrer
 como ora por vós morrerei
 (46 / 126,4 PGarAm [B73], v. 18)

Semella, pois, evidente que o texto correcto, do punto de vista lingüístico-co-interpretativo, é o seguinte:

..., e más temi
 de vos pesar én **ca** morrer
 como ora por vós morrerei

A segunda crase problemática que localizamos más unha vez incide no texto dionisino editado por Lang (Brea, 1996: 187), onde se introduce tamén unha preposición nunha construción, frecuente cos verbos *querer* e *amar*, que se rexistra innumerábeis veces no noso corpus.

...; sei per gram bem
 lhi querer más **c'** a mim nen al
 (503 / 25,25 Den [B505/V88], v. 9)

De novo, a preposición *a* é desnecesaria nesta construcción (tal como edita Nunes, 1972: 75), tendo en conta que as formas pronominais oblicuas se documentan en numerosas ocasións sen o elemento prepositivo:

...; sei per gran ben

lhi querer más **ca** min nen al

Finalmente, noutra pasaxe de Don Dinis volta aparecer a mesma crase polo feito de Lang interpretar *mi* como pronomé tónico en función de complemento indirecto (Brea, 1996: 211):

..., ca vos digo
que ant' el querria morrer
c' a mi sol um pesar fazer.

(580 / 25,74 Den B563/V166], r2)

Mais é perfectamente posíbel considerarmos átona a forma *mi*, sen necesidade, más unha vez, de preposición:

..., ca vos digo
que ant' el querria morrer
ca mi sol un pesar fazer.

O encontro de **ca** con vocábulos iniciados por *a*-

Ao longo do corpus trobadoresco, o encontro de múltiplas formas lingüísticas co adverbio *assi* é resolvido comunmente con crase fonética, en xeral coa elisión da vogal átona do vocábulo precedente, especialmente cando se trata da vogal /e/ (*d'assi*, *s'assi*, *ést'assi*...); algo moi semellante acontece coas restantes vogais, que, en xeral, son absorbidas pola vogal inicial do adverbio (*moir'assi* 'moiro assi', *viv'assi* 'vivo assi' etc.). A alta cantidade de ocorrencias deste tipo de contraccións debe estar na base da opción gráfica *c'assi* que tradicionalmente se practicou⁹ (e se practica) na representación do encontro da conxunción *ca* co adverbio *assi* naqueles casos en que se produce crase fonética (fronte a *ca assi* documentado só en 45.15, 74.22, 96.27, 214.12, 593.20, 1112.8, 1371.r2, 1574.28, 1666.20). A revisión da vulgata só deita un caso de *ca 'ssi* (**ca 'ssi me conven**, 290.16, cf.

⁹ O comportamento editorial de Michaëlis perante a secuencia <cassi> dos manuscritos foi vacilante, rexistrándose as solucións *c' assi* e *ca 'ssi* na súa edición do Cancioneiro da Ajuda (Michaëlis, 1990).

Brea: 490, ed. de Michaëlis), fronte ás dez ocorrencias de *c'assi*: *c' assi me ten forçad' amor* (82.16; Brea, 1996: 515, ed. de Michaëlis), *c' assi (e)starei d' ela melhor* (94.10; Brea, 1996: 513, ed. de Michaëlis), *c' assi viv'eu por ūa dona ...* (239.10; Brea, 1996: 918, ed. de Michaëlis), *c' assi fig' eu* (321.15; Brea, 1996: 284, ed. de Michaëlis), *c' assí lhe praz / de me veer* (702.11; Brea, 1996: 535, ed. de Nunes), *c' assy quer Deus* (983.3; Brea, 1996: 764, ed. de Panunzio), *c' assi fig' eu* (1022.r2; Brea, 1996: 398, ed. de Rodríguez), *c' assy tenh' eu meu amigo en poder* (1231.7; Brea, 1996: 734, ed. de Marroni). A estas ocorrencias áinda hai que lle sumar similar rexistro de *c' assi* nunha cantiga de Fernan Garcia Esgaravunha, presente na vulgata a partir da edición de Spampinato (Brea, 1996: 296):

...; mais a Deus rogar
quer' eu assi, **c' assi** m'é mester,
que El me dê mia morte
(214 / 43,13 FerGarEsg [A114/B230], v. 12)

A proposta da editora italiana constitúe un erro sorprendente, obvio pola hipometría versal, tendo en conta a correcta edición de Michaëlis (1990: 237), en liña coa lección unánime dos manuscritos (<ca assi> A, <ca affi> B):

...; mais a Deus rogar
quer'eu assi –**ca assi** m'é mester–
que El me dé mia morte se non der
tal coraçon a vós dén non pesar.

Porén, para alén da aparición da forma *si*, que convive coa forma maioritaria *se* en fórmulas desiderativas do tipo *se Deus me perdon* e as súas variantes, sempre en posición inicial de cláusula, que se debe ligar tanto a *assi* como á conxunción condicional *se*, o estudo do comportamento de *assi* revela que non é infrecuente a presenza da forma aferética '*ssi* no corpus, con perda da vogal átona inicial, en contextos en que non é posíbel unha interpretación alternativa¹⁰:

¹⁰ Nótense dous errores de copia neste tipo de secuencias: 74 VaFdzSend [A11/B101], v. 22: *Ca assi faz-mi desamparado* (<Cassi> A, <Caaffy> B); 94 JSrzSom [A28/B121], v. 10: *ca 'ssi estarei d'ela melhor* (<cassi> A, <ca affi> B). Por outra banda, semella significativo que a secuencia é *assi* (vs. é '*ssi*) só presente seis rexistros en todo o cor-

...; e más vos end'ora diria:

Joan Cõelho sabe que é 'ssi.

(179 / 125,40 PGarBu [A89/B193], v. 30)

E ben creede de pran que é 'ssi

e sera ja enquant'ela viver,

e quen a vir e a ben conhocer

sei eu de pran que dira que é 'ssi

(218 / 43,1 FerGarEsg [A118/B234], vv. 8, 11)

Amo-vos tant'e con tan gran razon,

pero que nunca de vós ben prendi,

que coid'eu est', e vós que non é 'ssi

(246 / 148,2 RoiQuei [A140/B261], v. 15)

pero non me poss'eu partir,

mais é 'ssi que poder non ei

que vos non aja de fazer

[do ben que vos quero, saber]

(258 / 152,5 VaGil [A150], v. 22)

e por aquest' é 'ssi meu coraçon:

ben querria [que me fezesse ben,

pero non ben u perdesse ela ren].

(284 / 79,36 JSrzCoe [A177/B328], v. 16)

..., mais, a Deus loado,

poss'eu fazer quen quiser sabedor

que non é 'ssi, ca, se me venha ben,

non é doado, ...

(374 / 9,7 AfSchz [B406/V17], v. 5)

pus profano (509.7, 754.4, 808.9, 1110.5, 1224.14, 1569.32), sendo a ocorrencia da cantiga 754 a única en que non existe unha sinalefa *é_assi*.

e, se aquesto sofredes, ben lheu
 querran a outro ‘ssi furtar-lo seu,
 de que pode mui gran dano viir.

(481 / 18,41 Alf X [B483/V66], v. 13)

...; e, pois é ‘ssi,
 que pouco posso durar
 e moiro-m’assi, de chão

(511 / 25,109 Den [B513/V96], v. 5)

O que sei de pran que morre
 por min, o que non faz torto,
 dizen-m’ora que é morto
 ‘ssi se lh’outra non acorre:
mais que preito tan guisado!

(727 / 60,6 GoEaVinh [B712/V313], v. 14)

..., nunca coita perdi]
 por vós, que amo muito más ca mí:
 ben me creede, senhor, que é ‘ssi.

(893 / 155,12 VaRdzCal [A299], v. 23)

E, se el vai ferido, irá morrer al mar;
 ‘ssi fara meu amigo se eu d’el non pensar.

(1202 / 134,9 PMeo [B1186/V791], v. 6)

Por en sa casa comer com’el quer,
 quer ben quer mal, que á d’adubar i?
 Quen mal nen ben con el non comeu ‘ssi,
 e d’el ben diz nen mal, non lh’é mester.

(1632 / 136,6 PViv [B1620/V1153], v. 10)

Á vista das leccións dos manuscritos e tendo en conta o carácter inelí-díbel de *ca*, conforme o principio enunciado e amplamente desenvolvido por Cunha, debemos concluir que a representación gráfica efectuada por

diversos editores non é a más axeitada para tal encontro, de modo que, más unha vez, se confirma o principio métrico-fonético defendido polo estudoso brasileiro¹¹:

nen acharei, erg'en cuidar,
conselh'enquant'eu vivo for,
ca 'ssi me ten forçad'Amor
que me faz atal don'amar

(82 / 78,10 JSrzSom [A16/B109], v. 10)

...; mais guardar-m'-ei
que mi-o non sabía mia senhor,
ca 'ssi estarei d'ela melhor,
e d'ela tant'end'averei

(94 / 78,8 JSrzSom [A28/B121], v. 10)

E quen vivess'assi viveria,
per bôa fe, en gran coita mortal,
ca 'ssi viv'eu por ūa dona qual
sab'oje Deus e Santa Maria

(239 / 148,1 RoiQuei [A133/B254], v. 10)

E o conselho ja o eu filhei,
que eu i porrei, **ca 'ssi** me conven
(290 / 75,7 JPrzAv? [A183], v. 1612)¹²

Ela non tolha enquanto viver
seu ben, [ca sei] que viverá mui mal,
ca 'ssi fig'eu des que vos fui veer
(321 / 40,8 FeFdzCog [B361], v. 15)

¹¹ Para alén da conveniencia gráfica de tal representación polo feito de *si* ser tamén adverbio afirmativo e pronome persoal. É por isto que unha representación do tipo *ca si*, defendida por Pilar Lorenzo (2009b: 500) non semella a opción más axeitada.

¹² Como xa indicamos *supra*, este rexistro de *ca 'ssi* é o único (fronte a *c' assi*) que localizamos na vulgata trobadoresca (Brea, 1996: 490).

*–Madre, creer-vos-ei eu d’al,
mais non d’esso, ca ‘ssi lhe praz
de me veer, que, pois naci,
nunca tal prazer d’ome vi.*

(702 / 79,22 JSrzCoe [B687/V289], v. 1113)¹³

*Agora me part’eu mui sen meu grado
de quanto ben oje no mund’avia,
ca ‘ssi quer Deus, ...*

(983 / 120,1 PPon [A290/B981/V568], v. 314)¹⁴

*se vos pesar, sofrede-o mui ben,
ca ‘ssi fig’eu quando s’el foi d’aquen*

(1022 / 63,57 JAi [B1018/V608] <283>), r215)¹⁵

*–Amiga, fale con quen x’el quiser
enquant’eu d’el, com’estou, estever,
ca ‘ssi tenh’eu meu amigo en poder*

(1231 / 116,4 PAmigo [B1215/V820] <337>), v. 716)¹⁶

Problema similar se presenta tamén noutros dous encontros de *ca* con voces iniciadas por *a-* (*amor, atender*). En tales secuencias, con crase fonética, a vulgata (e os editores en xeral) presentan novamente as formas *C’ amor* (74.19; Brea, 1996: 953, ed. de Michaëlis) e *c’ atender* (85.20; Brea, 1996: 516, ed. de Michaëlis). Tendo en conta o razoamento efectuado para *ca ‘ssi*, semella que é máis apropiada unha representación gráfico(-fonética) alternativa:

¹³ A solución *ca ‘ssi* aparece en Cohen (2003: 172).

¹⁴ Cf. *ca ‘ssi* en Michaëlis (1990: 581) e *c’ assy* en Juárez Blanquer (1988: 98).

¹⁵ Tamén *c’ assi* en Nunes (1933: 268).

¹⁶ Tamén *c’ assi* en Nunes (1933: 310).

ca nunca eu vi, des que fui nado,
 amor, nen prendi d'el prazer
 nen o cuido nunc'a prender
 d'el nen d'al, ca non é ja guisado,
ca 'mor, de pran, m'en guisa ten
 que me non pode nuzer mal
 d'este mundo nen prestar ben

(74 / 151,28 VaFdzSend [A11/B101], v. 1917)¹⁷

log'averian a querer
 mui más sa morte **ca 'tender**
 de viveren tan sen sabor
 com'ojeu viv', ...

(85 / 78,12 JSrzSom [A19/B112], v. 20)

Os casos problemáticos

Após a revisión do corpus e da confirmación global da integridade fonética de *ca*, fican tres casos problemáticos de diferente teor, xa que dous deles presentan unha elisión vocálica en *ca* que talvez sexa desneccesaria. A primeira que queremos tratar aparece nunha cantiga de Joan Aíras (Brea, 1996: 381):

E mal mi venha se atal fui eu,
 ca, des que no mund'andei por seu,
 amei sa prol muito más **c' a** de mi.

(956 / 63,19 JAi [B953/V541], v. 24)

Con todo, para alén de que na edición de Nunes (1972: 371) non se reflecta tal crase, é certo que a construción é anómala con calquera das súas representacións, razón que pode xustificar a manutención da integridade de *ca*:

¹⁷ Obsérvese que a lección <ca amor> de B, fronte a <camor> en A, vai na mesma liña que algúns casos de <ca assi> en lugar de <cassi> (vid. nota 10).

E mal mi venha se atal fui eu,
 ca, des que eu no mund' andei por seu,
 amei sa prol muito más **ca** de min.

O segundo caso rexístrase nunha cantiga de Pero da Ponte (Brea, 1996: 790), en que todas as edicións (Panunzio, 1992: 154, Lapa, 1970: 521, Juárez Blanquer, 1988: 281) coinciden en considerar a crase de *ca* coa prep. *a*:

E por esto non sei no mundo tal
 ome que a el devess' a dizer
 de non, por lhi dar mui ben seu aver,
c' a Sueir' Eanes nunca lhi fal
 razon de quen el despagado vai
 (1648 / 120,48 PPon [B1636/V1170], v. 18)

Tamén neste caso se achán argumentos para a manutención de *ca*, pois construcións semellantes con concordancia *ad sensum* en que está implícado un O.I. se documentan con facilidade no corpus (*ca Don Fernando conteceu assi*, 1395.15), para alén de ser especialmente frecuentes no inicio de numerosas cantigas:

E por esto non sei no mundo tal
 ome que a el devess' a dizer
 de non por lhi dar mui ben seu aver,
ca Sueir' Eanes nunca lhi fal
 razon de quen el despagado vai

Fica, finalmente, o terceiro rexistro, onde si parece inevitábel considerar unha crase da conxunción coa preposición *a*, sen que se perciba ningunha posibilidade de edición alternativa, tal como no seu momento consideraron os diversos editores da obra de Don Denis (Lang, Nunes):

E pero longe do logar
 esto[u], que non poss'al fazer,
 Deus non mi dé o seu ben-fazer,

pero long'estou do logar,
se non é [o] coraçon meu
[máis preto d'ela que o seu],

c' a vezes ten en al o seu,
 e sempre sigo ten o meu.

(S13 / 25,73 Den [B515/V98], v. 19)

Conclusóns

Após a revisión da eventual elisión vocálica en *ca* no corpus profano, sen practicar o “perigoso” procedimento “de modificar los textos para dar confirmación a nuestras tesis” (Lapa, 1954: 84), obsérvase como, agás na derradeira pasaxe analizada, esta conxunción mantén a súa integridade formal en todos os casos. Isto non fai máis do que confirmar a teoría que Celso Ferreira da Cunha acertadamente estendeu para todo o corpus, certificando que *ca* se comporta exactamente igual que as conxuncións *se* e *que* (tamén pronom relativo), tal como noutros traballos teñemos probado (Ferreiro, 2009a e 2009b).

E se o confronto o facemos co corpus das *Cantigas de Santa María* (Mettmann, 1986 - 1989), de novo se confirma que na lírica relixiosa a partícula en causa presenta o mesmo comportamento, xa que as tres únicas documentacións achadas de *c'a* ben poden ser editadas de modo que se manteña o principio cunhiano (*ca a'zcūa, ca 'ssi, ca sí*):

...; mas sayu-lle tod'en vāo,
c'a azcūa chantou toda | hūa grand' azŷeira (213.79)

..., ca estou vivo, | **c'assy** quis a Virgen Santa
 Maria de Vila-Sirga ... (355.120)

Estes avian sa filla | que amavan mais **c'a** ssi,
 a que pres enfermidade | tan grande, com'aprendi
 (378.32)

Problema diferente, e parcialmente más complexo, é o estudo das eventuais sinalefas de *ca* (e tamén de *e*, *que* e *se*) no corpus profano que exixen un estudo específico e particularizado que trate conxuntamente as catro convencións.

Bibliografía citada

- ARBOR ALDEA, M. (2008). “Metro, lírica profana galego-portuguesa e práctica ecdótica: Consideracións á luz do *Cancioneiro da Ajuda*”, en FERREIRO, M., MARTÍNEZ PEREIRO, C.P. e TATO FONTAÍÑA, L. (eds.): *A edición da Poesía Trovadoresca en Galiza*. A Coruña: Baía, pp. 9-38.
- BREA, M. (coord.) (1996). *Lírica Profana Galego-Portuguesa*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- COHEN, R. (2003). *500 Cantigas d'Amigo*. Edição Crítica / Critical Edition. Lisboa: Campo das Letras.
- CUNHA, C. Ferreira da (1982). *Estudos de Versificação Portuguesa (Séculos XIII a XVI)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português.
- FERREIRO, M. (2009a). “Sobre a suposta crase de *que* no trobadorismo profano galego-português”, en PONTES, R. e MARTINS, E. Dias (orgs.): *Anais VII EIEM - Encontro Internacional de Estudos Medievais. Idade Média: permanência, atualização, residualidade*. Fortaleza / Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Medievais / Universidade Federal do Ceará, pp. 487-495.
- FERREIRO, M. (2009b). “Sobre a suposta crase da convención *se* poesía trobadoresca galego-português”. Relatorio presentado ao *XIII Congreso da AHLM* [inédito].
- GASPAR PORRAS, S. (1995). *Libro dos Cantares de Afons'Eanes do Coton*. Santiago de Compostela: Concello de Negreira.
- JUÁREZ BLANQUER, A. (1988). *Cancionero de Pero da Ponte*. Granada: Ediciones TAT.
- LAPA, M. Rodrigues (1954). “[Recensión de] Celso Ferreira da Cunha, *À margem da poética trovadoresca*, Rio de Janeiro, 1950: 91 pp.”, *Nueva Revista de Filología Hispánica*, VIII: 81-86.

- LAPA, M. Rodrigues (1970). *Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses*. Vigo: Galaxia.
- LORENZO GRADÍN, P. (2009a). “Hiato e sinalefa na lírica profana galego-portuguesa”, en CORRAL DÍAZ, E., FONTOIRA SURÍS, L. e MOSCOSO MATO, E. (eds.): *A mi dizen quantos amigos ey. Homenaxe ao profesor Xosé Luís Couceiro*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 265-272.
- LORENZO GRADÍN, P. (2009b). “Sobre el cómputo métrico en la lírica gallego-portuguesa”, en BRUGNOLO, F. e GAMBINO, F. (eds.): *La lirica romanza del Medioevo. Storia, tradizioni, interpretazioni. Atti del VI convegno triennale della Società Italiana di Filologia Romanza*, II. Padova: Unipress, pp. 493-508.
- MACHADO, E. Paxeco / MACHADO, J. P. (1949-1964). *Cancioneiro da Biblioteca Nacional, antigo Colocci-Brancuti*. Lisboa: Edição da Revista de Portugal, 8 vols.
- METTMANN, W. (1986-1989). *Alfonso X el Sabio. Cantigas de Santa María*. Madrid: Castalia, 3 vols.
- MONTERO SANTALLA, J. M. (2000). *As Rimas da Poesia Trovadoresca Galego-Portuguesa: Catálogo e Análise*. Tese de Doutoramento (inédita), Universidade da Coruña, 3 vols.
- NUNES, J. J. (1972). *Cantigas de Amor dos Trovadores Galego-Portugueses*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro (1^a ed., 1932).
- NUNES, J. J. (1973). *Cantigas de Amigo dos Trovadores Galego-Portugueses*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro (1^a ed., 1928).
- PANUNZIO, S. (ed.) (1992). *Pero da Ponte. Poesías*. Vigo: Galaxia (1^a ed., 1967).
- REALI, E. (1964). *Le "cantigas" di Juyão Bolseyro*. Napoli: s.l.
- TAVANI, G. (1967). *Repertorio metrico della lirica galego-portoghese*. Roma: Edizioni dell'Ateneo).

**LOCUCIÓN CONECTORAS CONSECUKTIVAS
DE CARÁCTER PARENTÉTICO
NO GALEGO MODERNO
E CONTEMPORÁNEO¹**

Xosé Ramón Freixeiro Mato
Universidade da Coruña

1. Introdución

Os conectores son marcadores discursivos cuxo significado fornece instrucións argumentativas que orientan as inferencias derivadas do conxunto dos membros relacionados; vinculan semántica e pragmaticamente un membro do discurso con outro anterior ou cunha suposición contextual de fácil acceso e, de acordo coa clasificación de Portolés (2001: 139-141), poden ser de tres clases: aditivos, contraargumentativos e consecutivos. Estes presentan o membro do discurso en que figuran como unha consecuencia doutro anterior, de modo que se dá unha relación de causa a consecuencia entre as informacións conectadas por eles. Montolío (2001: 99) distingue os conectores consecutivos – aqueles que introducen a consecuencia e que, por tanto, conformarían as estruturas oracionais tradicionalmente chamadas consecutivas – doutras expresións conectivas que introducen a causa e que contribúen para a conformación das estruturas oracionais causais; en todas elas se dá unha relación de causa a consecuencia. Tanto en *Como chove, non vou saír de pa-*

¹ Este traballo inscríbese no proxecto de investigación FFI2009-08917, subsidiado polo 'Ministerio de Ciencia y Tecnología. Dirección General de Investigación. Subdirección General de Proyectos de Investigación'. Para as referencias ás cantigas medievais utilizamos o sistema de Jean Marie D'Heur, coas correccións incorporadas por Montero Santalha.

seo como en Chove, por tanto non vou saír de paseo, a acción expresada por *chove* é a causa e *non vou saír de paseo* é a consecuencia, mais no primeiro caso *como* introduce a causa e no segundo *por tanto* introduce a consecuencia; así pois, *por tanto* é un conector consecutivo². Segundo o criterio desa mesma autora, pódense establecer dous grupos de expresións conectivas consecutivas do punto de vista sintáctico: (i) as integradas na oración, que presentan na súa formación a conxunción *que* (*de forma/modo/maneira/xento que, de aí que, polo que*); e (ii) as parentéticas *por tanto, por/en consecuencia, por conseguinte, por iso, por esa/tal razón, por esa/tal causa, por ese/tal motivo, pois, así pois, xa que logo*.

De acordo co tipo de significado procedural que posuíren e a nos basearmos novamente en Montolío (2001: 136), podemos distinguir os seguintes tipos de expresións conectivas consecutivas: (i) aquellas que introducen a consecuencia e sinalan anaforicamente a causa desencadeante, que poden ser parentéticas (*por iso, por ese/tal/dito motivo/razón/causa*) e integradas na oración (*polo que, de aí que*); (ii) aquellas que indican que o que segue constitúe a consecuencia, mais sen apuntaren á causa, que tamén poden ser parentéticas (*por tanto, por consecuencia, por conseguinte, pois*) e integradas na oración (*de forma/maneira/modo/xento que, así que*); e (iii) *así pois e xa que logo*, que representarían un grao intermedio entre os dous grupos anteriores. Entre todas estas expresións, de seguirmos o criterio de Portolés (2001: 140), só debemos considerar conectores consecutivos plenamente gramaticalizados (i) *pois* e *así pois*, que se limitan a mostraren o membro en que se acham

² Na tradición gramatical luso-brasileira (cf. por exemplo Cunha e Cintra, 1991: 575-586) costúmase distinguir entre conxuncións coordenadas conclusivas (*logo, pois, portanto, por conseguinte, por isso, assim...*) e conxuncións subordinadas consecutivas (*que* en combinación con *tal, tanto, tão ou tamanho, de forma que, de maneira que, de sorte que...*). Porén, no ámbito galego Costa et al. (1988: 302-303) falan de cláusulas bipolares causativas, que poden establecer unha relación causal (mediante as conxuncións *porque, pois, porcanto, como, que*, e as locucións conxuntivas *pois que, dado que, suposto que, xa que, debido (a) que, visto que, visto como, por culpa de que, por causa de que, por mor de que, a causa de que*) ou unha relación consecutiva (mediante as conxuncións *que, logo, entón, daquela, portanto, pois, consequentemente, conseguintemente, e as locucións conxuntivas así que, con que, de (tal) modo (xento, maneira, forma, sorte) que, por conseguinte, por consecuencia, en consecuencia*).

como un consecuente dun membro anterior, (ii) *por tanto, por consecuente* e *de aí*, que basean o paso dun antecedente ao consecuente nun razoamento, e (iii) *por* (ou *en*) *consecuencia* e tamén *xa que logo*, onde o consecuente se presenta como un estado de cousas que é resultado doutro estado de cousas; *así e entón* acharíanse nun grao menor de gramaticalización como conectores consecutivos.

Debido a que xa noutro lugar tratamos das unidades constituidas por unha única palabra, centrarémonos aquí nas locucións consecutivas e más específicamente nas unidades parentéticas, a deixarmos de lado aquelas construcións integradas que tradicionalmente veñen sendo consideradas locucións conxuntivas (*de modo que, de aí que etc.*). Máis do que o estudo pormenorizado dos seus valores discursivos, interésanos fixar na perspectiva diacrónica a formación e funcionamento destas unidades, e en especial das más presentes na lingua actual. Neste sentido, prestarse atención á locución *e logo*, só parcialmente consecutiva, e ás que levan *pois* como constituínte, que penetraron antes na lingua, para finalmente repartirmos noutras aparecidas na época contemporánea.

2. A irrupción de *e logo* como marcador discursivo

Os adverbios de tempo relativos ou referentes, a excepción de *daquela*, documéntanse desde os primeiros momentos do galego-portugués, entre eles *logo*, proveniente de (IN) LOCO (Ferreiro, 1995: 353). Huber (1986: 256-269) cítalo como adverbio de tempo co significado de 'imediatamente' (e tamén *logo logo* 'sen demora'), mais non como conxunción, en tanto Nunes (1989: 345-353) o sinala como adverbio de tempo, sen lle atribuír significado, e ao tratar das conxuncións se limita a indicar que para compensar a perda das demais conxuncións latinas a lingua recorreu a outras palabras, "principalmente aos adverbios e preposições" como *mas, logo, ora, u* etc. e con eles creou novas conxuncións, mais sen especificar cando aconteceu iso. No corpus de cantigas profanas medievais atéstanse 294 ocorrencias de *logo*, normalmente cos significados de 'axiña', 'imediatamente', 'despois'; nalgún caso é posíbel unha interpretación como conxunción consecutiva, mais de

forma dubidosa pola proximidade entre a indicación de posterioridade e de consecuencia. Nas frecuentes ocorrencias de *logo* na nosa antoloxía da prosa literaria medieval (véxase PLM), en todas ten un claro valor adverbial de tempo posterior, xeralmente inmediato, sendo frecuentes as correlacións con *quando* ou *tanto*. No entanto, os textos do galego medio móstrannos xa o emprego de *logo* con valor consecutivo. Este explícase a partir do seu significado como adverbio de posterioridade (Garachana, 1998: 197) e del tamén van derivar outros valores discursivos, como acontece con *entón* e *daquela*. Resulta obvio afirmar que tal uso de *logo* continuará durante o século XIX e XX, até á actualidade, embora nos rexistros populares ficase engulido pola variante *e logo*, que amplía grandemente os seus valores discursivos, entre os que non parece desempeñar un papel destacado o consecutivo, aínda que si outros explicábeis a partir del.

Canto á locución *e logo*, comezamos por constatar que no galego-portugués medieval e no galego medio non achamos exemplos da súa grammaticalización como marcador discursivo, mais si contextos onde a concorrencia das dúas partículas debeu de servir de base para esa posterior grammaticalización: – *Certo – disse o cavaleiro – ele non fez cousa nenhúa senão que me tocou e logo fui sāo* (PLM 26); *E logo lles preguntei/ a donde este Homero estaba* (SEI 47); *e logo uma çapateta/ que a sola faga estalar* (SEI 79); *E logo seguian/ soldados arrèo* (C 164); *e logo os raspa/ con o seu cuitelo* (C 320). Nestes casos *e* conserva o valor de nexo copulativo e *logo* de adverbio de tempo con valor de posterioridade; mais como a consecuencia é posterior ao antecedente, non resulta difícil explicar o paso do valor adverbial ao de conector consecutivo, como se viu, e deste ao de introducir preguntas, sushestições, etc.

Xa achamos exemplos de *e logo* como marcador discursivo desde os primeiros textos escritos do século XIX, con valores similares aos de *entón* ou *daquela* e tamén aos de *logo*, do cal semella ser unha variante popular moito habitual na fala espontánea, con especial rendibilidade na introdución de cláusulas interrogativas: *¿e logo como pasaron por diante del en Lugo é non lles dixo nada? [...] ¿E logo pra que corrian coma á un xibaleu á ó Auntamento con elas?* (DA 3); *E lojo como ó Goberno os ten no canto?* (TP 3). Nos textos literarios do século XX, sobre todo se se trata

de textos dialogados de carácter popular, áchanse numerosos exemplos deste marcador characteristicamente galego: –*E logo? Quedou algún por ahí? – díxolle Pepe* (CT 159); –*E logo, Calriños, seica estamos de folganza* (CPT 108); –*E logo, ¿qué más avisos querías?* (CLU 15); Don Ramón –*E logo...? cándoo...? Cándoo mo vas a dar?* (VE 154); –*E logo? A mí aínda non me chegan a nada* (CLU 76). Tamén se atesta na lingua escrita a variante *e lo*, con apócope da última sílaba do adverbio³: *xE ló, cando vén? Mañán, mañán...* (AT 42).

Un dos casos máis relevantes de interferencia do galego no castelán falado na Galiza é precisamente este marcador *e logo*, traducido para o español como *y luego*, mais a conservar os valores discursivos que posúe en galego. De tal uso xa deixa constancia Saco Arce (1868: 192): “Nada mas comun que la pregunta *¿Y luego?* en las conversaciones entre nuestros paisanos, aun sirviéndose del castellano”. A multifuncionalidade e frecuencia de uso deste marcador discursivo no galego do século XIX propiciou, por tanto, que se trasladase, convenientemente traducido, para o castelán falado na Galiza da altura, ‘defecto’ xa sinalado por Álvarez Giménez (1909: 77). Isto vén a demostrar que a súa frecuencia de uso na lingua oral debía de ser moi alta na altura, como se pon tamén en evidencia cando se intenta reproducir, con afán burlesco, o castrapo falado por persoas galegas iletradas: *y aluejo no se ponja usté a hablar jallejo porque le hacen la burla y se ríen d'ósté [...]. Y aluejo lo limpiados que nos hacen andar a todos* (CT 35).

Canto aos valores desta locución, Vázquez e Fernández (1996: 722-733) distinguen o uso de *y luego* como marcador discursivo no español falado na Galiza en unidades dialogais e en unidades monologais. Nos diálogos atribúenlle cinco usos discursivos en preguntas, que tamén podemos atestar para *e logo* en textos literarios galegos: (i) introdutor dunha demanda de explicación: –*Pois eu sentíríache moiito que non-a houbera// –¿E logo, Xexé?* (CT 255); (ii) introdutor dunha suxestión: *¿E logo non sabes que íse – dixo acenando pra o Bocas – deixóu onte un home*

³ Esta variante *lo* mesmo figura en diccionarios como o de Franco Grande (Vigo, Galaxia, 1980, s. v.) e é utilizada por autores como Dieste na súa obra literaria ou Laureano Prieto en *Contos vianeses* (Vigo, Galaxia, 1958), de onde procede este exemplo: *A ver, ló, se eres capaz de lla levar* (p. 42).

por morto na taberna do Chaguazoso? (AE 80); (iii) introdutor dunha demanda de confirmación: *Vostede qué di? E logo non é certo que os boticarios compoñen feitizos de namorar?* (VE 22); (iv) introdutor de enunciados contraargumentativos: *–E logo ¿cómo non lle deixaste o traxe?* (AFV 42); e (v) tematizador: *–¡Non señor, pero, e logo, o do forno!* (CT 61). En respostas o seu valor será o de expresar acordo co interlocutor, a confirmar o seu enunciado como algo obvio e equivalendo a 'claro' ou 'de certo', que o poden parafrasear: *–En serio. ¿E logo?* (AFV 49). Nos monólogos sérvelle ao falante para reafirmar con énfase o enunciado emitido previamente: *Pagalle a carreira un señor marqués. ¿E logo? ¡Un señor marqués!* (OPV 36). O rexistro eminentemente popular e informal en que costuma proliferar este marcador demóstrase coa ampla presenza que ten nas obras de teatro en que dialogan personaxes que imitan a fala espontánea do pobo, pois tamén é o texto conversacional o que propicia, case en exclusiva, a súa utilización no discurso. Polo contrario, é sintomático que en dúas novelas de teor culto de Camilo Gonsar –CTS e COD– non achemos nin unha única atestación deste marcador.

3. Locucións conectoras con *pois*

A partícula *pois* posúe unha grande relevancia na lingua desde a época medieval até á actualidade, con diferentes valores. Segundo aconteceu con outros adverbios, da expresión de tempo posterior non resulta difícil explicar a indicación da causa ou a consecuencia, ambas estreitamente ligadas, e a partir de aí a adquisición de diferentes valores discursivos (Domínguez, 2006). Ao mesmo tempo, o adverbio de modo *así* tiña unha grande rendibilidade na lingua medieval; e nos textos do galego medio tamén cumpría funcións de conector consecutivo.

No século XVIII xa concorren *así* e *pois* formando unha locución conectora con valor consecutivo, que Domínguez (2006: 161) cualifica como 'expresión introdutora de conclusión', citando o seguinte exemplo das coplas de Sarmiento: *Así pois, Minguína,/ para o teu enxempro/ do que á moxiganga/ será ao seu tempo,/ axunta ó alarbio/ que fan os labregos* (C 283). Aínda podemos acrecentar outro exemplo do mesmo autor: *Así pois, un día/ do mes de setembro,/ que foi dezasete* (SEI 121). Isto con-

firma a gramaticalización desta locución, ausente dos textos medievais, como marcador discursivo no século da Ilustración. No XIX temos igualmente atestacións desta fórmula conectora, mesmo con vacilación na separación gráfica dos constituíntes: *así pois os que tal ven/ si foxen non será estraño* (LGPR 107); *Así, pois, ende lle acabando de pór as prumas á súa monteira, aí o terés más prantado e más garrido que Guerineldos* (LGPR 115).

Tamén cita Domínguez *pois ben* como expresión que “prepara o receptor para recibir a conclusión” e que na maioría dos casos se utiliza en rexistro formal, achegando este exemplo de Murguía datado en 1891: *¿non víchedes – volvo a decir – como Venus tembra e palidece ante as cores da aurora, sin qu'antre a noite que s'acaba i o día qu'amañece haxa o máis pequeno espazo? Pois ben, sin queré-lo ese é como o noso símbolo.* Non demos con exemplos desta locución conectora anteriores a este século, mais nel e nos seguintes o seu uso mostrouse plenamente consolidado.

Entre valor conclusivo e consecutivo ten a locución *pois entón*, que non rexistramos nos textos medievais, mais que se atesta con facilidade nos contemporáneos: *Deberche o ser? Pois entón, déboche a sede que teño!* (VE 42). Igual acontece con *pois logo*, presente na mesma obra de Casteleiro: *E pois logo qués sel-a miña dona?* (VE 67); e tamén en textos populares da segunda metade do XX: – *Boeno, pois logo fágame cinco iguales pra os meus cinco pequenos* (CLU 121).

4. A emerxencia de novas locucións conectoras consecutivas no galego contemporáneo

Hai unha serie de locucións, principalmente encabezadas pola preposición *por*, que foron emerxendo na época contemporánea como conectores con valor consecutivo após un proceso de gramaticalización, talvez a partir de funcionaren previamente como complementos circunstanciais de causa ou consecuencia introducidos por esa preposición; de aí a súa presenza en *por tanto* (ou *polo tanto*), *por conseguinte* e *por consecuencia*; á marxe deste proceso, xurdiu tamén con forza na última fase da lingua *xa que logo* como conector consecutivo.

4.1. *Por tanto e polo tanto*

Nos textos medievais non se rexistra a locución *por tanto* con valor de conector consecutivo, embora existan esporádicas concorrenzas das dúas palabras con outras funcionalidades que poden explicar a futura xénesis da súa grammaticalización como expresión conectora, segundo demonstran estes exemplos localizados no noso corpus de textos poéticos: *mais por tanto vos rog'e por al non* (1098.16); *por tanto me maravilho/ d'a esto seer chegado* (1658.20); en varias ocasións atestamos no mesmo corpus a presenza desta fórmula en correlación con *por quanto*: *por quanto está con seu senhor mui bon,/ por tanto se non quer ja conhocer* (1679.4). A pesar de en Cunha (1991, s.v. *portanto*) figurar datada por primeira vez no século XIV, as gramáticas históricas de Huber (1986: 268-269), Nunes (1989: 352-355) ou Ferreiro (1999: 369-372) non a recollen entre as locucións convencionais da época medieval; na nosa antoloxía da prosa literaria deste período tamén non atestamos ningún testemuño desta expresión (véxase *PLM*), embora sexa probábel que nalgúns ocorrencias poida agromar tal valor. Mais o feito de que nunha ampla mostra de textos do galego medio (véxase *SEI*) non se ateste ningunha ocorrencia de *por tanto* induce a pensar que a grammaticalización como marcador discursivo debe de ser posterior ao período medieval e talvez ao moderno. De *polo* (ou *pelo*) *tanto* tampouco achamos rexistros medievais nin do galego medio en todos os corpus citados, incluídas tamén as antoloxías *PLM* e *SEI*, de modo que ben podemos considerar que se trata dunha variación de *por tanto* aparecida, se callar, após a consolidación deste como conector.

Como conector consecutivo *por tanto* aparece esporadicamente documentado desde os primeiros textos do XIX, o que demonstra a súa grammaticalización como tal nesa altura: *por tanto non debia haber aqui en ningun tempo (bou á un decir) un que quixese á Costitucion, [...] por tanto non he virtú (acho eu) ó ser alí amante da libertá* (TP 7); *deixándoa por tanto baixo tutela* (LGPR 85). Con todo, non chegan a dez as ocorrencias encontradas nos textos decimonónicos e ningunha das gramáticas deste período nin da primeira parte do seguinte inclúen esta fórmula entre os nexos convencionais. No en-

tanto, o seu uso no galego escrito mantívose dentro dun ton discreto até á actualidade: *A tradición, por tanto, actualízase, resemantízase, non se reflicte estática ou conservadoramente* (CR 77).

A alternar con esta expresión conectora temos *polo tanto*, máis frecuente cara aos finais do século XIX: *Non é de estrañar, polo tanto, que o noso dioma [...] teña que retirarse agora avergonzado* (TE 13). Durante o século XX *por tanto* e *polo tanto* van alternar nos textos escritos como marcadores discursivos, áinda que o seu ámbito de uso é máis propio de rexistros formais, onde *polo tanto* semella dominar, pois por exemplo en CTS, obra escrita nun rexistro eminentemente culto, ten dez ocorrencias e *por tanto* ningunha: *e era, polo tanto, un experto nel* (CTS 10). Os seguintes exemplos son máis unha mostra, actual, do posíbel dominio da fórmula que ten presenza pronominal: *Polo tanto, sen necesidade de ir dar moi lonxe, son testemuña* (L. González, “Plurilingüismo”, *El Correo Gallego*, 15/08/2010, p. 2); *polo tanto, todo aquel que desexe ser atendido en castelán, serao en canto así o manifeste* (X. P. DoCampo, “Aos responsábeis da nova caixa”, *Xornal de Galicia*, 18/08/2010, p. 48). Neste caso a norma estándar do galego distánciase da portuguesa tanto no aspecto gráfico, pois esta consagra a aglutinación *portanto*, como no recoñecemento de *polo tanto*, ausente do estándar portugués⁴. E como en tantos outros casos, acaba por confluír coa solución do castelán no uso de ambas as formas.

4.2. *Por conseguinte*

Outro dos marcadores discursivos que funcionan como conectores consecutivos é *por conseguinte*, que non ten rexistros na lingua medieval nin demos con ningún nos textos do galego medio. Nos textos decimonónicos aparece poucas veces e so a forma *por consiguiente*, talvez interferida polo castelán, nas únicas tres ocorrencias localizadas: *por consiguiente, se hai facultade para nomear uns, tamén a hai para os outros* (LGPR 26); *e, por consiguiente, failles perder aquela pastosidá* (TE 9); *e que, por consiguiente, non había quen chamase aos viciños* (TE 279). Valladares (1970: 114)

⁴ Sobre *portanto* en portugués véxase Guimarães (2002: 149-168), que a cualifica de conxunción conclusiva ou operador de conclusión ao lado de *por isso*, *por conseguinte, logo e então*, embora acrecente que nin sempre son substituíbeis unhas polas outras.

cita na súa gramática decimonónica *de consiguiente* entre as conxuncións compostas e Saco Arce (1868: 135) non menciona esta fórmula entre tal modalidade de nexos, como tampouco fará Lugrís Freire (1931: 82) na súa gramática do primeiro terzo do XX.

Neste período, porén, xa aparece atestada coa forma *por conseguinte*, considerada na actualidade estándar, ainda que o seu uso non é moito frecuente na lingua escrita – menos na oral – e aparece habitualmente en rexistros cultos. A primeira atestación que recolle o TILG é de 1923 (*O arredismo non é, por conseguinte, unha [...]*), a pesar de a referencia e cita completa non estar dispoñíbel na nosa data de consulta (13/08/2010); a seguinte ocorrencia rexistrada deste marcador discursivo corresponde ao ano 1934 e está tirada da prensa galeguista: *e por conseguinte a Galiza a nosa laboura actual irálle un porvir que non poidera abranguer* (*A Nosa Terra*, n. 341, 25/07/1934, p. 1); de todas as formas, o TILG só recolle outras catro ocorrencias deste marcador até ao ano 1963. Un exemplo tirado dunha carta de Manuel García Barros, datada en 1955, ao daquela presidente da Real Academia Galega, Sebastián Martínez-Risco, e correspondente por tanto tamén ao ámbito culto, é o seguinte: *E non hambendo auga suficiente nen por conseguinte barcos* (CPT 63).

Na actualidade é normalmente recollida esta locución adverbial connectora nas gramáticas e manuais dentro da listaxe das conxuncións consecutivas, alén de figurar nas normas oficiais e de ser usada de forma limitada por oral e sobre todo por escrito en rexistros formais. O mesmo valor ten a forma adverbial *conseguientemente*, embora o seu uso, tamén culto, sexa áinda moito máis restrito.

4.3. *De aí*

Ao lado da construcción integrada *de aí que*, tamén ten certo uso na lingua a locución parentética *de aí*, que basea o paso dun antecedente ao consecuente nun razonamento. Como simple contracción da preposición *de* e o adverbio de lugar *aí* xa figura no dicionario galego-castelán de Marcial Valladares, de 1884, e posteriormente no de Leandro Carré Alvarellos, de 1928-1931, ben como no *Diccionario galego da rima e galego-castelán* de José Ibáñez Fernández, de 1950 etc. Da construcción connectora consecutiva integrada *de aí que* o TILG dámos xa atestacións de fi-

nais do período decimonónico: *N'é posible; d'aí qu'ó sabé-lo falecemento de súa comadre* (M. Valladares, *Majina ou a filla espúrea*, t. 2 de *La Ilustración Gallega y Asturiana*, 1880, p. 377); *D'aí que nin a ela, nin ó mismo Salvio, dixese tampouco o ouxeto* (*Id.*, p. 460.); *d'aí o que hoxe non haxa no campo dos Remedios aquil similleiro de casetas* (*O Galiciano*, Paróla 101, 15 de setembro, 1886: 3) etc.

Pouco despois desta última atestación, xa o TILG nos fornece exemplos da construcción parentética, embora nin sempre se marque gráficamente: *d'aí a razón porque se deixá pasar* (*A Monteira*, nº 1-13, 1889: 109); *De aí os berros i as carreiras* (H. Pérez Placer, *Contos da terriña*, A Coruña, Andrés Martínez editor, 1895: 105). Do primeiro terzo de século XX tamén nos fornece algúns exemplos: *;dichosos partidos! e de aí, resul-tou a lei do contrasentido* (L. Otero Pimentel, *A campaña de Caprecórnea*, La Habana, 1908: 165); *Maxina moito más que o que poden facer. De aí a traxedia que se agacha no fondo de tódolos cegos* (E. Montes, *O vello mariñeiro toma o sol...*, Ferrol, Céltiga, 1922: 8). En textos argumentativos-explicativos das últimas décadas do XX tamén ten certa presenza, como demostran estes exemplos tirados dun ensaio de Ramón Piñeiro de 1974: *De aí o seu senso redentor* (*OF* 41); *De aí a importancia radical da mentalidade urbana* (*OF* 268); nestoutro exemplo concorren a construcción integrada e a parentética: *De aí que non teña esa corporeidade ob-jetiva de que falábamos. De aí, tamén, a carencia de acción colectiva que sempre se ten botado de menos en Galicia* (*OF* 44).

Con todo, a locución parentética, propia do rexistro culto e de textos de natureza argumentativa, aínda non se pode considerar plenamente gramaticalizada e non figura citada nas normas oficiais nin nas gramáticas actuais entre as conxuncións consecutivas, ao contrario do que acontece coa construcción integrada *de aí que* (véxase, por exemplo, Real Academia Galega e Instituto da Lingua Galega, 2003: 185).

4.4. Por consecuencia ou en consecuencia

Dous novos marcadores discursivos en función de conectores consecutivos van confirmar a súa presenza no galego do século XX; deles non achamos nos textos escritos anteriores, nin medievais nin do galego medio nin do período decimonónico, ningún testemuño. Trátase de *por* ou

en consecuencia e de *xa que logo*, ambos más propios de rexistros cultos. Canto a *por/en consecuencia*, o primeiro que debemos constatar é que o propio substantivo que o conforma non ten presenza na lingua galego-portuguesa até o século XVI (Cunha, 1991, s.v. *consequênciā*), cando menos, e nos textos do galego medio achamos tres rexistros deste substantivo nos textos escolmados (*SEI*), pertencentes todos aos romances das Festas Minervais de 1697, dous so a forma *consecuencia* nos da autoría de Francisco Antonio del Valle e de Ignacio Rodríguez, e o terceiro como *consecuencia* no romance de José Antonio Torrado.

A conformar o marcador discursivo, igual que de *por conseguinte* e tanto coa preposición *por* como *en* de primeiro elemento, áinda non atestamos ningún caso en toda a obra literaria de Noriega Varela, no teatro de Luís Manteiga, n' *Os probes de Deus* de Amado Carballo, en *Donosíña de Quintanilla*, n' *O bufón de Risco*, n' *A lagarada de Otero* ou en *Cara a Times Square* de Camilo Gonsar, por exemplo. Porén, o TILG xa rexistra o uso de *por consecuencia* como conector consecutivo nun texto xornalístico de principios do XX: *a eisaltación da súa persoalidá, e por consecuencia a mellora da súa intelectualidade* (*O Tío Marcos da Portela*, 3^a época, parrafeo 17º, 21/10/1917, p. 1). Igualmente, atesta este mesmo marcador nunha obra de Celso Emilio Ferreiro da posguerra: *i ela, por consecuencia, convertirase na primeira dama da colectividá* (*A fronteira infinda*, Vigo, Castrelos, 1972: 126).

Mais o mesmo TILG documenta *en consecuencia* como marcador nunha obra publicada un ano despois: *e o técnico, en consecuencia, debe si aconsellar, como quen sabe, mais non gobernar* (*Estudios do derecho civil de Galicia*, Vigo, Sept, 1973: 245). Noutra obra de Camilo Gonsar, pertencente tamén á segunda parte do século XX, imos achar este marcador con *en* como primeiro elemento: *e en pedir, en consecuencia, pratos e más pratos* (*COD* 69). Nesta e noutra novela do mesmo autor documéntase tamén o adverbio *consecuentemente*, de que non demos con ningún rexistro decimonónico, co mesmo valor discursivo de conector consecutivo; fica claro que o seu uso restrito corresponde case en exclusiva ao rexistro culto.

Con esa mesma forma *en consecuencia* é polo xeral utilizado no galego actual, embora a súa frecuencia de uso sexa limitada e en contextos

marcados pola formalidade. Neste aspecto o galego distánciase, máis unha vez, do portugués, que utiliza preferentemente o *por conseqüência* presente nas primeiras atestacións galegas, e achégase á fórmula preferida polo español, que está a interferir de modo especial os marcadores discursivos galegos (Freixeiro, 2005: 110-170), algo similar ao que acontece co “éxito de *mira* fronte a *olla*” (Domínguez, 2008: 70). Neste sentido, debemos ter en conta que, como di Hagège (2000: 106), nunha situación de “bilinguisme d'inégalité” como a que se dá na Galiza, os marcadores discursivos da lingua dominante pasan a ser a “colonne avancée en direction de l'invasion lexicale”, que anuncian por tanto a ofensiva en masa sobre o léxico e despois sobre a gramática da lingua dominada.

4.5. *Xa que logo*

Por último, alén dos casos anteriores, no galego actual está a se consolidar con forza na lingua escrita e nos rexistros formais a expresión *xa que logo* como marcador discursivo con valor de conector consecutivo. Posiblemente se formase mediante a combinación da locución conxuntiva causal *xa que* co valor consecutivo de *logo*. Os exemplos de *xa que logo* con que demos son ainda más próximos no tempo que os relativos aos marcadores anteriores. Os tres primeiros casos que atestamos, servíndonos do TILG, sitúannos *xa* na segunda metade do século XX e curiosamente pertenecen a autores lucenses: *¿A qué raza pertenecían, xa que logo, os celtas da antiguedade?* (C. Fernández de la Vega e R. Piñeiro, trads., *Cancioneiro da Poesía Céltiga de Julius Pokorny*, Santiago, Bibliófilos Gallegos, 1952: 21); *Xa que logo, hoxe non che darei leite fritida con azucré* (A. Fole, *Terra brava*, Vigo, Galaxia, 1955); *e non son, xa que logo,/ unha gracia de Deus* (Manuel María, *Documentos personales*, Lugo, Celta, 1958: 5).

A súa incorporación ás gramáticas e manuais de lingua comezou de forma tímida no último cuartel do XX (Carballo, 1979: 258; Álvarez, Regueira e Monteagudo, 1986: 531), embora a súa presenza nos textos literarios sexa na actualidade máis constante talvez por se tratar dunha fórmula diferencialista a respecto do castelán, que como podemos observar inflúe tanto nunha dirección como na outra, neste caso favorecendo unha fórmula nova que non acha correlato nesa lingua nin tampouco no portugués. É algo similar ao que está a acontecer co conector contra-

argumentativo de valor concesivo *malia (que)*, embora este sexa sospeitoso de ser xa un castelanismo en orixe (Freixeiro, 2005: 252-254); mais o que fica claro é que a acelerada extensión do uso de ambos está impulsionada desde o ámbito da escrita, nomeadamente literaria, e favorecida polo carácter diferencial a respecto do español directamente e, se callar, tamén de forma indirecta con relación ao portugués.

Como en xeral acontece coas locucións conectoras anteriores, além de indicar que o segmento discursivo en que aparece é unha consecuencia do segmento precedente, *xa que logo* é un conector parentético que conforma un grupo entoativo propio e que goza de mobilidade dentro do texto, como mostran estes exemplos de textos actuais: *E, xa que logo, a literatura galego-portuguesa, os Cancioneiros, as Cantigas, tamén deberían ser visitos como patrimonio dos españoles (ET 135); Podémonos preguntar, xa que logo: [...] (CR 73); Xa que logo, sabemos a causa que impeleu a Díaz (Amenecer, Mondoñedo, n. 210, maio-xuño 2010, p. 30).* Na realidade, os tres textos que se citan pertencen ao xénero ensaístico e teñen carácter argumentativo, características que propician o emprego deste novo conector que, no entanto, tamén se vai facendo habitual noutras tipoloxías textuais como a narrativa: *Confirmábase, xa que logo, a sospeita (OL 55).*

Alén do valor consecutivo dominante nesta locución, e debido talvez ao carácter diferencialista de que se acaba de falar, na lingua literaria obsérvase nalgún caso a extensión do seu uso a outros valores. Así parece acontecer, por exemplo, no libro de memorias de Lois Tobío, onde se utiliza profusamente, polo xeral como consecutivo; mais nalgún caso concreto semella afastarse deste valor para se tornar más propriamente operador argumentativo que presenta o membro discursivo en que figura como evidente, igual que acontece con *claro, desde logo, xa ora ou de certo* (Freixeiro 2005: 105). Eis algúns exemplo: *A algúns chegarei a tratarlos persoalmente coma o vello Julio J. Casal, que fundara na Coruña "Alfar" con Juan González del Valle, Emilio Oribe, poeta profundo e filosófico, o fecundo, oceánico, victorhuguesco Sabat Ercasty, Ibáñez, Benedetti que escrmenzaba brillantemente a sua traxectoria e, xa que logo, Esther de Cáceres (TL 538); A diferencia do que se daba en España e nos outros países da América de fala española, a Igrexa e os cregos non tiñan aquí maior influxo. Había, xa que logo, crentes e devotos pero non eran moitos nin facían maior*

barullo (TL 539); Estaba casado cunha dona xove de familia xudía da Europa central, Dolly, doce e sensible, culta e xangal e dunha admirable fortaleza calada, que sabía entender e levar a xeito ao seu home que tiña, xa que logo, as suas rarezas (TL 555).

5. Conclusión

Con posterioridade ao período medieval van xurdir na lingua galega unha serie de locucións parentéticas consecutivas, embora a popular *e logo* asuma funcionalidades diferentes. A partir de *pois* formáronse locucións conectoras consecutivas como *pois entón*, *pois logo*, *pois ben* ou *así pois*, cuxo proceso de gramaticalización como marcadores xa se pode considerar consolidado nalgún caso no século XVIII; outras documentaranse posteriormente. Confórmanse tamén locucións conectoras consecutivas encabezadas pola preposición *por – por tanto, por conseguinte, por consecuencia –*, a se documentar a primeira nos inicios do XIX, a segunda ao final do período e a terceira nos primordios do XX. A fórmula conectora *de aí* comeza a deixar pegadas na escrita a finais do XIX. Se callar, a última incorporación aos conectores consecutivos do galego é *xa que logo*, atestada a meados do século XX, con presenza crecente nos usos formalizados da lingua.

Referencias bibliográficas

- ÁLVAREZ, Rosario, REGUEIRA, Xosé Luís e MONTEAGUDO, Henrique (1986). *Gramática Galega*. Vigo: Galaxia.
- ÁLVAREZ GIMENEZ, Emilio (1909). *Los defectos del lenguaje en Galicia y en la provincia de León*. Valladolid: Imprenta y Librería de Andrés Martín.
- CARBALLO CALERO, Ricardo (1979). *Gramática elemental del gallego común*. Vigo: Galaxia (1^a ed., 1966).
- COSTA, Xoán Xosé, GONZÁLEZ, M^a dos Anxos, MORÁN, César Carlos e RÁBADE, Xoán Carlos (1988). *Nova gramática para a aprendizaxe da lingua*. A Coruña: Vía Láctea.

- CUNHA, Antônio Geraldo da (1991). *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (1^a ed., 1982).
- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley (1991). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa.
- DOMÍNGUEZ PORTELA, Soraya (2006). “Pois: dende a convención ó marcador discursivo”. *Cadernos de Lingua* 28, 145-173.
- DOMÍNGUEZ PORTELA, Soraya (2008). “Olla e mira, dous marcadores discursivos en tres linguas: portugués, galego e español”. *Cadernos de Lingua* 30, 27-73.
- FERREIRO, Manuel (1999). *Gramática histórica galega I. Fonética e Morfosintaxe*. Santiago de Compostela: Laioveneto (1^a ed., 1995).
- FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón (2005). *Os marcadores discursivos. Conectores contraargumentativos no galego escrito*. A Coruña: Área de Filoloxías Galega e Portuguesa (Monográfico 3 da Revista Galega de Filoloxía).
- GARACHANA CAMARERO, Mar (1998). “La evolución de los conectores contraargumentativos: la gramaticalización de *no obstante* y *sin embargo*”. En MARTÍN, M^a Antonia e MONTOLÍO, Estrella (coords.) *Los marcadores del discurso: teoría y análisis*, 193-212. Madrid: Arco Libros.
- GUIMARÃES, Eduardo (2002). *Texto e argumentação. Um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes.
- HAGÈGE, Claude (2000). *Halte à la mort des langues*. Paris: Odile Jacob.
- HUBER, Joseph (1986). *Gramática do Português Antigo*. Lisboa: Calouste Gulbenkian (1^a ed., 1933).
- LUGRÍS FREIRE, Manuel (1931). *Gramática do Idioma Galego*. A Coruña: Moret (1^a ed., 1922).
- MONTOLÍO DURÁN, Estrella (2001). *Conectores de la lengua escrita*. Barcelona: Ariel.
- NUNES, José Joaquim (1989). *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. Lisboa: Clássica.
- PORTOLÉS, José (2001). *Marcadores del discurso*. Barcelona: Ariel (1^a ed., 1998).

- REAL ACADEMIA GALEGA E INSTITUTO DA LINGUA GALEGA (2003). *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. Vigo: RAG e ILGA (1^a ed., 1982).
- SACO ARCE, Juan A. (1868). *Gramática gallega*. Lugo: Imprenta de Soto Freire.
- VALLADARES, Marcial (1970). *Elementos de gramática gallega*. Vigo: Galaxia (manusc., 1892).
- VÁZQUEZ VEIGA, Nancy e FERNÁNDEZ BERNÁRDEZ, Cristina (1996). “Un caso de interferencia lingüística: la forma y luego en el castellano de Galicia”. En CASADO, Manuel, FREIRE, Antonio, LÓPEZ, José Eduardo e PÉREZ, José Ignacio (eds.) *Scripta Philologica in memoriam Manuel Taboada Cid*, vol. 2, 715-735. A Coruña: Universidade da Coruña.

Fontes documentais

- AE = BLANCO-AMOR, Eduardo (1978). *A Esmorga*. Vigo: Galaxia (1^a ed., 1959).
- AFV = DIESTE, Rafael (1958). *A fiestra valdeira*. Buenos Aires: Citania (1^a ed., 1927).
- AT = DIESTE, Rafael (1973). *Dos arquivos do trasno*. Vigo: Galaxia (1^a ed., 1926).
- C = MARIÑO PAZ, Ramón (ed.) (1995). SARMIENTO, Fr. Martín. *Coloquio de vintecatro galegos rústicos*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- CLU = Centro de Estudios Fingoy (ed.) (1979). *Contos populares da provincia de Lugo*. Vigo: Galaxia (1^a ed., 1963).
- COD = GONSAR, Camilo (1984). *Como calquera outro día*. Vigo: Xerais.
- CPT = FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón (ed.) (1999). *Cos pés na Terra. Personalidade e obra inédita ou esquecida de Manuel García Barros*. A Estrada: Fouce.
- CR = GARCÍA NEGRO, María Pilar (2010): *O clamor da rebeldía. Rosalía de Castro: ensaio e feminismo*. Santiago de Compostela: Sotelo Blanco.

- CT = GARCÍA BARROS, Manuel (1952). *Contiños da Terra*. Buenos Aires: Talleres Caporaletti Hnos. (1^a ed., 1931).
- CTS = GONSAR, Camilo (1980). *Cara a Times Square*. Vigo: Galaxia.
- DA = (1836) *Diálogo en la Alameda de Santiago entre Cristovo, Farruco, Bartolo e Freitoso*. Santiago: Imprenta de J. Núñez Castaño.
- ET = TORO, Suso de (2004). *Españois todos*. Vigo: Xerais.
- LGPR = GARCIA NEGRO, María Pilar e GÓMEZ SÁNCHEZ, Anxo (ed.) (1996). *A Nosa Literatura*. Vol. 9. *A literatura galega do pre-renacemento (1808-1863)*. Vigo: A Nosa Terra.
- OF = PIÑEIRO, Ramón (1974). *Olladas no futuro*. Vigo: Galaxia.
- OL = VILLAR, Domingo (2009). *Ollos de auga*. Vigo: Galaxia (1^a ed., 2006).
- OPV = AMADO CARBALLO, Luís (1982). *Obras en prosa e verso*. Vigo: Castrelós.
- PLM = FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón (ed.) (1996). *A Nosa Literatura*. Vol. 5. *Antoloxía da prosa literaria medieval*. Vigo: A Nosa Terra.
- SEI = FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón (ed.) (1996). *A Nosa Literatura*. Vol. 7. *Os séculos escuros e a Ilustración galega. Antoloxía*. Vigo: A Nosa Terra.
- TE = LÓPEZ FERREIRO, Antonio (1895). *A tecedeira de Bonaval*. Coruña: Andrés Martínez e Casa de la Misericordia (1^a ed., 1894).
- TILG = *Tesouro Informatizado da Lingua Galega*, http://sli.uvigo.es/TILG/tilg_pescuda.php?
- TL = TOBÍO, Lois (1994). *As décadas de T.L.* Sada - A Coruña: Ediciós do Castro.
- TP = (1836) *La Tertulia de Picaños...* [Santiago de Compostela]: Imprenta de D. J. F. Campaña y Aguayo.
- VE = R. CASTELAO, Alfonso (1953): *Os vellos non deben de namorarse*. Vigo: Galaxia.

O ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA NO PROJECTO AMPER
COMPARAÇÃO DE DADOS PROSÓDICOS
DE DUAS INFORMANTES DO FUNCHAL
(SANTA MARIA MAIOR E SÃO MARTINHO)

Helena Rebelo

Universidade da Madeira

Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

1. O AMPER: descrição sumária do projecto internacional

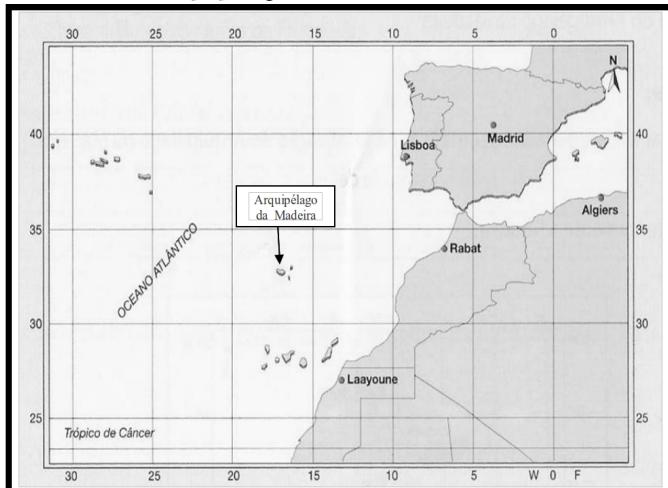
O que é o AMPER? Quando surgiu? Quem o criou? Qual a sua finalidade? Para quem desconhece este projecto internacional, tornar-se-á mais compreensível, quando se desenvolve a sigla (AMPER): *Atlas Multimédia Prosódico do Espaço Românico*. É um projecto com uma vasta equipa (Cf. Contini, 2007), dispersa pelos países nos quais se fala uma língua de origem românica, não só na Europa, como na América Latina, num total de oito domínios linguísticos (Português, Galego, Castelhano, Catalão, Asturiano, Romeno, Galo-românico, Italo-românico). A sua sede radica na Universidade de Stendhal-Grenoble³, em França, tendo sido fundador Michel Contini do Centro de Dialectologia. Neste centro de investigação, tiveram início as primeiras pesquisas no âmbito do AMPER, interligando a prosódia das línguas românicas com novos meios tecnológicos e multimédia. Ainda hoje, é coordenador geral do projecto, o emérito professor, a par de Antonio Romano da Universidade de Turim (Itália). Os dados do AMPER podem ser consultados na internet¹, numa página criada e actualizada por Albert Rilliard do LIMSI-CNRS (Orsay, França) com os resultados obtidos e facultados pela equipa de

¹ Cf. <http://amper.limsi.fr/> e <http://w3.u-grenoble3.fr/dialecto/AMPER/partnrs.htm>

trabalho. A vertente do Português do Projecto (AMPER-POR²), contemplando Portugal continental, as ilhas atlânticas – Madeira e Açores – e o Brasil, tem sido coordenada por Lurdes de Castro Moutinho da Universidade de Aveiro, a partir do início deste atlas, em 1999.

2. O Arquipélago da Madeira e o AMPER

Segundo o último censo, anterior ao de 2011, no Arquipélago da Madeira, a população ronda os 250 mil habitantes. Na ilha da Madeira, de 700 km² de superfície, os habitantes ultrapassam os 245 mil, concentrando-se cerca de metade na capital, o Funchal. A população do Porto Santo – ilha de 40 km² – ronda os 4 500 habitantes. A distribuição populacional motivou, em grande medida, a definição dos pontos de inquérito para as recolhas de dados referentes a este arquipélago.



Mapa 1 – in *Espaço Geo. À Descoberta da Madeira*. Porto. Asa. 2006.

A pesquisa relativa à prosódia do Português falado no Arquipélago da Madeira foi iniciada em 2007 (ver Rebelo 2007) e circunscreve-se às características prosódicas (frequência fundamental, intensidade vocálica, duração das vogais) do Português falado em alguns pon-

² Ver <http://pfonetica.web.ua.pt/AMPER-POR.htm>

tos da ilha da Madeira³: Funchal (Santa Maria Maior e São Martinho), S. Jorge, Calheta e da ilha do Porto Santo (Camacha e Campo de Baixo), através da gravação de um informante masculino e outro feminino, com escolaridade básica. Os objectivos gerais da pesquisa consubstanciam-se na descrição da prosódia madeirense e porto-santense, através de uma análise no programa MATLAB, adaptado ao propósito do AMPER⁴, tendo por finalidade relacionar a prosódia do Arquipélago da Madeira com a de outros lugares do espaço românico, sobretudo portugueses (Portugal continental/Açores/Brasil). Posteriormente, considerar-se-á a comparação com as outras línguas do Projecto. Os resultados constarão da página oficial do AMPER, onde já figuram estes que se apresentam, aqui, para comparação, mas sem a respectiva análise.

3. Comparação entre dados de Santa Maria Maior e de São Martinho

As duas informantes, cujas produções prosódicas se compararam, são, respetivamente, originárias do Funchal, mais precisamente de Santa Maria Maior (código de identificação 01k1) – um ponto baixo, junto ao litoral – e de São Martinho (código de identificação 01l1) – uma das zonas altas da cidade, mais para o interior. Têm pouca escolaridade. São as duas nativas e, portanto, representativas dos respectivos pontos de inquérito. Tendo aí sempre vivido, apenas se ausentaram ocasionalmente, tal como as respectivas famílias. As gravações de ambas decorreram num gabinete fechado e sem ruído de fundo. A captação para computador dos ficheiros WAV foi efectuada por meio do programa COOLEDIT que também possibilitou a segmentação. A análise de voz foi realizada com o programa MATLAB. Em anexo, figuram os gráficos das curvas melódicas das

³ Cf. trabalhos já publicados, além do indicado supra: Helena Rebelo (2008a e 2008b).

⁴ A adaptação do MATLAB ao AMPER foi realizada por Antonio Romano. Ver, no entanto, o trabalho de 1995, *Développement d'un environnement de travail pour l'étude des structures sonores et intonatives de la parole*, Mémoire de DEA en Sciences du Langage, Université Stendhal, Grenoble.

frases declarativas e interrogativas, correspondentes, destas informantes. Obtiveram-se resultados para a intensidade e a duração vocálicas, mas apresentam-se, neste texto, unicamente os relativos a F0 por ser, para o estudo prosódico, o parâmetro mais importante.

Os dados reportam-se à prosódia de frases declarativas e interrogativas directas totais correspondentes (33 de cada e 66 no total), com estruturas sintácticas e acentuais precisas, definidas pela coordenação do Projecto. O *corpus-base* pode ser reagrupado em vários subconjuntos, consoante estes dois itens: estrutura da frase [Síntagma Nominal 1 (SN1) + Síntagma Verbal (SV) + Síntagma Nominal 2 (SN2), com extensões constituídas por Síntagmas Adjectivais (SAdj) e Síntagmas Preposicionais (SPrep)] e o esquema acentual das unidades que compõem SN1 e SN2, assim como as respectivas extensões.

Para a Língua Portuguesa, o que se sabe, no geral, sobre a distinção prosódica entre frases declarativas e as correspondentes interrogativas directas totais está, por exemplo, sintetizado na *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (Cunha e Cintra, 1995: 167-176), mais precisamente no capítulo da frase. Regista-se, aí, uma explicação sumária sobre a “Entoação oracional”. São descritas as curvas das frases, consoante sejam declarativas, interrogativas directas totais ou exclamativas. Nesta comparação explicitada pelos gramáticos, a frase declarativa tem uma curva entoacional ascendente na parte inicial, constante na parte medial e, no final, é descendente; enquanto a da frase interrogativa tem uma trajectória diferente. Esta inicia-se com um valor de F0 mais elevado do que na frase declarativa. Na parte interior, dá-se uma queda da voz, mas continua ascendente e, no final, ocorre uma queda brusca, conservando-se, porém, um nível tonal alto. São mencionados dois estudos (por diversas razões, de momento, não se tece nenhum comentário a estes), a fundamentar a descrição: um de Armando de Lacerda (1975) e outro de Maria Raquel Delgado Martins (1983). Globalmente, esta informação é corroborada na *Gramática da Língua Portuguesa* de Maria Helena Mira Mateus *et alii* (2003: 1037-1076)⁵, onde se acrescenta que a diferença prosódica entre declarativa e

⁵ Ver página 1076: “Note-se que, até ao acento tonal nuclear inclusive, os contornos são praticamente idênticos. O contraste entre declarativa e interrogativa é dado pelo final do contorno, mais exactamente pelos eventos tonais de fronteira: enquanto a

interrogativa resulta do “tom de fronteira”, sendo “baixo” naquela e “alto” nesta. Pode, portanto, deduzir-se, destas duas gramáticas, que as curvas entoacionais das frases declarativas terão, no final, uma descida e as trajetórias das interrogativas corresponderão a uma subida.

No cotejo dos resultados para o Funchal (cf. anexo), não se comprova, na íntegra, esta informação. Para a informante de Santa Maria Maior e a de São Martinho, constata-se que há variação no percurso das curvas melódicas dos enunciados declarativos e interrogativos, sobre tudo na parte final. Aliás, individualmente, as duas informantes do Funchal não mantêm sempre o mesmo trajecto da curva melódica para estes dois tipos de frase. Verifica-se que os traçados das curvas melódicas de ambas são manifestamente diferentes nas estruturas frásicas estudadas. A diferença na parte final das frases das duas informantes é notória em alguns casos, como os de TWB (o fadista gosta da música popular), TWF (o fadista gosta da música castiça) e TWV (o fadista gosta da música típica). Há, contudo, alguns casos em que este final é, sensivelmente, coincidente nas duas informantes, com descida na curva das frases declarativas e subida nas interrogativas, o padrão comummente conhecido para o Português, como explicitado pelas duas gramáticas citadas. Vejam-se, para o efeito, as estruturas ZWP (o fadista típico gosta da música), BWT (a música popular fala do fadista), PWZ (a música fala do fadista típico) e PYS (a música fala do fadista das Capelas). Além disso, nas frases da informante de Santa Maria Maior, registam-se enunciados afirmativos e os correspondentes interrogativos com final descendente, como se verifica nos seguintes casos, cujos códigos se apresentam: KWK, KWP, TWK, PWK, PWT, PWP, DWP, FWT, PWG, PWJ, TWB, PWD, PWS e PYD, coincidindo a frase afirmativa com a trajectória final padrão e divergindo a interrogativa desta por não ser ascendente, mas descendente. Embora seja menos frequente, tal também sucede em enunciados da informante de São Martinho: KWT, TWT, TWP, XWP, VWT, DYP e TWF.

declarativa é caracterizada por um tom de fronteira baixo (L), a interrogativa possui um tom de fronteira alto (H). Neste caso, o papel de relevo na desambiguação das sequências é desempenhado por um dos elementos da melodia mínima identificado -ra do sintagma entoacional, o evento tonal de fronteira”.

Em trabalhos anteriormente publicados sobre o AMPER-POR, existem referências à variação na trajectória das curvas melódicas, nomeadamente das frases interrogativas directas totais. É, por exemplo, uma constatação de, por um lado, Clara Rolão Bernardo (2007: 99) e de, por outro, Lurdes de Castro Moutinho, Rosa Lídia Coimbra e Ana Margarida Vaz (2007: 55-65). Estas últimas investigadoras do AMPER-POR, num estudo dedicado ao Baixo Minho, não detectaram variação nas declarativas, mas registaram “dois movimentos” nas interrogativas, determinados pelo “acento nuclear final”, como se pode verificar na citação *infra*:

Para todas as frases, a declarativa apresenta claramente um comportamento final descendente, enquanto que a interrogativa pode apresentar dois movimentos diferentes em função do acento nuclear final. A vogal tónica final, parece-nos também ser a que contém maior informação para distinguir os dois tipos de frase. Em ambas as modalidades, a introdução do SPrep na frase, independentemente do seu tipo de acento (oxítono, paroxítono, proparoxítono) é a responsável pelas diferenças constatadas nos contornos entoacionais finais. O SV revela-se, assim, como principal responsável pela identificação das modalidades. A mudança do acento lexical no locativo em final de frase altera o movimento de F0 na interrogativa.

(2007: 63)

Como se pode ler abaixo, num estudo dedicado ao Barlavento e ao Sotavento Algarvios (Moutinho et alii, 2008: 93-104), estas autoras constataram que, nos finais oxítonos das interrogativas que analisaram, há um movimento descendente, que não tinham encontrado nos trabalhos anteriormente realizados:

A maior diferença entre os dois locutores, parecendo poder indicar a existência de uma prosódia distinta entre Sotavento e Barlavento, e deste último com o resto do país, situa-se ao nível da realização da frase interrogativa com final oxítono (...). Enquanto que no informante do

Sotavento ocorre um movimento final ascendente marcado, como é habitual neste tipo de frase, no do Barlavento o movimento é descendente apesar de se tratar de uma frase com final oxítono.

(2008: 99)

Retomando a análise comparativa dos dados em anexo, e constatando-se uma notória diferença, sobretudo nas curvas das interrogativas para o SN1 e o SN2 das duas informantes, pode concluir-se, nesta fase da pesquisa, existir, para as interrogativas directas totais, também no Funchal, alguma variação prosódica. Nas estruturas frásicas em estudo, nem a informante de Santa Maria Maior, nem a de São Martinho, seguem sempre o padrão entoacional. Esta variabilidade poderá dever-se ao acento lexical de diversos segmentos frásicos, mas, de momento, e enquanto não se concluir a análise dos informantes masculinos destes respectivos pontos de inquérito, não se avançará com uma leitura e uma interpretação dos dados a este nível. Apenas a continuação da investigação poderá levar a tirar conclusões para a existência, já incontestável, desta variação prosódica para as informantes do Funchal, nomeadamente de Santa Maria Maior e de São Martinho.

Bibliografia

- BERNARDO, Clara Rolão (2007). “Patrões entoacionais de interrogativas globais na ilha de São Miguel (Açores)” in *I Jornadas Científicas AMPER-POR. Actas (Aveiro, 29 a 30 de Outubro de 2007)*, Lurdes de Castro Moutinho e Rosa Lídia Coimbra (org.), Aveiro, Universidade de Aveiro, 91-100.
- CONTINI, Michel (2007). “Le projet AMPER: passé, présent et avenir”, in *I Jornadas Científicas AMPER-POR. Actas*, Lurdes de Castro Moutinho e Rosa Lídia Coimbra (org.), Universidade de Aveiro, CLC-Universidade de Aveiro e FCT, 9-19.
- CUNHA, Celso Cunha e CINTRA, Lindley (1995). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 1984, 11^a ed., Lisboa, Sá da Costa, 167-176.

- LACERDA, Armando de (1975). *Objectos verbais e significado elocucional. Toemas e antoemas. Entoação*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura. Cf. *Revista do Laboratório de Fonética Experimental*, Coimbra, Universidade de Coimbra, volume VII, 1970 e volume VIII, 1975.
- MOUTINHO, Lurdes de Castro, COIMBRA, Rosa Lídia e VAZ, Ana Margarida (2008). “Variantes prosódicas do Português Europeu: o Barlavento e o Sotavento Algarvio” in *La Variation diatopique de l'Intonatoin dans le Domaine roumain et roman*, Adrian Turculet (ed.), Iasi, Editura Universitatii Alexandru Ioan Cuza, 93-104.
- MOUTINHO, Lurdes de Castro, COIMBRA, Rosa Lídia e VAZ, Ana Margarida (2007). “Variação prosódica no Baixo Minho. Estudo de Caso” in *I Jornadas Científicas AMPER-POR. Actas (Aveiro, 29 a 30 de Outubro de 2007)*, Lurdes de Castro Moutinho e Rosa Lídia Coimbra (org.), Aveiro, Universidade de Aveiro, 55-65.
- MARTINS, Maria Raquel Delgado (1983). *Sept études sur la perception. Accent et intonation du portugais*, Lisboa, Laboratório de Fonética da Faculdade de Letras.
- MATEUS, Maria Helena Mira Mateus *et alii* (2003). “Prosódia” in *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa, Caminho, 1037-1076.
- REBELO, Helena (2008a). “Alguns dados prosódicos para o Funchal no âmbito do Projecto AMPER-POR”, revista *Margem. Viver n(o) Funchal*, nº 25, Thierry Proença dos Santos (coord.), Funchal, Câmara Municipal do Funchal – Departamento de Cultura, 500 Anos do Funchal, 106-112.
- REBELO, Helena (2008b). “O Arquipélago da Madeira e o Projecto AMPER-POR. Primeiros Resultados da Análise Prosódica para o Funchal”, *La Variation diatopique de l'Intonatoin dans le Domaine roumain et roman*, Adrian Turculet (ed.), Iasi, Editura Universitatii Alexandru Ioan Cuza, 167-183.
- REBELO, Helena (2007). “O Arquipélago da Madeira e o Projecto AMPER-POR”, *I Jornadas Científicas AMPER-POR. Actas (Aveiro, 29 a 30 de Outubro de 2007)*, Lurdes de Castro Moutinho e Rosa Lídia Coimbra (org.), Aveiro, Universidade de Aveiro, 39-54.

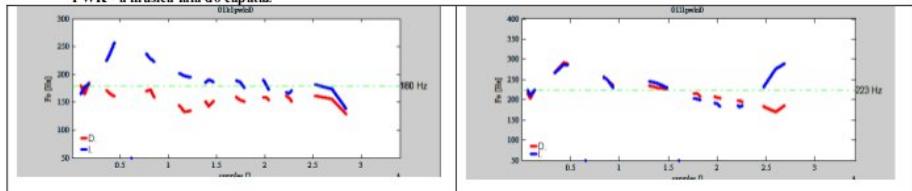
ROMANO, Antonio (1995). *Développement d'un environnement de travail pour l'étude des structures sonores et intonatives de la parole, Mémoire de DEA en Sciences du Langage*, Université Stendhal, Grenoble.

Anexo (*corpus*)

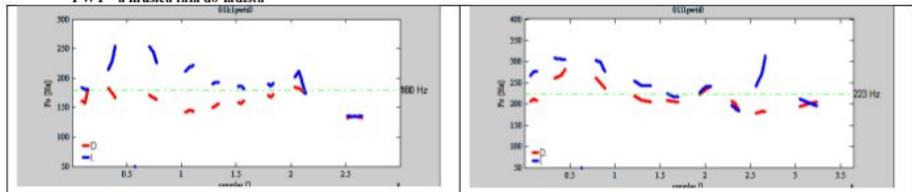
Para facilitar a análise comparativa, colocam-se, do lado esquerdo de quem lê, os gráficos correspondentes à informante de Santa Maria Maior, com o código 01k1, e, do lado direito, os da informante de São Martinho, com o código 01l1. Reorganizaram-se as curvas melódicas, tendo em conta, quer as estruturas frásicas, quer os respectivos esquemas acen-tuais. Foi, assim, possível estabelecer os seguintes subgrupos: A, B, C, D, E e F que guiaram a comparação. Nas figuras anexas, para cotejo das curvas de F0, a frase declarativa (D) vem assinalada a vermelho e a interro-gativa (I) a azul.

	01k1 – Santa Maria Maior	01l1 – São Martinho	
A	SN1 – oxítono	SN1 – paroxítono	SN1 – propa- roxítono
SN2 oxítono paroxítono proparoxítono	o capataz gosta do capataz o capataz gosta do fadista o capataz gosta da música	o fadista gosta do capataz o fadista gosta do fadista o fadista gosta da música	a música fala do capataz a música fala do fadista a música fala da música

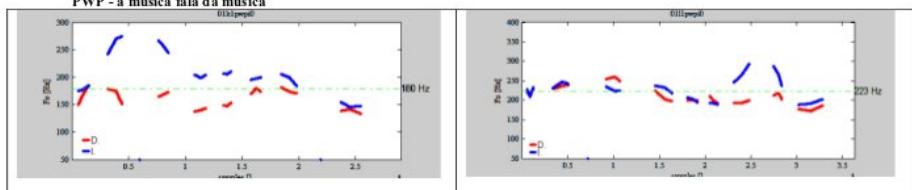
PWK - a música fala do capataz



PWT - a música fala do fadista

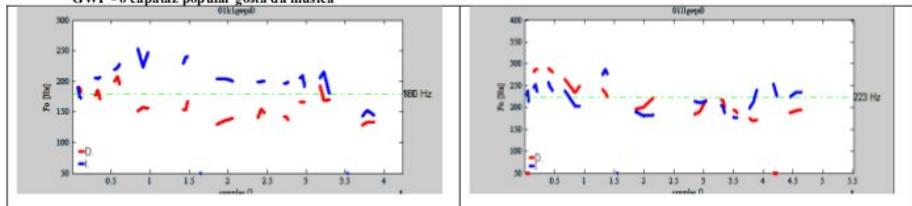


PWP - a música fala da música

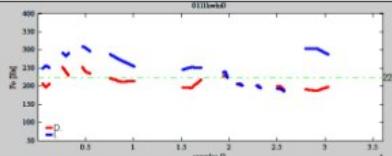
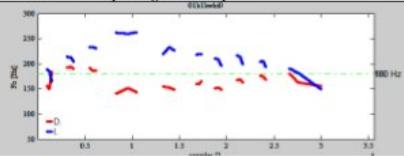


B	SN1 – oxitono + adj oxitono + adj paroxitono + adj proparoxitono	SN1 – paroxitono + adj oxitono + adj paroxitono + adj proparoxitono	SN1 – proparoxitono + adj oxitono + adj paroxitono + adj proparoxitono
SN2 Proparoxitono	o capataz popular gosta da música o capataz castiço gosta da música o capataz típico gosta da música	o fadista popular gosta da música o fadista castiço gosta da música o fadista típico gosta da música	
SN2 paroxitono			a música popular fala do fadista a música castiça fala do fadista a música tipica fala do fadista

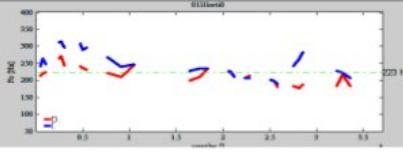
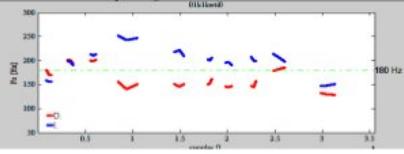
GWP - o capataz popular gosta da música



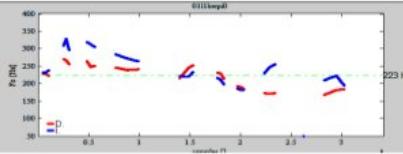
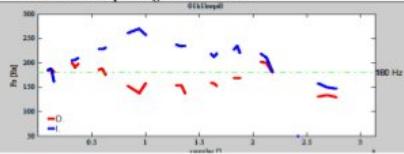
KWK - o capataz gosta do capataz



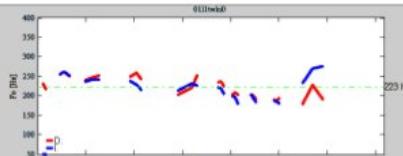
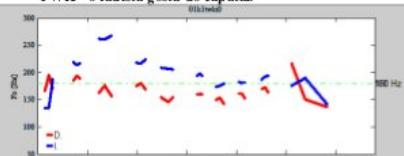
KWT - o capataz gosta do fadista



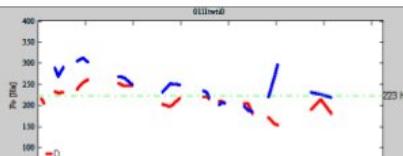
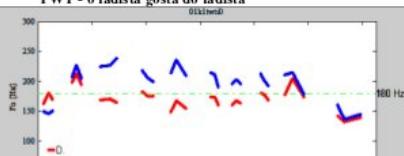
KWP - o capataz gosta da música



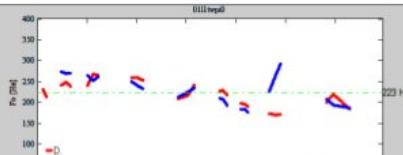
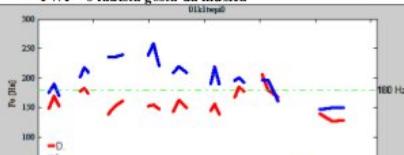
TWK - o fadista gosta do capataz



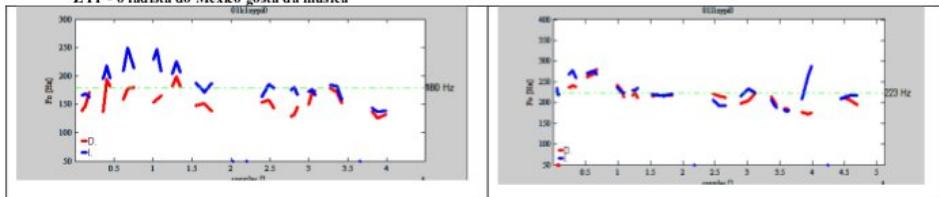
TWT - o fadista gosta do fadista



TWP - o fadista gosta da música



ZYP - o fadista do México gosta da música

**D**

SN1 – oxitono
+ adj oxitono
+ adj paroxitono
+ adj proparoxitono

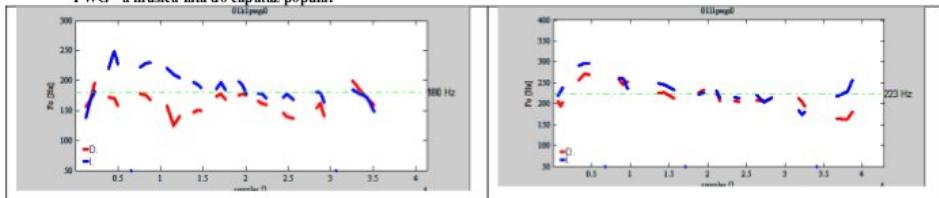
SN2

oxitono
+ adj oxitono
+ adj paroxitono
+ adj proparoxitono

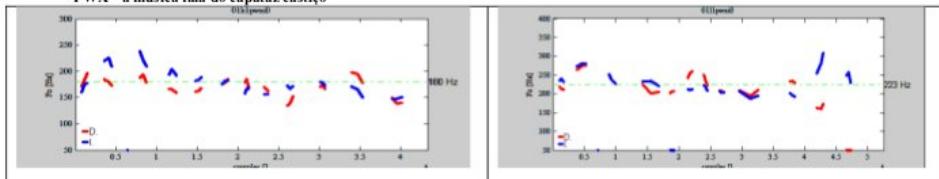
SN1 – proparoxitono
+ adj oxitono
+ adj paroxitono
+ adj proparoxitono

a música fala do capataz popular
a música fala do capataz castiço
a música fala do capataz típico

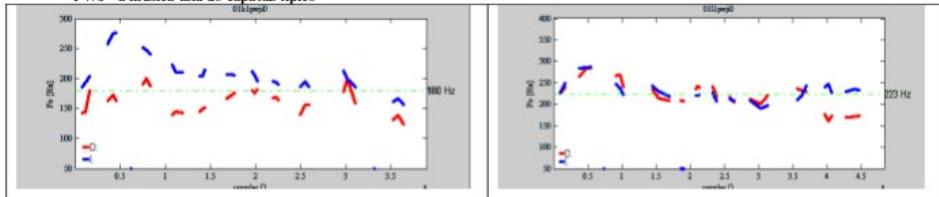
PWG - a música fala do capataz popular



PWX - a música fala do capataz castiço



PWJ - a música fala do capataz típico

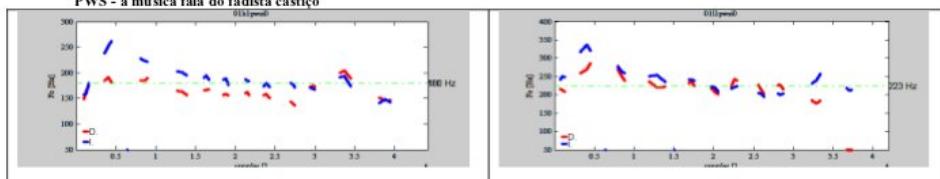
**E**

SN2
proparoxitono
+ adj oxitono
+ adj paroxitono
+ adj proparoxitono

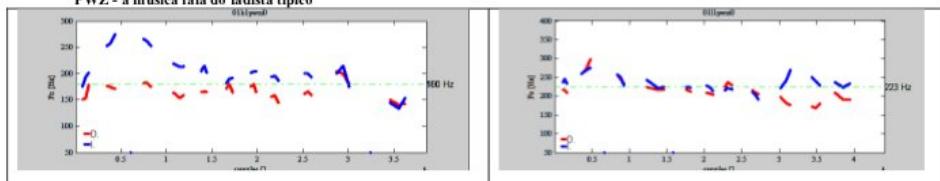
SN1 – paroxitono

o fadista gosta da música popular
o fadista gosta da música castiça
o fadista gosta da música típica

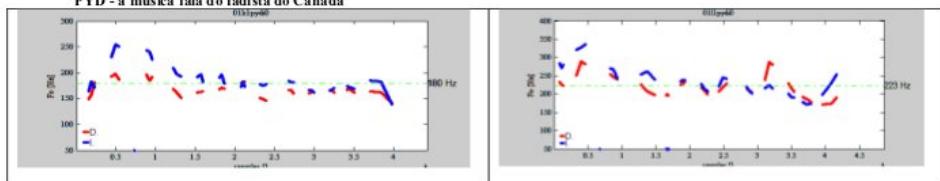
PWS - a música fala do fadista castiço



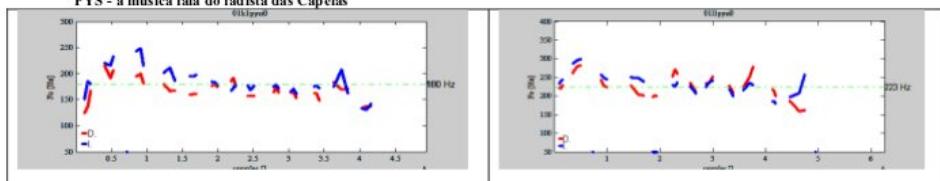
PWZ - a música fala do fadista típico



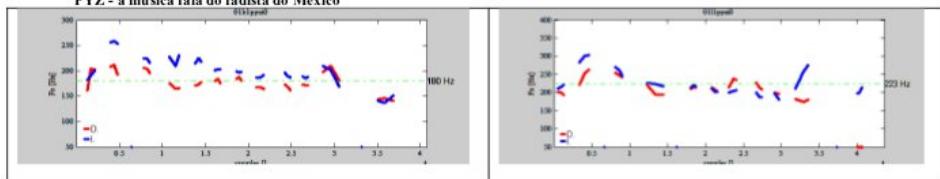
PYD - a música fala do fadista do Canadá



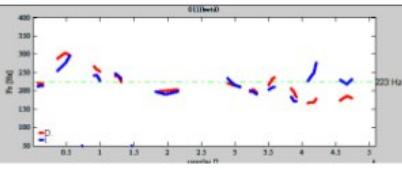
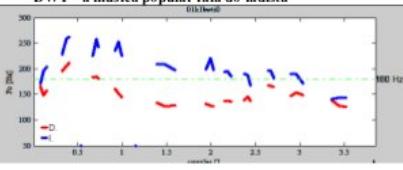
PYS - a música fala do fadista das Capelas



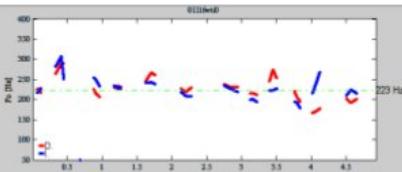
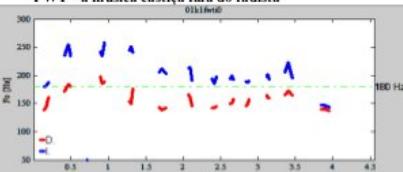
PYZ - a música fala do fadista do México



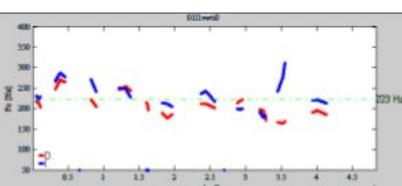
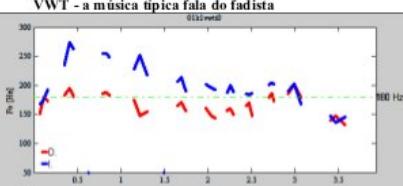
BWT - a música popular fala do fadista



FWT - a música castiça fala do fadista



VWT - a música típica fala do fadista



C

SN1 - paroxitono

+ SPrep oxítonto

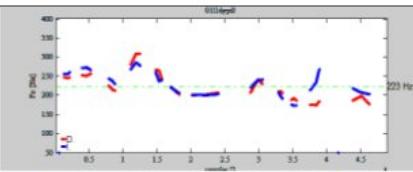
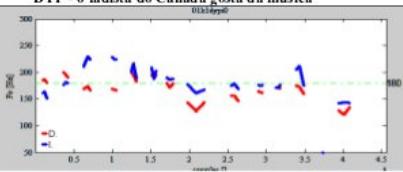
+ SPrep paroxitono

+ SPrep proparoxitono

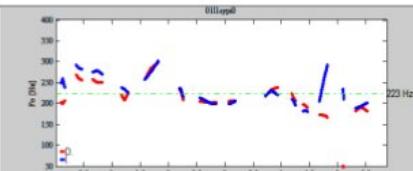
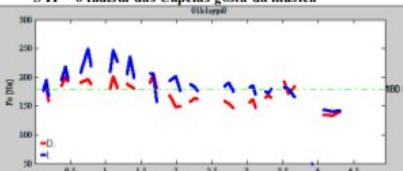
SN2
Proparoxitono

o fadista do canadá gosta da música
o fadista das capelas gosta da música
o fadista do méxico gosta da música

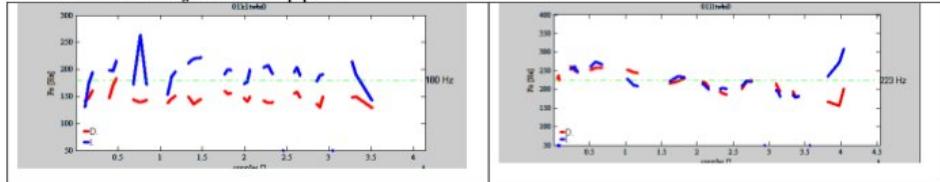
DYP - o fadista do Canadá gosta da música



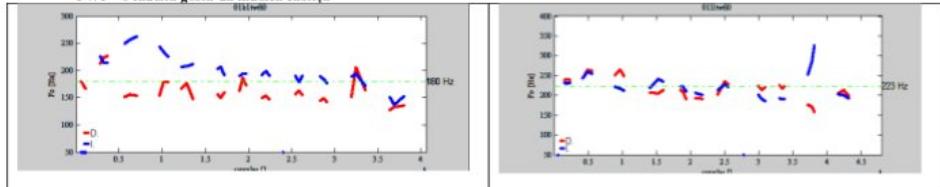
SYP - o fadista das Capelas gosta da música



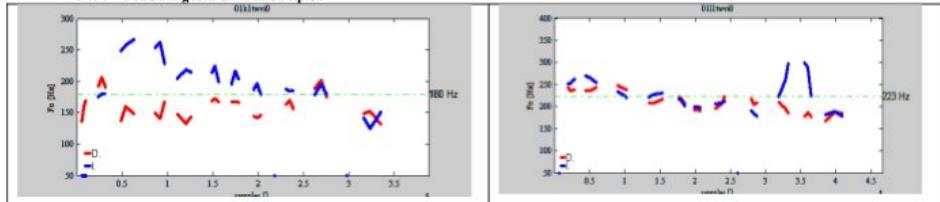
TWB - o fadista gosta da música popular



TWF - o fadista gosta da música castiça



TWV - o fadista gosta da música típica

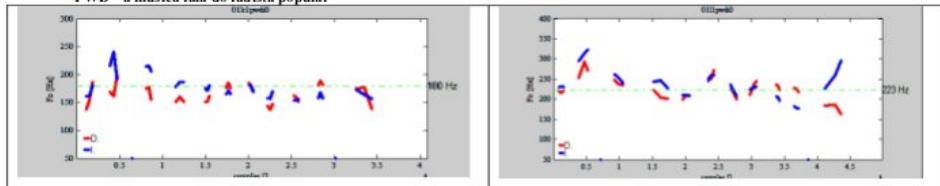


F

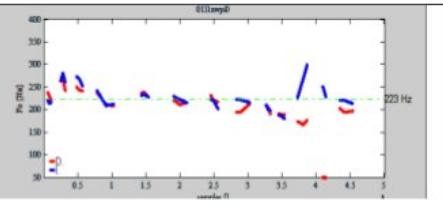
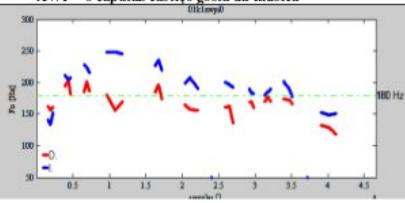
SNI – proparoxítono

SN2 paroxítono + adj oxítono + adj paroxítono + adj proparoxítono		a música fala do fadista popular a música fala do fadista castiço a música fala do fadista típico
SN2 paroxítono + SPrep oxítono + SPrep paroxítono + SPrep proparoxítono		a música fala do fadista do Canadá a música fala do fadista das Capelas a música fala do fadista do México

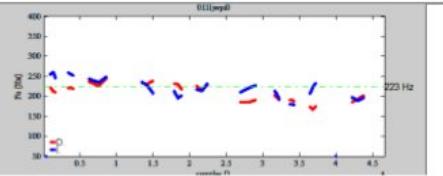
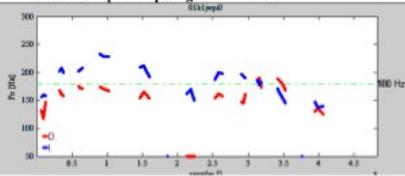
PWD - a música fala do fadista popular



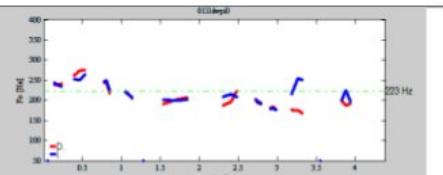
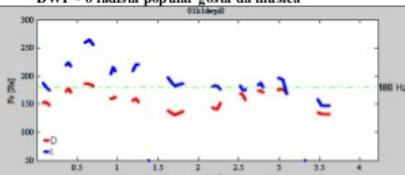
XWP - o capataz castigo gosta da música



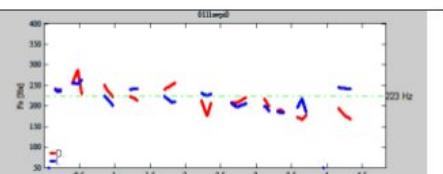
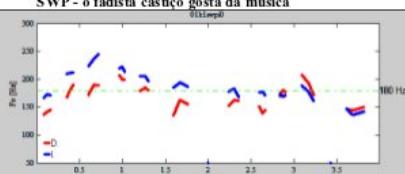
JWP - o capataz típico gosta da música



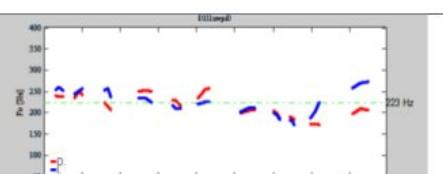
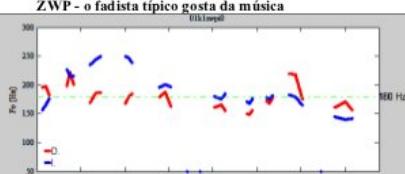
DWP - o fadista popular gosta da música



SWP - o fadista castigo gosta da música



ZWP - o fadista típico gosta da música



VARIAÇÃO DA VOGAL [ɛ] EM DOIS DIALECTOS DO PORTUGUÊS EUROPEU

Luís Fernando Pinto Salema
Universidade do Algarve

1. Introdução

Em 1964, George Cukor, inspirado na obra *Pigmalião*, do irlandês George Bernard Shaw, realizou o filme *My Fair Lady*, uma comédia musical protagonizada por Audrey Hepburn e Rex Harrison. No filme, Harrison interpreta Henry Higgins, um professor de fonética, capaz de reconhecer a origem dos seus interlocutores, através da pronúncia. Nas suas deambulações por Londres, encontra Eliza Doolittle, encarnada pela actriz Audrey Hepburn, uma vendedeira de flores que denuncia a sua condição humilde e a sua pouca instrução, através da forma como fala. Higgins empreende, então, a árdua tarefa de ensinar Eliza a falar correctamente, recorrendo, para isso, ao seu laboratório de fonética.

O filme atrás referido mostra, ainda que de forma ficcionada, uma realidade de que a maior parte dos falantes de uma língua se apercebe: a variação linguística. Com o advento da fonética experimental e com o tratamento computacional, hoje, torna-se possível objectivar e descrever, de forma cada vez mais precisa, realizações fonéticas que podem ajudar a identificar a origem dos falantes, quer do ponto de vista social, quer geográfico, por exemplo.

Apesar de ser uma língua bastante homogénea, quando comparada com outras línguas românicas, reconhece-se a existência de variação dia-tópica, no Português Europeu (PE), sobretudo, através de traços fonéticos e lexicais, devendo-se a José Leite de Vasconcellos, Paiva Boléo, Lin-

dley Cintra, Pilar Vázquez Cuesta e M. A. Mendes da Luz os estudos mais sistematizados e mais abrangentes sobre a variação regional do português europeu. Excluindo os dialectos insulares, e tendo como moldura os estudos dos autores atrás referidos, as variantes dialectais identificadas para o PE podem ser agrupadas em duas grandes áreas: o Norte, que apresenta características mais arcaicas e uma maior diversidade fonética, e o Sul, mais homogéneo e inovador. Entre o Norte e o Sul, segundo os linguistas já elencados, o Centro constitui uma zona de transição. Se, em relação a estas grandes divisões, há um consenso generalizado, o mesmo não se pode dizer quanto à sua delimitação, dependendo esta dos fenómenos fonéticos que estejam a ser convocados. Nesta área central, que, administrativamente, corresponde, *grosso modo*, às regiões da Beira Litoral e da Beira Interior, a primeira apresenta-se mais próxima da variante central do PE (a designação é de Peres e Móia, 1995: 37) e o interior individualiza-se pelo facto de manter um sistema de quatro sibilantes.

Mais importante do que a nomenclatura adoptada para designar os dialectos ou as regiões dialectais é o feixe de características utilizado para descrever as diferentes variantes. A abertura das vogais seguidas de consoantes nasais (sobretudo no Minho), a ausência de oposição entre /b/ e /v/ (em todo o Norte e grande parte do Centro), o sistema de fricativas mais complexo (sobretudo, no interior norte e centro), a monotonização (no Sul) e a palatalização das vogais (em Castelo Branco, Portalegre e no Barlavento Algarvio) surgem como os fenómenos fonéticos mais importantes para o estudo da variação regional do PE.

Para além destes traços referidos pela generalidade dos estudos, que têm merecido mais atenção por parte da comunidade académica, outros têm sido apontados como características próprias de uma determinada região. Por exemplo, vários autores (Boléo, 1961 (1974); Maia, 1975; Segura da Cruz, 1991) consideram que pode ocorrer a produção de um [j] paragógico, nos vocábulos em que a vogal [ɛ] ocorre no final de palavra, nos dialectos das regiões do Alentejo e do Algarve.

Motivados pelo facto de este fenómeno ainda não ter sido objecto de um estudo experimental, considerou-se que seria interessante comparar a realização da vogal [ɛ], num dialecto meridional, na região do Alentejo, e num dialecto setentrional, na região do Minho. O estudo

realizado assentou na análise acústica de um pequeno *corpus* constituído para este fim e implicou o recurso a procedimentos que se enquadram no âmbito da fonética experimental e do tratamento computacional da língua portuguesa. Os resultados aqui apresentados integram-se num estudo mais vasto e divulgam-se, apenas, as principais conclusões, de forma muito sucinta.

2. Metodologia

2.1 – Constituição do *corpus*

O *corpus* apresenta *itens* de um registo de língua corrente, de fácil representação icónica e onde a vogal [E] surge, no final da palavra, representada, na ortografia, por «é»: *bebé* [bE 'bE], *boné* [bɔ 'nE], *café* [kE 'fE], *chaminé* [ʃəmi'nE] e *pé* [pE].

2.2 – Caracterização dos informantes

O perfil dos informantes quis-se homogéneo, de modo a apenas fazer variar o parâmetro geográfico e a garantir uma boa representatividade da respectiva variante dialectal. Os seis informantes (três do Minho e três do Alentejo) deveriam obedecer ao seguinte perfil: terem mais de cinquenta anos, possuírem como escolarização máxima o nono ano de escolaridade e serem naturais e residentes das localidades seleccionadas. Na Tabela I, apresentam-se mais informações sobre os informantes que colaboraram na recolha do *corpus*.

Tabela I					
Perfil dos informantes que colaboraram na recolha do <i>corpus</i>					
Nome	Idade	Sexo	Nível de escolaridade	Concelho	Região
PSP	82	F	3. ^a classe	Estremoz	Alentejo
CAP	81	M	4. ^a classe (adulto)	Estremoz	Alentejo
TJP	84	F	4. ^a classe	Estremoz	Alentejo
CCA	72	F	Freq. da escola primária	Viana do Castelo	Minho

Tabela I					
Perfil dos informantes que colaboraram na recolha do <i>corpus</i>					
Nome	Idade	Sexo	Nível de escolaridade	Concelho	Região
JLE	55	M	6.º ano	Viana do Castelo	Minho
MLI	69	M	4.ª classe	Viana do Castelo	Minho

2.3 – Recolha e anotação do *corpus*

A recolha do sinal efectuou-se em casa dos informantes, com equipamento cedido pelo Laboratório de Fonética do Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro. No Alentejo, foram utilizados um DAT - *Digital Audio Tape* e um microfone *ECM - MS907*, da *Sony*. No Minho, a recolha foi feita directamente para o disco duro de um computador portátil, usando o programa *SFSWin*. Na gravação, foi utilizado o sistema CSL 4400 da *KeyElemetrics Corp.* e um microfone *Shure SM48*.

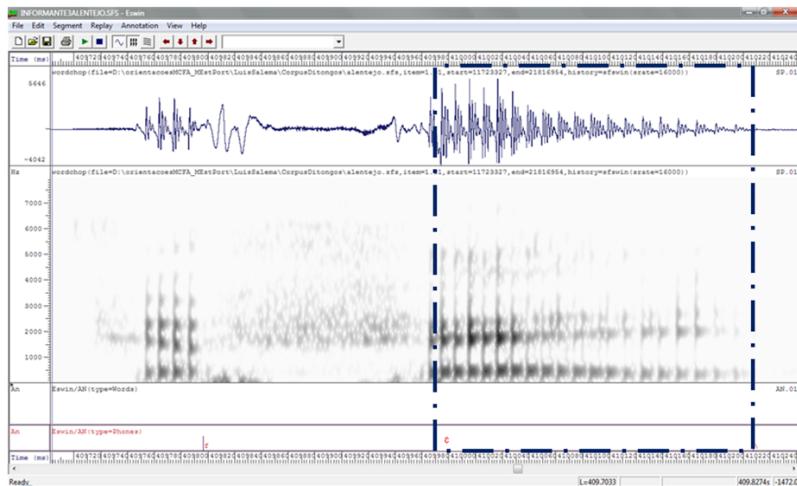
A produção das palavras do *corpus* foi induzida através de estímulos visuais, apresentados no ecrã de um computador. Foram solicitadas cinco repetições do *corpus* a fim de se poderem estabelecer médias, calculadas com base nos resultados dos diversos parâmetros acústicos e nos valores da duração. Em cada uma das repetições, as palavras foram apresentadas por uma ordem aleatória. Assim, o *corpus* é constituído por 150 estímulos, 25 para cada um dos locutores (5 palavras X 5 repetições X 3 informantes X 2 regiões).

Na segmentação do *corpus*, foi utilizado o programa *SFSWin*, que permite visualizar, em simultâneo ou separadamente, o oscilograma e o espectrograma do sinal acústico. Para além disso, o programa permite operar sobre determinados segmentos seleccionados, ouvir, apagar, anotar e extrair, automaticamente, o valor dos diferentes parâmetros acústicos.

Seguidamente, utilizou-se o comando *wordshop* do SFS para a criação de ficheiros individuais. A cada um deles foi atribuído um nome que inclui a transcrição fonética da palavra e o número da repetição (por exemplo, b€

'bε_r1). Para cada palavra produzida pelos informantes, foi criada uma anotação, indicando o início e o fim de cada uma delas. Foram utilizados os símbolos do Alfabeto Fonético Internacional, optando-se por uma transcrição fonética larga, correspondente à realização esperada por um falante da variante central do PE.

Com as palavras já disponíveis em ficheiros individuais, procedeu-se à segmentação da vogal [ɛ]. Nessa segmentação, anotou-se o contexto fonético em que ocorria cada uma das sequências em estudo, conforme surge ilustrado na Figura 1:



3. Apresentação de resultados

Os resultados que a seguir se apresentam baseiam-se na análise do sinal acústico e do espectrograma correspondente, tendo-se determinado, para cada segmento vocálico, os valores da duração e das duas primeiras formantes. No ponto 4, far-se-á a análise e a discussão desses resultados, procurando determinar de que forma os dados obtidos contribuem para explicar a existência de variação, entre as duas regiões estudadas e relativamente à variante central do PE.

A Tabela II sintetiza os valores médios obtidos para a duração do segmento vocálico [ɛ], nas duas regiões em que se procedeu à gravação do *corpus*, e o valor de referência, apurado por Delgado-Martins (1973 cit. por Mateus *et al.*, 2005: 126), para a variante central do PE:

Tabela II	
Região	Valor médio da duração da vogal [ɛ]
Minho	253,67 ms
Alentejo	192,53 ms
Variante central do PE (Delgado-Martins, 1973)	106 ms

Os valores médios de F_1 , obtidos para a vogal [ɛ], surgem sistematizados na Figura 2:

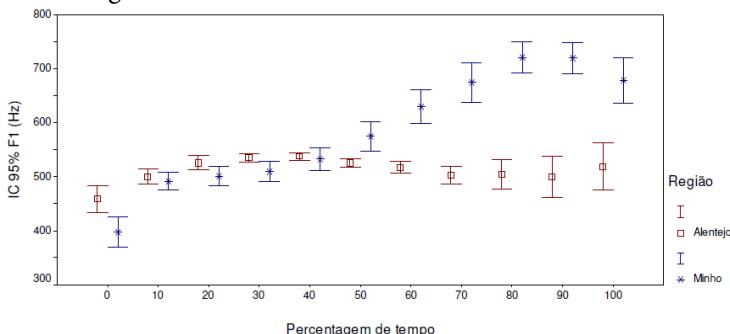


Figura 2: Valores médios da trajectória de F_1 da vogal [ɛ], ao longo do tempo, nas duas regiões estudadas.

Os resultados obtidos põem em evidência as diferenças dialectais existentes entre as duas regiões. Para o Minho, a primeira formante da vogal [ɛ] traça um percurso ascendente, registando uma ligeira descida, na parte final. No Alentejo, inicialmente, os valores não se afastam muito dos apurados para os informantes do Minho mas, na segunda metade da realização da vogal, a primeira formante apresenta percursos diferentes, nas duas regiões. No Minho, os valores de [ɛ] nunca se situam abaixo dos 400 Hz, chegando a ultrapassar os 700 Hz. No Alentejo, pelo contrário, os valores médios rondam sempre os 500 Hz. Vejamos, agora, qual o comportamento de F_2 , nas duas variantes dialectais, observando a Figura 3:

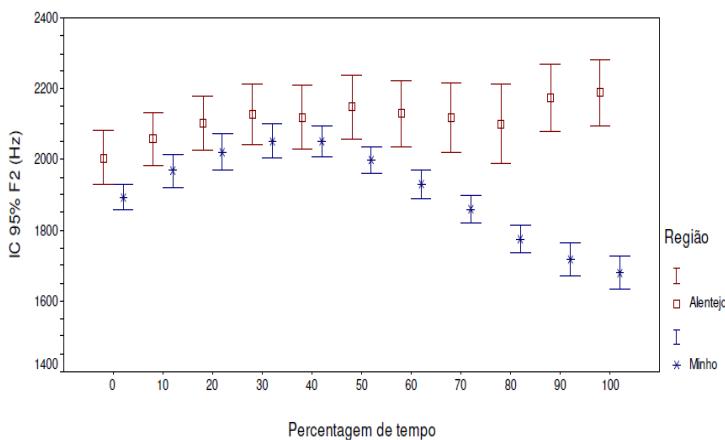


Figura 3: Valores médios da trajectória de F_2 da vogal [ɛ], ao longo do tempo, nas duas regiões estudadas.

No Alentejo, F_2 apresentou valores sempre acima dos 2000 Hz, atingindo um pico máximo de, aproximadamente, 2100 Hz, na parte final (veja-se o intervalo de tempo correspondente a cerca de 90% da realização). No Minho, assiste-se a uma descida progressiva desses valores, a partir do momento que corresponde a, aproximadamente, 40% da duração total da vogal. Se, de início, os valores de F_2 se situam próximos dos 1900

Hz, para ambas as regiões, no final, divergem e, no Minho, situam-se entre os 1600 Hz e os 1700 Hz.

4. Interpretação dos resultados

Apesar de se tratar de um pequeno *corpus* e de um número reduzido de locutores, podem inferir-se algumas tendências a propósito da realização do tipo vocálico estudado, verificando-se a existência de variação, quer entre as variantes do Minho e do Alentejo, quer entre estas e a variante central do PE.

De facto, a vogal [ɛ] aparece-nos com uma duração incomparavelmente mais longa (192,53 ms, para o Alentejo e 253,67 ms, para o Minho) do que aquela que, habitualmente, surge apontada como valor de referência para o dialecto padrão do PE – 106 milissegundos (Delgado-Martins, 1992: 130). Os resultados obtidos para ambas as regiões são de tal modo elevados que são já indicadores de que não pode tratar-se de uma vogal simples.

Relacionando os resultados apurados para a duração com as trajetórias formânticas de F₁ e de F₂, poderemos dizer que, no Alentejo, à vogal [ɛ] poderá ter sido adicionada uma vogal alta, próxima das características de [i], visto que os valores de F₁ e de F₂ se situam na gama dos que, normalmente, são atribuídos à vogal [i].

Relativamente à primeira parte da sequência vocalica, se atentarmos nos valores médios apurados para F₁ (cerca de 500 Hz) e para F₂ (aproximadamente, 2000 Hz), poderemos dizer que se trata da vogal [ɛ], facto que é confirmado pelos valores de referência apontados para a variante central do PE (respectivamente, 500 Hz e 1900 Hz, segundo Delgado-Martins, 1973, cit. por Mateus *et al.* 2005: 126).

Conjugando estes dois parâmetros – duração e formantes – podemos dizer que, no Alentejo, ocorre a paragoge da vogal [i] que, ao ser adicionada à vogal [ɛ], forma o ditongo [ɛj], sendo esta realização, em estudos anteriores, apresentada como típica dos dialectos meridionais do Alentejo e do Algarve (Boléo e Silva, 1961 [1974], Maia [1975], Sengura da Cruz [1991]).

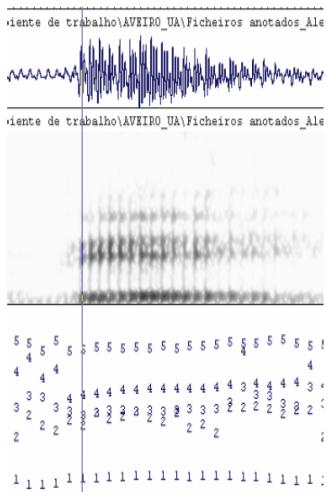
Na região do Minho, a vogal [ɛ] apresentou também valores médios de duração muito elevados. O resultado revelou-se inesperado e permitiu equacionar a possibilidade de essa sequência não poder ser constituída por uma vogal simples, devido ao valor médio de duração apurado que, recorde-se, foi de 253,67 milissegundos. Se atentarmos nos valores médios de F₁, para a vogal [ɛ], na sua parte final, verificamos que estes se situaram próximos dos 500 Hz, valor de referência também apurado para a vogal [ɐ], na variante central do PE (Delgado-Martins, 1973, cit. por Mateus *et al.* 2005: 126), o mesmo acontecendo para F₂. Neste caso, os valores obtidos situaram-se em torno dos 1700 Hz, próximos dos propostos para essa mesma vogal, no dialecto padrão da língua portuguesa europeia, que rondam os 1600 Hz (Delgado-Martins, 1973, cit. por Mateus *et al.* 2005: 126).

Podemos, assim, afirmar, que, no Minho, na parte final das palavras terminadas em [ɛ], há uma tendência para o abaixamento e para a centralização do segmento vocálico, originando o aparecimento de uma vogal com características próximas de [ɐ]. A associação destes dois segmentos resulta no encontro vocálico [ɛɐ].

Esta análise relativa aos dados recolhidos para a região do Minho vai ao encontro dos estudos que referem a presença de vogais paragógicas, nos dialectos setentrionais [Boléo e Silva, 1961 (1974); Cintra, 1971 (1983); Paiva, 2005; Vazquez Cuesta e Mendes da Luz, 1971, (1980)]. Contudo, nestes trabalhos, considera-se que o contexto potenciador dessa adição é aquele em que a palavra termina num ditongo decrescente e, normalmente, refere-se a paragogé vocálica de [i̯]. No presente estudo, verifica-se que há, também, outro contexto potenciador deste tipo de fenómeno e que a vogal adicionada, com base no que se referiu, também poderá ser outra: no nosso caso, [ɐ].

A Figura 4 ilustra os dois fenómenos fonéticos que acabamos de discutir: a existência de vogais paragógicas, adicionadas à vogal [ɛ], quer no Alentejo, quer no Minho:

A – Alentejo



B - Minho

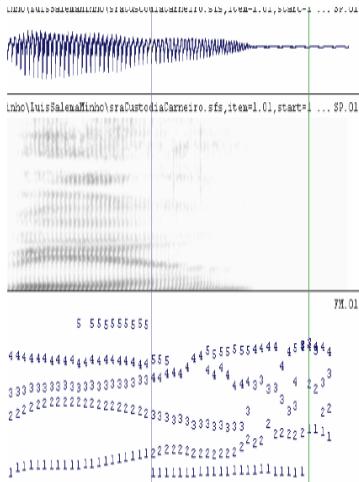


Figura 4: Sequência final das realizações da palavra bebé [bE 'bE], produzidas por um informante de cada uma das regiões.

5. Conclusão

Face aos resultados obtidos, é possível concluir que existem, de facto, características mensuráveis que comprovam a ocorrência de variação linguística, no PE falado no território de Portugal Continental.

Os valores da duração podem não ser suficientes para documentar a existência de variação porque a variabilidade entre os locutores, neste parâmetro, nem sempre permite tirar conclusões seguras. No entanto, se aliarmos à duração os valores de F_1 e de F_2 e se observarmos as trajectórias destas formantes, ao longo do tempo, ficamos na posse de um conjunto de dados que possibilita a obtenção de conclusões mais fundamentadas.

A maior duração atribuída à vogal [ɛ] decorre de um fenómeno de paragoge, mas com características distintas, visto que os valores formânticos, para este caso, se aproximam dos da vogal [ə], na região do Minho, não originado, por isso, um ditongo. Etimologicamente, a palavra ditongo (do grego «δίφθογγος»), significa “que tem dois tons; que

consiste em som duplo” (Machado, 1977: 348). Contudo, a palavra sofreu uma evolução semântica e a definição de ditongo é, hoje, mais complexa. Um ditongo é “uma sequência vocálica, no interior de uma única sílaba, formada por uma vogal e uma semivogal, ou por uma semivogal e uma vogal, em que a vogal constitui o núcleo de sílaba. Do ponto de vista fonético, a dependência da semivogal em relação ao núcleo silábico é assinalada acusticamente por um movimento contínuo rápido de transição dos formantes”¹. Tendo em conta esta definição e a análise espectral, a sequência vocálica [ɛɐ] não pode constituir um ditongo, pois nenhum dos elementos que a constitui é uma semivogal. Se, do ponto de vista etimológico, estamos, de facto, perante um encontro de dois tons, de acordo com os critérios utilizados para a definição de ditongo, a referida sequência não reúne todas as condições para o ser. Trata-se, assim, da aposição de uma outra vogal, no final da palavra.

Em síntese, a análise efectuada permitiu considerar a existência de um fenómeno de ditongação, com a vogal [ɛ], em sílaba final acentuada, na região do Alentejo. Ao contrário do que é próprio dos dialectos meridionais, que tendem a monotongar determinadas sequências, assiste-se a um fenómeno de ditongação de uma vogal, comportamento mais frequente nos dialectos setentrionais. Esta variação da vogal [ɛ], no contexto já descrito, parece apresentar um acentuado cariz regional, se atentarmos, mais uma vez, nos valores da duração e nos valores formânticos. No Minho, a mesma vogal apareceu com valores de duração ainda maiores do que os que foram constatados para o Alentejo, resultantes da aposição de um outro tipo vocálico, a vogal [ɐ]. Este fenómeno deverá ser estudado com maior profundidade, em trabalhos futuros, com um *corpus* mais vasto e um maior número de informantes.

Referências bibliográficas

- BOLÉO, M. Paiva (1974). *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica – vol I – Dialectologia e História da Língua*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

¹ Definição disponível em www.ait.pt/recursos/dic_term_ling/index2.htm

- BOLÉO, M. Paiva e SILVA, M. H. S. (1961). O Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental. In *Boletim de Filologia*. XX, pp. 85-112 (Comunicação feita ao IX Congresso Internacional de Linguística Românica, Lisboa, 1959). Republicado em *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica – vol I – Dialectologia e História da Língua*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1971). Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses. In *Boletim de Filologia*, XXII, 81-116. Republicado em *Estudos de dialectologia portuguesa*, 1983. Lisboa: Sá da Costa Editora, pp. 117-164.
- DELGADO-MARTINS, Maria Raquel (1992). *Ouvir Falar: Introdução à Fonética do Português*. Lisboa: Caminho.
- MAIA, Clarinda de A. (1975). Os Falares do Algarve. Inovação e Conversação. In *Revista Portuguesa de Filologia*. Vol. XVII. Tomos I e II. Coimbra.
- MACHADO, José Pedro (1977). Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Vol. II, 3.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- MATEUS, Maria Helena Mira; FALÉ, Isabel e FREITAS, Maria João (2005). *Fonética e Fonologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- PAIVA, Silvana Marta Pinho (2005). *Síntese por Concatenação de Variantes Regionais: Falar do Porto*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- PERES, João Andrade e MÓIA, Telmo (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- SEGURA DA CRUZ, Maria Luísa (1991). *O Falar de Odeleite*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar e Maria Albertina Mendes da Luz (1971). *Gramática da Língua Portuguesa*. Trad. de Ana Maria Brito e Gabriela de Matos (1980). Lisboa: Edições 70.

**A FONOLOGIA DOS PRENOMES ESTRANGEIROS
EM UMA ABORDAGEM HISTÓRICA:
COMPARAÇÃO ENTRE PORTUGUÊS ARCAICO
E PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO
(BRASILEIRO E EUROPEU)***

Gladis Massini-Cagliari

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNESP/Araraquara

Introdução

O presente artigo trata da pronúncia e da estrutura fonológica de nomes próprios de origem estrangeira adotados em contexto de português, em uma abordagem histórica, a partir de comparação da representação ortográfica (que revela traços da realização fonética) desses nomes em dois períodos históricos: o Português Arcaico (século XIII) e o Português contemporâneo. Dado o fato de que há consideráveis diferenças com relação ao tratamento dos nomes importados em Portugal e no Brasil nos dias de hoje, com relação ao português contemporâneo, embora o foco resida na análise de dados coletados no Brasil, será feita uma pequena comparação com a realidade portuguesa, no que concerne às leis que regem a adoção de nomes estrangeiros nos dois países.

Desde há muito, reconhece-se um caráter marginal à língua aos nomes próprios. A partir de uma análise diacrônica da forma como os nomes próprios de origem estrangeira são fonologicamente adaptados ou

* A pesquisa apresentada neste artigo recebeu o suporte financeiro da FAPESP (processo 2010/06386-0), na modalidade Auxílio à Pesquisa, e do CNPq (Processo 302222/2009-0), na forma de uma bolsa de Produtividade em Pesquisa.

não, pode-se perceber que, do ponto de vista da fonologia (especialmente, da prosódia), o grau de marginalidade dos nomes próprios de pessoa pode variar, ao longo da história do português, mas pode ser constatado desde os primeiros registros em galego-português.

Jeronymo Soares Barbosa (1822: 116), em sua *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem*, já reconhecia este caráter marginal dos nomes próprios, no contexto das gramáticas e dos dicionários das línguas: “Estes Nomes [...] não pertencem propriamente ás Línguas consideradas como Methodos vulgares analyticos, e por isso, não costumão ter lugar nos Vocabulários das mesmas; mas so nos Diccionarios Históricos, e das Artes, aos quaes pertencem”.

Segundo Correia (2009: 27), os nomes próprios, ao contrário dos comuns, não figuram em dicionários porque “não são portadores de significado lingüístico: são palavras estritamente referenciais, capazes de estabelecer relações com entidades individuais da realidade”.

Talvez pelo fato de serem vazios de significado lexical, resta preferencialmente aos nomes próprios, como foco, no nível da materialidade, o som, que, liberto das amarras do sentido literal, pode libertar-se, também, das amarras estruturais da fonologia de sua língua. É por esta razão que, com relação ao português nas épocas arcaica e atual, a adaptação de nomes próprios de origem estrangeira merece destaque, porque lida com uma situação “limite” no que diz respeito à adaptação fonológica.

Diversos estudos anteriores (entre eles, T. Freitas, Ramilo e Soálheiro, 2003; M. Freitas e Neiva, 2006; Assis, 2007) têm mostrado que a realização fonética dos nomes comuns de origem estrangeira é sensível à aplicação de processos fonológicos próprios do Português atual, quando estes são pronunciados em contexto de “português” – tanto para o Português Brasileiro (de agora em diante, PB), como para o Português Europeu (doravante, PE). No entanto, em contraste com os nomes comuns, antropônimos (prenomes próprios) de origem estrangeira nem sempre se “enquadram” bem nos parâmetros da fonologia da língua. Muitas vezes, os falantes carregam para a sua língua traços da pronúncia e/ou da ortografia original do nome, trazendo para o sistema desta língua

gua ou para o seu sistema de representação gráfica características que não lhe são comuns.

Por outro lado, não têm aparecido, na literatura específica da área, estudos a respeito da realização fonética dos nomes próprios de origem estrangeira em épocas passadas da língua. Com relação ao período arcaico, apesar de terem sido compiladas em Castela, o estudo das *Cantigas de Santa Maria* (de agora em diante, CSM), escritas em galego-português, é particularmente revelador a este respeito, uma vez que as 420 cantigas religiosas compostas a mando de Afonso X (1221-1284) reúnem milagres coletados em diversas partes da Europa (e não apenas na Península Ibérica). Por este motivo, nomes próprios de pessoas e localidades de diferentes origens estão presentes nos relatos das maravilhas de Santa Maria.

Com relação ao estudo da presença dos empréstimos no conjunto dos nomes próprios portugueses, d'Azevedo (1900: 47) lamenta que “tem sido muito descurado o estudo do onomástico português, não obstante ser um dos capítulos mais interessantes das origens de Portugal, em razão de ser aqui nesta ordem de palavras que raças sucessivas deixaram vestígios mais duradouros da sua passagem”.

Silva Neto (1970 [1957]: 308) também reconhece nos nomes próprios, sobretudo antropônimos, um caráter menos conservador – e, portanto, mais “móvel”, quanto à forma – do que os demais nomes, inclusive próprios, como os topônimos, por exemplo:

Se os nomes de pessoas, seguindo a nova moda, logo se romanizavam, o mesmo não sucedia com os nomes de lugar, que a tradição zelosamente procurava manter. Os topônimos trazem em si grande força de conservação; entre outros motivos porque muitas vezes encontram a razão de ser nas peculiaridades geográficas das regiões.

É por este motivo que Carvalho (1950: 151) confere ao estudo da origem dos nomes próprios uma maior complexidade, relativa ao dos nomes comuns:

O estudo de nomes pessoais é mais complexo – na sua origem remota não passavam primitivamente de nomes de qualidade; perdida a sua função originária e tornados nomes próprios, assumem desde logo no tempo e no espaço uma infinita variedade, em que factos da língua intimamente se relacionam com a etnografia, a história, as instituições, os costumes e as crenças dos diversos povos. É sobretudo a sua mobilidade resultante de factores de tão diversa ordem, social, histórica e psíquica, em contraste com a fixidez dos nomes de lugares, que constituem a característica fundamental destes nomes e torna porventura mais complicadas as investigações nesta secção tão curiosa da onomástica.

Câmara Jr. (1985 [1975]: 208) já considerava “a freqüente forma estrangeira de muitos prenomes e nomes de família” como um “índice da constante integração de estrangeiros na vida social portuguesa da Idade Média e da Renascença”. A este respeito, mostra que a riqueza de nomes próprios característica do PB atual começa a se estruturar historicamente, desde o princípio, a partir de empréstimos:

Desde os primeiros tempos o acervo dos prenomes foi se enriquecendo com empréstimos à literatura universal (desde os romances de cavalaria na Idade Média), à história política e à história da cultura ocidental em geral. Modernamente, o Brasil apresenta a esse respeito uma grande mobilidade e antes de tudo um intento de originalidade e inovação, enquanto Portugal se atém aos prenomes tradicionais e rege a escolha por motivos de ordem religiosa ou de continuidade no âmbito familiar.

Portanto, para ilustrar a diferença de incorporação, que resulta em diferenças de tratamento da pronúncia (e, consequentemente, da forma fonológica), de nomes próprios de pessoas nas épocas arcaica e atual, as próximas seções deste artigo serão dedicadas à análise da forma como alguns antropônimos de origem estrangeira são (ou não) adaptados gráfi-

ca e foneticamente ao português, em três recortes do nosso contínuo temporal e geográfico: PA, PE e PB. Para a análise do PA, consideram-se, como *corpus*, os nomes antropônimos que figuram nas 420 CSM, com base nas justificativas já apresentadas anteriormente. Com relação ao PE, na impossibilidade de coleta de dados por esta pesquisadora que possam ser efetivamente analisados, são apresentados os dispositivos legais que regem a (não) incorporação de nomes estrangeiros à onomástica daquele país. Já com relação ao PB, são analisados dados coletados aleatoriamente em diversas mídias do país, em trabalhos realizados anteriormente por esta pesquisadora e por membros de sua equipe, bem como registros de nomes de pessoas conhecidas.

Os nomes de estrangeiros nas CSM

Como já estabelecido anteriormente, para a análise dos antropônimos no PA, foram utilizadas como *corpus* as 420 *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X (1121-1284). Essa coleção compreende cantigas em louvor da Virgem Maria, com notação musical, mandadas compilar pelo Rei Sábio de Castela na segunda metade do século XIII, que sobreviveram em quatro códices: o de Toledo (To), o menor e o mais antigo; o *códice rico* de El Escorial (T), o mais rico em conteúdo artístico, que forma um conjunto (os chamados *códices das histórias*) com o manuscrito de Florença (F); e o mais completo, o *códice dos músicos* – El Escorial (E).

A utilização de um *corpus* poético, para pesquisas dessa natureza, é imprescindível, uma vez que, não tendo sobrevivido registros orais da língua naquele período temporal, deve-se buscar indícios dos sons por trás das letras a partir de textos que, de uma forma ou de outra, possam revelar pistas fonéticas tanto do nível segmental, como (principalmente) do nível prosódico (Massini-Cagliari, 1995, 1999, 2005). As CSM constituem um excelente material para pesquisas de natureza como a que aqui se propõe, por serem particularmente reveladoras do fenômeno enfocado por este artigo: em primeiro lugar porque, por conterem relatos milagrosos de diferentes origens, coletados em diversas localidades da Europa, colocam a necessidade textual de retratar locais e pessoas (referidas por seus nomes) de origem outra que não gale-

go-portuguesa; em segundo lugar, porque se constituem de textos metrificados e rimados, que fornecem pistas da realização fonética desses nomes, a partir da observação da divisão dos versos em sílabas poéticas e da consonância da rima.

Os dados foram mapeados a partir do *Glossário* de Mettmann (1972), que reúne todas as palavras empregadas no conjunto das 420 CSM, incluindo antropônimos, topônimos e outros nomes próprios, além das demais entradas lexicais. Foram mapeados, para o presente trabalho, todos os antropônimos localizados. Na sua grande maioria, encontram-se adaptados aos padrões fonológicos do PA.¹ A pesquisa enfocou, principalmente, os contextos que desencadeiam adaptações fonológicas e os que não desencadeiam – o que mostra quais contextos fonéticos podem ser considerados “problemáticos” (no sentido de não “encaixáveis” na fonologia do galego-português da época), e quais podem ser considerados “aceitáveis” (passando, portanto, ao contexto sonoro do PA, sem adaptações).

Entre os contextos que não desencadeavam alterações fonológicas, ou seja, nomes que foram interpretados como “já adaptados” à fonologia da língua da época, encontram-se os oxítonos terminados em sílaba travada por nasais (*Aben Mafon, Abirron, Abran, Aragon, Merlin, Octavian, Reymon, Salomon*), por róticos (*Ander - de Santander -, Artur, Bondoudar, Vitor*), laterais (*Marçal*); e fricativas (*Bonifaz, Fiiz, Tomás*). O padrão *default* de acentuação do PA, a exemplo do que ocorre até os dias de hoje no PB e no PE, corresponde a paroxítonas terminadas em sílaba leve (*amiga, cása*) ou oxítonas terminadas em sílaba pesada, isto é, sílabas travadas por róticas, laterais, fricativas, nasais (realizadas foneticamente como sílabas abertas com vogais nasalizadas) (*amór, anél, soláz, sazón*). Padrões excepcionais (como oxítonas terminadas em sílabas abertas ou proparoxítonas ou paroxítonas terminadas em sílaba pesada) são extremamente raros nessa época do contínuo temporal da língua.²

¹ Para um detalhamento dos padrões fonológicos da época, vejam-se Mattos e Silva (1989, 1991) e Massini-Cagliari (2005).

² A respeito dos padrões acentuais do PA, vejam-se Massini-Cagliari (1999, 2005) e Costa (2006).

Dois nomes cuja posição do acento foi alterada são *Brutus* e *Colistanus*. Esses dois prenomes não são, na sua origem latina, oxítonos, mas paroxítonos. A evidência, no entanto, de que eram, pelo menos no contexto da cantiga em que figuram, realizados como oxítonos, está no fato de que aparecem em posição de rima, combinando perfeitamente com o monossílabo tônico *chus*.

(1) Dun mercador que avia | per nome Colistanus,
que os levass' a Bretanna, | a que pobrou rei Brutus;
e entrou y tanta gente | que non cabian y chus,
de mui ricos mercadores | que levavan grand' aver.
O que a Santa Maria der algo ou prometer...

(CSM 35, 8^a estrofe,
conforme a edição de Mettmann, 1986: 146)

Embora, na sua grande maioria, os antropônimos mapeados nas CSM estejam já adaptados à fonologia do PA, puderam ser encontrados alguns nomes de pessoas cujo padrão não se encaixa na fonologia da língua da época e que não sofreram processos fonológicos de adaptação, permanecendo marginais, quanto à estrutura prosódica. Neste caso, encontram-se nomes, como *Elisabet* e *Octavian*, cuja estrutura silábica apresenta consoantes oclusivas na coda - padrão já inaceitável no português medieval. Puderam ser também mapeados no *corpus* nomes não-adaptados quanto à posição do acento, como: *Alcáçar*, *Jaymes*, *Lucas*, *Marcos* (alguns dos quais sobrevivem inalterados – e, portanto, excepcionais, quanto à posição do acento, até hoje). Também foram localizados nomes próprios oxítonos terminados em sílaba aberta, padrão extremamente raro naquela época, encontrado apenas em alguns advérbios (exemplos: *aqui*, *ali*, cf. Massini-Cagliari, 1999) e substantivos (*rubi*, cf. Costa, 2006): *Alcalá*, *Aleixi*, *Salomé*.

A legislação sobre a incorporação de nomes próprios estrangeiros no PE

Em Portugal, Castro (2003: 15) informa que, no caso da atribuição do nome próprio, “o peso da norma faz-se sentir gravemente”, uma vez

que “para que qualquer indivíduo adquira e usufrua do seu próprio nome é necessário que o Estado explice, por meio de um processo de registro civil, a sua anuência não só com o nome escolhido, mas também com a forma como nome é grafado e pronunciado”. O Código de Registro Civil português restringe inclusive a extensão do nome próprio de seus cidadãos, na medida em que estabelece que:

O nome completo deve compor-se, no máximo, de seis vocábulos gramaticais, simples ou compostos, dos quais só dois podem corresponder ao nome próprio e quatro a apelidos.³

Por “vocábulo gramatical composto” entende-se um vocábulo constituído por dois ou mais vocábulos simples que possui um significado autónomo, muitas vezes dissociado dos significados dos seus componentes.

As partículas de ligação não são consideradas para efeitos da contagem do número de vocábulos.

(Instituto dos Registos e Notariados, 2009: 1)

Com relação à sua origem, os nomes próprios devem ser portugueses, constantes da “onomástica nacional”, representada no catálogo oficial de nomes próprios. Apenas aos estrangeiros admite-se a escolha de nomes não-portugueses (Castro, 2003: 16-17). Segundo o Instituto dos Registos e Notariados (2009: 1), “fazer a adaptação gráfica e fonética à língua portuguesa equivalerá a aportuguesar o nome de origem estrangeira”.

Também a ortografia do nome próprio deve ser aprovada oficialmente, conforme nos aponta Castro (2003: 23), sendo que não são permitidas variações de grafia para um mesmo nome.

Apesar de rígidas, conforme nos mostra Monteiro (2008: 45-46), as regras adotadas em Portugal para a composição dos nomes de pessoas são recentes:

as regras legalmente estabelecidas de constituição dos nomes em Portugal que vigoraram durante a maior parte do século passado, designadamente no que aos apelidos se reporta, têm

³ “Apelidos”, em Portugal, correspondem aos “sobrenomes”, no Brasil.

menos de 70 anos, pois datam do Código do Registo Civil de 10 de Abril de 1928. [...] no Antigo Regime (antes de 1834) quase não existiam normas legais sobre o assunto, e o primeiro Código Civil Português, de 1867, nada estipulava sobre essas questões, tal como a ulterior legislação da Monarquia Constitucional sobre a matéria.

Entretanto, conforme mostram Nunes (1989[1919]) e Câmara Jr. (1985[1975]), as principais alterações legais concernentes à composição dos nomes próprios são relativas à combinação de prenomes e sobrenomes. Já, com relação à escolha de prenomes, estudos históricos mostram que a presença de palavras de origem estrangeira sempre aconteceu, e houve momentos em que sua entrada foi mais marcante – como ocorreu, segundo Mattos e Silva (2005), no período “formativo” da língua portuguesa, quando da invasão dos povos germânicos à Península Ibérica, que legaram ao português uma série de prenomes germânicos, de uso difundido até os dias atuais. Entretanto, a resistência aos nomes estrangeiros, na legislação portuguesa atual, é o principal elemento distintivo, na atualidade, entre Portugal e Brasil.

A grafia e o som dos nomes de origem estrangeira no Brasil

Os falantes de PB têm muita liberdade no que concerne à escolha dos nomes próprios de seus filhos. Segundo Calaça (2001: 31), “na legislação brasileira, só há dois impedimentos na escolha de prenomes: serem ridículos ou imorais⁴, não sendo proibido ao pai registrar seu filho com a ortografia que lhe pareça mais conveniente”.

Como a liberdade com relação à escolha de prenomes no PB se estende à ortografia, muitas vezes, a apreciação do falante brasileiro por nomes de origem estrangeira reflete-se na grafia escolhida para nomes

⁴ Não está claro na legislação o que é considerado um nome “ridículo” ou “imoral”. Refere-se provavelmente a nomes como os citados por Obata (1986: 9-10), que, no entanto, acabaram sendo registrados: *Abecê Nogueira, Antônio Morrendo das Dores, Benvindo o Dia do Meu Nascimento Cardoso, Barrigudinha Seleida, Comigo é Nove da Garrucha Trouxada, Dezecêncio Feverêncio Delegas, Esparadrapo Clemente de Sá, Jainto Dores Peta, Mar Índico Vivo, Oceano Atlântico Linhares*, etc.

de origem vernácula, cuja escrita é diferente da usual, apresentando grafemas duplicados, agrupamentos de consoante + <h> e predominância das letras <k, y, w>.

Cagliari (1998: 387), com base no sistema ortográfico oficial vigente até aquela data, comenta, sobre as letras K, W e Y: “Essas letras só são usadas em palavras estrangeiras, em siglas, abreviaturas, em nomes próprios e para representar cálculos lógicos e matemáticos”. Adiante, acrescenta: “O uso de nomes e até de palavras estrangeiras costuma trazer novidades para o sistema de escrita, surgindo novas relações entre letras e sons”.

É justamente a possibilidade de variação ortográfica de nomes próprios no Brasil que faz com que, apesar de nativos ou muito comuns em português⁵, alguns dos nomes escolhidos até pareçam estrangeiros, por causa da ortografia não-padrão que adotam. Alguns exemplos são: *Nathalya, Andreya, Anthonio, Cellya, Christyna, Edwuardo, Philippe, Hellen-na, Henriky, Jhullio, Kamylla, Karlla, Karolyna, Maryo, Markus, Maryana, Mauryccio, Phelipe, Regyna, Rickardo, Sonnya*,⁶ etc.

No entanto, muitos dos nomes usuais no PB atual são de fato de origem estrangeira, sobretudo inglesa. Não é objetivo deste artigo discutir o porquê de a escolha dos brasileiros recair sobre a língua inglesa e não outra, uma vez que as razões para tal fogem à esfera dos fatores estritamente lingüísticos, mas discutir as consequências da entrada maciça de prenomes ingleses, com suas características fonológicas e de representação ortográfica específicas, para a identidade fonológica do português atual.

No que concerne à representação gráfica desses nomes ingleses no contexto brasileiro, como não há normas que regulem a adoção de uma ortografia padrão nesses casos, há a possibilidade de manter a grafia original ou de alterá-la, a critério do nomeador. Desta maneira, muitas vezes, a forma ortográfica adotada em PB é proveniente de uma tentativa de representação do som do prenome, conforme realizado no idioma estrangeiro. Encaixam-se nesse caso nomes como *Quéli* (de *Kelly*), *San-flauer* (de *Sun Flower*), *Rérisson* (de *Harryson*), e *Taison* (de *Tyson*). Al-

⁵ Essa tendência abrange até mesmo os nomes de origem indígena, como *Jhanaína*.

⁶ Com exceção do primeiro, os exemplos são retirados da tese de Doutorado de Souza (2011), orientada pela autora deste artigo.

gumas vezes, na tentativa de garantir uma realização fonética para o prenome próxima da pronúncia original, os grafemas <i>/<y> e <a> do inglês, que, naquela língua correspondem aos ditongos do inglês /ay/ e /ey/, são substituídos por grafemas, em português, que representam os sons que se quer atingir como alvo – exemplos: *Brayan, Carolaini, Diana, Maycon, Greicy, Jeymes, Deivid*.⁷ Outro exemplo da adaptação ortográfica que visa a uma representação gráfica correspondente aos sons originais do nome inglês ocorre quando são utilizados grupos consonantais incomuns ao padrão da ortografia no PB. Esse é o caso, por exemplo, da representação da consoante africada /dʒ/, geralmente representada ortograficamente em inglês por <j> e <g>. Em contexto de PB, identifica-se o uso de agrupamentos como <dh> e <dj>, como forma de representação dessa consoante (distintiva no inglês), em nomes como *Dheniffer, Dhéssica e Djerson*.⁸ Para a mesma finalidade, pode ser utilizada a sequência <di>, em nomes como *Diônas* e *Diully*,⁹ uma vez que, na variedade do PB falada na região em que esses dados específicos foram coletados, ocorre o processo fonológico da palatalização de /d/ diante de /i/, o que resulta em realizações fonéticas possíveis para as primeiras sílabas desses dois prenomes como [dʒɪo] ou [dʒo] e [dʒɪu] ou [dʒu], respectivamente.

No que concerne aos antropônimos que conservam a grafia original do inglês, muitas vezes sua pronúncia é regulada pelas regras de decifração da ortografia do PB, ou seja, pelas relações entre letras e sons nesta língua. Este fenômeno pode ser observado em prenomes como *Walter*, realizado como [V] na sílaba inicial, *Jefferson, Jackson* e *Gerald*, realizados como [ʒ] no inicio da sílaba, e *Charles*, pronunciado como [ʃ] na sílaba inicial.

No entanto, há antropônimos (prenomes próprios) de origem estrangeira, graficamente adaptados ou não, que acabam por não se “enquadrar” nos parâmetros da fonologia do PB.

Exemplos de nomes que contêm padrões silábicos não comuns no português podem ser encontrados em prenomes que trazem oclusivas

⁷ Exemplos também retirados da tese de Souza (2011).

⁸ Exemplos também retirados da tese de Souza (2011).

⁹ Exemplos também retirados da tese de Souza (2011).

originalmente em posição de coda, como *Klebson* e *Judson*. Nestes casos, a resolução da estrutura anômala costuma acontecer, na pronúncia, a partir do deslocamento da oclusiva da posição de coda para o ataque silábico e da inserção de uma vogal epentética nuclear: *Kle.b(i).son*; *Ju.d(i).son*. Encontros consonantais não permitidos em PB, mesmo quando ocorrem em nomes cuja grafia corresponde à original inglesa, também costumam ser resolvidos por epêntese; é o caso do nome *Stewart*, pronunciado [is.'tu.ah.tʃɪ].

No entanto, a principal irregularidade em relação à ocorrência de nomes estrangeiros (ou supostamente estrangeiros) com relação aos parâmetros da fonologia do PB diz respeito à ocorrência do acento.¹⁰

Com relação aos nomes próprios importados do inglês, a acentuação em posição não-padrão é muito mais comum do que a acentuação *default*, isto é, são comuns nomes proparoxítonos ou paroxítonos terminados em sílaba travada. Encaixam-se neste padrão excepcional ao PB os nomes formados a partir das terminações *-ton* e *-son* (como *Kleiton*,¹¹ *Washington*, *Wellington*, *Anderson*, etc.) e os finalizados em terminações nasais outras (como *Alan*, *Cristian*, *Helen*, *Sheron*), proparoxítonos formados a partir da inserção de uma vogal epentética após uma consoante oclusiva originalmente na coda (como *Vagner* e *Ingrid*), e paroxítonos/proparoxítonos terminados em sílabas travadas por róticos (*Éder*, *Kleber*, *Wander*) ou fricativas (*Gladis*, *James*, *Nicholas*, *Deives*), etc.

Em comum a todos os casos citados acima, figura o predomínio de padrões marginais de acentuação (proparoxítonos e paroxítonos terminados em sílaba leve), quando se toma como referência a língua de chegada (o PB). Desta forma, pode-se dizer que o caráter “estranho”, “estrangeiro” atribuído pelos falantes de PB a esses nomes reside principalmente no padrão prosódico excepcional que assumem.

De fato, o caráter estrangeiro (por um lado, da ortografia e, por outro, da prosódia) dos prenomes emprestados pode ser comprovado a partir da análise de criações recentes em PB de prenomes que se querem “inovadores”, “diferentes” e que têm como modelo esses nomes próprios estrangeiros anteriormente emprestados.

¹⁰ Sobre o padrão acentual do PB, veja-se Massini-Cagliari (1999) e referências aí citadas.

¹¹ As sílabas acentuadas vêm sublinhadas.

Como exemplos de ortografia “inovadora”, podem ser citados os nomes das gêmeas Kauany e Keroly, criados a partir de padrões silábicos e acentuais possíveis nesta língua, mas representados a partir de uma ortografia “inusitada”. Servem também de exemplo todas as grafias alternantes de nomes vernáculos, com base na adoção das letras <k, w, y> e de combinações consonantais e vocálicas não usuais na nossa ortografia padrão.

Por sua vez, como exemplos de criações nas quais a prosódia marginal empresta ao nome um caráter “estrangeiro”, podem ser citados nomes cunhados com base em prenomes de origem inglesa, mas que não são ingleses, de fato: Keirrison, Kimarrison, Richarlyson, Gelson, Clerison, Jandison, Silgleison, Madson, etc. Um exemplo é *Livian*,¹² formada a partir da junção do nome da mãe, *Lilian*, com o prenome tradicional *Lívia* (que, por sua vez, já é marginal, em termos de acento, mas que fica mais excepcional ainda, em termos prosódicos, com a presença de uma consoante nasal de travamento na sílaba final).

Conclusão

Pelo que se pode depreender do pequeno recorte de material analisado neste artigo, pode-se ver que o estudo de nomes próprios constitui-se em um domínio bastante promissor, em termos da investigação da fonologia de nossa língua, em uma perspectiva diacrônica ou comparativa de épocas diferentes. Especificamente com relação aos nomes analisados neste trabalho, percebe-se que havia um grau muito mais acentuado de adaptação de antropônimos estrangeiros na época do PA do que ocorre hoje, no PB.

Ao poderem adotar um padrão prosódico desviante, os nomes próprios de origem suposta ou verdadeiramente estrangeira não são reconhecidos como “portugueses”, mantendo seu caráter “marginal”. Talvez seja este o motivo pelo qual, desde Jeronymo Soares Barbosa, esta categoria de nomes é reconhecida como não devendo figurar nos dicionários da língua, mas ainda quando se trata de prenomes pessoais estrangeiros, porque constituem uma classe à parte, inclusive no que diz respeito à fonologia, campo no qual apresentam uma série de “irregularidades”, quando comparados aos de-

¹² Nome da filha do comediante Renato Aragão, também atriz.

mais nomes (comuns) da língua. Analogamente, em termos de grafia, não se encaixariam, pois, estes nomes, nos padrões ortográficos vigentes, uma vez que se “permitem” diversas “concessões”, em termos de criatividade gráfica de combinação de letras.

Por considerarem nomes de origem estrangeira mais “finos”, mais “chiques” do que os prenomes comuns em português, muitos pais escolhem esses nomes, justamente por seu caráter diferenciado. Outras vezes, o fazem apenas para que seu filho não possua um nome comum, na crença de que nomes únicos representam pessoas singulares. Outras vezes, a motivação para a escolha de um prenome de origem estrangeira pode estar no desejo de mudança do *status quo*; é por este motivo que a escolha de nomes estrangeiros é tão comum em classes sociais menos privilegiadas (embora não seja exclusividade destas): denota o desejo de que os filhos tenham chances diferentes na vida, se comparadas com as de seus pais, oriundos de classes desprivilegiadas. Neste caso, a escolha de um nome “exótico” marca, na forma (fonética) do próprio nome, este desejo de mudança.

No momento em que uma pessoa vai escolher, ou mesmo conceber (criar) um nome próprio para alguém, ela geralmente o faz orientada por uma identificação com os aspectos ou efeitos positivos (ideais) do nome ou do referente que leva (ou que já levou) aquele nome. Os pais, que em sua grande maioria são os que escolhem ou compõem o nome, como sujeitos designadores, escolhem ou compõem nomes que, a seus olhos, ou aos olhos da comunidade em que vivem, segundo pensam, estão em voga, estão na moda, são supervalorizados. Os sentidos positivos ou ideais ligados ao nome (como a força do nome, sua sonoridade, a beleza, a singularidade etc.), advindos da sua etimologia, do efeito de enunciação ligado a um imaginário de beleza, ou ainda do fato de haver pessoas que portam ou portaram esse nome na história ou na sociedade e que se destacaram por seus feitos, servem de referência para a escolha ou composição do nome.

(Cunha, 2007: 50)

Castro (2003: 21), ao comparar a utilização de nomes próprios estrangeiros, no PB e no PE, sugere que a diferença principal, no que concerne à aceitação dos nomes próprios de origem estrangeira, está na segurança (em termos de ameaça da identidade cultural) que o multiculturalismo da sociedade brasileira traz. Neste sentido, o brasileiro, diante da diferença colocada pelo elemento estrangeiro, não apenas não se sente ameaçado, mas ainda deseja para si a alteridade que o estrangeiro oferece, porque quer, através da adoção de um nome com as características do outro, trazer para si e para seus descendentes o prestígio que enxerga nesse outro.

Em uma sociedade como a brasileira, na qual é imensa a disparidade na capacidade de consumo dos cidadãos e na qual a classe social consumidora sofre de grande insegurança social e se mira em modelo externo de consumo, norte-americano ou europeu, não surpreende que o anglicismo se preste para marcar a diferenciação competitiva entre quem dispõe desse capital simbólico e a massa não-consumidora. [...] A força desse desejo parece irrefreável.

(Garcez; Zilles, 2002: 22-23)

Referências bibliográficas

- ASSIS, Ana Beatriz Gonçalves de (2007) *Adaptações fonológicas na pronúncia de estrangeirismos do Inglês por falantes de Português Brasileiro*. Araraquara: FCL/UNESP. Dissertação de Mestrado.
- d'AZEVEDO, Pedro A. (1900) Nomes de pessoas e nomes de logares. *Revista Lusitana*. Lisboa, vol. 6, n. 1, p. 47-52.
- BARBOSA, Jerónimo Soares (1822) *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem*. Lisboa: Academia Real das Sciencias. (Disponível em <http://purl.pt/128>. Acesso em 27 dez. 2010).
- CAGLIARI, Luiz Carlos (1998) *Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu*. São Paulo: Scipione.

- CALAÇA, I. Z. P. (2001) Nomes próprios estrangeiros no português brasileiro. *Jornal A Página*, 108, ano 10, dezembro de 2001, p. 31. Disponível em <http://apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=1644>. Acesso em 28 mar 2008.
- CÂMARA JR., J. M. (1985) *História e estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão. [1^a ed. 1975]
- CARVALHO, Amadeu Ferraz de (1950) Contribuição para o estudo da antropônimia portuguesa. Três épocas nos nomes de habitantes dum concelho da Beira – Besteiros, hoje Tondela. *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Lisboa. Separata do Tomo VIII, p. 151-165.
- CASTRO, Ivo (2003) O lingüista e a fixação da forma. *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Porto 2002. Lisboa: Associação Portuguesa de Lingüística. p. 11-24.
- CORREIA, Margarita (2009) *Os Dicionários Portugueses*. Lisboa: Caminho. Coleção “O Essencial sobre Língua Portuguesa”.
- COSTA, Daniel S. (2006) *Estudo do acento lexical em Português Arcaico por meio das Cantigas de Santa Maria*. (Dissertação de Mestrado. Área de concentração: Lingüística e Língua Portuguesa), Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara.
- CUNHA, Lauro J. da (2007) O processo discursivo de designação de pessoas: a determinação histórico-social do nome próprio. In: BOLOGNINI, C. Z. (org.) *A língua inglesa na escola*. Campinas: Mercado de Letras. p. 49-52.
- FREITAS, M. A. de; NEIVA, A. M. S. (2006) Estruturação silábica e processos fonológicos no inglês e no português: empréstimos e aquisição. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem (ReVEL)*. Ano 4, n. 7, agosto de 2006. Disponível em: <http://paginas.terra.com.br/educacao/revel/>. Acesso em 30 jan. 2007. p. 1-27.
- FREITAS, T.; RAMILO, M. C; SOALHEIRO, E. (2003) Processo de integração dos estrangeirismos no português europeu. In: *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Lisboa, Portugal. Disponível em: <http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/2003-redip-estrangeirismos.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2007. [Não paginado].

- GARCEZ, Pedro M.; ZILLES, Ana Maria S. (2002) Estrangeirismos – Desejos e ameaças. In: FARACO, Carlos Alberto (org.) *Estrangeirismos – Guerras em torno da língua*. 2^a edição. São Paulo: Parábola. p. 15-36.
- INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO (2009) Composição do nome. Lisboa: Ministério da Justiça. Disponível em http://www.irn.mj.pt/sections/irn/_registral/registo-civil/docs-do-civil/dar-o-nome/ Acesso em 27 dez. 2010.
- MASSINI-CAGLIARI, G. (1995) *Cantigas de amigo: do ritmo poético ao lingüístico. Um estudo do percurso histórico da acentuação em Português*. 1995. Tese (Doutorado em Lingüística)-IEL/UNICAMP, Campinas.
- _____. (1999) *Do poético ao lingüístico no ritmo dos trovadores: três momentos da história do acento*. Araraquara: FCL, Laboratório Editorial, UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica.
- _____. (2005) *A música da fala dos trovadores: Estudos de prosódia do Português Arcaico, a partir das cantigas profanas e religiosas*. (Tese de Livre Docência. Área de concentração: Fonologia), Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara.
- MATTOS E SILVA, R. V. (1989) *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- _____. (1991) *O Português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto.
- _____. (2005) Aspectos do léxico da língua portuguesa do período formativo à primeira metade do século XVI. In: TELLES, C. M.; SOUZA, R. B. *V Encontro Internacional de Estudos Medievais*. Salvador: Quarteto. p. 112-117.
- METTMANN, W. (1972) Glossário. In: AFONSO X, O SÁBIO. *Cantigas de Santa Maria*. Coimbra: Universidade. v. IV: Glossário.
- _____. (Ed.) (1986) *Cantigas de Santa María (cantigas 1 a 100)*: Alfonso X, el Sabio. Madrid: Castalia.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2008) Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica. *Etnográfica*. Lisboa, vol. 12, n. 1, p. 45-58. maio de 2008.
- OBATA, R. (1986) *O livro dos nomes*. São Paulo: Círculo do Livro.

- NUNES, J. J. (1989) *Compêndio de gramática histórica portuguesa: Fonética e Morfologia*. 9^a ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora. [1^a ed. 1919]
- SILVA NETO, S. (1970) *História da língua portuguesa*. 2^a ed. aumentada. Rio de Janeiro: Livros de Portugal. [1^a ed. 1957]

UM MODELO DE TRANSCRIÇÃO FONÉTICA PARA UM DICIONÁRIO

Luiz Carlos Cagliari¹

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNESP

1. Introdução

O artigo apresenta alguns dos problemas relativos ao estabelecimento da transcrição fonética de vocábulos do português para um dicionário bilíngue francês-português. Sendo o primeiro trabalho nesse sentido por parte de um fonoeticista, as dificuldades encontradas se mostraram diferentes da prática tradicional de transcrever a fala individual de falantes da língua. O trabalho exigiu uma certa generalização comprometida com a ortografia e com a representação de uma variedade da língua, tida como modelo para falantes nativos e estrangeiros. Os trabalhos começaram definindo uma variedade da língua falada no Brasil, tendo sido escolhido o dialeto paulista. A questão seguinte foi definir um conjunto de regras de transcrição para padronizar o trabalho. Logo surgiu a dificuldade maior, ou seja, como lidar com a variação de pronúncia, mesmo de prestígio, encontrada no uso atual do dialeto paulista. O resultado final foi uma transcrição moderna, atual, mais próxima das novas gerações, por exemplo, com relação à presença das africadas. Houve também um grande cuidado no uso exato dos símbolos do IPA, sem adaptações e um rigor na transcrição de fatos fonéticos.

O trabalho foi encomendado pela K Dictionaries Ltd, Tel-Aviv (<http://kdictionaries.com>). A editora preparou uma versão da obra com

¹ Este trabalho contou com auxílio do CNPq, Proc. 303440/2009-0.

um vocabulário típico do português europeu, incluindo as respectivas transcrições fonéticas. Uma equipe da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de São José do Rio Preto (SP) fez uma adaptação dos vocábulos e expressões para o português do Brasil. A título de colaboração, aceitei montar uma pequena equipe de sete alunos sob minha coordenação para realizar a tarefa de incluir as transcrições fonéticas dos vocábulos em português, seguindo uma pronúncia brasileira. O dicionário é montado no programa XML, o que permite o uso dos símbolos fonéticos do IPA tirados da fonte Arial Unicode MS do Windows. O trabalho de transcrição exigiu um certo tempo (seis meses), ficando a cargo do coordenador rever todo o trabalho, antes de enviá-lo à editora.

Antes de decidir sobre qual pronúncia usar no dicionário, foram pesquisados alguns dicionários (WEISZFLOG, 2000; PROCTER, 1995; LUFT, 2001; FERREIRA et alii, 1999; HOUAISS et alii, 2004) para ver como a transcrição fonética era feita. A pouca pesquisa realizada mostrou que as soluções encontradas pelos dicionários não eram completamente satisfatórias, razão pela qual partimos para um modelo próprio.

2. A transcrição fonética

A transcrição fonética é uma prática comum entre fonetistas. Sua aprendizagem depende de muitos exercícios de *ear-training and performance* com o uso do IPA (alfabeto da International Phonetics Association) (LADEFOGED, 1975: 24-26; 63-64; LAVER, 1994: 549-564; CAGLIARI, 2007: 129-130). Na prática, o fonetista pode fazer vários tipos de transcrição (ABERCROMBIE, 1964), indo de uma transcrição muito detalhada, cheia de diacríticos e de marcas, até uma transcrição que podemos chamar de fonológica (ABERCROMBIE, 1967: 111-132). Em geral, para uso comum, os fonetistas evitam ao máximo o emprego de diacríticos e de marcas. Por outro lado, os símbolos do IPA são definidos com exatidão, referindo-se a todas as possibilidades articulatórias do homem (CATFORD, 1968). Por essa razão, os fonetistas evitam fazer adaptações *ad hoc*, para não mudar o valor fonético exato dos símbolos do sistema IPA. Esse objetivo, não raramente, na prática,

entra em choque com o desejo ou a necessidade de se fazer uma transcrição fonética que contemple não a fala exata de uma pessoa, mas características gerais de dialetos ou de línguas. Nestes casos, toda saída das regras gerais de transcrição do alfabeto (IPA) precisa ser anotada e explicada em um conjunto de informações chamadas convenções da transcrição (ABERCROMBIE, 1964).

Por outro lado, a transcrição fonética para um dicionário não é uma coisa simples, mesmo para um fonetista treinado. Ela não é exatamente a transcrição da fala de uma pessoa ou de um pequeno grupo de falantes, definido como homogêneo por critérios sociolinguísticos. A transcrição que aparece em um dicionário não é simplesmente um retrato da fala de uma norma culta, de um dialeto padrão, mesmo quando se tenha tal objetivo em mente. Existe sempre um compromisso entre a representação fonética (a fala da língua de modo predominante em uma de suas variantes) e a representação ortográfica dos vocábulos, compromisso explícito ou tácito.

A primeira dificuldade encontrada veio logo da escolha da variedade a ser usada no dicionário. A Língua Portuguesa falada no Brasil tem claramente não uma norma culta, mas várias: a fala paulista, a carioca, a mineira, a do Sul, a do Nordeste, a do Centro-Este e a do Norte. Embora haja grande homogeneidade na fala brasileira, há também diferenças notáveis em vários níveis gramaticais, incluindo no fonético.

3. A escolha de um dialeto

Consultando alguns dicionários que traziam transcrições fonéticas, percebeu-se que a maioria trazia uma transcrição de uma variedade do dialeto carioca. Há também raros dicionários com transcrições de uma variedade do dialeto paulista. Em uma pesquisa rápida e superficial, não foram encontrados dicionários com transcrições de outras variedades regionais da norma culta brasileira (mineira, nordestina, sulista, etc.).

Atualmente, a TV Globo deixou o dialeto carioca em evidência por causa de seus programas. A influência da rádio FM também parece ter contribuído para a ideia de que o dialeto carioca é o mais falado, mais difundido e culturalmente mais importante, uma vez que muitos progra-

mas de FM são feitos no Rio de Janeiro ou com locutores que falam uma variedade do dialeto carioca. É preciso destacar a influência do Jornal Hoje e do Jornal Nacional, ambos da TV Globo, assim como do Globo Repórter, como modelo de bem falar para muitos brasileiros. Entretanto, a fala dos locutores desses jornais televisivos representa um dialeto inventado pela televisão para não deixar traços muito marcantes do dialeto carioca ou de outros na fala dos locutores, porque essas marcas seriam pouco simpáticas para algumas comunidades de falantes. Em um estudo piloto, notou-se que a fala desses locutores evitava vários traços fonéticos característicos do falar carioca, como o uso de fricativas alveopalatais em posição de coda (travando sílaba) e processos de redução vocálica típicos dos cariocas. Numa comparação com outros dialetos, concluiu-se que a fala desses locutores tem mais a ver com o dialeto paulista do que com o próprio dialeto carioca. O contraste entre a pronúncia deles com a pronúncia carioca que aparece nos demais programas da emissora deixa muito evidente essa realidade.

Portanto, a decisão foi a escolha do dialeto paulista. Entende-se por dialeto paulista, a variedade de português falada no Estado de São Paulo. Existe uma variedade de maior prestígio (*standard*), que é usada pelas pessoas cultas (de nível alto de escolaridade) e pelos meios de comunicação. Essa foi a variedade escolhida. Existem outras variedades que apresentam características próprias, como falas de imigrantes (italianos, japoneses), de caiçaras, de certas regiões (Piracicaba), da zona rural, assim como fala de idosos e de jovens e de pessoas menos cultas ou de baixa escolaridade.

A opção pelo dialeto paulista ficou mais justificada pelo fato de muitos jovens usarem hoje as africadas alveopalatais diante de vogal anterior fechada. Com esses sons, a transcrição se aproximou muito da variedade usada pelos locutores dos jornais da Globo. Os dicionários que optaram por transcrever o dialeto carioca mais “típico” trazem uma pronúncia que é muito marcada em muitos lugares do Brasil, fora do domínio do dialeto carioca. Por exemplo, o uso de [x] em lugar de [f] é, sem dúvida, muito marcado e, não raramente, é usado quando alguém quer fazer uma “caricatura” da pronúncia carioca. Alguns estrangeiros aprendem a falar o português brasileiro com o dialeto carioca e, chegam-

do ao Brasil, fora dos domínios de uso do dialeto carioca, descobrem que falam uma variedade muito marcada e pouco simpática.

Certamente, a maior dificuldade que apareceu já nas primeiras tentativas de propor uma transcrição fonética para o dicionário foi a questão da variação linguística. Como acontece com os demais dialetos do português falado no Brasil, o dialeto paulista apresenta algumas variedades internas, facilmente definidas sociolinguisticamente: idade, grau de instrução, comunidades com usos particulares, etc. Portanto, o primeiro passo foi definir melhor o que se entendia por dialeto paulista *standard*, que ficou assim estabelecido: pronúncia das pessoas cultas, principalmente de pessoas expostas na mídia em telejornais e em programas culturais. Ao mesmo tempo, algumas características fonéticas ficaram privilegiadas e outras foram evitadas. Por exemplo, as africadas foram mantidas como padrão, ao invés das oclusivas alveolares, quando diante de vogal anterior fechada [i, I]. Houve um cuidado especial com o timbre das vogais pretônicas, mantendo sempre a qualidade meio fechada, quando representava uma pronúncia típica do dialeto. As variantes retroflexas ficaram de fora e a oposição entre os róticos (Rs) estaria refletida nos allofones tepe [t̪] por oposição à fricativa velar surda [χ]. Uma apresentação geral do sistema adotado é mostrada logo adiante.

4. Material e método

O dicionário foi montado em um programa de computador chamado XML, que roda no Windows, cuja aplicação principal é formar banco de dados (database). O sistema de trabalho adotado partiu da forma ortográfica do vocábulo ou expressão, que passa a ser pronunciada e transcrita. O contexto para as convenções parte da ortografia e não diretamente da pronúncia. Desse modo, a transcrição apresenta um certo compromisso com a ortografia, procura facilitar a pronúncia e ajudar na memorização, mostrando o quanto ela pode se aproximar da forma escrita das palavras.

5. Regras de transcrição

Para uniformizar as transcrições, foram estabelecidos alguns princípios ou regras que são apresentados em seguida.²

5.1 Vogais

5.1.1 Vogais orais

As vogais orais do português do Brasil são: [a e i o u ɐ ɔ ɛ ʊ ɪ]. Essas vogais ocorrem em núcleo de sílaba e formando ditongos. A vogal [ɐ] só ocorre em início de ditongo, seguida de [ʊ].

5.1.1.1 Em sílaba tônica

Em sílabas tônicas, não ocorrem as vogais [ʊ ɪ], mas apenas as vogais orais [a e i o u ɐ ɔ ɛ] (cf. *mata* ['mata], *medo* ['medʊ], *mito* ['mitʊ], *molho* ['moʎʊ], *mudo* ['mudʊ], *mole* ['mɔlɪ], *meta* ['mɛta]).

5.1.1.2 Em sílaba átona

a) Em posição átona, as vogais [ɔ, ɛ] ocorrem apenas em palavras derivadas (cf. *somente* [sɔ'mentʃɪ], *cipozinho* [sipɔ'zɪŋʊ], *eletricamente* [elɛtɾika'mentʃɪ], *pezinho* [pɛ'zɪŋʊ]).

b) Em sílaba átona inicial, podem ocorrer todas as vogais orais, exceto a vogal [ʊ]. A vogal [ɪ] ocorre somente diante das fricativas alveolares [s, z] (cf. *escola* [ɪs'kɔla], *exame* [ɪ'zɛmɪ]).

c) Em posição pretônica não inicial, o alcantamento de [e] para [ɪ] e de [o] para [ʊ] ocorre em algumas palavras, mas não é uma regra geral. Por causa da variação, optou-se por transcrever com [e] ou com [o] sempre que a ortografia trazia as letras E ou O (cf. *chacoalhar* [ʒako-a'ʎaʃ], *enseada* [ẽise'ada]).

Nos finais de palavras em -ear e -oar, pode ocorrer uma pronúncia ditongada ou com hiato. Esses casos foram transcritos com [ɪ, ʊ] (cf. *grampear* [gɾəmpɪ'af], *amontoar* [amontʊ'af]). O mesmo foi feito para as terminações -ário e -ório (cf. *armário* [aɫ'maɾɪʊ], *notório* [no'tɔɾiʊ]).

² Para uma descrição detalhada da pronúncia do dialeto paulista, veja Cagliari (2007).

d) Em posição postônica não final, não ocorrem as vogais [ɔ, ε]. Por causa da variação, optou-se por transcrever com [i, e, u, o] quando a ortografia trazia as letras I, E, O, U (cf. *último* ['Últ̪imʊ], *ímpeto* ['impe-tʊ], *pérola* ['pɛrl̩ola], *óculos* ['Okulʊs]). Nos casos em que podia haver uma variante com um ditongo, a regra continuou a mesma de cima (cf. *demônio* [de'moniʊ], *mútua* ['mutua]).

e) Em posição final átona, no PB ocorrem apenas as vogais [a, ʊ, ɪ] (cf. *dela* ['dɛla], *dele* ['delɪ], *dedo* ['dedʊ]).

5.1.2 Vogais nasais

As vogais nasais do PB são [ẽ ẽ ì õ ù Ù]. A nasalidade ocorre em todos os contextos silábicos (tônico, átono, inicial, medial e final). A formação de ditongos nasais do tipo [ẽɪ] e [õʊ] é mais comum do que a ocorrência de vogais nasais simples [ẽ] e [õ]. No caso das transcrições do dicionário, foram usadas as seguintes regras para as vogais nasais:

a) Diante de consoante oclusiva, usa-se a vogal sem til, porém com a consoante nasal homogâmica à oclusiva (cf. *tenda* ['tenda], *canta* ['kənta] *combinar* [kombi'naʃ]). Nestes casos, usa-se a vogal [ɐ] em vez da vogal [a].

b) Diante de consoante fricativa, lateral ou rótica, as ocorrências vocálicas nasalizadas com [ẽ, õ, ì] são sempre ditongos nasais [ẽɪ, õʊ, ìʊ], as com [ù, ɪ] são representada com as vogais nasais simples [ù, ɪ], sem a presença de consoante nasal seguinte (cf. *desistência* [dezis'te̞siã], *co-rações* [koʃ'a'sõis], *conceder* [kõʊs̪e'deʃ]; *ânsia* ['ẽsia], *insípiente* [iší-pi'enʃɪ̞], *função* [fũs̪e̞ʊ̞]).

c) As vogais nasais [ɛ̞ ɔ̞] ocorrem na fala de alguns paulistas mas, atualmente, estão sendo substituídas por [ẽ, õ]. Por isso, elas não aparecem nas transcrições (cf. *fome* ['fomɪ], *homem* ['omẽɪ], *treme* ['tʃemɪ], etc.).

5.2 Ditongos

O português do Brasil apresenta muitos ditongos orais e nasais. Em geral, se ocorrer a vogal [ɪ] ou [ʊ], precedida ou seguida por uma outra vogal de timbre diferente, costuma haver um ditongo com as duas vogais. A marca da tonicidade também ajuda a diferenciar um ditongo de um hiato, quando cai entre as duas vogais. No dicionário, os ditongos não

vêm assinalados com o diacrítico tradicional, como em *vou* [voũ], *sei* [seĩ], nem se faz uso dos símbolos [j] e [w] (cf. *vou* [vow], *sei* [sej]).

5.2.1 Ditongos orais

Os ditongos orais podem ocorrer em sílabas tônicas e em sílabas átonas (cf. *direito* [dʒi'ɾeɪtʊ], *couro* [koʊɾʊ], *reitor* [xeɪ'tɔf], *roubar* [xoʊ'baf]). A presença de um ditongo é identificada quando ocorrem as vogais [ʊ ɪ] precedidas ou seguidas de um outro tipo de vogal. Em alguns casos, pode haver variação com a presença de um hiato entre as vogais. (cf. ditongos em: *fui* ['fuɪ], *vou* ['voʊ]; variantes com hiatos: *vôo* ['voʊ] ~ ['vou]; *enfiar* [eɪ̯'fɪəf] ~ [eɪ̯'fi'aʃ] etc.).

Algumas regras de transcrição são apresentadas a seguir:

- Os ditongos podem variar com formas não ditongadas (cf. *cadeira* [ka'deɪrə] ~ [ka'defərə], *caixa* ['kaɪʃə] ~ ['kaʃə], *ouro* [oʊɾʊ] ~ [oɾʊ] etc.). A transcrição optou por representar sempre a forma ditongada e não a reduzida.
- Não foram anotadas com ditongos as sílabas tônicas finais de palavras acabadas em fricativa alveolar surda (cf. *vocês* [vo'ses], *rapaz* [xa'pas], *voz* ['vɔs]).
- Os ditongos crescentes se iniciam com [ʊ] e ocorrem apenas após uma consoante oclusiva velar (cf. *guarda* ['gʊɑʃdə], *quadro* ['kʊɑdɾʊ]). Em outros contextos, pode ocorrer uma variação entre uma forma ditongada e um hiato. (cf. *voar* ['vʊaʃ] ~ [vu'aʃ], *flutuar* [flu'tʊaʃ] ~ [flutu'aʃ], *atenuar* [ate'nʊaʃ] ~ [atenu'aʃ], *acentuação* [asentʊa'sẽʊ] ~ [asentua'sẽʊ] etc.).
- Alguns ditongos aparecem escritos com as letras E e O. Na transcrição aparecem os sons [ɪ, ʊ] (cf. *enfear* [eɪ̯feɪl'aʃ]; *maometano* [məʊme'tənʊ]).
- Alguns ditongos aparecem escritos com as letras I e U. Na transcrição aparecem os sons [i, u] (cf. *fluido* ['fluɪdʊ], *flauta* ['flaʊtə], etc.)

5.2.2 Ditongos nasais

O PB apresenta muitos ditongos nasais, em todos os tipos de sílaba (tônica, átona, inicial, medial e final) (cf. *mãe* ['mẽ̯i], *são* ['sẽ̯u], *ações* ['a'sõ̯is], *ruim* ['xū̯i])³.

Algumas regras de transcrição são apresentadas a seguir:

- a) Diante de consoante oclusiva no início da sílaba seguinte, não ocorre a transcrição com ditongo, apenas a transcrição com a vogal sem til seguida da consoante nasal homogâmica. Essa é uma pronúncia típica do dialeto paulista (cf. *pente* ['penf̩i], *comprar* [kom'pf̩af̩], etc.).
- b) Diante de consoante nasal em posição de *onset*, mesmo sendo uma nasal palatal, a transcrição anotou apenas a qualidade da vogal, sem til e sem marcar ditongo nestes contextos (cf. *banha* ['bẽ̯na], *lenha* ['leñ̩a], etc.).
- c) Em palavras como *caimbra* ['keimb̩ra], *andaime* [ən'deim̩i] etc. aparece transscrito o ditongo nasal [e̯i].
- d) Diante de consoantes fricativas, laterais e róticas, a forma escolhida na transcrição foi com os ditongos nasais [e̯i, õ̯u]. Nestes casos, nunca ocorre uma consoante nasal após o ditongo e a pronúncia não ditongada não é a mais típica do dialeto paulista (cf. *ensejo* [e̯i'seʒu], *enfeite* [e̯i'feitf̩i], *conforme* [kõ̯u'f̩r̩mi], *enlatado* [e̯ila'tadu], *honra* ['õ̯u̯xa], etc.).
- e) Em final de palavras, a única vogal nasal que ocorre sem formar um ditongo e sem ser seguida de consoante nasal é a vogal [ẽ̯] (cf. *lã* ['lẽ̯], *irmã* [i'mẽ̯], etc.). As palavras terminadas com as letras –IM foram transcritas com a vogal nasal mais a consoante palatal (cf. *fim* ['f̩im̩], *assim* ['a'sim̩], etc.).
- f) As demais realizações nasais em final de palavras são sempre ditongos. (cf. *ação* ['a'sẽ̯u], *ações* ['a'sõ̯is], *vem* ['vẽ̯i], *rum* ['xū̯u], etc.).
- g) A palavra *muito* foi transcrita como ['mũitõ̯].

5.3 Consoantes

As consoantes do PB, usadas para transcrever o dialeto paulista, são: oclusivas [p, b, t, d, k, g]; nasais [m n ŋ ñ]; fricativas [f, v, s, z, ſ, ʒ]; laterais [l, ɿ]; róticas [ɹ, x] e africadas [tʃ, dʒ]. Todas as consoantes podem ocorrer em posição de *onset* inicial ou medial de palavra (exceto [ŋ]).

³ No dialeto paulista, a pronúncia ditongada é mais comum do que a com hiato [xū̯iŋ̩].

Em posição de coda, em final de palavra, só ocorrem as consoantes [ʃ, ɲ, s, f]. Em posição medial de palavra, ocorrem as nasais [m, n, ɲ] entre uma vogal nasal e uma consoante oclusiva homorgânica. Ainda em posição medial de palavra, podem ocorrer as consoantes [s, z, ʃ].

5.3.1 Oclusivas

- a) As consoantes oclusivas [p, b, t, d, k, g] nunca ocorrem em posição de coda.
- b) A ortografia, às vezes, dá a entender que se poderia ter uma oclusiva em final de sílaba. No PB, a regra geral é a inserção de uma vogal epentética [I] para não permitir que uma oclusiva fique em posição de coda (cf. *objeto* ['obɪ̯ɛtʊ], *pacto* ['pakɪ̯tʊ], *submarinho* ['submaɾi̯nʊ], *apto* ['apɪ̯tʊ], *advogado* ['adʒɪ̯ivo'gadʊ], etc.).
- c) O que se escreve com a letra X pode ter o som de [kIs(I)] em algumas palavras (cf. *tórax* ['tɔ̯rakɪ̯s], *táxi* ['takɪ̯sɪ̯], etc.).

5.3.2 Fricativas

- a) As consoantes fricativas [f, v, s, z, ʃ, ʒ] ocorrem em posição de onset inicial ou medial de palavras (cf. *faca* ['faka], *vaca* ['vaka], *selo* ['selʊ], *zelo* ['zrlʊ], *chá* ['ʃa], *já* ['ʒa], *café* ['ka'fɛ], *cavar* ['ka'vef'], *maçã* ['ma'sɛ], *dizer* ['dʒi'zef], *achar* ['aʃaf], *agir* ['aʒif']).
- b) Em final de palavras, ocorre apenas a fricativa [s] (cf. *rapaz* ['xa'pas], *lilás* ['li'las]).

5.3.3 Nasais

- a) As consoantes nasais [m, n] ocorrem em posição de onset no início e no meio de palavras (cf. *mata* ['mata], *nata* ['nata], *cama* ['kəma], *cana* ['kəna]).
- b) A consoante nasal palatal [ɲ] ocorre somente em posição de onset medial e em posição de coda final (sempre após a vogal nasal [i]) (cf. *lenha* ['leɲa], *confins* ['kōfɪ̯ñs]). A ocorrência em posição inicial de palavra é restrita a algumas poucas palavras de origem indígena (cf. *Nheengatu* ['neenga'tu], *nhambu* ['nəm'bʊ]) ou às palavras *nhô* ['ɲo], *nhá* ['ɲa], *nhoque* ['ɲɔ̯ki]).

c) A consoante nasal velar [ŋ] ocorre apenas em posição de coda medial, entre uma vogal nasal e uma consoante velar (cf. *banco* ['bɐ̃ŋkʊ], *fincar* [fiŋ'kaɾ]).

5.3.4 Laterais

a) A lateral alveolar [l] ocorre em posição de *onset* inicial e medial de palavras (cf. *lata* ['lata], *mala* ['mala]).

b) A lateral palatal [ʎ] ocorre em posição de *onset* medial (cf. *lilha* ['paʎa']). A ocorrência em início de palavras é muito rara (cf. *lhama* ['ʎema], *lhe* [ʎɪ]).

5.3.5 Vibrantes (róticas)

No dialeto paulista, os fonemas /f, x/ apresentam vários alofones que ocorrem em variação livre em certos contextos ou em distribuição complementar em outros. Para fins da transcrição do dicionário, foram escolhidos os sons [f, x] para representar as ocorrências desses fonemas. O termo “rótico” é usado para indicar um som que se refere à presença da letra R ou do dígrafo RR na ortografia das palavras. A descrição dos róticos, como a dos demais sons da língua, é feita a partir da fonética e não da ortografia.

a) A vibrante simples ficou representada pelo tepe [f]. Sua ocorrência é em posição intervocálica, quando está em oposição com o fonema /x/, fonologicamente interpretado como “vibrante múltipla”. A vibrante simples ocorre também como segundo elemento do *onset* e em posição de coda. Nunca ocorre em posição inicial de palavra (cf. *caro* ['kaɾʊ], *praga* ['pɾaga], *fraca* ['fɾaka], *porta* ['pɔɾta], *curta* ['kuɾta], *estudar* [ɛstu'daɾ], *fingir* [fi'ʒiɾ], *por* ['poɾ]).

b) Em início de palavras ocorre apenas a “vibrante múltipla”, representada no dialeto paulista pelo som de [x] (cf. *rato* ['xatʊ], *rio* ['xiʊ], etc.)

5.3.6 Africadas [tʃ, dʒ]

A presença de africadas [tʃ, dʒ] no dialeto paulista é um fenômeno novo e ocorre tipicamente na pronúncia de falantes mais jovens. As africadas ocorrem sempre quando estiverem antes do som de [i] ou de [ɪ], portanto, podem ocorrer em sílaba tônica ou átona. Comparando o dia-

leto paulista com o carioca, por exemplo, a ocorrência das africadas não se distribui do mesmo modo. Muitas palavras do dialeto paulista ainda resistem ao alçamento da vogal [e] em [i] ou [I], em sílabas pretônicas. Portanto, nesses casos, não ocorre a africada no dialeto paulista. Alguns falantes sentem dúvidas em alguns casos. Esse problema precisa ser resolvido através de uma pesquisa específica. Enquanto não se tem uma melhor descrição do fenômeno, optamos por uma transcrição fonética que representasse uma “certa unanimidade” entre os falantes consultados. Alguns exemplos são apresentados a seguir:

sem africada		com africada
<i>destreza</i>	[des'tfeza]	<i>dinheiro</i> [dʒi'neɪʃʊ]
<i>artezanato</i>	[arteza'natʊ]	<i>estúdio</i> [ɪ'stuðʒiʊ]
<i>adesivo</i>	[ade'zivʊ]	<i>diploma</i> [dʒi'ploma]
<i>desabrochar</i>	[dezabro'ʃaf]	<i>rodear</i> [xo'dʒiaf]
<i>delicioso</i>	[delisi'ozʊ]	<i>errante</i> [e'xəntʃɪ]
<i>destreza</i>	[des'tfeza]	<i>diretor</i> [dʒiſ'e'tof]
<i>desastre</i>	[de'zastri]	<i>descida</i> [dʒiſ'sida]

5.4 Marcação da tonicidade

Na transcrição do dicionário, foram marcadas apenas as sílabas tônicas. Os acentos secundários não foram marcados. Em caso de ocorrência de mais de uma palavra, cada uma recebeu uma marca de acento. As palavras “átonas”, como as preposições, os artigos e os pronomes oblíquos ficaram ajuntadas na forma de palavra fonológica (cf. *administração pública* [adʒiminstɾa'seʊ̯'publɪka]; *vale-refeição* ['valɪ xeſel'seʊ̯; *ir para-os-ares* ['iſ paſaʊ̯'zaɪſɪs]; *espreguiçar-se* [ɪspregi'saſsɪ]).

5.5 Exemplos de transcrição

A lista apresentada a seguir mostra alguns exemplos de transcrições que foram feitas no dicionário.

<i>dele</i> ['delɪ]	<i>doente</i> [do'enʃɪ]
<i>todo</i> ['todʊ̯]	<i>meninos</i> [mɪn'ɪnʊs]

casa	[kaza]	toda	[toda]
lâmpada	[ləmpada]	talvez	[təv'ves]
mau, mal	['mɑʊ]	pau	['pao̯]
sei	['seɪ]	teimoso	[teɪ'mozʊ]
seu	['seʊ]	celeuma	[se'leʊma]
água	['agʊa]	qualidade	[kʊali'dadʒɪ]
qual	['kʊalə]	quais	['kʊaɪs]
aguentar	[agʊen'taɹ]	cadeira	[ka'deɪɹa]
ameixa	a'meɪʃa]	touro	['toʊɹʊ]
frouxo	['fru᷑oʊʃʊ]	nós	['nɔ̯s]
rapaz	[xa'pas]	vocês	[vo'ses]
saída	[sa'ida]	cair	[ka'iɹ]
alto	['aʊtʊ]	mel	['mɛʊ]
aviltar	[avi᷑taɹ]	beleza	[be'leza]
responder	[xespon'def]	desocupado	[dezoku'padʊ]
escola	[ɪs'kɔla]	escrita	[ɪs'kɔ̯ita];
extrato	[ɪs'tf atu]	exame	[ɪ'zɛmɪ]
ex-mulher	[ezmu'λɛɹ]	ex-advogado	[ezadʒɪvo'gadʊ]
aeromoça	[aɛɹ o'mosa]	pós-vocálico	[pɔ̯zvo'kalikʊ]
advogado	[adʒɪvo'gadʊ]	bjeto	[obi'ʒetʊ]
pneu	[pe'nɛʊ]	antigo	[ən'tfɪgʊ]
intimidar	[ɪntʃimi'daɹ]	adiar	[adʒi'aɹ]
bode	['bɔdʒɪ]	servente	[seɹ'ventʃɪ]
tesouro	[te'zoʊɹʊ]	teoria	[teo'fia]
detido	[de'fɪdʊ]	desinfetante	[dezif'e'tentʃɪ]
despedida	[dʒɪspe'dʒida]	intimidar	[ɪntʃimi'daɹ]
acumular	[akumu'laf]	cara	['kaɹa]
para	[paɹa]	cânfora	['kɛ̯fɔra]
carta	['kaɹta]	certo	['sɛɹtʊ]
março	['maɹsʊ]	enrolar	[e̯᷑xo'laf]
sair	[sa'iɹ]	Brasil	[bɹaɹ'a'ziɹ]
graça	['gɾaɹsa]	trator	[tɹaɹ'oɹ]
livro	['livɹʊ]	prova	['prɔ̯vɐ]
honra	['õʊɹa]	rato	['xatʊ]

<i>carro</i> ['kaxʊ]	<i>indicar</i> [indʒi'kaɾ]
<i>campo</i> ['kəmpʊ]	<i>ambos</i> ['əmbʊs]
<i>canto</i> ['kəntʊ]	<i>onde</i> ['onðʒi]
<i>banco</i> ['bəŋkʊ]	<i>enganar</i> [ɪŋga'naf]
<i>infeliz</i> [iʃe'lɪs]	<i>enlatado</i> [eʃʃa'tadʊ]
<i>banana</i> [ba'nəna]	<i>tamanho</i> [ta'məŋʊ]
<i>caimbra</i> ['kəɪmbɾa]	<i>andaime</i> [ən'dəɪmɪ]
<i>cães</i> ['kẽ̃is]	<i>irmã</i> [iʃ'mã]
<i>cansar</i> [kẽ̃'saʃ]	<i>ânsia</i> ['ɛ̃sia]
<i>panfleto</i> [pẽ̃'fletʊ]	<i>vem</i> ['vẽ̃ɪ]
<i>som</i> ['sõʊ]	<i>mãe</i> ['mɛ̃eɪ]
<i>pão</i> ['pẽ̃ʊ]	<i>corações</i> [koɾa'sõɪs]
<i>banha</i> ['bəŋa]	<i>pente</i> ['pentʃɪ]
<i>comprar</i> [kom'pɾaʃ]	<i>tenho</i> ['teŋʊ]
<i>aguentar</i> [aguen'taʃ]	<i>enrolar</i> [eʃʃo'laʃ]
<i>enxada</i>) [eʃʃ'aʃada]	<i>conforme</i> [kõõ'fɔ̃ʃmɪ]
<i>enlaçar</i> [eʃʃ'aʃaʃ]	<i>consumir</i> [kõõ'su'miʃ]
<i>comprido</i> [kom'pɾidʊ]	<i>cumprido</i> [kõõm'pɾidʊ]

5.6 Alguns casos de variação não contemplados na transcrição

O dialeto paulista apresenta muitas variantes fonéticas que não foram contempladas na transcrição. O projeto do dicionário não comportava a indicação de variações fonéticas, optando por registrar uma única variante [a de maior prestígio, mais comum, ou mesmo da escolha do grupo que fez as transcrições. Alguns casos são apresentados a seguir. Para maiores detalhes, veja Cagliari (2007)].

1. [á]: ocorre como efeito da nasalidade, em sílaba átona, seguindo uma consoante nasal. O mesmo ocorre com outras vogais.

cama ['kẽ̃mã]; *menino* [mĩ'nĩnõ̃]

2. [õ̃]: pronúncia comum, variando com [ô]

bomba ['bõ̃mba] ~ ['bõ̃mba] ~ ['bomba] ~ [boõmba]

3. [eʃʃ]: pronúncia comum, variando com [ẽ̃]

pente ['pẽ̃tʃɪ] ~ ['pẽ̃ntʃɪ] ~ ['pẽ̃tʃɪ] ~ ['peɪntʃɪ]

4. [o] de [oʊ] ~ [o]; [eɪ] ~ [e] forma ditongada comum quando precede [r, ʒ, ʃ]

pedreiro [pe'dʁeɪʁʊ] ~ [pe'dʁeɪʁʊ]; *deixar* [dɛi'ʃaʁ] ~ [dɛ'ʃaʁ]

couraça [koʁ'asɐ] ~ [ko'ʁasɐ]; *roupa* ['xoʊpa] ~ ['xopa]

5. [ŋ], [ɲ]: Uso enfático, depois de ditongo ou ditongo reduzido

homem ['õmẽɪ̃] ~ ['õmẽɪ̃ŋ] ~ ['õmẽŋ]; *tem* ['tẽɪ̃] ~ ['tẽɪ̃ŋ] ~ ['tẽŋ]

campo ['kẽŋpʊ] ~ ['kẽmpʊ] ~ ['kẽpʊ]; *lã* ['lẽ̃] ~ ['lẽŋ]

6. A pronúncia sem a consoante nasal de travamento de sílaba não é comum.

tampa ['tẽmpa] ~ ['tẽpa]; *tinta* ['tʃínta] ~ ['tʃíta]

7. [õ], [ē] não ocorrem sem a presença de uma nasal ou de ditongo

bom *['bõ], ['bõõ] ~ ['bõŋ]

bem *['bẽ], ['bẽɪ̃] ~ ['bẽɪ̃ŋ]

6. Conclusão

Apesar das dificuldades encontradas no início e durante o trabalho de transcrição fonética dos vocábulos do português do Brasil de um dicionário bilíngue francês-português, a experiência se mostrou muito instrutiva no sentido de por em prática um tipo de transcrição fonética que não se faz comumente para fins de pesquisa fonética. O fato de acompanhar um dicionário faz com que a transcrição tenha características especiais: escolha de uma variedade dialetal de certo modo homogeneizada, porém, próxima da fala das pessoas e uma aproximação com a representação ortográfica da língua, na medida do possível.

O maior problema foi como resolver questões de variação de pronúncia encontradas dentro da variedade de prestígio escolhida, uma vez que a obra não comportava esse tipo de anotação. De todos os casos, os mais complicados foram a definição da qualidade das vogais anteriores fechadas nas sílabas pretônicas e a marcação da presença das africadas alveopalatais.

A tarefa trouxe muita experiência para trabalhos futuros.

Bibliografia

- ABERCROMBIE, David (1967). *Elements of General Phonetics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- _____(1964). *English Phonetic Texts*. London: Faber and Faber.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (2007). *Elementos de Fonética do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Paulistana.
- CATFORD, Jan C. (1968). The articulatory possibilities of man. In: *Manual of Phonetics*. MALMBERG, B. (ed.). Amsterdam: North-Holland Publishing. p. 309-333.
- FERREIRA, A. B. H.; ANJOS, M. dos e FERREIRA, M. B. (ed.) (1999). *Aurélio Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 3a ed. 1999.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M S.; FRANCO, F.M.M. (ed). (2004). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro; Ed. Objetiva.
- LADEFOGED, Peter (1975). *A Course in Phonetics*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, Inc.
- LAVER, John (1994). *Principles of Phonetics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LUFT, Celso Pedro (2001). *Minidicionário Luft*. São Paulo: Ed. Ática. 20^a ed.
- PROCTER, P. (ed.) (1995). *Cambridge International Dictionary of English*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WEISZFLOG, W. (ed.) (2000). *Michaelis: moderno dicionário inglês-português, português-inglês*. São Paulo: Cia Melhoramentos.

**ASPECTOS FONÉTICOS DO <S>
NO PORTUGUÊS DE CORUMBÁ E LADÁRIO,
MS/BRASIL: UMA ABORDAGEM SOCIOLINGUÍSTICA**

Rosangela Villa da Silva

UFMS/Brasil

PG-UC/Portugal

Introdução

Em Corumbá e Ladário, Estado de Mato Grosso do Sul, foram registradas 5 pronúncias para o § pós-vocálico: as formas constritivas palatalizadas surda e sonora, as formas constritivas alveolares surda e sonora, a pronúncia aspirada e o apagamento. A peculiaridade do patrimônio linguístico da região de Corumbá, Ladário e fazendas do Pantanal, próximas a essas localidades, e a evolução da pronúncia local observados, apontam, além de variação, mudança fonética, caracterizada como mudança em tempo aparente (TARALO, 1986).

As várias etapas da pesquisa e a análise de dados revelaram uma adequada representação da realidade linguística dessa localidade comprovada pelas evidências. O método e a metodologia empregados no estudo foram os da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 1983). Fatores sociais, como idade do falante, nível de escolaridade e gênero/sexo, mostraram-se relevantes nesta investigação.

Até 1996, nenhum trabalho de investigação científica havia sido feito no sentido de quantificar a variante mais expressiva no discurso da população das comunidades em questão, e nem de apontar quais os contextos linguísticos que favorecem o uso de uma ou outra variante.

É importante registrar que os moradores de Corumbá e Ladário têm ampla convivência com os cariocas do Rio de Janeiro, que têm como norma padrão as variantes palatalizadas do *s*, seguidas das alveolares, da pronúncia aspirada e do apagamento (CALLOU, 1975). Essa pronúncia palatalizada do *s*, comum no Rio de Janeiro e na região investigada, é oriunda de Portugal e foi trazida para o Brasil no processo de colonização. O processo de colonização do Brasil deu-se pelo prolongamento da expansão mercantil europeia, no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII. O antigo Mato Grosso, dividido em 1977 em dois Estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (BITTAR, 1997), esteve da mesma forma estreitamente vinculado à política mercantilista portuguesa. Tendo forte presença no litoral, Recife, Salvador, os colonizadores portugueses difundiram ali a pronúncia palatalizada, que chega ao Rio de Janeiro com a instalação da família real, em 1808.

Essa pronúncia difundiu-se rapidamente pelo interior do Mato Grosso do Sul, chegando a Corumbá com a expansão territorial portuguesa. Fundada em 21 de Setembro de 1778, no governo do 4º Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1772-1789), à margem direita do rio Paraguai, Corumbá situa-se no centro do Pantanal, extremo oeste de Mato Grosso do Sul, na fronteira com a Bolívia. Região considerada de suma importância para a consolidação da política metropolitana portuguesa deveria transformar-se em pólo delimitador da posse portuguesa (ESSELIN, 2000). A posse de ambas as margens do Rio Paraguai dava aos portugueses o controle da parte superior da bacia desse rio, impedindo o avanço espanhol. A ocupação se fez através da fundação de fortões e de pequenos povoados, que se constituíam essencialmente de guarnições de fronteiras. “Com a ocupação e militarização dos pontos estratégicos, foram-se criando condições de segurança para que os fazendeiros se instalassem (...) e se dedicassem às atividades criatórias e agrícolas, o que permitiu aos portugueses consolidar sua posse na região” (ESSELIN, 2000: 139).

Em 1857, a cidade passou a sediar duas unidades de artilharia, o 2º Batalhão de Artilharia a Pé e o Corpo de Artilharia de Mato Grosso. Novamente a estratégia geopolítica privilegiava a sua localização. Em 1861, instalou-se a alfândega em Corumbá e, cada vez mais, pessoas oriundas

de diversas regiões do país foram atraídas pelas excelentes possibilidades oferecidas pela cidade.

Em sua trajetória histórica esta fronteira foi dominada pelos paraguaios durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Corumbá, em 1865, foi invadida e tomada pelos paraguaios durante dois anos. E, em 1867, foi retomada pelos brasileiros. Com a instalação da Noroeste do Brasil, em 1914, até Porto Esperança, distante de Corumbá 80 km, houve expansão da malha urbana e preocupação em planejar o crescimento, direcionando-o em função da ferrovia. Na região leste, em direção ao município de Ladário, onde se situa a Base Fluvial do VI Distrito da Marinha do Brasil, distante de Corumbá 6 km, também o crescimento urbano foi impulsionado. Em 1953, os trilhos chegam à Bolívia, até Santa Cruz de la Sierra, transformando a cidade num eixo internacional de intercâmbio entre brasileiros e bolivianos. Este fato contribuiu para ampliar as relações dos corumbaenses com bolivianos falantes do espanhol. A construção de ponte de concreto sobre o rio Paraguai, em 2001, ampliou o acesso à cidade. O contingente maior de imigrantes e descendentes estrangeiros no local é de bolivianos, seguidos de paraguaios, portugueses, libaneses e palestinos. Quanto aos migrantes, notam-se cuiabanos, cacerenses, nordestinos, gaúchos, paulistas do interior, mineiros, paranaenses e cariocas.

Algumas características linguísticas lexicais são comuns a corumbaenses e cariocas, como expressão que designa mistura de leite com café (*pingado*), *caraca!* (exclamação), 171 (mentira), e no campo fonológico a utilização da pronúncia palatalizada do *s*. Entretanto, embora haja o emprego análogo dessa pronúncia em ambas regiões, o marcante *r* ápico alveolar vibrante, em final de sílaba, norma linguística no Rio de Janeiro, não está presente na fala de corumbenses e ladarenses. Com a tarefa de sistematizar e explicar a diversidade linguística da comunidade, pois “aquilo que não pode ser permanentemente processado, analisado e sistematizado pela mente humana provoca desconforto” (TARALO, 1986: 15), concluímos que o caminho mais seguro para entender esse fenômeno seria com o emprego da teoria, método e metodologia sociolinguística.

Este ramo da linguística trata o fenômeno da variação linguística a partir da análise dos fatores extralingüísticos a que os falantes, sonoros variantes, estão subordinados tentando estabelecer uma relação causal entre fatores sociais e variação linguística. O que difere a sociolinguística da linguística tradicional é que a sociolinguística considera as variações na linguagem como variações livres da língua, sem a preocupação de correlacionar variantes linguísticas a fatores sociais. “A dimensão social na variação linguística, quando percebida, foi considerada desprovida de qualquer sistematização” (VANDRESEN, 1974: 09).

Constata-se que, à exceção de alguns dialetólogos e etnolinguistas, a dimensão social das formas linguísticas ficou completamente despercebida. É que na maior parte do século XX a linguística estrutural, particularmente a americana, ficou amarrada a postulados que não permitiam o enfoque das atitudes do falante ou outros dados extra-lingüísticos que explicassem a variação encontrada. Estas restrições estavam ainda vinculadas a um dos pressupostos da linguística estrutural, que considerava a língua como um sistema bem determinado e uniforme. Assim, a ênfase dos estudos linguísticos da primeira metade do século recaiu sobre a linguística histórica e posteriormente sobre as estruturas fonológicas e morfológicas, sem referências a correlações sociais. A partir de 1957, a teoria transformacional de Chomsky dá ênfase à sintaxe, focalizando “a competência de um falante/ouvinte ideal numa comunidade completamente homogênea.” Deste modo, a sociolinguística postula que, se alguma expressão se opuser à forma-padrão da língua, isso não constitui motivo para que ela seja condenada, ridicularizada ou repreendida por algum professor de Língua Portuguesa, mas sim interpretada e justificada a partir da correlação com os fatores sociais a que o sujeito falante está exposto.

A partir deste conceito, esta pesquisa procurou detectar a variante de maior rentabilidade e a de maior prestígio na referida comunidade, e tentou justificar a escolha do falante por uma ou outra pronúncia. Para mostrar o prestígio de uma pronúncia foi aplicado teste de avaliação subjetiva (LABOV, 1983), que mediou o grau de aceitação do falante às variantes por ele utilizadas.

Optou-se pela interpretação dos dados a partir dos conceitos da sociolinguística por ter esta ciência se constituído em um dos campos mais férteis da pesquisa linguística e explorar a relação entre formas linguísticas e fatores ou funções sociais.

Os dados foram coletados a partir de entrevistas gravadas em contextos informais, por ser a fala espontânea a face mais autêntica do nosso idioma, aquela que revela o falante livre de qualquer rigor formal, fruto de sua passagem pela escola, desrido de qualquer preconceito e discriminação linguística, quer seja consigo mesmo ou pelos seus pares.

Neste percurso, esta pesquisa pretende contribuir para uma visão da realização do s pós-vocálico em Corumbá e Ladário, mostrar a evolução dessa pronúncia a partir de Portugal e apontar alguns trabalhos dessa temática feita por pesquisadores em diferentes regiões do Brasil. Espera-se auxiliar também estudantes de iniciação científica e de pós-graduação interessados em estudos da linguagem oral, principalmente aqueles oriundos da região do Pantanal do Mato Grosso do Sul e das cidades de Corumbá e Ladário fronteira com a Bolívia.

Neste sentido, o estudo da variação do s pós-vocálico em Corumbá e Ladário cumpre também o proposto no inciso 15 das Diretrizes para o aperfeiçoamento do ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa: “Cabe às Faculdades de Letras a efetivação de investigações aprofundadas sobre a realidade linguística do Brasil, seja na forma falada popular ou culta, seja na forma escrita não apenas literária”.

Descrição do fenômeno

Presente em várias regiões do Brasil, principalmente no litoral, a pronúncia palatalizada do s posterior à vogal na sílaba despertou-nos a atenção ao percebermos esse segmento em Corumbá e Ladário, interior do estado de mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste do Brasil, e em fazendas do Pantanal, próximas a essas localidades. Essa pronúncia que surgiu em Portugal (SILVA NETO, 1979) por volta da segunda metade do século XVIII, disseminou-se pelo litoral do Brasil, a partir da Bahia, estabelecendo-se como forma-padrão no Rio de Janeiro (CALLOU, 1975), adentrando o interior do Centro-Oeste (SILVA, 2004). Esta

pronúncia palatalizada, padrão em Lisboa e outras regiões de Portugal, mas principalmente no sul, que parece ser o local da gênese de qualquer mudança linguística portuguesa (BARBOSA, 1988), espalhou-se paulatinamente pelo país. No Brasil, (CANOVAS, 1991) registrou em Salvador quatro variantes para o *s* na posição pós-vocálica: as fricativas alveolares, as palatalizadas, além da pronúncia aspirada e do apagamento, sendo que as duas pronúncias mais utilizadas são as alveolares e as palatalizadas. Na Paraíba, em Campina Grande, (MOTA, 2002) afirma que a palatalização do *s* pós-vocálico tem regra própria que se pode enunciar deste modo: *s* pós-vocálico palataliza-se quando seguido de dental; permanece alveolar nos demais contextos. E registra no Maranhão e Piauí a pronúncia palatalizada em co-variação com a alveolar, em sílaba interna, principalmente diante de /t/, e apenas alveolar, em final diante de pausa. Uma amostra comparativa das várias realizações do *s* em cinco capitais brasileiras (CALLOU & MORAES, 1996), Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, escolhidas por comporem o projeto NURC – Norma Urbana Culta, revelou que a forma palatalizada do *s* predomina no Rio de Janeiro e Recife, com 82% e 69,5% de uso, respectivamente. Em Salvador o uso das duas pronúncias está equilibrado, 44% e 45%, havendo uma distribuição homogênea de ambas as realizações. Quanto a São Paulo e Porto Alegre, a forma alveolar é a mais utilizada, 90% e 86%, respectivamente. Em Vila de Cordeiro, comunidade rural situada no centro-norte do Rio de Janeiro, (GRYNER & MACEDO, 1988) perceberam quatro pronúncias do *s* em final de sílaba: as alveolares surda e sonora e as palatalizadas surda e sonora. Elas afirmam que a variação da pronúncia naquele local obedece fundamentalmente ao seguinte processo de assimilação: palatalização, aspiração e apagamento do <*s*> como etapas de enfraquecimento. O mais antigo estudo feito no Brasil na linha variacionista sobre as variantes do *s* é, sem dúvida, o de CALLOU & MARQUES (1975), que além da forma palatalizada na línguagem do Rio de Janeiro, registraram a presença da fricativa alveolar surda e sonora, a forma aspirada ou fricativa laringea e o apagamento. Outro trabalho com temática semelhante foi de SCHERRE & MACEDO (s.d.), com enfoque para a variação e mudança do *s* não morfêmico nas quatro realizações encontradas no Rio de Janeiro: alveolar; palatal;

aspirada e zero fonético. As autoras confirmaram a predominância da pronúncia palatalizada e das menos frequentes aspirada e apagamento. Estudos feitos em Natal (PESSOA, 1986), a partir de dados extraídos do projeto NURC, revelam a presença da pronúncia palatalizada naquela comunidade. Contudo, em todos os contextos em que se observou a pronúncia do *s* após vogais, a forma alveolar é soberana sobre a palatal, a exemplo do que se constatou em São Paulo. Note-se que, nas pesquisas a respeito da pronúncia do *s* já concluídas no Brasil, a pronúncia alveolar é predominante em São Paulo, Porto Alegre, Natal, Florianópolis e Minas Gerais; a pronúncia palatalizada é predominante no Rio de Janeiro, em Corumbá e divide espaço com outras pronúncias em regiões do litoral, como Recife, Salvador e Natal.

Norma linguística em Corumbá e Ladário

A pronúncia palatalizada predominante no Rio de Janeiro revelou neste estudo ser norma padrão em Corumbá, Ladário e região do Pantanal. As pronúncias registradas nos inquéritos aplicados nessas localidades para o *s* em final de sílaba interna; *s* final de sílaba em final de palavra, seguida de pausa; *s* em final de sílaba final de palavra, seguida de palavra iniciada por vogal e final de sílaba final de palavra, seguida por palavra iniciada por consoante, foram as seguintes: constritiva, fricativa, alveolar, surda; constritiva, fricativa, alveolar, sonora; constritiva, fricativa, palatalizada, surda; constritiva, fricativa, palatalizada, sonora e apagamento total. A pronúncia aspirada é rara na linguagem de corumbaenses e ladarenses.

O pacote da variação

As 3.279 ocorrências selecionadas, a partir de 72 informantes de áreas urbana e rural, foram submetidas a tratamento estatístico Varbrul, após classificadas em 8 grupos de fatores linguísticos e 4 grupos de fatores extralingüísticos: faixa etária, gênero/sexo, nível de escolarização e localização dialetal. Os fatores linguísticos que tiveram maior ou menor efeito sobre a escolha da pronúncia foram: posição do *s* na palavra, tonicidade da sílaba,

valor morfemático do *s*, contexto antecedente, extensão do vocábulo, tonicidade da sílaba posterior, classe gramatical e contexto posterior.

Descrição quantitativa e qualitativa dos resultados

É possível constatar pelos resultados estatísticos dos fatos linguísticos e pela análise qualitativa, obtida com a aplicação do teste de Reação Subjetiva à pronúncia, que, além do quadro de variação comprovado, tendência à mudança na pronúncia do *s* na região investigada no seguinte sentido: da pronúncia palatal, mais antiga na região, para a adoção da pronúncia alveolar, inovadora e que goza de prestígio entre os falantes.

Os quadros abaixo demonstram em termos quantitativos a pronúncia predominante em diferentes contextos.

Palatalizada surda e sonora	alveolar surda e sonora	apagamento
61%	21%	18%

Quadro 1: demonstrativo geral das pronúncias encontradas

Palatalizada surda e sonora	alveolar surda e sonora	apagamento
74%	17%	9%

*Quadro 2: demonstrativo das pronúncias do *s* em posição interna à palavra*

Palatalizada surda e sonora	alveolar surda e sonora	apagamento
56%	25%	19%

*Quadro 3: demonstrativo das pronúncias do *s* em final de palavra*

Nos três quadros nota-se a preferência da pronúncia palatalizada em todos os contextos.

Aplicação/total	Porcentagem	Probabilidade	Decisão
17/19	89%	0,88	Favorece
924/1.131	82%	0,75	Favorece
341/437	78%	0,73	Favorece
322/547	59%	0,62	Favorece
41/71	58%	0,62	Favorece
241/418	58%	0,55	Favorece
00/479	0%	0,0	Não favorece

Quadro 4: demonstrativo da variável linguística que teve maior efeito sobre a aplicação da regra de variação. Input 0,62. Contexto posterior.

O fator que teve efeito mais significativo sobre a aplicação da regra de variação foi o arquifonema /R/, seguido de consoantes surdas, consoantes sonoras, consoantes laterais e pausa. O fator vogal desfavorece fortemente a aplicação da regra. O contexto subsiguiente revelou ser o fator que interfere decisivamente na variação da pronúncia. Com exceção das vogais, todos os demais contextos implementam o uso da pronúncia palatalizada. Diante de vogais este segmento se realiza sempre como pronúncia alveolar sonora.

Fatores	Aplicação/ total	Porcenta- gem	Probabili- dade	Decisão
Faculdade	134/197	68%	0,77	Favorece
Ensino Fundamen- tal	849/1.236	69%	0,64	Favorece
Sem escola- ridade	919/1.623	57%	0,38	Não favore- ce
Ensino Médio	5/46	11%	0,01	Não favore- ce

Quadro 5: demonstrativo da variável social que teve maior efeito sobre a aplicação da regra de variação. Input 0,62. Grau de escolarização do falante.

O fator que teve efeito mais significativo sobre a aplicação da regra de variação foi Faculdade, depois Ensino Fundamental, seguido de Sem escolaridade e Ensino Médio. Informantes sem escolaridade ou com ensino médio demonstraram pouca preferência pela pronúncia palatalizada. Entre os sem escolaridade predominou o apagamento e entre os com ensino médio o uso da pronúncia alveolar foi maior. Quando cruzamos os dados dos informantes, amalgamando faixa etária e sexo, notamos esta tendência nos informantes masculinos com idade entre 10 e 25 anos, incorporando a faixa etária referente ao ensino médio, o que levam-nos a ponderar que a variação e mudança estejam sendo implementadas por esse grupo de jovens falantes homens, incluindo aí os adolescentes. Entretanto, na fala dos universitários a utilização da norma padrão local é soberana (p. e. "...qui nãw pudia ter *filhu[Ş]* por que eu...", "...ma[Ş] dava pra *su[Ş]tentá* folgadu né?...", "...*um i[Ş]porti ma[Ž]* nãw sabia").

Registra-se que corumbaenses e ladarenses preenchem 90% das vagas dos cursos universitários da cidade.

A pronúncia de prestígio

Foi aplicado teste de Reação Subjetiva com a finalidade de medir o grau de prestígio das pronúncias encontradas no local. Neste teste de Reação Subjetiva (LABOV, 1983) chamado de "Test RS", apresentamos aos falantes selecionados quinze pares de frases, chamados de "pares falsos", gravados por um homem e uma mulher. Pedimos ao falante que ordenasse a forma do discurso de cada frase, segundo uma escala de referência profissional: médica/faxineira e pescador/gerente de banco. Este teste se configura como parâmetro na avaliação da intensidade com que corumbaenses, ladarenses e pantaneiros prestigiam sua maneira de falar, após comprovar que a forma palatalizada é a pronúncia predominante na região. A forma alveolar convive de maneira competitiva na fala local e tem contextos de uso semelhantes aos da pronúncia palatalizada, sendo o seu emprego implementado pelos homens, principalmente os mais jovens. Assim, este teste permitiu conhecer as atitudes desses falantes em relação ao uso de uma ou outra pronúncia e apontar o prestígio que goza uma delas, já que ambas se encontram perfeitamente integradas à

linguagem local. O teste teve dois momentos, no primeiro as variantes estão dissimuladas nos pares de frases, no segundo, são reveladas ao informante para que ele aponte aquelas que na sua opinião são pronunciadas pela faxineira/pescador e pela médica/gerente de banco.

Os falantes do ensino fundamental, comprovadamente os que mais se utilizam da variante palatalizada em seu discurso, demonstram atitude negativa com relação ao emprego dessa pronúncia ao atribuírem o uso à faxineira/pescador, por outro lado, prestigiaram a variante alveolar ao atribuir o emprego à médica/gerente de banco. Assim, juntamente com os informantes sem escolarização, demonstraram não ter uma percepção mais profunda do seu próprio discurso; ao contrário, identificam-se com a pronúncia inovadora que, como já observado, parece marcar a direção da mudança no local: forma palatalizada para forma alveolar. O teste de reação subjetiva e os resultados quantitativos corroboram essa hipótese. Os demais informantes, aqueles com ensino médio e curso superior, homens e mulheres, também revelaram ser a pronúncia palatalizada estigmatizada no local, quando apontam ser da faxineira/pescador. A maioria atribuiu a pronúncia alveolar à médica e ao gerente de banco, e o apagamento do s pós-vocálico ao discurso da faxineira/pescador, marcando socialmente esse ato. Quanto à pronúncia aspirada do s, muitos disseram ser da médica/gerente de banco, revelando que esta pronúncia, praticamente desconhecida na região, goza de prestígio, dando a ideia de que qualquer segmento é melhor que o apagamento. Os comentários dos informantes comprovam o desprestígio da forma padrão na comunidade: “porque não tem estudo, quem fala assim não tem estudo” (rapaz, 12 anos, ensino fundamental); “mesmo com curso superior a pessoa pode falar ca[š]ca. Teoricamente ca[s]ca seria fala de universitário e ca[š]ca de quem não tem estudo”. (rapaz, 33 anos, formado em Letras); “O médico, porque ele tem outras experiências de falar com outras pessoas que também falam como ele ca[s]ca e não ca[š]ca, como a maioria dos corumbaenses” (rapaz, 12 anos, ensino fundamental). Nota-se que este informante reconhece que a pronúncia da maioria dos corumbaenses é a forma palatalizada, mas quando atribui a forma alveolar ao médico prestigia a pronúncia alveolar e estigmatiza a norma local. “Me[h]mo (em relação à pronúncia aspirada) é do médico, porque carioca às vezes fala

assim” (29 anos, psicóloga); “O *chê* [š] é da região, porém só o pescador é que fala. O médico fala o *cê* [s], e o corumbaense desvia da norma cultura ao falar *chê* [š]”. (42 anos, Técnica em Assuntos Educacionais). “As pessoas com mais instrução diriam *cê* [s], as menos instruídas *chê* [š]” (mulher, 25 anos, repórter, ensino médio); “Acho que o *chê* [š] é para quem não tem estudo” (homem, 39 anos, sem escolarização); “Quem tem estudo fala *me[z]mo* (pronúncia alveolar)” (homem, 34 anos, sem escolarização). “*Me[Ø]mo* é errado (com apagamento do *s*), ele não puxa a ciência” (homem, 66 anos, sem escolarização); “Uma pessoa sem estudo falaria *me[Ø]mo*”. (menino, 10 anos, ensino fundamental).

A interpretação dos resultados leva-nos a concluir que, tanto de maneira inconsciente como consciente, os informantes discriminam a variante palatalizada e prestigiam a variante alveolar que parece estar em processo de ampliação de uso no local, embora esbarrando em fatores sociais e linguísticos que têm efeito sobre a forma palatalizada, mantendo esta como norma local quantitativamente mais empregada até o momento desta pesquisa. Contudo, a persistência deste processo e o que se depreende dos resultados matemáticos e do teste de reação subjetiva acabarão por generalizar a pronúncia alveolar com o passar do tempo.

Alguns elementos sociais que interferem na escolha das pronúncias

Acredita-se que o uso da pronúncia alveolar esteja evoluindo entre os falantes dessas comunidades e que a assimilação dessa forma se deve à influência dos migrantes de pronúncia alveolar e dos meios de comunicação falados, como o radiofônico e o televisivo e seu poder sobre o ouvinte/falante. Os telejornais, as telenovelas e a música popular brasileira parecem ser bons condutores da variação fônica e de outros hábitos das pessoas dos grandes centros urbanos. Embora os profissionais desse meio tentem padronizar sua pronúncia pela norma local, é difícil que isso aconteça o tempo todo e com todas as variantes.

As escolas também são um importante meio social de divulgação das variedades da língua. Os professores de diferentes graus de ensino asseguraram o ensino e preservam a manutenção de uso da modalidade

padrão, mas também inserem traços regionais entre seus alunos. Admitindo a difusão destes dentro do dialeto comum e a sua irradiação, particularmente em área de fronteira como Corumbá e Ladário, pode-se explicar o aparecimento aí, particularmente entre os falantes mais jovens, notadamente entre os rapazes, de traços fônicos inovadores. Em Corumbá, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Ensino, 20% dos professores são de outras cidades do estado e do país, como Dourados, Aquidauana, Campo Grande, Minas Gerais, São Paulo, contribuindo com a difusão da forma alveolar do *s* no local. Em relação aos alunos, 10% dos que frequentam as escolas locais são de outras cidades. Muitos acompanham os pais, militares destacados para esta fronteira, ou servidores públicos de outros setores. A maioria destes migrantes é oriunda de locais de pronúncia alveolar. Outros tanto chegam do Rio de Janeiro, neste caso, o recém-chegado acaba por reforçar a pronúncia palatalizada. Os alunos naturais de outras regiões do país, quer estejam temporariamente no local ou como migrantes, encontram-se em maior número nas escolas particulares, alterando a realidade linguística dos alunos dessas escolas mais rapidamente que a de alunos de escolas públicas.

Registra-se que a presença maciça na região, ponto turístico do complexo do Pantanal, de turistas de várias partes do país, de funcionários públicos federais, militares e civis, atraídos pelas Forças Militares de fronteira e pelos diversos órgãos públicos ali instalados, favorecem convívio amplo de falantes naturais com migrantes de outras regiões do país e do Estado onde o uso da variante alveolar predomina sobre as outras formas de pronunciar o *s*, como p.e. São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de cidades do próprio estado de Mato Grosso do Sul.

Considerações finais

A identificação dos fatores lingüísticos significantes para a interpretação do fenômeno da variação fônica do *s* permite-nos estabelecer algumas regras variáveis que justificam a escolha das palatais, das alveolares e do apagamento, entre as cinco possibilidades de emprego do *s* nas comunidades pesquisadas no Mato Grosso do Sul.

A possibilidade de empregar uma ou outra forma depende, fundamentalmente, do contexto fonológico subsequente ao *s* ou no qual ele se encontra.

Desse modo, temos: 1^a regra - do emprego da palatalização: a variante palatal surda passa à alveolar surda diante de consoantes surdas e de pausa. 2^a regra – ainda quanto ao emprego da pronúncia palatalizada: a variante palatal sonora passa à alveolar sonora diante de consoantes sonoras, em sílabas tônicas ou átonas, diante de vogais e de pausa. 3^a regra – a pronúncia alveolar sonora é categórica diante vogais. Relativamente ao tratamento das consoantes oclusivas intervocálicas, é importante registrar que a sonorização destas consoantes começou ainda na fase latina, séculos II, III d.C., embora se tenha generalizado somente nos séculos V e VI (SILVA NETO, 1979). É possível que o substrato céltico tenha precipitado essa evolução, facilitada, aliás, pelo fato de tratar-se de um som surdo colocado entre duas vogais, isto é, favorecido por dois sons sonoros. Este fato, já mostrado em estudos no Brasil (GRYNER & MACEDO, 1988), pode ser justificado pela mudança prévia de sílaba consoante vogal consoante em consoante vogal, CVC para CV. 4^a regra – o apagamento do *s* ocorre diante de consoantes surdas ou sonoras, em sílabas átonas e tônicas, em sílaba interna à palavra ou não e diante de pausa, e este ato é sempre marcado socialmente.

Assim, teríamos a seguinte distribuição das pronúncias do *s* nas comunidades estudadas, confirmada pelo procedimento estatístico e pelo teste de reação subjetiva.

1) Embora as formas alveolares [s, z], consideradas conservadoras em razão de terem ocorrido primeiro na história da Língua, ainda no latim (SILVA NETO, 1979), as palatais correspondentes surda [š] e sonora [ž] são as mais antigas em Corumbá e Ladário. 2) As palatais [š, ž], que surgiram na Língua por volta do primeiro terço do século VXIII, e que representam uma evolução da pronúncia sibilante do *s* final e pré-consonântica e do *s* final para chiante, em Portugal, padrão em Lisboa e outras regiões, e, no Brasil, padrão no Rio de Janeiro, são as variantes comprovadamente mais utilizadas na região, embora não gozem de prestígio dos falantes. 3) O apagamento do *s* morfema de plural ocorre em final de palavras bimorfêmicas, monomorfêmicas e meio de palavra, como

no vocábulo *mesmo*, independentemente do valor morfemático. 4) A pronúncia aspirada, com apenas 4 registros num total de 3.279 realizações, é um segmento desconhecido no local, embora, quando mostrada no teste de reação subjetiva, adquiriu modelo de prestígio.

O exposto aponta para a seguinte situação linguística em Corumbá e Ladário no estado de Mato Grosso do Sul, em relação ao segmento estudado: a) alta predominância da variante palatalizada, adquirindo status de padrão; b) frequência reduzida de uso da variante alveolar em relação à variante palatal, contudo parece ser a pronúncia alveolar a inovadora na região e a palatalizada a conservadora, e pode-se dizer que há um processo de mudança em curso, segundo resultado do teste de reação subjetiva. c) o mesmo informante produzindo a mesma palavra ora com a pronúncia palatal, ora com a alveolar, dependendo do contexto subsequente ao *s*; d) o mesmo informante produzindo ora a variante palatal, ora a alveolar, ou, ainda, apagando este segmento, sem produzir quaisquer uma das pronúncias. e) a presença categórica das variantes alveolar e palatal sonoras em contextos interno e final de palavra, quando diante de vogal, e final de palavra diante de consoante sonora ou seguida de pausa, respectivamente.

Os estudantes com ensino médio e homens jovens e adultos são os que mais se utilizam da pronúncia alveolar, parecendo ser mesmo aqueles que implementam a mudança no local. Esses falantes têm comportamento diferenciado, pois em crianças e idosos, em falantes com ensino fundamental e universitários, predomina a forma palatalizada.

Alguns fatores sociais, como a escola e os meios de comunicação, parecem ser os responsáveis pela difusão e implementação da pronúncia alveolar nas localidades estudadas.

Esta pesquisa revelou, ainda, com base no comportamento linguístico de homens e mulheres de diferentes faixas etárias e níveis de escolarização e nas respostas ao teste de reação subjetiva, mudança em tempo aparente nas comunidades brasileiras. A preferência pela pronúncia alveolar, confirmada entre os falantes da região, marca a evolução da mudança fonética local, que poderá estabelecer-se definitivamente com o tempo. É possível que esta mudança se opere em tempo real, o que poderá ser verificado em estudos futuros, a partir deste estudo inicial.

Bibliografia

- BARBOSA, J. M. *Notas Sobre a Pronúncia Portuguesa nos Últimos Cem Anos.* (1988). Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – BIBLOS, LXIV vols. (329-382).
- BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997).* (1997). Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP.
- BOLÉO, M. P. (org.) *Inquérito linguístico.* (1978). Aveiro: Universidade de Aveiro. 3^a ed.
- CALLOU, Dinah Maria Iseense, & MARQUES, Maria H. D. *O s imponente na linguagem do Rio de Janeiro* (1975). In: LITTERA: Revista para Professor de Português e de Literaturas de Língua Portuguesa, nº 14, ano V. (9-137)
- CALLOU, Dinah Maria Iseense, & MORAES, João A. *A Norma de Pronúncia do s e r pós-vocálicos: distribuição por áreas regionais.* (1996) In: CARDOSO, Suzana. (Org.). *Diversidade Linguística e Ensino.* Salvador: EDUFBA. (133- 147).
- CANOVAS, M. I. *Variação fônica de /S/ pós-vocálico e de /v,z Ž,/ cabeça de sílaba na fala da cidade de Salvador.* (1991). Salvador: UFBA. Dissertação de Mestrado. ESSELIN, Paulo Marcos. *A gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso (1536-1778).* (2000). Campo Grande: UFMS.
- GRYNER, Helena, & MACEDO, Alzira Tavares de. *A pronúncia do s.* (1988). Rio de Janeiro: UFRJ. (Mimeografado, 30 p.)
- LABOV, William. (1983). *Modelos Sociolinguísticos.* Trad. J. M. M. Herreras. Madrid: Cátedra.
- MOTTA, Jacira A. *O -s em coda silábica na norma culta de Salvador.* (2002). Rio de Janeiro: UFRJ. Faculdade de Letras. Tese de Doutorado.
- PESSOA, M. A. *O s pós-vocálico na fala de Natal.* (1986). Salvador: UFBA. Instituto de Letras. Atas do I simpósio sobre a diversidade linguística no Brasil. 1 vol. (209-216) SCHERRE, Marta Maria Pereira, & MACEDO, Alzira V. Tavares de. *Variação e mudança: o*

- caso da pronúncia do s pós-vocálico.* (s. d.). Rio de Janeiro: UFRJ.
(Mimeografado, 430-445)
- SILVA NETO, Serafim. *História da Língua Portuguesa.* (1979). Rio de Janeiro: Presença.
- SILVA, Rosangela Villa da. *Aspectos da pronúncia do <s> em Corumbá/MS: uma abordagem sociolinguística.* (2004). Campo Grande: UFMS. São Paulo: Arte & Ciência.
- TARALLO, F. A *Pesquisa Sociolinguística.* (1986). São Paulo: Ática.
Série Princípios. VANDRESEN, Paulino. *Introdução.* (1974). In: FONSECA, Maria S. V., & NEVES, Maria F. (Orgs.). *Sociolinguística.* Rio de Janeiro: Eldorado. (9-15).

DOCUMENTOS DO OURO: INVESTIGANDO O SISTEMA ORTOGRÁFICO DO SÉCULO XVII NO BRASIL

Kelly Priscilla Lóddo Cezar¹

Universidade Estadual Paulista de Mesquita Filho / Capes

Introdução

Este trabalho tem como tema o estudo ortográfico da língua portuguesa, no Brasil, em manuscritos do século XVII. Para o desenvolvimento dessa investigação, partiu-se de três níveis de justificativa: acadêmico, científico e histórico-social.

No que diz respeito ao primeiro nível, pode-se afirmar que, embora a ortografia pareça uma tarefa simples e rápida, do ponto de vista histórico e etimológico, existem muitas divergências sobre o seu conceito. Tomando como ponto de partida os estudos de Cagliari (1987, 2002), constata-se a escassez de trabalhos sobre o tema. Historicamente, sabe-se que a grafia das palavras sofreu e continua sofrendo alterações, pois nem sempre existiu normatização única e, portanto, de uso geral da ortografia. Nos primeiros séculos da Língua Portuguesa, os manuscritos apresentavam grafias bastante diferentes das atuais. Além disso, muitas vezes, uma mesma palavra aparecia com duas grafias em um mesmo texto. Na falta de leis específicas, a ortografia foi estabelecida paulatinamente por meio do uso, ou seja, de uma tradição, cujo alicerce contou com o apoio de dicionaristas, ortografistas e gramáticos. Foi somente no século XX, que a ortografia passou a ser objeto de decretos e de leis.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/ARARAQUARA). Esta pesquisa conta com o apoio financeiro da Capes e baseia-se em investigações que estão sendo feitas por Kelly Priscilla Loddó Cezar para sua tese de doutorado.

Do ponto de vista científico, apesar de sua importância para a compreensão do sistema de escrita, há poucos estudos direcionados à história da ortografia. Principalmente, em obras relativas à história da língua (Silva Neto, 1956) e à linguística histórica (Coutinho, 1976; Williams, 1973). Estudos mais abrangentes são raros, como os de Maria Filomena Gonçalves (1992). Há poucos estudos sobre obras específicas, como as dos ortografistas e, mais raramente ainda, estudos detalhados da produção escrita de determinados períodos². Cagliari (2001) tem chamado a atenção para o interesse pelo estudo de documentos comuns (cartas pessoais, documentos cartoriais, decretos, relatos, entre outros) para uma melhor compreensão de como a ortografia era usada no dia a dia da sociedade, em diferentes tempos. Entre os estudos encontrados sobre o tema, o desenvolvido por Cagliari (2001) destaca a importância de investigações sobre o sistema de escrita sob uma perspectiva histórica.

O ponto de vista científico leva também a uma compreensão do que seja, de fato, a ortografia. Certamente, a grafia das palavras é o resultado final de um processo, cujo objetivo maior é neutralizar a variação linguística e, desse modo, facilitar a leitura e a escrita para o maior número de usuários (Cagliari, 2002).

Do ponto de vista histórico-social, a abordagem histórica da ortografia permite compreender porque a linguagem oral continua evoluindo, cria novas variantes, enquanto a escrita procura permanecer inalterada, aceitando apenas algumas modificações ocasionais. A ortografia não favorece somente a leitura pelo indivíduo, seja de qual dialeto for, mas também ajuda muito quem escreve, bastando, para isso, memorizar as formas gráficas uma vez. Partindo do pressuposto de que o processo social e histórico do desenvolvimento da escrita corresponde ao processo individual de sua construção, tem-se que, em ambos, ocorre uma progressão gradual de hipóteses e sistematização. Isso significa que, do mesmo modo que a humanidade vem, pouco a pouco, construindo os diferentes sistemas de escrita, cada indivíduo, desde que nasce, constrói progressivamente, por meio de acertos e erros, o sistema de escrita da língua na qual está inserido. Para Diringer (1968), é a inserção dos indivíduos

² Nos últimos anos, na USP e na UNESP de Araraquara, foram realizados alguns trabalhos que resultaram em dissertações e teses.

no sistema de escrita social e, portanto, arbitrário, que garante a permanência e, ao mesmo tempo, a evolução desse próprio sistema. De outra perspectiva, Cagliari (2001d) afirma que é a ortografia a garantia principal da manutenção e evolução da língua escrita, uma vez que é ela a neutralizadora das variantes dialetais da linguagem oral. Essa característica da ortografia permite a comunicação padronizada da escrita e da leitura da língua, independentemente das condições sócio-culturais do leitor. A partir dessa perspectiva teórica, acredita-se que a escola, conhecendo as particularidades da construção do sistema de escrita, ao se deparar com um “erro” ortográfico, pode intervir com maior clareza e sucesso no processo de aprendizagem do aluno (Cagliari, 1998).

Estudos anteriores (Cezar, 2005/2006) evidenciaram que os alunos confundem fala e escrita quando justificam suas respostas sobre o porquê grafaram as palavras de uma determinada forma. Esses resultados foram ao encontro dos dados obtidos por Massini-Cagliari (2001c), segundo os quais, a ausência de esclarecimento sobre a funcionalidade das letras obstaculiza a aprendizagem da escrita no primeiro ciclo, pois as relações entre letras e sons são diferentes no ato de ler e de escrever (Cagliari, 1989). No momento da leitura, os sons das letras são flexíveis e determinados pelo dialeto do leitor, enquanto, na escrita, a posição das letras é regida pela ortografia. A compreensão do que acontece no processo de aquisição da escrita é um bom parâmetro para a compreensão das variantes ortográficas, encontradas na história da língua. Quer para as crianças, quer para os adultos, as variações gráficas podem ocorrer dentro de certos limites, ou seja, nem tudo pode variar. Por outro lado, a ortografia fixa e de uso estabelecido na sociedade também precisa prever quais letras são mais convenientes para representar as palavras. As regras ortográficas sempre se debateram com essas questões.

Para a literatura especializada, as relações e suas particularidades entre a linguagem falada e a linguagem escrita devem ser aprendidas no ensino escolar, pois o objetivo da ortografia das línguas é neutralizar as variantes linguísticas e evitar que cada sujeito escreva da forma que fala e vice-versa. Se a ortografia não estabelecesse normas de escrita, dependendo do dialeto, a leitura não se concretizaria em diferentes regiões geográficas a não ser a do seu próprio produtor da escrita. Ao contrário, a

ortografia garante a leitura padronizada das palavras e evita o preconceito linguístico, isto é, abre “caminho para a leitura em qualquer variedade dialetal” (Cagliari, 1994: 558).

A importância do conhecimento da ortografia para uma melhor compreensão do sistema de escrita e, por outro lado, a insuficiência de estudos sobre o tema justificam a escolha da história da ortografia por meio de manuscritos do século XVII, a fim de compreender a Língua Portuguesa escrita no Brasil como objetivo deste artigo. Trata-se de um recorte entre outros possíveis. A escolha do século XVII foi feita também em função do material de que se dispõe, particularmente, a obra publicada por Heitor Megale e Sílvio de Almeida Toledo Neto (2006).

Nesse sentido, o presente estudo objetivou-se em: 1) Investigar a ortografia da Língua Portuguesa escrita do Brasil no século XVII por meio do levantamento dos vocábulos presentes em manuscritos, a partir de uma perspectiva histórica e linguística e 2) Definir um sistema ortográfico para os documentos estudados, mostrando o que há de geral e as variantes encontradas.

Ortografia e os sistemas de escrita

Como exposto acima, o objetivo da ortografia das línguas é o de neutralizar as variantes linguísticas e evitar que cada sujeito escreva da forma que fala e vice-versa. Ao universalizar e padronizar o conhecimento da escrita, a ortografia evita o preconceito linguístico e abre “caminho para a leitura em qualquer variedade dialetal” (Cagliari, 1994: 558). Na história da civilização, o uso da leitura tinha uma função social maior do que o da escrita, que era restrita a poucas pessoas. Como a escrita foi sendo adaptada de tempos em tempos e em diferentes regiões, adquiriu formas diferentes, adequando-se às variações linguísticas e obrigando os leitores a lidarem com a variação na representação gráfica das palavras.

De acordo com uma breve revisão da história, a escrita começou desempenhando a função de representar palavras, passando logo a representar sílabas, como no sistema sumério e derivados. Os egípcios reduziram o sistema silábico a um sistema consonantal (Daniels e Bright, 1996). No começo, encontravam-se dois tipos principais de escrita: o

ideográfico e o fonográfico. Todos os sistemas sempre trouxeram redundâncias de representações gráficas que acabavam por ocasionar problemas de interpretação do significado das palavras. Se os gregos tivessem usado o sistema fenício sem grandes alterações, o problema da confusão na leitura seria enorme porque a língua grega precisava (e precisa) das vogais e das terminações na escrita para definir o significado das palavras. Por essa razão, os gregos introduziram as vogais no sistema fenício, criando o sistema alfabético que passou aos romanos e deles para a cultura ocidental, de base europeia.

Cagliari (2001d: 174) enfatiza que a escrita esteve sempre vinculada à fala e, em razão das variações dialetais da fala, a escrita alfabética poderia se perder se tentasse representar a fala de cada usuário. Para evitar esse provável caos, o sistema de escrita alfabético transformou-se em alfabético-ortográfico (Massini-Cagliari, 2001b: 30). Com a ortografia, a presença das variantes da fala na escrita ficou muito reduzida e as relações entre letras e sons passaram a ser definidas pela ortografia das palavras e não pelo princípio alfabético ou acrofônico (Cagliari, 2009a). Ao fixar a grafia das palavras, o sistema favoreceu aos leitores e escritores, mas escondeu a fala em muitos de seus aspectos. Embora as variantes gráficas ainda sirvam de base para se formular hipóteses sobre variantes de fala, tais hipóteses são, em geral, precárias. Por outro lado, o que não é objeto de variação gráfica não quer dizer que não apresente variação na linguagem oral. Esses fatos são evidenciados, de certo modo, no processo de alfabetização. Mori (2005: 150) destaca que, com a ortografia, os sistemas de escrita deixaram de acompanhar “o desenvolvimento dinâmico da língua oral, dali a defasagem entre a fala e sua representação gráfica”, que gera “como resultado os problemas ortográficos no momento de se escrever”. Estudos mostram que é das diferentes formas de enunciar uma palavra, originada pela variação linguística, que surgiu a necessidade da forma ortográfica da escrita. Contudo, apesar da ortografia estabelecer uma forma fixa de escrever as palavras, não estabelece uma única maneira de lê-la (Cagliari, 2009a).

Para o adulto, as palavras menos usuais são consideradas ortograficamente difíceis, enquanto para a criança que está aprendendo a ler e escrever, todas as palavras são difíceis, pois se encontra em contato ini-

cial com a linguagem escrita. Esse mesmo tipo de problema é encontrado naquelas pessoas que usam a escrita apenas esporadicamente. Ao estudar documentos pessoais, é preciso levar em conta tal atitude do usuário diante do sistema. O domínio oral das palavras não implica seu domínio ortográfico, pois os sistemas de aprendizagem da língua oral e escrita são distintos.

Do exposto acima, conclui-se, como diz Cagliari (2001d, 2009a), que, para entender o que seja a ortografia, é preciso saber o que é a escrita e como funciona, pois a ortografia é apenas um uso específico do sistema de escrita. No caso desta pesquisa com o sistema alfabetico-ortográfico, a ortografia vai definir as sequências de letras que as palavras têm. Vale lembrar que, na nossa sociedade, além do sistema alfabetico, usam-se outros sistemas de escrita, de base ideográfica, como os números, os sinais de pontuação, marcas tipográficas e ideogramas de vários tipos (sinais de trânsito, ícones, logotipos, entre outros).

Embora o presente artigo dê destaque à abordagem teórica e metodológica propostas por Cagliari (2001a, 2009a), deve-se reconhecer que vários outros autores tratam dos sistemas de escrita e, em particular, da ortografia com outras abordagens e metodologias. Neste caso, o mais comum é uma abordagem do tipo estruturalista, cuja principal autora é, provavelmente, Nina Catach (1973, 1978). Como ela formou muitos pesquisadores, há vários autores na França, em Portugal e mesmo no Brasil que seguem sua abordagem. Dadas as críticas³ que Cagliari faz a essa abordagem, foi necessário fazer uma opção metodológica que, neste caso, optou pela abordagem de Cagliari (2001a, 2009a). A discussão teórica é importante, porém, requer um volume de trabalho e de detalhamento que foge do escopo da presente comunicação. O trabalho principal se constituiu em um levantamento de da-

³ A pesquisadora Nina Catach é reconhecida por tratar de questões teóricas da ortografia, em especial, sobre a história da ortografia da língua francesa. As principais críticas que Cagliari tece sobre os trabalhos da estudosas e de seus seguidores dizem respeito ao problema de interpretação da ortografia no sentido de como tratar as variações linguísticas, de como definir um sistema de escrita e, em particular, de como definir a natureza, as funções e os usos da ortografia São duas teorias diferentes, que geram procedimentos metodológicos diferentes na análise de dados ortográficos.

dos e sua interpretação com o objetivo de definir o sistema ortográfico usado nos documentos consultados.

Para situar o leitor, cabe salientar que a história da ortografia da Língua Portuguesa tem sido dividida em períodos: 1) o arcaico (do século XII ao século XV); 2) o período etimológico (do século XVI ao século XIX) e 3) o período reformado (século XX).

Essa tipologia não reflete bem o que aconteceu na história da ortografia da Língua Portuguesa. O período arcaico tem características distintas, desde a escrita cartorial até as produções do século XV. O período etimológico é também “sônico”, isto é, alguns ortografistas achavam que a melhor representação da língua era buscar a grafia do grego e do latim e representá-las de modo adaptado à escrita do português. Entretanto, outros autores consideravam que o ideal ortográfico era uma espécie de transcrição fonética, e que a ortografia deveria representar a fala do modo mais direto possível. O período reformado sofreu vários ajustes, além da rebeldia de alguns escritores e até de gramáticos e dicionaristas.

Além dessa visão histórica, definida por períodos, é preciso levar em conta certas obras que serviram de modelo pela sua repercussão como, por exemplo, *Os Lusíadas* (1572) de Luís de Camões. Tal obra apresentava um sistema ortográfico simplificado (para a época) e que depois serviu de modelo para Gonçalves Viana (1903) propor o sistema reformado moderno de ortografia da Língua Portuguesa.

Metodologia

Com o objetivo de investigar o sistema de ortografia do Brasil Colônia, a partir de uma perspectiva histórica e linguística, foi feita uma análise documental de manuscritos do século XVII publicados no país. Nesta pesquisa, a análise de documentos se constituirá no método principal de estudo, uma vez que essa abordagem tem, nesse tipo de material, seu foco de investigação. Segundo Pimentel (2001: 192), nessa modalidade de pesquisa, é dos documentos que o pesquisador extraí a análise dos dados, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta. Trata-se de um processo de “garimpagem” de dados que são “extraídos” dos documentos para receber um tratamento que, orient-

tado pelo problema proposto pela pesquisa, permite a “montagem das peças”, como num “quebra-cabeça”. Nesse caso, é o próprio material que orienta o estabelecimento das categorias de análise do estudo. De acordo com a autora, esse trabalho exige do pesquisador o trabalho de

suplantar sua própria contemporaneidade sem deixar-se cair, entretanto, num historicismo que se traduziria em anacronismo, numa interpretação errônea, distorcida do passado. A investigação confere um valor histórico ao documento à medida que o pesquisador é capaz de superar os limites inerentes ao próprio material com que trabalha e, ao mesmo tempo, reconhece serem sua postura e experiência de vida compostas por uma bagagem que é histórica

(Pimentel, 2001: 192)

Para o tratamento histórico dos documentos, os dados foram submetidos a uma análise da ortografia com um enfoque linguístico, seguindo a metodologia de Cagliari (2001a, 2009a). A partir dessa abordagem, investigaram-se as características do sistema de ortografia do período escolhido.

Descrição do Corpus

A pesquisa foi realizada a partir dos manuscritos contidos na obra intitulada *Por minhas letras e Sinal: Documentos do ouro do século XVII* (2006), de autoria de Heitor Megale e Sílvio de Almeida Toledo Neto. Essa obra foi selecionada por apresentar a transcrição de documentos manuscritos do século XVII, lavrados na época das bandeiras e que tipificam a escrita daquele período. Trata-se de documentos cartoriais e cartas oficiais que abordam assuntos diversos como: a “mineração e o movimento demográfico” que “desencadeou o início das descobertas das minas”; “a administração e a economia do Estado do Brasil no século XVII” e “testamentos e inventários em que se faz menção de herdeiros que estão nas minas”. Entre os documentos dessa obra, foram encontrados os de caráter diplomático e não-diplomático. São considerados diplomáticos os documentos que produzem “efeitos jurídicos e/ou administrativos concretos, com fórmula fixa e uniformidade de redação” (Megale e Toledo-Neto,

2006: 129). Entre os diplomáticos podem ser citados: alvará, edital, informação, justificação, parecer, petição, provisão, regimento, representação, requerimento e testamento; e não-diplomáticos: bilhete, carreagem, carta, consulta, inventário e registro.

As letras que compõem as palavras são o objeto mais importante da análise, pois elas definem sua grafia, e as palavras são a unidade mais importante de qualquer sistema ortográfico (Cagliari, 1998). Além das letras, foram estudadas as abreviaturas, a pontuação e a formatação do texto escrito. Outras marcas de escrita também foram anotadas e interpretadas dentro do uso que o autor faz do sistema de escrita.

O procedimento adotado partiu da descrição e da análise dos documentos apresentados na obra supracitada. A partir do corpus, foi realizado um levantamento dos vocábulos que apresentaram grafias diferentes da ortografia atual da língua portuguesa brasileira. Na sequência, as diferenças gráficas encontradas foram categorizadas e analisadas de forma que permitam identificar quais as regras de emprego das letras e demais marcas de escrita, como por exemplo, em um mesmo contexto: *certo, serto; chão, cham, chaõns*.

Para análise dos dados, buscou-se em gramáticas e em tratados de ortografia antigos um referencial para comparação e interpretação. A revisão da história da ortografia ajuda a compreender a escrita dos documentos, já que os próprios ortógrafos formulam regras de uso e, em alguns casos, divergem entre si.

A partir da compreensão e interpretação das regras de emprego e de uso das letras e das demais marcas da escrita, tornou-se possível analisar, descrever e apresentar o sistema ortográfico, contribuindo para a história da ortografia da Língua Portuguesa.

Apresentação e discussão dos resultados

Os documentos descritos tratam de assuntos diversos, no entanto, todos versam sobre a mineração e o movimento demográfico causado por ela. No total de cinquenta e sete documentos: dois testamentos e inventários e um testamento, os manuscritos referem-se, em maior número, à administração e à economia do Estado do Brasil no

século XVII. Nos inventários e testamentos, encontra-se a menção de herdeiros que estão nas minas (Megale; Ferreira-Neto, 2006). Do total de documentos apresentado naquela obra, os autores revelam dezoito tipos, sendo eles: Alvará; Bilhete; Carregação, Carta, Consulta, Edital, Informações, Inventário, Justificação, Parecer, Petição, Processo de Limpeza de Sangue, Provisão, Regimento, Registro, Representação, Requerimento e Testamento. Os mesmos estão organizados em ordem cronológica e a obra traz também um resumo sucinto da matéria de cada documento. Os documentos que compõem a obra foram lavrados no decurso do século XVII, o primeiro com data de 14 de março de 1626 e o último, de junho de 1700.

As transcrições foram realizadas de acordo com as “Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos para a História do Português do Brasil”, normas essas fixadas em 1998 pela Comissão⁴ de elaboração de Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil. As normas apresentam um total de dezesseis critérios: 1) transcrição conservadora, 2) Abreviaturas marcadas em itálico, 3) fronteiras das palavras mantidas, 4) pontuação original, 5) acentuação original, 6) emprego de maiúscula e minúscula original, 7) eventuais erros do escriba ou do copista em nota de rodapé, 8) os sinais < > para marcar inserções realizadas pelo escriba ou pelo copista, 9) supressões foram tachadas, idênticas às dos copista ou escriba, 10) intervenções de terceiros aparecem no final do documento, 11) intervenções do editor entre colchetes, 12) letra ou palavra ilegível é marcada pelo editor entre colchetes utilizando o vocábulo ilegível, 13) trecho de maior extensão não legível recebe seguinte indicação [corroídas + ou – 5 linhas], 14) a divisão de linhas será mantida e marcada, 15) as linhas são enumeradas de cinco em cinco à margem direita da mancha e 16) assinaturas simples ou as rubricas são sublinhadas. Os sinais públicos marcados em colchetes.

⁴ Formada pelos pesquisadores: César Nardelli Cambraia (USP), Gilvan Muller de Oliveira (UFSC), Heitor Megale (USP), Marcelo Modolo (mestrando USP), Perminio Souza Ferreira (UFBA), Valmir Klamt (UFSC).

Para a descrição e análise do corpus utilizado neste artigo, recorre-se ao “Índice de Frequência e de Ocorrência dos Vocábulos” presente na penúltima sessão da obra investigada. Tal índice foi es-colhido por apresentar detalhadamente as diferentes grafias de uma palavra, o que acarreta na descrição ortográfica destes manuscritos, como evidencia o exemplo abaixo:

[**tabelião**] s.m. (26) tabalam (5) 1527, 1555, 1556, 1560, 1591; taballião (7) 2051, 2060, 2153, 2595, 2606, 2613, 3458; tabeliam (8) 926, 1038, 1063, 1579, 1612, 1613, 1664, 1667; tabelian (3) 1399, 1405, 1642; tabaliais (1) 1653; tabalians (1) 1642; taualiañis (1668).

No exemplo acima, verifica-se que a entrada é realizada de forma usual, negrito entre colchetes, cada uma das formas apresenta sua frequência seguida do número das linhas de cada ocorrência. As informações gramaticais são reduzidas em abreviaturas tradicionais.

A partir desse índice, o foco passou para a análise e descrição ortográfica daquele material, em especial, das variantes, ou seja, das palavras com duas ou mais grafias, de acordo com o objetivo da pesquisa. Para tal feito, a título de situar o leitor, torna-se necessária uma sucinta revisão e descrição da escrita no século XVII.

O século XVII é caracterizado pelo período pseudo-etimológico da língua portuguesa (Coutinho, 1976), que tem início no século XVI e se encerra por volta de 1904. Período marcado pela retomada de escrita greco-latina das palavras. Segundo Assalin (2007), esse retorno aos estudos clássicos e a tentativa de retomar a escrita das palavras por sua história, definem a retomada da estrutura das palavras portuguesas, seguindo um modelo grego ou latino, por exemplo, com a inserção de certas consoantes dobradas e de certos grupos consonantais.

Nos manuscritos analisados, de acordo com Megale e Ferreira-Neto (2006), observamos que a escrita apresenta o seguinte alfabeto: A B C D E F G H I J L LL LH M N O Ó P Q R S SS T TH U V X Y Z. O mesmo é composto de 29 letras.

A partir da concepção e do funcionamento do alfabeto utilizado, a compreensão da escrita da época, torna-se mais clara, uma vez

que, desde sua invenção, o alfabeto é um conjunto de sinais que serve para representar graficamente a linguagem verbal humana e seu funcionamento se dá a partir da ortografia. Para Cagliari (2009, 2009a), o alfabeto parte da representação dos sons da fala, e as letras que o compõe são as menores unidades gráficas desse sistema de escrita. Desde sua invenção, uma escrita como a alfabetica faz uma referência direta ao aspecto sonoro das palavras, permitindo uma decifração que vai diretamente a uma pronúncia possível das palavras. Por outro lado, a concepção de transcrição da fala para uma escrita alfabetica se dá em um determinado contexto e época de forma eficaz. No entanto, quando retirado do seu contexto sócio-cultural e histórico de produção, as variações linguísticas acarretam variações de escrita também, chegando a serem incompreensíveis de uma região a outra, de um contexto a outro. Nesse sentido, segundo Cagliari (2009), a escrita poderia ter se autodestruído como uma babel, se não fosse a ortografia congelando as variações linguísticas e, dessa forma, sustentando um uso possível do sistema alfabetico. Pautados por essa visão, as variações gráficas dos manuscritos foram analisadas e investigadas a fim de compreender o sistema de escrita utilizado no século XVII.

As variações gráficas são recorrentes e abundantes nos documentos antigos e de fácil identificação em quaisquer escritos da língua portuguesa antes das reformas ortográficas oficiais. A discussão e divergências ortográficas sempre foram motivo de questionamentos e de desentendimentos para os estudiosos da língua. Mesmo depois da uniformização da ortografia, mediante acordos internacionais, tratados e leis, as discussões permanecem com divergências claras entre gramáticos e ortógrafos. Os próprios dicionários da língua não chegaram a um consenso ortográfico e nem a uma definição exata do conceito de ortografia. Atualmente, apesar de o Brasil estabelecer uma nova ortografia, fruto de um acordo com os demais países lusófonos, ainda há muitas discussões em andamento. Portugal aceitou o acordo, mas não implementou a reforma, assim como outros países.⁵

⁵ O Brasil foi além e já lançou o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP) através da Academia Brasileira de Letras, em 2010.

A falta de uniformização na escrita, encontrada no século XVII, é explicada pelos estudiosos como sendo de diferentes naturezas, tais como: etimologia, pronúncia, idiossincrasias, falta de instrução, entre outros. Nos documentos analisados, observamos uma mesma palavra com duas ou mais grafias, apresentando visões ortográficas distintas: vi-Sitar / viZitar / Uizitar.

As diferenças mais marcantes dessa época foram:

1) Letra duplicada (llettra, effetivamente):

Com aditta petiçao appresentou a Carta de Doaçao Quese
lhe passou das cem légoas de terra cõ o titulo de Capitam e
Gouernador dellaz, ehuã Certidão dos officiaz da
Camara de Capitania deSaõ Vicente de como em vertu de
da dittaDoaçao, lhe deraõ posse da mesma Capitaniaque
(Megale; Toledo-Neto, 2006: 227)

A duplicação de consoantes *ff*, *ll*, *mm*, *nn*, *pp* e *tt* etimologicamente é explicada pela grafia do latim. Dessa forma, se a palavra no latim apresentava tal duplicação a mantinha a língua portuguesa. No entanto, o que se tem como registro é que, em palavras que não apresentam origem latina, também ocorre a duplicação dessas consoantes. Na interpretação de Gonçalves (1992), esse acréscimo de consoante era mais proveniente de embelezamento da escrita, como uma espécie de requinte à língua portuguesa, do que um fator de etimologização da palavra, mas isso acarretou uma complexidade ao sistema ortográfico da língua portuguesa.

Na leitura de Said Ali (1964), a duplicação das consoantes era fruto da identificação da tonicidade da sílaba anterior de uma dada palavra, como uma forma de marcação da entonação.

Ribeiro (2008), em um levantamento bibliográfico sobre as consoantes duplas, mostra que, na visão dos gramáticos, regras foram encontradas para aplicação das mesmas. Na gramática filosófica de Jerônimo Soares Barbosa de 1822, identifica-se a regra das consoantes *f* “toda a palavra que principia por *di*, *e*, *o* e *su*, seguindo-se-lhe imediatamente de *f*, dobra esta consoante”. Da mesma maneira, encontram-se regras de duplicação no trabalho do ortógrafo João de Moraes Madureira Feijó. Explica a estudiosa, que foram encontradas muitas regras de uso das conso-

antes duplas. Uma das hipóteses da criação de tais regras se deve à falta de domínio do léxico latino. Por outro lado, a quantidade de regras era extensa e variada, e isso tornou tais regras inviáveis.

- 2) presença ou ausência da letra H de modo não sistemático (ora, hora, herdeiros, erdeiros).

Diz O Cappitam demar, e guerra Domingos de Araujo que
sahindo desta cidade |

No anno de 653 para o Estado do Brazil afrottam, earmada
acargo do General PE |

(Megale; Toledo-Neto, 2006: 267)

Quinhão despesas foras
QueCouBeraõ aoorfao
Brás diguoBaltherzar
Diguo oorfhaõ yoao

(Megale; Toledo-Neto, 2006: 298)

A letra H representa uma espécie de *coringa* do alfabeto (Cagliari, 2009). Ela não representa nenhum som da fala e é visível em diferentes posições das palavras e em diferentes contextos. Além disso, na língua portuguesa, tem a função de formar dígrafos (LH, NH, CH), sons estes inexistentes no latim (Ribeiro, 2008).

Assalim (2007), em sua tese de doutorado, nos apresenta as três classificações da letra H desenvolvida por Franco Barreto (1671): 1) formação de dígrafos; 2) de inspiração das interjeições (há, há; ah, oh) e 3) distinção (verbo ser HE e a conjunção aditiva E).

A distinção do uso do verbo HE e da conjunção E tem uma frequência de uso nos documentos oficiais do século XVII, além de ocorrências em início e meio das palavras, no entanto as interjeições não foram encontradas nos manuscritos analisados.

Os resultados encontrados confirmam estudos anteriores (Assalin 2007, Ribeiro, 2008) sobre as variações gráficas no século XVII. Nas palavras de Ribeiro (2009: 03):

as diversas diferenças gráficas encontradas num mesmo documento e o próprio modo como eram escritos pelos escrivães suscita a suposição de que naquele momento – século XVII – a maior preocupação dos escrivães parecia centrar-se mais no conteúdo das cartas do que na sua forma ortográfica, possivelmente devido às condições de escrita e à falta de um consenso quanto à escrita ortográfica.

Considerações Finais

A presente comunicação buscou apresentar contribuições para o conhecimento e registro da história da Língua Portuguesa, usada no Brasil no século XVII, visando um aumento do acervo de dados coletados, analisados e comentados sobre a ortografia em um dado momento da história do Brasil.

Trata-se da descrição documental da língua escrita, em especial das variações gráficas apresentadas na época, com o intuito de verificar as regularidades ortográficas do século investigado.

Os dados revelaram que os documentos, mesmo os oficiais (endereçados ao rei, oficiais, administrativos) não apresentaram rigor na escrita. Observa-se uma falta de preocupação em seguir regras ortográficas padronizadas de certa forma, apresentando muitas variedades de escrita, revelando que o conteúdo da escrita era mais importante do que sua forma ortográfica (Assalin, 2007). Não há um padrão de escrita como os propostos por gramáticos e ortógrafos do século XVII. Há uma contradição entre uma época considerada pseudo-etimológica pelos linguistas e uma prática de escrita fonética, como revelam os manuscritos analisados.

Além disso, observamos que a presente pesquisa permitiu uma melhor definição e um acréscimo de informações novas sobre o sistema de escrita do século XVII. Essa expansão de conhecimento deve-se a uma metodologia recente, que ainda está sendo melhor desenvolvida e aplicada para extrair sistemas ortográficos de obras escritas antigas. Conhecer a história da ortografia é importante para entender como escrevemos

hoje. Serve, ainda, de instrumento para melhor compreender a produção escrita de crianças em fase de alfabetização, quando escrevem sem dominar bem a forma ortográfica das palavras.

Referências bibliográficas

- ASSALIN, Clarice (2007). *A conservação de marcas gramaticais arcaicas em manuscritos e impressos do Português do século XVII: ortografia e nexos de coordenação nos textos seiscentistas brasileiros*. Vol. I e II. São Paulo: USP/FFLCH. 2007 – Tese de doutorado.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (1987). A Evolução da Escrita, in *Psicopedagogia*, org. por Beatriz J.L. Scoz et alii. Porto Alegre: Artes Gráficas, p. 164-185.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (1989). *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Scipione.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (1998). *Alfabetizando sem o Ba Be Bi Bo Bu*. São Paulo: Editora Scipione.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (1994). A ortografia na escola e na vida. In: Secretaria de educação do Estado de São Paulo. *Isso se aprende com o Ciclo Básico*. São Paulo. CENP, p. 61-96.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (2001a). Breve história das letras e dos números. *Diante das Letras: a escrita na alfabetização* - de Gladis Massini-Cagliari & Luiz C. Cagliari. Campinas: Mercado de Letras, p.163-186.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (2001d). O que é preciso saber para ler. in: Massini-Cagliari, G. e Cagliari, L.C. *Diante das Letras – a escrita na alfabetização*. Campinas, Mercado de Letras, p. 131-159.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (2002). *Alfabetização & Linguística*. 10. ed. São Paulo: Scipione.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (2009). *A história do alfabeto*. São Paulo: Paulistana.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (2009a). Aspectos teóricos da ortografia. In: *Ortografia da Língua Portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Editora Contexto. p. 17-52.
- CATACH, Nina (1973). Que faut-il entendre par système graphique du français? In: *Langue française*, p. 20, 30-44.

- CATACH, Nina. (1978). *L'orthographe*. Paris: PUF.
- CEZAR, Kelly Priscilla Lóddo; CALSA, Geiva Carolina; ROMUALDO, Edson Carlos (2005/2006). *Intervenção pedagógica sobre acentuação gráfica no ensino fundamental*. 48f. Relatório Final (Projeto de Iniciação Científica). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- COUTINHO, Ismael de Lima (1976). *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 6^a edição.
- DANIELS, Peter. T; BRIGHT, Willian (1996). *The world's writing systems*. Oxford: Oxford University Press.
- DIRINGER, Daniels (1968). *A escrita*. Lisboa: Editorial Verbo (12º volume da coleção História Mundi).
- GONÇALVES, Maria Filomena (1992). L'orthographe portugaise: de la période étymologique aux réformes du XX^e. siècle. *Recherche et reforme*. Paris: Liaison-HESO, N. 19-20, p.137-146.
- MASSINI-CAGLIARI, Gladis (2001b). "Erros" de ortografia na alfabetização: escrita fonética ou reflexões sobre o próprio sistema de escrita? *Diante das Letras: a escrita na alfabetização* - de Gladis Massini-Cagliari & Luiz C. Cagliari. Campinas: Mercado de Letras, p. 121-130. 1^a reimpressão.
- MASSINI-CAGLIARI, Gladis. & CAGLIARI, Luiz Carlos (2001c). *Diante das letras: a escrita na alfabetização*. Campinas: Mercado de Letras. 1^a reimpressão.
- MEGALE, Heitor; TOLEDO-NETO, Silvio Almeida de (2006). *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII*. São Paulo: Ateilé Editorial / Fapesp.
- MORI, Angel (2005). *Fonologia*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana. C. *Introdução à linguística 1*. 5^a edição. São Paulo: Cortez, p. 147-180.
- PIMENTEL, Alessandra (2001). Métodos da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, Nov. p. 179-195.
- RIBEIRO, Luciana Mercês (2008). *Análise e descrição do sistema ortográfico de documentos manuscritos oficiais do século XVII escritos no Brasil*. 132 fl. Relatório Final (Projeto de Iniciação Científica/FA-

- PESP). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Araraquara, São Paulo.
- SAID ALI, Manuel (1964). *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 5 ed. São Paulo, Edições Melhoramentos.
- SILVA NETO, Serafin (1956). Etimologia e Ortografia. In: *Ensaios da Filologia Portuguesa*. São Paulo: Campanhia Editora Nacional.
- WILLIAMS, Edwin. B (1973). *Do Latim ao Português - fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / INL / MEC, 2^a edição (original inglês de 1938 - 1^a ed. brasileira de 1961).

COMISSÃO CIENTÍFICA PARA O X CONGRESSO DA AIL

Instituição	Nome
Universidade de Lisboa	Alberto Carvalho
Universidade do Algarve	Ana Carvalho
Universidade do Algarve	Ana Clara Santos
Universidade de Lisboa	Ana Mafalda Leite
Universidade Estadual de Santa Cruz	André Mitidieri
Universidade de Varsóvia	Anna Kalewska
Universidade de Lisboa - CLEPUL	Annabela Rita
Universidade do Algarve	Artur Henrique Gonçalves
Universidade de Lisboa - CLEPUL	Beata Cieszynska
Universidade de São Paulo	Benjamin Abdala Junior
Universidade Católica	Cândido Oliveira Martins
Universidade do Algarve	Carina Infante do Carmo
Universidade de Santiago de Compostela	Carmen Villarino
Universidade de Colónia	Claudius Armbruster
Universidade de Coimbra	Cristina Robalo Cordeiro
Universidade de Lisboa - CLEPUL	Fernando Cristóvão
King's College London	Hélder Macedo
Universidade da Madeira	Helena Rebelo
Universidade de São Paulo	Hélio Guimarães
Universidade de São Paulo	Ieda Maria Alves
Universidade do Porto	Isabel Pires Lima
Universidade do Algarve	João Carvalho

Universidade do Algarve	João Minhoto Marques
Universidade do Algarve	Jorge Baptista
Universidade de Lisboa	José Camões
Universidade do Algarve	José Dias Marques
Universidade de Lisboa - CLEPUL	José Eduardo Franco
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	José Luís Jobim
Universidade Federal Fluminense	Laura Padilha
Universidade Federal de Minas Gerais	Letícia Malard
Universidade Federal Fluminense	Lucia Helena
Universidade do Algarve	Lucília Chacoto
Universidade do Algarve	Manuel Célio Conceição
Universidade Federal de Rio Grande do Sul	Márcia da Glória Bordini
Universidade de Lisboa - CLEPUL	Maria José Craveiro
Universidade de Lisboa - CLEPUL	Miguel Real
Universidade de São Paulo	Mirella Vieira Lima
Universidade do Algarve	Mirian Tavares
Brown University	Onésimo Almeida
Universidade do Algarve	Petar Petrov
Universidade de Coimbra	José Pires Laranjeira
Universidade de Santiago de Compostela	Raquel Bello Vázquez
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Regina Zilberman
Universidade de Coimbra	Sebastião Pinho
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Teresa Cerdeira
Universidade Nova de Lisboa	Teresa Lino
University of Oxford	Thomas Earle

Este livro da
Associação Internacional de Lusitanistas
acabou-se de imprimir nas oficinas que a
Sacauntos Cooperativa Gráfica
tem na cidade de Compostela,
Galiza,
o dia 2 de abril de 2012.

